



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA**

IANE MARIA DA SILVA BATISTA

**A NATUREZA NOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
(1955-1985)**

Belém
2016

IANE MARIA DA SILVA BATISTA

A NATUREZA NOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
(1955-1985)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de História da Universidade Federal do Pará (FAHIS/UFPa) como exigência para obtenção do título de doutora em História Social da Amazônia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Leila Mourão (FAHIS/UFPa).

Belém
2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA

Batista, Iane Maria da Silva

A natureza nos planos de desenvolvimento da Amazônia (1955-1985) / Iane Maria da Silva Batista. - 2016.

Orientadora: Leila Mourão

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2016.

1. Amazônia - Desenvolvimento. 2. Amazônia - Planejamento.
3. Planejamento regional - Amazônia. 4. Amazônia - Condições econômicas. 5. Recursos naturais - Amazônia. I. Título.

CDD 22. ed. 330.9811

IANE MARIA DA SILVA BATISTA

A NATUREZA NOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
(1955-1985)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de História da Universidade Federal do Pará (FAHIS/UFPA) como exigência para obtenção do título de doutora em História Social da Amazônia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Leila Mourão (FAHIS/UFPA).

Data de aprovação: 11/03/2016
Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Leila Mourão
Orientadora – IFCH/UFPA

Prof.^o Dr.^o José Augusto Pádua
Examinador Externo – CFCH/UFRJ

Prof.^a Dr.^a Maria das Graças da Silva
Examinadora Externa – CCSE/UEPA

Prof.^a Dr.^a Rosa Acevedo-Marin.
Examinadora Interna – NAEA/UFPA

Prof.^o Dr.^o Márcio Couto Henrique.
Examinador Interno – IFCH/UFPA

Prof.^o Dr.^o Antônio Maurício Costa.
Examinador Interno – IFCH/UFPA.

Belém
2016

Dedico esta tese a memória de meu pai, Ronaldo Batista, caboclo amazônico da margem esquerda do rio Capim, que conhecia e respeitava os “sinais” da natureza.

AGRADECIMENTOS

A produção desta tese não teria sido possível sem o apoio, o incentivo e a atenção de diversas pessoas e instituições, às quais gostaria de manifestar minha gratidão e meu reconhecimento.

Nestes termos, inicio agradecendo à professora Leila Mourão pela orientação competente, paciente, ética e generosa nesta etapa de minha vida acadêmica. Obrigada pela propriedade com que me orientou pelos caminhos instigantes e apaixonantes da História Ambiental. Agradeço, ainda, pela compreensão com minhas limitações e, sobretudo, meu cansaço nessa reta final. Da relação orientadora-orientanda levo muitos ensinamentos, além da dimensão acadêmica, para a vida.

Meu ingresso no mundo da pesquisa na e da Amazônia iniciou na segunda metade da década de 1990, sob orientação da professora Fátima Carneiro, a cujos ensinamentos devo grande parte dos rumos trilhados posteriormente na academia. Aproveito o ensejo para manifestar meu reconhecimento e imensa gratidão a ela. Igualmente, agradeço a professora Ligia Simonian, minha orientadora na especialização e no mestrado, cursados no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), por me motivar a pesquisar as unidades de conservação, através das quais comecei a atentar para as diversas dimensões que envolvem a relação entre sociedade e natureza. Agradeço, também, por seu apoio e amizade, além dos muros acadêmicos.

Agradeço à secretária do Programa de Pós-Graduação em História, Lilian Lopes, pela simpatia e gentileza com que sempre atendeu minhas demandas ao longo do curso. Aos professores do Programa, agradeço pelos conhecimentos adquiridos nas disciplinas. Do mesmo modo, manifesto minha gratidão ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, no âmbito do qual cursei a disciplina Formação Econômica e Social do Brasil e da Amazônia. Aos professores que compuseram minha banca de qualificação, Pere Petit, Maurício Costa e Gutemberg Guerra, agradeço pelas contribuições e sugestões, incorporadas na versão final da tese, na medida do possível.

Sou muito grata às bibliotecárias da SUDAM, Selma Castro e Georgete Brasil, que me atenderam com muita solicitude no decurso da pesquisa documental nos arquivos da instituição. Igualmente, agradeço a Inácio Oliveira, bibliotecário do INPA, que gentilmente digitalizou uma fonte, um exemplar da Revista Amazônia Brasileira em Foco, e me enviou por e-mail, e à Rosângela Moura, bibliotecária do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, pelo apoio na normalização técnica do trabalho.

Os debates propiciados pelo Grupo de Trabalho em História Ambiental da ANPUH, em seus eventos acadêmicos, ajudaram sobremaneira a refletir sobre o meu problema de pesquisa. Nesse sentido, agradeço a coordenação deste Grupo e a seus membros, com os quais tive a grata satisfação de dialogar ao longo destes anos de curso em diversos seminários, simpósios temáticos e mesas-redondas, em especial àqueles com os quais estreitei laços, como a querida amiga Edivânia Granja.

À Secretaria Estadual de Educação do Pará agradeço a concessão de licença aprimoramento por três anos para eu pudesse me dedicar aos estudos e pesquisas que culminaram nessa tese. Agradeço a Tabila Leite, pela confecção e adaptação dos mapas utilizados na tese e a Raimundo Moura pela elaboração do Abstract. Aos professores examinadores da tese, José Augusto Pádua, Maria das Graças da Silva, Rosa Acevedo-Marin, Márcio Couto e Maurício Costa, agradeço por terem gentilmente aceito o convite para compor a banca.

Aos meus colegas de turma, expresso minha gratidão pela convivência afetuosa e produtiva intelectualmente. Gostaria de fazer uma menção especial ao encontro, que o doutorado me proporcionou, com Anna Linhares. Seu carinho, apoio e amizade foram fundamentais para encarar os desafios do curso, e permanecem para além dele.

Meu filho, Carlos Henrique, sofreu com a ausência materna em diversos momentos ao longo destes quase cinco anos dedicados ao doutoramento. Nesse sentido, sou imensamente grata às pessoas que o ajudaram a enfrentar esse período, que para ele foi particularmente difícil: sua avó paterna, D. Dalva; D. Regina, minha vizinha e colaboradora; meu irmão Sebastião e minha mãe, Neide. À minha mãe, em especial, além do suporte material, agradeço o apoio emocional nos momentos mais difíceis, manifestado tanto por meio de palavras como de orações dirigidas a seus anjos e santos invocando luz, direção e inspiração ao meu trabalho.

Um agradecimento especial é dedicado à Cléo, a irmã que a vida me deu e que junto a meu filho compõe meu núcleo familiar. Palavras são insuficientes para traduzir o significado de sua presença em minha vida. Sem seu apoio incondicional, seus cuidados, seu amor a meu filho, a produção desta tese seria inviável. Mana, esta tese também é tua!

Aos meus amigos, sobretudo os “de fora” da academia, agradeço pelo apoio, pela torcida, por compreenderem minha ausência ao longo desse período. Nesse sentido, sou especialmente grata a Vânia Mendes e Marília Angelim, pelas manifestações de carinho e amizade durante todo esse processo e por não me deixarem esquecer que “há vida lá fora”.

Enfim, a todos que, direta e/ou indiretamente, colaboraram para o desenvolvimento e conclusão dessa tese, muitíssimo obrigada!

[...] como dói a história da ocupação da Amazônia! No início do século, quando tudo eram sonhos e possibilidades, Euclides da Cunha classificou esse mundão sem porteira de águas e florestas como sendo a última página do Gênesis, que o criador divino delegou à escrita dos homens. A última página é um garrancho só.

Lúcio Flávio Pinto

[...]

Toda mata tem caipora para a mata vigiar
veio caipora de fora para a mata definhar
e trouxe dragão-de-ferro, prá comer muita madeira e
trouxe em estilo gigante, prá acabar com a capoeira

[...]

Fizeram logo o projeto sem ninguém testemunhar
prá o dragão cortar madeira e toda mata derrubar:
se a floresta meu amigo, tivesse pé prá andar
eu garanto, meu amigo, com o perigo não tinha
ficado lá

[...]

Mas o dragão continua a floresta devorar
e quem habita essa mata, prá onde vai se mudar?
corre índio, seringueiro, preguiça, tamanduá
tartaruga: pé ligeiro, corre-corre tribo dos Kamaiurá

[...]

No lugar que havia mata, hoje há perseguição
grileiro mata posseiro só prá lhe roubar seu chão
castanheiro, seringueiro já viraram até peão
afora os que já morreram como ave-de-arribação

Vital Farias

Uma árvore nunca é apenas uma árvore. A natureza não é algo anterior à cultura e independente da história de cada povo. Em cada árvore, cada rio, cada pedra, estão depositados séculos de memória.

Simon Schama

RESUMO

O objetivo dessa tese foi analisar como a natureza amazônica foi concebida e apropriada nos planos de desenvolvimento da Amazônia elaborados para execução entre 1955 e 1985. Delineou-se os processos históricos de suas implementações, enfatizando-se suas dimensões ambientais e sociais. A base documental da pesquisa foi constituída pelos planos, relatórios, atos e pronunciamentos governamentais, revistas e jornais, legislações, imagens cartográficas, além da literatura relacionada ao tema. A análise fundamentou-se nos princípios teóricos e metodológicos da História Ambiental. As evidências produzidas revelaram que águas, solos, florestas e subsolos foram ressignificados nos discursos e nas ações preconizadas no planejamento estatal. Esse processo refletiu uma concepção de natureza amazônica como fonte de recursos naturais para a manutenção e expansão do modelo de desenvolvimento adotado, que desconsiderou a dimensão histórica da região. Constatou-se durante a interpretação uma matriz teórico-metodológica nos textos dos planos, que indica uma continuidade e contiguidade entre eles. As medidas de teor ambientalista, incorporadas na elaboração dos planos, a partir de meados dos anos 1970, resultaram das pressões das instituições financeiras multilaterais, para assegurar recursos financeiros aos projetos em curso. Paralelamente, constituíram-se algumas iniciativas em defesa da Amazônia: intelectuais, movimentos sociais, instituições religiosas, camponeses, seringueiros e indígenas, com distintos interesses, recolocaram a discussão sobre a natureza. A compreensão da dimensão histórica que orientou as concepções de natureza nos diversos processos analisados possibilita a emergência de uma história social da Amazônia mais rica e plural

Palavras-chave: Natureza. Amazônia. História Ambiental. Planejamento do desenvolvimento. Recursos Naturais.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze how Amazon nature was conceived and appropriated in the Amazon development plans elaborated to be implemented between 1955 and 1985. Historical processes and their implementation were delineated, emphasizing their social and environmental dimensions. The research document base was formed by the development plans, reports, government acts and statements, magazines and newspapers, legislations, cartographic images, besides the literature related to the theme. The analyses were based on the theoretical and methodological principles of Environmental History. The evidences produced revealed that water, soil, forests and subsoil acquired new meanings in statements and actions envisaged in state planning. This process reflected a conception of Amazon nature as a source of natural resources for maintenance and expansion of the adopted development model that did not take into consideration the region historical dimension. It was observed during the interpretation of a theoretical and methodological matrix in the wording of the plans that indicate continuity among them. The measures of environmental content, incorporated in the elaboration of the plans in the 1970s, resulted from pressures from multilateral financial institutions, to guarantee financial resources to ongoing projects. At the same time, some initiatives formed in defense of the Amazon by: intellectuals, social movements, religious institutions, peasants, rubber tappers and Indigenous people with distinctive interests, relocated the discussion on nature. The understanding of the historical dimension that guided the conceptions of nature in the various analyzed processes enable the emergence of a more diverse and richer social history of the Amazon.

Keywords: Amazon Nature. Environmental History. Development Planning. Natural Resources.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1: Limites da Amazônia Legal, nos termos da Lei 1806, de 6 de janeiro de 1953	20
Mapa 2: Projetos de Pesquisa Mineral em execução pela SUDAM	150
Mapa 3: Projeção Espacial do PIN	152
Mapa 4: Ocorrências Minerais Econômicas na Amazônia	156
Mapa 5: Indicação do potencial exploratório de madeira na Amazônia Legal, com base no Projeto RADAM	158
Mapa 6: Distribuição de algumas espécies de valor madeireiro na Amazônia Legal	159
Mapa 7: Distribuição de algumas espécies fornecedoras de produtos extrativistas	159
Mapa 8: Capacidade de uso dos solos amazônicos.	160
Mapa 9: Formações florestais da Amazônia	162
Mapa 10: Potencialidade Pecuária da Amazônia	163
Mapa 11: Área de circunscrição do POLAMAZÔNIA e localização das atividades programadas	196
Mapa 12: Aproveitamento hidrelétrico da Amazônia no II PDA	206
Mapa 13: Localização das Florestas Regionais de Rendimento	212
Figura 1: Registro de manifestantes em ato do Movimento de Defesa da Amazônia em 08 de março de 1979.	236
Mapa 14: Área de planejamento do Programa Grande Carajás	258

LISTA DE SIGLAS

AEA Associação dos Empresários da Amazônia
AGAPAN Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
ALBRAS Alumínio Brasileiro Sociedade Anônima
ALCAN Aluminium Company of Canada
ALCOA Aluminum Company of America
ALUMAR Alumínio do Maranhão
ALUNORTE Alumina do Norte do Brasil Sociedade Anônima
AMZA Amazônia Mineração
APPN Associação Paulista de Proteção Natural
APPs Áreas de Preservação Permanente
ARENA Aliança Renovadora Nacional
BASA Banco da Amazônia Sociedade Anônima
BCA Banco de Crédito da Amazônia
BEP Brazilian Exploration Program
BRUMASA Bruynzeel Madeiras S.A.
CDPC Comissão de Defesa do Patrimônio da Comunidade
CEDEPLAR Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
CIMI Conselho Indigenista Missionário
CIVAT Comissão Interestadual dos Vales do Araguaia e Tocantins
CMM Companhia Meridional de Mineração
CMMAD Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU
CNBB Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNDDA Comissão Nacional de Defesa e Desenvolvimento da Amazônia
CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNPQ Conselho Nacional de Pesquisas
CNS Conselho Nacional de Seringueiros
CODEMAT Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso
CODESPAR Companhia de Desenvolvimento do Sul do Pará (CODESPAR)
CODIM Companhia de Desenvolvimento de Indústrias Minerais
COLNIZA Colonização Indústria e Comércio Ltda.
CONTAG Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura
CPI Comissão Parlamentar de Inquérito

CPRM Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais
CPT Comissão Pastoral da Terra
CRADAM Comissão de Levantamento Radarmétrico da Amazônia
CTM Centro de Tecnologia Madeireira
CUFs Contratos de Utilização Florestal
CVRD Companhia Vale do Rio Doce
DNER Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DNPM Departamento Nacional de Produção Mineral
DNPM Departamento Nacional de Produção Mineral
DOCEGEO Rio Doce Geologia e Mineração Sociedade Anônima
DRN Departamento de Recursos Naturais
DRN Departamento de Recursos Naturais
ELETRONORTE Centrais Elétricas do Norte do Brasil
EMBRAFILMES Empresa Brasileira de Filmes
EMFA Estado-Maior das Forças Armadas
EMFA Estado-Maior das Forças Armadas
ENERAM Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Amazônia
FAO Organização para Alimentação e Agricultura das Nações Unidas
FBC Fundação Brasil Central
FBC Fundação Brasil Central
FIDAM Fundo de Investimento Privado do Desenvolvimento da Amazônia
FUNAI Fundação Nacional do Índio
GEBAM Grupo Executivo para a região do Baixo Amazonas
GETAT Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins
GTI Grupo de Trabalho Interministerial
I PDA Primeiro Plano de Desenvolvimento da Amazônia
I PND Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento
IAN Instituto Agrônômico do Norte
IBDF Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMI Sociedade Brasileira de Indústria e Comércio de Minérios de Ferro e Manganês
IDAGO Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás
II PDA 2º Plano de Desenvolvimento da Amazônia
II PND 2º Plano Nacional de Desenvolvimento

III PDA Terceiro Plano de Desenvolvimento da Amazônia
III PND Terceiro Plano Nacional de Desenvolvimento
INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDECO Integração, Desenvolvimento e Colonização
INPA Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INPA Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INPE Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPEA Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
IPEAN Instituto de Pesquisa e Experimentação Agronômica do Norte
IPHAN Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)
ITERMA Instituto de Colonização e Terras do Maranhão
ITERPA Instituto de Terras do Pará
ITHP Instituto de História do Tempo Presente
MDA Movimento de Defesa da Amazônia
MDB Movimento Democrático Brasileiro (MDB),
MECOR Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais
MIT Instituto de Tecnologia de Massachusetts
MRN Mineração Rio do Norte
NAEA Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
NALCO Nippon Aluminum Company
OIT Organização Internacional do Trabalho (OIT)
OMS Organização Mundial da Saúde
ONU Organização das Nações Unidas
OPEP Organização dos Países Produtores de Petróleo
PGC Programa Grande Carajás
PIB Produto Interno Bruto
PIN Programa de Integração Nacional
PNMA Política Nacional de Meio Ambiente
PNUMA Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
POLAMAZÔNIA Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
POLONOROESTE Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil
PQDAM Primeiro Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Amazônia
PQVEA Primeiro Plano Quinquenal de Valorização Econômica da Amazônia
PRONAPA Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas

PRONAPABA Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica
PROSPEC S/A Geologia, Prospecção e Aerofotogrametria Sociedade Anônima
PROZAM Programa de Zoneamento Ecológico-econômico para Fins Florestais e Agropecuários na Amazônia
RADAM Radares da Amazônia
REBIO Reserva Biológica
RENDANYL Rendanyl Empreendimentos S/A
RESEX Reservas Extrativistas
RODOBRÁS Comissão Especial da Rodovia Belém-Brasília
SEMA Secretaria Especial do Meio Ambiente
SNI Serviço Nacional de Informações
SPVEA Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste
TCA Tratado de Cooperação Amazônica
U.S.Steel United States Steel Corporation
UEE União Estadual dos Estudantes
UFMG Universidade Federal de Minas Gerais
UHT Usina Hidrelétrica de Tucuruí
UNE União Nacional dos Estudantes
UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNSCCUR Conferência das Nações Unidas sobre Conservação e Desenvolvimento
USP Universidade de São Paulo
VTN Valor da Terra Nua

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 A NATUREZA AMAZÔNICA NA POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA (1955-1959)	44
1.1 Conquistar e dominar: o discurso do rio Amazonas	44
1.2 A Conferência de Valorização Econômica da Amazônia	49
1.3 A valorização econômica da Amazônia na lei	57
1.3.1 O Programa de Emergência para a Amazônia	60
1.4 A Valorização Econômica da Amazônia (1955-1959)	63
1.4.1 Promovendo a agricultura	68
1.4.2 Reformando a infraestrutura na Amazônia Legal	69
1.4.3 Crédito e Comércio na Valorização da Amazônia	70
1.4.4 A Saúde na Valorização da Amazônia	70
1.4.5 A cultura na Valorização da Amazônia	71
1.5 Valorizando o ambiente	73
1.5.1 Os recursos naturais na lei	83
1.5.2 A Valorização Econômica e o debate ambiental	90
2 A OPERAÇÃO AMAZÔNIA E O 1º PLANO QUINQUENAL DE DESENVOLVIMENTO (1967-1971)	98
2.1 Da SPVEA à SUDAM: transições	98
2.2 A Operação Amazônia	100
2.3 O PQDAM (1967-1971)	105
2.3.1 O PQDAM e os recursos minerais	111
2.3.2 Os incentivos fiscais ou “vende-se um Estado rico”	118
2.3.3 Antecedentes: a Fundação Brasil Central e a rodovia Belém-Brasília	121
2.3.4 A “mercadorização” do ambiente na Amazônia	128
2.3.5 O PQDAM e o ambiente amazônico (1967-1971)	133
3 AMAZÔNIA COMO FONTE DE RECURSOS: O I PDA (1972-1974)	148
3.1 A Amazônia e o Programa de Integração Nacional (PIN)	151
3.2 Fotografando a Amazônia: o RADAM	154
3.3 O ambiente amazônico no I PDA (1972-1974)	166
3.3.1 Implicações ambientais e sociais do I PDA	168
3.4 O debate ambiental e o I PDA	179
4 O II PDA E O POLAMAZÔNIA (1975-1979)	193
4.1 O POLAMAZÔNIA	196
4.1.1 Ressignificando a apropriação de terras: a “colonização empresarial”	200
4.1.2 Represando as águas da Amazônia: as hidrelétricas	203

4.2 O ambiente amazônico e o II PDA (1975-1979)	207
4.2.1 Proteção ambiental no II PDA	213
4.3 O debate sobre o desenvolvimento e o ambiente	217
4.4 Movimento de Defesa da Amazônia: resistências	224
4.4.1 Uma política florestal para a Amazônia em debate	237
5 DESENVOLVIMENTO, CONSERVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE NO III PDA (1980-1985)	247
5.1 III PDA: perspectivas novas para o ambiente amazônico...	250
5.2 O Programa Grande Carajás (PGC)	256
5.2.1 Efeitos ambientais e sociais do PGC	261
5.3 Apropriação de terras no III PDA: GETAT/GEBAM	268
5.4 Buscando novo sentido: o desenvolvimento regional em debate	277
5.4.1 A sustentabilidade ambiental e o planejamento na Amazônia	287
6 A AMAZÔNIA NOS PLANOS: REFLEXÕES HISTÓRICOAMBIENTAIS	293
6.1 Pensando a natureza	296
6.1.1 A natureza amazônica: marcas de origem	302
6.1.2 Amazônia projetada	309
6.1.2.1 <i>Delimitando uma região: a Amazônia Legal</i>	313
6.1.3 A natureza ressignificada: recursos naturais	319
6.1.3.1 <i>Águas, terras e florestas: percepções e apropriações</i>	323
6.2 Amazônia: entre o Estado e “homens de empresa”	329
CONSIDERAÇÕES FINAIS	337
REFERÊNCIAS	344
Fontes	344
<i>Planos, programas e relatórios</i>	344
<i>Pronunciamentos</i>	346
<i>Legislações</i>	346
<i>Periódicos</i>	349
Bibliografia	352

INTRODUÇÃO

O foco analítico desta tese é a abordagem da natureza nos planos de desenvolvimento da Amazônia formulados pelo Estado nacional brasileiro para serem executados no período de 1955 a 1985. Ao longo deste recorte temporal, águas, solos, florestas e solos amazônicos foram apropriados e compuseram os discursos e as propostas de ações elaboradas para a promoção do desenvolvimento regional, consubstanciados nos planos.¹

Durante o período analisado foram elaborados cinco planos, a saber: o 1º Plano Quinquenal de Valorização Econômica da Amazônia (1955-1959); 1º Plano Quinquenal de Desenvolvimento (1967-1971); I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1972-1974); II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1975-1979) e III Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1980-1985). A ideia motriz que os orientou foi a exploração racional e planejada dos componentes da natureza amazônica, qualificados como **recursos naturais**.

Em consonância com essa premissa, tais planos constituíram um conjunto de diretrizes e metas a serem operacionalizadas por um determinado período, através de recursos financeiros e humanos disponibilizados por instituições criadas e designadas para este fim: inicialmente a Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), fundada em 1953, e posteriormente, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).²

O planejamento regional foi concebido como um processo organizado e dirigido pelo aparelho governamental, baseado na identificação, avaliação e diagnóstico de problemas a serem confrontados através da formulação de objetivos e metas a serem atingidos, tendo como base o conhecimento técnico e decisões políticas. Por conseguinte, o plano se destacou como a principal ferramenta da atuação estatal na Amazônia, a partir de meados do século XX. As diretrizes, metas e operações planejadas preconizavam a promoção do desenvolvimento econômico da região, a ser alcançado por meio da exploração dos recursos disponíveis na natureza.

Considerando que os planos refletiam concepções de natureza e de desenvolvimento socialmente elaboradas sobre a Amazônia, o objetivo da tese é explicitar como os componentes da natureza amazônica foram concebidos, qualificados e apresentados para

¹ Entre as diversas transformações no mundo amazônico resultantes das políticas desenvolvimentistas executadas pelo planejamento governamental no recorte temporal estudado, está o desenvolvimento do processo de urbanização da região. Tal processo, no entanto, não é objeto desta tese.

² Não se desconsidera as experiências de planejamento anteriormente efetuadas no espaço amazônico, a exemplo do Diretório Pombalino e/ou o Plano de Valorização da Borracha formulado em 1912, no governo de Hermes da Fonseca. Tais iniciativas, porém, não cabem no objeto desta tese, que trata exclusivamente do contexto histórico do planejamento do desenvolvimento da Amazônia a partir da segunda metade do século XX.

utilização nos planos de desenvolvimento da Amazônia entre 1955 e 1985 e as implicações desse processo sobre os ecossistemas e as populações regionais. Para tal, contextualiza-se historicamente esse processo, articulando-o às distintas conjunturas políticas, econômicas e sociais que o permearam nas esferas regional, nacional e internacional. Esta abordagem incorpora, ainda, a discussão dos impactos das atividades produtivas sobre o meio ambiente e as mudanças na concepção de desenvolvimento, que de sinônimo de crescimento econômico, na década de 50, passou a incorporar o viés da sustentabilidade a partir dos anos 80.

O século XX foi promissor historicamente na formulação de planos para a promoção do crescimento econômico a partir da apropriação dos elementos da natureza, em especial no leste europeu e no ocidente. A partir de meados do século, num contexto de recrudescimento do desenvolvimento industrial, conformando, segundo Hobsbawm uma “idade de ouro” do capitalismo, surgiram questionamentos acerca dessa forma planejada de utilização dos recursos naturais.³

A considerar que a natureza constituiu o suporte por excelência do planejamento do desenvolvimento regional na segunda metade do novecentos, submetendo-se à pesquisa, ao conhecimento e à intervenção técnica sob a égide estatal, conforme expresso nos planos, a discussão deste processo representa uma pertinente contribuição à historiografia regional.

A abordagem iniciou pela análise do Primeiro Plano Quinquenal de Valorização Econômica da Amazônia (1955-1959), pois ele constitui o marco referencial no estabelecimento de um desenvolvimento econômico regional através de planos, inclusive demarcando um período de cinco anos para sua execução, constituindo-se por isso, no fundador do ideário dos planos subsequentes.

A elaboração e operacionalização deste plano resultaram, a priori, da inclusão de um inciso na Constituição Federal de 1946 determinando a contribuição financeira da nação para a recuperação econômica da Amazônia, considerada a mais despovoada e menos desenvolvida entre as regiões brasileiras.⁴ Este imperativo constitucional assegurava, em tese, portanto, uma política governamental de valorização da Amazônia.

A ideia de “reabilitação da imensa bacia amazônica”, foi anunciada no pronunciamento do presidente Getúlio Vargas, em 10 de outubro de 1940, em visita à cidade de Manaus,

³ HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. Companhia das Letras: São Paulo, 1998. “Idade de Ouro” ou “anos dourados” são expressões cunhadas por Eric Hobsbawm para designar as décadas de 1950 e 1960, marcadas, segundo o autor, por altas taxas de expansão econômica e a quadruplicação da produção mundial de manufaturas.

⁴ Trata-se do artigo 199 da Carta Magna de 1946, o qual estabelecia que a União e estados da Amazônia aplicassem quantia não inferior a três por cento de sua renda, por pelo menos 20 anos, na operação de recuperação da região.

capital do estado do Amazonas. Na ocasião ele declarou: “vim para ver e observar, de perto, as condições de realização do plano de reerguimento da Amazônia”.⁵ Nesse pronunciamento, que posteriormente ficou conhecido como “Discurso do Rio Amazonas”, o presidente enfatizava a “enorme responsabilidade de civilizar e povoar milhões de quilômetros quadrados” imposta à nação.⁶ Este empreendimento, de acordo com a retórica de Vargas, representava uma tarefa patriótica de vulto, a ser realizada “pelo trabalho do governo e do povo brasileiros”.

Em Mensagem ao Congresso Nacional proferida por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1951, o presidente Vargas salientava a necessidade de atender efetivamente ao imperativo constitucional de valorização da Amazônia e apontava alguns princípios que deveriam orientar esta iniciativa.

Todos os aspectos da vida amazônica têm que ser disciplinados em um conjunto, que há de ser o Plano de Valorização da Amazônia, previsto pela Constituição de 1946, ainda não organizado. Como obra lógica, obedecendo a uma hierarquia de problemas, cuja solução é interdependente, o plano não poderá ser uma simples lei. Trata-se de uma obra técnica, cujo planejamento exige a mobilização de equipes de especialistas e a utilização da experiência que os serviços federais e estaduais, já existentes, podem e devem oferecer.⁷

O Plano de Valorização da Amazônia, desde sua concepção até a execução demandou, por conseguinte, uma série de operações. A primeira delas foi a realização de um levantamento, determinado por Vargas em 1951, acerca da situação e das necessidades da região. Ao desempenho desta tarefa foram convocados “amazonólogos e especialistas em vários setores de atividade, na administração pública da União e dos Estados e nos círculos privados”.⁸ No que tange à participação regional, colaboraram com os trabalhos o diretor do Instituto Agrônomo do Norte, Felisberto Camargo, o presidente do Banco de Crédito da Amazônia (BCA), Gabriel Hermes Filho, do historiador amazonense Arthur César Ferreira Reis, entre outros.

Para discutir e sistematizar as contribuições foi organizada uma Conferência Técnicoadministrativa, que se reuniu entre os meses de setembro e novembro daquele ano, coordenada por uma comissão central e dividida em comissões especializadas. Estes grupos de trabalho produziram diversos relatórios, os quais apresentavam suas contribuições sobre temas como produção agrícola e pecuária, população, energia, transportes, crédito,

⁵ VARGAS, Getúlio. Discurso do Rio Amazonas. In: SUDAM. *Operação Amazônia (Discursos)*. Belém: SUDAM, 1968, p. 10.

⁶ Idem, p. 11.

⁷ VARGAS, Getúlio. *Mensagem ao Congresso Nacional* (apresentada pelo Presidente da República por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1951). Rio de Janeiro, 1951, p. 175 - 176.

⁸ SPVEA. *Valorização Econômica da Amazônia: subsídios para seu planejamento*. Rio e janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1954, p. 3.

colonização, extração vegetal e mineral etc. Estes relatórios subsidiaram a política governamental de valorização da região, que culminou na elaboração do Primeiro Plano Quinquenal proposto para o período 1955-1959.

Por sua vez, no âmbito do Legislativo, foi criada uma comissão parlamentar para regular a aplicação do dispositivo legal que determinava a valorização econômica da Amazônia.⁹ Após várias discussões e estudos acerca das necessidades da região, este grupo elaborou o projeto de Valorização Econômica da Amazônia, que em sua forma final resultou na Lei nº 1806, aprovada e sancionada em 6 de janeiro de 1953. Esta lei dispôs sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, criou a superintendência de sua execução e deu outras providências, referentes à sua implementação.

Pelo Artigo 1º da referida lei, o Plano de Valorização Econômica da Amazônia foi definido como

um sistema de medidas, serviços, empreendimentos e obras, destinados a incrementar o desenvolvimento da produção extrativa e agrícola, pecuária, mineral, industrial e o das relações de troca, no sentido de melhores padrões sociais de vida e bem estar econômico das populações da região e expansão das riquezas do país.¹⁰

A lei também delimitava, em seu Artigo 2º, a área geográfica e política para a implementação do Plano, denominada Amazônia Legal (mapa 1), que constitui a base espacial de abrangência da tese.¹¹

⁹ A Comissão Especial do Plano de Valorização Econômica da Amazônia do Congresso Nacional solicitou ao Conselho Nacional de Geografia estudos para determinar a área do território brasileiro onde deveria ser executado o plano de valorização econômica previsto no Artigo 199 da Constituição de 1946. Tais estudos, que recuperam a historicidade da construção do conceito de Amazônia Legal, são encontrados em: SOARES, Lúcio de Castro. Delimitação da Amazônia para fins de planejamento. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano X, n. 2, abr./jun. 1948, p. 163-210; _____. Limites meridionais e orientais da área de ocorrência da floresta amazônica em território brasileiro. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano XV, n. 1, jan./mar. 1948, p. 3-95.

¹⁰ BRASIL. Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a Superintendência da sua execução e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1953a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1806-6-janeiro-1953-367342-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 21 set. 2013.

¹¹ Diante de propostas de delimitação apresentadas pelo Conselho Nacional de Geografia, com base em critérios fisiográficos e pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, a partir de critérios geodésicos, adotou-se esta última, com algumas alterações. Desse modo, para efeito de planejamento econômico a Amazônia foi legalmente delimitada pelo artigo 2º da Lei 1806 como a região compreendida pelos Estados do Pará e do Amazonas, pelos territórios federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco, e ainda a parte do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo de 16º, a do Estado de Goiás a norte do paralelo de 13º e a do Maranhão a oeste do meridiano de 44º. Sobre o processo de delimitação da Amazônia Legal, consultar: MOREIRA, Eidorfe. Os critérios delimitativos e a delimitação legal. In: _____. *Amazônia: o conceito e a paisagem*. Conselho Nacional de Pesquisas. Belém, 1958, p. 33-37.

Mapa 1: Limites da Amazônia Legal, nos termos da Lei 1806, de 6 de janeiro de 1953.



Fonte: IBGE (1958, p. 10).

Adaptado por: Tabilla Leite

A lei estabelecia, ainda, em seu Artigo 12º, que o Plano de Valorização Econômica da Amazônia seria executado “na ordem de planejamentos parciais, em períodos de cinco anos”. No entanto, até a aprovação legal das operações previstas para a sua efetiva operacionalização, e de acordo com o Artigo 19, sua execução seria iniciada em caráter preliminar, por meio de um Programa de Emergência, aprovado pelo presidente da República, mediante créditos suplementares ou especiais. Tal medida contemplava os projetos e empreendimentos já devidamente estudados e considerados indispensáveis à valorização

econômica da Amazônia, assim como aqueles considerados preliminares ou preparatórios da organização definitiva do Plano.

Para promover o planejamento e a execução do plano de valorização econômica da Amazônia, através do artigo 22º desta Lei criou-se a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, sediada em Belém, capital do estado do Pará, com autonomia administrativa e diretamente subordinada ao presidente da República. Nos termos legais, sua função institucional consistia em “fornecer elementos necessários à elaboração do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, promover a sua execução, coordenação e controle”.¹²

As ações da SPVEA foram norteadas, portanto, pelas diretrizes da política de valorização econômica preconizada para a Amazônia, a saber: a) assegurar a ocupação da Amazônia em um sentido brasileiro; b) construir na Amazônia uma sociedade economicamente estável e progressista capaz, de com seus próprios recursos, prover a execução de suas tarefas sociais e; c) desenvolver a Amazônia num sentido paralelo e complementar ao da economia brasileira.¹³

Uma comissão de planejamento dos trabalhos técnicos composta de quinze membros, sendo seis técnicos, nomeados pelo presidente da República e nove representantes dos estados e territórios amazônicos, foi instituída pelo artigo 24º. A equipe foi presidida por Arthur César Ferreira Reis, historiador amazonense, político e escritor, autor de uma profícua produção sobre a Amazônia, tendo sido nomeado primeiro presidente da SPVEA.¹⁴

Esta comissão foi incumbida de organizar num prazo de nove meses um plano de valorização econômica da Amazônia para um período de cinco anos. Inicialmente a equipe elaborou o Programa de Emergência, proposto para ser executado no ano de 1954 e, ao fim desta tarefa, deu continuidade à elaboração do Plano quinquenal, proposto para o período 1955-1959.

¹² Decreto nº 34.132, de 9 de outubro de 1953. Aprova o Regulamento do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1953b. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-34132-9-outubro-1953-323730-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 21 set. 2013.

¹³ SPVEA. *1º Plano de Valorização Econômica da Amazônia (1955-1959)*. SPVEA: Belém, 1955, v. 1, p. 24-25.

¹⁴ Arthur César Ferreira Reis teve um papel de destaque no planejamento do desenvolvimento da Amazônia, seja no exercício de cargos públicos estratégicos no que tange ao planejamento regional, seja publicando suas reflexões sobre a realidade amazônica. No final dos anos 60, fundou a revista “A Amazônia Brasileira em Foco”, onde diversos intelectuais apresentavam suas reflexões sobre a região. Sua produção historiográfica permeia e reflete essa vasta experiência e certamente representa uma importante fonte de conhecimento acerca dos processos históricos envolvendo o planejamento do desenvolvimento regional.

Entre as dificuldades enfrentadas pelo grupo de trabalho destacou-se a falta de informações sistematizadas sobre os quantitativos da fauna, da flora e dos recursos do subsolo para fundamentar a sua proposta. Por esta razão, uma das principais proposições da comissão foi a implementação de equipes de estudos e levantamentos sobre o potencial da região, a definir resultados a serem alcançados num limite de 20 anos. Desse modo, o primeiro plano quinquenal teve um caráter preliminar, impondo-se uma revisão anual e seu ajustamento ao resultado das pesquisas por ele previstas ao conhecimento dos dados ainda ignorados acerca da realidade socioeconômica regional.

A operacionalização das ações propostas no plano, especialmente no que tange à exploração dos recursos naturais, teve o apoio significativo de instituições como o Instituto Agrônomo do Norte (IAN), criado em 1939, com a finalidade de realizar pesquisas e experimentos com vistas ao desenvolvimento da agricultura na região e o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), criado em 1952, sob a chancela do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), tendo exercido um papel fundamental no “levantamento da realidade física amazônica”.

Os trabalhos de elaboração do Plano de Valorização Econômica da Amazônia receberam, ainda, a assessoria técnica da Organização para Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO), através das chamadas “Missões Florestais”. Estas constituíam equipes especializadas em exploração de recursos florestais e mercado de madeiras. A primeira “Missão Florestal” ingressou na Amazônia em 1951, por meio de acordo entre a FAO e o ministério da agricultura brasileiro, sendo posteriormente transferido para a alçada da SPVEA.

Ao analisar as condições da indústria madeireira na região, o grupo técnico da FAO concluiu que, em função da extensão da cobertura vegetal e do volume do sistema hidrográfico, as florestas constituíam o recurso de mais fácil e imediata utilização na Amazônia. Tal perspectiva teve diversos desdobramentos nas ações propostas pelo plano de valorização econômica para o quinquênio 1955-1959, especialmente no que se refere à exploração florestal.

A ideia de valorização econômica da Amazônia, segundo o Plano de Valorização da Amazônia perpassava por uma “reabilitação” de suas populações, através da alimentação, da assistência à saúde, o saneamento e a educação. De acordo com o documento “Concepção Preliminar da Valorização Econômica da Amazônia”, elaborado pela comissão técnica de elaboração do Primeiro Plano Quinquenal em 1953 “o efeito futuro e a permanência dos

resultados da Valorização Amazônica dependem da conversão da população a novos hábitos e técnicas”.¹⁵

Sob essa ótica, o ambiente natural era rico em recursos, mas, a priori, o fator humano, escasso e disperso, não possuía os atributos necessários para modificar a situação de atraso em que se encontrava a região. O projeto de Valorização preconizava, portanto, a qualificação e o adensamento da população regional para o crescimento econômico, sob pena de retardá-lo ou inviabilizá-lo. A noção de “vazio demográfico” na Amazônia, aliás, foi uma constante não apenas neste plano, mas também nos subsequentes.

A ideia da abundância de recursos naturais dispersos em uma floresta tropical intocada, pontuada por espaços vazios e com uma população rarefeita materializava, por excelência, o espaço carente da ação estatal. Sob essa lógica, a suposta “pujança” de recursos característica da região, expressa de forma recorrente no Plano, não teria logrado a constituição de uma sociedade estável. Somente através do aparato institucional, político e econômico encarnado no Estado é que seria possível submeter a exploração dos recursos à racionalidade técnico-científica, promover a integração dos espaços e fomentar o adensamento demográfico, fatores essenciais à superação da estagnação social e econômica em que a região se encontrava. A promoção do desenvolvimento, com base na industrialização em escala, na urbanização e no assalariamento do trabalho representava a solução para a “recuperação” deste território e de suas populações.

As proposições preconizadas pelo Plano, em especial no que se concerne aos recursos naturais, compreenderam, de modo geral, estudos e pesquisas sobre alguns componentes do ambiente, considerados riquezas produtivas potenciais, com o objetivo de subsidiar o seu aproveitamento econômico. Nestes termos, foram realizados inventários florestais, visando identificar as espécies botânicas mais frequentes, o volume de madeira possível de ser obtido de acordo com o diâmetro das árvores, as essências vegetais mais representativas, seus respectivos usos e característica. Por meio de tais ações se buscava realizar um balanço geral da floresta inventariada, com vistas a identificar seu “valor industrial e antevisão tecnológica e econômica de seu aproveitamento”.¹⁶

Em relação aos recursos minerais, foram realizados levantamentos fotogeológicos, aerofotogramétricos e agrogeológicos, além de pesquisas de campo, em diversas áreas selecionadas, para determinar possibilidades de ocorrências minerais, como cassiterita (rios

¹⁵ SPVEA. *Concepção Preliminar da Valorização Econômica da Amazônia*. Rio de Janeiro, 1954a, p. 26.

¹⁶ SPVEA. *SPVEA 1954-1960. Política de Desenvolvimento da Amazônia*. Rio de Janeiro: Gráfica Livro, 1961, 2 v. p. 51.

Machado e Jaci-Paraná, em Rondônia), bauxita, minérios de ferro, cromita e manganês (Amapá), e calcário nas formações Pirabas (Bragança, Pará)¹⁷ e Maicuru (Baixo Amazonas), além de bauxita fosforosa (Maranhão) e evaporitos (Baixo Amazonas).¹⁸

Em 1960, a SPVEA realizou uma avaliação de sua atuação, concluindo que praticamente todas as suas metas não foram alcançadas. Pressões de cunho político, que limitavam a autonomia da instituição planejadora, os atrasos no repasse de recursos, o caráter abrangente dos objetivos, a extensão da região e o relativo desconhecimento sobre ela foram apontados como fatores que dificultavam a realização das ações propostas ao desenvolvimento da região.¹⁹

A forma de conduzir e organizar o planejamento para a região foi modificada com o golpe civil-militar de 1964. Em meio a modificações estruturais na ordem constitucional e administrativa do país, o governo federal, através da Lei nº 5173, de 27 de outubro de 1966, extinguiu a SPVEA e, ao mesmo tempo, instituiu a SUDAM, com o objetivo principal de “planejar, promover a execução e controlar a ação federal na Amazônia”.²⁰ Desse modo, doravante, o planejamento do desenvolvimento da Amazônia ficou a cargo da SUDAM, cujas atribuições institucionais estabeleciam a elaboração, coordenação e execução de um novo Plano de Valorização Econômica da Amazônia.²¹ Além do 1º Plano Quinquenal de Desenvolvimento (1967-1971), que resultou da “nova” política de valorização da Amazônia, durante o período da ditadura civil-militar foram elaborados mais 3 planos, a saber: I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1972-1974); II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1975-1979) e III Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1980-1985).

O Primeiro Plano Quinquenal de Valorização Econômica da Amazônia, proposto pela SPVEA para o período 1955-1959, suas diretrizes, metas e estratégias e instrumentos de ação, assinalou, portanto, o marco inicial de nossa análise. Em perspectiva semelhante serão analisados os planos seguintes, supramencionados, finalizando com a discussão do III Plano de Desenvolvimento da Amazônia. Neste último já se incorpora, com certo grau de precisão,

¹⁷ As pesquisas nesta região serviram de base à instalação da primeira fábrica de cimento da Amazônia, em Capanema, que naquela conjuntura pertencia ao município de Bragança do Pará, financiada pela SPVEA.

¹⁸ SPVEA, op. cit., 1955, p. 51

¹⁹ SPVEA, op. cit., 1961, p. 51

²⁰ BRASIL. *Lei nº 5.173*, de 27 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, extingue a SPVEA, cria a SUDAM e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5173.htm>. Acesso em 21 set. 2013.

²¹ A SUDAM foi criada no bojo da “Operação Amazônia” que designa um conjunto de instrumentos legais e medidas administrativas criadas em 1966, pelo governo federal, na gestão de Castelo Branco, que, entre outras ações, reformulou a SPVEA, incorporada pela SUDAM, ampliou a política de incentivos fiscais na Amazônia, criou a Zona Franca de Manaus e transformou o Banco de Crédito da Amazônia em Banco da Amazônia S.A.(BASA), ampliando sua esfera de ação (PANDOLFO, 1994).

aquilo que inicialmente denominamos questão ambiental, isto é, um conjunto de regras, normas para o uso e a manutenção dos chamados recursos naturais da Amazônia sob o conceito de conservação da natureza, ainda que mantendo a ideia central de planejamento do desenvolvimento econômico.

A construção discursiva da Amazônia como área de imensas possibilidades econômicas, representadas pelos seus recursos naturais, é uma constante na história e historiografia da região. Crônicas, relações, legislação, planos de ocupação e exploração exprimem esta visão ao longo de diversos contextos. Historicamente, portanto, a Amazônia tem sido percebida como fornecedora de “matérias primas”, e, a partir do último quartel do século XX, como “repositório de biodiversidade”, reserva de “recursos naturais”, e prestadora de “serviços ambientais”.²² Devido ao potencial geopolítico dos seus recursos, especialmente a diversidade biológica e a disponibilidade de água doce, a Amazônia ocupa o centro do debate contemporâneo acerca da equação meio ambiente e desenvolvimento.

O lugar emblemático ocupado pela natureza a partir da segunda metade do novecentos, caracterizado pelo estabelecimento gradativo de parâmetros normativos ao acesso, manutenção, controle e uso dos recursos naturais nos processos produtivos, é tributário de diferentes influências conjunturais. Esse processo foi orientado pela apropriação, elaboração e/ou reformulação de diversas categorias conceituais e normativas, associadas às ideias de desenvolvimento e de natureza, como progresso, modernização, crescimento econômico, ecodesenvolvimento, conservação, preservação, biodiversidade,, ambientalismo, sustentabilidade, serviços ambientais entre outros.²³

Compreender como estas categorias se tornaram importantes no contexto histórico desse debate a ponto de dar legitimidade e autoridade a determinadas ações, endossadas por protocolos ambientais internacionais, com implicações significativas sobre a sociedade, é condição fundamental para a análise de sua influência sobre o planejamento do desenvolvimento da Amazônia.

²² Serviços ambientais referem-se às funções exercidas pelos componentes do ambiente. A floresta amazônica, por exemplo, devido a densa cobertura vegetal, é uma grande armazenadora de carbono, o que reduz significativamente a intensidade dos gases de efeito estufa sobre o planeta.

²³ Sobre a construção da ideia de progresso e seus desdobramentos conceituais, consultar: NISBET, Robert. *História da ideia de progresso*. Brasília: Editora da UNB, 1985. Sobre o ecodesenvolvimento, consultar: SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986. A distinção entre conservacionismo e preservacionismo pode ser encontrada no instigante trabalho de Diégues: *O mito moderno da natureza intocada*. Uma discussão interessante sobre os serviços ambientais é realizada por José Aroudo Mota na obra *O valor da natureza: economia e política dos recursos ambientais*. As convergências entre sociodiversidade e biodiversidade são abordadas por Walter Neves em *Sociodiversidade e biodiversidade: dois lados de uma mesma equação*. In: ARAGÓN, Eduardo (Org.). *Desenvolvimento Sustentável nos Trópicos Úmidos*. Belém: UNAMAZ; UFPA, 1992, p. 366-397.

A problemática discutida nesta tese inscreve-se, desse modo, no processo histórico de discussão dos impactos das atividades humanas sobre o ambiente, num contexto marcado por uma expansão industrial e agrícola sem precedentes, desencadeada a partir do pós-segunda guerra, e suas implicações sobre a racionalidade econômica e tecnológica dominantes. As premissas teóricas deste debate foram orientadas pela discussão de variáveis utilitaristas, funcionais, estéticas, conservacionistas, preservacionistas entre outras, reflexos de diferentes concepções sobre o mundo natural.

Tais concepções fundamentaram discursos e práticas no âmbito da ciência, na esfera política e no campo da sociedade civil. Suas perspectivas analíticas disseminaram-se na comunidade científica, por estruturas governamentais, em entidades não governamentais e no setor privado. Efetivamente, a equação desenvolvimento e meio ambiente pode ser apontada como uma das problemáticas mais relevantes da segunda metade do século XX.

A análise dos planos de desenvolvimento da Amazônia, elaborados e executados entre os anos de 1955 e 1985, articulada aos contextos históricos nacional e internacional, possibilita compreender como o debate ambiental, em curso no período, influenciou as diferentes percepções e modos de utilização dos componentes do ambiente para fins de desenvolvimento econômico.

O Primeiro Plano Quinquenal de Valorização Econômica da Amazônia (PQVEA), proposto para o período 1955-1959, estabeleceu como objetivo primeiro e orientador:

[...] promover o desenvolvimento da produção agrícola, tendo em vista as condições ecológicas da região, a diferenciação e a fertilidade dos solos, o zoneamento e a seleção de áreas de ocupação no sentido de maior produtividade do trabalho e melhor rendimento líquido; a produção extrativista da floresta, na base dos preços mínimos compatíveis com o custo da vida na região.²⁴

Neste plano, os componentes do ambiente amazônico foram subdivididos em águas, florestas, solos e subsolo, concebidos como recursos naturais para a produção de matérias primas a serem apropriadas em escala, para fins de crescimento econômico. Nesta perspectiva, a floresta forneceria madeira; os solos serviriam de base para a agropecuária, especialmente os campos naturais; os rios representavam fonte de alimento, a ser desenvolvida por meio da indústria pesqueira; e o subsolo, forneceria minérios.

Não se apresentava nenhum questionamento nos planos acerca da apropriação desses elementos nem quaisquer restrições ao seu uso, a não ser as já previstas na legislação existente. O plano enfatizava o conhecimento sobre os recursos, para melhor subsidiar sua utilização. A floresta era considerada o recurso de mais fácil e rápida exploração, tendo em

²⁴ SPVEA. *Primeiro Plano Quinquenal (1955-1959)*. SPVEA: Belém, 1955. p. 20.

vista a constituição de um promissor mercado de madeiras no contexto pós- segunda guerra mundial. No que tange à sociedade regional, a valorização econômica preconizava a “recuperação das populações amazônicas”, de modo que estas adquirissem os atributos desejáveis e necessários para modificar a realidade socioeconômica regional, conforme definido pelo Plano.

Por sua vez, no plano subsequente, o Primeiro Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Amazônia (PQDAM), formulado no âmbito da SUDAM para execução entre 1967 e 1971, embora o discurso acerca da importância da utilização dos recursos para fins de desenvolvimento econômico tenha se mantido, algumas mudanças na qualificação e nas percepções de sua apropriação e uso já se faziam notar. Ao relacionar os recursos naturais amazônicos, além do potencial pesqueiro, o Plano enfatizava o potencial hidrelétrico representado pelos rios. Ademais, já se estabeleciam, ainda que de modo sutil, restrições de cunho ambiental ao aproveitamento dos recursos e a criação de mecanismos que exercessem certo controle sobre a sua utilização. O Plano anunciou a criação de programas “dedicados à preservação dos recursos naturais da região, florestais e animais, que combatem a sua exploração predatória, visando a renovação de cobertura florestal e a conservação das espécies raras ou em vias de extinção”.²⁵ Ao mesmo tempo, as diretrizes governamentais delineadas no documento, orientadas para a expansão capitalista na Amazônia por meio da política de incentivos fiscais, engendraram um processo de mercadorização das terras, com profundos reflexos sobre o ambiente e a sociedade regionais.

No I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (I PDA), proposto para ser executado no período de 1972 a 1974, os recursos naturais foram agrupados em três categorias: Terras, Águas e Floresta. As águas foram apresentadas como uma “grande faixa de recursos”, considerando seu potencial hidrelétrico e pesqueiro e sua condição de principal via de transporte regional. Quanto à floresta, o Plano preconizou a expansão do setor madeireiro com “a introdução das novas técnicas indicadas pela moderna ciência florestal”.²⁶ Por sua vez, em relação à terra, se programou uma série de levantamentos, estudos e pesquisas objetivando ao “duplo aproveitamento dos solos e subsolos”. Esta medida visava uma avaliação da capacidade de uso da terra, para a “formulação de diretrizes que permitam à região o desenvolvimento de atividades agropecuárias, em nível consentâneo com a vasta disponibilidade de terras existentes”.²⁷

²⁵ SUDAM. *Primeiro Plano Quinquenal (1967-1971)*. Serviço de Documentação e Divulgação. Belém, 1967.

²⁶ SUDAM. *I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1972-1974)*. SUDAM: Belém, 1971, p. 43.

²⁷ Idem, p. 44.

Enquanto nos planos anteriores o foco das pesquisas, visando subsidiar o melhor aproveitamento dos recursos, tinha sido a floresta, no I PDA se enfatizou as possibilidades de uso dos solos para práticas agropecuárias. As medidas preconizadas no Plano foram operacionalizadas, em parte, por meio do Programa de Integração Nacional (PIN) e do Projeto Radares da Amazônia (RADAM), os quais propiciaram a identificação e a localização precisa dos recursos bem como a criação de infraestrutura para sua exploração em escala.

O II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (II PDA), programado para o período 1975-1979, foi assinalado pela definição de polos de desenvolvimento agropecuários, mineradores e florestais em quinze áreas da Amazônia definidas como prioritárias ao planejamento estatal. Em perspectiva similar aos anteriores, sintetizou as potencialidades naturais da região e suas condições de aproveitamento, elencando como principais os recursos minerais, florestais, pesqueiros, hídricos e os do solo. No entanto, nele é possível observar a existência de dispositivos legais e institucionais regulando o planejamento do uso dos recursos. Ao mesmo tempo em que enaltecia o potencial econômico destes recursos, especialmente os florestais, o Plano enfatizava a necessidade de não explorá-los de modo predatório, sujeitando-os à exaustão. No entanto, a retórica ambiental expressa no documento não se refletiu nas políticas desenvolvimentistas, intensamente predatórias do ambiente e desarticuladoras de modos de vida socialmente construídos na região baseados em outras concepções de natureza que não a exclusivamente mercantil.

Refletindo as demandas de um movimento ambientalista em formação e atendendo a exigências de instituições internacionais de fomento ao desenvolvimento, o III Plano de Desenvolvimento da Amazônia (III PDA), formulado para execução entre 1980 e 1985, preconizou a necessidade de regular o uso dos recursos naturais, com vistas a assegurar sua conservação. Ressaltou, ainda, a importância de conciliar a exploração florestal e o uso da terra em geral “com medidas conservacionistas que assegurem a proteção contínua dos recursos naturais renováveis e o estabelecimento de Parques Nacionais, Florestas Nacionais, Reservas Biológicas, Reservas Indígenas etc.”²⁸

A modificação na percepção do ambiente e das questões ambientais no tocante ao desenvolvimento regional revela-se de maneira clara e precisa neste plano. Apesar da persistência de uma visão que considerava os recursos naturais amazônicos como elementos estratégicos à operacionalização do crescimento econômico, sua utilização passa a ser planejada considerando a conciliação com princípios e medidas conservacionistas. O plano

²⁸ Idem, p. 22.

proposto para o desenvolvimento da Amazônia na primeira metade da década de 80 expressou, pois, mais nitidamente, o processo de mudança tanto nos discursos como nas ações estatais relacionadas ao uso dos recursos naturais amazônicos. Com base no debate ambiental que se projetava na esfera internacional, dando origem a instituições, dispositivos legais etc. em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Meio Ambiente, instituída pela Lei nº 6938, de 31 de agosto de 1981,²⁹ o III PDA revelou um planejamento da utilização dos recursos dentro dos limites estabelecidos por estes instrumentos.

Por outro lado, com a promulgação, em 1988, da nova Constituição Federal, novas premissas foram estabelecidas em relação à natureza, consubstanciadas no capítulo VI do texto constitucional, dedicado ao meio ambiente.³⁰ Ademais, a década de 1980 é marcada por profundas mudanças nas escalas regional, nacional e internacional, que conformaram a criação de uma “agenda ambiental” contemporânea, atualmente consolidada tanto na esfera política como no campo científico, sob o conceito do desenvolvimento sustentável.

Estes planos são as fontes centrais da tese.³¹ Eles fazem parte de um conjunto documental produzido no âmbito de instituições governamentais, responsáveis pelo planejamento do desenvolvimento na Amazônia. Foram formulados em contextos em que a ação planejadora estatal era considerada fundamental à promoção do desenvolvimento. Efetivamente, a convicção na eficácia do planejamento como um mecanismo de interferência técnica e científica sobre a natureza e o “homem” amazônicos, que iniciou com o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, nos anos 50, persistiu ao longo dos governos militares e da Nova República. A elaboração de planos de desenvolvimento, estabelecendo um conjunto de ações a serem executadas por períodos definidos e atendendo a determinadas metas constituiu um marco concreto desse pensamento.

As fontes devidamente compiladas na fase inicial da pesquisa encontram-se nos arquivos da sede da SUDAM, em Belém e encerram um vasto e profícuo conteúdo acerca do

²⁹ BRASIL. *Lei 6.938*, de 31 de agosto de 1981. Esta Lei, de acordo com o disposto em seu Artigo 1º estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, constituiu o Sistema Nacional do Meio Ambiente, criou o Conselho Nacional do Meio Ambiente e instituiu o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm>. Acesso em: 23 mar. 2013.

³⁰ No Art. 225, do capítulo dedicado ao meio ambiente, o dispositivo constitucional preconizou que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

³¹ Ao longo do recorte temporal estudado outros planos governamentais foram elaborados e executados, como o Plano de Metas, proposto pelo governo de Juscelino Kubistchek (1956-1961), o Plano Trienal, proposto para execução no período de 1963 a 1965, pelo governo de Jânio Quadros, interrompido pelo golpe de 1964; e o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), primeiro plano econômico do governo ditatorial instaurado em 1964, executado pelo presidente general Castelo Branco entre 1964 e 1967. No entanto, esta tese se aterá estritamente aos planos de valorização e de desenvolvimento da Amazônia.

pensamento produzido no âmbito do Estado brasileiro sobre a Amazônia, bem como os interesses econômicos, políticos e institucionais dos governos vigentes durante sua produção e que nortearam as políticas públicas de desenvolvimento planejadas e implementadas na região. Nos Planos é possível identificar as ideias de natureza que qualificam e classificam a floresta, os rios, as populações, o solo, o subsolo.

Em que pese as diferentes temporalidades em que foram produzidos os Planos de Desenvolvimento, a leitura destes documentos evidencia, de modo geral, que as diretrizes de desenvolvimento formuladas para a Amazônia incorporaram uma perspectiva utilitária de natureza. A extração de madeiras e de minérios, o aproveitamento energético dos rios e a ocupação das terras supostamente vazias pela agropecuária, por empreendimentos madeireiros e mineradores são propostas de ações apresentadas nos planos como as formas mais diligentes e apropriadas de se promover o desenvolvimento na região.

Sob diversos termos como “ocupar e desenvolver economicamente os espaços inaproveitados do território nacional”, “cumprir a tarefa desenvolvimentista deste imenso rincão brasileiro”, promover a “integração do desenvolvimento do Nordeste com a estratégia de ocupação econômica da Amazônia”, “ampliar o conhecimento das potencialidades dos recursos naturais e sua consequente difusão e utilização”, os Planos carregaram e reproduziram estigmas e pré-conceitos acerca da natureza e da sociedade amazônicas, que persistem no tempo. Ideias como as de “vazio demográfico” e a “indolência do homem nativo” e o caráter improdutivo do extrativismo, estereótipos construídos historicamente, refletiram-se, portanto, na retórica estatal expressa nestas fontes.

Os Planos constituem, portanto, um repertório sistemático e detalhado acerca das preocupações, das prioridades, objetivos, diretrizes e estratégias institucionais que nortearam as políticas de desenvolvimento regional com base na gestão dos componentes da natureza amazônica. Ressalte-se que essa documentação, apesar da riqueza de suas possibilidades analíticas tem sido pouco explorada nas interpretações contemporâneas sobre a região, especialmente pela historiografia regional.³² Nestes termos, e à luz de tais fontes, a tese pressupõe a História como um interlocutor qualificado nesse debate.

Embora os Planos de Desenvolvimento constituam suas fontes principais, a abordagem da problemática proposta pela tese exige a análise de outros documentos, igualmente importantes para a contextualização histórica do objeto de pesquisa. Nestes termos, o

³² A pesquisa bibliográfica efetuada revelou que a problemática do desenvolvimento na Amazônia é tema recorrente na produção científica, principalmente no campo da Sociologia, da Ciência Política e da Economia, porém descuidado pela historiografia, sobretudo a regional.

conjunto de fontes que subsidiaram empiricamente este trabalho é diversificado. Compreende, além dos Planos, legislações, relatórios, periódicos, como “A Amazônia Brasileira em Foco”, a Revista Amazônia, editada pela Associação dos Empresários da Amazônia, a Revista Realidade, publicada pela Editora Abril, entre os anos de 1966 e 1976, jornais de circulação nacional, como a Folha de São Paulo, Jornal do Brasil e O Globo, pronunciamentos governamentais e imagens, especialmente mapas produzidos ao longo do recorte temporal da tese.³³

Embora utilizando diversas representações cartográficas oficiais no decorrer da tese, não desconhecemos os significados políticos de sua produção.³⁴ Precisamente, as compreendemos como uma engrenagem estratégica do planejamento do desenvolvimento regional, por meio da qual se projetavam as pretensões desenvolvimentistas sobre os ecossistemas amazônicos, ao mesmo tempo em que se procurava ocultar a história social neles engendrada. Nesse sentido, seguimos a perspectiva analítica de Brian Harley, que compreende os mapas como “expressões de poder”.³⁵ Os mapas que ilustram o trabalho são considerados, portanto, representações espaciais de um projeto de poder baseado na apropriação e exploração em escala dos recursos naturais amazônicos, consubstanciado nos planos de desenvolvimento elaborados ao longo da temporalidade abordada, que refletiam as concepções de natureza e sociedade inscritas no pensamento estatal naquele contexto histórico.

Por meio dessa documentação foi possível compreender as distintas percepções e proposições do estado nacional, de parte da intelectualidade e de cientistas especializados, acerca da natureza amazônica e sua apropriação para projetos de desenvolvimento econômico. Este conjunto de fontes é fundamental, pois, para explicitar o processo de mudança na ressignificação da natureza para a sua apropriação para a promoção do desenvolvimento, nas escalas regional, nacional e internacional.

Por se tratar de documentação textual, metodologicamente as fontes que embasam a tese são consideradas como um campo discursivo passível de decifração, questionamento e análise

³³ Parte das legislações produzidas ao longo do recorte temporal abordado na tese foi consultada nos *sites* da Câmara e do Senado Federal, onde se encontram disponíveis para acesso. Por sua vez, as edições dos periódicos Folha de São Paulo e O Globo referenciadas foram consultadas nos bancos de dados de seus respectivos sites, onde se mantêm digitalizados os números antigos. As edições de Jornal do Brasil foram consultadas no acervo da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

³⁴ Os mapas apresentados na tese são procedentes de diversas fontes, como os próprios planos de desenvolvimento, relatórios do Projeto RADAM e publicações institucionais dos órgãos de planejamento, tendo sido adaptados para utilização neste trabalho pela geógrafa Tabila Verena Leite.

³⁵ HARLEY, Brian. Mapas, saber e poder. *Confins* [Online], nº 5, 2009. Disponível em: <<http://confins.revues.org/5724>>. Acesso em: 23/08/2015.

dos distintos contextos históricos em que foram produzidas. Desse modo, os Planos de Desenvolvimento, as legislações, os pronunciamentos, relatórios, imagens e os periódicos consultados são analisados em sua dimensão textual, sob três perspectivas, apontadas por Barros, como essenciais à interpretação de textos arrolados como fontes históricas, a saber: a intratextualidade, concernente aos seus aspectos internos – estilo de linguagem, recorrência de determinados termos, estratégias de retórica, modo de organização da narrativa etc.; a intertextualidade, relativa a interlocução explícita ou implícita com outros textos, outras referências; e o contexto, precisamente a relação do texto com a realidade histórica que o produziu e que lhe confere sentidos e significados.³⁶

O recorte temporal escolhido inscreve esse trabalho num período que, em meio a discussões ainda não conclusivas e não hegemônicas na arena historiográfica, tem se convencido denominar “tempo presente”. Esse debate está inserido em um contexto mais amplo de transformação da História, que rompe com a necessidade do distanciamento para a realização da análise histórica, compreensão que informou por muito tempo o *métier* do historiador, delimitando rigidamente as fronteiras de sua atividade.³⁷

A despeito de muitas resistências à sua incorporação como objeto historiográfico, e das controvérsias acerca dos marcos cronológicos definidores de seus recortes, os estudos do tempo presente têm se expandido e se legitimado. O Instituto de História do Tempo Presente (IHTP), criado na França nos anos 1970, por um conjunto de pesquisadores com publicações especialmente debruçadas sobre a história nacional do pós-guerra, bem como sua teoria e método, tem se destacado nesse processo.³⁸ Suas reflexões articulam-se à importância e à dimensão que acontecimentos cruciais do século XX, como o nazismo, a segunda guerra, o holocausto, as guerras coloniais e o fim do comunismo exercem sobre a consciência coletiva europeia, especialmente a francesa.³⁹

Independente das limitações dos recortes cronológicos de um estudo pautado pela História do Tempo Presente, que vem tentando ocupar e “validar” o seu espaço no território historiográfico, interessa a construção que o historiador faz de seu objeto de estudo, para responder a uma problemática. Nesse sentido, tal perspectiva coloca-se ao historiador fundamentalmente como “prática política, de uma escrita que pensa um passado

³⁶ BARROS, José D’Assunção. *O campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.

³⁷ FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. *Revista Cultura Vozes*, Petrópolis, v. 94, n. 3, p. 111-124, maio/jun. 2000. In: PÔRTO JUNIOR, Gilson (Org.). *História do tempo presente*. Bauru: EDUSC, 2007.

³⁸ MULLER, Helena Isabel. História do tempo presente: algumas reflexões. In: PÔRTO JUNIOR, op. cit., p. 17-29.

³⁹ Idem.

problematizado por questões vividas no presente”.⁴⁰ É essa abordagem que se acredita fundamental na interpretação das apropriações e usos do ambiente amazônico pelo planejamento do desenvolvimento regional, no período proposto.

Na perspectiva conceitual são fundamentais para a compreensão da problemática proposta pela tese as categorias: natureza e desenvolvimento, cujos sentidos e significados historicamente construídos, refletem e ao mesmo tempo constituem experiências sociais, tornando-se pressupostos de teorias, ações políticas e aplicações técnicas.⁴¹

Optou-se, portanto, nesta tese, por uma perspectiva historiográfica que interpreta a natureza como um espaço utilizado, apropriado e (re)significado pela cultura, numa relação dinâmica e multidimensional. Para além de seus componentes e processos biogeoquímicos, compreende-se a natureza como parte da sociedade, sobre a qual esta estabelece suas bases materiais e simbólicas.⁴²

Nestes termos, pressupõe-se que a apropriação e utilização dos recursos naturais possuem sentidos e significados diversos e refletem as múltiplas dimensões da interação sociedade – natureza. E implicam também relações de poder, à medida que práticas de uso, distribuição e consumo dos elementos da natureza podem ser normatizadas, imobilizadas, constringidas, preteridas ou incentivadas, de acordo com pressupostos técnicos, científicos e/ou políticos, como as fontes indicam ter ocorrido com os recursos naturais amazônicos, sob o planejamento estatal.

⁴⁰ MULLER, op. cit., p. 29.

⁴¹ O conceito de natureza é polissêmico, como se demonstrará ao longo desta tese. No entanto, considerando a recorrência do termo no texto, algumas considerações iniciais se fazem necessárias. O sentido clássico de natureza, sintetizado por Aristóteles, e mais comumente invocado refere-se às matérias, configurações e formas que se apresentam à percepção humana como existentes per se, como os processos geológicos, químicos e biológicos responsáveis pelos ciclos das águas, a fisiologia dos organismos ou a distribuição dos climas. No entanto, para os objetivos desta tese, nos interessa a dimensão histórica desses processos, isto é, como eles são apropriados, modificados, percebidos pelos seres humanos, ao mesmo tempo em que atuam sobre estes. Nesse caso, quando aludimos à “natureza amazônica”, não nos referimos apenas a um espaço transformado por processos biogeoquímicos que vêm ocorrendo ao longo de milhões de anos, e que engendraram formações florestais, redes hidrográficas e jazidas minerais expressivas, mas, sobretudo, às experiências sociais vivenciadas pelas populações que ao longo do tempo têm ocupado esse espaço, interagindo com ele em diversas escalas. Referimo-nos, ainda, às apropriações materiais, simbólicas e políticas que emergem desse processo. Face a essas considerações, esclareço que ao longo da tese são utilizados os termos natureza e ambiente. Isto se deve ao fato de que nas fontes eles são usados como sinônimos, considerando a concepção lato sensu de natureza. Ressaltamos, no entanto, que, do ponto de vista históricoambiental, seus significados são distintos. De acordo com Enrique Leff (2010, p. 75), a noção de ambiente derivou da percepção social das externalidades dos processos econômicos contemporâneos, como a degradação dos ecossistemas, a poluição industrial e a acumulação de dejetos, fomentando “problemáticas ambientais” e campos disciplinares “ambientais”. Conceitualmente, no contexto da tese, a expressão “componentes” do ambiente e/ou da natureza refere-se às águas, florestas, solos e subsolos ao passo que “recursos naturais” refere-se à sua apropriação e instrumentalização pelo planejamento estatal, ainda que em alguns momentos apareçam como sinônimos, de modo a facilitar a organização textual e evitar repetições.

⁴² No contexto desta tese, processos biogeoquímicos referem-se às interações entre elementos bióticos (organismos vivos) e abióticos (ar, água, solo, clima) processadas num ambiente geologicamente formado.

Por seu turno, o desenvolvimento é concebido nesta tese como um processo dinâmico e complexo, assinalado pela coexistência de causalidades distintas e contraditórias, como síntese das próprias transformações sociais, políticas, econômicas, culturais e ecológicas processadas na Amazônia ao longo do recorte temporal delimitado. Internalizam-se, nessa perspectiva, os preceitos de Caio Prado Júnior ao discorrer sobre a contribuição da historiografia, para a teoria e prática do desenvolvimento. Este autor enfatiza que, o desenvolvimento “[...] não pode ser incluído em modelos analíticos de alto nível de abstração, e deve ser tratado na base da especificidade própria e das peculiaridades de cada povo ou país a ser considerado”.⁴³ Daí, portanto, a importância das premissas históricas na sua interpretação.

A problematização dos processos históricos abordados nesta pesquisa pressupõe a apreciação de práticas produtivas, paradigmas econômicos, ferramentas de planejamento, estruturas institucionais, ideologias, discursos e ações, que orientaram a apropriação dos componentes do ambiente amazônico pelo planejamento do desenvolvimento entre 1955 e 1989. A tese requereu, por conseguinte, uma fundamentação teórica consistente, capaz de orientar uma interpretação crítica das fontes consultadas e nortear o diálogo com a bibliografia pertinente. Considerando essas premissas, a tese pautou-se pela perspectiva analítica da História Ambiental cujos pressupostos teóricos e metodológicos têm o propósito de “aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados”.⁴⁴

A História Ambiental, ao atribuir à natureza a condição de agente do processo histórico,⁴⁵ revela um esforço teórico em ampliar a compreensão das relações entre sociedade e natureza, considerando as mudanças processadas nas práticas produtivas, no conhecimento científico, na retórica política, nos padrões tecnológicos, nas políticas econômicas e nos valores e sentidos culturalmente atribuídos ao “natural”. Este campo de estudo pressupõe, portanto, um “alargamento de horizontes” do campo histórico, para além das temáticas e dimensões da historiografia convencional.⁴⁶

⁴³ PRADO JÚNIOR, Caio. *História e desenvolvimento: a contribuição historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 16.

⁴⁴ WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, 1991. V. 4. p. 198-215.

⁴⁵ WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na História. *Ambiente e sociedade*, Campinas, v. 6, n.1, p. 23-44, 2003.

⁴⁶ PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da História Ambiental. *Estudos Avançados*, v. 24, 2010, p. 81-101. WORSTER, op. cit.

A diversificação do campo historiográfico, que permitiu a incorporação da perspectiva ecológica na interpretação histórica, está inserida num amplo e complexo panorama de transformação da compreensão do mundo que converge para a visão da própria natureza como uma história, em permanente movimento de construção e reconstrução. Nestes termos, como parte do processo de renovação do campo historiográfico, a História Ambiental propõe-se a elaborar analiticamente uma compreensão histórica das relações entre sociedade e natureza. Suas premissas teóricas e metodológicas constituem o referencial interpretativo da problemática levantada pela tese.

Os estudos, pesquisas e a produção bibliográfica em História Ambiental convergem para três postulados teóricos, articulando fatores históricos e ecológicos, sob os quais a disciplina está assentada, a saber: 1) o caráter dinâmico, variável e transformador dos ecossistemas e organismos que compõem a natureza, cujos processos biogeoquímicos são afetados pela ação antrópica, ao mesmo tempo em que a condicionam; 2) o entendimento de que os diversos modos de interação das sociedades com o mundo natural ensejam formas distintas de arranjos sociais; e 3) a percepção de que os significados culturalmente atribuídos à natureza, seja no campo científico, seja no interior das relações sociais, repercutem na esfera política e nas relações de poder, na medida em que podem embasar e/ou justificar processos de gestão de recursos naturais e de políticas públicas ambientais.⁴⁷

Com base nesse conjunto de interesses, Drummond (1991) explicita determinadas características pertinentes a este campo de estudo como: o estudo das particularidades naturais de determinada região; a interlocução sistemática com as ciências naturais, com vistas ao entendimento das variáveis físicas e ecológicas dos contextos estudados; o interesse pelo enfoque utilitarista dado a determinados recursos, condicionando o seu uso; a diversidade de fontes, escritas e orais e a relevância do trabalho de campo, considerado pelo autor como essencial à identificação das marcas impressas na paisagem pela ação humana.⁴⁸

A História Ambiental pressupõe que não apenas as ideias sobre o mundo natural têm sido continuamente ressignificadas ao longo da História.⁴⁹ Elas também geram importantes repercussões sobre os mais diversos campos da ciência e da política, como a formulação de políticas ambientais e a gestão dos recursos naturais, e a (re)elaboração de conceitos. De fato, no contexto da pesquisa efetuada, evidenciou-se que a natureza amazônica foi representada

⁴⁷ WORSTER, op. cit., 1991; DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.

⁴⁸ DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.

⁴⁹ WILLIAMS, Raymond. *Palavras chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. Verbete Natureza. São Paulo: Boitempo, 2007. _____ Ideias sobre a natureza. In: *Cultura e Materialismo*. São Paulo: UNESP, 2011.

historicamente por diversos epítetos, reflexos diretos do pensamento social construído acerca deste *locus*, com desdobramentos nas políticas públicas de desenvolvimento que foram implementadas na região.

Este campo historiográfico indica, pois, um novo caminho para discutir a Amazônia, cuja história social se confunde, em larga medida, com a do próprio ambiente natural. Por abrigar uma das maiores biodiversidades do planeta e a maior extensão de ecossistemas florestais e de recursos hídricos, a Amazônia materializa as mais diversas representações e apropriações de natureza, ocupando um lugar estratégico no debate ambiental contemporâneo. Considerada um tesouro biosférico ou ícone ecológico da globalização,⁵⁰ a natureza amazônica encarna um conjunto diversificado de ideias, que por sua vez, inspiram, orientam ou legitimam a sua apropriação para os mais diversos fins.

Nesse sentido, a História Ambiental encontra na Amazônia um campo profícuo de análise, já que esta região engendrou uma história milenar de interação de diversos grupos humanos com os ecossistemas regionais, especialmente a floresta tropical e os rios. No interior de tais ecossistemas esses grupos estabeleceram relações sociais, exerceram alterações ambientais e construíram representações simbólicas como lendas, mitos, tabus alimentares que condicionaram os usos sociais dos recursos. A Amazônia também é palco por excelência de políticas de conservação ambiental, assentadas em determinadas ideias de mundo natural.

A considerar o papel estratégico dos recursos naturais amazônicos no planejamento do desenvolvimento da Amazônia, conforme se pode inferir da análise das fontes e as complexas variáveis sociais, políticas, econômicas, científicas e culturais que orientaram esse processo, a História Ambiental indica caminhos interessantes a serem trilhados nessa discussão. As perspectivas analíticas de alguns historiadores ambientais que têm se dedicado a estudar a região apresentam fundamentos teóricos e metodológicos inovadores e instigantes ao esforço de interpretação historiográfica do objeto da tese.

O modelo interpretativo de Warren Dean sobre a exploração econômica da borracha na Amazônia brasileira inovou em relação a estudos anteriores, que associavam a expansão, o apogeu e o declínio do produto a fatores econômicos e de ordem política, ao propor uma análise de tal processo a partir da perspectiva ecológica.⁵¹ Com base em seus conhecimentos de botânica Dean demonstrou que a tentativa de produção da *hevea* em larga escala no território amazônico era uma luta perdida, devido ao “mal das folhas” provocado pelo fungo

⁵⁰ PÁDUA, José Augusto. Um país e seis biomas: ferramenta conceitual para o desenvolvimento sustentável e a educação ambiental. In: _____. (Org.). *Desenvolvimento, justiça e meio ambiente*. Belo Horizonte: EDUFMG; São Paulo: Peirópolis, 2009, p. 118 -150.

⁵¹ DEAN, Warren. *A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*. São Paulo: Nobel, 1989.

Microcylus ulei e que se propagava mais facilmente entre as seringueiras cultivadas em fileiras homogêneas. Ao atribuir o fracasso de uma atividade econômica a um desequilíbrio ecológico, desconsiderado nas diversas tentativas públicas e/ou privadas de fomentar a heveicultura na Amazônia, o autor chama a atenção para a importância dos componentes naturais na compreensão das experiências sociais.

A análise do processo histórico de “arruinamento” de uma povoação no rio Jaú, efetuado por Vitor Leonardi, também revela um arcabouço metodológico interessante para se pensar as relações entre sociedade e natureza na Amazônia.⁵² Ao discutir as variáveis ambientais, especialmente a relevância dos rios para as populações amazônicas e as relações sociais ali engendradas, particularmente em torno do extrativismo, ele desvenda a ocupação do espaço e a exploração dos recursos naturais, nas continuidades e descontinuidades dos movimentos históricos que conduziram o “velho Airão” ao desaparecimento. Embora critique o reducionismo econômico predominante nos estudos sobre a Amazônia, Leonardi alerta para a necessidade de evitar um reducionismo ambiental nos estudos históricos da região, o que pode ser evitado através da abordagem multidisciplinar das questões amazônicas.

Por seu turno, ao defender a elaboração de um quadro conceitual amplo e renovado, baseado em uma visão integrada e multidimensional da Amazônia, Pádua propõe a convergência de três dimensões consideradas por ele fundamentais à compreensão da realidade amazônica: a biosfera, a história e a conjuntura. A biosfera representa o conjunto dos ecossistemas existentes na região e seus processos biogeoquímicos – ciclos hidrológicos, diversidade de espécies animais e vegetais etc., resultados de um processo de evolução natural muito anterior à presença humana e que prossegue atualmente, coexistindo com outros padrões, especialmente os relacionados à ação antrópica.⁵³

A dimensão histórica é compreendida como os processos de ocupação humana, que estabeleceram estruturas sociais relativamente estáveis no ecúmeno da floresta em diferentes momentos históricos e seus desdobramentos. Nesta perspectiva é necessário considerar os padrões estabelecidos pelas sociedades paleoindígenas e indígenas, que em uma convivência milenar com a floresta amazônica, acumularam um amplo arsenal de saberes sobre seu funcionamento; o padrão de ocupação e apropriação dos recursos instaurados pela chegada dos europeus, assentado na ocupação das vias fluviais, no subjugo dos povos indígenas e no estabelecimento de uma economia baseada na extração das “drogas do sertão”; a formação de

⁵² LEONARDI, Victor. *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1999.

⁵³ PÁDUA, José Augusto. Biosfera, história e conjuntura na análise da questão amazônica. *História, Ciências, Saúde*. V. 6, p. 793-811. Set. 2000. Suplemento.

uma população mestiça e de uma cultura cabocla, constituída de índios destribalizados, ribeirinhos e trabalhadores extrativistas.⁵⁴ Estes, de modo rarefeito foram adentrando no interior da bacia amazônica; o processo de exploração da borracha, em seus diversos momentos; as políticas de integração econômica da Amazônia, implementadas a partir da segunda metade do século XX, sob a ideologia nacional desenvolvimentista e seus desdobramentos funestos sobre a região, instaurando segundo o autor uma “grande desordem social-ecológica”.⁵⁵

A conjuntura é definida por Pádua como “o conjunto de iniciativas individuais, espontâneas, em busca do ganho de curto prazo, sem qualquer preocupação de se orientar por uma racionalidade histórica ou um bem superior comum”.⁵⁶ Segundo o autor, estas atividades costumam adequar-se aos padrões estruturais dominantes, podendo se tornar irrelevantes ao divergir deles ou seguir uma dinâmica expansiva e acabar por impor-se como o padrão dominante. A atividade garimpeira, a pecuária e a extração de madeira são exemplos de movimentos conjunturais perniciosos, porém lucrativos, em curto prazo, para os seus agentes. E, a despeito de seus custos ecológicos e sociais, tais práticas seguem em curso na Amazônia.

Conforme Pádua, a construção de um novo modelo histórico de desenvolvimento na Amazônia, assentado na sustentabilidade, há que considerar a conjugação destas três dimensões. Esta inferência remete às contribuições de Drummond, que reconhece a Amazônia como “foco de um debate científico, político e ideológico extenso, diversificado e polarizado a respeito das relações entre a sua ocupação humana e os seus componentes biofísicos, ou seja, entre natureza e sociedade”.⁵⁷ Por esta razão, este autor adverte para a postura recorrente na produção científica produzida por esse debate, que consiste em “fazer generalizações infundadas a partir de realidades locais ou setoriais”, desconsiderando que a Amazônia é enorme, diversificada e complexa.⁵⁸

Nessa direção, há que se destacar, ainda, o trabalho de Mourão sobre as permanências, tensões e rupturas envolvendo a extração e comercialização da palmeira de açaí no estuário

⁵⁴ O termo caboclo tem sido utilizado na literatura antropológica em alusão a um “tipo cultural” resultante do processo milenar de miscigenação biológica e cultural entre populações indígenas, europeias e africanas que vem se desenvolvendo na Amazônia desde a conquista portuguesa, acentuado a partir de 1850 com o início da exploração em escala da borracha (MORÁN, 1990; BRONDÍZIO, NEVES, 1996). Uma análise da construção histórica do conceito é encontrada em: LIMA, Déborah de Magalhães. A construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. In: *Novos Cadernos NAEA*, v. 2, nº 2, dez./1999, p. 5-32.

⁵⁵ PÁDUA, op. cit., 2000.

⁵⁶ Idem, p. 87.

⁵⁷ DRUMMOND, José Augusto. Recursos naturais, meio ambiente e desenvolvimento na Amazônia brasileira: um debate multidimensional. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos*, Set 2000, vol.6, p. 1135-1177. Suplemento.

⁵⁸ Idem.

amazônico.⁵⁹ A autora critica o reducionismo dos problemas ambientais amazônicos à questão do desmatamento para a formação de pastos, associando-o ao desconhecimento da realidade histórica das relações entre sociedade e natureza na região. Tal visão escamotearia outras práticas igualmente nocivas aos ecossistemas amazônicos, como no caso dos açazais, cujo abate indiscriminado de palmeiras provocou a escassez de frutos e palmitos em diversas localidades do estuário amazônico no último quartel do século XX.

A obra da autora foi subsidiada metodologicamente pela interpretação da ecologia do açazeiro, de suas características etnobotânicas e de seus usos pela sociedade amazônica, com ênfase na dieta alimentar, bem como das representações sociais acerca do açaí presentes na literatura dos cronistas, dos viajantes e cientistas que percorreram o estuário amazônico e obras de escritores, poetas e cantores regionais. Esse esforço interpretativo foi permeado por uma extensa pesquisa de campo, realizada em diversos momentos ao longo de uma década – entre 1987 e 1997 – que contribuiu para fundamentar uma interpretação historiográfica acerca das dimensões socioeconômicas, políticas, culturais e ecológicas dos processos que se conformam pela utilização desta palmeira.

Ao se manifestar criticamente sobre nossa elevada dependência dos recursos naturais, Drummond enfatiza que não se pode adiar um conhecimento histórico consistente sobre as diversas dimensões da nossa economia intensiva do uso de tais recursos: “[...] é minha opinião que a História Ambiental pode dar uma contribuição decisiva para entendermos o nosso passado e o nosso presente de país rico em recursos naturais e assolado por dívidas sociais”.⁶⁰ Isto é especialmente pertinente no caso da Amazônia, cujo modelo histórico de uso e aproveitamento dos recursos naturais condicionou os diversos padrões de ocupação da região.

A própria concepção de recurso natural implica a utilização social, econômica e política dos componentes da natureza, qualificando-os de acordo com sua utilidade.⁶¹ Logo, não existem recursos naturais *per se*, pois determinados elementos naturais só se tornam recursos quando culturalmente identificados e avaliados, podendo vetar algumas formas de apropriação social e estimular outras. Desse modo, o minério de ferro, matéria prima essencial ao aparato industrial moderno, não tem o mesmo significado econômico para um grupo social que não

⁵⁹ MOURÃO, Leila Miranda. *Do açaí ao palmito: uma história ecológica das permanências, tensões e rupturas no estuário amazônico*. Belém: Açá, 2011.

⁶⁰ DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991, p. 195.

⁶¹ Idem.

domina a tecnologia de seu aproveitamento. Por conseguinte, o grau de utilidade atribuído aos recursos naturais define os estilos civilizatórios das sociedades que os circundam.⁶²

O processo de apropriação social dos componentes do ambiente amazônico, concebidos como “recursos naturais” estratégicos à promoção do crescimento econômico implicou, pois, na seleção e aproveitamento de determinados elementos, como águas, florestas, solos e minérios do subsolo, em detrimento de outros. A opção por estes recursos, bem como as diversas formas de sua utilização ao longo da temporalidade pesquisada, teve implicações sociais, políticas, econômicas, culturais e ecológicas significativas sobre a realidade regional. Compreender as distintas formas de apropriação social dos componentes do ambiente amazônico, concebidos como “recursos naturais” permite identificar os efeitos desta opção. E a historiografia ambiental, ao explicitar o papel exercido pela cultura nos usos dos elementos da natureza, contribui sobremaneira com a análise dessa problemática.

Ao incorporar a dimensão ecológica na análise de processos históricos, estes autores enriqueceram o debate historiográfico e indicaram alguns caminhos interpretativos na compreensão das relações sociedade-natureza na Amazônia, procurando superar a visão dualista entre sociedade e natureza predominante nos estudos sobre a região. E ao mesmo tempo, buscaram evitar os determinismos econômicos e geográficos, inserindo a problematização de tais relações numa perspectiva multidimensional. Considerando a diversidade de abordagens e de fontes que se apresentam à pesquisa em História Ambiental na/da Amazônia, e motivada pelas reflexões dos estudos pioneiros acima mencionados, pretendo apresentar, por meio dessa tese, uma contribuição, em termos preliminares, ao tema.

Com efeito, se a elaboração desta tese pressupôs a busca de algumas respostas acerca das percepções e apropriações da natureza no planejamento do desenvolvimento da Amazônia, ao concluirmos a sua escrita, nos deparamos com perspectivas analíticas não consideradas ou não devidamente aprofundadas, que requerem outras investigações e novas empreitadas de pesquisa. Nesse sentido, esperamos que a diversidade de fontes utilizadas e de questões levantadas ao longo do trabalho suscitem novos estudos em História Ambiental na/da Amazônia.

O substrato teórico e metodológico desta historiografia ambiental sobre a Amazônia instrumentalizou, pois, a produção da tese, na medida em que a interpretação da problemática proposta procurou nortear-se pela articulação das dimensões biosférica, histórica e conjuntural preconizada por Pádua aos estudos sobre a realidade amazônica. A concepção de “recurso

⁶² Idem.

natural” como uma construção cultural – em função de sua utilidade para um determinado grupo social e não necessariamente para outro – conforme postulado por Drummond, orientou a análise das mudanças na abordagem e apropriação dos componentes do ambiente amazônico pelo planejamento do desenvolvimento entre 1955 e 1985.

Em consonância com um dos princípios metodológicos caros à História Ambiental, a pesquisa pautou-se pela interdisciplinaridade. A este respeito, tem-se valido de contribuições de diversas disciplinas como antropologia, economia, ecologia, etnologia, geografia, biologia, agronomia, sociologia e outras. Esta abordagem interdisciplinar tem como objetivo elaborar uma interpretação consistente sobre as várias dimensões – sociais, políticas, econômicas, culturais, ecológicas – dos processos históricos abordados na tese, tentando evitar, assim, incorrer em reducionismos.

É necessário fazer um esclarecimento acerca da organização textual da tese. Como a “matéria prima” fundamental do trabalho são os planos de desenvolvimento da Amazônia, transcrevemos ao longo dos capítulos diversos trechos dos documentos analisados, alguns mais outros menos extensos, especialmente se tratando dos objetivos e/ou diretrizes elencados em cada plano em relação aos recursos naturais amazônicos. O mesmo se aplica a citações diretas de alguns autores editados ao longo das décadas de 60, 70 e 80, cujas obras foram produzidas no “calor dos acontecimentos”, constituindo, pois, testemunhos contemporâneos das diversas situações que conformaram o processo de “ocupação produtiva” da Amazônia sob a égide das políticas desenvolvimentistas.

Ainda que tais citações possam parecer excessivas, esclareço que se trata de uma opção consciente por um recurso importante para a construção do texto, considerando que a linguagem e o estilo adotados nas fontes consultadas são reveladores por excelência, das concepções de seus autores acerca dos temas sobre os quais escreveram, em especial no que se refere à natureza.

Algumas destas obras não se encontram disponíveis no mercado de livros, nem se conhece planos para sua reedição. Igualmente, alguns periódicos hoje extintos, produzidos ao longo do recorte temporal da tese, como a revista *Amazônia* e a revista *Realidade*, editadas respectivamente pela Associação dos Empresários da Amazônia e Editora Abril, não são facilmente encontrados, mesmo em bibliotecas especializadas, nem foram digitalizados. São, portanto, de difícil acesso, sendo, em geral, consultadas apenas por especialistas. Por tais razões, em diversos momentos da tese optou-se por conceder a palavra diretamente aos autores consultados, permitindo a leitura direta de sua produção.

A tese é norteada pela discussão e interpretação das convergências, contradições, tensões, continuidades e/ou rupturas do processo de apropriação e uso dos componentes do ambiente pelo planejamento do desenvolvimento da Amazônia, considerando suas dimensões sociais, políticas, científicas, econômicas e ecológicas ao longo dos diferentes contextos históricos abordados na pesquisa. A permear os capítulos propostos está o debate acerca dos limites, perspectivas, dilemas e desafios colocados pelo meio ambiente ao crescimento econômico no curso do recorte de tempo pesquisado e suas articulações nas esferas internacional, nacional e regional. A análise dos planos de desenvolvimento da Amazônia e dos dispositivos legais de regulamentação ambiental, o exame das discussões científicas sobre o meio ambiente e desenvolvimento e o diálogo com a produção intelectual do período pesquisado constituem as matrizes norteadoras dessa discussão.

Com base no panorama empírico, teórico e metodológico esboçado acima, a problemática de pesquisa abordada na tese e as questões que ela suscita, além desta introdução, são abordadas em seis capítulos, explicitados a seguir.

O primeiro capítulo, **“A natureza amazônica na política de valorização econômica”**, apresenta e discute o projeto de Valorização Econômica da Amazônia, proposto pela SPVEA através do Primeiro Plano Quinquenal (1955-1959). Suas diretrizes, objetivos e estratégias são problematizadas, buscando-se compreender como concebiam e incorporavam a natureza num contexto externo orientado pelo imperativo de recuperação econômica e internamente, pela transição de uma economia agrária para uma economia de base industrial.

No segundo capítulo, **“A Operação Amazônia e o 1º Plano Quinquenal de Desenvolvimento (1967-1971)”** a apropriação da natureza amazônica pelo planejamento do desenvolvimento é analisada considerando as mudanças institucionais em curso no país. Nestes termos, o foco da discussão é a Operação Amazônia – conjunto de instrumentos legais e ações administrativas e técnicas – que orientou a atuação estatal sobre a região a partir de 1966. A partir da abordagem do Primeiro Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Amazônia, proposto pela SUDAM para o período 1967-1971 explicita-se a funcionalidade atribuída aos recursos naturais e as distintas modalidades de sua apropriação, utilização e gestão, considerando suas implicações sociais e ambientais, especialmente no que concerne ao engendramento de um processo de mercadorização de terras na Amazônia.

O terceiro capítulo, **“Amazônia como fonte de recursos: o I PDA (1972-1974)”**, aborda o processo de apropriação em escala dos recursos naturais amazônicos fomentado pela diretriz governamental de expansão das fronteiras econômicas regionais, por meio da criação de programas de infraestrutura (PIN) e de mapeamento do ambiente (RADAM) e suas

implicações sobre a sociedade e o ambiente. Discute, ainda, as mudanças no panorama internacional em relação à questão ambiental e seus desdobramentos na regulamentação e gestão dos recursos naturais amazônicos na primeira metade dos anos 70.

O quarto capítulo, intitulado “**O II PDA e o POLAMAZÔNIA (1975-1979)**”, discute o processo de “ocupação produtiva” da Amazônia por meio da infraestrutura viária previamente instalada e da seleção de áreas orientadas ao aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais, minerais e energéticas da região. Analisa, também, a elaboração de processos de resistência às operações resultantes das políticas desenvolvimentistas executadas pelo planejamento governamental, em especial o Movimento de Defesa da Amazônia, que repercutiu em todo o país, diante da ameaça da assinatura de “contratos de risco” para a exploração florestal na Amazônia.

O quinto capítulo, intitulado “**Desenvolvimento, conservação e sustentabilidade no III PDA (1980-1985)**”, discute como os recursos naturais amazônicos foram concebidos e utilizados neste período, especialmente os minérios, explorados no âmbito do Programa Grande Carajás. Aborda-se, ainda, a evolução do debate ambiental nas esferas nacional e internacional e seus desdobramentos na elaboração de leis, criação de instituições e formulação de instrumentos reguladores especificamente dedicados ao meio ambiente, como a Política Nacional de Meio Ambiente, instituída em 1981. Paralelamente, se discutem as estratégias de mobilização de determinados grupos sociais, que incorporaram a dimensão ambiental na defesa de seus espaços de trabalho, de moradia e de vida.

No sexto capítulo, “**A Amazônia nos Planos: reflexões históricoambientais**”, se abordam as ideias de natureza que fundamentaram a apropriação da natureza amazônica como fonte de recursos naturais para a operacionalização das políticas desenvolvimentistas executadas na região na segunda metade do novecentos, sob os auspícios do planejamento governamental. Discutem-se, também, as articulações entre o Estado e agentes econômicos privados no processo de instrumentalização da natureza. Com exceção deste, a divisão dos demais capítulos obedece ao período de vigência de cada Plano de desenvolvimento, considerando os desdobramentos das suas diretrizes e das ações planejadas sobre o ambiente e a sociedade regionais.

1 A NATUREZA AMAZÔNICA NA POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA (1955-1959)

Até o final da primeira metade do século XX no Brasil, as discussões sobre as políticas relativas aos componentes do ambiente (fauna, flora e solos) foram expressas numa legislação específica, como o Código Florestal, o Código de Águas e o Código de Caça e Pesca, editados em 1934. A Constituição de 1946 reafirmou esta legislação, estabelecendo entre as competências da União a prerrogativa de legislar sobre as “riquezas do subsolo, mineração, metalurgia, águas, energia elétrica, floresta, caça e pesca” (inciso XV, alínea I).⁶³ O Artigo 175, por sua vez, estabeleceu sob a proteção do poder público “as obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza”.

Essa legislação foi orientada pela própria dinâmica histórica regional e a adesão do Brasil a acordos internacionais como a Convenção para a Proteção da Fauna e da Flora e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América, assinada em 27 de dezembro de 1940, em Washington. Não obstante ter sido objeto de discussões e pronunciamentos durante o século XIX e na primeira metade do século XX, a Amazônia só se tornou objeto de reflexões, elaborações de políticas e promoção de ações em escala regional fundamentalmente a partir da década de 1950.

1.1 Conquistar e dominar: o discurso do rio Amazonas

As premissas do planejamento da Amazônia na perspectiva da promoção do desenvolvimento foram anunciadas no discurso proferido por Getúlio Vargas no Teatro Amazonas, em Manaus, em 10 de outubro de 1940, prestigiado por lideranças políticas e representantes do empresariado regional. Neste pronunciamento, emblematicamente alcunhado “Discurso do rio Amazonas”, o chefe de Estado comparava a extensão territorial da região à dimensão dos seus problemas e informava que sua presença devia-se à necessidade de ver e observar, *in loco*, as condições de realização do plano de reerguimento da Amazônia.

“Nada nos deterá nesta arrancada que é, no século XX, a mais alta tarefa do homem civilizado: conquistar e dominar os vales das grandes torrentes equatoriais, transformando a

⁶³ Brasil. *Constituição da República Federativa do Brasil* (1946). Presidência da República: Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm>. Acesso em: 13 fev. 2012.

sua força cega e a sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada”.⁶⁴ Com estas palavras Vargas expressava o caráter imperativo e inexorável do processo de “conquista e domínio” da Amazônia, a ser alicerçado na exploração racional de seus elementos naturais, sob a égide da ação estatal. O presidente prometia aos seus espectadores amazônidas: “o vosso ingresso definitivo no campo econômico da Nação, como fator de prosperidade e de energia criativa vai ser feito sem demora”.⁶⁵ A integração econômica da Amazônia ao restante do país era expressa, portanto, como uma das preocupações fundamentais do Estado brasileiro.⁶⁶

As percepções de Vargas sobre a Amazônia, expressas em seu pronunciamento, revelavam uma perspectiva otimista acerca das possibilidades de crescimento e prosperidade da região, com a ressalva de que as “realizações empíricas” que norteavam a agricultura e a atividade extrativa precisavam transformar-se em exploração racional. “O que a natureza oferece é uma dádiva magnífica a exigir o trato e o cultivo da mão do homem”.⁶⁷ A natureza amazônica, de acordo com o pensamento varguista, demandava a ação efetiva do aparelho estatal, de modo a orientar a utilização de seus componentes, de acordo com parâmetros técnicos.

Por conseguinte, para promover o progresso da região fazia-se 'mister' atuar sobre o modo de vida regional, visando a introdução da disciplina e racionalidade técnica com vistas à qualificação da sociedade amazônica para as políticas preconizadas pelo Estado face à promoção do desenvolvimento econômico. Segundo Vargas, o seringueiro, nômade por força da própria atividade, assim como “os naturais que permaneceram às margens dos rios, com a sua atividade limitada à caça, à pesca e à lavoura de vazante para consumo doméstico” não poderiam constituir os “elementos capitais do progresso da terra”. O presidente reiterava que naquela conjuntura, o esforço humano, para ser socialmente útil, precisaria concentrar técnica e disciplina.⁶⁸

⁶⁴ VARGAS, op. cit., 1968b, p. 10-11.

⁶⁵ Idem, p. 10.

⁶⁶ Em trabalho recente sobre a exploração da borracha brasileira no contexto do Estado Novo, o historiador Seth Garfield apresentou uma análise geopolítica, cultural e ambiental do processo de expansão da fronteira nacional e da consolidação da ocupação física e simbólica da região amazônica empreendido pelo governo Vargas. O autor identificou, nas práticas sociais e nas disputas de poder envolvendo o controle e a exploração da *hevea*, a produção de diversos significados para a Amazônia. Em que pese a força do Estado, sobretudo no que se refere à alocação de recursos financeiros e implantação de serviços, esta “invenção da Amazônia” como um imperativo nacional, envolveu engenheiros, geógrafos, sanitaristas, migrantes, agrônomos, escritores etc. (GARFIELD, 2014).

⁶⁷ Idem, p. 09.

⁶⁸ Idem, p. 10.

Este pensamento reflete uma avaliação que considera a Amazônia como um espaço historicamente desprovido de técnica e de racionalidade, embora rico em recursos naturais, e marcado pelo "vazio e dispersão demográficos". O discurso de Getúlio expressa esta perspectiva, de resto reiterada diversas vezes em pronunciamentos de governos posteriores. A persistência desse pensar a Amazônia norteou, em grande medida, as ações estatais na região na segunda metade do novecentos. Esta perspectiva desconsidera que as populações locais, cuja apropriação e uso dos componentes do ambiente segue uma racionalidade própria, distinta da racionalidade econômica de produção, circulação e consumo de mercadorias vigente, seguem critérios técnicos outros, em consonância com suas experiências empíricas cotidianas de observação e utilização da natureza.

Para promover o progresso da Amazônia, de acordo com Vargas, "o nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômica dos povoadores ribeirinhos" deveriam dar lugar a núcleos de cultura agrária, nos quais "o colono nacional, recebendo gratuitamente terra desbravada, saneada e loteada, se fixe e estabeleça a família com saúde e conforto". Sob essa ótica, o "espaço imenso e despovoado" era considerado o principal inimigo do progresso. A colonização, medida fundamental à atuação estatal na região, especialmente a partir dos anos 1950, implicava, portanto, no adensamento demográfico, como uma forma de concentrar as ações do Estado.

De certo modo, o "Discurso do Rio Amazonas" já anunciava a premissa das políticas públicas a serem formuladas para a Amazônia nas décadas seguintes: a apropriação dos componentes da natureza amazônica para fins de desenvolvimento econômico por meio de políticas e práticas agrícolas, industriais, energéticas, florestais e viárias. E apontava os problemas e as ações propostas para neles intervir. Ao afirmar que "a nós, povo jovem, impõe-se a enorme responsabilidade de civilizar e povoar milhões de quilômetros quadrados" Vargas procurava demonstrar que o soerguimento da região representava uma "questão" nacional, que requeria a participação e o empenho do conjunto do país.

Considerando que as percepções sobre a região exprimiam a necessidade de fomentar alternativas sociais e econômicas novas, o debate foi encaminhado ao Congresso Nacional, que após discutir e definir os objetivos, os procedimentos e as ações a serem realizadas, incluíram a proposta como Princípio Constitucional. Tal medida significou uma mudança de atitude governamental, legal e política a ser obedecida por todos: governos, políticos, população, judiciário etc.

A Assembleia Constituinte converteu, desse modo, a intenção de se estabelecer uma política estatal de longo prazo na Amazônia em imperativo legal, expresso no Artigo 199º da

Carta Magna promulgada em 1946. Neste artigo, o texto constitucional estabelecia que: “Na execução do plano de valorização econômica da Amazônia, a União aplicará, durante, pelo menos, vinte anos consecutivos, quantia não inferior a três por cento da sua renda tributária”. E seu parágrafo único definia que “Os Estados e os Territórios da região, bem como os respectivos Municípios, reservarão para o mesmo fim, anualmente, três por cento das suas rendas tributárias. Os recursos de que trata este parágrafo serão aplicados por intermédio do Governo federal”.

O preceito constitucional, no entanto, requeria a elaboração de uma lei complementar que regulasse a sua aplicação. Por conseguinte, a institucionalização do Plano de Valorização Econômica da Amazônia como uma política econômica do estado brasileiro, desde sua formulação até a execução efetiva, demandou uma série de operações. Em decorrência do dispositivo constitucional de 1946, a Câmara dos Deputados criou uma Comissão Especial do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, com o objetivo de discutir a regulamentação do plano. Considerando que, ao assumir o governo, em 1951, tal regulamentação ainda não havia sido concretizada, o presidente Getúlio Vargas defendia a premência dessa tarefa, considerando a necessidade de enfrentar os problemas da região.

Em sua Mensagem ao Congresso Nacional pronunciada na abertura da sessão legislativa de 1951, Vargas salientava o seu empenho em empreender o quanto antes o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, face à realidade regional.

A Amazônia constitui um dos problemas regionais brasileiros que exigem mais séria atenção do poder público. Estão ali representados cerca de dois terços da extensão territorial do País, reservas florestais e outras riquezas naturais ponderáveis ao lado de uma população que o censo de 1950 estimou em menos de dois milhões de indivíduos – fenômeno que ressalta não se concentrar naquela região o potencial humano indispensável à sua mobilização econômica. A realidade amazônica tem sido o extrativismo florestal, com tôdas as suas conseqüências. Extraem-se da floresta alguns produtos que encontram colocação imediata. Todavia, como a heterogeneidade da floresta tropical dispersa o vegetal procurado pela fabulosa extensão do vale, a população acompanha a espécie solicitada, e se dispersa também. Na selva, cada família deve bastar-se a si própria e a divisão do trabalho torna-se impossível. Nenhum esforço ponderável pôde, em conseqüência, ser feito até agora pela educação ou pela saúde dessas populações rarefeitas. Por outro lado, a diluição da população impede uma agricultura estável, pois a atividade agrícola é eminentemente social. E com isso criam-se condições penosas de vida e de saúde para as populações extrativistas. É preciso vencer essa etapa de pioneirismo, de desregramento, dominar o meio agressivo e nêle estabelecer, firmemente, através da execução de uma política realística, sua definitiva integração aos quadros permanentes da civilização nacional. [...] Por isso, mobilizando as conquistas da melhor técnica, pensa o Govêrno enfrentar os problemas da Amazônia, para assegurar-lhes soluções corretas e oportunas.⁶⁹

⁶⁹ VARGAS, Getúlio. *Mensagem ao Congresso Nacional* (apresentada pelo Presidente da República por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1951). Rio de Janeiro, 1951, p. 172-173. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/mensagens->

As premissas anunciadas no Discurso do Rio Amazonas, uma década antes, encontram-se novamente presentes no pronunciamento governamental, embora em um nível mais detalhado. O presidente deixou claro que a região amazônica deveria ter um tratamento prioritário e diferenciado por parte do governo, à altura dos seus “problemas”. Problemas estes consubstanciados, segundo a fala governamental, na dispersão demográfica ensejada pela atividade extrativa, obstando quaisquer esforços de atuação estatal, em especial a aplicação de políticas públicas de saúde e educação.

O pronunciamento de Vargas apresentou a Amazônia como um espaço potencialmente rico em recursos naturais, embora desprovido de capital humano qualificado para mobilizar estes recursos em prol do desenvolvimento regional. Por este motivo, cabia ao Estado, imbuído de uma racionalidade técnica, a tarefa de fomentar este processo, produzindo alternativas econômicas e sociais para a Amazônia e conduzindo a integração da região à economia nacional. Vargas enfatizava que o plano não poderia ser uma simples lei, mas sim obra técnica, cujo planejamento exigiria conhecimento técnico e especializado.

As percepções sobre a região, expressas na mensagem presidencial, revelavam, desse modo, a necessidade de um conjunto de medidas centralizadas e racionais a nortear a política de valorização econômica da Amazônia. Para operacionalizar esse processo, o Estado brasileiro estabeleceu o planejamento regional, através do qual a técnica seria colocada a serviço do desenvolvimento.

A temática do planejamento regional foi explicitamente abordada por Vargas em sua Mensagem ao Congresso Nacional de 1951.

No quadro especial de um imenso território como o do Brasil, as relações entre o homem e o meio ambiente assumem aspectos variados, exigem métodos diversos de adaptação, de conquista e de conservação em cada unidade geográfica, em cada província climática, em cada setor regional.

A medida que se adensam os grupamentos humanos e se alarga a ocupação territorial, definem-se áreas e características singulares, a exigir métodos peculiares de vida e a sugerir esforços coordenados no esquema de planos regionais. [...] Nas áreas secas do Nordeste, na planície aluvial da Amazônia, nos alagados da Baixada Fluminense, como no quadro de várias de nossas bacias hidrográficas, já se enunciam os temas básicos de planejamentos regionais, indispensáveis à coordenação de esforços que permitirá um desenvolvimento satisfatório dessas regiões.⁷⁰

De acordo com a mensagem presidencial as singularidades geográficas e econômicas de determinadas áreas do país, como o Nordeste, marcado pelas secas e a Amazônia,

presidenciais/mensagem-apresentada-na-abertura-da-sessao-legislativa-1951/view>. Acesso em: 20.02.2013.

⁷⁰ Idem, p. 171.

historicamente assinalada por um conjunto de desafios, requeriam a ação planejadora do estado no sentido de reduzir os desequilíbrios regionais e promover o desenvolvimento destas regiões. O planejamento regional impunha-se, pois, como uma ferramenta política de abordagem dos problemas existentes. O Estado ocuparia um papel central na operacionalização deste processo:

[...] Cabe ao Governo da União a tarefa de comandar a realização desses planos de desenvolvimento regional que abrangem áreas de vários Estados. Cabe a ele mobilizar recursos que permitam enfrentar os problemas centrais e de maior amplitude, coordenando seus esforços com os estaduais e municipais, numa política de incentivo à iniciativa privada, de catálise e ativação de processos naturais de fixação humana e progresso econômico e social.⁷¹

O Plano de Valorização Econômica da Amazônia implicava uma concepção de planejamento baseado na definição de temas, objetivos e a busca de cooperação técnica entre as várias esferas de governo, conforme explicitado por Vargas naquele pronunciamento:

A evolução da técnica moderna de planejamentos regionais nos aponta diretrizes essenciais do método de trabalho a ser empregado: a definição clara de temas centrais de planejamento, a eleição de objetivos básicos, em torno dos quais venham a girar outros aspectos da vida regional, a coordenação de esforços, a cooperação dos vários níveis de atividades governamentais e a indispensável participação do povo, na persecução desses objetivos.⁷²

Considerando essa concepção de planejamento, a Amazônia tornou-se objeto da primeira grande experiência de planejamento regional na segunda metade do século XX, consubstanciada no Plano de Valorização Econômica. Em consonância com as premissas da mensagem presidencial de 1951, e indo ao encontro dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Valorização Econômica da Amazônia, voltados para a criação de uma lei complementar, que regulasse a aplicação do Artigo 199 da Carta Magna, em agosto daquele ano Vargas determinou um levantamento da situação e das necessidades da Amazônia.

1.2 A Conferência de Valorização Econômica da Amazônia

A tarefa de realizar o levantamento da realidade socioeconômica da Amazônia foi atribuída a técnicos do serviço público e especialistas sobre a região, com o intuito de produzir um programa que pudesse dar início ao referido plano enquanto o Executivo aguardava os trâmites legislativos. O caráter prioritário dessa empreitada e a programação efetuada para sua execução foram enunciados na mensagem presidencial dirigida ao Congresso Nacional na ocasião da abertura do ano legislativo de 1952:

⁷¹ Idem, p. 171-172.

⁷² Idem, p. 172.

No cumprimento das minhas instruções, uma equipe de técnicos, dos mais destacados do País, trabalhando com devotamento, sem qualquer remuneração, procedeu, durante os meses de agosto a novembro do ano findo, aos estudos que julgou necessários, reunindo-se, durante os dois meses finais numa Conferência no Rio de Janeiro, e sugerindo um programa articulado de medidas.⁷³

Os estudos compreendendo o “levantamento da situação e das necessidades daquele imenso trecho do território nacional”, conforme solicitado pelo presidente Vargas foram realizados por servidores lotados em diversos órgãos da administração pública, a saber: Departamento Nacional de Indústria e Comércio, Conselho Nacional de Geografia, Banco de Crédito da Amazônia, Serviço Especial de Saúde Pública, Instituto Agrônomo do Norte, Departamento Nacional de Produção Mineral, Fundação Brasil Central, Comissão Nacional de Alimentação etc.

Esta tarefa, inicialmente circunscrita àquelas instituições, adquiriu um caráter coletivo com a convocação de uma Conferência Técnicoadministrativa, proposta precisamente para reunir o conjunto de colaboradores e debater e sistematizar suas contribuições. Para efeito de organização das atividades, foram instituídas uma Comissão Central, a quem cabia coordenar os trabalhos, e Comissões Especializadas, encarregadas de temas específicos. As equipes foram divididas em: Comissão de Saúde e Saneamento; Comissão Agropecuária; Comissão de Alimentação e Nutrição; Comissão Especial da Borracha e Produtos Extrativos Vegetais em geral; Comissão da Produção Florestal; Comissão de Petróleo e Produtos Minerais; Comissão de Transportes; Comunicações e Portos, Rios e Canais do Vale Amazônico e; Comissão de Crédito.⁷⁴

Os temas discutidos por Comissão abrangiam, desse modo, diversos aspectos considerados necessários à execução do imperativo constitucional de valorização econômica da Amazônia, no que se refere ao crédito, a saúde, alimentação, transportes e especialmente os recursos naturais.

Segundo Rômulo Almeida, presidente da Conferência, os trabalhos foram orientados pela preocupação em:

mostrar objetivamente que a Amazônia brasileira dispõe de recursos para eficiente aproveitamento imediato, capazes de torná-la uma região florescente, crescendo sobre seus próprios pés e contribuindo para o desenvolvimento do Brasil e dos países vizinhos e amigos do Continente.⁷⁵

⁷³ VARGAS, Getúlio. *Mensagem ao Congresso Nacional* (apresentada pelo Presidente da República por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1952) apud *Valorização Econômica da Amazônia*: subsídios para seu planejamento. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1954, p. 3.

⁷⁴ VALORIZAÇÃO Econômica da Amazônia: subsídios para seu planejamento. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1954.

⁷⁵ Idem, p. vi.

O objetivo central da Conferência consistia, pois, em demonstrar as potencialidades dos recursos amazônicos para a execução da política de valorização econômica regional.

A Conferência foi assinalada, inicialmente, pela apresentação e discussão de documentos previamente solicitados pela Assessoria Econômica da Presidência da República a algumas instituições públicas, a título de contribuições à política de valorização econômica da Amazônia.

Entre esses documentos destacam-se: a) Possibilidades de crescimento vegetativo da população da Amazônia nos próximos vinte anos, produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE); b) Contribuição do Banco de Crédito da Amazônia S/A ao Planejamento de Valorização da Amazônia; c) Sugestões para o Plano de Soerguimento da Amazônia, do Instituto Agrônomo do Norte; e d) Bases para Inclusão da Fundação Brasil Central no Plano Geral do Desenvolvimento da Amazônia, elaborado pela Fundação Brasil Central. Estas produções, pautadas em dados quantitativos e qualitativos, visavam embasar os trabalhos das Comissões, face ao planejamento da política de valorização regional. As “contribuições” institucionais destes órgãos eram debatidas e analisadas pelas distintas Comissões, e geralmente eram levadas em consideração na elaboração do planejamento dos temas de suas respectivas competências.

Com base nos estudos e debates efetuados cada Comissão elaborou um relatório apresentando proposições, na esfera de sua competência, ao planejamento da política de valorização econômica da Amazônia, devidamente encaminhado à Comissão Central. Cópias avulsas dos documentos foram distribuídas a autoridades diretamente interessadas nos temas abordados. Posteriormente, esses diversos relatórios foram reunidos em um volumoso conjunto documental intitulado “Valorização Econômica da Amazônia: subsídios para seu planejamento”. Almejava-se, em consonância com as recomendações do chefe de Estado, que ele subsidiasse a política de valorização da Amazônia.

A análise destes relatórios permite inferir que o planejamento da valorização econômica da Amazônia inicialmente enfocou a identificação dos problemas da região, para, com base nisso, indicar as medidas consideradas necessárias ao seu equacionamento. Os documentos expressavam, em termos gerais, percepções semelhantes sobre a região.

A Amazônia era descrita como um extenso território, com grande riqueza potencial, população escassa e dispersa, serviços de saúde, educação e transporte mínimos, utilização insignificante de maquinários, sob uma economia caracterizada basicamente pela exportação aleatória de matérias primas silvestres e da importação crescente de gêneros alimentícios e artigos manufaturados. No entanto, a perspectiva geral dos relatórios era otimista quanto às

possibilidades de aproveitamento das riquezas naturais amazônicas na promoção da prosperidade social e econômica da região.

Os relatórios de interesse utilizados na tese foram: os da Comissão Agropecuária, da Comissão da Produção Florestal, produzido no âmbito da Comissão Especial da Borracha e Produtos Extrativos vegetais em geral, e da Comissão de Recursos Minerais, através dos quais foi possível identificar as percepções acerca dos componentes do ambiente amazônico assim como as propostas apresentadas para sua apropriação pelo planejamento da valorização econômica regional.⁷⁶

Integravam estas Comissões técnicos, parlamentares e intelectuais da região amazônica, como Nunes Pereira, veterinário e escritor amazonense, vinculado ao Ministério da Agricultura, membro da Comissão Agropecuária, tendo elaborado o Relatório de Alimentação e Nutrição; Clóvis Ferro Costa, integrante da Comissão Especial da Borracha e Produtos Extrativos Vegetais em geral e Felisberto Camargo, diretor do Instituto Agrônomo do Norte, membro da Comissão Agropecuária, na qual integrou a Subcomissão de Agricultura.

Um dos principais problemas apontados sistematicamente por estes relatórios foi a baixa densidade populacional, que não apresentava uma ocupação contígua. Para reverter este quadro fazia-se necessário a criação de uma sociedade estável de base agrícola, de modo a assegurar a ocupação do território através do povoamento e da fixação das populações regionais, dispersas devido à dinâmica da atividade extrativa. Esta era uma condição fundamental para o êxito do projeto de valorização.

A necessidade de provisão de créditos e a importância da realização de estudos mais aprofundados para subsidiar a ação estatal na região foram questões suscitadas de forma recorrente nesses documentos. Suas principais contribuições e recomendações ao plano geral de valorização econômica da Amazônia, em linhas gerais, são abordadas a seguir.

A Comissão Agropecuária dividiu seus trabalhos em quatro subcomissões, a saber: Agricultura, Pecuária, Caça e Pesca e Alimentação, as quais ficaram encarregadas de estudar e planejar os assuntos de sua competência. A Subcomissão de Agricultura abordou temas considerados mais urgentes à melhoria econômica da região, ligados à terra e a produção agrícola e propôs investimentos na produção de borracha, juta, arroz, aproveitamento de várzeas, açúcar, óleos, fomento da produção agrícola e pesquisas agrícolas.

⁷⁶ O enfoque nestes relatórios em especial atende a uma opção metodológica da pesquisa, considerando que as fontes principais, isto é, os planos de valorização econômica e de desenvolvimento da Amazônia, elaborados e executados na segunda metade do século XX, elegeram como focos operacionais do planejamento regional as águas, solos, florestas e minérios do subsolo.

Entre as recomendações finais apresentadas destacavam-se: uma política de crédito e comercialização da borracha, que deveria ser amparada pelo poder público, a fim de atender às demandas dos mercados interno e externo; ampliação dos recursos financeiros disponibilizados aos produtores de juta; aproveitamento das várzeas como solos agrícolas principalmente para o cultivo de arroz; melhor aproveitamento das plantas oleaginosas, com destaque para o dendê; formação de núcleos colonizadores para a plantação da seringueira e de diversos produtos agrícolas e ampliação imediata das áreas destinadas às culturas de cereais, leguminosas, grãos e hortaliças.

A Subcomissão de Pecuária apontava o caráter deficiente da exploração pecuária na Amazônia e recomendava pesquisas mais aprofundadas sobre a atividade, pois faltavam dados para embasar uma política de aumento de sua produção e rendimento. Desse modo, sugeria que o Departamento Nacional da Produção Animal instalasse na Amazônia um órgão aparelhado para “realizar os estudos e pesquisas indispensáveis ao estabelecimento das providências mais indicadas para uma exploração econômica do meio”.⁷⁷

A Subcomissão de Caça e Pesca, após examinar os estudos existentes na Divisão de Caça e Pesca, do Departamento da Produção Animal, do Ministério da Agricultura, chegou às seguintes conclusões: a exploração da caça na região amazônica há mais de cinquenta anos vinha sendo praticada de modo destrutivo, tanto pelos imigrantes que a praticavam concomitantemente à atividade extrativa da borracha e do caucho, como pelo comércio exportador de peles silvestres, que a recomendava e financiava. Segundo a Subcomissão “na atualidade, as áreas geográficas de distribuição, tanto de aves como de mamíferos, revelam impressionantes claros denunciadores do despovoamento e da destruição dessa riqueza natural”.⁷⁸

Sobre a pesca, que ocupava um lugar preferencial na dieta das populações amazônicas ribeirinhas, pesava a “ameaça de extinção catastrófica, de aniquilamento irreparável de suas espécies mais representativas, de real valor econômico e alimentar”, com destaque para o pirarucu e o jacaré.⁷⁹ A condição social do pescador – analfabeto e doente – reclamava uma radical modificação. E a impossibilidade de policiar os centros onde ocorriam práticas criminosas de caça e pesca, tornava imperativo abordar “os aspectos fundamentais dos problemas relacionados com o valor e a utilidade dos animais silvestres e dos animais

⁷⁷ VALORIZAÇÃO..., op. cit., 1954, p. 174.

⁷⁸ Idem, p. 188.

⁷⁹ Idem, ibidem.

aquáticos, reclamados para a alimentação ou para a indústria”.⁸⁰ Para tal, recomendou-se, inclusive, a criação de parques de refúgio na Amazônia, nos quais pudessem viver e multiplicar-se não apenas as espécies de 'valor econômico', mas também os peixes ornamentais, quelônios e, especialmente o peixe boi, ameaçado de extinção.

Com base nestes problemas, a Subcomissão de Caça e Pesca, da Comissão Agropecuária, recomendou pesquisas e medidas de proteção à fauna, através da criação de três estações experimentais de biologia e piscicultura, a serem instaladas nos estados do Pará e Amazonas, visando a proteção e o desenvolvimento da exploração da fauna fluvial e lacustre da região. Propôs, ainda, a criação de uma estação de biologia marinha na Ilha do Marajó com a finalidade de promover estudos para melhor aproveitamento dos recursos naturais marinhos, dentro dos limites que garantissem a perpetuidade das espécies, inclusive organização de cartas de pesca.

A Subcomissão de Alimentação e Nutrição, cujos trabalhos basearam-se em relatório produzido pelo presidente da Comissão Nacional de Alimentação, Josué de Castro, intitulado “Plano de Política Alimentar na Amazônia”, enfatizou a deficiência nutricional das populações da região. As consequências dessa alimentação deficiente foram assim expressas no relatório:

A pouca capacidade produtiva, a falta de resistência a inúmeras doenças, os baixos índices de longevidade e os altos índices de mortalidade reinantes na região, refletem em grande parte a subnutrição crônica em que vivem as populações da Amazônia.⁸¹

Na perspectiva de solucionar este problema, a Subcomissão propunha a formulação de um plano específico de melhoria das condições alimentares regionais, iniciando por uma pesquisa acerca das condições gerais da alimentação na Amazônia, inclusive com análise dos aspectos geográficos como clima e solo, composição química das espécies vegetais e animais utilizadas como alimentos, análise dos hábitos alimentares etc. Esta pesquisa serviria de subsídio a uma política de alimentação a longo prazo, pautada no fomento à produção regional de alimentos, industrialização dos recursos alimentares da região, organização de uma rede de armazéns e frigoríficos, ampliação da capacidade aquisitiva das populações por meio do aumento da sua produtividade e um programa de educação alimentar, para difusão de conhecimentos de higiene.

Considerando a urgência e a gravidade da questão alimentar, a Subcomissão recomendou, em caráter imperativo, um plano de assistência alimentar de emergência através

⁸⁰ Idem, ibidem.

⁸¹ Idem, p. 210.

da importação imediata, de outras zonas do país ou do exterior, de produtos alimentares de base que atendessem às necessidades alimentares mínimas da região. Nesta perspectiva, julgava-se pertinente a importação para a Amazônia, de produtos como leite em pó, farinha de trigo e batata, a preços inferiores aos de mercado, considerando o baixo poder aquisitivo da população regional. Diante da disponibilidade de alimentos na região, a exemplo do açaí, conforme documentado por Mourão,⁸² a proposta de importação de gêneros alimentícios expressava as referências colonizadoras do pensamento técnico.

O excerto do Relatório, citado abaixo, sintetiza as percepções expressas no relatório da Comissão da Produção Florestal sobre o potencial econômico dos recursos florestais da Amazônia.

A riqueza em madeiras da região amazônica, se fôr explorada em grande escala, poderá assegurar ao Brasil uma posição de relêvo como supridor mundial de madeiras e produtos de madeira de espécies folhosas. Atualmente, apesar desta riqueza e do magnífico sistema fluvial da Amazônia, a produção florestal madeireira encontra-se em estágio rudimentar.⁸³

A Comissão, incumbida do estudo das questões referentes ao desenvolvimento da atividade florestal, enfatizava a disparidade existente entre as potencialidades dos recursos madeireiros e o estágio elementar de seu aproveitamento na região. Para reverter este quadro era necessário equipar e ampliar as serrarias já existentes, promover a diversificação dos tipos de árvores a serem exploradas e subsidiar, através de créditos, empresas nacionais e estrangeiras dedicadas à extração, industrialização e comercialização de madeiras.

Dado o potencial econômico representado pela atividade madeireira, a Subcomissão assinalava a conveniência de se instituir um serviço específico junto ao órgão responsável pela execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, para as questões pertinentes aos recursos florestais da região. O relatório apontava as perspectivas abertas para a economia florestal da Amazônia “em face das necessidades crescentes de produtos florestais em todo o mundo e do avanço técnico no campo da exploração das florestas tropicais”⁸⁴ como uma das principais razões para se implantar a exploração racional de tais recursos.

Antes de tudo, era fundamental, porém, a realização de estudos detalhados que deveriam abranger, pelo menos, os seguintes aspectos: organização da atividade florestal; racionalização e desenvolvimento da indústria madeireira; racionalização e desenvolvimento de outros produtos florestais, como frutos, gomas, ceras, fibras, óleos essenciais etc.; transporte e comercialização dos produtos florestais e orientação das atividades econômicas.

⁸² MOURÃO, 2011, op. cit.

⁸³ VALORIZAÇÃO..., op. cit., 1954, p. 312.

⁸⁴ Idem, p. 310.

Recomendava-se a coleta de amostras florestais para obtenção de volume total, crescimento e rendimento por espécie; estudos da ação dos fatores climáticos, edáficos, bióticos e fisiográficos; investigações acerca da reprodução e regeneração de espécies; verificação da possibilidade de utilização de produtos já conhecidos em novas aplicações etc.

Os recursos minerais também foram objeto de atenção nos trabalhos da Conferência Técnica. A exploração ou aproveitamento industrial destes recursos era apontada como imprescindível ao Plano de Valorização Econômica da região. A Comissão encarregada desta matéria listou em seu relatório diversos minerais existentes na Amazônia, com a sua respectiva localização, que deveriam ser estudados com profundidade, considerando suas possibilidades de aproveitamento, a saber:

Jazidas de minérios de ferro, manganês e estanho do Território do Amapá; Calcários paleozoicos para a fabricação de cimento da Chapada de Monte Alegre e dos rios Tapajós e Trombetas, no Estado do Pará e do rio Parauari, no Estado do Amazonas; Linhito do Solimões, Içá, Javari e Itecoiai, no Estado do Amazonas; Calcários Terciários da costa Atlântica do Pará e Maranhão; Possibilidades de ocorrência de depósitos de ferro na faixa do complexo fundamental ao longo da fronteira das Guianas; Possibilidade de ocorrência de depósitos de minérios de manganês, chumbo e outros metais, em várias áreas da Amazônia; Possibilidades de ocorrência de petróleo;
Rochas pirobetuminosas do Devoniano; Bauxita fosforosa de Trauíra (Maranhão).⁸⁵

Considerando a extensão e o volume d'água da rede hidrográfica amazônica, passíveis de aproveitamento para produção de energia, o Relatório propôs, ainda, em caráter preliminar, o reconhecimento aéreo dos rios Tocantins, no Pará e do rio Urubu, no Amazonas, devido a sua localização próxima dos dois maiores centros potenciais de consumo de energia elétrica, Belém e Manaus. Posteriormente os rios Xingu, Jari e Parú, no território paraense, também seriam contemplados por esta medida.

Para a execução das diretrizes e recomendações enunciadas pelos relatórios o fornecimento de crédito constituía um aspecto primordial, considerando o panorama econômico da região, sintetizado nas considerações da Comissão de Crédito:

A falta de aparelhagem financeira e técnica, que favoreça o espírito de iniciativa e o ânimo de realização, o rendimento do trabalho e a defesa da produção, não lhe têm permitido reservas de capital ou facilidades de crédito para a elaboração, transporte e distribuição dos seus produtos, que, ademais, tem a competição de similares ou sucedâneos estrangeiros, devidamente assistidos.⁸⁶

A organização da valorização econômica da Amazônia exigia, pois, além do planejamento das atividades, um sistema adequado de crédito. O Banco de Crédito da Amazônia (BCA) foi apontado sistematicamente nos documentos da Conferência Técnica

⁸⁵ Idem, p. 350.

⁸⁶ Idem, p. 450.

como um dos principais instrumentos de canalização de recursos financeiros às medidas preconizadas pelas suas comissões de trabalho.

O modo de apresentação dos relatórios revela uma concepção muito clara de planejamento regional. O plano de valorização econômica da Amazônia requeria, inicialmente, um processo de análise, avaliação e diagnóstico da realidade a ser tratada, seguido da elaboração de proposições e objetivos a serem alcançados, bem como a definição dos recursos financeiros necessários. Por isso, a contribuição de técnicos, versados em diversas especialidades, era fundamental, inclusive para melhor subsidiar a alocação orçamentária. A Conferência Técnica de Valorização Econômica da Amazônia representou, portanto, mais uma operação do Estado nacional no sentido de fazer cumprir a política de valorização econômica da Amazônia, preconizada pela Carta Magna de 1946.

1.3 A valorização econômica da Amazônia na lei

Em sua Mensagem anual ao Congresso Nacional proferida na ocasião da abertura da sessão legislativa de 1952, Vargas sintetizou as contribuições da Conferência Técnica de Valorização da Amazônia, sistematizadas nos relatórios das comissões especializadas. O presidente informou haver determinado todas as medidas já autorizadas na legislação. Informou, no entanto, que ainda lhe restava aguardar a votação do projeto estabelecendo a criação do órgão especial para a execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, e que deveria completar os trabalhos já iniciados, para proceder à apresentação do referido Plano à apreciação do Congresso.

A espera do presidente chegou ao fim ainda naquele ano. Após a apresentação e discussão de vários projetos e estudadas as necessidades da região em seus aspectos gerais, o projeto de lei regulando a aplicação do dispositivo constitucional de 1946, que determinava a valorização econômica da Amazônia, foi aprovado em sua forma final, em 3 de julho de 1952 no Senado e em 14 de dezembro do mesmo ano na Câmara Federal.

Em 6 de janeiro de 1953, o Plano de Valorização Econômica da Amazônia finalmente foi sancionado pelo presidente Getúlio Vargas, através da Lei nº 1.806. E o seu órgão de execução e planejamento, a SPVEA, foi instalado em Belém, em 21 de julho do mesmo ano, sob a presidência de Arthur César Ferreira Reis, historiador e político amazonense e secretário executivo dos trabalhos da Conferência Técnica determinada por Vargas em 1951. Considerando a perspectiva governamental enunciada por Vargas em sua mensagem anual de 1951, que atribuía ao governo da União a tarefa de “comandar” os planos de desenvolvimento

regional, a SPVEA estava diretamente subordinada ao presidente da República, embora contasse com autonomia administrativa.

Em seu Artigo 1º, a Lei 1.806 definia o escopo do Plano:

O Plano de Valorização Econômica da Amazônia, previsto no art. 199 da Constituição, constitui um sistema de medidas, serviços, empreendimentos e obras, destinados a incrementar o desenvolvimento da produção extrativa e agrícola, pecuária, mineral, industrial e o das relações de troca, no sentido de melhores padrões sociais de vida e bem-estar econômico das populações da região e da expansão da riqueza do País.⁸⁷

Este conjunto de medidas foi detalhado no Artigo 7º da referida Lei, que apresentou os objetivos do Plano, sintetizados abaixo:

a) Promover o desenvolvimento da produção agrícola, tendo em vista as condições ecológicas da região; b) Fomentar a produção animal, considerando a elevação dos índices de nutrição das populações amazônicas; c) Desenvolver um programa de defesa contra as inundações periódicas; d) Promover o aproveitamento dos recursos minerais da região; e) Incrementar a industrialização das matérias primas de produção regional para o abastecimento interno e a exportação mais densa dos produtos naturais; f) Realizar um plano de Viação da Amazônia, compreendendo todo o sistema de transportes e comunicação; g) Estabelecer uma política de energia na região; h) Estabelecer uma política demográfica compreendendo a regeneração física e social das populações da região pela alimentação, assistência à saúde e educação; i) Estabelecer um programa de desenvolvimento do crédito bancário regional; j) Fomentar o desenvolvimento das relações comerciais com os mercados consumidores e abastecedores; k) Manter um programa de pesquisas geográficas, naturais, tecnológicas e sociais, visando recrutar e fixar quadros técnicos e científicos na região, tendo em vista orientar, atualizar e aperfeiçoar a compreensão do Plano; l) Incentivar o capital privado em iniciativas destinadas ao desenvolvimento das riquezas regionais; m) Orientar a organização administrativa para as funções de execução do plano; n) Manter um serviço de divulgação econômica e comercial para conhecimento da produção efetiva da região, suas possibilidades econômicas e situação dos mercados consumidores.⁸⁸

No artigo 13º, foi estabelecido que a execução do Plano seria efetuada na ordem de planejamentos parciais, em períodos de cinco anos, a contar da data da Lei.

Para assegurar a operacionalização das atividades que promoveriam a valorização econômica da Amazônia, por um período mínimo de 20 anos e vincular a aplicação destes recursos ao governo federal, o dispositivo legal preconizava a formulação e execução do plano como política de Estado, numa perspectiva de longo prazo.

A política de valorização econômica da Amazônia, por meio de planos quinquenais a serem executados ao longo dos 20 anos previstos no texto legal, visava superar a simples aplicação de medidas isoladas e de efeitos efêmeros que teria caracterizado a atuação estatal na região até então. Considerando uma atuação de longo prazo, a ideia de planificação

⁸⁷ PLANO de Valorização Econômica da Amazônia. Departamento de Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1954, p. 3.

⁸⁸ Idem, p. 3-4.

pressupunha o conhecimento do ambiente amazônico, de suas potencialidades, os meios necessários para sua exploração e, fundamentalmente o controle sistemático das diversas etapas necessárias para a execução de suas operações e concretização das metas estabelecidas.

A política de inserção da Amazônia na economia nacional inscrevia-se num contexto de recuperação econômica mundial propiciada pelo fim da II Guerra Mundial. A conjuntura pós-guerra apresentava-se como uma oportunidade de emergência econômica para as mais diversas regiões que não participaram diretamente do conflito. Seja fornecendo matérias primas essenciais para a reconstrução dos países envolvidos na guerra, como a madeira – insumo básico para a construção e reconstrução de moradias, como promovendo sua própria industrialização, através da política econômica de substituição de importações. Ambas as medidas foram adotadas pelo Brasil.

A política de substituição de importações consistia no incremento da participação do Estado na economia, estabelecendo-o como o agente responsável pelo apoio ao crescimento da industrialização por meio da criação de indústrias de base. Tais indústrias dariam suporte para que os demais setores industriais se desenvolvessem, fornecendo as matérias-primas necessárias.⁸⁹ Esse processo foi preconizado pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) como o instrumento mais eficaz para o desenvolvimento econômico das nações latino-americanas tradicionalmente agroexportadoras.⁹⁰

Num contexto em que diversos países encontravam dificuldades para viabilizar sua produção industrial e agrícola, pois ainda encontravam-se em fase inicial de recuperação dos esforços envidados na guerra, as “riquezas naturais” da Amazônia representavam elementos essenciais a esse processo de reconstrução. A política de valorização econômica da Amazônia implicava, pois, numa estratégia de aproveitamento das oportunidades econômicas apresentadas ao Estado brasileiro para fornecer matérias primas. O que vinha ao encontro do projeto governamental de integração das regiões consideradas mais atrasadas do país à economia nacional. Essa conjuntura foi assinalada pela transição de uma economia agrária

⁸⁹ Segundo Fonseca; Souza (2009), o processo de substituição de importações que teve início no Brasil no primeiro governo de Getúlio Vargas, quando o Estado começou a comprar o excedente de café do setor cafeeiro, associado a impostos sobre as exportações e destruição do excedente, o que provocou profundas mudanças na economia brasileira. Várias indústrias estatais e institutos de pesquisa foram criados nesse contexto, entre as quais destacam-se a Companhia Siderúrgica Nacional (1940), a Companhia Vale do Rio Doce (1942), a Fábrica Nacional de Motores (1943) e a Hidrelétrica do Vale do São Francisco (1945). Para uma leitura mais detalhada acerca da trajetória histórica e das premissas do processo de substituição de importações no Brasil, consultar FONSECA, Pedro César Dutra; SOUZA, Luiz Eduardo. *O processo de substituição de importações*. São Paulo: LCTE, 2009.

⁹⁰ A CEPAL foi um organismo criado em 1948, na esfera do Conselho Econômico e Social da ONU, com o objetivo de monitorar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico na região.

para uma economia industrial, em que o país reorganizava suas bases econômicas para promover o progresso industrial-urbano.

De acordo com dispositivo legal, a Valorização Econômica da Amazônia, compreendia, portanto, um amplo e ousado conjunto de operações. E os recursos naturais amazônicos desempenharam um papel estratégico nesse processo, como demonstrar-se-á ao longo deste capítulo.

1.3.1 O Programa de Emergência para a Amazônia

Para promover o planejamento e a execução das operações previstas no Plano, no âmbito da SPVEA foi instituída uma Comissão de Planejamento, composta por 15 membros, todos nomeados pelo presidente Getúlio Vargas, compreendendo seis técnicos do serviço público federal e nove representantes dos estados e territórios, designados pelos respectivos governos.⁹¹

Ficou estabelecido, pelo Artigo 26º da lei 1806, de 6 de janeiro de 1953, que esta Comissão apresentaria ao presidente da República dentro de nove meses o plano definitivo de Valorização Econômica da Amazônia para o primeiro período quinquenal, incluindo o orçamento para o primeiro período anual, a ser encaminhado ao Congresso Nacional.⁹²

Contudo, tendo em vista a exiguidade do tempo e a complexidade e urgência dos problemas amazônicos, reiterados pelo chefe de Estado em seus pronunciamentos, a própria Lei 1806 estabeleceu que, até a devida aprovação legal das medidas relativas aos objetivos constantes no Artigo 7º, e enquanto durasse a elaboração da versão final do 1º Plano Quinquenal, a execução do plano de valorização seria iniciada por um Programa de Emergência. Este Programa compreendia a continuação de obras e serviços, como partes integrantes do Plano, os projetos e empreendimentos de natureza urgente e os básicos, já

⁹¹ A Comissão de Planejamento foi integrada por Arthur César Ferreira Reis, presidente, pelos técnicos federais Francisco Pereira da Silva, Sócrates Bomfim e Ricardo Borges e por representantes dos Estados e Territórios Federais da região, a saber: Stélio Maroja (Estado do Pará); Firmo Ribeiro Dutra (Estado do Amazonas), Cid Rojas Américo de Carvalho (Estado do Maranhão); Jayme Ferreira de Vasconcelos (Estado de Mato Grosso); Armando Storni (Estado de Goiás); Francisco Custódio Freire (Território Federal do Acre); Raul Montero Valdez (Território Federal do Amapá); Valério Caldas de Magalhães (Território Federal do Rio Branco); e Francisco Valente Pinheiro (Território Federal do Guaporé) (SPVEA, 1955, v. 1).

⁹² As atribuições e ordem de trabalho da Comissão de Planejamento foram regulamentadas pelo Decreto nº 34.132, de 9 de outubro de 1953, com base no qual foi elaborado o seu Regimento Interno, aprovado em 22 de outubro do mesmo ano, passando a Comissão a elaborar o Programa de Emergência a vigorar em 1954, nos termos do Artigo 19 da Lei 1806, de 6 de janeiro de 1953 e da dotação orçamentária que lhe reservara o Congresso para esse fim. Concluída a elaboração do Programa de Emergência, em 23 de dezembro de 1953 e apresentada ao Presidente da República, pôde a Comissão dedicar-se, de janeiro em diante, à organização do plano quinquenal, apresentado em 21 de junho do corrente ano (SPVEA, 1955, v. 1).

devidamente estudados e considerados indispensáveis, à valorização econômica da região bem como aqueles considerados preliminares ou preparatórios da organização definitiva do Plano Quinquenal.⁹³ Para tal, contar-se-ia com créditos suplementares ou especiais.

Desse modo, em um período de três meses após a instalação da SPVEA, os técnicos da Comissão de Planejamento reuniram-se para elaborar o Programa de Emergência, organizados em seis subcomissões temáticas, a saber: Subcomissão Agrícola, compreendendo agricultura, pecuária, colonização e regime de terras; Subcomissão de Recursos Naturais, para recursos da floresta, do subsolo e das águas e industrialização das matérias primas; Subcomissão de Transportes, Comunicações e Energia, abrangendo estes assuntos e engenharia hidráulica; Subcomissão de Crédito e Comércio, compreendendo crédito, cooperativas e relações de comércio; Subcomissão de Saúde, relativa aos problemas sanitários em geral, especificamente de higiene, assistência e nutrição e; Subcomissão de Desenvolvimento Cultural, abrangendo o ensino profissional e os problemas de nível cultural.

A tarefa inicial da Comissão, de acordo com o esquema dos trabalhos de planificação previsto em seu regimento interno, consistiu num exame preparatório da realidade amazônica, com base na identificação “dos seus problemas básicos e dos objetivos a alcançar, bem como da prioridade relativa dos empreendimentos, em função das necessidades urgentes da região”.⁹⁴ Esse estudo resultou em um documento intitulado “Concepção Preliminar da Valorização Econômica da Amazônia”, com vistas a orientar os trabalhos do Programa de Emergência.⁹⁵ A programação de emergência foi aprovada no Congresso em fevereiro de 1954 e passou a vigorar enquanto o Primeiro Plano Quinquenal encontrava-se em fase de discussão e elaboração pela Comissão de Planejamento da SPVEA.

O Programa de Emergência enfatizava as potencialidades econômicas da Amazônia, definindo-a como detentora de mais da metade da superfície do Brasil, mais de dois terços de sua fronteira e mais de quatro quintos de suas florestas, além de conter no subsolo a maior parte de substâncias minerais do país.⁹⁶ Com o objetivo de fomentar a ocupação e o progresso da região, o Programa estabeleceu algumas ações prioritárias, visando os seguintes objetivos:

Criar na Amazônia uma produção de alimentos pelo menos equivalente às suas necessidades de consumo; Completar a economia brasileira, produzindo, na Amazônia, no limite de suas possibilidades, matérias primas e produtos alimentares importados pelo país; Promover a exploração das riquezas energéticas e minerais da região; Desenvolver a exportação das matérias primas regionais; Converter, gradualmente, a economia extrativista, praticada na floresta, e comercial, praticada

⁹³ SPVEA, op. cit., 1954a, p. 6.

⁹⁴ SPVEA. Comissão de Planejamento. *Programa de Emergência para 1954*. Belém: SPVEA, 1954b. Idem, p. 180.

⁹⁵ SPVEA, op. cit., 1954a.

⁹⁶ SPVEA, op. cit., 1954b.

nas cidades, em economia agrícola e industrial; Estimular a criação da riqueza e a sua movimentação através de sistemas de crédito e transportes adequados; Elevar o nível de vida e de cultura técnica e política de suas populações.⁹⁷

Além da exploração das riquezas naturais, o Programa preconizava uma reorientação e diversificação da economia extrativista regional, assinalada por técnicas obsoletas de trabalho e pelo aproveitamento mínimo dos recursos florestais.

Em relação aos componentes do ambiente, focos de análise desta tese, a Subcomissão de Recursos Naturais assim se pronunciou:

Os recursos naturais da Amazônia, contidos na floresta, no subsolo e nas águas, são potencialmente enormes, mas padecem todos de uma carência de investigação sistemática com o fito de converter o seu aproveitamento à fase de projetos de aproveitamento industrial. Região predominantemente extrativista, sua população ainda explora a floresta em base monocultora, colhendo em cada região um ou dois produtos apenas.

Todas as atividades extrativistas trabalham em base mais ou menos deficitária e muitas delas operam um sistema de exploração destrutiva que periodicamente extingue as espécies trabalhadas. Os sistemas de exploração são os mesmos legados por uma tradição centenária e os problemas técnicos, de cuja solução depende a racionalização da exploração florestal, permanecem sem solução e sem esforço pronunciado para resolvê-los.⁹⁸

A mudança deste quadro, de acordo com o entendimento da Comissão, poderia ser realizada com a modificação das técnicas de trabalho e pela diversificação da produção. Quanto à exploração florestal, considerada como o recurso de mais rápida mobilização na Amazônia, recomendou-se a constituição de explorações florestais em larga escala, com equipamento e técnicas apropriadas e organização industrial para torná-las produtivas. Para tal a Subcomissão de Recursos Naturais organizou um programa de estudos a serem realizados por um serviço de pesquisas florestais a ser alocado em Manaus, “equipado com os especialistas necessários e incumbido de fornecer respostas específicas a determinados problemas da floresta”.⁹⁹ Concomitantemente se previu a formação de especialistas fora do país, em Madison, Estados Unidos e Prince’s Risborough, Inglaterra com a finalidade de especializar-se e desenvolver as pesquisas daquele serviço florestal.

Foram concedidas também as dotações orçamentárias necessárias à cobertura das responsabilidades brasileiras no acordo celebrado entre o governo brasileiro e a Organização para FAO para a manutenção de uma equipe especializada em recursos florestais e mercados de madeira vinculada a esta instituição, cujos trabalhos foram considerados de fundamental importância para o aproveitamento dos recursos florestais da região.

⁹⁷ Idem, p. 181.

⁹⁸ Idem, p. 199.

⁹⁹ Idem, p. 200.

No aproveitamento dos recursos minerais, o Programa previu o estabelecimento de um serviço de pesquisas minerais, com sede em Belém, para realizar estudos geológicos e mineralógicos da Amazônia. Para o desenvolvimento da pesca, o Programa estabeleceu o financiamento de barcos pesqueiros, frigoríficos e propôs estudos de formas adequadas de conservação do pescado e de ictiologia e limnologia, com vistas a subsidiar um programa de pesca e piscicultura no Plano Quinquenal.

Em termos gerais, as medidas preconizadas pelo Programa de Emergência visavam “gerar uma sociedade estável e progressista e que possa vir a realizar-se e aperfeiçoar-se com seus próprios recursos”.¹⁰⁰ Neste sentido, das ações voltadas para assistência técnica, crédito, saúde, educação e melhorias nos transportes, dependia o êxito daquele empreendimento. Além de abordar os problemas regionais considerados mais urgentes o Programa de Emergência, de certo modo, estabeleceu as bases sobre as quais se assentou o Primeiro Plano Quinquenal de Valorização Econômica da Amazônia, elaborado em seguida, pela mesma Comissão de Planejamento da SPVEA.

1.4 A Valorização Econômica da Amazônia (1955-1959)

Após a conclusão dos trabalhos do Programa de Emergência a Comissão de Planejamento da SPVEA dedicou-se à elaboração do Primeiro Plano Quinquenal. De acordo com o texto de apresentação do Plano, a Comissão enfrentou diversos problemas na execução dessa tarefa, considerando a exiguidade de tempo e a escassez de informações solidamente fundamentadas sobre a realidade socioeconômica regional, especialmente o meio físico.

Teve a Comissão consideráveis dificuldades na elaboração do primeiro plano quinquenal. Trabalhos desta ordem não são, em geral, realizados com prazos definidos e menos, ainda, tão angustiosamente limitados como o prazo que foi concedido a esta Comissão para a apresentação do seu trabalho. A elaboração de um planejamento econômico pressupõe o perfeito conhecimento dos fatores que afetam a evolução econômica em uma área determinada. Na Amazônia o meio físico é conhecido imperfeitamente e os estudos sobre sua natureza realizados por alguns cientistas nunca tiveram o caráter de estudos sistemáticos. São em sua maioria pesquisas fragmentárias, visando aspectos especiais de interesse do cientista ou observador, sem coordenação em um plano definido de estudos e, principalmente sem finalidade utilitária.¹⁰¹

A considerar estes óbices, e de acordo com a perspectiva analítica da Comissão, caberia ao planejamento regional a articulação dos estudos já existentes sobre a região ao conjunto das medidas a serem adotadas. Por este motivo, o plano baseou-se, basicamente, em estudos

¹⁰⁰ SPVEA, op. cit., 1954a, p. 14.

¹⁰¹ Idem.

prévios sobre a região, de acordo com sua pertinência à política de valorização regional e recomendou enfaticamente a realização de pesquisas com vistas a aprofundar o conhecimento acerca da Amazônia. Estas medidas foram consideradas inevitáveis pela Comissão de planejamento, diante do curto prazo legal estabelecido para tarefa tão complexa, conforme demonstra o excerto abaixo:

Constringida entre a obrigação do prazo legal e a necessidade de apresentar um planejamento bem baseado e deduzido com lógica, não teve esta Comissão outra alternativa que não fôsse o estabelecimento de um plano que, em suas linhas fundamentais, visa obter o conhecimento dos dados ainda ignorados da nossa realidade geográfica, social e econômica e o estabelecimento de um plano de trabalho à base dos dados existentes e conhecidos, que possa atender às aspirações imediatas da região e da nação.¹⁰²

A construção do Plano se deu, portanto, muito mais em função das necessidades da região do que propriamente sobre suas possibilidades cientificamente verificadas. Segundo a Comissão, a definição destas possibilidades resultaria dos estudos e levantamentos previstos no texto do Plano e que, em última análise, definiriam os objetivos a serem alcançados na segunda fase quinquenal do período de 20 anos previsto pela Constituição. Por esta razão, o Plano foi apresentado em caráter preliminar, impondo-se sua revisão anual para fins de ajuste à sua evolução e aos resultados das pesquisas e estudos nele previsto.

Proposto para o período 1955-1959, em linhas gerais o Primeiro Plano Quinquenal teve poucas variações em relação ao Programa de Emergência, no que tange aos objetivos e estratégias da política de valorização econômica da região. Considerada uma obra política, “pela qual a nação brasileira procura ocupar e desenvolver economicamente os espaços inaproveitados do território nacional”¹⁰³ a Valorização Amazônica foi definida pelo Plano como um esforço nacional para: a) assegurar a ocupação territorial da Amazônia em um sentido brasileiro; b) construir na Amazônia uma sociedade economicamente estável, progressista e que seja capaz de, com seus próprios recursos, prover a execução de suas tarefas sociais e; c) desenvolver a Amazônia num sentido paralelo e complementar ao da economia brasileira.¹⁰⁴

A concretização destes objetivos foi categoricamente associada aos componentes do ambiente amazônico, qualificados no Plano como recursos naturais:

Dentro da Amazônia ou em qualquer parte em que um trabalho pioneiro venha a realizar-se, o seu êxito sempre dependerá do aproveitamento possível de recursos naturais colocados pela natureza à disposição do homem. Esses recursos são: os do solo, cuja utilização agrícola ainda é a base de qualquer esforço civilizador; os da floresta, que coloca em posição de utilização imediata importantes recursos

¹⁰² SPVEA. *Primeiro Plano Quinquenal*. SPVEA: Belém, 1955, v. 1, p. 22.

¹⁰³ Idem, p. 24.

¹⁰⁴ Idem, p. 24-25.

essencialmente necessários à vida do homem e ao desenvolvimento da indústria; o subsolo, cujos recursos minerais podem evidentemente elevar os níveis econômicos e técnicos de uma sociedade; e os das águas, como complemento da vida agrícola, produtora de alimentos animais e vias de transporte. A conjunção dessa variedade de recursos permitirá sociedades de nível de vida muito alto, mas a existência, isoladamente, de um só deles em condições satisfatórias de utilização, já permitiria condições normais de desenvolvimento ao meio social.¹⁰⁵

O texto do Plano manifestava, portanto, uma avaliação otimista acerca das potencialidades dos recursos naturais da região, à espera de um aproveitamento racional. De acordo com essa perspectiva, sob a égide do planejamento, fundamentado na técnica, tais recursos tornar-se-iam catalisadores da recuperação econômica regional.

Mais uma vez, porém, a dispersão demográfica, atribuída à atividade extrativista, foi apontada como um entrave ao planejamento:

A reabilitação de uma população dispersa encontra graves dificuldades quer no seu planejamento quer na sua execução. Agrícola ou industrialmente, as formas de atividade praticadas e sua viabilidade ou sucesso podem ser calculadas pela medida em que a cooperação de outros homens seja possível. O princípio de organização das sociedades é da divisão do trabalho, impossível de realizar-se onde não existe um meio social ou onde êsse se caracteriza pela rarefação demográfica. Em agricultura, os trabalhos de campo não só exigem a concorrência de considerável mão de obra em períodos diferentes e complementares de tempo, conforme a fase do trabalho agrícola ou a especialização da cultura praticada, como se distribuem em uma variedade de funções, de acordo com os conhecimentos exigidos na prática dessa atividade. Em transporte, o custo do transporte a realizar é proporcional à concentração da carga e ao seu volume, e portanto, à densidade do meio social e sua capacidade de produzir. Nos serviços públicos, como os de educação saúde e outros, o custo do investimento é inversamente proporcional à densidade demográfica da área. Além disso, o desenvolvimento tecnológico e a educação de grau médio e superior só são compatíveis com certos limites de desenvolvimento social que as populações dispersas ou os pequenos núcleos populacionais não podem realizar.¹⁰⁶

Considerando este entendimento, a valorização econômica deveria iniciar pela “recuperação das populações amazônicas”. O êxito do Plano dependeria de sua adesão a novos hábitos e técnicas. Fazia-se necessário a superação do extrativismo tradicional mediante o uso de novas técnicas e da diversificação da produção. Subjacente a esse pensamento estava a ideia de que, no estágio em que se encontrava, as populações locais não possuíam os atributos desejáveis e necessários para modificar a realidade socioeconômica regional, conforme preconizado pelo Plano.¹⁰⁷ A esse respeito, a atuação coordenada do estado tornava-se, portanto, crucial.

De acordo com essas premissas, a ideia central que permeou o Plano foi a constituição de uma economia estável, a partir da conversão da população rural extrativista dispersa em

¹⁰⁵ Idem, p. 38.

¹⁰⁶ Idem, p. 37.

¹⁰⁷ Não se questionava o sistema de relações de trabalho aviltantes e desestimulantes dos extrativistas.

uma sociedade de base agrícola, concentrada em áreas selecionadas, denominadas zonas economicamente recuperáveis, com acesso facilitado a transporte e com disponibilidade de recursos naturais, passíveis de industrialização.

A recuperação das populações amazônicas estava em consonância com o objetivo do Plano de construir uma sociedade capaz de executar suas tarefas sociais com seus próprios recursos, ou seja, era imperativo qualificar tais populações para que elas, a médio e longo prazos, pudessem disseminar as ações preconizadas no planejamento. Para atingir o objetivo de recuperação das populações, a região foi dividida em 28 zonas, definidas de acordo com critérios econômicos e políticos, tais como densidade populacional, proximidade de núcleos urbanos importantes, ocorrência de bons solos agrícolas, condições favoráveis à criação de gado, áreas de fronteiras, áreas limítrofes com o sul e nordeste do país, por onde avançavam frentes pioneiras.¹⁰⁸

Estes critérios baseavam-se na constatação recorrente entre os técnicos da SPVEA de que era impossível, dentro das condições vigentes, planejar uma recuperação global da Amazônia. A intenção de concentrar recursos em tais áreas era que estas funcionassem como polos de desenvolvimento, irradiando seus efeitos positivos sobre outras porções do território amazônico.

As reclamações reiteradas da Comissão de Planejamento acerca da escassez de informações sistemáticas sobre o meio físico amazônico assim como sobre sua realidade socioeconômica se refletem no documento de diversas maneiras, bem como nos estudos que o antecederam e o subsidiaram. Nos diversos relatórios da Conferência Técnica de Valorização Econômica da Amazônia não há nenhuma referência, por exemplo, aos grupos indígenas da região. A mesma constatação se aplica ao Programa de Emergência. No Primeiro Plano Quinquenal se fez referências às sociedades indígenas apenas para ilustrar um tópico sobre a história da ocupação regional. Nestes termos, a tese do vazio de gente e de técnica foi uma constante no processo de formulação do planejamento do desenvolvimento regional.

Para atender aos objetivos propostos, no Plano Quinquenal foram estabelecidos seis setores básicos como objetos da ação planejadora, a saber: Transportes, Comunicações e Energia; Saúde; Crédito e Comércio; Recursos Naturais; Produção Agrícola e Desenvolvimento Cultural. As políticas e ações concernentes a estes campos de atuação

¹⁰⁸ As zonas definidas foram: 1) Belém/Bragança; 2) Manaus; 3) São Luís; 4) Cuiabá; 5) Macapá; 6) Rio Branco (Acre); 7) Porto Velho; 8) Boa Vista (Rio Branco); 9) Santarém; 10) Marajó; 11) Altamira; 12) Tucuruí/Jatobal; 13) Itaituba; 14) Benjamin Constant; 15) Eirunepê; 16) Boca do Acre; 17) Campos do Puciri; 18) Parintins; 19) Tefé; 20) Uapês-Cucuí; 21) Vila Bittencourt (rio Juruá); 22) Guajará Mirim; 23) Cruzeiro do Sul; 24) Paranã (Alto Tocantins); 25) Bacia rios Mearim e Pindaré; 26) Oiapoque; 27) Poxoréu; 28) Tocantinópolis.

estavam internamente articuladas, considerando o escopo da Valorização Econômica da Amazônia. Estas áreas de atuação foram selecionadas considerando os “problemas de base” identificados pela Comissão de Planejamento em suas análises das condições de vida das populações amazônicas, que consistiam nos seguintes: a) o problema alimentar; b) o problema de produção de matérias primas e sua industrialização; c) o problema do transporte; d) o problema da distribuição do capital; e) o problema de saúde; f) o problema de nível cultural e g) o problema de recuperação das populações extrativistas.¹⁰⁹ De acordo com o Plano esses fatores representavam “aspectos críticos que o planejamento da Valorização terá que resolver”. Enfatizava-se que “todos são problemas interligados e não podem ser entendidos senão em seu conjunto”.¹¹⁰

Por esta razão a abordagem dos “problemas de base” orientou a apresentação do Plano Quinquenal, que se desdobrou em seis programas, cada um consubstanciado em um relatório produzido pelas subcomissões responsáveis por cada temática. Desse modo, o problema alimentar foi tratado em relatório da Subcomissão Agrícola; os problemas de produção de matérias primas e sua industrialização e de recuperação das populações extrativistas foram abordados pela Subcomissão de Recursos Naturais; o problema dos transportes foi objeto do relatório da Subcomissão de Transportes, Energia e Comunicações; o problema da distribuição do capital foi discutido pelo relatório da Subcomissão de Crédito e Comércio; o problema de saúde pela Subcomissão de Saúde e o problema de nível cultural pelo relatório da Subcomissão de Desenvolvimento Cultural.

O eixo condutor destes relatórios foi expresso com muita clareza pelo Plano: “nesse conjunto de relatórios são considerados os diversos aspectos da vida regional e propostas as soluções que, em seu conjunto, permitirão a reabilitação do homem e desenvolvimento da sociedade amazônica aos níveis visados pela obra de Valorização”.¹¹¹ De fato, o conjunto de relatórios que compõem o Primeiro Plano Quinquenal constitui um repertório sistemático e detalhado acerca das percepções que se tinha da Amazônia na esfera governamental, assim como revela as prioridades, objetivos, diretrizes e estratégias institucionais que nortearam a política de valorização econômica da região, especialmente no que se refere à exploração dos recursos naturais.

Considerando que o foco da pesquisa remete precisamente às percepções sobre os componentes do ambiente amazônico e as propostas para sua apropriação e utilização pelo

¹⁰⁹ SPVEA, op. cit., 1955, v. 1, p. 72.

¹¹⁰ Idem.

¹¹¹ Idem, p. 73.

Plano Quinquenal, far-se-á apenas uma breve explanação acerca das outras temáticas elencadas pelo documento, tendo em vista que elas não constituem o eixo de análise da tese. Em seguida, discutir-se-á pormenorizadamente a problemática dos recursos naturais contextualizada no Plano. Registre-se, porém, a riqueza de informações existente neste material, que pode vir a subsidiar pesquisas, nos mais diversos campos do conhecimento, sobre a Amazônia de meados do novecentos.

1.4.1 Promovendo a agricultura

A produção agrícola foi apontada como a atividade fundamental da nova economia que se pretendia criar sob o influxo da obra de valorização, sendo considerada pelo Plano como “o fator de reagrupamento e de fixação do homem, capaz de fomentar relações econômicas e sociais de tipo mais elevado”.¹¹² Ao lado da produção de alimentos e do fomento à produção agropecuária, o programa agrícola preconizava o desenvolvimento de culturas que assegurassem matérias primas à economia regional e nacional, como a juta, que ocupava uma posição de destaque na balança comercial da região.

Nestes termos, a Subcomissão de Produção Agrícola estabeleceu os seguintes objetivos agrícolas gerais a serem atingidos no decorrer do Primeiro Plano Quinquenal: alcançar a autossuficiência alimentar na Amazônia; desenvolver a produção agrícola de matérias primas necessárias à economia regional e nacional e desenvolver a produção de gêneros exportáveis visando obter recursos financeiros para o desenvolvimento econômico da região.¹¹³

O estabelecimento de colônias agrícolas, a formação de cooperativas, a implantação de um sistema de crédito rural, o investimento na pecuária, através da criação de frigoríficos e abatedouros, o cultivo racional de novos seringais e a realização de pesquisas pedológicas, climatológicas, zootécnicas e nosológicas, além de um levantamento socioeconômico e a criação de uma rede de Estações e Subestações Experimentais, com o objetivo de orientar a agricultura regional, foram as medidas propostas para alcançar aqueles objetivos.¹¹⁴

¹¹² Idem, p. 165.

¹¹³ Idem, p. 85.

¹¹⁴ É interessante observar que o recurso ictiológico, abundante nos ecossistemas aquáticos amazônicos não foi destacado no plano.

1.4.2 Reformando a infraestrutura na Amazônia Legal

O Programa de Transportes, Comunicações e Energia do Primeiro Plano Quinquenal estabeleceu entre suas prioridades o transporte das safras regionais no sentido da calha do rio Amazonas e ligações terrestres com as regiões sul e nordeste do país, a fim de facilitar o ingresso e deslocamento de grupos oriundos de áreas mais densamente povoadas e assegurar o tráfego comercial entre estas regiões e a Amazônia.

Seus objetivos centrais compreendiam: a renovação da frota fluvial regional; a construção de novos portos e o reaparelhamento dos já existentes; melhoria da navegabilidade dos rios amazônicos; financiamento às empresas privadas de navegação para reequipamento de suas embarcações; construção de pequenos portos nas localidades pontos terminais da navegação de primeira linha; construção de uma série de pequenas rodovias nos estados e territórios amazônicos; aplicação de recursos ao transporte rodoviário, como um complemento do sistema fluvial; modernização do parque ferroviário regional; dotação de recursos ao transporte aéreo; instalação de terminais e intermediários de produtos do petróleo e concessão de créditos especiais aos empreendimentos que visassem ao barateamento dos produtos derivados do petróleo (sic); ampliação do serviço de rádio-telegrafo dos estados e territórios da região e reaparelhamento das instalações existentes; dotação das capitais dos estados e territórios e sedes municipais de maior importância econômica, de usinas de energia elétrica capazes de atender às necessidades presentes e futuras e continuação dos estudos de aproveitamento hidrelétrico já iniciados.¹¹⁵

O Programa enfatizava a extensão da rede hidrográfica da Amazônia, salientando sua importância no transporte de pessoas e mercadorias. Ressaltava, no entanto, a necessidade de recorrer a sistemas complementares de transporte. Com esse intuito, e para facilitar o povoamento e o tráfego comercial, planejou-se a construção de uma vasta malha rodoviária, considerada menos dispendiosa e de mais fácil manutenção que as ferrovias. Preconizou-se o aproveitamento dos recursos hídricos para a produção de energia. Embora os investimentos em iluminação elétrica e em combustíveis derivados do petróleo fossem considerados muito elevados, “exigindo o sacrifício anual de bilhões de divisas”, eram vistos como uma medida necessária pois diminuía o consumo do combustível tradicional, a lenha, poupando, de acordo com o Plano, “a destruição tumultuária e tenaz de nossas florestas”.¹¹⁶

¹¹⁵ SPVEA, op. cit., 1955, v. 2, p. 15.

¹¹⁶ Idem, p. 22.

1.4.3 Crédito e Comércio na Valorização da Amazônia

“Na reabilitação de regiões subdesenvolvidas, o crédito e comércio são essenciais à reação econômica, aumentando e ativando oportunidades de estímulo à produção e suas interdependentes relações de distribuição, consumo e permutas”.¹¹⁷ De acordo com este princípio, se criou um Fundo de Crédito Bancário na estrutura da SPVEA, com a finalidade específica de difusão do crédito rural agropecuário na Amazônia. Os financiamentos decorrentes deste Fundo seriam alocados nos seguintes segmentos e operações: produção agrícola e pecuária, inclusive indústrias conexas e colonização; aproveitamento dos recursos naturais, inclusive sua industrialização local; melhoria dos meios de transporte terrestre, fluvial e aéreo; aquisição de utensílios, ferramentas e demais instrumentos necessários ao aumento da produção em geral; construção de armazéns, silos, depósitos, câmaras de expurgo e frigoríficos destinados a guarda, classificação e escoamento regular dos produtos de consumo e exportação na Amazônia; incorporação ou subscrição de sociedades anônimas destinadas a industrialização das matérias primas locais ou essenciais ao consumo regional e incorporação ou subscrição de ações de empresas destinadas ao fornecimento regional de luz elétrica, inclusive produção de combustíveis e instalação de terminais para sua distribuição.

O comércio, por seu turno, foi considerado no Plano como um agente de fomento da produção local através do fornecimento, a longo prazo, de dinheiro, mercadorias e equipamentos de trabalho, incorrendo nos riscos pertinentes “ao acesso e exploração da selva, ou da instabilidade de rendimento das culturas rudimentares e dos preços de seus produtos”.¹¹⁸ Por esta razão, os investimentos constantes do Plano de Valorização refletir-se-iam de modo positivo na economia regional, gerando aumento do consumo e estabilidade de preços, por conseguinte, tornando o comércio regional mais competitivo. O Programa de Crédito e Comércio preconizava, sobretudo, o amparo e a defesa da produção regional, implicando beneficiamento e progressiva comercialização local das matérias primas.

1.4.4 A Saúde na Valorização da Amazônia

A fim de atingir um dos objetivos da Valorização Econômica da Amazônia, que consistia na “regeneração física e social” de suas populações através da alimentação, da assistência à saúde e do saneamento, a Subcomissão de Saúde apresentou seis propostas de

¹¹⁷ Idem, p. 83.

¹¹⁸ Idem, p. 101.

ação, assim divididas: 1) Serviços Básicos de Saneamento, compreendendo o abastecimento de água, instalação de redes de esgoto e melhoria das condições higiênicas das habitações; 2) Assistência Médico-Sanitária, por meio da construção, equipamento e manutenção de hospitais e maternidades e postos de higiene, assistência obstétrica domiciliar; 3) Nutrição, voltada para a alimentação de lactentes, gestantes e mães nutrizes, suplemento alimentar dos pré-escolares e escolares e profilaxia do bócio endêmico; 4) Doenças Transmissíveis, compreendendo campanhas contra a malária, esquistossomose, doença de Chagas, filariose e tuberculose, atividades de combate à lepra e intensificação de campanhas de combate às doenças venéreas; 5) Pesquisas e Inquéritos de interesse médico sanitário, especialmente sobre a incidência e distribuição de doenças na região e 6) Bioestatística, Propaganda e Educação Sanitária, para coletar, tabular e interpretar os dados levantados nas pesquisas e difundir medidas de higiene entre a população.

O setor saúde foi considerado crucial à obra de valorização econômica da Amazônia. As populações locais foram consideradas no Plano, assim como nos estudos que o subsidiaram, como desprovidas dos requisitos necessários à superação de sua condição socioeconômica, considerada obsoleta e improdutiva. E isto passava, necessariamente, pelas condições de saúde e saneamento, de resto precaríssimas na região, conforme enfatizado no relatório da Subcomissão de Saúde da SPVEA. A melhoria das condições de saúde, higiene e saneamento certamente geraria reflexos positivos na produtividade dos trabalhadores amazônicos, contribuindo assim para a consecução dos objetivos do planejamento regional.

1.4.5 A cultura na Valorização da Amazônia

“No desenvolvimento da obra de recuperação econômica da Amazônia, um grande número de técnicas novas, de novos hábitos, de novas concepções, deverá ser introduzida na vida da região”.¹¹⁹ De acordo com esta perspectiva, as mudanças preconizadas pelo Plano dar-se-iam por meio do desenvolvimento cultural das populações amazônicas, a ser alcançado através da educação. A este respeito, o Programa de Desenvolvimento Cultural propôs uma série de medidas no campo da educação primária e no ensino técnico e superior.

Em relação ao ensino primário, previu-se o aparelhamento das escolas primárias existentes, a organização de cursos intensivos de férias para os professores rurais e a instalação de escolas normais para a formação de professores. Além disto, se preconizou “a

¹¹⁹ Idem, p. 278.

mais importante e ambiciosa forma de ação no Plano de Desenvolvimento Cultural”, denominada no Plano “educação de base”. Constituindo uma espécie de ensino técnico, preparando os educandos “para o desempenho das funções que serão efetivamente chamados a exercer em sua comunidade, quando ela for alcançada pela valorização econômica”¹²⁰, esta modalidade de ensino ficaria a cargo de Missões Culturais Rurais.

Tais Missões seriam integradas por médicos, agrônomos, assistentes sociais, podendo também ser acrescidas de técnicos de outras profissões como enfermeiros, dentistas, veterinários e especialistas em atividades artesanais. Estas equipes seriam preparadas em cursos intensivos ministrados por professores especializados colocados à disposição da SPVEA pela Campanha Nacional de Educação Rural, onde receberiam cursos de Geografia Agrária, Sociologia Rural, Organização de Comunidades, Educação Sanitária, Higiene Rural, Cooperativismo e Técnicas Audiovisuais.¹²¹

Depois de devidamente instaladas nas áreas de atuação, as Missões encarregar-se-iam de selecionar e preparar educadores locais que, por sua vez, atuariam nos Centros Sociais Rurais, instalados nas comunidades rurais, que seriam aparelhados com instalações para o ensino de artesanato ou de “indústrias rurais” e oficina de costura. Estes centros funcionariam como escolas durante o dia e à noite e nos feriados estariam disponíveis a atividades comunitárias. Em relação ao ensino médio se previu a construção de escolas agrícolas e agroartesanais priorizando-se, portanto, a agricultura. Preconizou-se, ainda, a criação de uma universidade, a construção de bibliotecas e atividades de divulgação científico-cultural.

A Subcomissão de Desenvolvimento Cultural expressou de modo muito claro as intenções que fundamentaram a proposição destas medidas no conjunto do Plano de Valorização:

A preocupação fundamental foi dotar a região de um equipamento de ensino capaz de atingir as mais amplas camadas da população e proporcionar-lhes o aprendizado de novas técnicas mais adequadas de exploração dos recursos naturais, a adoção de novos hábitos, de novas necessidades e de novas formas de associação que estimulam um esforço produtivo mais profundo e propício, uma visão do mundo mais próxima da realidade.¹²²

A educação representava, portanto, a ferramenta através da qual se promoveria a mudança de hábitos considerados arcaicos e improdutivos, a introdução de novas técnicas e o aprimoramento de métodos de trabalho, visando habilitar as populações amazônicas para um modo de vida apropriado aos objetivos do projeto de valorização consignado no Primeiro

¹²⁰ Idem, p. 287.

¹²¹ Idem.

¹²² Idem, p. 276.

Plano Quinquenal. Sob esse prisma, o conhecimento e o desenvolvimento de técnicas qualificariam a atuação do homem sobre o ambiente amazônico, promovendo uma apropriação social mais eficiente dos recursos.

1.5 Valorizando o ambiente

Como se pode inferir da narrativa efetuada até aqui, a sistematização do 1º Plano Quinquenal de Valorização Econômica da Amazônia obedeceu a um encadeamento de ações, todas articuladas entre si, com vistas ao sucesso do empreendimento de valorização econômica regional. Para assegurar a ocupação territorial amazônica em um sentido brasileiro era necessário colonizar a região; para construir uma sociedade economicamente estável e “progressista” investimentos em saúde, educação e cultura eram cruciais; para desenvolver a Amazônia num sentido paralelo e complementar ao da economia brasileira, era imperativo promover a exploração racional dos recursos naturais, fomentar a industrialização local das matérias primas deles extraídas e assegurar a diversificação das atividades produtivas regionais.

Nestes termos, a exploração dos componentes do ambiente amazônico representou a ideia motriz dos discursos e das ações para a promoção da valorização econômica da região. Todas as medidas preconizadas nos diversos programas que compuseram o Primeiro Plano Quinquenal foram orientadas pela percepção da existência de uma ampla variedade de recursos naturais disponíveis para serem estudados, classificados, apropriados e explorados, sob a condução da intervenção estatal. A utilização racional dos recursos naturais amazônicos foi apresentada como o elemento catalisador do processo de desenvolvimento da região.

A propalada “exploração racional” destes recursos, no âmbito do planejamento da valorização econômica, referia-se à execução de medidas com vistas à diversificação das atividades tradicionalmente praticadas pelas populações regionais, voltadas para o extrativismo e agricultura de subsistência, assim como o fomento da industrialização das matérias primas regionais. Como resultados dessas medidas, esperava-se um aumento da produtividade do trabalhador extrativista e a geração de divisas através da comercialização das matérias primas beneficiadas.

As atividades concernentes ao aproveitamento dos recursos da região no contexto do Plano de Valorização previsto para o quinquênio 1955-1959, a definição de objetivos, diretrizes, metas e estratégias para sua operacionalização, ficaram a cargo do Programa de

Recursos Naturais, voltado para os “recursos da floresta, do subsolo e das águas e industrialização das matérias primas”.

O Programa estabeleceu como focos operacionais da ação planejadora os solos agrícolas, as florestas, as pastagens naturais, o subsolo e as águas. Suas possibilidades de utilização e aproveitamento no empreendimento de valorização econômica regional foram assim sintetizadas:

O solo agrícola permite, quando de boa qualidade, safras de grande proporção e significa alimentação mais abundante e barata e mais sobras de matérias primas exportáveis que contribuem para o aumento da riqueza do meio. As florestas, formadas pela natureza no curso de milênios, encerram um potencial formidável de recursos de imediata utilização e constituem por si próprias uma escola de experimentação natural em que a natureza criou milhões de combinações possíveis entre os vegetais, muitas delas úteis. Antes de disciplinados em cultivos, a maioria dos vegetais econômicos existiu em estado florestal. É, por isso, de fundamental importância para o futuro da economia regional, o correto conhecimento da floresta e da utilidade das espécies que a compõem. O subsolo contém os minerais que são essenciais ao desenvolvimento da vida moderna. Altos níveis de civilização e de progresso tecnológico só são possíveis quando acompanhados pela utilização dos recursos minerais. Nas águas o desenvolvimento da vida animal encontra circunstâncias favoráveis que na Amazônia se revestem de especial importância devido à presença do *déficit* alimentar.¹²³

Os componentes do ambiente eram percebidos pelo planejamento em consonância com suas possibilidades de utilização. Sob essa perspectiva, a natureza era concebida em suas partes, assim qualificadas: a flora, fornecedora de madeira; os solos, bases para a agropecuária; os rios, fontes de produção de alimentos, através da indústria pesqueira, e o subsolo, provedor de minérios. Tal pensamento exprimia uma visão extremamente reduzida do potencial dos recursos, sobretudo da flora.

De acordo com a perspectiva estatal, a existência de recursos naturais abundantes demonstrava a inquestionável capacidade de se atender aos objetivos da Valorização Econômica da Amazônia. No entanto, estes insumos, por si sós, não seriam capazes de tirar a região do estado de estagnação econômica em que se encontrava. Fazia-se necessário, para tal, a atuação diligente do poder público na condução de sua exploração e aproveitamento, já que até então, como a realidade local demonstrava, as supostas vantagens naturais não teriam sido aproveitadas satisfatoriamente.

O Programa de Recursos Naturais da SPVEA estabeleceu, pois, como linha prioritária de ação o aproveitamento dos recursos naturais amazônicos, iniciando pelos mais suscetíveis

¹²³ SPVEA, op. cit., 1955, v. 1, p. 349-350. O Programa também se referia ao potencial dos campos naturais, onde desenvolver-se-ia com maior rapidez e menor custo, a criação de gado, considerada importante para o equilíbrio alimentar e econômico da Amazônia. Porém ressaltou que seu aproveitamento não foi tratado na Subcomissão de Recursos Naturais, ficando a cargo do Programa de Pecuária.

de utilização a curto prazo, a serem apropriados de acordo com suas possibilidades de industrialização, comercialização e consumo. O primeiro passo na direção de um aproveitamento racional consistiria, desse modo, no conhecimento efetivo dos recursos, pois, conforme registrado no Plano, “recursos naturais que não estão devidamente estudados são inúteis à melhora das condições econômicas gerais e, na realidade, são como se não existissem”.¹²⁴ De acordo com essa perspectiva, a exploração dos recursos naturais demandou inicialmente uma avaliação criteriosa do meio para melhor orientar o planejamento de sua utilização.

A esse respeito, há que se destacar a participação significativa de diversas instituições, em especial o Instituto Agrônomo do Norte (IAN) e o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), cujos estudos e pesquisas orientaram o processo de planejamento da política de valorização econômica e operacionalização de suas ações. A existência e o funcionamento de instituições específicas, voltadas para o estudo do ambiente e da sociedade amazônicas, eram considerados fatores cruciais ao aproveitamento racional dos recursos naturais, conforme expresso no Plano:

A base de um trabalho de recuperação de recursos naturais na Amazônia [...] é o correto conhecimento desses recursos e da forma de sua utilização. Não há outra maneira de alcançar esse resultado que não seja criar a organização correspondente, em que os problemas sejam investigados, reconhecidos e definidos. A criação de instituições que realizem essa parte básica do aproveitamento é a providência preliminar e mais urgente para que possa a região sair do empirismo de seus métodos e da exploração predatória que é a característica da sua economia atual. A obtenção desses resultados pede a organização de institutos especiais de estudos e pesquisas nos vários reinos da natureza e nas várias atividades do homem, com a especialização necessária para que seus trabalhos possam alcançar o êxito desejado. Isto justificaria a criação de instituições para estudo do meio geográfico e do homem que o habita, das florestas e campos e do seu solo, da geologia e recursos do subsolo, da agronomia e problemas da vida agrícola, da pecuária e vida animal, da ictiologia e da pesca e tantos outros aspectos da vida natural.¹²⁵

Nesta perspectiva, no Primeiro Plano Quinquenal o governo atribuía ao Instituto Agrônomo do Norte, que há uma década realizava pesquisas agrônômicas na região, e ao recém criado Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, a realização dos estudos e pesquisas propostos no decorrer do quinquênio, considerando as suas atribuições institucionais pertinentes aos objetivos do planejamento regional.

O Instituto Agrônomo do Norte (IAN) foi criado por força do Decreto-Lei nº 1245, de 4 de maio de 1939, vinculado ao Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônômicas, do Ministério da Agricultura, com a finalidade de “realizar investigações e trabalhos

¹²⁴ Idem, p. 351. Ressalte-se que tais recursos não apenas existiam como foram explorados clandestinamente, à revelia do controle do Estado.

¹²⁵ SPVEA, op. cit., 1955, v. 1, p. 355.

experimentais sobre os fatores da produção agrícola e, promover a difusão, o melhoramento, defesa e aproveitamento econômico das plantas cultivadas e silvestres da região por ele abrangida”.¹²⁶ A instituição dedicava-se, desse modo, à realização de estudos e pesquisas especialmente orientados à região Norte, nas áreas da botânica, química, entomologia, fitopatologia, zootecnia, melhoramento de plantas e contava com seções especiais de heveacultura e tecnologia da borracha, de horticultura e silvicultura.¹²⁷

Por sua vez, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) foi criado pelo decreto nº 31672, de 29 de outubro de 1952, tendo como finalidade o estudo científico e tecnológico do meio físico e das condições de vida da região amazônica, tendo em vista o bem estar humano e os reclamos da cultura, da economia e da segurança nacionais”.¹²⁸ Considerando suas atribuições institucionais, o órgão contribuiu sobremaneira com as ações propostas no Primeiro Plano Quinquenal, em especial no concernente ao “levantamento da realidade física amazônica”, preconizado no Programa de Recursos Naturais.

No plano de trabalho do Instituto Nacional de Pesquisas estão compreendidos estudos gerais sobre o meio físico e a população humana, a biologia animal, hidrografia, geologia e botânica. Esses estudos são importantes e é necessário apoiá-los como um meio preliminar de revelar a realidade amazônica em seu conjunto e o seu desenvolvimento constituirá base mais sólida aos planejamentos futuros.¹²⁹

As pesquisas desenvolvidas por estas instituições deveriam, pois, embasar e orientar o planejamento do desenvolvimento da região, especialmente no que se refere aos recursos naturais. Na dotação orçamentária da SPVEA para o quinquênio foram alocados recursos financeiros precisamente para a realização das atividades de pesquisa do INPA.

Os trabalhos de elaboração e operacionalização do Plano receberam, ainda, o apoio institucional da Organização para FAO, por meio da atuação de equipes técnicas especializadas em produção florestal e mercado de madeiras, denominadas “Missões Florestais”.

¹²⁶ BRASIL. *Decreto-lei nº 3.044, de 12 de fevereiro de 1941*. Dispõe sobre o Instituto Agrônomo do Norte, criado pelo Decreto-lei nº 1245, de 4 de maio de 1939 e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3044-12-fevereiro-1941-413369-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 mar. 2012. Com a reorganização do Ministério da Agricultura, em outubro de 1962, o IAN passou a ser denominado Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Norte.

¹²⁷ DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol; PETITJEAN, Patrick. *Ecologia e evolução: a UNESCO na Amazônia (1946-1950)*. In: ALVES, José Jerônimo de Alencar (Org.). *Múltiplas faces da história das ciências na Amazônia*. Belém: EDFUPA, 2005. p. 271-285.

¹²⁸ BRASIL. *Decreto 35.133, de 01 de março de 1954*. Aprova o Regimento do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=145599&norma=166804>>. Acesso em: 13 fev. 2012.

¹²⁹ SPVEA, op. cit., 1955, v. 1, p. 356.

A primeira “Missão Florestal” ingressou na Amazônia em 1951, por meio de acordo entre a FAO e o ministério da agricultura brasileiro. Pelo Programa de Emergência de 1954, foram concedidas as dotações orçamentárias necessárias para a sua permanência na região, pois seu trabalho foi considerado de fundamental importância para o desenvolvimento dos recursos florestais amazônicos, conforme previsto no Plano de Valorização.

Os objetivos e atribuições desse grupo de trabalho em relação à Amazônia foram definidos no Programa de Emergência:

A finalidade dessa missão consiste em fazer, na floresta, demonstrações práticas de métodos racionais de corte de árvores e seu transporte e também montará uma serraria-modelo para demonstração de métodos racionais de montagem e operação de serrarias e treinamento do pessoal de direção e operários bem como de especialistas em laminação de serras. Realiza ainda a missão da FAO o levantamento aerofotogramétrico das florestas, para escolha das florestas economicamente exploráveis e determinação indireta de tipos de solos mais adaptáveis à agricultura. Nesse serviço treinam brasileiros para que o prossigam.¹³⁰

As análises efetuadas pelos técnicos da Missão sobre as possibilidades de exploração dos recursos florestais, especialmente no que se refere à produção madeireira, resultaram em um plano de trabalho que previa algumas operações como: a) a realização de inventários florestais ao longo do rio Amazonas; b) a instalação de equipamento mecânico moderno para “demonstração prática de um sistema de exploração racional da floresta”, a ser alocado no município amazonense de Benjamin Constant, na foz do rio Javari, maior zona produtora de cedro da Amazônia; e c) a organização de um Centro de Treinamento de pessoal especializado em operações de serragem de madeira, operação de máquinas de serraria, laminação e afiação de serras etc. O objetivo deste seria a formação de uma base profissional necessária ao desenvolvimento de uma indústria madeireira local.

Diante da pertinência destas atividades para os objetivos do Plano de Valorização, a manutenção da equipe no decorrer do quinquênio 1955-1959 foi solicitada pela Subcomissão de Recursos Naturais da SPVEA, que, inclusive, requereu a ampliação de sua assistência técnica aos problemas florestais da região.

Em conformidade com a premissa de identificar o potencial dos recursos para otimizar o seu aproveitamento, a assistência técnico-científica de instituições especializadas exerceu, portanto, um papel expressivo na elaboração e execução da política de valorização econômica da Amazônia.

Considerando que o planejamento adequado do uso dos recursos requeria o seu devido conhecimento, o Programa de Recursos Naturais propôs a criação de um Centro de Pesquisas

¹³⁰ SPVEA. *Programa de Emergência*. 1954b, p. 200.

Florestais, vinculado ao INPA, pois, segundo o discurso governamental, era injustificável que a maior área de extensão florestal contínua do mundo não contasse com instituição própria para o estudo de recursos de tamanho relevo.¹³¹ Este Centro, que contava com verbas já consignadas desde o Programa de Emergência de 1954, deveria abranger as seguintes divisões: Dendrologia; Tecnologia de produtos florestais; Química de produtos florestais; Indústrias florestais; Inventário Florestal; Ictiologia e Treinamento de pessoal para indústrias florestais.

O levantamento da “realidade física amazônica” compreendia a identificação da flora em geral e o estudo da composição, utilidade e capacidade de adaptação ao cultivo das espécies identificadas; estudo local e carteamto dos solos, com a finalidade de elaborar um mapa pedológico da região; estudo geológico dos subsolos e; no que concerne às águas, estudos de ictiologia em geral, identificação de peixes bem como suas características de reprodução e alimentação.

Desse modo, o Plano de Valorização, em seu Programa de Recursos Naturais, preconizou um levantamento pormenorizado dos recursos da natureza amazônica sob a forma de um inventário pedológico, florestal e geológico assim como a realização de estudos e pesquisas detalhadas destes recursos e suas possibilidades de utilização. A palavra de ordem era *conhecer*, no sentido de identificar as formas e possibilidades de uso em larga escala, para otimizar a exploração e o aproveitamento dos recursos.

O inventário de recursos naturais seria realizado por meio de levantamentos aerofotogramétricos, em duas fases distintas: a primeira, realizada por meio da interpretação das fotografias para a determinação dos tipos florestais e a segunda compreendendo trabalhos de campo em trechos das áreas fotografadas selecionados por amostragem, onde se faria a classificação botânica de cada espécie vegetal encontrada bem como a medição de sua altura e diâmetro, além da coleta de amostras do solo.

As áreas a serem cobertas pelo levantamento projetado foram as seguintes:

As zonas escolhidas no Plano Quinquenal para recuperação e onde esteja projetado desenvolvimento agrícola ou colonização; As zonas situadas ao longo do rio Amazonas em uma profundidade de 50 km sobre suas margens; A zona do rio Mearim, no Maranhão, como base ao planejamento racional da exploração do babaçu e localização de colônias agrícolas naquele Estado; O vale dos rios Tarauacá e Envira, para efeito de projeção da exploração de cedro e mogno de que esses rios são os maiores produtores e análise dos volumes disponíveis de pau mulato, que na região alcança alta densidade.¹³²

¹³¹ SPVEA, op. cit., 1955, v. 1.

¹³² Idem, p. 364.

Como se verifica, as áreas selecionadas obedeciam ao critério da existência de determinados elementos naturais, especialmente água e espécies vegetais. A Valorização Econômica da Amazônia implicava na pesquisa da composição dos recursos naturais de modo a subsidiar uma política adequada à produção, industrialização, comercialização e consumo das matérias primas por eles fornecidas. A importância de um conhecimento sistemático dos recursos para subsidiar sua utilização mais conveniente foram assim expressos no Plano:

A correta utilização dos Recursos Naturais exige o seu prévio conhecimento. E conhecê-los não significa somente ter a ideia de sua existência ou das possibilidades, entrevistas à base de constatações ocasionais, de virem a ser, um dia, incorporados à vida econômica da região. Conhecê-los é não somente saber de sua existência mas, também, de sua localização, de seu volume e da forma de produzi-los e utilizá-los em qualquer das atividades humanas. *Conhecê-los é inventariá-los e saber, por miúdo, como dêles dispor.*¹³³

Depois de estudados os recursos e conhecidos os modos mais convenientes para seu uso seriam elaborados projetos específicos para sua exploração. A apropriação dos recursos pelo planejamento implicava, pois, inicialmente uma avaliação criteriosa de suas potencialidades econômicas, os meios para sua exploração, a sua demanda de consumo, suas possibilidades de industrialização e de escoamento.

Nestes termos, o Plano previu ações voltadas para a cultura do babaçu, envolvendo a montagem de uma estação experimental no vale do rio Mearim e de uma usina-piloto para estudo e fabricação, em escala semi-industrial dos subprodutos dele derivados. Em relação à pesca e piscicultura se propôs a criação de três antepostos de pesca, em Belém, Manaus e São Luís, com capacidade frigorífica de 100 toneladas cada e financiamento para aquisição de barcos pesqueiros frigoríficos entre outras medidas. Projetou-se, ainda, financiamentos a fábricas beneficiadoras de pau rosa nas zonas produtoras, além da montagem de fábricas de celulose de talos de juta.

No Plano também se consignou recursos para pesquisas geológicas e minerais, embora tenha atribuído um caráter preliminar a estes levantamentos. O documento enfatizava que as jazidas minerais representavam os menos conhecidos entre os recursos da Amazônia, com exceção do manganês no Território do Amapá. Fazia-se necessário, desse modo, inicialmente localizar “pontos de interesse” para, posteriormente realizar pesquisas minuciosas sobre eles. As pesquisas iniciais seriam voltadas, assim, para algumas jazidas já registradas como depósitos de calcário em Capanema e Monte Alegre no Pará. O programa também previa

¹³³ SPVEA, op. cit., 1955, v. 1, p. 361, grifo nosso.

financiamento a fábricas de cimento e a empresas de mineração de cristal de rocha, explorada na zona norte de Goiás.

Porém, o foco principal das propostas e ações do Plano Quinquenal no que tange aos componentes do ambiente amazônico foram os recursos florestais. Esta opção não se deu à toa. Na perspectiva estatal, expressa no Plano, a floresta era considerada o fator produtivo mais abundante e de mais fácil utilização, especialmente na confecção de madeira.

A madeira constitui, em suas diversas aplicações, o recurso mais evidente da Amazônia. Está por toda a parte, na floresta compacta e onipresente e, o que é mais importante, em condições excepcionalmente fáceis de transporte, dispondo-se pelas margens dos rios.¹³⁴

A exploração florestal fazia-se, desse modo, imperiosa, “[...] a fim de transformar em dinheiro toda essa imensa reserva florestal constituída de famosas e riquíssimas madeiras”.¹³⁵

A avaliação de que as florestas representavam o recurso natural de mais fácil e imediata utilização na Amazônia foi feita pela equipe técnica da FAO em estudo sobre as condições da indústria madeireira na região. Por conseguinte, em consonância com os objetivos do projeto de Valorização da Amazônia, que propugnava a produção de matérias primas e sua industrialização, planejou-se a criação de 30 serrarias na região para o beneficiamento da madeira, assim classificadas e distribuídas:

[...] oito serão de grande tamanho, com capacidade para serrar 50.000 pés quadrados de tábuas por dia e deverão ser localizadas: três no Estado do Pará, três no Estado do Amazonas, uma no Estado do Maranhão, na zona do rio Pindaré, e uma no Território do Amapá. Essas serrarias, destinadas a serrar madeira para consumo local e *exportação*, devem ser localizadas nas proximidades das margens do rio Amazonas. [...] As outras vinte e duas serrarias serão de pequeno tamanho e destinadas a atender necessidades locais.¹³⁶

O investimento em serrarias justificava-se pela possibilidade da exportação maciça de madeira. De acordo com o Programa de Valorização a riqueza vegetal da região se explorada em larga escala poderia “assegurar ao Brasil uma posição de relevo como supridor mundial de madeiras e produtos de espécies folhosas”.¹³⁷ A fabricação de celulose, extraída da juta, também visava aos mercados nacional e internacional.

A considerar o cenário internacional posterior à segunda guerra, a madeira constituía um fator estratégico para os países detentores de reservas florestais. Investir na exploração deste recurso, a princípio, representava garantia de mercado, por conseguinte, a geração de

¹³⁴ SPVEA, op. cit., 1955.v. 1, p. 383.

¹³⁵ VALORIZAÇÃO Econômica da Amazônia: subsídios para seu planejamento. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1954, p. 219.

¹³⁶ SPVEA, op. cit., p. 385, grifo nosso.

¹³⁷ SPVEA, op. cit., 1954. p. 312.

capital; bem como fomentava a industrialização das matérias primas regionais, fatores caros ao projeto de valorização econômica planejado para a Amazônia.

O empreendimento de valorização econômica da Amazônia, consubstanciado no Primeiro Plano Quinquenal previsto para o período 1955-1959 inscrevia-se, pois, num contexto de profundas transformações no cenário nacional e internacional. A década de 50 foi assinalada, no plano internacional, pelo imperativo de recuperação econômica mobilizado pelo fim da Segunda Guerra Mundial. Os países europeus recém-saídos da guerra concentravam seus esforços de reconstrução na industrialização, visando atingir os níveis de produção industrial e agrícola anteriores à guerra e superá-los.¹³⁸ Naquele contexto, a promoção do desenvolvimento, caracterizado pela industrialização, urbanização e assalariamento do trabalho, indicadores de evolução e progresso, foi estabelecida como um caminho inexorável a ser trilhado pelas sociedades.

As nações do hemisfério sul, consideradas pelas teorias econômicas e políticas vigentes como subdesenvolvidas,¹³⁹ por não possuírem a condição de países industrializados, caso da América Latina em geral, e do Brasil, em particular, passaram a almejar o desenvolvimento, em conformidade com suas diretrizes orientadoras como a diversificação da produção, o aumento da produtividade, acumulação de capitais, incremento da capacidade de poupança e de investimentos, ampliação de mercados consumidores, inovação tecnológica etc.

Estas regiões, inclusive por suas próprias especificidades históricas, a priori não dispunham destes elementos. Mas, por outro lado, contavam com um imenso potencial natural, passível de ser transformado em matérias primas para exportação, além de já contar com uma tradição econômica nesta perspectiva, como no caso da Amazônia.

Historicamente apresentada ao mundo como pródiga em recursos pelo olhar de viajantes, navegadores, exploradores, naturalistas, missionários entre diversos outros sujeitos que percorreram seu território em diversos contextos e sob os mais variados objetivos, a Amazônia foi chamada a contribuir com o processo de construção do desenvolvimento nacional e regional. Sob a perspectiva governamental, alicerçada na tese do desenvolvimento, a exploração racional de seus reconhecidamente abundantes recursos naturais, fomentaria a

¹³⁸ HOBBSAWM, op. cit., 1998. Segundo este autor, recuperar-se da guerra era a prioridade esmagadora dos países europeus e do Japão e, nos primeiros anos depois de 1945 eles mediram seu sucesso tomando como base o quanto haviam se aproximado de um objetivo estabelecido em referência ao passado e não ao futuro.

¹³⁹ Segundo Hermet (2002), o termo subdesenvolvimento surge pela primeira vez no “Discurso sobre o estado da União”, pronunciado pelo presidente norte americano Harry Truman em 20 de janeiro de 1949, no qual anunciou: “Devemos lançar-nos em um programa novo e audaz e usar nosso progresso científico e nossa perícia industrial para favorecer a melhoria das condições de vida e o crescimento econômico nas regiões *subdesenvolvidas*”. A íntegra desse discurso pode ser encontrada em <http://avalon.law.yale.edu/20th_century/trudoc.asp>.

inserção da região na modernidade capitalista e atenuaria as disparidades sociais e econômicas existentes entre esta e o Centro-Sul do país, e, ao mesmo tempo, contribuiria com geração de receitas para o estado nacional.

A geração de divisas, através de políticas fiscais e monetárias, o fomento ao comércio e à indústria, gerenciamento da população; a promoção de valores culturais modernos, em substituição aos parâmetros morais e culturais tradicionais das populações locais e; a criação de instituições adequadas para conduzir todos esses processos, segundo Escobar ¹⁴⁰, representavam condições essenciais ao salto qualitativo e quantitativo almejado para os países pobres latinoamericanos, como o Brasil. Todos esses “ingredientes” estavam presentes no planejamento da valorização econômica da Amazônia.

O ideário governamental de desenvolvimento, preconizado para a América Latina, em geral, e o Brasil em particular, estava intimamente articulado à defesa da industrialização, do intervencionismo estatal em prol do crescimento e do nacionalismo. Segundo Fonseca (2004), além da conjugação destes três elementos, o que efetivamente teria conformado a construção do desenvolvimentismo como fenômeno histórico a conduzir os destinos da nação nas décadas seguintes ao pós-guerra era o legado do pensamento positivista, que, desapegado das concepções teológicas de História, que apontavam para um destino humano pré-traçado e subordinado aos desígnios divinos, considerava ser dever do Estado ajudar a sociedade a rumar para o progresso. ¹⁴¹

A industrialização, a urbanização e o crescimento econômico, medido pelo aumento do Produto Interno Bruto (PIB), ícones do desenvolvimento, tornaram-se, pois, metas a serem alcançadas pelos governos dos países considerados subdesenvolvidos, no contexto pós-segunda guerra. No caso do Brasil, o desenvolvimento representava, segundo Caio Prado Jr., a “condição precípua para assegurar ao país e à generalidade de seu povo o conforto e o bem estar material e moral que a civilização e cultura modernas são capazes de proporcionar”. ¹⁴²

A própria Lei 1806, de 6 de janeiro de 1953, que regulamentou a Valorização Econômica da Amazônia, definiu-a como “um sistema de medidas, serviços, empreendimentos e obras”, destinados, entre outros fatores, a promover “melhores padrões sociais de vida e bem estar econômico das populações da região e da expansão da riqueza do país”. O Estado brasileiro, portanto, assumia como fulcro do desenvolvimento valores

¹⁴⁰ ESCOBAR, Arturo. *Encountering development: the making and unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

¹⁴¹ Uma análise interessante acerca da trajetória histórica do desenvolvimentismo no Brasil pode ser encontrada em FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. *Revista Pesquisa e Debate*. PUC, SP, v. 26, n. 2, p. 225-256, 2004.

¹⁴² PRADO JÚNIOR, Op. cit., 1999. p. 15.

simbólicos caros ao imaginário coletivo como o bem estar social e o incremento da economia nacional. Sob esse prisma, o desenvolvimento apresentava-se com uma aura de modernidade e contemporaneidade, configurando-se como meta a ser perseguida e conduzida pela ação governamental, através do planejamento.

O modelo de desenvolvimento gerenciado pelo Estado nacional, desde os primeiros passos da Política de Valorização direcionou seus instrumentos de ação para o crescimento da economia regional, de acordo com os princípios do moderno sistema industrial capitalista. Acreditava-se que o incentivo ao crescimento econômico geraria efeitos positivos sobre a estrutura social, reorientando e modificando práticas produtivas e relações de trabalho tradicionais.¹⁴³ Termos como “valorização”, “recuperação”, “reabilitação” foram utilizados de modo recorrente nos diversos documentos que culminaram no Primeiro Plano Quinquenal, em referência ao ambiente, à economia e à sociedade. Tais expressões compunham um discurso pregoeiro de novos tempos e legitimavam a necessidade de superação de um passado marcado pela dispersão demográfica e pelo extrativismo.

1.5.1 Os recursos naturais na lei

Considerando o papel estratégico atribuído aos componentes do ambiente amazônico na formulação e execução do planejamento do desenvolvimento regional, algumas questões pertinentes se apresentam: Qual o lugar da dimensão ambiental na política estatal de valorização econômica da Amazônia consubstanciada no Primeiro Plano Quinquenal? Preocupações de ordem ambientalista estiveram presentes no planejamento da apropriação dos recursos naturais amazônicos nos anos 50?

A elucidação destas questões, além da incursão na bibliografia pertinente, exige a análise documental dos diferentes instrumentos políticos e dispositivos legais instituídos no Brasil naquele período, bem como o exame do panorama internacional no que tange às questões ambientais, considerando o recorte temporal da pesquisa.

Considerando o ambientalismo como “uma preocupação específica da sociedade com a qualidade do mundo natural, expressa em leis, políticas e órgãos governamentais especificamente dedicados a essa qualidade”, Drummond argumenta que entre 1934 – quando foi instituído o 1º Código Florestal brasileiro e 1988, ano de promulgação da nova

¹⁴³ BRITO, Daniel Chaves de. Reforma do Estado e sustentabilidade: a questão das instituições desenvolvimentistas da Amazônia. In: COSTA, Maria José Jackson (Org.). *Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisa*. Belém: EDUFPA, 2001. p. 71-104.

Constituição Federal em que o meio ambiente foi objeto de um capítulo específico – o Brasil foi essencialmente desenvolvimentista, em detrimento das preocupações ambientais.¹⁴⁴ Segundo este autor, o grande crescimento econômico do país, ocorrido ao longo dessas cinco décadas deveu-se à disponibilidade de recursos naturais e à maneira “barata”, isto é, devastadora, como eles foram apropriados.

O exame dos documentos relacionadas à política de valorização econômica da Amazônia, consubstanciada no Primeiro Plano Quinquenal leva-nos a concordar com a perspectiva analítica de Drummond. De acordo com a retórica estatal expressa nessas fontes, os componentes do ambiente amazônico foram considerados como *recursos* naturais, ou seja, a natureza amazônica era vista como fornecedora de insumos para a satisfação das necessidades de crescimento econômico demandadas pelo país. A tônica desenvolvimentista preconizada e executada pelo Estado não comportava, portanto, limitações de ordem ambiental.

A existência de um aparato legislativo, compreendendo diversas normas legais de proteção à fauna e à flora brasileiras, editadas muito antes da consolidação do movimento ambientalista moderno e da emergência do paradigma do desenvolvimento sustentável¹⁴⁵ não inibiu, portanto, o caráter intensivo e de grande escala que marcou a exploração dos recursos naturais da Amazônia no processo de industrialização do país.

Entre a legislação com viés ambiental vigente no período de formulação e execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia destacam-se os Decretos 23.793, de 23 de janeiro de 1934, o Decreto 23.672, de 2 de janeiro de 1934 e o Decreto 24.643, de 10 de julho do mesmo ano. Conhecidos como Código Florestal, Código de Caça e Pesca e Código de Águas, respectivamente, são considerados por Drummond como marcos fundadores da legislação brasileira em relação ao uso dos recursos naturais.¹⁴⁶

O Código Florestal de 1934, em seu artigo 1º qualificou as florestas existentes no território nacional como um bem de interesse comum a todos os habitantes do país. Drummond salienta que, apesar do território densamente florestado e de uma história intrinsecamente ligada à exploração florestal, esse decreto foi o primeiro código abrangente sobre o uso das florestas no Brasil.¹⁴⁷

¹⁴⁴ DRUMMOND, José Augusto. A legislação ambiental brasileira de 1934 a 1988: comentários de um cientista ambiental simpático ao conservacionismo. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, n. 3-4, p. 127-149, 1999.

¹⁴⁵ ARAÚJO, Suely M. V. G. de. Origem e principais elementos da legislação de proteção à biodiversidade no Brasil. In: GANEM, Roseli Senna (Org.). *Conservação da biodiversidade: legislação e políticas públicas*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

¹⁴⁶ DRUMMOND, op. cit., 1999.

¹⁴⁷ Idem.

De acordo com esse decreto as florestas podiam ser classificadas em quatro tipos, a saber: a) Florestas Protetoras, responsáveis pela conservação do regime de águas, fixação de dunas, proteção dos solos, manutenção de belezas naturais e espécies raras da fauna indígena; b) Florestas Remanescentes, aquelas localizadas em parques nacionais, estaduais ou municipais, inexistentes até então, ou “[...] em que abundarem ou se cultivarem espécimens preciosos, cuja conservação se considerar necessaria por motivo de interesse biológico ou estético”, bem como as reservadas pelo poder público para pequenos parques ou bosques, de gozo público; c) Florestas Modelo, seriam as florestas “artificiais”, constituídas por um número limitado de “essências florestaes, indígenas e exóticas, cuja disseminação convenha fazer-se na região” e; d) Florestas de rendimento, compreendendo todas as demais, não abrangidas pelas classes anteriores, e sujeitas à exploração comercial.¹⁴⁸

Drummond ressalta que apesar das lacunas na capacidade regulatória estatal sobre os usos da flora e dos solos agrícolas, o Código Florestal de 1934 acabou tendo alguns efeitos preservacionistas em longo prazo, fundamentando legalmente a constituição dos primeiros dezesseis parques nacionais criados no país.¹⁴⁹ Os parques nacionais, estaduais e municipais foram definidos pelo artigo 9º como “[...] monumentos publicos naturaes, que perpetuam em sua composição floristica primitiva, trechos do paiz, que, por circunstancias peculiares, o merecem”.¹⁵⁰ Nessas áreas, era terminantemente vedada qualquer atividade prejudicial à fauna e à flora.

Por seu turno, o Decreto nº 23.672, de 1934, que instituiu o Código de Caça e Pesca, nos artigos 126 e 127, relacionava as limitações de período e de local aplicadas à atividade da caça à conservação das várias espécies zoológicas.¹⁵¹ No artigo 136 o Código previa parques nacionais de refúgio e reservas nos imóveis de domínio público, “[...] com o fim de conservar as espécies de animais silvestres, para evitar sua extinção e formar reservas que assegurem o repovoamento das mattas e campos. O artigo 138 preconizava a criação de estações biológicas

¹⁴⁸ BRASIL. Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934. Aprova o Código Florestal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d23793.htm>. Acesso em: 22.03.2012. A classificação dos vários tipos de floresta cabia ao Ministério da Agricultura, também incumbido de “localizar os parques nacionaes e organizar florestas modelo, procedendo para taes fins, ao reconhecimento de toda a area florestal do paiz”, conforme o Artigo 10 do referido Código.

¹⁴⁹ Os parques a que Drummond se refere, criados entre 1937 e 1961 são os seguintes: Itatiaia, Iguaçu, Serra dos Órgãos, Ubajara, Aparados da Serra, Araguaia, Emas, Chapada dos Veadeiros, Caparaó, Sete Cidades, São Joaquim, Tijuca, Brasília, Monte Pascoal, Paulo Afonso e Sete Quedas (DRUMMOND, 1999).

¹⁵⁰ BRASIL. Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934. Aprova o Código Florestal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d23793.htm>. Acesso em: 12 fev. 2012.

¹⁵¹ Esse Decreto foi revogado pelo Decreto-Lei 1.210 de 1939, que aprovou um Código de Caça, novamente revogado em 1943 através do Decreto-Lei 5.894, que fez ajustes a parte dos diplomas legais anteriores (ARAÚJO, 2011).

para “estudo da etiologia e ecologia dos animais silvestres. O Código estabelecia, ainda, tipologias penais associadas ao descumprimento de suas determinações.

No que tange à regulamentação dos recursos florestais, o Código Florestal de 1934 estabelecia várias medidas. No artigo 22, alínea b, vedava a derrubada, em regiões de escassa vegetação, para obtenção de lenha ou carvão, bem como o aproveitamento para este fim de “[...] essências consideradas de grande valor econômico para outras aplicações mais úteis, ou que, por sua raridade actual, estejam ameaçadas de extinção”. Por sua vez, no artigo 26, ao estabelecer a obrigatoriedade de empresas siderúrgicas e de transporte de “manter em cultivo as florestas indispensáveis ao suprimento regular da lenha ou do carvão de madeira de que necessitarem” dispensava esta obrigação no caso de “regiões de extensas florestas virgens”. No artigo 21, o Código Florestal estabelecia que sendo necessária a abertura de estradas ou caminhos, nas florestas, “somente serão abatidos os exemplares vegetaes estritamente indispensáveis para esse fim, evitando-se, quanto possível, sacrificio de especimens nobres”.

152

Estes princípios legais previstos no Código nos levam a refletir sobre sua pertinência ao Plano de Valorização Econômica da Amazônia, considerando a percepção dominante sobre a “riqueza natural” amazônica. A abertura de uma rede de estradas, prevista no Programa de Transportes do Primeiro Plano Quinquenal, visando o escoamento das safras regionais, e, por conseguinte, assegurar o fluxo comercial de mercadorias, certamente implicaria no desflorestamento de vastas porções da floresta amazônica. A mesma constatação se aplica às áreas de colonização, assentadas na agricultura, propostas pelo Programa de Produção Agrícola.

Todavia, como esta região, de acordo com a retórica estatal expressa nos documentos que subsidiaram a política de valorização, caracterizava-se precisamente pela abundância de recursos naturais, não havia razões para se preocupar com medidas de conservação e/ou reposição de tais recursos.

O foco na gestão dos recursos naturais para conveniente exploração econômica, sem necessariamente incorrer em motivações de caráter ambiental, por parte do estado nacional, também pode ser observada na Constituição de 1946. Entre as competências da União, o Artigo 5 estabelecia a prerrogativa de legislar sobre as: “riquezas do subsolo, mineração, metalurgia, águas, energia elétrica, floresta, caça e pesca”, prevista no inciso XV, alínea I.¹⁵³

¹⁵² BRASIL, 1934, op. cit.

¹⁵³ Brasil, 1946, op. cit.

O Artigo 175, por sua vez, colocava sob a proteção do poder público “as obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza”. Monumentos naturais e paisagens, sob essa ótica, associavam-se ao conjunto do patrimônio histórico do país, sem quaisquer conotações propriamente ambientais. Note-se que essa cláusula vinculava-se ao Capítulo II daquela Carta Magna, referente a Educação e Cultura, não existindo nenhum capítulo designado ao meio ambiente.

O aparato constitucional fixava a competência da União para legislar sobre os recursos naturais não fazendo quaisquer referências a “proteção do meio ambiente”, o que nos permite inferir uma ausência de fundamentos constitucionais que motivassem uma agenda legal e administrativa de caráter especificamente ambiental. Desse modo, apesar da existência de códigos legais regulando as atividades de caça, pesca e exploração florestal, não se colocava em questão a ideia de condutas predatórias e destrutivas destes recursos, tanto os praticados por particulares como os efetuados no âmbito dos empreendimentos realizados pelo poder público.

Uma primeira leitura poderia sugerir que os dispositivos legais vigentes no período de formulação e execução do plano de valorização econômica da Amazônia manifestavam uma proposição do poder público de proteção ao ambiente. No entanto, embora a legislação brasileira da década de 30 preconizasse os primeiros marcos regulatórios em direção a um processo de implementação, administração e fiscalização de áreas protegidas no território brasileiro, bem como em mecanismos de proteção à fauna e flora, isto não se traduziu efetivamente na construção de uma agenda política sistemática para as questões ambientais.

154

Ora, naquele contexto, os recursos naturais eram considerados como insumos apropriáveis, para a produção de mercadorias com vistas ao crescimento econômico. Portanto, face à opção estatal pela promoção do desenvolvimento, justificada pela necessidade de industrializar e urbanizar o país, os custos ambientais do crescimento econômico eram vistos como um componente do próprio processo desenvolvimentista.

A título de ilustração, ressalta-se que no âmbito da política de Valorização Econômica da Amazônia, o consumo de madeira serrada e de energia eram considerados como importantes indicadores do grau de desenvolvimento de uma sociedade. Conforme expresso no Primeiro Plano Quinquenal, o reduzido nível de consumo destes produtos em uma região

¹⁵⁴ Segundo Drummond (1999), este quadro somente começa a mudar a partir de 1967, com a criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF).

abundante em recursos florestais e hídricos representava uma prova incontestada de suas limitadas condições socioeconômicas e tecnológicas.¹⁵⁵

Considerando esse panorama, concorda-se com Drummond de que os dispositivos legais que regulavam a caça, pesca, exploração mineral e florestal naquela conjuntura foram motivados “[...]muito mais pela intenção de colocar a exploração econômica de águas, minérios e flora sob controle ‘racional’ dos planejadores do poder público federal”¹⁵⁶, não tendo, portanto, o intuito de preservar recursos, no sentido contemporâneo da expressão.

O desenvolvimentismo prevalecente no contexto da política econômica brasileira, refletindo a conjuntura mundial pós Segunda Guerra, justificava, pois, a exploração intensiva dos recursos naturais, mesmo quando regulamentados com vistas ao “controle racional” dos planejadores estatais.¹⁵⁷ O Código de Águas e Minas de 1934, instituiu o princípio da dissociação entre a propriedade privada da terra e o usufruto dos recursos minerais e hídricos a ela associados, considerados patrimônio da nação.

Desse modo, submeteu ao controle estatal a exploração e o aproveitamento de águas e minérios, subtraindo-os da exploração privada. Tal medida, no entanto, não representou um mecanismo de proteção desses recursos, pois sob a lógica econômica desenvolvimentista o estado brasileiro se tornou o tutor das ações através das quais, eles foram explorados em larga escala. Não à toa, na segunda metade do século XX o Brasil consolidou-se no cenário mundial como uma potência mineral e hidrelétrica.¹⁵⁸

No texto do Primeiro Plano Quinquenal de Valorização Econômica da Amazônia criticava-se a atividade extrativa predominante na região que sacrificava “a floresta com a extração desordenada e criminosa do pau rosa, da copaíba, da balata e das madeiras de lei”, bem como o caráter itinerante da agricultura regional.¹⁵⁹ De acordo com a retórica estatal, tais práticas tornavam o agricultor amazônico um “autêntico fazedor de desertos”.¹⁶⁰

Entretanto, essa crítica não era motivada por zelo à proteção da floresta, mas sim pelo cunho “improdutivo” de tais atividades, que tinham por finalidade apenas a subsistência imediata, o que não se coadunava ao objetivo desenvolvimentista preconizado pelo Estado para a região, assentado na industrialização de matérias primas. Desse modo, o planejamento estatal promoveria, através do Programa de Recursos Naturais, a diversificação da produção do trabalhador extrativista, aumentando o seu rendimento.

¹⁵⁵ SPVEA, op. cit., 1955, vol. 1.

¹⁵⁶ Idem, p. 132.

¹⁵⁷ SPVEA, 1955, vol. 1, op. cit.

¹⁵⁸ Drummond, 1999, op. cit.

¹⁵⁹ SPVEA, 1955, vol. 1, p. 254, op. cit.

¹⁶⁰ Idem.

No momento, domina a Amazônia, em todos os aspectos da exploração de recursos naturais, o trabalho individual e desamparado de recursos técnicos, que pode ser simbolizado na atividade profissional dos garimpeiros, dos seringueiros, dos roceiros e dos pescadores, *abrangendo por meios primitivos a exploração de todos os recursos da natureza*. O programa dos recursos naturais visa realizar essas tarefas através de empreendimentos em que os homens estejam associados e especializados em funções interdependentes, utilizando uma técnica de rendimento alto e o equipamento próprio.¹⁶¹

Emblemática a esse respeito foi a proposta de substituição da “produção de borracha defumada pela imersão em solutos de ácido pirolenhoso e alcatrão, dispensando o seringueiro de percorrer sua estrada duas vezes por dia”, lhe permitindo o corte diário de um número maior de árvores.¹⁶² Do mesmo modo, argumentava-se no Plano de Valorização que a racionalização da exploração do pau rosa para obtenção de óleos essenciais por processos industriais poderia triplicar o valor de sua produção pela mesma quantidade de madeira empregada pelos métodos de extração “primitivos” praticados na região.

Não há referências no Primeiro Plano Quinquenal, mormente em seu capítulo dedicado ao Programa de Recursos Naturais, à exigência de reflorestamento nas áreas desmatadas para a produção de madeira, nos termos da lei. Essa constatação reafirma o foco estatal na gestão dos recursos naturais da Amazônia com fins econômicos. Com efeito, a própria variedade de composição da floresta tropical “[...] rica em número de espécies mas pobre em quantidade de indivíduos de cada espécie dentro de uma unidade de área considerada”, era criticada, avaliada por aquele documento como um empecilho à exploração florestal.¹⁶³ Por conseguinte, o documento lamentava a impossibilidade de se realizar na Amazônia “as grandes explorações madeireiras que se realizam em outros países reunindo milhões de toros de uma só espécie vegetal em áreas relativamente pequenas”.¹⁶⁴

1.5.2 A Valorização Econômica e o debate ambiental

Em meio ao projeto desenvolvimentista que impulsionou o processo de planejamento do desenvolvimento da Amazônia na década de 50, o meio ambiente ocupou um espaço bastante singular. O mundo natural era concebido pelo poder público como provedor de matérias primas. Sob esse ponto de vista, os recursos naturais amazônicos constituíam um conjunto de possibilidades econômicas, cuja transformação industrial fomentada pelo Estado, produziria o

¹⁶¹ SPVEA, 1955, vol. 1, p. 350, op. cit.

¹⁶² Idem, p. 381.

¹⁶³ Idem, p. 383.

¹⁶⁴ SPVEA, 1955, vol. 1, op. cit.

crescimento econômico considerado necessário à superação da condição de pobreza e atraso a que a região historicamente estaria submetida.

A política de valorização econômica da Amazônia, consubstanciada no Primeiro Plano Quinquenal proposto para ser executado entre 1955 e 1959, foi norteada, portanto, pelo foco na gestão dos recursos naturais amazônicos em prol do desenvolvimento regional. As iniciativas de identificação, classificação e apropriação de componentes do ambiente como solos, florestas e águas e vinculavam-se às suas possibilidades de utilização. A principal finalidade do planejamento no que tange ao meio natural consistia, pois, em assegurar o controle sobre a exploração dos recursos.

A análise do conjunto das fontes, como os códigos legais que regulamentavam a caça, a pesca e a floresta no período e os planos e programas elaborados para nortear a ação governamental na região, revela a ausência de uma política nacional e regional de conservação e preservação ambiental a nortear as políticas desenvolvimentistas. Não é possível identificar nestes documentos preocupações propriamente ambientalistas a orientar o planejamento do desenvolvimento da Amazônia. No Plano Quinquenal e nos programas que o compunham, especialmente o Programa de Recursos Naturais, responsável pela exploração dos recursos da floresta, tendo em vista sua industrialização em escala, não há referências ao cumprimento das medidas legais preconizadas pela legislação vigente, como o Código Florestal, no concernente à utilização daqueles recursos.

A existência de instrumentos normativos não implicava, portanto, num processo de proteção da natureza. A considerar a complexidade das interações ecológicas e o viés cultural intrínseco às relações entre os grupos sociais e o mundo natural, variáveis amplamente documentados e reconhecidos atualmente, a proteção do meio ambiente não fazia sentido à lógica desenvolvimentista prevalecente naquela conjuntura.

As explicações para a ausência de uma diretriz ambiental no planejamento do desenvolvimento da Amazônia na década de 50 em geral convergem para alguns fatores. Para Drummond, as estruturas políticas e administrativas do país no período embarçavam a discussão e mobilização de interesses da sociedade civil na esfera pública, refletindo-se, por conseguinte, na ausência de uma pauta ambientalista fora da esfera governamental que pudesse requerer do poder público uma atenção especial ao meio ambiente.¹⁶⁵ A composição do Conselho Federal Florestal, instituído pelo Artigo 101 do Código Florestal de 1934, a quem competia a execução da política florestal no país, formada basicamente por funcionários

¹⁶⁵ DRUMMOND, op. cit., 1999.

públicos federais demonstraria, segundo esse autor, a lacuna da representação de outros segmentos sociais no tocante às questões ambientais.

Considerando esse panorama, Drummond defende que a articulação entre crescimento econômico e preservação ambiental no Brasil precisou aguardar até a década de 80. E coincidiu com a redemocratização política do país, o que teria permitido a emergência de um movimento ambientalista, e com a criação do conceito de desenvolvimento sustentável, no âmbito das Nações Unidas.¹⁶⁶

Em que pese a pertinência desses argumentos, considera-se que é igualmente necessário relacionar a experiência desenvolvimentista planejada para a Amazônia ao contexto internacional dos anos 50. Finda a segunda guerra, a preocupação central das grandes potências era a reconstrução econômica mundial. Urgia, portanto, deixar para trás a austeridade imposta pelo conflito e substituí-la pelo consumo e pela prosperidade.¹⁶⁷ Nessa conjuntura, restrições de ordem ambiental à atividade econômica certamente enfrentariam resistência. Logo, o momento não se mostrava propício à introdução de mecanismos de proteção à natureza nas políticas de fomento ao desenvolvimento em diferentes escalas.

Por outro lado, conforme defendido por Deléage, a constituição de um espaço produtivo mundial, intensificado e consolidado após a segunda guerra, através da industrialização maciça, orientou um processo de unificação ecológica do mundo, na medida em que a poluição e a degradação do ambiente adquiriram dimensões planetárias.¹⁶⁸ A percepção de que a destruição do meio natural, provocada pelas atividades industriais, urbanas e agrícolas ultrapassava as fronteiras nacionais adquiriu força, portanto, no debate ambiental que se desenrolou sob o impacto dos efeitos do conflito mundial.

Desse modo, se por um lado o esforço de reconstrução econômica do pós guerra foi um fator de inibição da inserção da variável ambiental nas políticas desenvolvimentistas em meados do século XX, de certa maneira, ainda que tangencialmente, foi nesse período que se estabeleceram alguns marcos fundadores de um movimento ambientalista internacional, que se ampliaria gradualmente nas décadas seguintes, especialmente a partir dos anos 60 e 70, repercutindo nos organismos criados na esfera da ONU e nos programas de desenvolvimento por eles financiados, com aplicações nos estados nacionais, e colocando em debate as implicações ecológicas e sociais do modelo de desenvolvimento econômico vigente.

¹⁶⁶ Idem.

¹⁶⁷ LEIS, Héctor R. *Modernidade Insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea*. Petrópolis: Vozes; Florianópolis: UFSC, 1999.

¹⁶⁸ DELÉAGE, Jean-Paul. In: CASTRO, E. M. R. de; PINTON, F. *Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Editora CEJUP, 1994. p. 23-52.

O campo científico exerceu um papel crucial nesse processo. Leis defende que o debate ambiental dos anos 50, foram ignoradas pelas políticas desenvolvimentistas, foi orientado pela ação dos cientistas.¹⁶⁹ A criação da União Internacional para a Proteção da Natureza (IUPN), em 1948 por cientistas ligados às Nações Unidas ilustraria, segundo este autor, a primazia deste segmento na construção de uma problemática ambiental. Ao declarar em seu Ato Constitucional que a exaustão dos recursos naturais significavam tanto a degradação da natureza como da qualidade da vida humana, aquela instituição assinalava um princípio que norteou a discussão ambiental posteriormente: a complexidade das relações entre sociedade e natureza, que naquela conjuntura eram consideradas dicotômicas.

Por certo, após a Segunda Guerra, foi sob a égide de instituições e de eventos de caráter científico que foram emitidos os primeiros alertas sobre o mau gerenciamento dos recursos e os riscos de sua utilização desordenada.¹⁷⁰ Nesse contexto destaca-se a Conferência das Nações Unidas sobre Conservação e Desenvolvimento (UNSCCUR), realizada em Lake Success, no estado americano de Nova York, entre 17 de agosto e 6 de setembro de 1949. Considerado por McCormick como “o primeiro marco importante na ascensão do movimento ambientalista internacional”,¹⁷¹ o evento foi organizado em parceria pela FAO, Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), e contou com a participação de mais de setecentos cientistas oriundos de 49 países.¹⁷²

O caráter pioneiro desta iniciativa bem como a importância da troca de informações sobre as questões ambientais foi salientado na Apresentação dos Anais do evento:

Esta conferência foi a primeira ocasião em que cientistas do mundo todo, de variadas disciplinas, foram convidados à sede das Nações Unidas para apresentar seus pontos de vista. Ao longo de três semanas as câmaras de conferências desta sede, usualmente ocupada pelas reuniões de representantes diplomáticos, foram dedicadas às discussões científicas. Para muitos dos cientistas participantes a oportunidade de discutir problemas comuns com colegas de outras disciplinas e de outros países representou um importante valor da Conferência.¹⁷³

A Conferência foi dividida em seções relacionadas a minerais, combustíveis energia nuclear, água, florestas, terra e vida selvagem e peixes, que ao longo de cinquenta e quatro

¹⁶⁹ LEIS, 1999, op. cit.

¹⁷⁰ Há que se ressaltar, todavia, que a inserção efetiva de uma pauta ambientalista nas atividades das agências e programas da ONU e na esfera política em geral é associada pela literatura à Conferência sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972 (LEIS, 1999; McCORMICK, 1992).

¹⁷¹ McCORMICK, John. *Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

¹⁷² NAÇÕES UNIDAS. *Anais da Conferência Científica das Nações Unidas sobre a Conservação*, (PROCEEDINGS of the United Nations Scientific Conference on the Conservation and Utilization of Resources, New York: UNITED NATIONS, DEPARTMENT OF ECONOMIC AF, 17 aug. 6 sep. 1950. v.1

¹⁷³ Idem.

reuniões debateram a crescente pressão sobre os recursos naturais, a aplicação da tecnologia ao desenvolvimento de novos recursos, o desenvolvimento integrado das bacias hidrográficas, a interdependência dos recursos etc.

Tendo como panorama geral a discussão sobre os recursos globais e a crescente pressão exercida sobre eles tanto nos países ricos como nos países pobres, chamava-se a atenção para o seu uso imprevidente e perdulário:

Recentemente a conservação dos recursos tem pressionado por mais atenção. É evidente que nos países com alto nível de produção tem se dado um uso perdulário e imprevidente de recursos. Nem nos países menos desenvolvidos eles têm sido poupados. A pobreza frequentemente acelerou o esgotamento dos recursos que esses países contam para atingir padrões de vida mais elevados.¹⁷⁴

Destacou-se na agenda do evento a exaustão dos recursos provocada pela segunda guerra e o papel do conhecimento científico na descoberta e criação de novos recursos bem como na compreensão daqueles já existentes, em um contexto de crescentes demandas sobre o meio natural.

O caráter transnacional dos problemas ambientais e o papel do conhecimento científico e da técnica em sua resolução foram enfatizados pelo secretário geral das Nações Unidas, Trygve Lie, no discurso de abertura do evento:

As inundações, quebras de safra e secas desconhecem fronteiras. O seu efeito atravessa as linhas de fronteiras nacionais. Nenhum país tem o monopólio das técnicas do uso e conservação dos recursos naturais; e tanto países industriais como não-industriais podem ganhar com as técnicas desenvolvidas em diferentes partes do mundo. Em parte, é por isso que vocês vieram aqui. Juntos, vocês detêm as chaves técnicas que podem desbloquear a riqueza da terra para o benefício da humanidade. Vocês sabem que subjacente a todas as carências econômicas está o problema básico de como desenvolver e, no desenvolvimento, como conservar os recursos da terra. Todos vocês têm algo a ensinar e algo a aprender sobre maneiras específicas e meios de resolver estes problemas. Seu trabalho aqui vai representar um primeiro passo no âmbito das Nações Unidas para mobilizar toda a ciência em apoio a um esforço mundial coordenado que irá contribuir para uma ação efetiva sobre estas questões.¹⁷⁵

Nesta fala se apontava, ainda, a importância da conciliação entre desenvolvimento e conservação dos recursos, a ser perseguida através da ciência e tecnologia. A análise dos Anais da Conferência revela que as discussões efetuadas naquele evento já sinalizavam para o entendimento de que a problemática ambiental colocava toda a humanidade sob um mesmo patamar de risco e de solução.¹⁷⁶

¹⁷⁴ Idem

¹⁷⁵ Idem, p. 2

¹⁷⁶ A UNSCCUR antecipava, pois, um debate que costuma ser associado na literatura à Conferência Intergovernamental de Especialistas sobre as Bases Científicas para Uso e Conservação Racionais dos Recursos

Em sua obra sobre a história do movimento ambientalista McCormick argumenta que por não ter tido reflexos imediatos em políticas de conservação ambiental, a precocidade de muitos dos temas e conclusões da UNSCCUR é injustamente ignorada pelos historiadores ambientais.¹⁷⁷ Segundo este autor, ainda que questões políticas tenham sido levantadas, a conferência não teve envergadura para impor compromissos a governos. Desse modo, não se fez recomendações nem se tentou promover acordos internacionais.

Com efeito, a Conferência apresentou-se essencialmente como um fórum científico para o intercâmbio de ideias e experiências sobre técnicas de conservação e utilização de recursos. O que estava em pauta, portanto, era a ciência e não a política, pelo menos não no sentido de uma conjugação das duas esferas para o enfrentamento das questões ambientais, como nas conferências internacionais posteriores sobre esta matéria, realizadas em Paris em 1968 e em Estocolmo, em 1972.

Mas, avaliando a magnitude de suas discussões e a expressiva participação de especialistas oriundos de diversos países, inclusive do Brasil, certamente não se pode desconsiderar a importância das questões discutidas neste evento na construção de uma agenda global do meio ambiente na segunda metade do século XX.

A participação do Brasil na UNSCCUR foi devidamente registrada em seus Anais. Instituições públicas de pesquisa, ciência e tecnologia foram representadas por membros de seus quadros, a saber: Felisberto Cardoso de Camargo, diretor do Instituto Agrônomo do Norte; Sylvio Fróes Abreu (1902-1972), diretor da Seção de Indústrias Químicas e Minerais do Instituto Nacional de Tecnologia; Aníbal Alves Bastos, geólogo membro do Departamento Nacional de Produção Mineral; Rubem Descartes de Garcia Paula, diretor de divisão do Instituto Nacional de Tecnologia; Luiz Alves de Mattos, Professor de Pedagogia da Universidade do Brasil; Jesuíno Felicíssimo Junior, chefe do Serviço de Geologia Econômica do Estado de São Paulo; Jorge Franklin Gross, chefe da Seção de Química do Instituto de Tecnologia do Rio Grande do Sul; Jayme da Nóbrega Santa Rosa, consultor químico e José Setzer, Professor do Departamento de Geologia da Universidade de São Paulo.¹⁷⁸

A presença do diretor do Instituto Agrônomo do Norte (IAN) na delegação brasileira que participou da UNSCCUR pode ser interpretada como um indício de que, pelo menos na esfera institucional, a região não estava alheia aos grandes debates de seu tempo. A área de atuação desse órgão, a Amazônia, concentrava uma enorme quantidade de recursos naturais.

da Biosfera, realizada dezenove anos depois, precisamente em 1968 em Paris, sob os auspícios da UNESCO (LEIS, 1999; McCORMICK, 1992).

¹⁷⁷ McCORMICK, op. cit., 1992.

¹⁷⁸ NAÇÕES UNIDAS, op. cit., 1950, v.1.

Certamente a Conferência representou uma oportuna troca de conhecimentos entre as instituições brasileiras, entre elas o IAN, e suas congêneres de outros países acerca da conservação de recursos naturais nas mais diversas regiões do planeta.

A prevalência da lógica desenvolvimentista, baseada na industrialização maciça no Brasil dos anos 50, não se deve à ausência de legislação ou a um desconhecimento das questões ambientais. Conforme já demonstrado, no período vigoravam códigos legais regulamentando a caça, a pesca e a exploração florestal. Do mesmo modo, membros de importantes instituições estatais de tecnologia e pesquisa agrônômica, geológica e química marcaram presença em um evento internacional de vulto, dedicado à discussão dos aspectos científicos relacionados às técnicas de conservação e utilização dos recursos naturais globais, revelando que não estavam indiferentes a este debate.¹⁷⁹

Há que se ressaltar, no entanto, que não existia uma política ambiental institucionalizada, no sentido de um ordenamento jurídico e administrativo materializado em instituições, programas e projetos com viés normativo e repressivo em diferentes esferas de atuação, como veio a ocorrer posteriormente, conformando a agenda ambiental contemporânea. Logo, nos dispositivos legais mencionados, como no Código Florestal de 1934, não havia a intenção de proteger a natureza, num sentido amplo. As práticas de extração florestal detalhadas pelo Código revelam muito mais um cuidado com sua exploração racional, através do equilíbrio entre cortes e plantios, do que uma sensibilidade da legislação com a proteção do mundo natural.

Desse modo, nem os códigos legais nem os debates efetuados na esfera científica internacional tiveram repercussões efetivas nas políticas econômicas desenvolvimentistas, não se refletindo, por conseguinte, em implicações de ordem ambiental no planejamento da política de valorização econômica da Amazônia nos anos 50. A natureza amazônica foi incorporada ao Plano de Valorização através da apropriação de seus recursos para transformação industrial em larga escala, tendo por fim a “recuperação econômica” da região. Desse modo, a natureza era avaliada na medida em que propiciava as matérias primas para o crescimento econômico industrial, através do qual se daria a adesão efetiva da Amazônia ao mundo capitalista.

As modalidades de utilização local dos recursos disponíveis eram criticadas pelos planejadores, porque não se enquadravam na racionalidade econômica que assegurasse o

¹⁷⁹ Para efeito de comparação, a delegação brasileira na UNSCCUR contou com nove membros, filiados à diferentes instituições, ao passo que na Conferência da Biosfera, em 1968, o Brasil contou com apenas dois representantes.

crescimento econômico, assentado na industrialização em escala, na urbanização e no assalariamento do trabalho. Tal pressuposto justificava a transformação do mundo natural amazônico como um desdobramento necessário e inevitável do processo de construção do desenvolvimento. Os resultados, como demonstrar-se-á nos capítulos subsequentes, foram a destruição de grande parte da cobertura florestal, associando sistematicamente a Amazônia a elevados índices de desmatamento, e a persistência e recrudescimento de mecanismos de exclusão social.

O Plano Quinquenal proposto para ser executado no período 1955-1959 e que sistematizou a política de valorização econômica da Amazônia, inaugurou, pois, a primeira grande experiência de planejamento regional no Brasil na segunda metade do século XX, foi o resultado de uma série de operações. Ele materializou as aspirações de Vargas expressas no discurso do rio Amazonas, em 1942; o dispositivo legal registrado na Constituição Federal de 1946, preconizando a política de valorização econômica da Amazônia; os estudos efetuados no âmbito da Conferência Técnica realizada em 1951; a Lei 1806, de 6 de janeiro de 1953, que regulamentou o preceito constitucional e o Programa de Emergência de 1954.

A ideia subjacente a esta política foi o conhecimento e a apropriação da natureza amazônica, para que dela se retirassem as matérias primas para o crescimento econômico da região e da nação. Fatores como o estabelecimento do equilíbrio econômico nacional, assinalado por disparidades regionais, a necessidade de introduzir novos valores e técnicas em nome da construção de uma nova configuração socioeconômica, o imperativo de alterar uma configuração territorial subdesenvolvida – marcada pela pobreza, insuficiência de tecnologia e capital e práticas agrícolas arcaicas – por meio da industrialização, de modo geral, compuseram os discursos difusores e legitimadores do empreendimento de valorização econômica formulado e executado pelo estado nacional brasileiro nos anos 50.

A análise das fontes avaliza um entendimento constante na literatura acerca do papel fundador do Plano de Valorização Econômica da Amazônia nas experiências de desenvolvimento regional subsequentes. De fato, a convicção na eficácia do planejamento como um mecanismo de interferência técnica e científica sobre a natureza e o “homem” amazônicos persistiu ao longo dos governos militares e da Nova República. A elaboração de planos de desenvolvimento, representados pela definição do conjunto das ações governamentais a serem executadas na Amazônia, bem como seus objetivos, metas e prazos, por períodos determinados, foi uma constante nesses contextos.

A SPVEA e o Primeiro Plano Quinquenal constituíram, portanto, a gênese dos processos de planejamento regional implementados na Amazônia na segunda metade do

século XX. A necessidade do planejamento como mecanismo catalisador das mudanças consideradas necessárias na Amazônia orientou a elaboração de diversos planos de desenvolvimento nas décadas seguintes, sob a égide de governos militares e civis. O 1º Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Amazônia, proposto para execução entre 1967 e 1971, analisado a seguir, redimensionou a capacidade técnica e política de intervenção estatal na região, desencadeando um intenso processo de transformações com profundos reflexos sobre os ecossistemas e a sociedade regionais.

2 A OPERAÇÃO AMAZÔNIA E O 1º PLANO QUINQUENAL DE DESENVOLVIMENTO (1967-1971)

O 1º Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Amazônia (PQDAM), proposto para o período de 1967 a 1971, consubstanciou as concepções desenvolvimentistas e geopolíticas dos governos militares que assumiram o poder no Brasil a partir de 1964.¹⁸⁰ A execução de suas diretrizes atravessou o governo de Costa e Silva (1967-1969) e parte do de Garrastazu Médici (1969-1974). Com base nos pressupostos de integração nacional, ocupação econômica e promoção do desenvolvimento regional, o Estado brasileiro encarregou-se de planejar e executar a expansão capitalista na Amazônia. Nesse sentido, o PQDAM inscreveu-se em um conjunto de atos legislativos e decretos presidenciais, instituídos entre 1966 e 1967, denominado Operação Amazônia.

Concebida na gestão do presidente Castelo Branco (1964-1967), a Operação Amazônia implicou na formulação e execução de projetos de infraestrutura, na definição de programas de incentivos fiscais para atração de empresas e indústrias aos espaços supostamente inexplorados da região, na criação de instituições para executar as medidas propostas; assim como a reorganização de órgãos já existentes, em consonância com as diretrizes do novo governo. Tais diretrizes, expressas no PQDAM, refletiam o imperativo geopolítico de explorar a grande reserva de recursos naturais da Amazônia para a promoção do crescimento econômico. Esse processo e seus desdobramentos constituem o objeto de análise deste capítulo.

2.1 Da SPVEA à SUDAM: transições

A Lei 1806, de 06 de janeiro de 1953, ao instituir o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, preconizou que sua execução deveria ser efetuada “na ordem de planejamentos

¹⁸⁰ A conjuntura histórica que culminou com a tomada do poder pelos militares, em 1964, não é objeto desta tese. Sobre esse processo existe uma vasta bibliografia. No campo da historiografia recente, produzida no contexto dos 50 anos da efeméride, destacou-se o conceito de ditadura civil-militar, embasado no apoio, inclusive na esfera técnica, prestado por amplos segmentos da sociedade civil ao regime. A esse respeito consultar: REIS, Daniel Aarão; RIDENTE, Marcelo; SÁ MOTTA, Rodrigo Patto (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: cinquenta anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014; FICO, Carlos. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014; NETTO, José Paulo. *Pequena História da Ditadura Brasileira*. São Paulo: Cortez Editora, 2014; TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). *Visões Críticas do Golpe: democracia e reformas no populismo*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2014; PETIT, Pere; CUÉLLAR, Jaime. O golpe de 1964 e a instauração da ditadura civil-militar no Pará: apoios e resistências. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 25, nº 49, p. 169-189, jan./jun. 2012.

parciais, em períodos de cinco anos”, a contar daquela data.¹⁸¹ Como visto no capítulo anterior, o 1º Plano Quinquenal de Valorização Econômica da Amazônia foi proposto para o período 1955-1959, sendo precedido por um Programa de Emergência, executado preliminarmente, enquanto se processavam os trâmites legais referentes à operacionalização do plano quinquenal.

Em 1960, concluído o período regulamentar de execução do Plano, os técnicos da SPVEA realizaram uma avaliação da atuação do órgão. O resultado deste balanço foi compilado no documento intitulado “SPVEA 1954-1960: Política de Desenvolvimento da Amazônia”, publicado em dois volumes em fins de 1960.¹⁸² Em termos gerais, o documento apontou diversas dificuldades enfrentadas pelo órgão na consecução das metas estabelecidas, como o repasse irregular de recursos, a amplitude da região amazônica, o desconhecimento sobre a área, a falta de estrutura e de suporte técnico para executar os programas, bem como as oscilações na dotação orçamentária da União. Estes óbices refletiram-se nos repasses à SPVEA implicando, em várias ocasiões, no abandono integral de determinados programas e no cumprimento apenas parcial de outros.

Por outro lado, em que pese os problemas enfrentados, o documento registrou a contribuição incontestada da SPVEA na atenuação das deficiências de infraestrutura existentes na região, engendrando condições mais propícias à industrialização e desenvolvimento econômico ulteriores. A construção da rodovia Belém-Brasília, inaugurada em 2 de fevereiro de 1959, foi apontada como um fator significativo nesse sentido, ao propiciar a integração de novas áreas à fronteira agrícola e ao mercado nacional e romper com o “isolamento” da região.¹⁸³

O documento salientou, ainda, a importância das pesquisas efetuadas, em especial os Inventários Florestais, realizados em convênio com a FAO/UNESCO, na produção de subsídios técnico-científicos à exploração da floresta tropical, sobretudo em relação à indústria madeireira.

Diante dos fatores limitantes à realização das ações propostas ao desenvolvimento da região, os técnicos da SPVEA reconheceram a necessidade de reformulação de sua organização administrativa e dos métodos de suas operações financeiras, considerando a inadequação do corpo estrutural e funcional do órgão face às tarefas a realizar, cada vez

¹⁸¹ DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL. *Plano de Valorização Econômica da Amazônia*. Rio de Janeiro, 1954, p. 5.

¹⁸² SPVEA 1954-1960: *Política de Desenvolvimento da Amazônia*. Belém: Gráfica Editora Livro S/A, 1960, 2 vols.

¹⁸³ Idem.

maiores e mais complexas. Essa reestruturação, no entanto, não logrou êxito. Pelo menos não dentro de uma conjuntura democrática. O funcionamento da SPVEA foi colocado em xeque pela crise política e econômica dos anos 60, que culminou com a ocupação do poder central pelos segmentos militares.

Após a instauração do primeiro governo militar, em 1964, técnicos governamentais realizaram uma análise da funcionalidade da SPVEA e do Banco de Crédito da Amazônia (BCA). Os resultados desta avaliação foram compilados num documento intitulado “Da SPVEA à SUDAM (1964-1967)”, elaborado entre os anos de 1964 e 1966. Suas conclusões indicavam a transformação do órgão em uma

grande agência pagadora, com seus recursos manipulados ao sabor de lamentável política regionalista de grupos, cada qual interessado em fazê-la instrumento de prestígio local, dividindo o Fundo de Valorização da Amazônia tão somente em razão de interesses pouco adequados aos superiores fins da instituição.¹⁸⁴

Desvio de verbas, inoperância administrativa, “regionalismo estadual e municipalista”, negociatas e irresponsabilidades sob diversas formas, compunham um quadro ilustrativo dos problemas existentes na instituição, inviabilizando a sua manutenção. Na perspectiva analítica dos dirigentes do governo recém-instalado a SPVEA havia malogrado em seu objetivo de conduzir a política de valorização econômica da região, fazendo-se necessário, portanto, a criação de um novo sistema institucional.

Com base nessa avaliação, o projeto de desenvolvimento concebido para a Amazônia pelo governo instaurado em 1964 preconizou a modernização de instituições estatais e a crescente intervenção pública na economia e no território, com vistas a transformar a região em um novo espaço de acumulação capitalista. Demandava, pois, uma estrutura institucional de planejamento, coordenação e financiamento que foi materializada por meio de um conjunto de medidas administrativas, legislações, programas de pesquisas e mecanismos de atração do capital, designado “Operação Amazônia”.

2.2 A Operação Amazônia

Na primeira semana de fevereiro de 1966 foi realizada, em Belém, a I Reunião de Coordenação Regional, coordenada pelo Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais (MECOR), com o “propósito expresso de balancear programas e registrar tôda sorte de dados indispensáveis à definição de uma política nacional de integração

¹⁸⁴ CAVALCANTI, Mário Barros de. *Da SPVEA à SUDAM (1964-1967)*. Belém: SUDAM, 1967.

efetivo do espaço amazônico na comunidade nacional”.¹⁸⁵ O evento inscrevia-se num contexto de estudos realizados pelo MECOR orientados pela “preocupação de identificar para a Amazônia, bases para uma reformulação de política de desenvolvimento e de segurança”.¹⁸⁶

Os dados apresentados e discutidos revelaram diversos fatores a inibir a atuação governamental na região como a descontinuidade dos programas federais, carência de recursos técnicos e financeiros, fragmentação das ações do poder público, falta de coordenação na atuação dos órgãos públicos regionais entre outros. Considerando esse panorama, o Relatório Ministerial, resultante do levantamento efetuado pelo MECOR, considerou ser indispensável uma mobilização de esforços nacionais liderados pela administração federal, “com vistas a reformular todos os instrumentos e programas atuantes na área”.¹⁸⁷ Esse processo demandaria, segundo o documento, a “redefinição da política de valorização, inovações legislativas e executivas”, o que resultou na proposta de um conjunto de medidas operacionais denominada “Operação Amazônia”.

O documento produzido pelo MECOR enfatizou que a “Operação Amazônia”, representava naquele contexto um instrumento de reformulação da política de desenvolvimento da região, por meio do qual se “[...] pretende conscientizar a comunidade nacional e os investidores privados para a grande tarefa de ocupar e desenvolver o espaço amazônico”.¹⁸⁸ Na perspectiva governamental, ela inscrevia-se, portanto, num contexto de necessidade de ajuste dos mecanismos de atuação governamental em face do desenvolvimento regional e deveria assegurar a almejada ocupação produtiva da região.¹⁸⁹ A iniciativa foi anunciada formalmente pelo presidente Humberto Castelo Branco, em 1º de setembro de 1966, por ocasião de sua visita ao Território Federal do Amapá, como uma série de operações destinadas a “mudar profundamente a face da região”.¹⁹⁰

Institucionalmente, a Operação Amazônia consistiu em um conjunto de instrumentos legais, desdobrados em medidas técnicas e administrativas, que orientaram a ação estatal na região a partir de 1966, a saber: Lei nº 5173, de 27 de outubro de 1966, que dispunha sobre o

¹⁸⁵ MECOR. *Operação Amazônia*: Relatório ministerial apresentado à consideração do Senhor Presidente da República pelo Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais. Brasília, 1966, não paginado (n.p.).

¹⁸⁶ Idem, *ibidem*.

¹⁸⁷ Idem, *ibidem*.

¹⁸⁸ Idem, *ibidem*.

¹⁸⁹ Embora se apresentasse como uma estratégia de “reformulação” das políticas regionais de desenvolvimento, a Operação Amazônia fundava-se em velhas concepções produzidas acerca da região como a ideia do “vazio demográfico” e improdutivo.

¹⁹⁰ SUDAM. *Operação Amazônia*: Discursos. Serviço de Documentação e Divulgação. Belém, 1968, p. 17.

Plano de Valorização Econômica da Amazônia, extinguiu a SPVEA e criou a SUDAM;¹⁹¹ Lei nº 5174, de 27 de outubro de 1966, dispoñdo sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da região amazônica, instituindo o Fundo de Investimento Privado do Desenvolvimento da Amazônia (FIDAM); Lei nº 5122, de 28 de setembro de 1966, transformando o Banco de Crédito da Borracha em Banco da Amazônia Sociedade Anônima (BASA), ampliando seu raio de ação até então direcionado às operações creditícias envolvendo a borracha, para o exercício das funções de agente financeiro do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a regulação da política econômica da borracha; e Decreto Lei nº 61.244, de 28 de agosto de 1967, que criou a Superintendência da Zona Franca de Manaus e regulava o seu funcionamento. A Operação Amazônia representou, pois, o marco referencial da estratégia de intervenção do Estado nacional brasileiro na Amazônia, sob os auspícios dos governos militares, ao operacionalizar uma série de medidas relativas ao desenvolvimento de forças produtivas modernas na realidade regional.

O modus operandi da Operação Amazônia foi explicitado pelo General Mário de Barros Cavalcanti, superintendente da SUDAM, em pronunciamento proferido na sessão de abertura dos trabalhos da 1ª Reunião de Incentivo ao Desenvolvimento da Amazônia, no dia 5 de dezembro de 1966, em Manaus:

Concentramos a ação governamental nas tarefas de planejamento, **pesquisa de recursos naturais**, implantação da infra-estrutura econômica e social, reservando à iniciativa privada as atividades industriais, agrícolas, pecuárias, comerciais e de serviços básicos rentáveis (grifo nosso).¹⁹²

Patrocinado em conjunto pelo Ministério do Interior, Confederação Nacional da Agricultura e Confederação Nacional da Indústria, o evento iniciou em 3 de dezembro de 1966 em Manaus e foi encerrado um semana depois, em Belém, precisamente dois meses após o lançamento das diretrizes políticas e legais e medidas econômicas da Operação Amazônia. A reunião evidenciou o papel estratégico atribuído à iniciativa privada pelo planejamento do desenvolvimento regional. De acordo com a retórica governamental, ela representou precisamente um “chamado” aos “homens de empresa do Brasil”, para conhecer as diretrizes da recém-lançada Operação Amazônia e as “infindáveis oportunidades” que a

¹⁹¹ Esta Lei sofreu alterações e inovações introduzidas pela Lei nº 5.374, de 7 de dezembro de 1967, que não obstante algumas modificações referentes ao funcionamento e organização administrativa da SUDAM, manteve as diretrizes do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. A principal alteração no texto legal, no que diz respeito ao Plano, foi a supressão no artigo 1º da referência ao artigo 199 da Constituição da República, haja vista que isto remetia à Carta Magna de 1946 e em 15 de março de 1967 passou a vigorar uma nova Constituição no país.

¹⁹² SUDAM. *Operação Amazônia: Discursos*. Serviço de Documentação e Divulgação. Belém, 1968b, p. 74.

região tinha a oferecer.¹⁹³ A bordo do navio Rosa da Fonseca, ministros de estado, congressistas, governadores de estados amazônicos e técnicos da SUDAM estiveram a postos, ao longo de sete dias, para demonstrar a potenciais investidores as possibilidades econômicas da região.¹⁹⁴

O discurso proferido pelo presidente Castelo Branco, na solenidade de instalação do evento, no Teatro Amazonas, palco do célebre “Discurso do Rio Amazonas” pronunciado por Getúlio Vargas em 1940, ilustra com exatidão o escopo da reunião:

A partir de amanhã, ireis, por quase uma semana, descer o grande rio. Não para uma excursão turística, pois aproveitareis o tempo no exame de planos e projetos. Governadores, especialistas dos organismos federais e delegações técnicas dos Estados e Territórios submeterão à vossa apreciação projetos acabados, ou perfis industriais ou agrícolas, com os pormenores reclamados por cada caso. São projetos reais relativos a uma gama variada de oportunidades, que vão do fertilizante químico, fibras e óleos vegetais, serralheria, estaleiros, mineração, material de construção, em relação à indústria. Do outro lado temos a pecuária de corte, arroz e frutas, conservas de carne, pescado, criação de búfalos e a fundação de mercados e frigoríficos. Da sua parte está o Governo preparado para assegurar investimentos maciços, especialmente nos setores ligados à infra-estrutura, energia, saneamento básico, aperfeiçoamento dos recursos humanos e levantamento sistemático dos recursos naturais.¹⁹⁵

O foco nos recursos disponíveis à espera da iniciativa empresarial foi retomado pelo prefeito de Manaus, Paulo Nery, em almoço oferecido às autoridades e industriais participantes da Reunião:

A terra, verde em sua umbrela florística, expressa um signo de esperança a todos os que têm arrojo empresarial e persistência em atingir o alvo colimado. A palavra dos técnicos vos indicará onde estão dormindo os imensos depósitos de ferro, cassiterita, manganês, calcário, linhito e outras riquezas minerais. Os chapadões das terras-firmes e os fertilíssimos tabuleiros dos aluviões marginais, ricos de sedimentos vulcânicos que o Grande Rio recebe e transporta dos alcantilados dos Andes aí estão a oferecer-vos imensos tratos de terras devolutas propícias à agricultura e à pecuária racionalizadas.¹⁹⁶

Para aqueles anfitriões, a natureza amazônica fornecia ostensivamente os mais variados recursos para os que soubessem aproveitá-los. Tanto a fala do presidente Castelo Branco como a do prefeito manauara revelam que, na perspectiva governamental, a Amazônia apresentava-se como uma excelente oportunidade de efetuar bons negócios. O signo da

¹⁹³ O CICLO DO HOMEM. Ministério Extraordinário para a coordenação dos organismos regionais. Brasília, 1967; SUDAM. *Operação Amazônia: Discursos*. Serviço de Documentação e Divulgação. Belém, 1968b.

¹⁹⁴ Na oportunidade foram distribuídos diversos documentos institucionais aos participantes do evento, como: Programa de Ação da SUDAM para 1967-1971; “Efeitos positivos da política de incentivos fiscais administrados pela SPVEA no período 1963/1964” e “Aspectos Pecuários na Amazônia”, produzido pelo BASA.

¹⁹⁵ DISCURSO do presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, pronunciado no dia 3 de dezembro de 1966, em Manaus. In: *O Ciclo do Homem*. Ministério Extraordinário para a coordenação dos organismos regionais. Brasília, 1967, p. 9-18, p. 11.

¹⁹⁶ SUDAM, op. cit., 1968b, p. 65.

abundância dos recursos naturais da região, presente no discurso dos gestores, foi um fator determinante nas políticas públicas elaboradas para a região.

Na chegada a Belém, foi lançada a Declaração da Amazônia, pela qual empresários e dirigentes políticos assumiram o “compromisso de mobilizar todas as forças vivas da nação visando atrair para a Amazônia empreendimentos de qualquer natureza indispensáveis à sua valorização”.¹⁹⁷ Os discursos proferidos no decurso da reunião revelam que os pressupostos orientadores da ação estatal tinham um foco bem delimitado: os recursos naturais amazônicos e as possibilidades de sua apropriação pelos mercados. A ação estatal a ser operacionalizada na Amazônia incorporou, assim, elementos clássicos da narrativa historicamente construída sobre a região: recursos abundantes, solos férteis, vazios demográficos, perspectivas de enriquecimento rápido e sem o dispêndio de muitos esforços.

Nos pronunciamentos dos agentes públicos, a Amazônia era apresentada, portanto, como uma região de imensa potencialidade econômica “adormecida”, consubstanciada na “abundância” de seus recursos naturais, a aguardar a ação empreendedora para a sua transformação em mercadorias. A natureza amazônica foi incorporada ao planejamento do desenvolvimento regional em uma perspectiva utilitária de apropriação e transformação de seus elementos como uma condição fundamental ao avanço do capitalismo na região. Os dispositivos legais instaurados e instituições recém-criadas visavam, pois, atender a tais objetivos, como se demonstrará ao longo deste capítulo.

Com a extinção da SPVEA, avaliada como incapaz de desempenhar suas funções e cumprir suas finalidades quanto à promoção do desenvolvimento regional, o governo federal concentrou suas políticas de planejamento do desenvolvimento na região amazônica na SUDAM, criada com a função de “planejar, promover a execução e controlar a ação federal na Amazônia”.¹⁹⁸

Muitas expectativas foram depositadas na instituição. Ela inscrevia-se no novo sistema institucional preconizado pelo Estado nacional para intervir na realidade regional. O presidente Castelo Branco, em visita oficial à Boa Vista, capital do Território Federal de Roraima, no dia 22 de setembro de 1966, a definiu como um “instrumento de redenção da Amazônia, cuja riqueza deverá deixar de ser uma fábula para se tornar alguma coisa de

¹⁹⁷ SUDAM. *Amazônia: novo universo*. Belém: SUDAM, [196?].

¹⁹⁸ SUDAM. *Operação Amazônia: Legislação Básica nº 2*. Belém: Serviço de Divulgação e Documentação. 1968a, p. 3.

palpável a serviço dos brasileiros há séculos empenhados numa terrível luta pela sobrevivência”.¹⁹⁹

Entre as atribuições institucionais definidas para a SUDAM estavam a elaboração e execução de um novo Plano de Valorização Econômica da Amazônia, o qual passaria a orientar as ações estatais no tocante à gestão e exploração dos recursos naturais da região. O dispositivo foi instituído com o objetivo de “promover o desenvolvimento ‘auto-sustentado’ da economia e o bem estar social da região amazônica, de forma harmônica e integrada na economia nacional”.²⁰⁰

Consoante o artigo 4º da Lei 5173, o desenvolvimento do Plano nortear-se-ia, entre outras, pelas seguintes orientações básicas: a) realização de programas de pesquisas e levantamento do potencial econômico da Região, como base para a ação planejada a longo prazo; b) ordenamento da exploração das diversas espécies e essências nobres nativas da região, inclusive através da silvicultura e aumento da produtividade da economia extrativista sempre que esta não possa ser substituída por atividade mais rentável; c) adoção de intensiva política de incentivos fiscais, creditícios e outros, com o objetivo de assegurar a elevação da taxa de reinversão na região dos recursos nela gerados e atrair investimentos nacionais e estrangeiros para o desenvolvimento da região; d) concentração da ação governamental nas tarefas de planejamento, pesquisa de recursos naturais, implantação e expansão da infraestrutura econômica e social, reservando para a iniciativa privada as atividades industriais, agrícolas, pecuárias, comerciais e de serviços básicos rentáveis.²⁰¹

As diretrizes desse novo Plano de Valorização Econômica da Amazônia foram detalhadas no 1º Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Amazônia (PQDAM) elaborado e proposto pela SUDAM para o período de 1967-1971. Com base nos dispositivos legais da Operação Amazônia, as medidas preconizadas neste Plano engendraram um processo de profundas transformações sociais e ambientais no território amazônico.

2.3 O PQDAM (1967-1971)

Embora tenha sido apresentado na retórica governamental como um instrumento de mudanças positivas para a Amazônia, o PQDAM não representou necessariamente uma ruptura com o ideário desenvolvimentista expresso no 1º Plano de Valorização Econômica da

¹⁹⁹ Idem, p. 23.

²⁰⁰ SUDAM. *Operação Amazônia: Legislação Básica nº 2*. Belém: Serviço de Divulgação e Documentação. 1968a, p. 1.

²⁰¹ Idem, p. 1-2.

Amazônia (1955-1959), sob os auspícios da SPVEA. A ideia de aproveitar os componentes do ambiente amazônico para a promoção do desenvolvimento persistia, embora definida mais objetivamente.

A publicação do Plano, conforme exposto no texto de sua apresentação atendia à intenção de “divulgar a documentação relacionada com o processo de ocupação humana da grande região”. Por conseguinte, visava “proporcionar aos estudiosos dos problemas da Amazônia, uma visão integrada que poderá servir de subsídio para futuros trabalhos de investigação, análise e programação da realidade sócio-econômica regional”.²⁰²

De acordo com o texto do PQDAM, a realidade regional amazônica apresentava diversos obstáculos ao desenvolvimento, com destaque para a dispersão populacional, desconhecimento das potencialidades dos recursos naturais, precariedade da infraestrutura regional, com reflexos no escoamento da produção e no abastecimento, falta de empreendedorismo e ausência de estímulo à iniciativa privada. Para o equacionamento de tais problemas, propôs-se o investimento em pesquisas voltadas ao conhecimento dos recursos naturais, implantação de infraestrutura, a aplicação de recursos e a criação de incentivos voltados à ocupação econômica da região por empreendimentos capitalistas.

Entre os objetivos globais de desenvolvimento consignados no PQDAM destacou-se a alteração da estrutura econômica regional, visando atingir o predomínio dos setores industrial e agrícola sobre os segmentos comercial e extrativista; levantamento das “disponibilidades reais da região em recursos naturais para avaliação das possibilidades de desenvolvimento e orientação das políticas de povoamento” e ocupação.

O ambiente amazônico ocupou, desse modo, um lugar emblemático no PQDAM, especialmente no que tange ao investimento em pesquisas visando identificar o potencial econômico da região com vistas ao ordenamento da exploração dos recursos naturais. Com efeito, a necessidade do conhecimento efetivo das potencialidades naturais da região para o fomento do desenvolvimento regional norteou os discursos e as políticas governamentais apresentados no Plano. O potencial presumidamente existente, mas desconhecido, constituía a matriz orientadora da retórica governamental naquele contexto.

Os recursos naturais amazônicos foram abordados no PQDAM de acordo com as seguintes tipologias: a) recursos minerais, os existentes no subsolo; b) recursos vegetais, representados, sobretudo, pelos produtos da floresta; c) recursos hidrológicos, representados especialmente pelo potencial hidrelétrico das águas e pela fauna aquática.

²⁰² SUDAM. 1º Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Amazônia. Belém: SUDAM, 1967, p. 12.

A narrativa do Plano revela que a possibilidade de transformar a natureza amazônica em riqueza econômica, como estratégia para alcançar o desenvolvimento estava intrinsecamente associada ao conhecimento de seus componentes, bem como sua localização e a indicação de seu potencial econômico, com vistas à atração de investimentos, como se infere do excerto abaixo:

A riqueza de recursos naturais da Amazônia como fronteira geográfica e econômica representa uma reserva potencial de imenso valor para a continuidade do processo de desenvolvimento do Brasil, a taxas crescentes. Para que essa riqueza, entretanto, exerça a sua função de atrair investimentos, é necessário que o seu potencial efetivo seja bem conhecido e permita delinear novos empreendimentos em bases economicamente sólidas. As estimativas internacionais de estoque “per capita” de recursos naturais dão valores surpreendentemente baixos ao Brasil (2.600 dólares por habitantes), quando só a avaliação da riqueza florestal da Amazônia em madeira, de acordo com os inventários realizados, faria crescer esse valor em mais de 50%.

²⁰³

Essa avaliação reiterava um pensamento corrente na esfera estatal, que associava a participação inexpressiva da Amazônia nos intercâmbios comerciais ao relativo desconhecimento de sua base natural. O excerto revelava, explicitamente, a função dos recursos naturais como fatores de atração de investimentos. Desta compreensão decorreram as proposições técnicas e institucionais apresentadas ao segmento de recursos naturais no Plano. O conhecimento dos recursos naturais, sua exata localização e a indicação de seu potencial econômico, em termos quantitativos, representavam, pois, medidas imperativas a serem adotadas.

Ao tomar posse como superintendente da SUDAM, em 31 de março de 1967, o coronel João Walter de Andrade em seu pronunciamento oficial argumentava que apesar das “oportunidades econômicas perdidas”, em razão da rarefação demográfica, da dispersão populacional e da “pobreza da tecnologia tropical”, a “empresa amazônica” não perdera suas “condições de viabilidade como projeto social”, assim elencadas:

Seus recursos florestais, tendo na madeira o principal produto e na borracha, nas fibras, nos óleos, nas essências, na castanha etc., os seus sub-produtos; a fabulosa disponibilidade de água doce para as mais variadas utilizações, antítese daquele quadro vivido em Israel; a rede de grandes rios navegáveis, definida pela calha central que liga Belém a Iquitos, com seus 40 mil quilômetros de afluentes e tributários; a fertilíssima faixa de várzeas destinadas a fins agropecuários, com sua característica de adubagem natural pelo processo de colmatagem, dispensando o oneroso trabalho de preparação do solo e diminuindo, em consequência, os custos operacionais; a ocorrência de minérios: Manganês no Amapá, Cassiterita em Rondônia, Hematita no Jatapú, Salgema no vale do Madeira, Linhito em Benjamin Constant e a existência de metais preciosos em quantidades consideráveis no Tapajós, Santarém e Roraima.²⁰⁴

²⁰³ Idem, p. 261.

²⁰⁴ SUDAM. *Operação Amazônia: Discursos*. Serviço de Documentação e Divulgação. Belém, 1968, p. 106.

Os recursos citados no discurso do segundo o recém-empossado gestor constituíam, segundo suas próprias palavras, “testemunhos eloquentes da pujança da Região a nos convocar para a grande e decisiva empreitada da emancipação da Amazônia”.²⁰⁵ Tal visão da potencialidade amazônica representaria “uma afirmação incontestada de suas possibilidades”.²⁰⁶ Caberia à ação governamental, por meio do planejamento do desenvolvimento regional, a execução das operações necessárias ao conhecimento das “riquezas” naturais disponíveis, em torno das quais se criaria uma infraestrutura de modo a subsidiar a instalação de atividades industriais, agrícolas, pecuárias, comerciais e de serviços.

Conforme expresso no texto do PQDAM, o desconhecimento dos recursos naturais repercutia na impossibilidade de seu aproveitamento eficaz, sendo apontado como um dos principais obstáculos ao desenvolvimento da Amazônia:

O desconhecimento do potencial efetivo dos recursos naturais da Amazônia (minerais, vegetais, hidrológicos e animais) e das condições reais para a exploração econômica da maioria desses recursos – não obstante o trabalho de pesquisas e experimentação que vem sendo realizado pelos órgãos pioneiros da região – têm dificultado a criação de empreendimentos sólidos e devidamente estruturados, para o aproveitamento racional desses recursos, bem como facilitando a exploração predatória das riquezas de fácil extração.²⁰⁷

Verifica-se que a preocupação do Estado brasileiro com o conhecimento dos recursos naturais amazônicos estava diretamente relacionada à necessidade de fomentar o seu aproveitamento econômico.

Por outro lado, a falta de um conhecimento sistematizado sobre a potencialidade dos componentes do ambiente amazônico também denotava preocupações no âmbito da segurança nacional, tornando imperativa a participação efetiva do Estado nacional na região. Temia-se que “vastas áreas inexploradas” se tornassem objeto da “cobiça internacional” ou alvo de exploração predatória nas áreas fronteiriças.²⁰⁸ Portanto, além da apropriação econômica dos recursos se considerava indispensável a presença institucional do poder público nas partes mais distantes e isoladas da Amazônia.

Consoante essas perspectivas, as diretrizes básicas emitidas no PQDAM preconizaram a aplicação de fundos substanciais na prospecção, pesquisa e experimentação de recursos naturais, especialmente nos estudos, projetos e programas para seu aproveitamento racional, aparelhando para essa finalidade instituições especializadas da região sob a coordenação da SUDAM.

²⁰⁵ Idem, *ibidem*.

²⁰⁶ Idem, *ibidem*.

²⁰⁷ SUDAM. 1º Plano Quinquenal de Valorização Econômica da Amazônia (1967-1971). Serviço de Documentação e Divulgação: Belém, 1967, p. 41-42.

²⁰⁸ Idem, p. 49.

Para viabilizar as pesquisas sobre o ambiente amazônico foi criado, no âmbito da SUDAM, o Departamento de Recursos Naturais (DRN), seção administrativa prevista no Regimento Interno da instituição, aprovado pela Portaria Ministerial nº 249, de 02 de agosto de 1968. Com efeito, regimentalmente, ao DRN competia, entre outras atribuições, promover pesquisas de recursos naturais ocorrentes na Amazônia, com vistas ao seu levantamento sistemático; estimular e promover a investigação dos recursos naturais da Região e o desenvolvimento da tecnologia necessária para assegurar sua melhor utilização, conservação e incremento de produção e de produtividade; e apoiar a execução de política florestal nacional, segundo a legislação vigente, visando a proteção e reprodução dos recursos florestais regionais.²⁰⁹

As ações desenvolvidas pelo DRN foram orientadas para o processo de ocupação territorial da Amazônia e o aproveitamento intenso dos recursos naturais, em consonância com as diretrizes da Operação Amazônia. Mas o primeiro passo nesse sentido consistia, fundamentalmente, na formação de conhecimento sobre tais recursos para, posteriormente, viabilizar economicamente a sua exploração pelo setor público e pela iniciativa privada.

A narrativa do Plano indicava relativo desconhecimento, dúvidas e lacunas acerca dos componentes do ambiente amazônico. As referências aos recursos, especialmente os minérios, eram vagas e imprecisas, enfatizando-se a necessidade de levantamentos aerofotogramétricos, complementados por operações de campo em locais presumidos como “formação geológica favorável à existência de minerais econômicos”.²¹⁰

O documento avaliava que a importância da bacia hidrográfica do rio Amazonas como “recurso natural e fator de desenvolvimento da região”, embora conhecida em seus aspectos gerais, ainda não havia sido analisada com o “rigor científico e a amplitude necessários à orientação segura da política econômica regional”.²¹¹ Por sua vez, a forma de aproveitamento dos recursos florestais, por meio de “processos rudimentares e predatórios, característicos de uma economia extrativista”,²¹² era apontada como óbice a uma exploração racional e diversificada da floresta. Nesse sentido, de acordo com as diretrizes preconizadas no PQDAM, foram realizados diversos estudos com a finalidade de subsidiar o aproveitamento dos recursos florestais, das águas, dos solos e subsolos. Tais estudos foram efetuados por instituições de pesquisa como o INPA, o IPEAN (Instituto de Pesquisa e Experimentação

²⁰⁹ SUDAM. *Regimento Interno*. Ministério do Interior: SUDAM, 1968, p. 21-22.

²¹⁰ SUDAM, 1967, op. cit., p. 263.

²¹¹ Idem, p. 265.

²¹² Idem, p. 264.

Agrônômica do Norte), o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), o Centro de Tecnologia Madeireira (CTM) etc.²¹³

Os resultados dessas pesquisas foram compilados em diversas publicações pelo setor de documentação da SUDAM, para divulgação ao público. Entre elas, o *Catálogo das Madeiras da Amazônia*”, editado em 1968. Publicado em dois volumes, a obra apresentava o estudo sistemático de 117 espécies vegetais, ilustradas com fotografias, para cada uma das quais se detalhava classificação botânica, nome vulgar, áreas de ocorrência e indicações de uso.²¹⁴ Desses estudos resultaram, ainda, diversos mapas assinalando a localização dos recursos existentes e/ou as atividades mais propícias a serem desenvolvidas em determinadas áreas. Além da promoção de medidas apenas para promover o conhecimento dos recursos amazônicos, estava em curso, portanto, iniciativas para fomentar a sua revelação ao mercado.

Como apenas 12% dos recursos totais do PQDAM estavam vinculados ao orçamento próprio da SUDAM, dispersando-se os demais 88% entre vários órgãos governamentais, parte das medidas projetadas no Plano não foi executada por falta de investimento.²¹⁵ No entanto, a despeito dos óbices orçamentários, iniciativas tomadas no período de sua execução foram fundamentais à apropriação e aproveitamento dos recursos naturais, a posteriori, especialmente no campo da energia.

Mediante promulgação do Decreto 63.952, de 31 de dezembro de 1968, o governo federal, na gestão de Costa e Silva (1967-1969) criou o Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Amazônia (ENERAM), subordinado ao Ministério das Minas e Energia. Ao órgão competia a supervisão dos estudos visando a investigação das possibilidades de aproveitamento hidrelétrico para o suprimento de sistemas elétricos já existentes ou que viessem a ser implantados em áreas prioritárias e polos de desenvolvimento criados na Amazônia pelo Governo Federal.²¹⁶

Em 1969, os técnicos do ENERAM iniciaram suas atividades. Os trabalhos, encerrados em janeiro de 1972, revelaram a existência de um imenso potencial hidrelétrico na região,

²¹³ O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), foi criado por força do Decreto 23.979, de 8 de março de 1934, para regular a exploração de jazidas minerais no país. Com a criação do Ministério de Minas e Energia, em 1966, foi incorporado à estrutura do novo órgão. Sob os auspícios da SPVEA, o CTM foi criado em 1957, no município de paraense de Santarém, com o objetivo de desenvolver técnicas de exploração e manejo da floresta, fornecer assistência técnica na montagem de serrarias, na retificação de máquinas etc.

²¹⁴ LOUREIRO, Arthur Araújo; SILVA, Marlene Freitas da. *Catálogo das Madeiras da Amazônia*. Belém: INPA/SUDAM, 1968, 2 vols.

²¹⁵ MAHAR, Dennis J. *Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978.

²¹⁶ BRASIL. Decreto 63.952, de 31 de dezembro de 1968. Cria no Ministério das Minas e Energia o Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Amazônia.

especialmente nos rios Xingu e Tocantins.²¹⁷ Diante das perspectivas promissoras de produção energética na região, o relatório final do Comitê recomendou a criação de uma subsidiária das Centrais Elétricas do Norte do Brasil (ELETRONORTE) na Amazônia.²¹⁸ A partir das observações feitas no âmbito desses levantamentos técnicos, o aproveitamento hidrelétrico das águas amazônicas foi posteriormente operacionalizado. Isto como um desdobramento da necessidade de beneficiamento de minérios encontrados em jazidas na região. De fato, conforme demonstrado por Lúcio Flávio Pinto, há uma íntima relação entre a exploração de recursos minerais e a apropriação dos rios amazônicos para produção de energia,²¹⁹ como se demonstrará no capítulo III desta tese.

2.3.1 O PQDAM e os recursos minerais

A exploração mineral constituiu um elemento estratégico no processo de apropriação da natureza amazônica pelo grande capital, sob os auspícios do Estado nacional. As medidas programadas ao setor de minérios no PQDAM refletiam as diretrizes do Plano Mestre Decenal para Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil (1965-1974), elaborado por técnicos do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), vinculado ao Ministério de Minas e Energia. Este Plano previa um mapeamento geológico do Brasil, de modo a permitir um detido conhecimento da potencialidade mineral do território brasileiro. À exceção da exploração do manganês, no Território Federal do Amapá, pela Sociedade Brasileira de Indústria e Comércio de Minérios de Ferro e Manganês (ICOMI), cuja prospecção foi iniciada em 1948, pouco se conhecia de fato sobre a ocorrência de minérios na região amazônica, embora muito se especulasse.²²⁰

²¹⁷ As corredeiras do Itaboca, no rio Tocantins, desenvolvidas sobre rochas duras, metamórficas, foram avaliadas como de alto potencial para a produção de energia hidrelétrica, fundamentando a decisão de se construir, ali, a usina hidrelétrica de Tucuruí, a qual foi incluída na programação do II PDA, proposto para o período 1975-1979. O primeiro reconhecimento dos recursos hídricos na bacia do rio Tocantins, incluindo o seu afluente Araguaia, fora realizado pela Comissão Interestadual dos Vales do Araguaia e Tocantins (CIVAT) em 1964. A CIVAT foi criada em junho de 1962 e resultou de iniciativa interestadual de planejamento envolvendo cinco unidades federativas, Goiás, Mato Grosso, Pará, Maranhão e Distrito Federal, com a finalidade de “promover estudos e pesquisas que conduzam a projetos específicos e integrados de aproveitamento dos múltiplos recursos de solo e água do complexo Araguaia-Tocantins” (MECOR, 1966, n.p.). Foi extinta em fevereiro de 1967.

²¹⁸ Com efeito, em atendimento à recomendação do ENERAM, em 1973 foi criada a Centrais Elétricas do Norte do Brasil (ELETRONORTE).

²¹⁹ PINTO, Lúcio Flávio. *O anteato da destruição*. Belém: GRAFISA, 1977.

²²⁰ A Sociedade Brasileira de Indústria e Comércio de Minérios de Ferro e Manganês (ICOMI) foi criada em 1942 pelo empresário Augusto Trajano de Azevedo Antunes para explorar minério de ferro e de manganês no Estado de Minas Gerais e em 1948 iniciou atividades de prospecção de manganês na Serra do Navio, no Território Federal do Amapá. A exploração deste minério é considerada a primeira experiência de mineração industrial na Amazônia (MONTEIRO, 2003). As implicações sociais, econômicas, políticas e ambientais desse processo podem ser conferidas em: DRUMMOND, José Augusto Pádua; PEREIRA, Mariângela de Araújo

Com efeito, no campo dos levantamentos básicos pouco se havia realizado até então. Segundo bibliografia especializada, o Projeto Araguaia, executado pela PROSPEC S/A Geologia, Prospecção e Aerofotogrametria, sob contrato com o DNPM, entre 1955 e 1961, representou a primeira grande iniciativa para acelerar o conhecimento do potencial mineral na Amazônia, cobrindo com levantamento aerofotogramétrico e algum trabalho de campo, o centro-norte de Goiás e o sudeste do Pará. No entanto, tais áreas foram classificadas como sem valor econômico pelos geólogos que acompanharam as incursões.²²¹

A despeito das projeções iniciais pouco otimistas do Projeto Araguaia, desde a década de 1950 grandes empresas multinacionais ligadas à mineração investiam em prospecção mineral na Amazônia brasileira, como a Aluminium Company of Canada (ALCAN), que procurava novas reservas de alumínio; a Companhia de Desenvolvimento de Indústrias Minerárias (CODIM), subsidiária da Union Carbide Exploration Co. e a United States Steel Corporation (U.S.Steel), interessadas na obtenção de novas fontes de manganês, elemento fundamental para o seu ramo de atuação, a indústria siderúrgica.²²²

O padrão mundial de distribuição irregular destes minérios, especialmente do manganês, concentrado em poucos países, criou problemas de suprimento destas matérias primas para a indústria, sobretudo aos Estados Unidos, que não dispunham de reservas satisfatórias em seu território. Após a Segunda Guerra Mundial, o contexto da Guerra Fria excluiu a possibilidade de acesso às jazidas da União Soviética, detentora das maiores reservas mundiais. Por outro lado, a instabilidade política provocada pelo processo de descolonização de algumas regiões da África, nos anos 1960, também colocou em risco o fornecimento do manganês africano. Por tais razões, a busca de novas fontes de suprimento de manganês tornou-se uma prioridade às indústrias siderúrgicas.²²³ A descoberta das jazidas no Amapá na década de 1940 tornava a região norte do Brasil particularmente promissora nesse sentido.

Póvoas. *O Amapá nos tempos do manganês: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico (1943-2000)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007; LEAL, Aluizio Lins. *Amazônia: o aspecto político da questão mineral*. Dissertação de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (NAEA/UFPA). 1988, 311 fls; MONTEIRO, Maurílio de Abreu. *A ICOMI no Amapá: meio século de exploração mineral*. *Novos Cadernos NAEA*. Vol. 6, nº 2, p. 113-168, dez. 2003.

²²¹ SANTOS, Breno Augusto dos. *Amazônia: potencial mineral e perspectivas de desenvolvimento*. São Paulo: EDUSP, 1980; LEAL, 1988, op. cit.

²²² TEIXEIRA, João Batista Guimarães; BEISIGIEL, Vanderlei de Rui (Orgs.). *Carajás: geologia e ocupação humana*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2006. O manganês é uma matéria prima estratégica ao ramo siderúrgico por sua aplicação no processo de redução dos óxidos de ferro a ferro metálico e como componentes de ligas metálicas (TEIXEIRA, BEISIGIEL, 2006).

²²³ Idem, ibidem.

Ao final de 1966, equipe da CODIM encontrou uma jazida de manganês na Serra do Sereno, localizada a 50 quilômetros a sudoeste do município paraense de Marabá.²²⁴ Essa descoberta motivou a matriz norteamericana da U.S.Steel a criar um programa sistemático de pesquisas minerais no Brasil, o Brazilian Exploration Program (BEP), naquele mesmo ano. Com um orçamento de US\$ 3,5 milhões e a participação de geólogos estrangeiros e brasileiros, o BEP contemplava todo o território brasileiro, embora tenha se concentrado na Amazônia.²²⁵ Em consonância com as necessidades da empresa, o objetivo básico inicial do Programa era a busca de depósitos de manganês. A região selecionada para as atividades iniciais foi o extenso território entre o interflúvio Araguaia-Tocantins a leste e a calha do rio Xingu, a oeste. O substrato geológico desta região é formado por sequências de rochas pré-cambrianas até então pouco conhecidas, mas potencialmente propícias, como evidenciara a jazida da Serra do Sereno.²²⁶

As atividades de pesquisa requeriam o uso sistemático de helicópteros de modo a facilitar o acesso às áreas mais afastadas dos rios principais e agilizar o deslocamento das equipes. Grupos de geólogos e engenheiros começaram a sobrevoar a região delimitada. O investimento nas pesquisas era plenamente justificável: o governo brasileiro cederia os direitos sobre as jazidas ao primeiro a entregar o pedido com a localização da área requerida ao Ministério de Minas e Energia.

Em 31 de julho de 1967, o geólogo Breno dos Santos, membro da equipe brasileira do BEP, na condição de funcionário da Companhia Meridional de Mineração (CMM), subsidiária da U.S.Steel, pousou para reabastecimento em uma pequena clareira na Serra dos Carajás. Na ocasião, ele constatou que esta correspondia a uma espessa cobertura de canga ferruginosa, ambiente formado pela atuação sistemática de chuvas, enxurradas, calor e ventos em rochas ricas em ferro, ao longo de milhões de anos.²²⁷ A data foi convencionada, então, como o marco simbólico da descoberta da ocorrência de minério de ferro naquela região.

Por sua vez, em 1968, cinco anos ter iniciado um programa sistemático de pesquisa visando localizar reservas de bauxita na Amazônia, a empresa Bauxita Santa Rita, subsidiária da ALCAN, encontrou jazidas economicamente exploráveis daquele minério a 30 quilômetros a margem direita do rio Trombetas.²²⁸ As descobertas de minério de ferro, em Carajás, e de bauxita no Trombetas, marcaram, segundo Leal, “um momento estelar ao impulso da

²²⁴ Idem, *ibidem*.

²²⁵ Idem, *ibidem*.

²²⁶ Idem, *ibidem*.

²²⁷ TEIXEIRA, João Batista Guimarães; BEISIGIEL, Vanderlei de Rui (Orgs.). *Carajás: geologia e ocupação humana*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2006.

²²⁸ PINTO, 1977, *op. cit.*

acumulação no ramo minerador”, em torno do qual, posteriormente, a organização produtiva modernizada da Amazônia viria a gravitar.²²⁹

Considerando que os minérios constituem elementos básicos do processo produtivo industrial moderno constituindo, pois, a “base material para a acumulação contemporânea, assentada em um gigantesco aparelho industrial”,²³⁰ as descobertas de jazidas minerais na Amazônia por grandes corporações multinacionais do setor certamente não resultavam de acaso. A “capacidade técnica” exigida pelo Estado autoritário, que assumiu o poder no país em 1964, para a prospecção dos minérios somente era acessível aos grupos monopolistas do segmento mineral, que detinham capitais e tecnologias para tal.

Com efeito, a atividade mineral representou uma opção estratégica do governo ditatorial no sentido de “amoldar a sociedade brasileira às novas condições de acumulação mundial no período do pós-guerra”.²³¹ Nesse sentido, o setor de mineração foi considerado uma das peças fundamentais para o desenvolvimento nacional, tendo se estabelecido novas diretrizes para o melhor conhecimento do subsolo brasileiro.²³² A Exposição de motivos nº 391/64, do Ministério de Minas e Energia, que fixou as diretrizes gerais do novo governo para o setor mineiro no Brasil elegeu como objetivos fundamentais e prioritários “aproveitar intensa e imediatamente os recursos naturais conhecidos” e “ampliar a curto prazo o conhecimento do subsolo do país”.²³³

As providências para a operacionalização de tais diretrizes foram reunidas no Plano Mestre Decenal (1965-1974) e no novo Código de Minas, instituído pelo Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967. Além da elaboração destes dispositivos, outras medidas governamentais foram tomadas ante a urgência de se explorar os minérios descobertos, como a fundação, em 1970, da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) e a criação do Projeto Radares da Amazônia (RADAM),²³⁴ a concepção do programa de pós graduação e pesquisa em Geofísica na UFPA, em 1972 e a estruturação de um Núcleo de Ciências Geofísicas e Geológicas nesta instituição, em 1975.²³⁵ Tais iniciativas atendiam ao

²²⁹ LEAL, Aluizio Lins. *Amazônia: o aspecto político da questão mineral*. Belém: NAEA/UFPA, 1988.

²³⁰ Idem, *ibidem*, p. 144.

²³¹ Idem, *ibidem*.

²³² TEIXEIRA, BEISIEGEL, 2006, *op. cit.*

²³³ BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Exposição de Motivos nº 391, de 26 de junho de 1964. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3287251/pg-17-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-18-12-1972>>. Acesso em 19.06.2015.

²³⁴ Embora concebido no período de vigência do PQDAM, a operacionalização do Projeto RADAM se consolida durante a vigência do I PDA (1972-1974). Por esta razão, o programa será abordado em tópico específico no 3º capítulo desta tese.

²³⁵ Desenvolveram-se neste Núcleo, como principais campos de pesquisa os seguintes: Geologia Regional/Econômica, Sedimentologia, Petrologia, Hidrologia, Geofísica Aplicada, Propriedades Elétricas e

imperativo de produzir conhecimento mineralógico para subsidiar os empreendimentos mineradores.

No que concerne à Amazônia, o texto do 1º Plano Quinquenal de Desenvolvimento incorporou, de modo explícito, os objetivos de dinamizar as atividades minerais como parte constitutiva do processo de exploração dos recursos naturais da região para fins de desenvolvimento econômico.

A avaliação governamental expressa no PQDAM considerava, no entanto, que o Plano Decenal previa um programa por demais restrito para a Amazônia em face da potencialidade da região e da necessidade de melhor conhecer as reservas presumidas. Na definição dos Projetos Básicos, por exemplo, o documento relacionava apenas estanho em Rondônia, ouro no rio Tapajós e alumínio no Pará e no Amapá. Efetivamente, ambos os documentos, PQDAM e Plano Decenal, demonstravam lacunas e dúvidas em relação ao segmento mineral.

Os dispositivos legais criados no âmbito do Plano Mestre Decenal, refletido na Operação Amazônia, propiciaram as medidas necessárias à exploração dos bens minerais pelo grande capital, assegurando a separação entre a propriedade do solo e subsolo e criando obrigações de natureza tal que restringia exclusivamente aos grandes empreendedores o acesso ao conhecimento e à exploração dos minérios.²³⁶

Não por acaso, a divulgação das descobertas das duas extraordinárias ocorrências minerais na Amazônia – a província mineral dos Carajás e as jazidas de bauxita do Trombetas – na segunda metade dos anos 1960 por duas grandes corporações multinacionais do ramo da mineração se deu ao mesmo tempo em que diretrizes econômicas e jurídicas eram criadas para regulamentar a exploração mineral na região.²³⁷

Como a legislação limitava as áreas de pesquisa, as empresas trataram de assegurar a posse sobre a fonte da matéria prima solicitando diversas concessões em nome de seus diretores e funcionários, adotando a mesma prática contumaz dos empreendimentos agropecuários, como veremos adiante.

Em entrevista concedida a repórteres da revista Realidade nos idos de 1971, John Trimaine, superintendente da U. S. Steel que chefiava os trabalhos nas minas de Carajás explicava como a empresa burlou a legislação:

Magnéticas das Rochas, Geofísica Matemática, Prospecção Geoquímica, Geoquímica Analítica e Desenvolvimento de Instrumentação em Geofísica. Ademais, instalaram-se laboratórios de Petrografia/Minerografia, Sedimentologia, Geoquímica Isotópica, Inclusões Fluidas, Difração e Fluorescência de Raios X, Absorção Atômica, Hidrogeoquímica, Análises Químicas por Via Úmida, Desenvolvimento de Instrumentação Geofísica, entre outros. Tal investimento resultou do imperativo de qualificar força de trabalho para a atividade mineira (LEAL, 1988).

²³⁶ LEAL, 1988, p. 142, op. cit.

²³⁷ Idem, p. 138.

A lei brasileira só permitia que obtivéssemos 5.000 hectares de concessões (uma área de 5 por 10 quilômetros) e a jazida se estendia por 160.000 hectares. Então pedimos **uma** área em nome da nossa subsidiária brasileira, a Cia. Meridional de Mineração, e **31** em nome de diretores e velhos funcionários da empresa. O governo brasileiro parece que ficou espantado com a quantidade de pedidos e só deu a concessão dos 5.000 hectares da Meridional, mantendo em estudo os outros 31 pedidos.²³⁸

As negociações entre o governo e a multinacional do aço duraram dois anos. Nesse ínterim, setores do Ministério de Minas e Energia manifestaram-se favoráveis à ampliação dos limites das áreas de concessões de jazidas, pois achavam difícil estimular as companhias a se interessarem por elas mantendo os limites existentes. Como resultado das negociações e dessas ideias: “[...] o governo mudou a lei, ampliando a área-limite da concessão de 5.000 para 50.000 hectares e permitindo à companhia ter uma subsidiária com mais 30.000 hectares. Total para a U.S.Steel: 80.000 hectares.”²³⁹

Diante da dimensão territorial dos pedidos de licença de exploração feitos pela U.S.Steel na região sudeste do Pará, o Ministério de Minas e Energia, por meio da empresa de mineração estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) também requereu autorização para explorar as jazidas de Carajás.²⁴⁰ O governo cedeu a ambas as companhias o direito de prospecção em 1969.²⁴¹ No ano seguinte, a CVRD e a U.S.Steel formaram uma sociedade, estabelecendo uma empresa em conjunto para desenvolver e explorar o minério de ferro de

²³⁸ *Realidade*, ano VI, n. 67, Especial “Amazônia”. [São Paulo]: Ed. Abril, out. 1971, p. 180. Grifo nosso. A Revista *Realidade* foi lançada em abril de 1966, pela Editora Abril, com a proposta de abordar uma variedade de assuntos, como ciência, política, sexualidade, religião, comportamento etc. Usava o formato de grandes reportagens, produzidas a partir de diferentes perspectivas analíticas, para ilustrar temas de interesse nacional. Em outubro de 1971 publicou número especial sobre a Amazônia. Segundo escreveu seu editor Victor Civita, na Carta ao Leitor, o volume era o resultado de cinco meses de viagens pela Amazônia, feitos “com a maior equipe e o maior orçamento para a cobertura de um único assunto em toda a história da revista”. O objetivo era “informar corretamente” a opinião pública brasileira sobre a “última grande reserva natural do planeta” e documentar o momento “extraordinário” que a região vivia, assinalado pela instalação de grandes fazendas de gado, pela abertura de extensas rodovias, pela execução de programas de colonização e pela “corrida” aos minérios (REALIDADE, 1971, p. 1). Com a instauração do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968, a linha editorial da revista foi alvo de censura. Sua última edição foi publicada em março de 1976. Uma síntese analítica da história da revista se encontra em: TORRES, Fernando Marcondes de. *Revista Realidade (1966-1976): modelo de reportagem transitório entre as revistas ilustradas e de informação. Acta Científica - Ciências Humanas*. Vol, 2, n 9, 2º semestre, 2005, p. 39-55.

²³⁹ *Idem*, *ibidem*.

²⁴⁰ A CVRD foi instituída por força do Decreto Lei nº 4.352, de 1º de junho de 1942, destinando-se à “exploração, comércio, transporte e exportação do minério de ferro das minas de Itabira, e exploração do tráfego da Estrada de Ferro Vitória-Minas” (BRASIL, 1942). Segundo Leal (1988), sua criação resultou de uma conjuntura política habilmente aproveitada pelo então presidente Getúlio Vargas durante a Segunda Guerra Mundial. Em troca da obrigatoriedade de fornecimento de minério de ferro aos aliados, ele obteve recursos, através da assinatura do Acordo de Washington para a implantação da Companhia. As operações da empresa concentravam-se em torno das jazidas de ferro de Minas Gerais, particularmente na região de Itabira.

²⁴¹ SANTOS, 1983, op. cit.

Carajás, a Amazônia Mineração (AMZA). O governo emitiu vários decretos em 1974, autorizando as operações de mineração.²⁴²

Assim como ocorreu com a U.S.Steel em relação ao ferro de Carajás, após a descoberta das jazidas de bauxita em Trombetas, a ALCAN também se dispôs à sua exploração imediata.²⁴³ Ainda em 1967 ela constituiu a sociedade anônima Mineração Rio do Norte (MRN), iniciando os trabalhos para um projeto de lavra e em janeiro de 1970 obtinha os dois primeiros decretos de lavra para uma área de 5 mil hectares e uma reserva de 500 milhões de toneladas de bauxita.²⁴⁴

Ao mesmo tempo, sob alegação de diversificar as atividades mineradoras da CVRD, em junho de 1971 o governo criou a Rio Doce Geologia e Mineração S/A (DOCEGEO), a qual exerceu um papel substancial na produção de conhecimento mineralógico da Amazônia, com base em atividades de prospecção e pesquisa mineral.²⁴⁵

Estava dada a largada, pois, para que grandes corporações detentoras de capital e tecnologia explorassem as jazidas minerais encontradas nos subsolos amazônicos. O solo foi rasgado para a extração de bauxita, cassiterita, estanho, ouro, manganês e, sobretudo, ferro, muito ferro. Matérias primas de importância capital para a produção industrial contemporânea, portanto, para a acumulação capitalista, mas sem nenhuma utilidade para os povos que secularmente ocupavam esses territórios.

A área sobrevoada pelas equipes da U.S.Steel, que culminou na descoberta das jazidas de ferro na Serra de Carajás, era até então coberta por uma floresta ininterrupta a oeste dos rios Araguaia e Tocantins, no sul do Pará, habitada apenas ocasionalmente por pequenos grupos de índios Kayapó e atravessada, eventualmente, por expedições de coletores de castanha-do-pará, que vinham do rio Itacaiúnas, de Marabá, distante mais de 150 quilômetros.²⁴⁶

A exploração posterior em escala das jazidas minerais existentes na Amazônia, sob os auspícios do planejamento governamental, teve profundas implicações sobre a natureza e as

²⁴² COELHO, MONTEIRO, 2007, op. cit. Tais operações, após iniciadas, culminaram com a criação do Programa Grande Carajás, em 1980, a ser abordado no 5º capítulo desta tese.

²⁴³ LEAL, 1988, p. 185, op. cit.

²⁴⁴ PINTO, 1977, op. cit.

²⁴⁵ LEAL, 1988, op. cit. Com efeito, segundo o geólogo Breno dos Santos (1984), até 1983 as atividades da DOCEGEO resultaram no levantamento de diversos depósitos de bauxita, cobre, níquel, estanho, tungstênio, ouro, caulim, calcário e quartzito.

²⁴⁶ BUNKER, Stephen. Da castanha-do-pará ao ferro: os múltiplos impactos dos projetos de mineração na Amazônia brasileira. In: *Mineração e Reestruturação espacial da Amazônia*. In: COELHO, Maria Célia Nunes; MONTEIRO, Maurílio de Abreu (Orgs.). Belém: NAEA, 2007, p. 105-140.

populações regionais. Os desdobramentos sociais e ambientais desse processo, no que tange à questão mineral, serão abordados nos capítulos subsequentes.

2.3.2 Os incentivos fiscais ou “vende-se um Estado rico”

Terra virgem. Terra que precisa ser possuída. Agora. Urgente. Terra que dá arroz, algodão, soja, feijão, milho e tudo mais. Terra que é veio sem fim de amianto, níquel, ouro, diamante, cristal de rocha, manganês, mica – minérios que todo mundo está de olho neles. Terra que engorda gado bom o ano inteiro. Terra pra você trabalhar toda a vida e ganhar sempre. Trabalhar, ganhar e viver no conforto. Quem busca lucro e paz, o negócio agora é Goiás. Matéria prima farta. Mão de obra barata. Energia elétrica à vontade. Estradas asfaltadas. Crédito fácil e a longo prazo. [...] Mercado de consumo em expansão crescente. Incentivos de toda ordem dos governos Federal, Estadual e Municipal. Você que é pecuarista, industrial, agricultor e comerciante saiba: Goiás se oferece a você com muito amor e riqueza. Venha para cá, com armas e bagagem. Traga seu capital e sua técnica pra ganhar bons lucros. Compre este Estado e ajude o Brasil a crescer nas mãos do Presidente Médici, que também preferiu morar no Planalto.²⁴⁷

Usando o tom peculiar das propagandas de liquidação das grandes redes comerciais, esta propaganda do governo do Estado de Goiás, veiculada em edição especial da Revista Realidade, em outubro de 1971, é reveladora da mentalidade governamental em relação à Amazônia no contexto de vigência do PQDAM. De fato, o anúncio exprime com nitidez a opção pelo grande investidor, com destaque para os recursos naturais, assinalados como vantagens colocadas à disposição dos interessados.

Essa visão governamental acerca das possibilidades de aproveitamento do mundo natural amazônico refletiu-se nas formas de ocupação e apropriação das terras. Com efeito, um fator essencial para se compreender as estratégias de ação do Estado no que tange ao ambiente amazônico expressas no PQDAM e nos planos subsequentes diz respeito à concepção estatal acerca do papel do setor privado na promoção do desenvolvimento regional. De acordo com as diretrizes do PQDAM o desenvolvimento da Amazônia somente poderia ser construído em curto prazo, por meio da atuação decisiva do poder público no sentido de romper os obstáculos à sua realização e de promover, concomitantemente, a “mobilização de empresários capazes de multiplicar empreendimentos sob os riscos e vantagens da iniciativa privada”.²⁴⁸ Desse modo, caberia ao poder público atrair capital à região através de mecanismos monetários e fiscais apropriados e também estabelecer a infraestrutura necessária aos investimentos.

²⁴⁷ *Realidade*, ano VI, n. 67, Especial “Amazônia”. [São Paulo]: Ed. Abril, out. 1971, p. 232.

²⁴⁸ SUDAM. 1º Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Amazônia (1967-1971). Belém: SUDAM, 1967, p. 48.

A habilidade de atrair a iniciativa privada para atuar na Amazônia foi considerada como uma importante estratégia do Estado na promoção do desenvolvimento regional, conforme expresso no excerto abaixo, registrado no PQDAM:

Embora possa a SUDAM assumir iniciativas de pioneirismo econômico, em áreas essenciais onde a empresa privada se mostre hesitante, o êxito dos programas dependerá, em última instância, da possibilidade de atrair empresários capazes de dar continuidade e base econômica aos novos projetos. A capacidade de absorção dos recursos para investimento em empreendimentos privados de alto valor social e econômico será o fator decisivo para o cumprimento dos objetivos do Plano de Desenvolvimento da Amazônia.²⁴⁹

Como iniciativas para atrair o empresariado o texto do PQDAM propunha o financiamento da elaboração de programas e projetos para novos empreendimentos, concomitantemente à mobilização de interessados locais ou de outras regiões para a sua execução, bem como a concessão de vantagens fiscais e estímulos creditícios a projetos particulares.

O mecanismo central da agenda de desenvolvimento para o período foi a política de incentivos fiscais, proposta pela Operação Amazônia e, por conseguinte, pelo PQDAM, como um instrumento estratégico para atrair o setor privado para a região. A operacionalização deste mecanismo foi responsável pela apropriação de grandes extensões de terras da Amazônia e, conseqüentemente, pela derrubada de enormes áreas de floresta, pela concentração fundiária e pela eclosão de conflitos no campo.

A política de incentivos fiscais aplicada à região amazônica foi regulamentada pela Lei nº 5174, de 27 de outubro de 1966, no bojo da Operação Amazônia. De acordo com o Artigo 7º todas as pessoas jurídicas registradas no país poderiam deduzir no imposto de renda e seus adicionais “até 50% do valor do imposto devido para inversão em projetos agrícolas, pecuários, industriais, de agricultura e de serviços básicos que a SUDAM declare, para os fins expressos neste artigo, de interesse para o desenvolvimento da Amazônia”.²⁵⁰ O dispositivo legal destacava o “reconhecimento de maior prioridade a projetos que estimulem a ocupação territorial da Amazônia e o mais intenso aproveitamento de mão de obra e matérias primas regionais”.²⁵¹ Nestes termos, o mecanismo priorizou projetos industriais, agrícolas e pecuários.

O caráter preferencial atribuído a tais atividades foi reiterado pelo Decreto nº 60.079, de 16 de janeiro de 1967, que aprovou e instituiu o Regulamento Geral do PQDAM, o qual

²⁴⁹Idem, Ibidem.

²⁵⁰BRASIL. Lei nº 5.174, de 27 de outubro de 1966. Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da região amazônica e dá outras providências.

²⁵¹Idem.

estabelecia a dedução de até 50% do Imposto de Renda das pessoas jurídicas residentes no país na seguinte ordem:

A primeira prioridade será reservada entre os empreendimentos agrícolas, pecuários, industriais ou de serviços básicos como definidos neste Regulamento, levando em conta uma ou mais das seguintes circunstâncias: promoção de maior ocupação no sentido social e econômico da área amazônica; intensivo aproveitamento de mão-de-obra local ao nível de programas, sem prejuízo da utilização da tecnologia mais adequada a cada projeto; aproveitamento das matérias-primas da Região na produção de bens e serviços tanto destinados à substituição de importações nacionais ou estrangeiras quanto à exportação para mercados extra-regionais.²⁵²

Por sua vez, a aplicação dos recursos do Fundo de Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia (FIDAM),²⁵³ destinado ao financiamento da iniciativa privada e operado pelo BASA, também definiu como investimentos prioritários ao desenvolvimento da região, portanto passíveis de acessar aquele Fundo, pesquisas visando o aproveitamento dos recursos naturais e agrícolas bem como a elaboração de projetos industriais decorrentes de “resultados positivos” destas pesquisas.²⁵⁴

De acordo com o Artigo 49 do Decreto 60079, foram considerados como empreendimentos econômicos de interesse para o desenvolvimento da Amazônia os voltados à produção extrativa mineral; produção extrativa vegetal; produção agrícola; produção pecuária; produção pesqueira e produção industrial, além de serviços básicos.²⁵⁵ Os dispositivos legais supramencionados, ao propiciarem os recursos e isenção de impostos para as atividades produtivas em questão, fomentaram um intenso processo de apropriação do ambiente amazônico, iniciando pela concessão de terras.

Por ocasião da 9ª reunião do Conselho Deliberativo da SUDAM, em 1968, o superintendente do órgão João Walter Andrade explicitava a legislação de incentivos e indicava seus maiores destinatários. Segundo ele, o maior volume dos incentivos fiscais procedia de São Paulo, “onde se localiza a maior concentração empresarial do Brasil”.²⁵⁶ Para o gestor da SUDAM os “empresários sulistas” atraídos para a Amazônia estavam fazendo jus à tradição de seus antepassados, os bandeirantes, que com “bravura e ousadia”, dilataram as fronteiras territoriais do país.²⁵⁷

²⁵² SUDAM. *Operação Amazônia*: Legislação Básica nº 2. SUDAM: Belém, 1968a, p. 91.

²⁵³ O FIDAM foi instituído pelo Artigo 45 da Lei 5.173, de 27 de outubro de 1966 e regulamentado pelo Decreto nº 60.079, de 16 de janeiro de 1967.

²⁵⁴ SUDM, op. cit., 1968a, p. 77-78.

²⁵⁵ Tais serviços compreendiam os relativos à energia, comunicações urbanas e/ou interurbanas, à colonização, ao turismo, à educação, à saúde pública e aos serviços de transporte.

²⁵⁶ ANDRADE, João Walter. SUDAM: Atividades de 1968. Manaus: SUDAM [Discurso proferido pelo superintendente por ocasião da 9ª reunião do Conselho Deliberativo da SUDAM].

²⁵⁷ Idem, ibidem.

A fala do superintendente revela, assim, a arrancada do processo de ocupação econômica das terras das amazônicas na perspectiva da abertura de “modernos estabelecimentos agropecuários na Amazônia”, sob a égide governamental. O rastro de destruição ambiental deixado no processo de “modernização” do sudeste do país, que marcou a Mata Atlântica a “ferro e fogo”, conforme documentado por Warren Dean,²⁵⁸ sequer era mencionado. O processo de apropriação de vastas extensões de terras com densa cobertura vegetal resultou, pois, de uma política de Estado empenhada em garantir à iniciativa privada e à esfera empresarial a exploração dos recursos naturais da região.

2.3.3 Antecedentes: a Fundação Brasil Central e a rodovia Belém-Brasília

Até meados do século XX, os diversos modos de ocupação efetuados na Amazônia ao longo de séculos pouco modificaram os domínios da floresta. A terra não tinha valor como mercadoria e a economia regional sustentava-se no extrativismo da borracha e da castanha e/ou na exploração do caucho, praticados, de modo geral, em extensas áreas de terras devolutas, conhecidas como “terras livres” ou “terras do município”.²⁵⁹ Num contexto em que ela não constituía um bem escasso ou passível de comercialização com alta margem de lucro, a posse do capital e dos meios e canais de comercialização dos produtos extrativos sobrepujavam a questão da posse da terra, tornando mais conveniente economicamente a atividade comercial em vez da formação de latifúndios.²⁶⁰

Em termos gerais, conforme avaliado por Roberto Santos, a propriedade da terra no setor rural da região não constituía um “instituto totalmente enquadrável na categoria ocidental de propriedade”.²⁶¹ Em geral, eram terras devolutas, ocupadas por posseiros ou por populações indígenas. De acordo com essa perspectiva analítica, endossada por Oliveira Filho, as terras dos seringais, por exemplo, não estavam incorporadas às relações econômicas

²⁵⁸ DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

²⁵⁹ Tais expressões eram usadas para se referir a extensões de terra devoluta de livre acesso à extração de borracha ou castanha, como na região dos rios Itacaiúnas e Tocantins, no sudeste paraense, pelo menos até o final do primeiro quartel do novecentos, conforme documentado por Velho (1981). Emblematicamente, no contexto das políticas desenvolvimentistas estatais a partir dos anos 60, nesta área vai ocorrer uma grande concentração de projetos agropecuários e mineradores, provocando a concentração fundiária e a expropriação das populações locais em grande escala.

²⁶⁰ VELHO, Otávio Guilherme. *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária: Estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

²⁶¹ SANTOS, Roberto. *Direito e mudança social: o problema da terra na Amazônia brasileira*. Belém: UFPA, 1981.

como meios de produção.²⁶² O valor do seringal não consistia, pois, nas terras que abrangia, mas na sua capacidade de produção de borracha.²⁶³ A abundância de “terras livres” inviabilizava, naquele contexto, a rentabilidade econômica de latifúndios agropecuários.

A grande propriedade agrária que passa a se estruturar na região a partir de meados do novecentos resultou de um processo de incorporação das terras amazônicas aos mercados motivada, em princípio, por dois fatores apontados pela historiografia: as ações da Fundação Brasil Central (FBC), criada pelo Decreto Lei nº 5878, de 4 de outubro de 1943, com o objetivo de “desbravar” e colonizar a região central do Brasil, particularmente as zonas compreendidas entre os rios Araguaia e Xingu, e a abertura da rodovia Belém-Brasília, na segunda metade da década de 1950.²⁶⁴

A FBC operacionalizou sua meta de promover o acesso aos interiores do país, por meio da Expedição Roncador Xingu, enviada para “abrir uma trilha por *terras inexploradas*, partindo do alto Araguaia, seguindo em direção ao noroeste até o Xingu e, em seguida, até o Tapajós”, num empreendimento liderado pelos irmãos Villas Bôas.²⁶⁵ O ponto de partida da expedição foi São Paulo, com base na cidade de Barra do Garça, no Estado de Goiás, passando pela Serra do Roncador, Rio das Mortes, chegando à parte paraense do Vale do Araguaia e indo até Manaus.²⁶⁶

Para cumprir seus objetivos, a Fundação passou a contar com vastas áreas de terras dos Estados do Amazonas, Pará, Mato Grosso e Goiás, que foram incorporadas ao seu patrimônio para serem distribuídas. Na parte paraense do vale do Araguaia, por exemplo, o órgão distribuiu a colonos, sobretudo do sudeste brasileiro, uma área total de 151.000 ha, divididos em lotes de 3.000 ha.²⁶⁷

²⁶² OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica do século XIX. In: SILVEIRA, Ênio. (Org.). *Encontros com a civilização brasileira*, nº 11. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 101-140.

²⁶³ De acordo com Marcionila Fernandes (1999), após o declínio da economia gomífera estas terras não foram absorvidas por outros processos econômicos, tendo sido, em geral, abandonadas ou incorporadas ao processo produtivo por meio de uma agricultura camponesa de subsistência.

²⁶⁴ De acordo com Hemming (2011), a estrada barateou o custo do estabelecimento de migrantes na região, tornou mais fáceis suas viagens para o resto do Brasil e, sobretudo, mais econômico o transporte de seus produtos agrícolas e animais para o mercado.

²⁶⁵ HEMMING, John. *Árvore de rios: a história da Amazônia*. São Paulo: Editora SENAC, 2011, p. 370. Grifo nosso. Para uma abordagem histórica mais profunda acerca da Fundação Brasil Central, consultar MAIA, João Marcelo Ehlert. As ideias que fazem o Estado andar: imaginação espacial, pensamento brasileiro e território no Brasil Central. *DADOS – REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS*. Rio de Janeiro, vol. 43, n. 3, 2010, p. 621-655; MACIEL, Dulce Portilho. Estado e território no Centro-Oeste brasileiro (1943-1967). Fundação Brasil Central (FBC): a instituição e inserção regional no contexto sociocultural e econômico nacional. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, jul. 2011.

²⁶⁶ FERNANDES, Marcionila. *Donos de Terras: trajetórias da União Democrática Ruralista-UDR*. Belém: NAEA/UFPA, 1999.

²⁶⁷ Idem.

Segundo os estudos de Marcionila Fernandes, as terras distribuídas pela FBC no Araguaia paraense não foram ocupadas de fato naquele contexto, constituindo-se tão somente a sua propriedade jurídica. A pretendida colonização a ser efetuada pela instituição não se efetivou, ficando as terras por muito tempo abandonadas. No entanto, as apropriações juridicamente formalizadas foram mantidas pelo Estado do Pará que, em 1961, cancelou a doação que fizera anteriormente à FBC. A partir de então criou-se um imbróglcio sobre a questão pois alguns colonos, considerando tais terras como efetivamente suas, resolveram vendê-las, gerando uma sobreposição de direito jurídico da posse da terra.²⁶⁸

Por outro lado, a divulgação das “potencialidades” das terras do Araguaia, no contexto da ação “desbravadora” da FBC teria atraído para aquela região empreendedores paulistas de tradição oligárquica e segmentos fortemente ligados aos setores urbano-industriais.²⁶⁹ Um dos primeiros a aportar na região foi João Lanari do Val, descendente das oligarquias cafeeiras de São Paulo, industrial do setor automobilístico e pioneiro na apropriação de terras no Paraná, que se apropriou do equivalente a 760.000 hectares de terras situadas no município de Conceição do Araguaia.

Uma parte daquelas terras entrou no mercado, sendo vendida a outros empresários paulistas interessados em “investir” na região. Outros grupos prosseguiram se apropriando de grandes extensões de terra em todo o vale do Araguaia. Alguns se instalaram no norte de Mato Grosso, como o grupo Ometto e Riva.²⁷⁰ Marcionila Fernandes assinala que “coincidentemente” os “desbravadores” começaram a ocupar a Amazônia do mesmo ponto que partiu a Fundação Brasil Central: Barra do Garça, Serra do Roncador, rio das Mortes etc. Significativamente, as primeiras grandes propriedades pós 1960 surgem nestas áreas e na parte do vale do Araguaia que atinge o Estado do Mato Grosso.²⁷¹

No entanto, a região do Araguaia mato-grossense, território ancestral de diversos povos indígenas, vinha sendo ocupada, desde 1945, por posseiros, oriundos de Minas Gerais, Goiás e de estados nordestinos. Foram se instalando, em geral, nas margens dos rios, onde surgiram povoados, chamados de “patrimônios”. Com a chegada dos grandes fazendeiros do Centro-Sul a partir da década de 60, estimulada e ampliada pelas políticas públicas da SUDAM, desencadeadas pela Operação Amazônia, em pouco tempo a região se tornou palco de

²⁶⁸ Idem, *ibidem*.

²⁶⁹ Para Marcionila Fernandes, não eram banais as relações existentes entre os engenheiros civis que participaram da Expedição Roncador-Xingu com os sujeitos que vieram a ser proprietários naquela área.

²⁷⁰ Fernandes, 1999, *op. cit.*

²⁷¹ Idem, *ibidem*.

inúmeros conflitos entre índios, posseiros, grileiros e fazendeiros, como de resto, em praticamente toda a Amazônia Legal.²⁷²

Por sua vez, a abertura da rodovia Belém-Brasília no limiar da década de 1960, também representou um importante componente do processo de ocupação da região e da inserção das terras amazônicas nos mercados. Sua construção foi programada no sistema de viação previsto pela Lei nº 1.806/1953, sendo considerada pelo governo federal um “formidável tentáculo de integração do Vale Amazônico ao patrimônio nacional”.²⁷³ O relatório do exercício de 1966 da Comissão Especial da Rodovia Belém-Brasília (RODOBRÁS) assim descrevia as expectativas em torno daquela via:

Fator extraordinário de colonização, pela ocupação efetiva de suas adjacências, essa estrada em sua imensa jornada, abre novos horizontes para a Nação, quer no sentido de preservar sua posse e domínio real para a comunidade brasileira, quer sob o aspecto de possibilitar a exploração das imensas riquezas minerais e florestais, imersas até hoje em lamentável e quase total desconhecimento.²⁷⁴

Mais do que o estabelecimento de uma rota, a construção da Belém-Brasília, cortando uma região de floresta densa, a vitória dos humanos sobre a natureza e seus atributos restritivos ao progresso, comum nos discursos de ocupação territorial e expansão da fronteira durante as décadas de 1940 e 1950.²⁷⁵ O traçado rodoviário marcava, assim, a conquista de um território tido como intransponível.²⁷⁶

Ao abrir caminhos a um território historicamente almejado, a construção da rodovia trouxe a reboque grandes contingentes migratórios, expulsos pelos processos de concentração fundiária em seus Estados de origem, em busca de terras. A estrada, muitas vezes, cruzava os cerrados naturais, no território entre os rios Tocantins e Araguaia, tornando acessível uma região propícia para a agricultura e a pecuária.²⁷⁷ Atravessava, ainda, as regiões dos rios Gurupi e Capim. As terras ao longo de suas margens se valorizaram e nelas se instalaram agentes econômicos do Sul e Centro-Oeste do país, os chamados “pioneiros”, em terras do

²⁷² Este processo é discutido no terceiro capítulo da tese.

²⁷³ CAVALCANTI, Mário Barros de. *Da SPVEA à SUDAM (1964-1967)*. Belém: SUDAM, 1967.

²⁷⁴ Idem, p. 461.

²⁷⁵ SILVA, Sandro Dutra e. No caminho, um jatobá: enfrentamento e devastação da natureza na conquista do “último oeste”. In: FRANCO, José Luiz de Andrade; SILVA, Sandro Dutra e; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão (Org.). *História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 147-187. Neste ensaio, a partir das apropriações discursivas da morte do engenheiro Bernardo Sayão, vitimado pela queda de um jatobá, às vésperas da conclusão da rodovia, o autor recupera as representações de enfrentamento com a natureza presentes no ideário da expansão das fronteiras territoriais no Brasil.

²⁷⁶ Idem, *ibidem*.

²⁷⁷ HEMMING, 2011, *op. cit.*

município de São Domingos do Capim, que vieram a constituir, posteriormente, o município de Paragominas.

Neste processo, expulsaram agricultores das mais diversas origens que penetraram pela pista, logo em seguida à abertura e se instalaram nas matas adjacentes, bem como posseiros antigos que tinham roças na área, conforme constatado pelos geógrafos Orlando Valverde e Catarina Vergolino Dias em pesquisas de campo naquela região nos anos 1960.²⁷⁸

Entre os diversos empreendimentos capitalistas que já se encontravam instalados na Amazônia antes dos incentivos fiscais era possível encontrar projetos voltados à exploração e exportação de madeiras, especialmente mogno, sediados sobretudo na região das ilhas, nos municípios paraenses de Breves e Portel e em áreas férteis em recursos madeireiros no Território Federal do Amapá.²⁷⁹

Entre estes se destacam a Companhia Amazonas de Madeiras e Laminados, subsidiária da Georgia Pacific Co., de Portland, EUA; a Brumasa (Bruynzeel Madeiras S. A.), da Holanda, a Superfine Madeiras S/A, subsidiária da Toyomenka, do Japão, e um americano, Robie Hollie Mc Glown, que passou a especular com terras na área. A extensão média destes empreendimentos não era inferior a 300 mil hectares e eles formavam, em 1967, um cinturão de aproximadamente 1.500.000 hectares no delta do Amazonas.²⁸⁰ Precisamente nesta região surgiu um dos maiores latifúndios do país, engendrado num processo de açambarcamento de terras devolutas envolvendo diversas formas de aquisição, eivado de irregularidades, e que em 1966 estava sendo regularizado para se tornar o Projeto Jari Florestal e Agropecuária Ltda., do magnata americano Daniel Keith Ludwig, caso emblemático do *modus operandi* da apropriação de terras na Amazônia, cuja abordagem será retomada adiante.²⁸¹

O processo de apropriação de terras amazônicas foi objeto de investigação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, instalada em 1968 no Congresso Nacional. A instauração da Comissão foi motivada oficialmente pelo fenômeno, registrado desde os anos 50 e intensificado a partir de 1966, do “interesse de pessoas ou grupos estrangeiros na compra de grandes áreas no interior brasileiro”.²⁸² Tais estrangeiros seriam, principalmente,

²⁷⁸ VALVERDE, Orlando; DIAS, Catharina Vergolino. *A rodovia Belém-Brasília – Estudo de Geografia Regional*. Rio de Janeiro: Serviços Gráficos do IBGE, 1967.

²⁷⁹ LEAL, Aluizio Lins. *Amazônia: o aspecto político da questão mineral*. Dissertação de Mestrado (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos). Belém, 1988, 311 fls.

²⁸⁰ Idem.

²⁸¹ A respeito das controvérsias envolvendo as dimensões do Projeto Jari vide: PINTO, Lúcio Flávio. Terras da Jari. In: _____. *Amazônia: no rastro do saque*. São Paulo: Hucitec, 1980, p. 111-113; GARRIDO FILHA, Irene. O Projeto Jari: revoltante desafio à nação. In: *Amazônia Brasileira em Foco*, nº 13, 1979/1980, p. 56-80.

²⁸² VELOSO, Haroldo (Relator). Relatório da Venda de Terras na Amazônia. Brasília, 3 de junho de 1968. In: CNDDA. *Revista A Amazônia Brasileira em foco*. Rio de Janeiro: CNDDA, nº 2, p. 29-51, 1968.

norte-americanos, interessados na aquisição de terras no interior da Bahia, norte de Goiás e região amazônica em geral.

A história do americano Robin Hollie Mc Glohn, denunciado na CPI por possuir grandes extensões de terras, que adquiria a 2 cruzeiros o hectare e vendia a 16, com lucro de 700%, é emblemática desse processo. Mc Glohn teria chegado na Amazônia com a incumbência de organizar a produção nos seringais do alto Tapajós para suprir a cota de borracha natural prometida pelos brasileiros aos aliados, na Segunda Guerra. Ficou e ao longo dos anos acumulou terras. No fim da década de 50 tinha cerca de 1 milhão de hectares na região e uma companhia madeireira. No fim de 1966 vendeu sua empresa à madeireira Georgia Pacific por 2 milhões de dólares e pensou em aposentar-se, mas resolveu “fazer outra firma”. E resolveu também voltar a vender terras: “fizeram um grande barulho porque eu tinha tanta terra. Está bem! Eu tenho 300.000 hectares e qual é o problema? Posso levá-los para os Estados Unidos?”.²⁸³

Além das transações entre pessoas e grupos nacionais, a Comissão constatou, portanto, transações envolvendo estrangeiros, ambas efetuadas por meios ilícitos como a grilagem e extrapolando várias vezes as dimensões permitidas pela legislação brasileira. De acordo com o “Relatório da Venda de Terras”, os membros da CPI identificaram entre os principais interesses envolvidos na aquisição das terras em exame, além da evidente especulação imobiliária, atividades agropecuárias, indústria madeireira e prospecção de minérios.²⁸⁴

O relatório supracitado concluía que a concentração maior de terras comercializadas situava-se em dois pontos: no Estado do Pará e Território do Amapá, “contornando a bôca do Rio Amazonas, a tradicional e ainda principal via de acesso a tôda a região” e, no traçado que “acompanha o rio Gurupi, abrangendo os municípios maranhenses de Turiaçu e Carutapera e o paraense de Vizeu”, prosseguindo pelo município paraense de Paragominas, na entrada da rodovia Belém-Brasília.²⁸⁵ Esse traçado continuava em seguida pelos municípios goianos de Araguatins, Tocantinópolis e Ponta Alta do Norte, penetrando em seguida no Estado da Bahia.²⁸⁶ Aparentemente os trabalhos da Comissão não resultaram em medidas inibidoras das transações ilegais de propriedades, nem contiveram a apropriação das terras por grupos econômicos, o que foi incentivado pela legislação de incentivos fomentada pela Operação Amazônia.

²⁸³ *Realidade*, op. cit., p. 187.

²⁸⁴ VELOSO, op. cit., 1968.

²⁸⁵ *Idem*.

²⁸⁶ *Idem*.

O processo de privatização das terras amazônicas se dava por meio fraudulento, mesmo quando, da parte do comprador, a transação era legal. Pois as áreas eram vendidas antes de serem requeridas ao Estado e, para burlar as normas jurídicas restritivas do tamanho das glebas, usava-se o artifício de requisitar lotes de forma parcelada em nome de parentes, amigos e empregados. Tais ações foram corriqueiras na formação de grandes propriedades na região do vale do Araguaia, que abrange terras dos Estados de Mato Grosso, Goiás, atualmente Tocantins, Maranhão e Pará.²⁸⁷ E se intensificaram sobremaneira com a política de concessão de incentivos fiscais, proposta pela Operação Amazônia, a partir de 1966, repercutindo por toda a Amazônia Legal.

A incorporação de extensas áreas amazônicas ao mercado de terras desconsiderava as formas preexistentes de apossamento. Com efeito, a maior parte das terras demandadas por grupos econômicos já estavam ocupadas por povos indígenas, ribeirinhos, seringueiros e/ou castanheiros e pequenos camponeses. Não constituíam, portanto, espaços vazios, tal como se apregoava nos discursos oficiais. A existência dessa diversidade social regional, associada ao fluxo de pequenos migrantes continuamente deslocados em busca de terras, atraídos pelo acesso aberto à região pelas estradas, gerou diversos desdobramentos sociais, em especial no que tange ao acesso e a posse da terra, geralmente marcados por conflitos, potencializados nos anos 70, como se demonstrará no capítulo seguinte.

Basicamente todos os grupos econômicos instalados na região no período anterior a 1966, quando foi instaurada a Operação Amazônia, passaram a ter acesso aos benefícios dos incentivos fiscais. Entre 1966 e 1970 foram aprovados 33 projetos agropecuários somente na região do vale do Araguaia paraense.²⁸⁸ Em sua quase totalidade eles foram apresentados por grupos que ocuparam terras entre 1958 e 1963. É oportuno registrar, inclusive, a participação dos novos proprietários das terras do vale do Araguaia na 1ª Reunião de Incentivos ao Desenvolvimento da Amazônia, cuja pauta, entre outras questões, incluía a discussão da legislação sobre os incentivos fiscais na região.²⁸⁹

²⁸⁷ FERNANDES, 1999, op. cit. A trajetória de uma destas famílias, a Lunardelli, é analisada em: MORENO, Ariane Angélica. *Trajetória das famílias do Oeste Paulista que expandiram seus negócios para a Amazônia: a família Lunardelli no Norte do Paraná e Sul do Pará*. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos / UFPA. Belém, 2012, 115 fls.

²⁸⁸ Fernandes, 1999, op. cit.

²⁸⁹ A família de Iris Meimberg, presidente da Confederação Nacional da Agricultura, uma das patrocinadoras da Reunião, já havia feito a aquisição de grandes extensões de terras no Estado do Pará desde 1962, em área de influência da rodovia Belém-Brasília, no município de São Domingos do Capim, nos lugares denominados Matá-Matá, Jabuti Maior e Santo Antônio do Paruru, que formaram a Agropecuária Paraporã S/A. (FERNANDES, 1999). Esta veio a ser beneficiária de incentivos fiscais da SUDAM na década de 70.

2.3.4 A “mercadorização” do ambiente na Amazônia

Conforme se demonstrou acima, desde os anos 1950 estava em curso, ainda que de modo incipiente, um processo de apropriação monopolista das terras amazônicas, no qual, a princípio, empresários vinham investindo capital próprio em fazendas de criação de gado. Por sua vez, a Operação Amazônia, especialmente por meio do mecanismo de incentivos fiscais, representou uma arrancada no processo de ocupação da região por meio da grande propriedade, subsidiada pelo Estado. Sob a égide do planejamento do desenvolvimento, a Operação Amazônia e seus instrumentos de ação como o PQDAM, explicitavam a decisão do Estado em garantir à iniciativa privada e à esfera empresarial a exploração dos recursos naturais amazônicos, a começar pelas terras, potencialmente estratégicas do ponto de vista econômico, tanto pela densa cobertura vegetal, fonte de madeira, quanto pelo solo, considerado propício às atividades agrícolas e pecuárias ou pelo subsolo, portador de minérios.

As significativas facilidades concedidas pelo Estado nacional por meio dos incentivos fiscais representaram um expressivo acréscimo dos domínios territoriais dos grupos econômicos que já dispunham de propriedades na Amazônia bem como ampliaram significativamente a incorporação das terras amazônicas ao mercado. Como já mencionamos, a atividade agropecuária foi considerada prioritária pela Operação Amazônia.

O financiamento subsidiado de empresas de criação de gado na fronteira agrícola amazônica resultou, em parte, da influência exercida por um grupo de empresários que acorreram para a Amazônia em busca de novas fontes de rentabilidade, desde o início da ocupação econômica da região em meados dos anos 60, e que se organizaram em defesa de seus interesses corporativos. Em 25 de maio de 1968, os novos “donos de terras” fundaram a Associação dos Empresários da Amazônia (AEA), com sede em São Paulo. Seus associados foram inicialmente paulistas que adquiriram grandes extensões de terra na região, na condição de agropecuaristas, e que se autointitulavam pioneiros.²⁹⁰ Em 1974 a entidade já contava em média com 70 empresas filiadas e em 1978, este número se ampliou para 145 com o ingresso de empresas vinculadas à Zona Franca de Manaus.²⁹¹ Os empresários paulistas perceberam no sistema de incentivos fiscais um excelente mecanismo para financiar a obtenção de controle sobre extensas áreas de terra ao mesmo tempo que reduziam as suas cargas

²⁹⁰ FERNANDES, 1999, op. cit.

²⁹¹ Idem.

tributárias em outras regiões.²⁹² Os incentivos fiscais constituíram, portanto, um novo e efetivo mecanismo de incorporação de terras da Amazônia aos mercados.

A possibilidade de acesso aos incentivos implicou num processo que Francisco de Assis Costa classificou como “latifundiarização do capital”, pois o volume dos incentivos estava diretamente associado à extensão territorial das propriedades.²⁹³ De acordo com Costa, concretamente, os incentivos fiscais colocavam aos seus pretensos candidatos as seguintes condições:

Para cada unidade monetária aplicada em terras, seria possível obter três na forma de incentivos fiscais. Prevalece, pois, a regra de que quanto maior o valor do latifúndio disponível e/ou a ser formado, tanto mais recursos poder-se-iam obter com base nele. O esforço devia ser, portanto, no sentido de obtenção de um máximo de valor em terras. Se o candidato já dispunha de terras, estas passariam a constituir via de acesso a uma massa de recursos notável, reformulando-se, a partir daí, o seu valor de mercado, e com ele, o significado da condição de seu proprietário formal: as grandes propriedades formais herdadas de momentos históricos diversos, até então sem maior sentido econômico-social, erguem-se como potencial filão de riquezas. Nesse caso, quanto maior o valor das terras disponíveis, maior a massa de recursos potencialmente incorporável – as condições do latifúndio preexistente determinavam, assim, as condições da empresa capitalizada com incentivos fiscais. Não se dispendo de terras na Amazônia, ter-se-ia que obtê-las.²⁹⁴

A propriedade da terra era uma condição para a captação de incentivos. Portanto, além das empresas já instaladas na região, as quais ampliaram seus domínios após a instalação da Operação Amazônia, houve uma grande afluência de novos interessados na aquisição de terras, a maioria pleiteada por meio de projetos agropecuários. Embora a legislação preconizasse como passíveis de serem operadas pelos aspirantes aos incentivos fiscais, além da agropecuária, diversas atividades econômicas consideradas de interesse ao desenvolvimento da Amazônia, como a produção agrícola, pesqueira e industrial, além de serviços como energia e turismo, a maioria dos candidatos aos incentivos optou por fazendas de gado, desencadeando um intenso processo de desmatamento na região.

A opção pela aplicação dos recursos em projetos pecuários resultou, a princípio, da grande disponibilidade de terras em áreas de domínio florestal a baixo custo, cuja derrubada e venda de madeiras de valor comercial cobria, com excedentes, as despesas com a implantação do projeto.²⁹⁵ Desse modo, a floresta era considerada mera ocupante transitória do terreno.²⁹⁶

²⁹² ARNT, Ricardo Azambuja; SCHWARTZMAN, Stephan. *Um artifício orgânico: transição na Amazônia e ambientalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

²⁹³ COSTA, Francisco de Assis. *Estado e grande capital na fronteira agrícola*. Belém: UFPA/NAEA, 1991.

²⁹⁴ COSTA, Francisco de Assis. *Formação Agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável*. Belém: UFPA/NAEA, 2000, p. 58.

²⁹⁵ PANDOLFO, Clara. *Amazônia brasileira: ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras*. Belém: CEJUP, 1994.

²⁹⁶ Em trabalho recente, em consonância com as premissas teóricas e metodológicas da História Ambiental, a partir da análise sistemática de um vasto cabedal de fontes primárias e secundárias, o geógrafo Diogo Cabral

Este fator se explica pela própria legislação de terras do Brasil. As pastagens contavam como uma “benfeitoria” para justificar a concessão de títulos definitivos. A medição da benfeitoria era estabelecida a partir do Valor da Terra Nua (VTN), conforme definido pelo Estatuto da Terra, instituído por meio da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.²⁹⁷ Quem deixasse a terra requisitada coberta de floresta não tinha direito à regularização fundiária, não sendo, pois, reconhecido como proprietário legítimo e definitivo daquele chão. A fala de Lúcio Flávio Pinto exprime com exatidão esse processo: “Floresta não era benfeitoria. Era estorvo. Tinha que ser colocada abaixo”.²⁹⁸ Naquele contexto, conforme expressou um posseiro do município paraense de Conceição do Araguaia, o “maior título” era o “maior machado”.²⁹⁹ Ademais, conforme apontado por Fearnside, a substituição da floresta pela pastagem representava a maneira mais fácil de ocupar a área e resguardá-la da perda para posseiros, fazendeiros vizinhos ou programas governamentais de reforma agrária.³⁰⁰

Instituições bancárias, indústrias automobilísticas, escritórios de advocacia, empresas de construção civil, corretoras de seguros, empresas de ônibus etc., aparentemente sem quaisquer vínculos com a atividade agropecuária, acorreram para a Amazônia, pleiteando a aquisição de terras para fazer jus aos benefícios da legislação fiscal, somando-se aos “pioneiros”, que adentraram a região pelo vale do Araguaia paraense. Em que pese a atividade fim de seu ramo de negócios principal nas sedes de seus empreendimentos, trataram de pôr a mata abaixo para formar pastagens, promovendo a “ocupação pela pata do boi”, maior alegoria do processo de apropriação de terras na Amazônia, considerada o modo mais barato, eficaz e rápido de “amansar” a terra.³⁰¹

Por que grandes empresas como a Volkswagen, multinacional automobilística alemã, e Bradesco, uma das maiores instituições bancárias do país, resolveram implantar projetos agropecuários na Amazônia, colocando fogo na floresta nativa e/ou derrubando-a,

defendeu que o sistema latifundiário monocultor que predominou no Brasil colonial e imperial retardou o avanço da fronteira e do desflorestamento da Mata Atlântica, cuja história não se reduziria, portanto, a “um monótono drama de destruição irracional” (CABRAL, 2014, p. 266). Segundo esse autor, o pequeno desenvolvimento demográfico e tecnológico, especialmente quando comparado ao do século XX, foi um fator importante nesse processo. Na Amazônia da segunda metade do novecentos observamos um cenário bem distinto. O incentivo ao desmatamento era um componente estratégico das políticas estatais. A “limpeza” da área era um sinal pragmático de ocupação da terra, facilitando, assim, o acesso aos incentivos fiscais.

²⁹⁷ BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504.htm>. Acesso em 13 fev. 2012.

²⁹⁸ PINTO, Lúcio Flávio. O mito da proteção: a Amazônia. In: D’INCAO, Maria Ângela (Org.). *O Brasil não é mais aquele: mudanças sociais após a redemocratização*. São Paulo: Cortez, 2001, p. 111-120, p. 117.

²⁹⁹ PINTO, Lúcio Flávio. *Amazônia: no rastro do saque*. São Paulo: HUCITEC, 1980.

³⁰⁰ FEARNside, Philip. Desmatamento e desenvolvimento agrícola na Amazônia brasileira. In: LÉNA, Philippe; OLIVEIRA, Adélia Engrácia de (Orgs.). *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*. Belém: MPEG, 1991, p. 207-222.

³⁰¹ PINTO, 1980, op. cit.

reproduzindo, assim, as técnicas secularmente utilizadas pelas sociedades agricultoras regionais em seus roçados? Estudos realizados por Fearnside concluíram que a produção de carne bovina em áreas desmatadas na Amazônia é mínima devido a um declínio constante na produtividade do capim, causado por uma queda no teor do fósforo disponível no solo e invasão por ervas daninhas não comestíveis.³⁰² O nível dos insumos exigidos não poderia ser justificado sem subsídios maciços, considerando a inexistência de jazidas de fosfato na Amazônia, com exceção de um pequeno depósito de bauxita fosfatada na costa do Maranhão.³⁰³ Diante deste fraco desempenho agrônômico e perspectivas pouco promissoras, a longo prazo, das pastagens, que razões explicariam o domínio absoluto da paisagem pela atividade pecuária?

A legislação de incentivos não somente garantia isenção do imposto de renda sobre os empreendimentos agropecuários propriamente ditos, mas também permitia que as empresas investissem nas fazendas o dinheiro, que de outro modo, teriam que pagar como imposto de renda sobre empreendimentos de outros tipos em outras partes do país. Empréstimos adicionais eram concedidos a taxas de juros inferiores à inflação brasileira, tornando os juros negativos em termos reais. Desse modo, segundo Fearnside, os programas de financiamento criaram uma razão adicional para o estabelecimento de fazendas: um mecanismo para receber capital subsidiado, muitas vezes desviado para atividades mais rentáveis em outros lugares, geralmente nas localidades sedes das empresas.³⁰⁴

Além de mecanismo de obtenção de recursos oficiais, a terra passou a representar reserva de valor. O valor das propriedades multiplicava-se com o anúncio de construção de vias de acesso ou quando a posse era legalizada pelo título definitivo. As terras passaram a constituir, pois, um investimento rentável, gerando retorno financeiro garantido a quem se dispusesse a manter a posse de lotes para venda. Esse processo foi alimentado pela “grilagem” de terras públicas, mecanismo de utilização de meios ilícitos para obter a posse de determinadas áreas, seja por meio do “envelhecimento” de documentos por meio da ação de insetos, como grilos, seja por meio de artifícios fraudulentos junto a cartórios de títulos de

³⁰² FEARNSIDE, Philip. Os efeitos das pastagens sobre a fertilidade do solo na Amazônia brasileira: consequências para a sustentabilidade de produção bovina. *Acta Amazônica*. Manaus, 10(1), p. 119-132, 1980.

³⁰³ FEARNSIDE, Philip. Desmatamento e desenvolvimento agrícola na Amazônia brasileira. In: LÉNA, Philippe; OLIVEIRA, Adélia Engrácia de (Orgs.). *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*. Belém: MPEG, 1991, p. 207-222.

³⁰⁴ “Conta-se, como exemplo, a implantação de uma fazenda no município paraense de Itupiranga, por uma empresa de consultoria, famosa entre as décadas de 70 e 80, a paulista Hidroservice. Simultaneamente, ela construía um luxuoso hotel em São Paulo, o Maksoud Plaza. A fazenda deu em nada. O hotel ainda é um dos orgulhos da capital paulistana. Provas da sangria de dinheiro incentivado não há (dinheiro não leva carimbo, como bem sabem os praticantes do *metiê*). Mas que a coincidência é reveladora, isso é” (PINTO, 2011, p. 111).

imóveis e/ou órgãos fundiários estatais. Através dessa prática, inúmeros lotes de terras trocaram por várias vezes de “proprietários”. Ela potencializou, ainda, a incorporação de novas terras às grandes propriedades já instaladas na Amazônia, num processo que se estendeu pelas décadas seguintes.

A dinâmica dos incentivos fiscais para a pecuária era explicada didaticamente aos leitores da edição especial da Revista Realidade sobre a Amazônia, de outubro de 1971, interessados em “investir” na região:

A Sudam considera a terra como investimento. E atribui a ela um valor médio de 20 cruzeiros por hectare. Mas há lugares onde a terra na Amazônia ainda pode ser adquirida a 7 cruzeiros o hectare (embora haja regiões também que o preço já chegou a 100 cruzeiros). Com terras compradas a 7 cruzeiros e consideradas como valendo 20, o investidor já tem uma multiplicação de capital por três. Com os incentivos fiscais, que para a pecuária situam-se em torno de três vezes o capital próprio, há nova multiplicação por três. Assim, 1 cruzeiro vira 9. Com 300.000 cruzeiros, um capital equivalente ao necessário para a compra de uma boa casa em São Paulo, uma pessoa pode tentar um projeto na Sudam de 3 milhões de cruzeiros, 2,7 milhões de incentivos (300 vezes 9) mais os 300 mil de capital próprio.³⁰⁵

As vastas áreas de terras apropriadas pelas grandes empresas, além de originar várias fazendas fomentaram a construção de um espaço urbano em áreas até então dominados pela floresta. Segundo Fernandes, a gênese de diversas cidades surgidas no vale do Araguaia paraense, cuja principal referência cidadina até então era Conceição do Araguaia, se confunde com a instalação dos empreendimentos agropecuários na área: “[...] cada cidade surge a partir de uma fazenda. Foi assim com Redenção, com Santana do Araguaia, com Rio Maria”.³⁰⁶

A origem de Redenção, por exemplo, está ligada às terras ocupadas pela família Lanari do Val no município de Conceição do Araguaia. Segundo reportagem da revista Amazônia, Redenção surgira no final de 1960, a partir de 30 lotes de terras às margens da pista de pouso da Fazenda Santa Teresa, a qual durante aproximadamente dez anos servira de ponto de embarque e desembarque de mercadorias e pessoas.³⁰⁷ Por sua vez, parte da infraestrutura do município de Santana do Araguaia, instituído oficialmente desde 1965 se encontrava nas propriedades da Companhia de Desenvolvimento do Sul do Pará (CODESPAR), dos Lunardelli, empresários paulistas. Vale salientar que a Fazenda Santa Tereza, nome de fantasia da Companhia da Mata Geral, de João Lanari do Val, media 278.784 hectares que equivaliam, na década de 60, a 10% do total da área do município de Conceição do Araguaia.

O caráter especulativo do comércio de terras desvirtuou as intenções do governo ao planejar a política de incentivos fiscais para a região. Com efeito, a política da ocupação

³⁰⁵ *Realidade*. Ano VI, n. 67, Especial “Amazônia”. [São Paulo]: Ed. Abril, out. 1971, p. 288.

³⁰⁶ FERNANDES, op. cit., 1999, p. 59.

³⁰⁷ *Amazônia*. São Paulo: Ed. Amazônia, v. 2, n. 19, set.1976.

subsidiada das terras pela agropecuária atendia ao imperativo geopolítico de ocupação dos supostos “espaços vazios” amazônicos e aos objetivos econômicos de produção de carne e geração de empregos. Documento institucional da SUDAM intitulado “Amazônia: desenvolvimento e ocupação”, publicado em 1969, apontava o empreendimento agropecuário como “elemento formador por excelência de polos de desenvolvimento” e “ponto de atração e fixação do homem à terra” desde os tempos coloniais, salientando, ainda, a “influência do boi” na prosperidade do Paraná e do Triângulo Mineiro.³⁰⁸ A ocupação da terra com “rebanhos selecionados” e “culturas diversas” também representaria, na perspectiva institucional, “contribuição da área ao abrandamento de um problema mundial: a fome”.³⁰⁹

Como contrapartida aos incentivos concedidos pela SUDAM, as empresas deveriam cumprir algumas obrigações como ampliação e criação de novos empregos na região, formação de pastagens e criação de determinado número de cabeças de gado em prazo previamente definido, em geral uma década e a construção de obras de infraestrutura no entorno dos projetos para fomentar o desenvolvimento regional.

No entanto, a maior parte dessas atribuições não foi cumprida. Com raras exceções, os projetos financiados pela SUDAM apresentaram baixos resultados econômicos, intensa destruição dos ecossistemas regionais e o aprofundamento da concentração fundiária, conforme constatado por diversas pesquisas institucionais efetuadas nas décadas seguintes. Os desdobramentos desse processo ficaram mais evidentes nos anos 70 e serão objeto de discussão no terceiro capítulo desta tese.

2.3.5 O PQDAM e o ambiente amazônico (1967-1971)

As diretrizes governamentais expressas no PQDAM preconizavam uma exploração “racional” dos recursos florestais, em consonância com a legislação vigente. Naquele contexto, estava em vigor o Código Florestal instituído por meio da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Ele estabeleceu os critérios para a delimitação das áreas de preservação permanente de vegetação, a criação de parques e reservas biológicas, a exploração de florestas e o desmatamento. Pelo dispositivo, as florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação, como manguezais, cerrados, restingas e caatingas, reconhecidas de utilidade às terras que revestiam, foram consideradas bens de interesse comum de todos os brasileiros.

³⁰⁸ SUDAM. *Amazônia: desenvolvimento e ocupação*. Belém: SUDAM, 1969, p.56.

³⁰⁹ Idem, *ibidem*.

Dois relevantes institutos jurídicos de proteção aos recursos naturais foram regulados pelo Código, a saber: as áreas de preservação permanente (APPs) e a reserva legal. As primeiras compreendiam áreas legalmente destinadas à “função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas”³¹⁰ e a segunda representava, em síntese, a parte do imóvel rural, excluindo-se as APPs, necessária ao “uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas”, vedando-se, portanto, o corte raso da vegetação.³¹¹ O percentual mínimo de reserva legal foi estabelecido em 50% para a região amazônica e de 20% no restante do país.³¹² Além das normas reguladoras das APPs e da reserva legal, a Lei explicitava as regras referentes às atribuições governamentais quanto à exploração florestal e ao suprimento de empreendimentos consumidores de grande quantidade de matéria prima florestal.

Mas como proteger um patrimônio natural imenso, heterogêneo, disperso e reconhecidamente desconhecido como a Amazônia, especialmente em um contexto em que a apropriação dos recursos naturais da região era incentivada e mesmo subsidiada pelo Estado? A literatura consultada para a produção da tese revela práticas extremamente predatórias orientando o processo de apropriação das terras amazônicas especialmente no que concerne ao desmatamento para formação de pastagens e a extração madeireira, seja por meio do fogo, seja através da derrubada desordenada das árvores, abatendo-se as madeiras de lei, comercializáveis, e todas as “que viessem pela frente”.

Diversos exemplos foram constatados in loco pelo geógrafo Orlando Valverde, em pesquisas de campo a serviço do IBGE, em diferentes pontos da Amazônia Legal.

Em 1968, um projeto não financiado chamado Novo Paraná, no vale do Arinos [Mato Grosso], mobilizou mil homens trazidos do ABC (S. Paulo). Eles derrubaram mata, durante três meses e meio, usando apenas machado e foice. Num só incêndio, os restos da floresta foram consumidos e, após a colheita da mandioca, foi plantado capim colômbio, cujas sementes completaram a carga de dois caminhões.³¹³

Entre 1965 e 1974, a faixa da Belém-Brasília entre Irituia e Paragominas, antes pululando de agricultores pobres, vindos da Bragantina, e que cultivavam malva pelo sistema de roças, foram expulsos em massa. Pastos imensos de colômbio,

³¹⁰ BRASIL, Lei nº 4771, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4771-15-setembro-1965-369026-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 23.03.2015.

³¹¹ Idem.

³¹² Idem.

³¹³ VALVERDE, Orlando. *Grande Carajás: planejamento da destruição*. São Paulo: Forense Universitária; Brasília: Editora da UNB. 1989, p. 94.

balizados de troncos chamuscados de árvores mortas, substituíram as lavouras. Incêndios colossais ampliavam aqui e acolá a superfície das pastagens.³¹⁴

As técnicas de desmate, atendendo aos ditames econômicos do aumento da produtividade, foram se aperfeiçoando gradativamente, intensificando o processo de destruição dos recursos:

No decorrer do tempo, o processo de devastação tem se acelerado: com machado e foice, seis lenhadores levam seis a oito dias para derrubar 1 hectare de mata de terra firme; com motosserra, um homem derruba 1 hectare em dois dias; a correntão, uma equipe de cinco homens pode derrubar 40 a 50 hectares de mata em um só dia; usando desfolhante, um piloto de avião (tipo Ipanema) pode liquidar cerca de 100 hectares de floresta em meio dia de trabalho.³¹⁵

A introdução do correntão, técnica utilizada para derrubar um maior volume de árvores em menos tempo, representou uma técnica mais intensiva de devastação. Consistia em uma corrente de cem metros de comprimento, pesando onze toneladas, presa em cada extremidade a um trator pesado, sendo empregada em terras de cerradão, matas de troncos finos ou matas secundárias e capoeirões previamente desbravados por posseiros.

A considerar as características de parte da vegetação amazônica, tal técnica provocava profundos danos ecológicos ao solo, conforme esclarecido por Valverde:

Geralmente, as árvores da floresta amazônica não têm raiz pivotante; apoiam-se em uma teia horizontal de raízes, de profundidade quase sempre inferior a 1 metro ou mesmo superficiais; uma ou outra espécie, num total inferior a 10% por hectare, escoram-se em sapopembas (raízes triangulares, planas, verticais, ao redor da base do tronco) ou raízes adventícias. Todas essas árvores, quando derrubadas, levantam seu raizame, juntamente com apreciável volume de terra, até 4 ou 5 metros de altura. Dessa forma, o perfil do solo fica inteiramente perturbado e vulnerável à erosão, quando sobrevêm os pesados aguaceiros de verão, que sucedem a época das derrubadas e queimadas.³¹⁶

Vestígios de aplicação generalizada do desfolhante vulgarmente conhecido como “agente laranja”, usado pelos americanos contra os vietnamitas na Guerra do Vietnã foram verificados por Valverde no Acre: “árvores mortas em pé, capoeiras ou pastos mal formados, nenhum gado”.³¹⁷ Os desfolhantes também teriam sido usados por fazendeiros para expulsar posseiros, seringueiros e índios, os quais, não tendo como sobreviver sem a mata, foram obrigados a migrar.³¹⁸

³¹⁴ Idem, ibidem, p. 105.

³¹⁵ Idem, p. 107.

³¹⁶ VALVERDE, op. cit., 1989, p. 106.

³¹⁷ Idem, p. 107.

³¹⁸ Segundo Orlando Valverde (1989), o “agente laranja” usado no Acre fazia parte dos estoques que sobraram nos EUA após a guerra do Vietnã. Este material teria sido, em parte, contrabandeado para a Zona Franca de Manaus, e lá adquirido no comércio.

A ocupação das terras para o desenvolvimento da agropecuária ou para exploração madeireira se fazia, pois, sem observar os princípios ecológicos do funcionamento dos ecossistemas amazônicos, conforme avaliado por técnicos do INPA, que já na década de 70, apontavam a existência de “toda sorte de descabros” na exploração dos recursos naturais da região:

No caso específico da Amazônia, a transformação da floresta de terra firme em agroecossistemas tem se limitado o mais das vezes à simples derrubada da floresta em extensões consideráveis, sem nenhuma consideração pelas encostas (como está previsto no Código Florestal Brasileiro), queimada dos resíduos vegetais e plantio de gramíneas forrageiras para o gado.³¹⁹

Esse padrão pioneiro, disseminado ao longo das estradas de penetração da Amazônia acarretava sérios problemas ambientais e agrônômicos. O funcionamento da floresta resulta da associação intrínseca de três elementos: sol, água e vegetação. A eliminação de um destes componentes desequilibra o conjunto. Por conseguinte, um solo classificado como “fraco” à produção agrícola, como o latossolo amarelo, por exemplo, serve de suporte mecânico para árvores de até 50 metros, que se nutrem de suas próprias partes, caídas de galhos e troncos, “formando uma refeição composta através de complexa ciclagem mineral, que toma o chão como mesa e acumulador superficial”.³²⁰

Portanto, o sistema de derrubada das florestas para formação de pastagens ignorava completamente o ciclo de nutrientes, conforme explicitado por Schubart:

O solo pobre [...] não é capaz de manter uma produtividade adequada das gramíneas. Os nutrientes liberados com a queima da biomassa vegetal (cinzas) ficam expostos à lixiviação. [...] o latossolo amarelo pesado compacta-se rapidamente após o desmatamento. Isso traz como consequência uma redução da taxa de infiltração da água no solo fazendo com que a água das chuvas ao invés de ser absorvida pelo solo e ser mantida mais tempo no sistema local, escorra pela superfície provocando a erosão. [...] A erosão, em geral, escapa ao controle nestas grandes áreas. Os grandes desmatamentos não se orientam pela topografia, como preconiza o Código Florestal Brasileiro. Uma vez removida a floresta das encostas e das margens dos igarapés nada se pode fazer, economicamente, para proteger o solo e os cursos d’água. Quanto mais extensa a área desmatada, mais difícil se torna o controle.³²¹

As florestas amazônicas de terra firme constituem os ecossistemas mais ricos em diversidade de espécies na biosfera e com a maior produção de biomassa vegetal. De acordo com os estudos etnológicos de Balée e Posey, essa riqueza biológica não resulta das propriedades do solo, mas de sofisticados sistemas de reciclagem de nutrientes, da evolução de plantas adaptadas às condições químicas do ambiente e do manejo de populações “pré-

³¹⁹ SCHUBART, Herbert. *Critérios ecológicos para o desenvolvimento agrícola das terras firmes da Amazônia*. Manaus: INPA, 1977, p. 17.

³²⁰ PINTO, op. cit., 2001, p. 116.

³²¹ SCHUBART, op. cit., 1977, p. 18.

históricas” e contemporâneas.³²² Setenta por centos dos nutrientes no ecossistema estão na biomassa vegetal. Por conseguinte, os solos das florestas de terra firme apresentam variável qualidade, com predomínio dos solos pobres e ácidos, inadequados, portanto, para a atividade agrícola e, em médio prazo, também para a atividade pecuária, face a exigência de minerais indispensáveis ao desenvolvimento do gado, inexistentes no solo.

Apesar das “fraquezas” do ambiente de terra firme, populações regionais se adaptaram a ele, utilizando a agricultura de corte e queima, logrando a manutenção da produtividade por várias gerações, mesmo após o esgotamento do solo cultivado após um período de aproximadamente três anos, conforme explicado por Sioli:

Desde tempos remotos a forma de uso da terra pela população aborígine, e a seguir também pela população de “caboclos” neobrasílicos e imigrantes, foi e continua sendo a da chamada *shifting cultivation*, quer dizer, a do estabelecimento de pequenas áreas de derrubadas e queimadas, bem distantes entre si. Em consequência da rápida exaustão, estas roças são, 2 a 3 anos após, invariavelmente abandonadas, iniciando-se alhures, da mesma maneira, e por igual lapso de tempo, novas plantações. Nas áreas abandonadas cresce rapidamente uma mata secundária (capoeira), a qual 30 a 40 anos mais tarde é reconhecível apenas por um botânico e por este distinguível da floresta primitiva, em vista de algumas espécies peculiares de árvores. As “alfinetadas” na floresta primitiva, coesa, saram inteiramente no decorrer deste período.³²³

A viabilidade deste “velho sistema”, no entanto, só é possível em condições de baixa densidade demográfica e derrubada de áreas pequenas, afastadas umas das outras. As pequenas áreas, cercadas de florestas altas e privadas de sua proteção apenas por curtos intervalos sofrem reduzida erosão do solo, tem perdas limitadas de nutrientes, o balanço hídrico do solo e da atmosfera não é alterado incisivamente, nem a guarnição de espécies do ecossistema florestal é destruída.³²⁴ Por certo, num contexto de pressão demográfica crescente e de instalação de grandes empresas agropecuárias, madeireiras e mineradoras, o desmate de extensas áreas, cada vez mais próximas umas das outras, acarretaria efeitos funestos sobre o funcionamento dos ciclos biogeoquímicos mantidos pela floresta.

As terras mais indicadas para a atividade agrícola na região eram as várzeas do Amazonas, renovadas anualmente pelos sais minerais trazidos do Andes pelo grande rio.³²⁵ No entanto, estas áreas foram especialmente exploradas para extração de madeiras nobres,

³²² POSEY, Darrel. Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados Kayapó. In: RIBEIRO, Darcy (Ed.). *Suma etnológica brasileira*. Belém: EDUFPA, 1997, p. 199-213; BALÉE, William. O povo da Cachoeira Velha: caçadores-coletores das terras baixas da América do Sul. In: PAVAN, Crodowaldo (Org.). *Uma estratégia latino-americana para a Amazônia*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: Memorial, 1996, p. 158-166.

³²³ SIOLI, Harald. *Amazônia: fundamentos da ecologia da maior região de florestas tropicais*. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 62.

³²⁴ Idem.

³²⁵ SIOLI, 1985, op. cit.

precisamente pela facilidade de escoamento da matéria prima pela via fluvial. Os mecanismos de operacionalização do planejamento do desenvolvimento regional, previstos na Operação Amazônia e no PQDAM, não levaram em consideração, pois, os fatores ecológicos na concessão de incentivos aos projetos agropecuários em áreas de mata de terra firme.

Por sua vez, os novos “donos de terras”, em geral oriundos de outras realidades socioeconômicas e ecológicas, compreendiam o processo de ocupação da Amazônia “à imagem e semelhança” de suas plagas de origem. Era difícil aos recém-chegados captar a complexidade de um ecossistema mantido pela combinação de sol, água e vegetação. A composição florestal heterogênea, com uma baixa densidade de espécies por hectare, principal característica da floresta amazônica, e componente vital do equilíbrio ecológico, era considerada um grande inconveniente à indústria madeireira.

O Sr. Sutezo Katai, responsável pela madeireira da Toyomenka, quarto grande grupo mundial de madeira em fins dos anos 60, situada na embocadura do Amazonas, queixava-se da heterogeneidade florestal, cuja dispersão das espécies, segundo ele, dificultava sua exploração econômica em escala:

Da árvore que nos interessa, a virola, só temos 5,6 metros cúbicos por hectare, onde contamos mais de 140 espécies só entre as aproveitáveis economicamente. Se plantássemos só virola, em trinta anos, teríamos 2.500 árvores num hectare, o equivalente a 2.500 metros cúbicos de madeira. Aí, sim, poderíamos competir no exterior.³²⁶

Presume-se desta fala, que o cenário perfeito ideal para o mercado de madeiras seria a conversão da floresta com muitas árvores, de várias espécies diferentes, sendo que apenas algumas com valor econômico, em uma floresta relativamente homogênea, com menor número de espécies, porém com mais árvores “nobres”.

A preferência por determinadas espécies “aproveitáveis economicamente”, não poupava as demais do desmate. O processo de derrubada das madeiras consideradas mais nobres decepava árvores vizinhas, muitas vezes ligadas entre si por cipós, soterrando arbustos e ervas dos estratos inferiores.

O desconhecimento dos fundamentos ecológicos da região produziu muitos efeitos deletérios sobre os ecossistemas amazônicos no processo de incorporação produtiva da Amazônia à economia nacional, mas também inviabilizou investimentos milionários, como o atestou o norteamericano Daniel Keith Ludwig, que se propôs a construir um “império tropical” na Amazônia.

³²⁶ *Realidade*, op. cit., p. 294.

Com muito capital e tecnologia de ponta, Ludwig chegou em 1967 às terras do rio Jari, a apenas 350 quilômetros da foz da mais importante bacia hidrográfica do mundo, a do rio Amazonas, com caminho livre para os EUA e a Europa. Tinha terra abundante, 1,6 milhão de hectares, adquiridos de diversos indivíduos, inclusive antigos “coronéis de barranco” do período áureo da economia gomífera, em processos eivados de irregularidades, o que tornava impossível saber ao certo a extensão de suas propriedades.³²⁷

A extensa porção territorial adquirida, abrangendo terras do município de Almeirim, no Pará e de Mazagão, no Território Federal do Amapá, tornou-se, em 1970, a Jari Florestal e Agropecuária Ltda. Seu objetivo era produzir fibras e grãos nessa vasta possessão de terras, com facilidade de escoamento aos mercados consumidores. Era um empreendimento com perspectiva incontestável de lucros, que asseguraria a Ludwig uma posição de destaque no mercado mundial, conforme assinalado por Lúcio Flávio Pinto:

Seus consultores lhe garantiram que nos anos seguintes o mundo sofreria duas fomes: de grãos e de fibras. Ele saciaria o mundo produzindo arroz e celulose. O arroz brotaria em três safras contínuas, possibilitando 13,5 toneladas por hectare ao ano, nas várzeas do rio Amazonas, mais ricas que as do Nilo. A celulose seria extraída de uma autêntica árvore do milagre, a *Gmelina arbórea*. Com sete anos ela já poderia ser abatida (em algumas áreas da Finlândia, maior produtor mundial, o corte só é possível meio século depois que a árvore foi plantada) e daria mais fibra do que as fontes tradicionais, o pinho e o eucalipto. Quando aportasse a esses dois segmentos do mercado, Ludwig deixaria os velhos concorrentes para trás.³²⁸

As plantações de silvicultura no Projeto Jari, utilizadas para produzir celulose nas fábricas da empresa, foram iniciadas em 1968. O conjunto da região ocupada pela empresa apresentava grande quantidade de recursos florestais, inclusive espécies úteis à indústria do papel como a ucuuba, a seringueira e palmeiras. No entanto, a grande diversidade de espécies por hectare na mata nativa era um obstáculo aos propósitos de Ludwig. Para a instalação do projeto era necessário derrubar a floresta para substituí-la por outra, homogênea, embora de espécies exóticas, que produziria lenha para a geração de energia e cavaco para a produção de celulose.

O eixo central do programa florestal do Projeto Jari consistiu, inicialmente, no reflorestamento de 100 milhões de pés de *Gmelina arbórea* e *Pinus Caribaea* em 100.000 hectares. A *Gmelina* introduzida na Amazônia era originária da Índia, e teria sido testada por técnicos de Ludwig em Honduras, onde se teria comprovado sua adaptação aos trópicos americanos. Projetou-se também o cultivo de 4.000 hectares de arroz nas várzeas do Jari.

³²⁷ A esse respeito consultar: PINTO, Lúcio Flávio. Terras da Jari. In: _____. *Amazônia: no rastro do saque*. São Paulo: Hucitec, 1980; GARRIDO FILHA, Irene. O Projeto Jari: revoltante desafio à nação. In: *Amazônia Brasileira em Foco*, nº 13, 1979/1980, p. 56-80.

³²⁸ PINTO, Lúcio Flávio. O mito da proteção: a Amazônia. In: D'INCAO, Maria Ângela. *O Brasil não é mais aquele: mudanças sociais após a redemocratização*. São Paulo: Cortez, 2001, p. 111-120.

Tecnologia não faltava. Pequenos aviões faziam a adubação aérea com produtos químicos. Havia sistemas automáticos de irrigação e drenagem dos campos plantados e colhedoras mecânicas estavam disponíveis para a colheita.

Entretanto, apesar do capital e tecnologia investidos, as primeiras plantações de *Gmelina*, cerca de 4 milhões de pés, foram destruídas no período chuvoso, arrasando o solo. E, o projeto de arroz irrigado foi à falência, quando, na primeira crise do petróleo, em fins de 1973, os custos da adubação química por via aérea tornaram o empreendimento inviável.³²⁹

Num cenário em que não faltou nem capital nem recursos técnicos, o que explicaria tal desdobramento? Precisamente, a falta de conhecimento e de estudos sobre o funcionamento dos ecossistemas locais. A região foi tratada apenas como suporte mecânico aos projetos, sem quaisquer adequações técnicas. Nenhuma pesquisa pedológica antecedeu o plantio das mudas de *gmelina* e o cultivo dos arrozais. A *gmelina arborea* só se reproduzia nas poucas manchas de terras roxas ou argilosa. Nos solos mais fracos era atacada por diversas pragas e doenças, especialmente pelo fungo *Ceratocystis fimbriata*, vulgo rabo de raposa.³³⁰ Quanto ao arroz, ele foi plantado em área tão distante da calha central do Amazonas que não pôde receber os nutrientes retirados pelo rio desde a cordilheira dos Andes e conduzidos até sua foz, com pródiga distribuição pelo trajeto.³³¹ Ludwig tentou aplicar aos trópicos amazônicos a máxima de Pero Vaz de Caminha de que “em se plantando tudo dá”. O ambiente e a história encarregaram-se de provar que ambos estavam errados.³³²

O processo de apropriação das terras amazônica, viabilizado institucionalmente pela Operação Amazônia, não implicou apenas na formação de uma grande quantidade de empresas agropecuárias. Repercutiu também na criação de um grande número de serrarias, abertas à medida que as fazendas e estradas possibilitavam vias de acesso às espécies comercializáveis. Exemplar nesse sentido foi a construção da rodovia PA-70, atual PA-150, iniciada pelo governo do Estado do Pará no ano de 1964. Inaugurada em 1969, a estrada possibilitou a ligação por terra entre a rodovia Belém-Brasília à cidade de Marabá e entre esta e Conceição do Araguaia, ponto de convergência de um grande número de empreendimentos

³²⁹ PINTO, 1980, op. cit.

³³⁰ FEARNSTIDE, Philip. Desmatamento e desenvolvimento agrícola na Amazônia brasileira. In: LÉNA, Philippe; OLIVEIRA, Adélia Engrácia de (Orgs.). *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*. Belém: MPEG, 1991.

³³¹ PINTO, 2001, op. cit.

³³² O desconhecimento do solo e a tentativa de homogeneização de espécies somente viáveis em condições de baixa densidade de indivíduos por hectare, como a seringueira, explica a inviabilidade de iniciativas como a de Henry Ford, que também não logrou produzir borracha em escala comercial no Tapajós. A esse respeito consultar: DEAN, Warren. *A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*. São Paulo: Nobel, 1989.

agropecuários. Ao longo de seus 200 quilômetros instalaram-se levas de imigrantes, os quais posteriormente formaram novos assentamentos urbanos como Bom Jesus, Abel Figueiredo, Rondon do Pará etc.

Mas a rodovia possibilitou também o acesso terrestre às mais ricas concentrações mundiais de uma espécie de floresta tropical de terra firme: o mogno. Antes da ligação viária entre Conceição e Marabá, conforme registrado por Schmink e Wood, as árvores de mogno eram extraídas ao longo dos rios Maria e Araguaia. Essas operações dependiam de empreiteiros que contratavam até uma centena de homens, organizando-os em turmas. Um grupo cortava as árvores; o outro serrava os enormes troncos até um tamanho que permitisse transporte, e um terceiro grupo abria trilhas até as margens dos rios. Quando as chuvas começavam a cair e o nível d'água subia, as toras eram unidas por cabos de aço para formar enormes jangadas, que eram então conduzidas rio abaixo até Belém, por homens em barcos motorizados.³³³

Por certo, a estrada facilitou sobremaneira o transporte da madeira, implicando, por conseguinte, no aumento da extração. Sua abertura transformou a indústria madeireira ao estabelecer a ligação terrestre com o porto em Belém e aos mercados domésticos do centro e sul do Brasil. A estrada também abriu o sul do Pará para as médias e grandes madeireiras dos estados do Paraná e Santa Catarina, as quais foram atraídas para a Amazônia pelos incentivos fiscais oferecidos pela SUDAM e pela forte demanda do mercado internacional por mogno. A produção no Estado do Pará cresceu 4.000 % durante os anos 70. Assim que uma nova área se tornava acessível por uma estrada, as serrarias chegavam em seguida, comprando árvores de mogno dos fazendeiros e dos pequenos agricultores que estavam desmatando a terra. Ao final da década, o Pará detinha 69% da produção da indústria madeireira de toda a Amazônia.³³⁴

Schmink e Wood defendem que as serrarias também influenciaram o padrão de assentamento da terra, uma vez que as estradas de arraste que os madeireiros abriam mata adentro frequentemente promoviam a entrada de pequenos agricultores. Incidiram, ainda, na formação de novos núcleos urbanos gravitando em torno da atividade madeireira como Goianésia e Tailândia. E, próximo a Redenção, a serraria Pau d'Arco, construída em 1972, rapidamente gerou uma cidade com o mesmo nome.³³⁵ Sintomaticamente, as reservas mais acessíveis de mogno foram esgotadas em questão de poucos anos, pela extração intensa de produtores de madeira industrial de Redenção, Rio Maria e Xinguara, provocando a

³³³ SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles H. *Conflitos sociais e a formação da Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2012.

³³⁴ Idem, p. 213.

³³⁵ SCHMINK; WOOD, 2012, op. cit.

transferência das madeiras para novas áreas estrada abaixo, tais como as de São Félix do Xingu, onde as árvores nobres ainda eram encontradas em abundância.³³⁶

O desmatamento de extensas áreas de floresta para formação de pastagens realizado tanto por madeiras como por agropecuárias ocorria, em grande medida, pela inoperância dos órgãos responsáveis pela gestão florestal no Brasil. O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) foi criado pelo Decreto-lei 289, de 28 de fevereiro de 1967, com a função de formular a política florestal e executar as medidas necessárias à “utilização racional, à proteção e à conservação dos recursos naturais renováveis e ao desenvolvimento florestal do país”.³³⁷ No entanto, ele não dispunha de recursos humanos e financeiros para fazer cumprir a legislação pertinente aos recursos naturais renováveis. No que tange à Amazônia sua atuação foi ainda mais limitada, considerando as dimensões territoriais da região e a dificuldade de acesso a determinadas áreas.

Via de regra, pois, o corte de árvores pelas serrarias e madeiras era feito sem nenhuma reposição, conforme exigido pelo Código Florestal. Segundo Valverde, raras madeiras praticavam o reflorestamento e as que o faziam “plantam em lugares distantes, quase sempre eucaliptos e *Pinus americanus*, em quantidade muito menor do que cortam e sem qualquer aprimoramento silvicultural”.³³⁸

Além da inexistência de fiscalização, não havia orientações institucionais norteando o processo de reposição florestal a ser feito pelos empreendimentos consumidores de produtos florestais. Tal explicação foi dada por empresas madeiras da embocadura do Amazonas a repórteres da Editora Abril como justificativa para o não cumprimento da legislação.

A rigor, ninguém sabe muita coisa de reflorestamento nos trópicos. A lei brasileira manda plantar quatro árvores para cada metro cúbico de madeira consumida. A Brumasa consome 4.000 metros cúbicos de madeira por mês. Teria de plantar 16.000 árvores por mês. Está plantando apenas parte disso e é certamente a que mais se aproxima do cumprimento da lei. E um dos motivos pelos quais as outras fogem da lei não é apenas o interesse exclusivo de lucros imediatos. Plantar o quê? Como, se ninguém sabe?³³⁹

A fala do gerente da Bruynzeel Madeiras S. A. (BRUMASA) demonstra que muitos proprietários de indústrias madeiras desconheciam os cuidados mínimos que deveriam ter com o reflorestamento. Ao incentivar empreendimentos impossíveis de fiscalizar e orientar,

³³⁶ *Idem.*

³³⁷ Decreto-Lei nº 289, de 28 de fevereiro de 1967. Cria o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e dá outras providências. In: COSTA, Maria Diana Braga; RAMOS, Oldon Costa. *Ecologia e Meio Ambiente*. Goiânia: Livraria e Editora Brasília Jurídica LTDA, 1992, p. 262.

³³⁸ VALVERDE, 1989, op. cit., p. 149.

³³⁹ *Realidade*, op. cit., p. 294. A Bruynzeel Madeiras S.A. (BRUMASA) era uma madeira de origem holandesa, instalada na embocadura do rio Amazonas, no Amapá.

devido à falta de estrutura e de recursos do órgão florestal, o governo acabava por transigir com o descumprimento de suas próprias legislações.

Embora sua jurisdição incidisse sobre a maior floresta tropical e a maior bacia hidrográfica do planeta, tanto as legislações decorrentes da Operação Amazônia como o texto do PQDAM, proposto para o período 1967-1971, não faziam referências a problemas ambientais decorrentes dos projetos de desenvolvimento que se pretendia fomentar na região através da apropriação e exploração dos recursos naturais. Entre as diversas exigências feitas aos projetos agropecuários encaminhados à SUDAM, em fins da década de 60, não constavam estudos dos possíveis impactos a serem provocados pela atividade.³⁴⁰

Nesse sentido, o Brasil ia na contramão de um contexto internacional de discussão de políticas conservacionistas que estava se desenvolvendo naquele contexto. Enquanto o país estava transformando sua floresta tropical em mercadoria, o mundo estava debatendo medidas de proteção aos recursos naturais, face a constatação, na esfera científica, dos efeitos deletérios das atividades produtivas sobre a sua manutenção, a médio e longo prazos.

Se os anos 1950 foram marcados por uma grande expansão da atividade econômica mundial, engendrando uma “idade de ouro” do capitalismo contemporâneo, o modelo de crescimento adotado, baseado no uso intensivo de recursos naturais, logo se manifestou como um agente de ruptura do equilíbrio ambiental. Três fatores destacaram-se, no pós Segunda Guerra, como representativos desta ameaça: o aumento do lançamento de resíduos nas diversas fontes receptoras como atmosfera, águas superficiais e subterrâneas e solos; ampliação, diversificação e mobilidade dos poluentes, processo assinalado sobretudo pelo surgimento de novos agentes poluidores e; a redução da capacidade de absorção dos meios receptores.³⁴¹

A consolidação da ecologia como uma disciplina científica, produzindo instrumentos conceituais novos e a abordagem científica dos efeitos deletérios da exploração intensiva dos recursos naturais nas atividades de produção e consumo, são apontados na literatura como fatores relevantes na discussão da questão ambiental na década de 1960 na esfera internacional.³⁴² Segundo Saavedra, a tradução para todas as línguas modernas dos tratados de ecologia geral “Fundamentos de Ecologia”, de Eugene Odum, publicado em 1953 e

³⁴⁰ ELEMENTOS que devem acompanhar os projetos encaminhados à SUDAM (ANEXO E). In: BASA. *Amazônia: instrumentos para o desenvolvimento*. Belém: BASA/Departamento de Estudos Econômicos, 1969, p. 132-133.

³⁴¹ BURSZTYN, Marcel; BURSZTYN, Maria Augusta. *Fundamentos de Política e Gestão Ambiental: os caminhos do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

³⁴² Consultar a respeito: McCORMICK, op. cit.; BURSZTYN, BURSZTYN, op. cit.; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

Elementos de Ecologia, de G. L. Clarke, editado em 1954, a ciência ecológica, como um ramo diferenciado dentro da Biologia, passou a ser amplamente difundida.³⁴³ Ao definir a ecologia como o “estudo da vida na casa ambiental de todos, isto é, no planeta Terra” Odum sistematizou e difundiu a ideia da interdependência entre os organismos, chamando a atenção para as incidências ecológicas das atividades humanas.³⁴⁴

Nestes termos, a dependência da sociedade do meio natural não estaria circunscrita à necessidade de energia e matéria, mas também seria condicionada por determinados processos vitais como os ciclos do ar e da água, uma vez que a unidade funcional básica em ecologia, o ecossistema, pressupõe a interação dos elementos bióticos e abióticos “cada um deles influenciando as propriedades do outro, sendo ambos necessários para a conservação da vida tal como existe na Terra”.³⁴⁵ O desenvolvimento e a aplicação da teoria dos ecossistemas teria induzido, por conseguinte, ao “aparecimento de uma ideologia ecologista sistêmica que transformará as representações sociais das relações sociedade-natureza nas sociedades industriais”.³⁴⁶ O estudo da ecologia modificaria, portanto, as percepções humanas acerca do mundo natural.

Por sua vez, a publicação de estudos alertando a sociedade para os graves problemas decorrentes do modelo de desenvolvimento adotado influenciou os debates nos meios acadêmicos e nas instituições políticas, bem como impulsionou movimentos ecologistas, tornando-se importantes referências na constituição de uma agenda ambiental global contemporânea, cujo marco referencial seria a realização da 1ª Conferência sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972.³⁴⁷

Alguns desses estudos focavam sua denúncia nos danos ambientais resultantes do uso indiscriminado de pesticidas, especialmente o DDT, como na obra “Primavera Silenciosa”, da bióloga norte-americana Rachel Carson, publicada em 1962 ou na associação entre a questão

³⁴³ SAAVEDRA, Fernando Stenssoro. *História do debate ambiental na política mundial (1945-1992)*. Ijuí: Editora Unijuí, 2014.

³⁴⁴ ODUM, Eugene. *Fundamentos de Ecologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, [1953] 2004.

³⁴⁵ Idem, p. 12.

³⁴⁶ Esta premissa é defendida por Pascal Acot, na obra *História da Ecologia*, em que contextualiza historicamente a ciência ecológica, referência fundamental a quaisquer estudos sobre o tema (ACOT, 1990, p. 91).

³⁴⁷ Embora nas décadas anteriores tenha ocorrido eventos internacionais de vulto discutindo questões relacionadas ao ambiente, como a UNSCCUR, realizada em 1949, nos EUA, e a Conferência da Biosfera, ocorrida em 1968, em Paris, a Conferência de Estocolmo é considerada pela literatura como o marco fundamental da discussão ambiental contemporânea por ter sido marcada pelo reconhecimento da existência de uma crise ambiental global e da necessidade da proposição de ações conjuntas para enfrentá-la (McCORMICK, 1992; SAAVEDRA, 2014).

demográfica e a escassez dos recursos, abordada em *The Population Bomb*, publicada em 1968 por Paul e Anne Ehrlich.³⁴⁸

A década foi marcada, também, pela realização, sob os auspícios da UNESCO, da Conferência Intergovernamental sobre as Bases Científicas para Uso e Conservação Racionais dos Recursos da Biosfera, em Paris, em 1968. O evento, popularizado como Conferência da Biosfera tratou, particularmente, dos aspectos científicos da conservação da biosfera e da cooperação internacional em pesquisa ecológica.³⁴⁹ Evidenciou-se a necessidade de um enfoque interdisciplinar para o uso racional dos recursos articulando as ciências naturais, as ciências sociais e a tecnologia.³⁵⁰ A Conferência teve a participação de 63 nações, incluindo o Brasil. O país contou com dois delegados, o embaixador brasileiro junto à UNESCO, Carlos Chagas Filho e o assistente geral do Ministério de Minas e Energia, o geólogo Edson Suszcynski.

A Conferência produziu uma lista com vinte recomendações, preconizando, entre outras medidas, a criação de um programa de pesquisa internacional sobre o homem e a biosfera, a ampliação das pesquisas sobre ecossistemas, poluição e recursos genéticos, o fomento à utilização racional dos recursos naturais, com base no conhecimento científico e a necessidade de levar em consideração os impactos ambientais dos empreendimentos de grande escala.³⁵¹ Estas recomendações eram particularmente sensíveis ao Brasil, cujo modelo de ocupação e desenvolvimento da Amazônia, baseava-se na exploração intensiva da base natural. Não há registros, todavia, de que tenham sido incorporadas na execução dos programas previstos no PQDAM para os recursos naturais amazônicos, pelo menos não no período de vigência do plano.

O presidente Humberto Castelo Branco, ao lançar a Operação Amazônia no pronunciamento conhecido como discurso do Amapá, em 1º de setembro de 1966 vaticinou que o conjunto de diretrizes administrativas, econômicas e legais nela consubstanciadas destinava-se a “mudar profundamente a face da região”. Com efeito, a partir das medidas desencadeadas por esse aparato institucional a Amazônia ingressou num processo de rápidas e intensas transformações. Nesse contexto, as formas preexistentes de exploração da natureza foram solapadas por outras em escalas e dimensões nunca antes praticadas, introduzidas a

³⁴⁸ SAAVEDRA, op. cit.

³⁴⁹ A biosfera foi definida no âmbito do evento como a parte do globo terrestre na qual a vida pode existir incluindo-se, portanto, certas partes da litosfera, da hidrosfera e da atmosfera. UNESCO. *Informe Final da Conferência Intergovernamental de Expertos sobre las bases científicas de la utilización racional y la conservación de los recursos de la biosfera*. Paris, 1968.

³⁵⁰ McCORMICK, 1996, op. cit.

³⁵¹ UNESCO, 1968, op. cit.

partir da articulação entre o capital privado, representado por agentes externos à região, e o poder estatal.

Conforme se infere dos documentos consultados, a exploração dos componentes do ambiente amazônico representava o fulcro das políticas estatais preconizadas no contexto da Operação Amazônia. A proclamada “riqueza natural” amazônica, conhecida e/ou presumida, era considerada essencialmente como fator de atração de investimentos, considerados imprescindíveis ao crescimento econômico. Nestes termos, a extensão territorial amazônica, abrangendo aproximadamente 5,2 milhões de quilômetros quadrados, a “abundância” dos recursos já identificados e a suposta magnitude daqueles passíveis de encontrar justificaria a sua exploração de modo imprevidente e irracional, sem quaisquer preocupações com o equilíbrio dos ciclos biogeoquímicos mantidos pela floresta. “Deus é grande, mas o mato é maior!” A expressão, largamente enunciada nas paragens amazônicas, parecia absolver, previamente, as diversas práticas destrutivas da floresta.

Não se pode olvidar que o crescimento econômico naquele contexto era um requisito básico para a construção de um Estado militarmente forte.³⁵² O sistema repressivo do regime foi redimensionado a partir de 1968 com a edição do Ato Institucional nº 5, instaurado a 13 de dezembro. Entre as prerrogativas atribuídas ao Executivo pelo Ato Institucional nº 5 estava fechar o Congresso Nacional e as assembleias estaduais e municipais; cassar os mandatos eleitorais legislativos em todas as esferas; a suspensão por dez anos dos direitos políticos dos cidadãos; demitir, remover, aposentar ou colocar em disponibilidade funcionários públicos das diversas instâncias; suspensão das garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade dos juízes etc.³⁵³

Certamente, a operação em larga escala de um sistema repressivo, produzindo graves violações de direitos humanos, inibia peremptoriamente a discussão na esfera pública das questões ambientais oriundas das políticas de desenvolvimento econômico executadas pelo Estado autoritário. A proclamada “riqueza natural amazônica” era concebida essencialmente como fator de atração de investimentos, considerados imprescindíveis ao crescimento econômico, e a deterioração e escassez dos seus componentes simplesmente não estava colocada em questão.

O ambiente, conforme suas características geológicas, climáticas, pedológicas, hidrológicas, botânicas etc., apresenta uma variedade de recursos. De acordo com a perspectiva analítica da historiografia ambiental, as formas de uso e o nível de aproveitamento

³⁵² NETTO, José Paulo. *Pequena História da Ditadura Militar Brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2014.

³⁵³ Idem.

de tais recursos dependem das necessidades e do nível técnico alcançado pelas diferentes sociedades assentadas sobre as mais diversas configurações ambientais, sejam desertos, florestas, rios, mangues etc.

No caso da Amazônia, a exploração em escala de seus recursos naturais, intensificada a partir de meados dos anos 60, resultou de uma política desenvolvimentista que tencionava alinhar a economia brasileira às condições, aspirações e necessidades da expansão do capitalismo nas regiões pouco industrializadas. Portadoras de recursos já esgotados ou em via de esgotamento nos países industrializados, tais regiões tornaram-se alvo potencial de grandes empreendimentos que necessitavam das “matérias primas” existentes na região para a manutenção e continuidade de suas atividades produtivas.

Conforme assinalado por Leal, a Amazônia, a partir de 1964, inscreveu-se decisivamente nesse processo, constituindo-se um espaço estratégico de interesse para a expansão capitalista. Nesse sentido,

a sua fartura flagrante de recursos naturais – e a possibilidade de existência de outros além dos conhecidos e a perspectiva do seu uso concreto para os propósitos da formação do lucro, base da acumulação, tornavam-na um alvo extremamente interessante sob este aspecto particular.³⁵⁴

A criação de dispositivos legais, políticos e econômicos para a formação e o incremento de projetos agropecuários, madeireiros e mineradores em diferentes áreas da Amazônia, foram ampliadas no início da década de 1970, quando entrou em vigor o I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1972-1974). A execução de programas de infraestrutura viária e energética e de colonização, previstas neste plano, intensificou o caráter massivo e predatório da exploração dos recursos naturais ao mesmo tempo em que contrapôs diferentes usos da natureza amazônica, os preconizados no planejamento estatal e os efetuados pelas populações regionais. Esses processos e suas implicações serão abordados a seguir.

³⁵⁴ LEAL, op. cit., 1988, p. 117.

3 AMAZÔNIA COMO FONTE DE RECURSOS: O I PDA (1972-1974)

As diretrizes básicas da Operação Amazônia, orientadas para assegurar a ocupação econômica da região por meio da exploração de seus recursos naturais, foram reafirmadas no início dos anos 70. Esta década foi marcada pelo recrudescimento da intervenção estatal na Amazônia e, por conseguinte, pela intensificação do processo de transformação dos seus recursos naturais em mercadorias. O esforço no sentido de acelerar o desenvolvimento econômico do Brasil por meio da exploração em escala dos componentes do ambiente amazônico orientou o planejamento das políticas governamentais para a região.

Com o fim da vigência do 1º Plano Quinquenal de Desenvolvimento da SUDAM (1967-1971), já analisado, as diretrizes, proposições e objetivos governamentais para a Amazônia foram redefinidos em novo plano, o I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1972-1974), executado durante parte da gestão do presidente Garrastazu Médici (1969-1974).³⁵⁵ O governo brasileiro definiu como seu objetivo central a “conquista planejada e coordenada dos espaços vazios amazônicos”, a qual deveria resultar na expansão da fronteira econômica e na ampliação do mercado interno.³⁵⁶

Ao discorrer sobre os objetivos e estratégias globais delineados para o triênio, o texto do I PDA reiterou uma perspectiva esboçada nos planos precedentes: o papel fundamental dos recursos naturais para o planejamento do desenvolvimento regional. O documento destacou e definiu o volume dos recursos considerados mais proeminentes, a saber: terras, águas e florestas, conforme explicitado no excerto abaixo:

Na paisagem física da Amazônia sobressaem, como importantes recursos naturais, a vasta disponibilidade de **Terras** (mais da metade do território brasileiro) o imenso volume de **Águas** (cêrca de 18% do volume total de água doce do mundo) e a enorme extensão de uma **Floresta** de extraordinária pujança (a maior área contínua de floresta tropical virgem do mundo, representando 78% das florestas brasileiras).³⁵⁷

Consoante a perspectiva da abundância de recursos, o Plano propôs um “programa intensivo de estudos” visando investigar de que modo e em que medida poderiam tais recursos, considerados “ainda praticamente inaproveitados”, contribuir “como fatores produtivos, para ampliar as fronteiras econômicas do País e apressar o desenvolvimento da

³⁵⁵ O I PDA sintetizou, para a esfera regional, as diretrizes e metas preconizadas no plano nacional de desenvolvimento proposto para execução no mesmo período, o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND).

³⁵⁶ SUDAM. I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1972-1974). Belém: SUDAM, 1971, p. 13.

³⁵⁷ Idem, p. 43. Grifos no original.

região”.³⁵⁸ Em conformidade com esse objetivo, as diretrizes para os recursos naturais amazônicos no período de vigência do I PDA foram definidas nos seguintes termos:

Realização de pesquisas e de levantamentos em caráter sistemático, visando ao conhecimento do potencial de recursos naturais existentes; execução de projetos específicos de pesquisas detalhada nas áreas onde as informações conhecidas assinalam a existência de recursos potenciais com vistas a definir o significado econômico que apresentam; realização de estudos objetivando ao estabelecimento da tecnologia mais adequada para a utilização dos recursos de valor econômico, já identificados.³⁵⁹

Terras, águas e florestas foram concebidas no discurso governamental expresso no Plano como “fatores produtivos”. Nesse sentido, foram propostos estudos e pesquisas visando o aproveitamento dos solos por meio de levantamentos sistematizados e avaliação da capacidade de uso da terra, para a formulação de diretrizes que permitissem à região o desenvolvimento de atividades agropecuárias, “em nível consentâneo com a vasta disponibilidade de terras existente”, conforme preconizado no Plano.³⁶⁰

De acordo com o documento, as águas constituíam a “segunda grande faixa de recursos” da Amazônia, sendo consideradas fonte de riqueza econômica por excelência, não apenas pela manutenção da vida e a continuidade dos processos agrícolas e industriais, mas também pelo significado da rede hidrográfica como via de transporte natural, como fonte de energia hidrelétrica e de produtos alimentares”.³⁶¹ Para o triênio compreendido pelo Plano foram programados estudos básicos objetivando a um “conhecimento progressivo do verdadeiro potencial de grandeza desses recursos”.³⁶² No programa energético do I PDA o governo federal previa o prosseguimento dos estudos e pesquisas de viabilidade de aproveitamento do potencial hidrelétrico da região, iniciados pelo Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Amazônia (ENERAM), no final dos anos 1960.

Por sua vez, a floresta amazônica foi considerada o recurso natural em condições de aproveitamento econômico mais imediato. Um programa de pesquisas florestais foi proposto visando “criar condições para o aproveitamento correto e racional dos recursos florestais existentes”; sugerir e recomendar medidas e providências que assegurassem a “boa conservação do patrimônio florestal de modo a garantir a manutenção do equilíbrio ecológico ambiente”; e contribuir para o estabelecimento de uma política florestal para a Amazônia.³⁶³

³⁵⁸ Sudam. *I Plano de Desenvolvimento da Amazônia* (1972-1974). Belém, 1971, p.43.

³⁵⁹ Idem, *ibidem*.

³⁶⁰ Idem, p. 44.

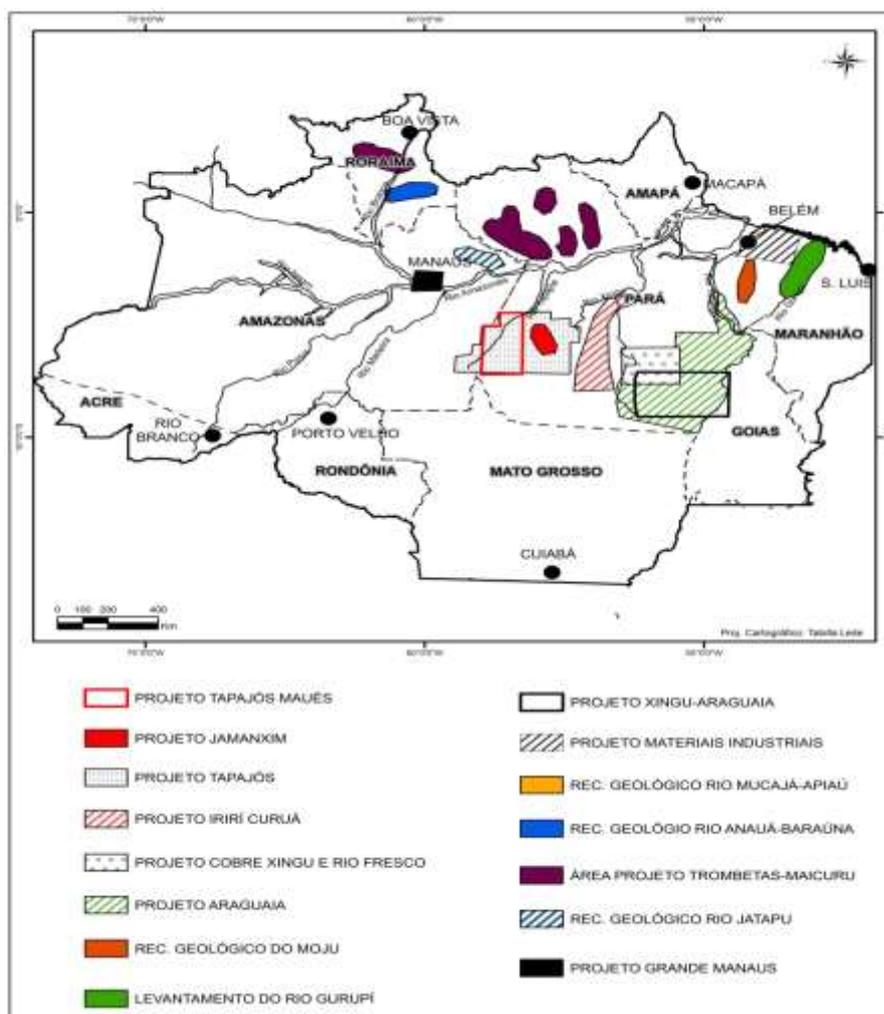
³⁶¹ Idem, *ibidem*.

³⁶² Idem, *ibidem*.

³⁶³ Idem, p. 53.

Além das iniciativas propostas no documento em relação às terras, águas e florestas, os subsolos amazônicos também foram objeto da ação estatal. O IPDA destacava a existência de “indícios muito promissores” no campo da mineração, a qual poderia tornar-se, no futuro, um dos setores mais dinâmicos da economia amazônica. Visando um melhor reconhecimento dos recursos minerais, o Plano programou um trabalho sistemático de reconhecimento geológico, concomitante à realização de projetos específicos de pesquisa mineral “em locais onde a formação geológica se apresenta favorável, ou onde são conhecidas ocorrências que precisam ser investigadas quanto às possibilidades de exploração econômica”.³⁶⁴ O mapa 2, a seguir, ilustra os principais programas de pesquisa mineral em execução na região na primeira metade dos anos 1970, sob responsabilidade técnica da SUDAM, em convênio com órgãos como DNPM e CPRM, em especial à margem direita do rio Amazonas.

Mapa 2: Projetos de Pesquisa Mineral em execução pela SUDAM.



Fonte: Pandolfo (1975, p. 27).

Adaptado por: Tabilla Leite.

³⁶⁴ Idem, p. 44.

O Programa de Pesquisas Mineraias proposto no I PDA visava aproveitar “intensa e imediatamente” os recursos mineraias conhecidos e ampliar, a curto prazo, o conhecimento dos subsolos amazônicos.³⁶⁵

OS principais mecanismos utilizados pelo Estado brasileiro para ampliar o conhecimento já produzido sobre o ambiente amazônico e operacionalizar a sua apropriação e exploração pelo planejamento governamental no contexto do I PDA foram o Programa de Integração Nacional (PIN) e o Programa Radares da Amazônia, a serem discutidos na sequência.

3.1 A Amazônia e o Programa de Integração Nacional (PIN)

O PIN foi instituído por força do Decreto Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970, diante da “urgência e o relevante interesse público de promover a maior integração à economia nacional” das regiões consideradas menos desenvolvidas no país, o Nordeste e a Amazônia.³⁶⁶ O Programa foi orçado em dois bilhões de cruzeiros, a serem constituídos no exercício financeiro de 1971 a 1974, com a finalidade específica de financiar obras de infraestrutura naquelas regiões. O PIN foi destacado no I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) como a principal estratégia de desenvolvimento para a Amazônia no período 1972-1974.

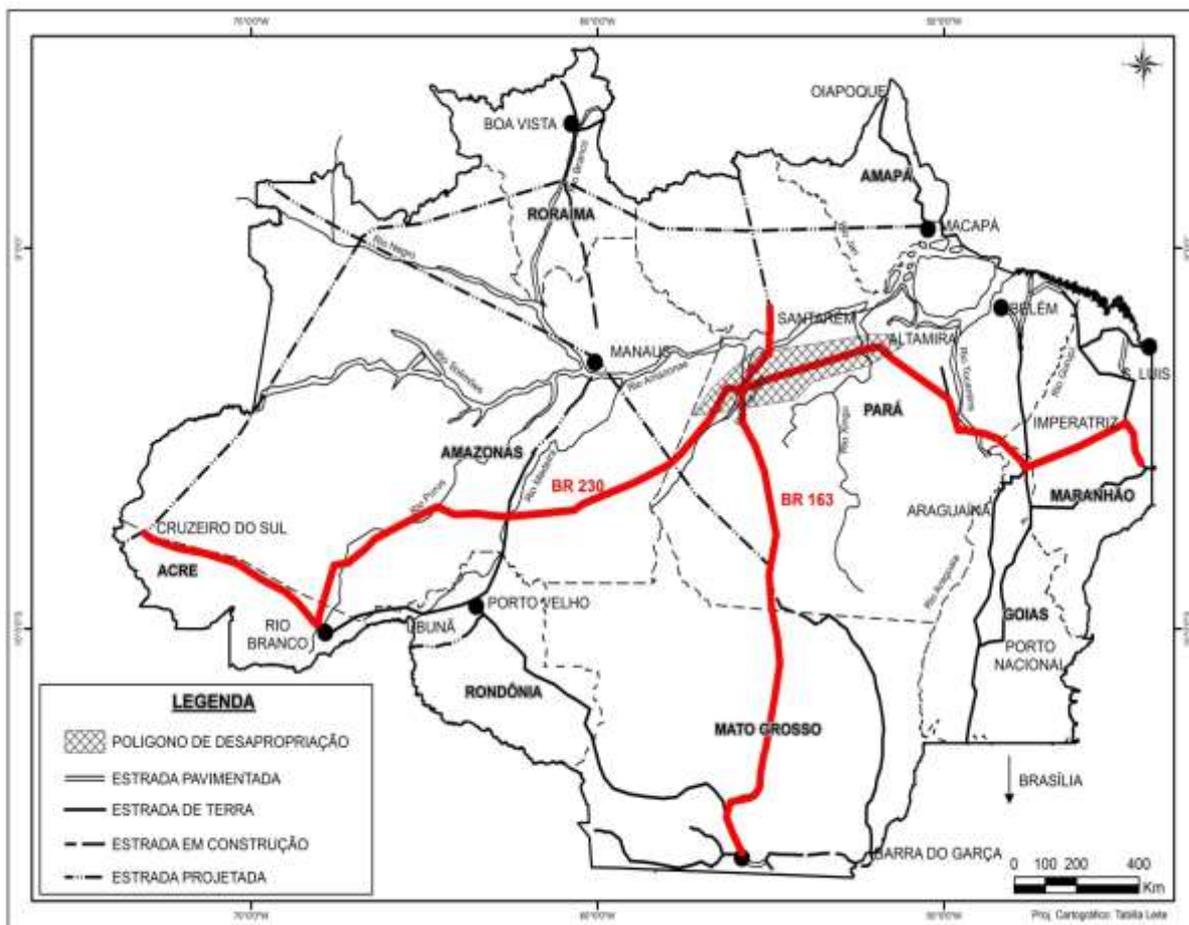
No que se refere à Amazônia, os objetivos centrais do PIN consistiam na construção das rodovias Transamazônica (BR-230), visando interligar esta região ao Nordeste, e a Cuiabá-Santarém (BR-163), para conexão com o planalto central e o centro-sul do país; assim como a reserva, para fins de colonização e reforma agrária, da faixa de terra de até dez quilômetros à esquerda e a direita das novas estradas para executar “a ocupação da terra e adequada e produtiva exploração econômica”.³⁶⁷

As vias existentes e projetadas, assim como as áreas a serem desapropriadas para a implantação dos projetos de colonização preconizados no PIN são destacadas no mapa 3, a seguir.

³⁶⁵ Idem, p. 48.

³⁶⁶ BRASIL. Decreto Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970. Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De11106.htm>. Acesso em: 14 mar. 2013.

³⁶⁷ Idem, ibidem. A extensão das faixas de terra às margens das rodovias destinadas aos programas de colonização e reforma agrária foi ampliada por legislação posterior para 100 quilômetros.

Mapa 3: Projeção Espacial do PIN

Fonte: PIN (1972, p. 11).

Os propósitos oficialmente declarados nos documentos estatais – tanto no plano nacional de desenvolvimento como no plano regional – para a execução do programa de colonização do PIN eram garantir o acesso a terra para 100.000 famílias de agricultores; absorver os excedentes demográficos do Nordeste e promover nas terras da Amazônia uma economia rural com base na agricultura e na pecuária. De acordo com fala do presidente Emílio Médici, tratava-se de proporcionar “uma terra sem gente para uma gente sem terra”.

368

As diretrizes preconizadas pelo Estado brasileiro, no início da década de 1970 para incrementar as metas de integração e ocupação da Amazônia priorizaram a colonização, a agricultura e a pecuária. Para atender a essa demanda, grande quantidade de terras, além do

³⁶⁸ HEMMING, Jonh, 2011, op. cit. Tal fala, amplamente propagandeada pelo governo, foi desmentida pela realidade histórica. Nem a Amazônia era uma terra sem gente, nem os camponeses nordestinos eram “sem terra”. Na verdade, eles foram expulsos de seus Estados de origem em decorrência do estabelecimento de complexos agroindustriais, baseados na intensa mecanização da produção e na concentração da terra no Nordeste. Sobre esse processo, consultar: GRAZIANO DA SILVA, José. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996; e MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.

quantitativo definido no dispositivo legal que instituiu o PIN, foi legalmente colocada à disposição destas atividades. O Decreto-lei nº 1164, de 1º de abril de 1971 declarou “indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais” terras devolutas na faixa de 100 km de largura em cada uma das margens de diversas rodovias, já construídas, em construção ou projetadas, da Amazônia Legal, abrangendo uma área de 2,2 milhões de quilômetros quadrados. Esse dispositivo legal se articulava ao Decreto nº 67.557, de 12 de novembro de 1970, que estabeleceu como áreas prioritárias diversas regiões fisiográficas, incluídas na área de abrangência do PIN, ao longo da rodovia Transamazônica, para fins de reforma agrária.³⁶⁹

Os planos de colonização não atenderam às projeções oficiais da política de integração nacional, especialmente no que se refere ao número de colonos instalados. Os resultados dessa política foram avaliados por Dênis Mahar, em estudo para o Banco Mundial, como extremamente modestos. Com efeito, ao fim de 1974 somente 5.700 famílias haviam sido efetivamente assentadas ao longo da Transamazônica, o equivalente a menos de 10% da meta traçada pelo governo.³⁷⁰ Faltou o apoio essencial de uma infraestrutura mínima, de saneamento, educação, saúde, crédito e assistência técnica, a qual foi prometida, mas não efetivada.

No entanto, no que se refere ao acesso, circulação e escoamento de recursos naturais, as chamadas “rodovias de penetração” foram extremamente eficazes. Os componentes do ambiente amazônico, transformados em mercadorias, necessitavam de vias de escoamento. A Cuiabá-Santarém, por exemplo, cortou a região do Araguaia mato-grossense, onde se localizava a maior concentração de projetos agropecuários subsidiados pela política de incentivos fiscais da SUDAM. Nesse sentido, a abertura de estradas representou o acesso a importantes áreas de recursos naturais, previamente identificadas, bem como possibilitou o escoamento da produção, atendendo a uma demanda recorrente dos novos “donos de terras” na região. Uma das maiores queixas dos empresários que adquiriram terras na Amazônia nos anos 60 era precisamente a ausência de estrutura viária, o que os obrigou a “abrir caminhos”

³⁶⁹ As áreas definidas foram as seguintes: no Estado do Maranhão, o município de Pôrto Franco; no Estado de Goiás, os municípios de Tocantinópolis e Araguatins; no Estado do Pará, os municípios de São João do Araguaia, Marabá, Itupiranga, Jacundá, Tucuruí, Bagre, Portel, Senador José Porfírio, Altamira, Pôrto de Moz, Prainha Santarém, Aveiro, Itaituba e São Felix do Xingú; no Estado do Amazonas, os municípios de Maués, Borba, Nôvo Aripuana, Manicoré, Humaita, Canatuma, Lábrea, Pauini, Bôca do Acre, Envira, Eirunepé e Ipixuna; no Estado de Mato Grosso, os municípios de Pôrto Artur Nobres, Acorizal e Cuiabá; no Estado do Acre, os municípios de Rio Branco, Sena Madureira, Feijó Tarauacá e Cruzeiro do Sul; e no Território de Rondônia, o município de Pôrto Velho. (BRASIL, 1970).

³⁷⁰ MAHAR, Dênis J. As políticas governamentais e o desmatamento na região amazônica do Brasil. In: BOLONHA, G. (Org.). *Amazônia, adeus*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, p. 33-57.

entre a floresta com seus próprios meios para poder acessar suas “propriedades”.³⁷¹ Por outro lado, as rodovias valorizaram as terras por elas cortadas, ligando-as aos mercados, aumentando, por conseguinte, o seu preço e fomentando a especulação fundiária em escala ainda maior.

Reportagem da revista *Realidade*, de circulação nacional, em edição especial dedicada à Amazônia, em outubro de 1971, recomendava expressamente aos leitores interessados em adquirir terras para um projeto agropecuário que verificassem atentamente o mapa constante da publicação, baseado na projeção espacial do PIN, onde constavam as estradas existentes e as projetadas na Amazônia. Segundo o periódico, tais estradas representavam os eixos ao longo dos quais ficavam “as melhores áreas para escolher fazenda”.³⁷²

As estradas representaram, portanto, um importante mecanismo de alteração do ambiente amazônico. Áreas de florestas densas foram derrubadas, nascentes de igarapés foram aterradas, sem quaisquer previsões de impactos físicos, ecológicos, sociais e fundiários, transformando as rodovias em “caminhos de devastação”.³⁷³ Na perspectiva do planejamento governamental, no entanto, as estradas representavam “caminhos para o desenvolvimento”. A possibilidade de acesso às regiões de ocorrências minerais e a solos propícios à prática da agricultura e da pecuária norteou essa lógica.

3.2 Fotografando a Amazônia: o RADAM

No que se refere ao objetivo de ampliar o conhecimento sobre os recursos naturais amazônicos com vistas a otimizar sua exploração econômica, preconizado pelo planejamento estatal no I PDA, há que se destacar as medidas operacionalizadas no âmbito do Projeto Radares da Amazônia (RADAM). O programa foi criado no contexto do PIN, por meio da Portaria nº 2.048, de 29 de outubro de 1970, a qual instituiu a Comissão de Levantamento Radarmétrico da Amazônia (CRADAM), atribuindo-lhe a responsabilidade de elaborar e implantar um projeto, que no menor período de tempo possível, procedesse ao levantamento das potencialidades naturais de uma área aproximada de 1.500.000 km², localizada na área de influência da rodovia Transamazônica.³⁷⁴

³⁷¹ Dadas as dimensões territoriais amazônicas e a ausência de uma rede rodoviária, a abertura de clareiras para construção de pistas de pouso em meio a mata, foi uma prática comum adotada por aqueles autodenominados “pioneiros” da ocupação da Amazônia.

³⁷² *Realidade*. ano VI, n. 67, Especial “Amazônia”. [São Paulo]: Ed. Abril, out. 1971, p. 288.

³⁷³ Ab’Sáber, 2004, op. cit.

³⁷⁴ SOUZA, Leonam; CAVEDON, Ari. O Projeto RADAM e o mapeamento dos recursos naturais na Amazônia. In: ANAIS DO SIMPÓSIO DO TRÓPICO ÚMIDO. Belém: EMBRAPA/CPATU, 1986, p. 195-207. Vol.6.

Com base na utilização de imagens de radar e fotografias aéreas, o Programa propiciou, com maior precisão, o arrolamento dos recursos minerais e das possibilidades agrícolas dos solos, incrementando o conhecimento acerca dos recursos amazônicos e, conseqüentemente, facilitando a sua utilização pelas políticas desenvolvimentistas. O RADAM atendeu ao imperativo governamental de definir com exatidão as localizações dos componentes do ambiente amazônico, assim como mensurar quantitativamente seu potencial econômico. Ocupou, pois, um papel estratégico no planejamento estatal ao realizar o mapeamento e sistematização das informações concernentes aos recursos naturais amazônicos.

O levantamento aeroradargramétrico foi proposto para atender aos seguintes objetivos: proceder ao mapeamento integrado de recursos naturais renováveis e não renováveis, para elaboração e publicação de relatórios e mapas geológicos, metalogenéticos, geomorfológicos, de potencial dos recursos hídricos, de vegetação, exploratório de solos, de aptidão agrícola, e de uso potencial da terra; identificar e selecionar, nas regiões estudadas, as áreas que, de acordo com a “vocação natural” reunissem condições favoráveis à ocupação; avaliar, nas áreas ocupadas, as atividades em relação   potencialidade e recomendar medidas visando a melhoria da produção e da produtividade; e revelar as áreas de ocorrência de características favoráveis ao aproveitamento simultâneo de vários recursos naturais, de cujo aproveitamento racional e integrado, resultariam polos de desenvolvimento.³⁷⁵

A finalidade do mapeamento dos recursos naturais consistiu, em essência, no fornecimento de subsídios ao planejamento regional no que se refere aos aspectos da geologia, geomorfologia, climatologia, vegetação e uso potencial da terra. O levantamento realizado no âmbito do RADAM cobriu uma área de 4.600.000 km², correspondendo a 54% do território nacional, abrangendo os Estados do Pará, Amazonas, Acre, Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Maranhão, Piauí e os Territórios Federais de Roraima e Amapá. Os resultados dos trabalhos efetuados foram sistematizados pelo Ministério de Minas e Energia em diversos relatórios reunidos na série “Levantamento de Recursos Naturais”, acompanhados dos respectivos mapas temáticos.³⁷⁶

Por meio do Projeto RADAM, a potencialidade dos recursos naturais amazônicos, propalada nos discursos governamentais e empresariais, adquiriu um caráter mais concreto, na medida em que possibilitou a avaliação da potencialidade dos solos, dos recursos madeireiros,

Com o sucesso dos métodos utilizados, baseados em sensores remotos, a área original foi posteriormente acrescida de outras até atingir a totalidade do território nacional, passando então a ser denominada de Comissão Executora do Projeto RADAMBRASIL, conforme o Decreto n  76.040, de 25 de julho de 1975.

³⁷⁵ SOUZA; CAVEDON, 1986, op. cit.

³⁷⁶ Os resultados do trabalho foram compilados em 35 volumes, sendo o primeiro, publicado em 1973 e o último, sistematizado em 1984.

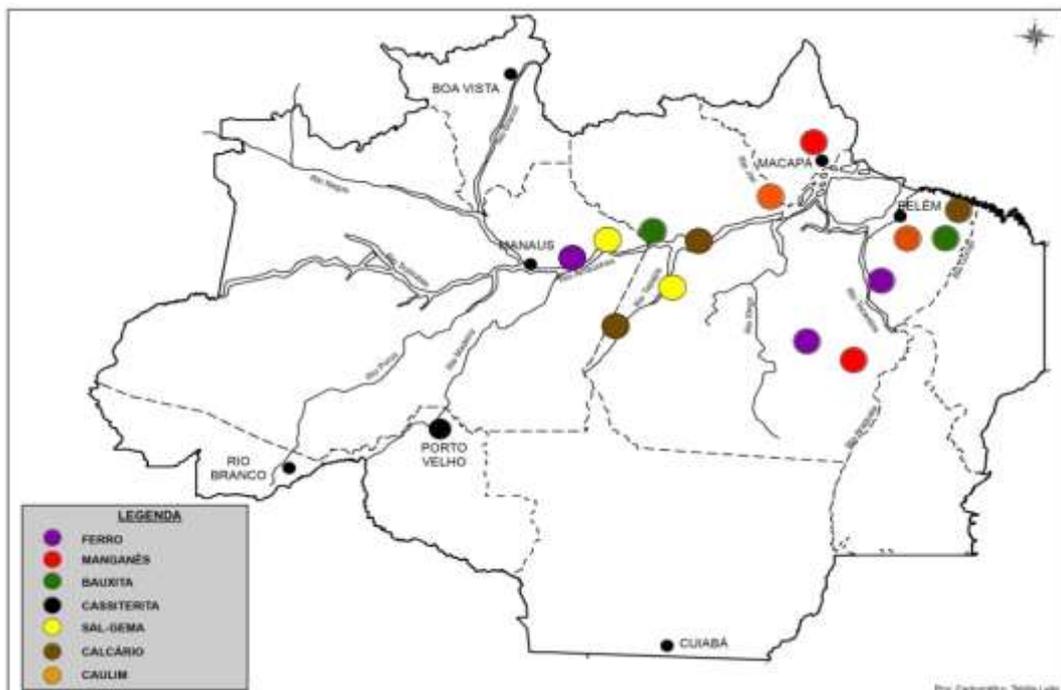
de produtos extrativos vegetais, a identificação de grupos de rochas, indicadoras da ocorrência de minérios diversos, a definição de fitoclimas etc.

Foram diversas, portanto, as contribuições do RADAM ao conhecimento do ambiente amazônico. No âmbito da geologia, os estudos conduzidos identificaram, entre outros, abundantes corpos graníticos, passíveis de encerrar mineralizações de ouro, estanho, tungstênio, nióbio e tântalo, nos Estados do Pará, Amazonas e Rondônia e Território Federal de Roraima, ampliando-se, por conseguinte, a região estanífera, até então conhecida somente em Rondônia. A detecção de diversos tipos de rochas revelou ambientes geológicos propícios à existência de um amplo leque de minérios, dispersos em vários pontos da Amazônia Legal.

Segundo o geólogo Breno dos Santos, os minerais se acham distribuídos em todas as rochas da crosta terrestre.³⁷⁷ No entanto, somente são passíveis de exploração quando encontrados em concentrações que permitam seu aproveitamento econômico com a tecnologia disponível. Desse modo, o primeiro cuidado de quaisquer programas de prospecção é precisamente a seleção dos ambientes geológicos com potencialidade mineral.³⁷⁸

Nesse sentido, os resultados do RADAM permitiram à SUDAM elaborar um mapa de ocorrências minerais econômicas da Amazônia, conforme se pode visualizar no mapa 4, a seguir:

Mapa 4: Ocorrências Minerais Econômicas na Amazônia



Fonte: Pandolfo (1975, p. 17).

³⁷⁷ SANTOS, Breno Augusto dos. Recursos Minerais da Amazônia. *Estudos Avançados*, 16 (45), 2002, p. 123-152.

³⁷⁸ Idem, *ibidem*.

As áreas com “ocorrências minerais econômicas” representavam, pois, garantia de retorno aos potenciais investidores, haja vista que a concentração de minérios ali existente justificaria os recursos dispendidos na criação das condições necessárias à sua exploração.

No que tange à vegetação, os técnicos do Projeto RADAM procederam a um estudo das formações vegetais de toda a Amazônia, sua estrutura, composição florística e zonas geobotânicas, produzindo vários resultados, a saber: catalogação de 12.000 plantas em herbários, identificadas por gênero e espécies; realização de inventário florestal para determinação do potencial madeireiro, definindo volumes por hectare e por espécie bem como a viabilidade para exploração com a respectiva cotação do produto nos mercados interno e externo, acompanhado de listagem de utilização de madeira por espécie.³⁷⁹

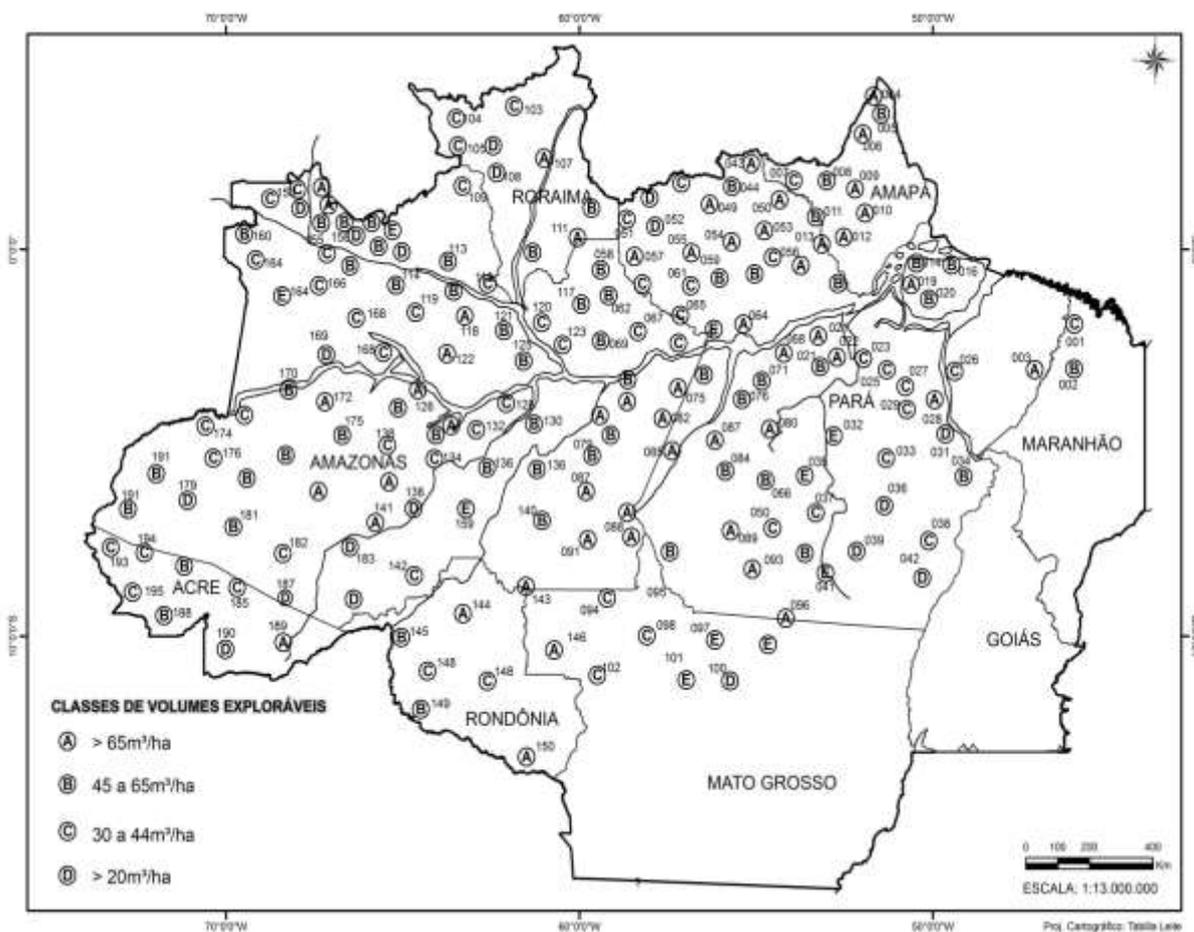
O inventário florestal realizado resultou na classificação da floresta em cinco categorias, a saber: A – floresta de grande porte com volume explorável superior a 65m³/ha; B – floresta de grande porte com volume explorável entre 45 e 65m³/ha; C – floresta de médio porte com volume explorável entre 30 e 44m³/ha; D – floresta de médio porte com volume explorável entre 20 e 29 m³/ha; E – floresta de pequeno porte com volume explorável inferior a 20 m³/ha.
380

Tais informações foram sistematizadas em um mapa indicativo do potencial de exploração florestal da Amazônia Legal, conforme se observa no mapa 5, a seguir.

³⁷⁹ O inventário florestal contou com 2.500 amostras e cerca de 175.000 árvores medidas (SOUZA; CAVEDON, 1986).

³⁸⁰ ARAÚJO, Adonias Pereira de; JORDY FILHO, Salim; FONSECA, Walmor Nogueira da. A vegetação da Amazônia Brasileira. In: ANAIS DO SIMPÓSIO DO TRÓPICO ÚMIDO. Belém: EMBRAPA/CPATU, 1986, p. 135-156. Vol. 2.

Mapa 5: Indicação do potencial exploratório de madeira na Amazônia Legal, com base no Projeto RADAM.

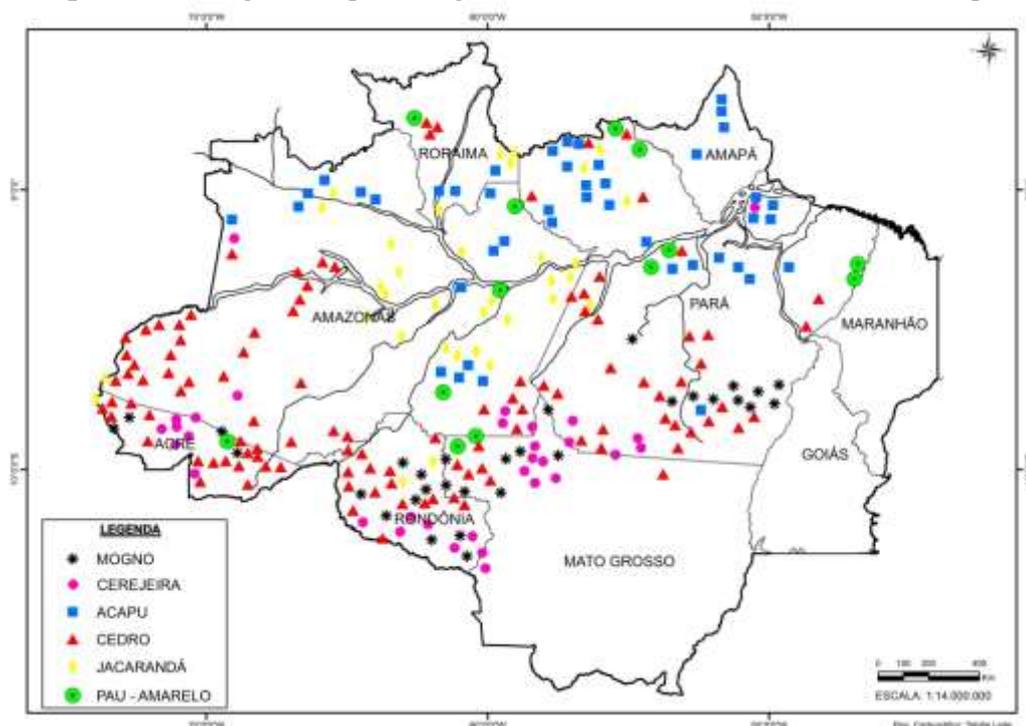


Fonte: Araújo; Jordy Filho; Fonseca (1986, p. 140).
Adaptado por: Tabilla Leite.

Assim como em relação ao levantamento dos minérios, o inventário florestal de reconhecimento permitiu a identificação de áreas de acordo com seu potencial de exploração, mensurando a quantidade aproximada de madeira a ser extraída por hectare de floresta.

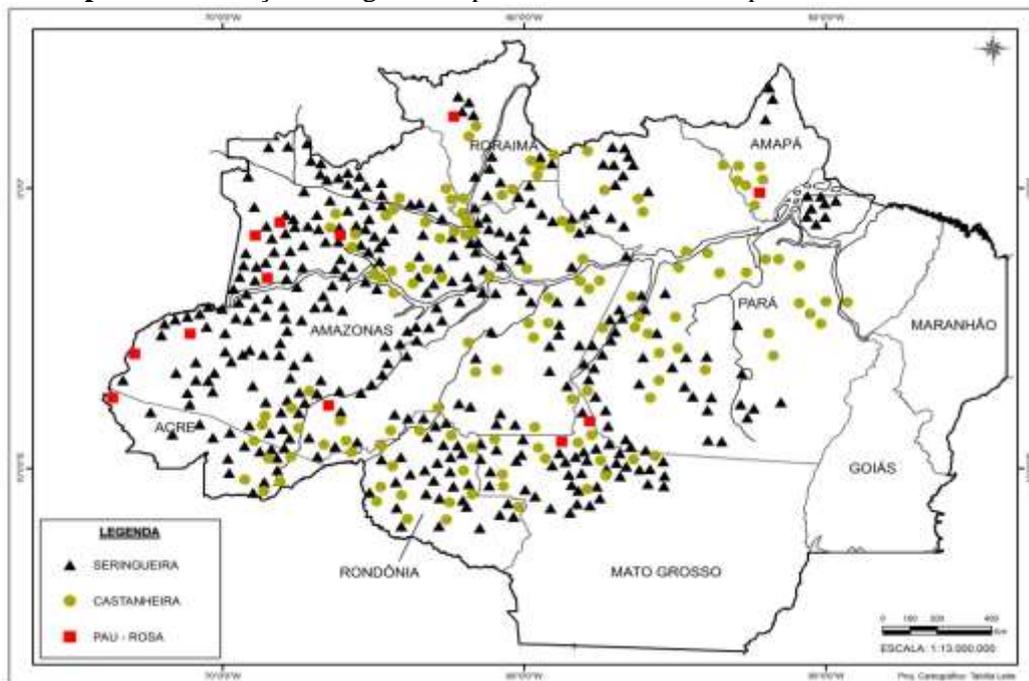
O inventário assinalou, ainda, as áreas de ocorrência das espécies vegetais de maior valor econômico no mercado madeireiro: mogno, cedro, cerejeira, acapu, jacarandá e pau-amarelo, conforme ilustrado nos mapas 6 e 7, a seguir.

Mapa 6: Distribuição de algumas espécies de valor madeireiro na Amazônia Legal.



Fonte: Araújo; Jordy Filho; Fonseca (1986, p. 141).
Adaptado por: Tabilla Leite.

Mapa 7: Distribuição de algumas espécies fornecedoras de produtos extrativistas.

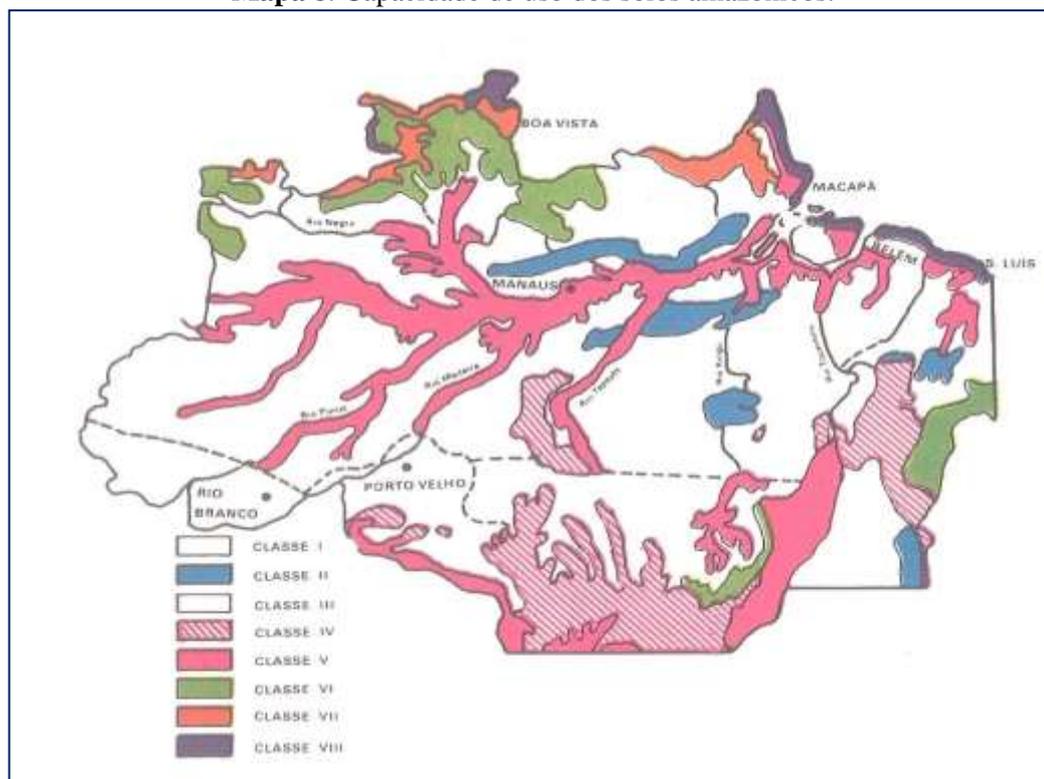


Fonte: Araújo; Jordy Filho; Fonseca (1986, p. 142).
Adaptado por: Tabilla Leite.

Por meio do inventário florestal, foi possível identificar a dispersão regional e a situação das nove espécies assinaladas nos mapas em decorrência da exploração pela indústria madeireira e das derrubadas para uso do solo com atividade agrícola e pecuária.

No âmbito da pedologia, foi executado um levantamento sistemático dos solos. Os resultados desta iniciativa subsidiaram uma avaliação da aptidão agrícola das terras, propiciando sua identificação e delimitando as restrições para seu uso. Com base na classificação do Manual Brasileiro de Capacidade de Uso de Terras ³⁸¹ e consoante as evidências produzidas pelo levantamento do RADAM, os técnicos da SUDAM elaboraram um mapa de capacidade de uso dos solos amazônicos, indicando suas respectivas possibilidades de uso

Mapa 8: Capacidade de uso dos solos amazônicos.



Fonte: Pandolfo (1975, p. 10).

Os solos de classe I, considerados os mais favoráveis para fins agrícolas por não demandarem cuidados devido à sua alta fertilidade, não foram identificados. A classe II, própria para a agricultura, com solos de média a alta fertilidade, com boas condições físicas e sem restrições climáticas e topográficas, corresponde às manchas de terra roxa identificadas em algumas áreas da Amazônia, como à margem esquerda do rio Amazonas, nos municípios

³⁸¹ Segundo este Manual, os solos se agrupam em oito classes, de acordo com suas possibilidades de uso, a saber: a) os solos próprios para fins agrícolas, divididos em classe I, que não necessita de práticas especiais de preparo da terra; classe II, que demanda práticas simples, a classe III, que requer cuidados intensivos; e a classe IV, passível apenas de uso esporádico para a lavoura por demandar preparo intenso; os solos impróprios para lavoura mas apropriados para vegetação permanente, agrupados nas classes V, sem restrições especiais de uso; classe VI, com restrições moderadas no uso e classe VII, com severas restrições ao uso e; os solos impróprios para lavoura, pastoreio ou silvicultura, agrupados na classe VIII, extremamente acidatados, arenosos, úmidos ou áridos, podendo ser usados como refúgio da vida silvestre (PANDOLFO, 1975).

de Alenquer e Monte Alegre, e à sua margem direita, em Altamira e São Félix do Xingu. A classe III constitui a tipologia predominante na Amazônia, com maior distribuição espacial, correspondendo aos latossolos, que demandam práticas complexas de conservação, adequando-se melhor a culturas permanentes. A classe IV abrange solos com problemas de declividade, tendência à erosão, ou que quando planos, são extremamente pobres. Estes se apresentam sobretudo a leste e ao sul da Amazônia. Aos solos de várzea, marginais aos cursos dos rios corresponde a classe V. Com ampla distribuição, são excepcionalmente férteis posto que enriquecidos sistematicamente pelos sedimentos carregados pelas águas.³⁸²

A classe VI compreende solos com graves condições de declividade, tendência à erosão e pedregosidade, sendo frequentes especialmente na parte norte da Amazônia, desenvolvendo-se a partir da alteração de rochas do escudo cristalino, servindo especialmente para reflorestamento. A classe VII apresenta esta mesma condição em grau mais acentuado, correspondendo a solos localizados nos extremos da região, limítrofes aos países vizinhos. Quanto à classe VIII, abrange terrenos extremamente acidentados, encontrados nos extremos de Roraima e Amapá, e alguns solos salinos das costas do Amapá, Pará e Maranhão.³⁸³

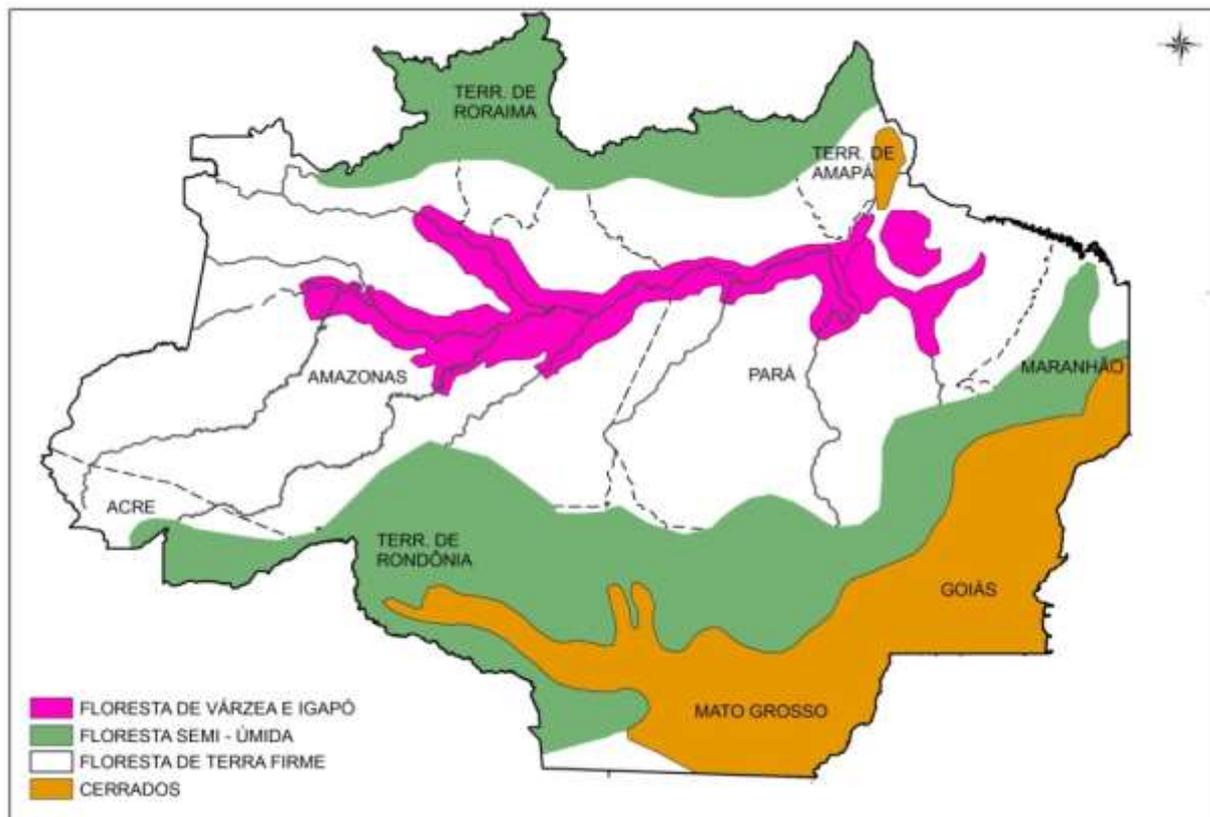
A análise dos resultados do mapeamento propiciou, por conseguinte, tanto a identificação de solos de média a alta fertilidade, com boas condições físicas e sem restrições climáticas ou topográficas, como áreas consideradas impróprias para a agricultura, representadas por solos excessivamente arenosos, pobres, com lençol freático próximo à superfície, ou aqueles situados em relevo montanhosos e escarpados, extremamente suscetíveis à erosão.³⁸⁴

De acordo com as evidências produzidas no inventário florestal, foram identificadas quatro formações vegetais na Amazônia, a saber: florestas de várzea e igapó, floresta semiúmida, florestas de terra firme e cerrados, destacadas no mapa 9, a seguir.

³⁸² Quando influenciados pelo regime de controle das águas, esses solos passam a enquadrar-se na classe II (PANDOLFO, 1975).

³⁸³ PANDOLFO, 1975, op. cit.

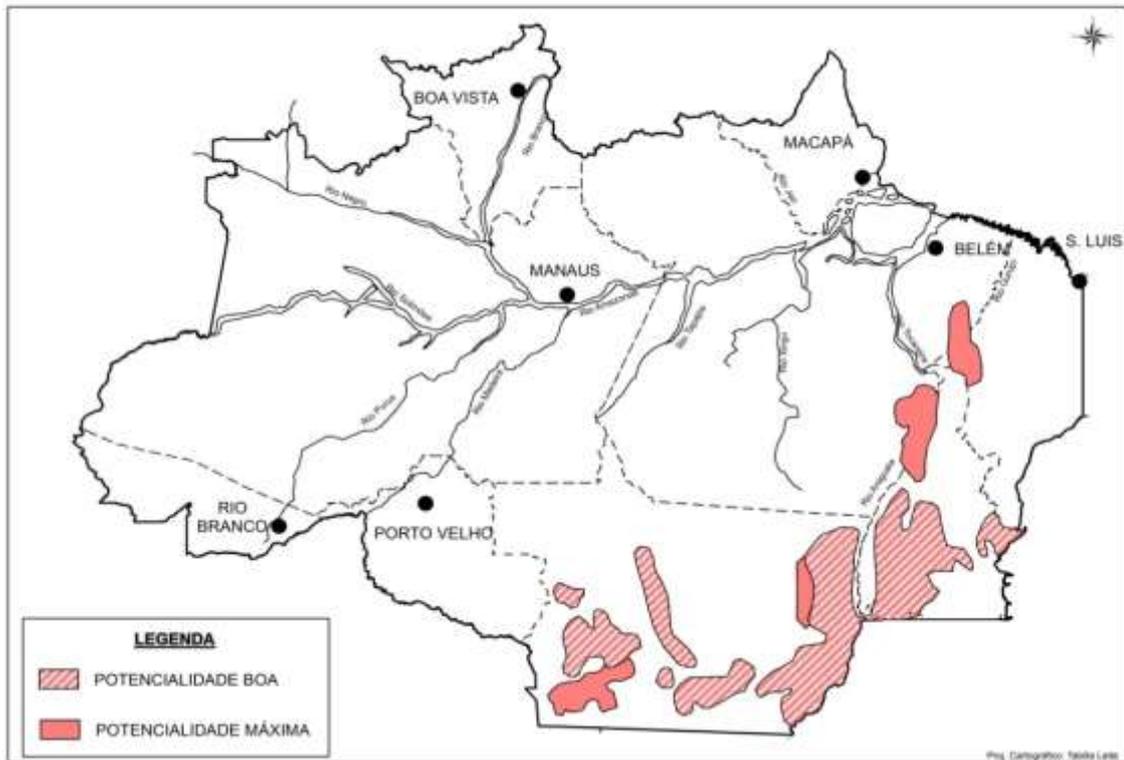
³⁸⁴ SOUZA; CAVEDON, 1986, op. cit.

Mapa 9: Formações florestais da Amazônia

Fonte: Pandolfo (1975, p. 14).

Com base nas pesquisas florestais efetuadas no âmbito do RADAM, que resultaram no mapa acima, os técnicos do Departamento de Recursos Naturais da SUDAM concluíram que as áreas de cerrado e cerradão, bem como as zonas de transição entre estas e as florestas de terra firme, constituíam as áreas mais favoráveis à atividade pecuária.³⁸⁵ Essa avaliação institucional suscitou a elaboração de um mapa da potencialidade pecuária da Amazônia, reproduzido a seguir.

³⁸⁵ PANDOLFO, 1975, op. cit.

Mapa 10: Potencialidade Pecuária da Amazônia.

Fonte: Pandolfo (1975, p. 13).

O mapa de potencialidade pecuária indicava que o processo de instalação indiscriminada dos empreendimentos agropecuários por diversos pontos da Amazônia desencadeado em meados dos anos 60, sob os auspícios da política de incentivos fiscais, efetivamente não levava em consideração as condições ecológicas da região, especialmente aqueles localizados nas formações florestais de terra firme, passíveis de degradação rápida com a retirada da cobertura vegetal. De acordo com a diretora do Departamento de Recursos Naturais da SUDAM, Clara Pandolfo, as pesquisas efetuadas demonstravam cabalmente que a rentabilidade da pecuária dependia da localização adequada dos empreendimentos.³⁸⁶ Os dados do inventário florestal do RADAM, portanto, forneceram subsídios a uma planificação sistemática da ocupação das terras, teoricamente de acordo com a atividade mais indicada para cada tipo de solo.

Os resultados do mapeamento geomorfológico realizado pelos técnicos do RADAM indicaram os sítios favoráveis à implantação de hidrelétricas e usinas de transmissão; a localização de faixas favoráveis à construção de rodovias com base nas características de relevo, litologia, solos e vegetação, os espaços adequados à instalação de portos bem como a

³⁸⁶ PANDOLFO, 1975.

recomendação de áreas morfologicamente propícias à implantação de polos de desenvolvimento.³⁸⁷

No campo da cartografia, as imagens capturadas pelos radares subsidiaram diversos levantamentos, cujas informações serviram de apoio a estudos para execução de projetos de infraestrutura como rodovias, ferrovias, linhas de transmissão de energia, controle de áreas para pedidos de pesquisa e lavra mineral, delimitação de reservas indígenas, demarcação de fronteiras, estabelecimento de áreas de proteção ambiental etc.

O planejamento do desenvolvimento regional da Amazônia foi orientado, pois, pela elaboração de representações cartográficas da organização espacial que se pretendia fomentar no processo de “ocupação produtiva” da região. Com efeito, mapas diversos ilustravam os planos de desenvolvimento, assim como outras publicações oficiais e empresariais dirigidas a potenciais investidores. Elaborados, em geral, para sistematizar as atividades econômicas programadas, núcleos de colonização ou demarcação fundiária em determinados espaços, implicaram num reducionismo gráfico, que, entre outros fatores, não levou em consideração as características ecológicas da região e as modalidades de ocupação da terra preexistentes.

Ao analisar as condições sociais da produção e usos dos mapas, Brian Harley demonstrou as conotações políticas e ideológicas que envolvem esse processo e que historicamente têm servido como instrumentos de dominação social e territorial dos Estados modernos. Nesta perspectiva, pretendendo-se portadores de um conhecimento impessoal, os mapas tendem a “dessocializar” o território que eles representam, favorecendo a noção do espaço socialmente vazio.³⁸⁸

No caso da Amazônia, espaços apresentados como propícios ao cultivo de determinados gêneros, revelaram-se infrutíferos, devido a suas características agrônômicas. Do mesmo modo, a construção de estradas planejadas contribuiu para secar cabeceiras de igarapés, os quais não apareciam nos mapas.³⁸⁹ Por outro lado, em conformidade com a retórica oficial dos “espaços vazios”, mapas apresentados a interessados em “investir” na Amazônia, ao indicar “as melhores áreas para escolher fazendas”, ignoravam completamente a presença de populações de ocupação antiga, especialmente indígenas, sequer mencionados. A cartografia constituiu, portanto, um instrumento estratégico do processo de aproveitamento do ambiente amazônico preconizado pelo planejamento governamental, configurando, assim, uma “expressão de poder” no sentido definido por Harley.

³⁸⁷ Saliente-se que a criação de desenvolvimento agropecuários e minerais consubstanciou a principal diretriz da “ocupação produtiva” da Amazônia no II PDA, proposto para o período 1975-1979.

³⁸⁸ HARLEY, 2009, op. cit.

³⁸⁹ AB’SÁBER, Aziz. *Amazônia: do discurso à práxis*. São Paulo: EDUSP, 2004.

Ao indicar em mapas os locais exatos da ocorrência de determinados recursos, como madeiras de lei, minérios e/ou solos agriculturáveis, identificados por programas de pesquisas como as efetuadas em distintos momentos, seja pela Missão Florestal da ONU ou pelo Projeto RADAM, o Estado brasileiro visava a construção de uma realidade espacial baseada na exploração daqueles recursos, sob condições por ele estabelecidas, afirmando, assim, seu poder sobre aqueles espaços.

O Projeto RADAM representou, portanto, uma fonte fundamental de indicações, precisas e atualizadas quanto à distribuição e possibilidades de aproveitamento dos recursos naturais da Amazônia, referente à prospecção mineral, agricultura, pecuária, extrativismo vegetal e exploração de madeiras. Ao evidenciar o potencial da região em recursos florestais, minerais, terras agricultáveis, energia hidrelétrica, fauna e flora, seus resultados foram estrategicamente mobilizados pelo planejamento do desenvolvimento regional no contexto histórico das décadas de 1970 e 1980. Após divulgação de “grande potencial madeireiro em quase 300 mil quilômetros quadrados entre Manaus e o rio Tapajós”, avaliado pelos técnicos do RADAM em 1,5 bilhão de metros quadrados de madeiras comercializáveis, em 1977, a diretoria do IBDF anunciou a alocação de 76 milhões de cruzeiros em projetos madeireiros e programas de reservas ecológicas na região.³⁹⁰

As informações destacadas nos mapas refletiam as diretrizes econômicas do governo, no sentido de fomentar a exploração dos recursos considerados de maior rentabilidade nos mercados. A representação cartográfica dos recursos, ao ser publicada, possibilitava aos interessados avaliar os componentes do ambiente amazônico pragmaticamente, de modo a utilizar somente aqueles diretamente vinculados à sua modalidade de “investimento”, seja no campo da mineração, da atividade madeireira ou agropecuária.

O RADAM propiciou não apenas a identificação e localização dos recursos, mas também o incremento da rentabilidade de sua exploração, constituindo um suporte estratégico para a geração de projetos de transformação da natureza amazônica. Com efeito, segundo Leal, ele representou o primeiro passo concreto no sentido de colocar o aparelho de Estado na condução de atividades básicas de apoio, em campo, à ocupação capitalista na região, especialmente no ramo mineral, ao produzir indicadores significativamente precisos sobre a possibilidade de ocorrências de minérios.³⁹¹

Seus resultados subsidiaram tecnicamente a definição de grandes polos de desenvolvimento voltados à agropecuária e mineração, consubstanciados no Programa de

³⁹⁰ Associação dos Empresários da Amazônia. *Amazônia*. São Paulo, ano 3, nº 25, mar. 1977.

³⁹¹ LEAL, 1988, op. cit.

Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), eixo central do II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (II PDA), proposto para o período de 1975-1979, bem como fundamentaram a elaboração de grandes projetos de aproveitamento econômico dos recursos, cujo expoente foi o Programa Grande Carajás, que entrou em operação na década de 80, na vigência do III Plano de Desenvolvimento da Amazônia (III PDA), proposto para execução entre 1980 e 1985, a ser discutido no 5º capítulo desta tese.³⁹²

3.3 O ambiente amazônico no I PDA (1972-1974)

Nos planos governamentais de desenvolvimento propostos para execução na década de 1970 a Amazônia foi apresentada como “fronteira de recursos”, um *locus* privilegiado para empreendimentos agropecuários, madeireiros e mineradores, com excelentes possibilidades de expansão e lucratividade, em um espaço considerado vazio, tanto da perspectiva demográfica como da econômica.

A possibilidade de apropriação de grandes porções territoriais representava a possibilidade de implementação de novas estruturas, abrindo mercados produtivos e possibilidades de investimento, e gerando divisas à economia nacional, em consonância com os objetivos de crescimento econômico e incremento do PIB preconizados pelo planejamento estatal.

Transformada em veículo de captação de subsídios, a posse da terra atraiu para a região diversos grupos nacionais e estrangeiros, a maioria sem tradição na atividade. Eram banqueiros, donos de construtoras, indústrias automobilísticas, como a Volkswagen, proprietários de frigoríficos, como a Sadia, além de “industriais enriquecidos com a ciranda financeira, políticos e advogados bem sucedidos e altissonantes”.³⁹³ Apesar das diferentes origens tinham um objetivo em comum: tornar-se donos de terras na Amazônia, para eles apenas mais uma fonte de novos e lucrativos negócios. Graças aos incentivos fiscais, a Amazônia converteu-se no “único lugar no mundo onde a Volkswagen produziu boi”. A frase de Lúcio Flávio Pinto sintetiza muito apropriadamente a lógica dos “novos tempos” da ocupação da Amazônia.

De fato, era extremamente lucrativo para bancos, companhias de seguros, de transportes, mineradoras etc., investir na derrubada da floresta tropical para a introdução de

³⁹² O Programa Grande Carajás (PGC), fundamentado essencialmente na exploração mineral, representou uma nova estratégia de ocupação econômica da Amazônia no limiar dos anos 80 e será abordado no 4º capítulo desta tese.

³⁹³ AB’SÁBER, 2004, p. 132.

grandes projetos de criação de gado, com subsídios oficiais, realizando a exploração das terras a preços aviltados em comparação com os valores praticados em outras regiões do país.³⁹⁴ A maioria dos empreendimentos mantinha-se apenas para usufruir dos benefícios fiscais. A falta de fiscalização permitiu que fazendeiros com cinco ou seis projetos aprovados recebessem financiamentos sucessivos sem implantar nenhum. Algumas fazendas mudaram de proprietário diversas vezes, transferindo sempre o usufruto dos créditos oficiais.³⁹⁵

Instalados sob o pretexto de desenvolver a Amazônia, os empreendimentos incentivados pelas políticas governamentais fomentaram a socialização dos custos sociais e ambientais e a apropriação privada dos seus resultados econômicos. Esperava-se que os novos empreendimentos gerassem empregos, renda e, sobretudo, introduzissem novas tecnologias de beneficiamento dos recursos naturais, cuja exploração até então se processava, de acordo com os discursos oficiais, sob o signo “improdutivo” do extrativismo tradicional.

No entanto, a maioria dos projetos agropecuários parece ter se destinado exclusivamente à obtenção de recursos subsidiados e ao controle sobre vastas extensões de terras, almejando sua valorização futura. Um relatório produzido por técnicos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que avaliaram a situação dos projetos agropecuários situados no nordeste do Mato Grosso, através de pesquisa de campo realizada em 1976, e por análise de imagens de satélite, revelou diversos fatores que contradiziam as perspectivas oficiais. Dos 85 projetos financiados pela SUDAM, 13 não foram sequer detectados pelo imageamento nem localizados em campo. Outros não puderam ser visitados devido às condições das estradas. A lotação média dos pastos era de 0,8 reses por hectare, havendo, no entanto, casos de 0,1 cabeças/hectare. Somente 42% dos projetos cumpriram as cláusulas contratuais com a SUDAM no tocante às habitações de seus funcionários. Embora se tratasse de projetos “agropecuários”, os administradores não mostravam interesse algum na contratação de veterinários ou agrônomos. O documento concluía que apenas 50% das áreas desmatadas estavam sendo aproveitadas em conformidade com as diretrizes do órgão financiador.³⁹⁶

Os representantes dos grupos econômicos que adquiriram terras na região, em processos via de regra eivados de ilegalidades, eram movidos, portanto, pelo interesse de se beneficiar das condições extremamente favoráveis das políticas dos governos militares, centradas na exploração intensiva dos recursos naturais. Os processos de saque dos componentes do

³⁹⁴ KOHLHEPP, Gerd. 2002, p. 40. In: KOHLHEPP, Gerd; SCHRADER, Achim (Eds.). *Homem e natureza na Amazônia*. Tübingen: ADLAF, 1987, p. 463-477.

³⁹⁵ ARNT; SCHWARTZMAN, 1992, op. cit.

³⁹⁶ VALVERDE, Orlando; FREITAS, Tácito Lívio de. *O problema florestal da Amazônia brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980. Parte do referido relatório pode ser consultada em: CNDDA. Projetos Agropecuários da Amazônia: desmatamento e fiscalização. *A Amazônia Brasileira em Foco*, nº 12, 1977-1978, p. 7-45.

ambiente amazônico, especialmente solos, águas, florestas e subsolos, decorrentes das atividades incentivadas pela planificação estatal provocaram uma extensiva “desordem social e ecológica na Amazônia”, razão pela qual os anos 70 e 80 ficaram conhecidos como as “décadas da destruição”.³⁹⁷

3.3.1 Implicações ambientais e sociais do IPDA

Ao direcionar e incentivar formas de apropriação e ocupação do território baseadas na formação da grande propriedade e na exploração em escala dos recursos, a política de incentivos fiscais e os programas concebidos como instrumentos impulsionadores do desenvolvimento da região negavam e desarticulavam as formas preexistentes de apropriação e utilização do espaço.

Populações tradicionais e/ou “povos da floresta”, secularmente instaladas nos interstícios das florestas e nas margens dos rios, como indígenas, ribeirinhos, seringueiros estabelecidos ao longo do “ciclo” da borracha,³⁹⁸ desenvolveram nos diferentes contextos históricos da formação social da Amazônia, por meio de experiências singulares e diversificadas, formas de acesso livre e autônomo aos produtos da terra, das florestas e das águas.

O reconhecimento e a defesa desses mecanismos reafirmavam-se através das gerações. Sob tais circunstâncias, o usufruto de terras, águas e florestas era mediado por determinados parâmetros instituídos pelos grupos, levando em consideração os ciclos naturais e a necessidade de manutenção dos recursos. Mitos e lendas desestimuladores de comportamentos gananciosos, como o açambarcamento de recursos e a captura de mais

³⁹⁷ PÁDUA, 2000, op. cit.

³⁹⁸ No contexto desta tese, e de acordo com a literatura antropológica, compreende-se populações tradicionais como aquelas que desenvolveram saberes e competências na interação com os ecossistemas – rios, lagos, manguezais, florestas – dos quais tiram parte dos elementos para sua subsistência, seja para alimentação, seja para a confecção de moradias, instrumentos de trabalho e, ao mesmo tempo, desenvolveram estratégias de manutenção dos recursos, por meio de práticas culturais socialmente elaboradas (MORÁN, 1990; D’INCAO, 1994; FURTADO, 1987). Enquadrar-se-iam nesses quesitos as sociedades indígenas, comunidades remanescentes de quilombo, quebradeiras de coco babaçu, populações ribeirinhas etc. Uma reflexão conceitual e metodológica interessante a respeito da temática pode ser encontrada em: DIÉGUES, Antônio Carlos; ARRUDA, S. V. Rinaldo. *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: MMA; São Paulo: USP, 2001. Para uma análise da “invenção” do conceito pelo movimento conservacionista e de sua apropriação política por determinados grupos, consultar: BARRETO FILHO, Henyo Trindade. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (Orgs.). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 109-143.

animais do que o necessário para a subsistência exerceram um papel importante nesse processo.³⁹⁹

Estudos antropológicos têm demonstrado uma considerável riqueza no imaginário da floresta entre as populações amazônicas, especialmente entre as indígenas. As narrativas perpassam por alguns elementos comuns, como a necessidade de respeitar os animais de caça, os peixes e as árvores, para que eles continuem a prover a subsistência dos seres humanos. Nesse sentido, são prescritivas, na medida em que estimulam comportamentos considerados apropriados e sugerem castigos às condutas vistas como ameaçadoras à manutenção da produtividade dos recursos e, por conseguinte, à sobrevivência do grupo.⁴⁰⁰ O desenvolvimento de novas relações com a natureza, pautadas pelo caráter mercantil, colocou em xeque relações sociais historicamente produzidas pelas sociedades regionais com a natureza amazônica.

Essa mudança de percepção e apropriação dos componentes do ambiente pode ser ilustrada na utilização dos açazais dos estuários amazônicos, estudada por Mourão. De acordo com a pesquisa historiográfica da autora, até os anos 1960, as dinâmicas de coleta de frutos e extração do palmito eram realizadas de modo sistemático e em uma escala que assegurava a regeneração das touceiras. A coleta dos frutos era feita manualmente e os caroços eram usados no cultivo de açazais em novas áreas, garantindo sua existência por quatro séculos. A retirada e consumo de palmitos eram efetuados apenas ocasionalmente e no corte da palmeira retiravam-se as unidades mais velhas para o desbaste da touceira. Desse modo, os procedimentos ecológicos que prevaleciam socialmente asseguravam a permanência de tais usos.⁴⁰¹

Por sua vez, a partir dos anos 70, com a implantação de fábricas de conserva, em praticamente todos os municípios amazônicos estuarinos, em grande medida beneficiadas pela legislação de incentivos fiscais da SUDAM, outra lógica foi adotada no corte das palmeiras para extração de palmito. A finalidade da atividade extratora passou a ser o corte do maior número possível de palmeiras, em consonância com a otimização da capacidade produtiva das fábricas. Em decorrência dessa dinâmica, orientada pela lógica do mercado, efetuou-se um intenso abate dos açazais, provocando o arrefecimento da produção e, por conseguinte, da

³⁹⁹ MORÁN, Emílio. *Meio ambiente e florestas*. São Paulo: SENAC, 2010.

⁴⁰⁰ MORÁN, Emílio. *A ecologia humana das populações da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1990; MORÁN, 2010, op. cit.

⁴⁰¹ Mourão, op. cit., 2011, p. 317.

oferta de frutos, a elevação dos preços do suco de açaí e mudanças ecológicas nos seus ecossistemas.⁴⁰²

Em termos gerais, portanto, os componentes do ambiente amazônico apropriados pelas políticas desenvolvimentistas não encerravam um caráter estritamente utilitarista para as populações regionais. Eram partes constitutivas de modos de vida fundados em critérios de pertinência e de direitos constituídos em razão do trabalho investido e das relações sociais construídas.

Na Amazônia secularmente extrativista, economicamente identificada pela coleta dos produtos da floresta, o maior valor estava na árvore e não na terra. Com as políticas desenvolvimentistas delineadas nos planos de desenvolvimento, especialmente a partir dos anos 70, é que a terra passou a ter valor econômico por excelência.⁴⁰³ No modelo de ocupação econômica proposto para a região, a floresta só gerava lucros quando derrubada e substituída por pastagens, condição primordial para a obtenção de financiamentos.

O nordeste do Estado de Mato Grosso, à margem esquerda do rio Araguaia, na divisa ao norte, com o Estado do Pará foi a primeira grande área apropriada pelos projetos subsidiados pelas políticas governamentais fomentadas pela SUDAM. Além de pequenos produtores familiares e povos indígenas, essa área era povoada por pequenos criadores de gado e comerciantes.⁴⁰⁴ A presença estatal era ínfima, de modo que com raras exceções, a ocupação das terras se dava fundamentalmente por meio da posse, inexistindo documentos reconhecidos em cartório, de acordo com uma concepção formal de propriedade.⁴⁰⁵

O Estatuto da Terra, instituído pela Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, assegurava ao posseiro, após dez anos de ocupação ininterrupta em um lote de terra, o seu direito à propriedade.⁴⁰⁶ Por implicar gastos e diversos trâmites burocráticos difíceis de serem acessados pelos posseiros, de modo geral, o registro legal dessas terras não foi efetuado. Por conseguinte, elas entraram no circuito de compra e venda como terras não ocupadas, sob a

⁴⁰² Idem, *ibidem*.

⁴⁰³ Tem-se, portanto, uma mudança na relação valor/árvore para valor/terra. Com efeito, para os novos proprietários desmatar a floresta funcionava como forma de investimento, uma vez que para receber o financiamento, a floresta deveria ser substituída, principalmente, por pasto, em um certo número de hectares (BRITO, 2005, p. 94).

⁴⁰⁴ TORRES, Maurício (Org.). *Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163*. Brasília: CNPQ, 2005, p. 67-184.

⁴⁰⁵ ESTERCI, Neide. Campesinato e igreja na fronteira – o sentido da lei e a força da aliança. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. Vol. 1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 223-244.

⁴⁰⁶ BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504.htm>. Acesso em 13 fev. 2012.

égide do aparelho estatal. Os novos “donos” das terras, evidentemente procuraram fazer valer sua propriedade expulsando seus antigos moradores.

Por sua vez, a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, conhecida como Estatuto do Índio, conferia a posse permanente das terras habitadas pelos povos indígenas, bem como o direito ao usufruto exclusivo das “riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes”.⁴⁰⁷ A proteção legal, no entanto, não impediu que os territórios indígenas fossem invadidos, cortados por estradas, tivessem seus limites reduzidos ou mesmo fossem remanejados, para abrigar os empreendimentos privados. Um dos casos mais conhecidos, no período de vigência do I PDA, foi a perda de parte expressiva do Parque Nacional do Xingu, em 1971, para possibilitar a construção da rodovia BR-080.⁴⁰⁸

Vivendo em diversos pontos da Amazônia há várias gerações, sem questionamentos acerca da legitimidade de sua ocupação por outros segmentos sociais ou agências estatais, diversos grupos construíram suas próprias regras de acesso, controle e uso da terra e demais recursos naturais. A socióloga Neide Esterci documentou esse processo junto aos posseiros de Santa Terezinha, comunidade camponesa localizada precisamente em uma área estratégica aos desígnios estatais, onde entre 1966 e 1970 foram aprovados pelos órgãos oficiais 66 projetos agropecuários: o nordeste mato-grossense, onde se encontravam os municípios de Barra do Garças, São Félix e Luciara.

Na área rural, cada família se apropriava em termos permanentes apenas do espaço em que construía a casa, o quintal e o pomar. Era o que designavam como a propriedade de um chefe de família. A cada ano, pequenas roças eram feitas em outras áreas, mas ficavam sob o domínio de uma família apenas o tempo suficiente para que todos os frutos do plantio fossem recolhidos. Eram as áreas de serviço, que podiam vir a ser apropriadas por outros, depois de colhidas as últimas raízes de mandioca, a planta de ciclo mais longo nelas cultivada. Havia ainda as matas e as pastagens naturais, das quais ninguém se apropriava porque eram comuns. [...]⁴⁰⁹

Além da casa, da roça, do sítio, da capoeira, a propriedade, incluía também espaços ainda não trabalhados e deixados como reserva para plantios e extração da madeira necessária ao reparo da casa e construção de cercas. Mesmo esses espaços eram passíveis de cálculo, por parte dos demais moradores, e seu uso era avaliado de acordo com a quantidade de pessoas a

⁴⁰⁷ BRASIL. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6001.htm>. Acesso em: 12 jun. 2013.

⁴⁰⁸ FEARNSSIDE, Philip. Rondônia: a farsa das reservas. In: *Ciência Hoje*. Vol. 3, nº 17, 1985, p. 90-91. O Parque Nacional do Xingu foi criado por meio do Decreto nº 50.455, de 14 de abril de 1961, abrangendo originalmente uma área aproximada de 22 mil quilômetros quadrados no Estado de Mato Grosso. A categoria híbrida de “Parque Nacional” decorreu do duplo desígnio de proteção ambiental e dos povos indígenas que orientou sua criação. Desse modo, a área foi legalmente subordinada tanto ao órgão indigenista oficial, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), como ao IBDF. Com a criação da FUNAI, em 1967, em substituição ao SPI, o Parque Nacional passou a ser designado Parque Indígena.

⁴⁰⁹ ESTERCI, op. cit., 2009, p. 228-229.

alimentar e a quantidade de braços aptos ao trabalho na unidade familiar. Desse modo, se algum chefe de família guardasse mais que o avaliado pelo grupo como necessário, os demais diziam que ele estava “devorando” ou “estragando” a mata.⁴¹⁰

Com a facilidade de aquisição de terras públicas e com os generosos incentivos concedidos pelos governos militares essas lógicas de apropriação dos espaços foram completamente subvertidas, desencadeando um processo de aniquilação e/ou subordinação dos modos de vida experimentados nas aldeias indígenas e povoados camponeses. Sua presença era indesejada e desqualificada, posto que não se coadunava com as diretrizes da ocupação produtiva planejada para a região, assentada nos grandes empreendimentos agropecuários, madeireiros e, posteriormente, mineradores.

Estava em questão, por um lado, a defesa da permanência em espaços historicamente ocupados e pensados como territórios de vivências, portadores de sentidos e significados socialmente construídos para além das atividades produtivas e, por outro, a institucionalização do controle estatal sobre tais espaços, especialmente aqueles que concentravam as “matérias primas” das atividades econômicas preconizadas e incentivadas pelo planejamento governamental.

Nesse contexto, a constituição de um mercado de terras na Amazônia, negava e reduzia sistematicamente os usos tradicionalmente praticados pelos antigos ocupantes e instituía a privatização dos recursos com vistas à sua exploração em escala pelos mercados. Esse processo foi marcado pela violência e teve efeitos devastadores sobre o ambiente e as populações regionais, especialmente posseiros e povos indígenas, que muitas vezes não puderam se contrapor aos novos “donos” das terras que ocupavam e foram sumariamente expulsos. Foi o que ocorreu, por exemplo, nas proximidades do município mato-grossense de São Félix do Araguaia, com a chegada da Suiá-Missú, a primeira empresa agropecuária implantada na região. Dos 695.843 hectares de terras dos quais ela se apropriou foram expulsas muitas famílias de pequenos produtores e todos os integrantes de uma aldeia da nação Xavante, transportados compulsoriamente para outro local, distante de suas terras ancestrais.⁴¹¹

As edições do Jornal do Brasil dos dias 10, 11 e 12 de setembro de 1972 dedicaram uma extensa cobertura aos efeitos da marcha de ocupação da Amazônia, ao longo das estradas abertas, sobre as populações indígenas regionais. O repórter Mário Chivanovitch denunciou a

⁴¹⁰ Idem, *ibidem*.

⁴¹¹ ESTERCI, 2009, *op. cit.* Uma importante referência acerca dos efeitos das políticas desenvolvimentistas sobre as nações indígenas é a obra “Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios no Brasil”, de Shelton Davis (DAVIS, 1978).

expulsão gradativa de diversas etnias face a interesses da iniciativa privada envolvendo áreas imensas de terra, principalmente no Estado de Mato Grosso, em geral com a conivência e/ou omissão dos órgãos responsáveis pela proteção de seus direitos.⁴¹² Segundo a reportagem, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) teria concedido autorização a sete empresas de exploração mineral para a realização de prospecções no Parque Indígena do Aripuanã, localizado nos limites do Território Federal de Rondônia com o Estado de Mato Grosso, com uma população estimada em cerca de 5 mil indivíduos.⁴¹³

A região já se encontrava conflagrada devido a instalação de um projeto de colonização da Companhia Colonizadora Itaporanga, de São Paulo, que fora estendendo seus domínios através do Parque. O quadro tendia a recrudescer com a instalação das empresas mineradoras, considerando as características guerreiras das nações indígenas locais, especialmente os Cinta-larga.

Ainda no Mato Grosso, na região de Pimentel Barbosa, o repórter do Jornal do Brasil identificou um projeto agropecuário de propriedade de 25 médicos goianos, ocupando terras com extensão de 30 mil hectares, onde se localizavam aldeias xavante. Igualmente, em Areões, também foram registrados vários projetos financiados pelo Banco do Brasil, que tinham a particularidade de dispensar certidões da FUNAI atestando ou não a presença de agrupamentos indígenas no local, embora a área fosse reivindicada pelos Xavante como seu território.⁴¹⁴

O estabelecimento de condições para atração e instalação dos empreendimentos agropecuários e mineradores na Amazônia implicou no deslocamento e expulsão de populações tradicionalmente assentadas em determinadas áreas, precisamente pela existência de recursos naturais naqueles espaços que interessavam às políticas desenvolvimentistas executadas pelo Estado. A esse respeito, a remoção dos povos Nhambiquara do território secularmente ocupado, no contexto de abertura da BR-364, exaltada nos Planos de desenvolvimento por atravessar uma região potencialmente rica em minérios e com terras propícias para a agropecuária, é emblemática.

⁴¹² CHIMANOVITCH, Mário. A triste história da integração indígena. In: *Jornal do Brasil*. Edição 00145, 12./set./1972, caderno Nacional, p. 18. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq=Chimanovitch>. Acesso em: 16.04.2015.

⁴¹³ Neste Parque, criado pelo Decreto nº 64.860, de 23 de julho de 1969, espalhados em mais de vinte aldeias, viviam índios cinta-larga, suruí, gaviões e bocas-negras. As sete empresas beneficiadas pelo memorando nº 049, do Departamento Geral do Patrimônio Indígena, assinado pelo senhor J.B. Cavalcanti de Melo, diretor-substituto do órgão, foram as seguintes: Mineração São Carlos Ltda; Cia. Espírito Santo de Mineração (CESMI); Cia. Estanífera do Brasil; Mineração Alcione Ltda. (MINAL); Mineração Vale do Madeira (MIVALE) e Mineração Vale de Roosevelt Ltda.

⁴¹⁴ CHIMANOVITCH, 1972, op. cit.

Os efeitos deletérios da invasão das terras Nhambiquara por empresas agropecuárias e colonizadoras sobre a vida daquele povo foram sintetizados num relato dramático do repórter Mário Chimanoitch para a edição do *Jornal do Brasil*, de 12 de setembro de 1972.

Apesar de a Constituição, em seu Artigo 198, garantir ao índio o direito de posse permanente da terra e usufruto das riquezas naturais nela existentes, a Fundação Nacional do Índio, neste momento dá prosseguimento à remoção de mais de 500 índios nhambiquaras das terras que habitavam no vale do rio Guaporé, em Mato Grosso, para reserva criada às margens da BR-364, que liga Porto Velho a Cuiabá. As terras férteis ocupadas por esses índios, no vale do Guaporé despertaram o interesse de dezenas de companhias agropecuárias e de colonização, que atualmente já se encontram instaladas na região. E apesar de diversos pareceres contidos em relatórios contrários à mudança, elaborados por funcionários do próprio órgão que estiveram acompanhando a questão, a Funai baixou portaria há um ano determinando a transferência desse povo para a reserva do rio Camararé, de terra infértil, entremeada de cerrados. Como poderá o índio, ainda em estado de semi-aculturação (sic), viver no cerrado? É uma pergunta que, infelizmente a Funai não tem se preocupado em responder. Das belíssimas matas localizadas no vale do Guaporé, o nhambiquara – dividido em subgrupos bastante hostis entre si – vê-se agora removido quase que à força, para uma região de terra árida onde a caça é praticamente inexistente. A corrida de empresários, na sua maioria sulistas, à região, já teve, no ano passado, efeitos fatais: contaminada pela gripe, em poucos meses, a população tribal situada na faixa abaixo dos 15 anos, foi quase que totalmente dizimada.⁴¹⁵

Segundo o repórter, mais de vinte projetos subvencionados pela SUDAM estariam usufruindo dos solos férteis Nhambiquara. Os territórios ancestrais deste povo foram apropriados, portanto, por segmentos empresariais para fins estritos de acumulação econômica, sob os auspícios do planejamento do desenvolvimento estatal.

Processo semelhante foi vivenciado pelos Waimiri-Atroari, povos que há séculos dominavam a região dos altos rios Urubu e Uatumã, até a cachoeira de Balbina, no norte do Estado do Amazonas. A BR-174, que ligaria Manaus à Boa Vista e, em seguida, à Venezuela, que começou a ser construída em fins dos anos 60, cortando suas terras. Em 1971, em decorrência da abertura da rodovia, o presidente Garrastazu Médici criou a Reserva Waimiri-Atroari, com aproximadamente 1 milhão e 600 mil hectares, representando uma redução de 75% do território tradicional desses indígenas.

Com a descoberta de ricas jazidas de cassiterita no alto rio Uatumã, identificadas pelo Projeto RADAM, em 1973, precisamente na região onde eles haviam se refugiado devido à abertura da estrada, seu território diminuiu ainda mais com a interdição de algumas áreas. Finalmente, o Decreto nº 86.630, de 23 de novembro de 1981, assinado pelo presidente

⁴¹⁵ CHIMANOVITCH, Mário. A triste história da integração indígena. In: *Jornal do Brasil*. Edição 00145, 12./set./1972, caderno Nacional, p. 18. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq=Chimanovitch>. Acesso em: 16.04.2015.

Figueiredo, desmembrou 526 mil hectares de suas terras para assegurar os trabalhos de mineração de um grande grupo financeiro, o grupo Paranapanema.⁴¹⁶ Por sua vez, a construção da hidrelétrica de Balbina, projetada para atender as demandas da Zona Franca de Manaus, e iniciada em 1975 pela ELETRONORTE, inundou 1.580 km² de floresta, morada tradicional desse povo.

Situação similar foi vivenciada pelos seringueiros do Acre. Com a falência da atividade extrativista em escala nos seringais e o desaparecimento da figura dos seringalistas, livres do sistema de “aviamento”, os seringueiros, estabelecidos em colocações, passaram a se dedicar a suas culturas de subsistência, caça, pesca e comercialização de produtos florestais junto aos comerciantes dos rios, os “regatões”.⁴¹⁷ Nesse contexto, instituíram bases para viver na floresta de modo mais autônomo em relação ao domínio das relações mercantis de produção, tornando-se, a partir daí, legítimos posseiros.⁴¹⁸ Este modo de vida, no entanto, foi completamente solapado quando os seringais do período da borracha entraram no circuito de venda de terras, sendo transformados em fazendas, sob impulso das novas políticas de ocupação econômica fomentadas pelo Estado.

Assim como em outras partes da Amazônia, o avanço dos empreendimentos agropecuários no território acriano foi assinalado pelos preços extraordinariamente baixos das terras, destacando-se casos de valores oscilando entre 30 centavos e 2 cruzeiros por hectare, completamente defasados em relação ao preço médio de terras no Brasil naquela época.⁴¹⁹ O valor da terra era essencialmente determinado pela renda obtida na exploração do látex e não pelo número de hectares.⁴²⁰

A especulação fundiária decorrente dos preços aviltados das terras provocou uma verdadeira corrida sobre as terras florestadas dos antigos seringais, “com os compradores adquirindo todas as que eram possíveis, na expectativa da valorização, para vendê-las a preços

⁴¹⁶ LEONARDI, Victor. *Entre árvores e esquecimentos: história social nos sertões do Brasil*. Brasília: Paralelo 15 Editores, 1996.

⁴¹⁷ O aviamento consistiu no sistema de crédito que organizou o mercado da borracha na Amazônia. Aviar significa fornecer mercadorias a crédito, tanto para produção como para consumo. Envolvia um industrial ou banqueiro estrangeiro, o qual fornecia capital a grandes comerciantes de cidades como Belém e Manaus. Estes abasteciam comerciantes das cidades menores, que, por sua vez abasteciam os donos de seringais, fornecedores, por seu turno, de produtos aos seus trabalhadores. A produção da borracha seguia o caminho inverso. Esse sistema onerava sucessivamente os produtos aviados e aviltava o valor da produção no fluxo contrário (MIRANDA NETO, 1979).

⁴¹⁸ No momento inicial de expansão da fronteira, mais de 70% da população acriana vivia no campo e aproximadamente 85% desse contingente não possuía propriedade formal das terras que ocupava (PAULA; SILVA, 2009).

⁴¹⁹ ALMEIDA, Maria Geralda. A problemática do extrativismo e da pecuária no Estado do Acre. In: KOHLHEPP, Gerd; SCHRADER, Achim (Eds.). *Homem e natureza na Amazônia*. Simpósio Internacional e Interdisciplinar. Associação Alemã de Pesquisas sobre a América Latina (ADLAF), 1987, p. 221-236.

⁴²⁰ Idem.

exorbitantes”.⁴²¹ O Acre era apresentado como um bom investimento e a pecuária o melhor instrumento para realizá-lo. Por conseguinte, repetindo o processo em curso em outras áreas da Amazônia, as terras acrianas passaram a ser tratadas como reserva de valor, mercadoria propiciadora de grandes lucros.

A transformação dos recursos naturais amazônicos em mercadorias pressupunha, por princípio, a “limpeza” e/ou “esvaziamento” das áreas mais promissoras aos desígnios estatais de modo a garantir sua ocupação pelo grande capital. A descoberta de enormes jazidas de minério de ferro na serra dos Carajás no sudeste do Pará, em 1967, tornou aquela região estratégica aos planos governamentais. Para assegurar o modelo de ocupação baseado na pecuária extensiva e na exploração mineral, os governos militares montaram um gigantesco sistema de repressão e controle político na área, desencadeado pela intensa ação repressiva contra a chamada “Guerrilha do Araguaia” no limiar dos anos 70 e pela militarização da questão agrária com a criação de órgãos vinculados ao Serviço Nacional de Informações (SNI) para “disciplinar” a questão fundiária na região, que se tornou uma das mais conflagradas no campo paraense.⁴²²

A “segurança” jurídica e social necessária para assegurar os investimentos na Amazônia passava necessariamente, portanto, pela expulsão e desarticulação das populações locais, que se viram subitamente desprovidas dos seus meios de subsistência. Era imperativo, pois, “limpar” a terra, seja para a instalação dos projetos agropecuários, empresas mineradoras, seja para a construção de barragens. Pesquisas de Alfredo Wagner Berno de Almeida sobre os conflitos agrários na Amazônia revelam que as áreas de maior tensão localizavam-se precisamente ao longo das rodovias, construídas ou em construção, nos vales úmidos, em áreas férteis ou de florestas ricas em madeira de lei.⁴²³

Na conjuntura histórica da primeira metade dos anos 70, o exercício formal do poder à custa da força, pelos militares, excluía radicalmente a participação da sociedade nas decisões sobre o seu destino. O aparato repressivo se refletia, pois, numa baixa capacidade de mobilização da sociedade civil. Dessa maneira, as ações em defesa do direito à terra naquele

⁴²¹ Idem, p. 228.

⁴²² Guerrilha do Araguaia é o movimento de resistência à ditadura militar desenvolvido por grupos de esquerda, especialmente do Partido Comunista do Brasil, no sul do Pará, à margem esquerda do rio Araguaia, alvo de intensa ação repressiva por parte do regime entre 1972 e abril de 1974, quando o movimento foi esmagado por um contingente militar infinitamente superior ao seu quantitativo. Esse processo foi orientado por ações de extrema violência, não somente contra os militantes, mas também contra a população local, inclusive indígenas. A esse respeito, consultar PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. In: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas [online]. 2011, vol.6, n.3, p. 479-499. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v6n3/02.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2013.

⁴²³ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Conflito e poder: os conflitos agrários na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado (1969-1989)*. 1989. Edição do Autor. Mimeo.

contexto foram desenvolvidas na esfera de algumas instituições religiosas, como a Igreja Católica, por meio da atuação de alguns de seus membros.⁴²⁴ Em encontro pastoral de religiosos amazônicos, realizado no município de Santarém, no período de 24 a 30 de maio de 1972, foi lançado o “Documento de Santarém”, estabelecendo as linhas prioritárias da ação eclesial na região.⁴²⁵ Os bispos que o consignaram, denunciaram a violação de direitos básicos, como a posse da terra e a distribuição desigual dos recursos públicos, voltados para os grandes empreendimentos. Segundo os religiosos, naquele contexto, em que a Transamazônica e outras estradas estavam “empreendendo a integração e o desenvolvimento da vastíssima região em conexão com as hidrovias”, aqueles problemas envolvendo o “homem da Amazônia”, especialmente os posseiros, reclamavam a atenção e as providências da Igreja.⁴²⁶

Desse modo, foram propostas como diretrizes orientadoras da ação dos religiosos na região, a formação pastoral de leigos, a criação de comunidades eclesiais de base, a atenção aos povos indígenas e o acompanhamento das questões fundiárias, especialmente os conflitos de terras.⁴²⁷ Em consonância com essas orientações, em algumas circunscrições religiosas, como na Diocese de Marabá, sob a liderança de Dom Álamo Pena, e na Prelazia de São Félix do Araguaia, dirigida por Dom Pedro Casaldáliga, o aparato institucional da Igreja Católica foi utilizado para prestar auxílio técnico e jurídico aos colonos instalados ao longo das rodovias de penetração e integração.

Alguns bispos e padres denunciaram graves violações de direitos perpetradas contra indígenas e posseiros pelos agentes dos grandes empreendimentos, avalizados pela omissão

⁴²⁴ Convém ressaltar que membros de outras igrejas, como a Luterana, também participaram do processo de lutas pela terra na Amazônia ao lado de posseiros e indígenas. A esse respeito, consultar: PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. *Igreja e Camponeses na fronteira do Araguaia Tocantins*. 216 f. Dissertação (Mestrado). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 1990.

⁴²⁵ Conforme registrado na coletânea “Documentos da Igreja na Amazônia”, publicada em 2014 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o documento de Santarém é considerado contra os militantes, mas também contra a população local, inclusive indígenas. A esse respeito, consultar PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. In: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas [online]. 2011, vol.6, n.3, p. 479-499.

⁴²⁵ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Conflito e poder: os conflitos agrários na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado (1969-1989)*. 1989. Edição do Autor. Mimeo.

⁴²⁵ Convém ressaltar que membros de outras igrejas, como a Luterana, também participaram do processo de lutas pela terra na Amazônia ao lado de posseiros e indígenas. A esse respeito, consultar: PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. *Igreja e Camponeses na fronteira do Araguaia Tocantins*. 216 f. Dissertação (Mestrado). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 1990.

⁴²⁵ Conforme registrado na coletânea “Documentos da Igreja na Amazônia”, publicada em 2014 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o documento de Santarém é considerado um marco pelos religiosos, pois todos os encontros de pastoral, a partir de 1972 se voltaram para ele, discutindo suas proposições com base em novas perspectivas e realidades surgidas ao longo das décadas seguintes.

⁴²⁶ Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. *Desafio Missionário: Documentos da Igreja na Amazônia*. Brasília: Edições CNBB, 2014.

⁴²⁷ Idem, ibidem.

dos órgãos governamentais. E cobravam providências junto às esferas competentes. Em decorrência dessa postura, muitos agentes pastorais e lideranças religiosas foram vitimados pela repressão política. Missionários estrangeiros atuantes na defesa de colonos foram expulsos do país.⁴²⁸

Diante dos efeitos das políticas governamentais sobre os povos amazônicos, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) criou dois importantes órgãos em sua estrutura institucional na primeira metade dos anos 70, a saber: o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), criado em 1972, com o objetivo de conduzir a ação pastoral junto aos povos indígenas e auxiliar na defesa de seus territórios contra o avanço das empresas que compravam terras na região, inclusive com assistência jurídica;⁴²⁹ e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), fundada em junho de 1975, por ocasião do Encontro de Pastoral da Amazônia em Goiânia, com o propósito de interligar, assessorar e dinamizar as atividades de apoio aos movimentos sociais no campo.⁴³⁰ A ação desta última, inicialmente circunscrita à Amazônia, foi posteriormente estendida ao restante do país. Segundo avaliações expressas em documentos da Igreja, por ter uma “cobertura institucional”, a CPT propiciou a visibilidade política dos conflitos fundiários, passando a ser um canal sistemático de registros e denúncias envolvendo esta questão.⁴³¹

Num contexto marcado pela repressão institucionalizada à mobilização da sociedade civil, uma parcela da Igreja da Amazônia exerceu um papel relevante na formação de lideranças sindicais, ligadas à luta pela terra. O trabalho de formação e assessoramento, orientado pela CPT, engendrou entre os camponeses uma concepção de movimento sindical como um instrumento de classe, independente e reivindicatório, em especial no sudeste

⁴²⁸ Este foi o caso do padre francês François Jentel, que entre a segunda metade da década de 1960 e o início dos anos 70, mobilizou trabalhadores de uma comunidade situada na região do Araguaia, no Mato Grosso, contra a ocupação de suas terras pela Companhia de Desenvolvimento do Araguaia (CODEARA). O estopim do conflito entre as partes foi o episódio da destruição, por seguranças armados da empresa, de casas e benfeitorias já realizadas na área em litígio, inclusive um ambulatório médico construído em regime de mutirão, organizado pelo religioso. Taxado de subversivo pelos militares, o padre foi preso e condenado por uma auditoria militar, sendo posteriormente expulso do país. A fala de Dom Pedro Casaldáliga, bispo da Prelazia do Araguaia e superior eclesiástico de Jentel, indica o que teria sido o seu maior “crime” diante das autoridades: em seus discursos, o padre reclamava “apenas 1% de todos os incentivos fiscais dados pela SUDAM aos grandes, na Amazônia Legal, para resolver o problema global da infraestrutura educacional, sanitária, de assistência técnica e de comunicação de todos os posseiros da Amazônia”. Uma abordagem sobre a atuação de François Jentel na Amazônia mato-grossense pode ser encontrada em: ESTERCI, Neide. *Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa*. Petrópolis: Vozes, 1987.

⁴²⁹ ARNT; SCHWARTZMAN, 1992, op. cit.

⁴³⁰ Idem.

⁴³¹ Comissão Pastoral da Terra. *Os pobres possuirão a terra (Sl. 37,11)*: pronunciamentos de bispos e pastores sinodais sobre a terra. São Paulo: Paulinas; São Leopoldo: Editora Sinodal; Centro de Estudos Bíblicos (CEBI), 2006.

paraense.⁴³² Este foi um passo importante na organização social no campo amazônico pois os sindicatos rurais funcionavam como órgãos de colaboração dos governos e voltavam-se, prioritariamente, ao exercício de ações assistencialistas.⁴³³

Mesmo enquadrados pelos governos militares em funções de previdência social e assistência médica, os sindicatos fortaleceram o espírito de representação social. Em 1973, o II Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais reuniu, em Brasília, 1.500 sindicatos rurais. No evento, discutiram-se problemas da legislação trabalhista, previdência social e desenvolvimento agrícola. A necessidade de uma reforma agrária foi reafirmada e fortaleceu-se a oposição à política de colonização na Amazônia, então em pleno vigor.⁴³⁴

O processo de transformação dos sindicatos de trabalhadores rurais em instâncias reivindicativas inscreveu entre os princípios do movimento de luta pela terra o combate à venda de lotes, considerada uma prática nociva aos interesses coletivos.⁴³⁵ Esta lógica, fomentada entre posseiros do sudeste paraense, chocava-se com os princípios da diretriz da ocupação da Amazônia preconizada no planejamento estatal, assentada em incentivos à apropriação privada de grandes extensões de terra por particulares.⁴³⁶ Nesse sentido, a luta daqueles sujeitos pela posse da terra se destacou nos processos de resistência engendrados contra as políticas desenvolvimentistas intensivas de recursos naturais e incentivadoras da concentração fundiária, nos anos 70 e nas décadas seguintes.

3.4 O debate ambiental e o I PDA

O recrudescimento da pressão sobre os recursos naturais da Amazônia na década de 1970, sob a égide das políticas estatais de desenvolvimento, teve repercussão negativa na agenda ambiental internacional que estava se construindo. Conforme demonstramos no segundo capítulo, no contexto pós-segunda guerra, pesquisas no campo das ciências naturais delineavam um perfil contundente acerca da gravidade dos efeitos decorrentes do acelerado crescimento econômico, que configurou a “era de ouro” do capitalismo, sobre os ecossistemas

⁴³² Em pesquisa sobre campesinato e sindicalismo no sudeste paraense, Guerra identificou um processo de transformação dos sindicatos de diversos municípios daquela região, a partir dos anos 1970, expressando a construção de uma nova “identidade sindical”, de caráter reivindicativo. Os resultados desse estudo foram publicados em: GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. *O posseiro da fronteira: campesinato e sindicalismo no sudeste paraense*. Belém: Paka-Tatu, 2013.

⁴³³ Eram os chamados sindicatos “pelegos”, cujas funções se limitavam a encaminhar doentes para atendimento médico, referendar documentos para obtenção de aposentadorias e denunciar os “comunistas”, que segundo seus dirigentes, induziam o povo a invadir as terras, acobertados pela Igreja Católica (GUERRA, 2013).

⁴³⁴ ARNT; SCHWARTZMAN, 1992, p. 103, op. cit.

⁴³⁵ GUERRA, 2013, op. cit.

⁴³⁶ Idem.

terrestres. Essa discussão foi incorporada pelos setores políticos e pelos organismos das Nações Unidas,⁴³⁷ colocando em debate a percepção da natureza como fonte inesgotável de matérias primas para o desenvolvimento.

Para Frederick Turner, a concepção de natureza como um obstáculo a ser transposto, representou um dos meios mais expressivos pelos quais as sociedades humanas se relacionaram com o mundo natural. Tal perspectiva fomentou, por conseguinte, ações de apropriação e exploração em escala, ao longo da História, dos mais distintos ecossistemas, sobretudo no Ocidente.⁴³⁸ Com efeito, o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas pautou-se pelo domínio da natureza através da eficiência técnica e do conhecimento científico, capaz de elevar as condições materiais de existência por meio da produção e do consumo. Esse pressuposto foi assinalado por uma ideia de natureza inesgotável, que além de fornecer os insumos necessários à realização do crescimento econômico, também seria capaz de absorver os rejeitos das atividades produtivas.

De fato, a atividade econômica, propulsionada pela industrialização, multiplicou-se numa escala sem precedentes. A produção industrial cresceu mais de 50 vezes no último século, sendo que quatro quintos desse crescimento se deram a partir de 1950.⁴³⁹ Todavia, esses números refletem e prefiguram profundos impactos sobre a biosfera, na medida em que aumentam os investimentos em habitação, transporte, agricultura e indústria.⁴⁴⁰ Parte significativa do crescimento econômico, portanto, ocorre à custa de matérias primas extraídas do ambiente como florestas, solos, águas e subsolos, intensamente apropriados por políticas e práticas agrícolas, industriais, energéticas, florestais e viárias.

Esse modelo de desenvolvimento começou a ser questionado com a emergência de um conjunto de questões que, em diferentes esferas e escalas, convergiram para a discussão dos “limites do crescimento”.⁴⁴¹ Conceitos e análises oriundos das ciências naturais, especialmente climatologia, geologia, botânica, física, química, ao demonstrar, de modo incontestável, os papéis desempenhados pelos ecossistemas no funcionamento da biosfera,

⁴³⁷ PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

⁴³⁸ TURNER, Frederick. *O Espírito Ocidental contra a Natureza: Mitos, História e as Terras Selvagens*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

⁴³⁹ CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

⁴⁴⁰ Idem.

⁴⁴¹ Os limites do crescimento se referem aos impactos das atividades produtivas e da demografia sobre os recursos naturais, considerando sua perenidade. O documento mais representativo desse debate e que adquiriu maior projeção foi o Relatório Meadows, resultado de uma pesquisa realizada por um grupo de cientistas e técnicos do Massachusetts Institute of Technology (MIT). O estudo alertava para a impossibilidade da manutenção dos patamares vigentes de crescimento, sob risco de um drástico esgotamento dos recursos (MEADOWS, 1972).

subverteram a crença na capacidade ilimitada da natureza como fonte de recursos e recipiente de rejeitos.

Nesse sentido, dois conceitos revelaram-se fundamentais para a compreensão histórica das mudanças ambientais produzidas pelas atividades antrópicas, a saber: o de metabolismo, que caracteriza o fluxo de energia e matéria trocado entre sociedade e ambiente, envolvendo a extração e o processamento dos insumos até o descarte e a eliminação dos resíduos; e o princípio da entropia, caracterizada pela medida de aceleração da taxa de dispersão do calor e de degradação de energia provocada pela utilização dos recursos naturais.⁴⁴² Nestes termos, a apropriação social da natureza como fonte de recursos e depositária de rejeitos, que fundamentou o crescimento econômico no bojo do sistema capitalista de produção, passa a ser refutada.

O desenvolvimento da física quântica, no século XX, as descobertas acerca do funcionamento das partículas subatômicas, fora de quaisquer padrões conhecidos e a constatação da constante expansão do universo consolidaram essa trajetória de mudança. A revelação de que os componentes do mundo subatômico não possuíam propriedades intrínsecas e independentes do seu meio, mas comportavam-se em estreita dependência das interrelações estabelecidas nas situações experimentais, comportando-se ora como partículas, ora como ondas, desvendou uma dimensão da natureza que não se enquadrava nos modelos científicos cartesianos. Esta nova física inaugurou, pois, uma concepção holística do universo.

Segundo Fritjof Capra, na física atômica, os fenômenos observados só podem ser entendidos como correlações entre vários processos de observação e medição, e a finalidade dessa cadeia de processos está intrinsecamente vinculada à consciência do observador humano.⁴⁴³ Desse modo, invalida-se o paradigma clássico de uma descrição objetiva da natureza, pois “na física atômica, não pode mais ser mantida a nítida divisão cartesiana entre matéria e mente, entre o observado e o observador. Nunca podemos falar da natureza sem, ao mesmo tempo, falarmos sobre nós mesmos”.⁴⁴⁴ Sob tal perspectiva, sociedade e natureza não podem mais ser considerados como entes independentes e separados.

Os avanços teóricos ocorridos no campo da física e da química na compreensão do funcionamento das propriedades da matéria, bem como os estudos acerca dos processos de dissipação de energia produzidos pelas atividades de produção material subverteram, portanto, os princípios de inesgotabilidade, imutabilidade e perenidade da natureza e de seus

⁴⁴² ALTVATER, Elmar. *O preço da riqueza: pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial*. São Paulo: UNESP, 1995.

⁴⁴³ CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação*. São Paulo: Cultrix, 2012.

⁴⁴⁴ Idem, p. 84.

componentes, que fundamentaram o moderno sistema industrial capitalista, dependente de recursos naturais numa dimensão desconhecida a qualquer outro sistema social na história da humanidade.⁴⁴⁵ Reconhecia-se, desse modo, que assim como as atividades econômicas transformam o ambiente, a alteração deste configura uma restrição externa ao desenvolvimento econômico e social. O crescimento econômico, ancorado na industrialização, e a natureza, passam a ser considerados, portanto, como elementos indissociáveis de uma mesma equação.

Por outro lado, a constatação de que o padrão econômico prevalecente aprofundou a concentração de renda e as desigualdades sociais, num mundo em constante expansão demográfica, também desqualificava o crescimento econômico como mitigador dos problemas globais, especialmente a pobreza. A sociedade teve que defrontar-se, pois, com os problemas suscitados por todas as consequências indesejáveis do desenvolvimento industrial em escala.

As transformações no modo de perceber a natureza, embrionárias da configuração de um movimento ecologista contemporâneo, fizeram parte de um contexto mais amplo de questionamento dos valores da civilização industrial do ocidente. Em análise sobre a filosofia política do ecologismo, João Almino defende que este beneficiou-se do processo de transformações culturais ocorrido a partir de 1968, no interior da qual “alguns segmentos sociais trataram de romper com os valores da Civilização Industrial do Ocidente”.⁴⁴⁶ As tentativas de mudança no estilo de vida e a recusa à sociedade de consumo, que acompanharam o movimento *hippie*, por exemplo, fizeram parte desta revisão de valores.⁴⁴⁷ De acordo com esta perspectiva, junto com a modificação das mentalidades e dos hábitos, a liberação sexual e das sexualidades, a revisão dos papéis sociais do homem e da mulher, a preocupação com o meio ambiente representou o resultado mais consequente e duradouro daquele período de contestação.⁴⁴⁸

Por certo, a problematização da equação desenvolvimento e meio ambiente consolidou-se a partir dos anos 70. De fato, os marcos referenciais desse processo estão situados naquela década, com destaque para a instauração da I Conferência sobre o Meio Ambiente Humano, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1972; os estudos do Clube de Roma, cujas conclusões embasaram o relatório sugestivamente intitulado “Os limites do

⁴⁴⁵ ALTVATER, 1995, op. cit.

⁴⁴⁶ ALMINO, João. *Naturezas mortas: a filosofia política do ecologismo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 2004, p. 36.

⁴⁴⁷ Esse movimento, marcado pela contestação e oposição às políticas estabelecidas, quaisquer que fossem suas orientações ideológicas, também ficou conhecido como “contracultura dos anos 60”.

⁴⁴⁸ ALMINO, op. cit., 2004, p. 36.

crescimento”; e a ideia de ecodesenvolvimento, cujos pressupostos orientaram o conceito de desenvolvimento sustentável formulado posteriormente no âmbito da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Na primeira metade dos anos 70, o Brasil vivia o seu “milagre econômico”, resultado do crescimento econômico acelerado, que entre 1969 e 1973 colocara o país entre as dez maiores economias mundiais.⁴⁴⁹ Naquele contexto, destacou-se a alocação de investimentos em infraestrutura para viabilizar a exploração em escala dos recursos naturais amazônicos, em consonância com as diretrizes expressas no I PDA (1972-1974).⁴⁵⁰

O “milagre brasileiro” resultou em um aumento de 51% no PIB entre 1969 e 1973, com taxas altas de crescimento econômico, variando de 10,4% em 1970 a 14,0% em 1973, com reflexos positivos na geração de empregos.⁴⁵¹ Tais efeitos não levavam em consideração, no entanto, os custos ambientais do processo de crescimento. O desenvolvimento associava-se estritamente à elevação dos índices produzidos pela política econômica. Saliente-se que o período do “milagre econômico” coincidiu com os chamados “anos de chumbo”, relativos ao primeiro terço dos anos 1970, nos quais o governo intensificou as ações de repressão contra as forças políticas que vinham atuando na oposição, legal ou clandestina, desde 1969”.⁴⁵² Naquela conjuntura, o acelerado crescimento econômico era essencial para dar algum vestígio de legitimidade ao caráter autoritário que assinalava a ação do Estado ditatorial.

Dispondo de amplos poderes ditatoriais, financiamentos volumosos e investimentos estrangeiros, sob a égide do I PDA, proposto para o período 1972-1974, o governo brasileiro assumiu a tarefa de conduzir a expansão capitalista na Amazônia e realizar, de acordo com suas concepções de segurança e desenvolvimento, a finalidade da “integração nacional”.

⁴⁴⁹ O “milagre” brasileiro foi assinalado por um aumento de 51% no PIB entre 1969 e 1973, com taxas altas de crescimento econômico, variando de 10,4% em 1970 a 14,0% em 1973, com reflexos positivos na geração de empregos (NETTO, 2014).

⁴⁵⁰ Os recursos previstos para a programação do I PDA, oriundos de fontes institucionais diversas, concentraram-se, em grande medida, na infraestrutura básica ao estabelecimento dos empreendimentos produtivos, totalizando o equivalente a 64,1% do total de investimentos alocados ao plano (SUDAM, 1971). Como vimos ao longo do capítulo anterior, no contexto do I PDA, as principais ações do planejamento estatal voltadas para a Amazônia consistiram precisamente na abertura de grandes eixos rodoviários para facilitar o acesso aos recursos naturais em áreas até então inacessíveis por terra bem como assegurar o escoamento dos recursos já explorados, propiciando, assim, um recrudescimento da apropriação da base natural da região.

⁴⁵¹ NETTO, op. cit., 2014.

⁴⁵² NETTO, op. cit., 2014, p. 165. Foi neste período que se desenrolou a tentativa guerrilheira de resistência à ditadura engendrada pelo Partido Comunista do Brasil na Amazônia, especificamente no sul do Pará, à margem esquerda do rio Araguaia, alvo de intensa ação repressiva por parte do regime entre 1972 e abril de 1974, quando o movimento foi esmagado por um contingente militar infinitamente superior ao seu quantitativo. Esse processo foi orientado por ações de extrema violência, não somente contra os militantes, mas também contra a população local, inclusive indígenas. A esse respeito, consultar PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. In: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas [online]. 2011, vol.6, n.3, p. 479-499.

Naquele contexto, a natureza foi considerada, fundamentalmente, provedora de matérias primas para os programas a serem implantados na região. As diretrizes da ação governamental expressas no plano revelavam uma concepção de natureza inaproveitada e abundante.

Significativamente, tanto o IPND como o IPDA fizeram poucas referências conceituais ou programáticas a mecanismos de proteção aos recursos naturais amazônicos, cuja exploração aumentaria em escala jamais experimentada a partir do período de vigência dos mesmos.⁴⁵³ Os programas de “aproveitamento” dos recursos naturais preconizados no IPDA não exigiam explicitamente a observância de critérios ecológicos. Por outro lado, durante o período em que este Plano esteve em vigor, a exigência da manutenção de 50% da cobertura florestal nos empreendimentos agropecuários, prevista no Código Florestal, continuou sendo sistematicamente descumprida.

A combinação desses fatores refletia na desconsideração das consequências das políticas desenvolvimentistas sobre o ambiente amazônico. No entanto, diretrizes ambientais estabelecidas em eventos intergovernamentais realizados sob os auspícios da ONU, com implicações sobre o financiamento do desenvolvimento, compeliram os governos a incluir as preocupações com o ambiente no planejamento governamental.

Um marco desse processo foi a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, fórum intergovernamental de discussão dos problemas políticos sociais e econômicos relacionados ao meio ambiente, ocorrida em Estocolmo, na Suécia em junho de 1972, e promovida pela ONU.⁴⁵⁴ O objetivo inicial da conferência era a discussão de soluções técnicas para os problemas de poluição decorrentes da industrialização, do crescimento demográfico e da urbanização e o incentivo à cooperação internacional para o equacionamento da poluição do ar, da água e do solo.

O evento assinalou o início de uma complexa fase de negociações e discussões internacionais acerca dos riscos ao meio ambiente. As discussões colocaram em ângulos opostos as perspectivas dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento. O processo de preparação para a conferência, cujos trabalhos iniciaram após a realização da

⁴⁵³ Um documento intitulado “Subsídios ao Plano Regional de Desenvolvimento (1972-1974), elaborado por técnicos da SUDAM e do BASA para subsidiar o IPDA sugeriu na programação para os recursos naturais do período a realização imediata de estudos visando à “localização, decretação e organização” de reservas florestais em grandes áreas, suficientemente representativas dos diversos ecossistemas amazônicos, de modo a assegurar a “manutenção das condições de equilíbrio ecológico ambiental e como garantia de abrigo à fauna remanescente” (SUDAM, 1971, p. 66). Essa proposição não foi incluída na versão definitiva do IPDA.

⁴⁵⁴ Este evento é apontado pela literatura como o marco fundamental na criação de uma agenda contemporânea ambiental global (SAAVEDRA, 2014; DUARTE, 2003; McCORMICK, 1992; ACOT, 1990). Segundo McCormick (1992), a conferência contou com a participação de representantes de 113 países, 19 órgãos governamentais e quatrocentas outras organizações intergovernamentais e não governamentais.

Conferência da Biosfera em Paris, em 1968, foi orientado pela discussão acerca das implicações ambientais do desenvolvimento.⁴⁵⁵

Um estudo efetuado por meio de tratamento computadorizado de dados referentes à produção alimentar, industrialização, crescimento econômico, progressão demográfica e recursos naturais disponíveis, exerceu especial influência nesse debate. O resultado desse estudo, realizado por um grupo internacional, fundado em 1968, composto por industriais, pesquisadores e diplomatas, conhecido como Clube de Roma e coordenado pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), foi sistematizado num relatório intitulado “Os limites do crescimento”, publicado em 1972.

O estudo concluiu que o desenvolvimento poderia ser limitado pelo caráter finito dos recursos do planeta, associando o esgotamento mundial destes recursos à expansão demográfica e à sua intensa apropriação pelas atividades de produção e consumo fomentadas pelo modelo econômico praticado. A manutenção dos níveis vigentes de industrialização e de incremento populacional, por conseguinte, esgotariam inexoravelmente as fontes mundiais de recursos naturais. A solução proposta implicava no controle demográfico e na redução sistemática da atividade industrial, e em decorrência, nos níveis de crescimento.⁴⁵⁶ A publicação, lançada dois meses antes do início da Conferência de Estocolmo, exerceu um grande impacto sobre a opinião pública da época e engendrou um debate controverso entre partidários e opositores da tese defendida, que repercutiu intensamente nos trabalhos daquele fórum.⁴⁵⁷

Países num estágio industrial incipiente e/ou franca expansão, como o Brasil, temiam que possíveis salvaguardas ambientais impostas pelas nações industrializadas pudessem retardar ou mesmo inviabilizar o seu desenvolvimento. Com efeito, a ideia de um “crescimento zero” imposto ao conjunto da sociedade acarretaria grandes prejuízos às pretensões de países em desenvolvimento com grande disponibilidade de recursos naturais. Para estas nações, o subdesenvolvimento e a pobreza representavam a ameaça mais imediata

⁴⁵⁵ O Comitê Preparatório da Conferência, formado por reuniões de comissões econômicas da ONU, especialistas em desenvolvimento e meio ambiente e representantes dos diversos países membros da ONU reuniram-se diversas vezes, em Genebra e em Nova York entre março de 1970 e março de 1972, analisando “vasta documentação apresentada por 68 países pelas agências especializadas das Nações Unidas, por técnicos e especialistas, além de organizações não governamentais” (Relatório da Delegação do Brasil à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, 1972.). O Brasil teve participação assídua nesse processo.

⁴⁵⁶ MEADOWS, Dennis L. *Os limites do crescimento*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972, p. 52. Grifos no original.

⁴⁵⁷ A publicação do relatório foi um sucesso editorial, especialmente na Europa Ocidental. Entre março de 1972, data de seu lançamento, e dezembro daquele ano foram publicadas treze edições (SAAVEDRA, 2014).

ao meio ambiente e à suas populações e postulavam a prerrogativa de seguir a exploração em escala de sua base natural como forma de atingir o crescimento econômico.⁴⁵⁸

O Brasil, que vivenciava um processo de ampliação de seu parque industrial, foi o porta voz destas preocupações tanto nas reuniões preparatórias como no contexto da Conferência. A delegação brasileira, coordenada pelo ministro do Interior, José Costa Cavalcanti, questionou a legitimidade das recomendações de complexas exigências ambientais por parte dos países ricos, que já haviam atingido proeminência industrial precisamente pelo uso predatório de seus recursos.⁴⁵⁹ Em discurso proferido em Estocolmo, o ministro salientou que a alta prioridade atribuída às questões ambientais pelos países desenvolvidos devia-se aos avanços na superação da pobreza em massa, permitidos pelo crescimento econômico. Desse modo, completava ele, “um país que não alcançou o nível satisfatório mínimo no prover o essencial não está em condições de desviar recursos consideráveis para a proteção do meio ambiente”.⁴⁶⁰ De acordo com a perspectiva do governo brasileiro em relação ao aproveitamento dos recursos naturais os interesses nacionais, “em termos econômicos e de segurança” eram de tal monta que quaisquer limitações “sob o pretexto ecológico” seriam inaceitáveis para o país.⁴⁶¹

O posicionamento a ser adotado na conferência foi discutido em diversas instâncias da administração governamental.⁴⁶² Os documentos apresentados nas reuniões preparatórias para o evento foram debatidos, sugerindo-se críticas, modificações e inclusões, em consonância com os interesses brasileiros. Em correspondência enviada em 22 de dezembro de 1971 ao presidente da República, o Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional, general João Baptista Figueiredo de Oliveira, advertia que muitas das providências de caráter global, aventadas no contexto preparatório da Conferência, poderiam afetar “com maior ou menor intensidade os interesses do país, *incidindo particularmente sobre a execução das políticas de desenvolvimento e integração, no momento, em plena execução*”.⁴⁶³

Nesse sentido, o Ministério das Relações Exteriores brasileiro propôs algumas diretrizes a serem adotadas pelo país nos debates da Conferência. Estas diretrizes, aprovadas pela presidência da República, subsidiaram um conjunto de cinco instruções que deveriam nortear

⁴⁵⁸ Esse pensamento foi sintetizado na frase: “a pior forma de poluição é a miséria”, atribuída à Indhira Gandhi e repetida por membros da delegação brasileira no evento (DUARTE, 2003; MAIMON, 1992).

⁴⁵⁹ A delegação brasileira foi constituída por 22 membros, “destacadas personalidades do nosso meio administrativo, científico e político, presentes a todas as sessões do Plenário, dos Comitês e dos Grupos de Trabalho” (BRASIL, RELATÓRIO, 1972).

⁴⁶⁰ BRASIL. *Relatório* da Delegação do Brasil à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, 1972. Anexo C: Discurso do Ministro José Costa Cavalcanti, chefe da Delegação do Brasil, p. 12.

⁴⁶¹ BRASIL. *Relatório* da Delegação do Brasil à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, 1972.

⁴⁶² Entre elas o Conselho de Segurança Nacional, Ministério do Interior e Ministério das Relações Exteriores.

⁴⁶³ BRASIL. *RELATÓRIO...*, 1972, ANEXO A: Exposição de Motivos nº 100/71, p. 2. Grifo nosso.

a posição geral da delegação brasileira em Estocolmo, a saber: 1) defender a tese de que cabia aos países desenvolvidos, como principais responsáveis pela “poluição de significado internacional”, o ônus maior de corrigir a deterioração do meio ambiente; 2) considerar o desenvolvimento econômico como o instrumento adequado para resolver nos países subdesenvolvidos os problemas da poluição e da alteração ambiental, vinculados em grande parte às condições de pobreza existentes; 3) contrapor-se às proposições resultantes em compromissos que pudessem prejudicar o processo de desenvolvimento dos países de baixa renda *per capita*; 4) evitar iniciativas isoladas e fracionárias capazes de prejudicar as políticas desenvolvimentistas estabelecidas no país; 5) desenvolver ação junto à opinião pública para estabelecer as implicações e repercussões de cada iniciativa apresentada, neutralizando possíveis pressões consideradas prejudiciais aos interesses do Brasil.⁴⁶⁴

Em tais diretrizes estava explícita a subordinação das preocupações ambientais às prerrogativas do crescimento econômico. A defesa desta premissa, realizada pelo Brasil nos diversos estágios de preparação da Conferência teve uma excelente recepção por nações como China, Índia e Rússia que as endossaram. No entanto, segundo Lílian Duarte, enfrentaram resistências, especialmente por parte dos países europeus, que apontavam o país como uma influência negativa às possibilidades de sucesso do evento, qualificando-o como “vilão ambiental”.⁴⁶⁵ Por ocasião do evento, os diplomatas brasileiros rechaçaram protestos pelas consequências globais da devastação da Amazônia, classificando-os como ingerências externas sobre o direito ao desenvolvimento.⁴⁶⁶ De acordo com o pensamento governamental vigente no Brasil, veiculado na Conferência, um país com mais da metade do território ocupado por uma pequena fração da população não poderia compartilhar de preocupações com a exaustão de recursos naturais e com o controle populacional.⁴⁶⁷ Entre o desenvolvimento e a conservação, o Brasil optava pela primeira opção.

O contexto pré-conferência já assinalava as diferentes perspectivas de abordagem das questões ambientais entre os países “ricos” e “pobres”, do ponto de vista da industrialização, que pode ser consubstanciada na frase atribuída a um representante do governo indiano em uma reunião preparatória para Estocolmo: “[...] os ricos se preocupam com a fumaça que sai

⁴⁶⁴ BRASIL. *RELATÓRIO...*, ANEXO B: Instruções para a Delegação do Brasil, p. 4.

⁴⁶⁵ Duarte, op. cit., p. 20. Naquele contexto, os argumentos defendidos pelo Brasil foram considerados como uma tentativa de atrair indústrias poluentes que almejassem escapar das limitações legais mais severas de certos países. Durante o governo Médici (1969-1974), o governo brasileiro fazia anúncios em jornais e revistas dos países industrializados convidando as indústrias poluidoras a transferir-se para o Brasil, onde não teriam nenhum gasto em equipamentos antipoluentes (VIOLA, 1987, p. 83).

⁴⁶⁶ ARNT, Ricardo Azambuja; SCHWARTZMAN, Stephan. *Um artifício orgânico: transição na Amazônia e ambientalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

⁴⁶⁷ Idem, *ibidem*.

de seus carros, a nós nos preocupa a fome”.⁴⁶⁸ A possível imposição de barreiras às exportações dos países em desenvolvimento por parte dos países desenvolvidos em função da adoção de critérios ambientais e/ou a absorção dos custos inerentes ao estabelecimento de medidas de proteção ao meio ambiente na estrutura de preços dos produtos representavam possibilidades indesejáveis, a serem questionadas e combatidas.⁴⁶⁹

A leitura de que os países industrializados estavam orientando a discussão ambiental a ser problematizada na Conferência fundamentalmente de acordo com seus interesses mobilizou a articulação dos países em desenvolvimento no contexto pré-conferência.⁴⁷⁰ Como resultado desse movimento, a fórmula de contenção do crescimento para evitar o esgotamento dos recursos, potencial norteadora do evento, foi revista, com a emergência da ideia da compatibilização entre o desenvolvimento e o meio ambiente, que acabou por se consolidar nos anos subsequentes. Além disso, a pauta do fórum, inicialmente prevista para tratar da poluição industrial foi ampliada para incluir questões específicas de interesse daqueles países como a erosão do solo, gestão de ecossistemas tropicais, desertificação, suprimentos de água etc.

Parte das demandas dos países em desenvolvimento foi contemplada nos documentos aprovados ao final do evento, a saber: uma Declaração, uma Lista de Princípios e um Plano de Ação. A Declaração do Meio Ambiente de Estocolmo, que sistematizou as principais conclusões da conferência, reconhecia que a maioria dos problemas ambientais naqueles países eram provocados pelo subdesenvolvimento. Por conseguinte, o desenvolvimento econômico foi apontado como condição necessária à qualidade de vida.⁴⁷¹ Nesse sentido, assegurava-se aos Estados nacionais o direito soberano de explorar os seus recursos, de acordo com as suas políticas ambientais, ressalvados prejuízos diretos a outras nações. Reconhecia-se, ainda, a estabilidade de preços e a obtenção de receitas adequadas para os produtos de base e matérias primas como elementos essenciais à administração do meio ambiente.

Por outro lado, a Declaração salientou o imperativo de incorporar considerações de ordem ambiental no planejamento do desenvolvimento. A este respeito, o Princípio 21 explicitava que “o planejamento racional constitui um instrumento indispensável para conciliar os imperativos do desenvolvimento e a necessidade de proteger e melhorar o meio

⁴⁶⁸ SAAVEDRA, op. cit., 2014, p. 127.

⁴⁶⁹ BURSZTYN; BURSZTYN, op. cit., 2014.

⁴⁷⁰ Segundo Saavedra (2014), representantes destes países consideraram, inclusive, a possibilidade de boicote ao evento, consoante postura já adotada pelo bloco soviético.

⁴⁷¹ DECLARAÇÃO da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente. In: BRASIL, Relatório..., 1971. Anexo D, p. 17-22.

ambiente”.⁴⁷² Para tal, era necessário confiar a “instituições nacionais apropriadas a tarefa de planejar, administrar ou controlar a utilização dos recursos ambientais dos Estados com vistas a melhorar a qualidade do meio ambiente”.⁴⁷³

A Conferência de Estocolmo é avaliada como um marco significativo nas relações internacionais, na medida em que inseriu a questão ambiental no cenário político internacional e estabeleceu seu vínculo com o tema do desenvolvimento.⁴⁷⁴ Com efeito, os princípios explicitados na Declaração Final do evento subsidiaram a formulação de mecanismos legais de proteção ambiental, contribuindo para a disseminação de organismos oficiais voltados ao meio ambiente e a criação de programas ambientais no contexto dos estados nacionais. A Conferência ensejou a constituição de uma agência internacional específica encarregada das questões ambientais na esfera da ONU, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), instituído em dezembro de 1972, em Nairóbi, no Quênia, e considerado um dos resultados mais significativos de Estocolmo.⁴⁷⁵

No contexto de criação do PNUMA foi cunhado o termo “ecodesenvolvimento”, conceito que influenciou sobremaneira as formulações posteriores acerca da sustentabilidade do desenvolvimento. A expressão foi usada pela primeira vez por Maurice Strong, seu diretor executivo, na primeira reunião do Conselho Consultivo do PNUMA realizada em Genebra, em junho de 1973, para descrever uma forma de desenvolvimento econômico e social cujo planejamento deveria levar em consideração a variável meio ambiente.⁴⁷⁶

O conceito foi amadurecido posteriormente pelo economista Ignacy Sachs. Na perspectiva analítica de uma sociologia do desenvolvimento, Sachs demonstrou que as desigualdades sociais implicam formas diferenciadas de exploração da natureza por parte de ricos e pobres, em razão do tipo de tecnologia utilizada. Crítico do Relatório do Clube de Roma, cuja tese central propunha limites físicos absolutos ao crescimento, para Sachs, o cuidado com o meio ambiente devia ser uma dimensão do desenvolvimento e não a sua negação. Tal premissa significava a busca de estilos de desenvolvimento de acordo com as características de cada ecossistema, considerando as distintas realidades geográficas, sociais e culturais.⁴⁷⁷

⁴⁷² Idem, p. 20.

⁴⁷³ Idem, ibidem.

⁴⁷⁴ BURSZTYN; BURSZTYN, op. cit.

⁴⁷⁵ McCORMICK, op. cit.

⁴⁷⁶ SAAVEDRA, 2014, op. cit.

⁴⁷⁷ SACHS, Ignacy. Do crescimento econômico ao Ecodesenvolvimento. In: FREIRE VIEIRA, Paulo et. al. *Desenvolvimento e Meio Ambiente no Brasil*. A contribuição de Ignacy Sachs. Florianópolis: Editora Palotti: APED, 1998.

Sachs defendia que o crescimento econômico era necessário, porém seus resultados deveriam ser apropriados e repartidos de um modo mais equitativo. Nessa perspectiva, portanto, o ecodesenvolvimento consistiria na articulação de objetivos sociais, ambientais e econômicos. Segundo esse princípio, ele representaria então um crescimento qualitativo, incorporando estratégias de baixo consumo energético, reciclagem de materiais e tecnologia apropriada. Incluir a dimensão ecológica nas preocupações com o desenvolvimento corresponderia a uma ampliação do campo de visão do planejamento estatal.⁴⁷⁸ As críticas acerca das formas de desenvolvimento vigentes formuladas no âmbito das discussões sobre o ecodesenvolvimento foram posteriormente incorporadas ao debate da problemática ambiental em nível global.

Os reflexos das avaliações e proposições acerca do meio ambiente e desenvolvimento desenvolvidas no contexto da Conferência de Estocolmo foram sentidos no cenário político brasileiro. Nas conclusões do Relatório da Delegação brasileira à presidência da República em que prestava contas de sua participação no evento se recomendava:

Para a devida apreciação das recomendações da Conferência do Meio Ambiente e de sua aplicabilidade ao caso brasileiro, a criação de uma Comissão Permanente para Assuntos do Meio Ambiente à qual caberia o exame e a sugestão de providências de caráter legal, institucional e administrativo.⁴⁷⁹

Se, por um lado, na esfera das discussões na Conferência, o Brasil defendia a poluição como um aspecto indissociável do desenvolvimento industrial, necessário ao crescimento econômico do país, por outro, no contexto pós-evento, fatores resultantes da conjuntura internacional compeliram o governo a incluir no planejamento das políticas desenvolvimentistas medidas de proteção ao meio ambiente sob pena de não conseguir aprovar financiamentos externos para sua operacionalização.⁴⁸⁰ Além dos debates sistemáticos sobre a equação ambiente e desenvolvimento promovidos em diversos fóruns intergovernamentais, como em Estocolmo, outro tipo de pressão externa suscitou esse processo. As agências multilaterais financiadoras do desenvolvimento revelaram-se suscetíveis à crítica da opinião pública dos países industrializados.⁴⁸¹

Como resultado das discussões políticas sobre os objetivos e os resultados dos investimentos externos, tais instituições, como o Banco Mundial, organizaram em suas

⁴⁷⁸ Uma abordagem mais profunda acerca do ecodesenvolvimento e do pensamento de Ignacy Sachs pode ser encontrada em: SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. _____. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. (Org.). *Para pensar o Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 29-56.

⁴⁷⁹ BRASIL, RELATÓRIO, op. cit., p. 36.

⁴⁸⁰ DUARTE, op. cit.

⁴⁸¹ ARNT; SCHWARTZMAN, 1992, op. cit.

estruturas internas novos departamentos, responsáveis pelas questões ambientais e passaram a considerar os fatores ecológicos em suas políticas de assistência econômica, impondo o cumprimento de exigências como a realização de estudos dos impactos dos empreendimentos ao ambiente aos países pleiteantes de recursos.

A considerar sua condição de signatário da Declaração de Princípios de Estocolmo e o imperativo de aumentar a obtenção de investimentos externos para manter o ritmo de crescimento preconizado pelo governo, o Brasil precisava, minimamente, adequar-se às pressões normativas, ainda que no plano formal. Um dos resultados mais expressivos nesse sentido foi a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), no âmbito do Ministério do Interior, por meio do Decreto nº 73.030, de 30 de outubro de 1973. Legalmente orientado “para a conservação do meio ambiente, e o uso racional dos recursos naturais”,⁴⁸² doravante o órgão passaria a dividir com o IBDF a responsabilidade pela gestão e fiscalização das políticas nacionais para áreas protegidas.

Entre as competências legais da SEMA constavam: acompanhar as transformações do ambiente através de técnicas de aferição direta e sensoriamento remoto, identificando as ocorrências adversas, e atuando no sentido de sua correção; assessorar órgão e entidades incumbidas da conservação do meio ambiente, tendo em vista o uso racional dos recursos naturais; promover a elaboração e o estabelecimento de normas e padrões relativos à preservação do meio-ambiente, em especial dos recursos hídricos, que assegurem o bem-estar das populações e o seu desenvolvimento econômico e social; atuar junto aos agentes financeiros para a concessão de financiamentos a entidades públicas e privadas com vista à recuperação de recursos naturais afetados por processos predatórios ou poluidores; cooperar com os órgãos especializados na preservação de espécies animais e vegetais ameaçadas de extinção, e na manutenção de estoques de material genético.⁴⁸³

Essas diretrizes refletiam, em parte, os princípios preconizados na Declaração de Estocolmo. A criação da SEMA naquele contexto foi bastante significativa pois embora houvesse ações regulatórias voltadas ao meio ambiente desde os anos 30, como o Código Florestal e o Código de Águas, reformulados na década de 60, pela primeira vez foi instituído um organismo específico na esfera federal responsável pela coordenação de uma política ambiental nacional, em nível formal.

⁴⁸² BRASIL. Decreto 73.030, de 30 de outubro de 1973. Cria, no âmbito do Ministério do Interior, a Secretaria Especial do Meio Ambiente, SEMA, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-73030-30-outubro-1973-421650-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 23 ago. 2013.

⁴⁸³ Idem.

Estudiosos do movimento ecologista no Brasil, como Eduardo Viola, atribuem a criação da SEMA, fundamentalmente, ao cumprimento das exigências de organismos internacionais de fomento ao desenvolvimento, que condicionavam a aprovação de empréstimos destinados a grandes empreendimentos públicos à existência formal deste tipo de órgão concomitante a relatórios de impacto ambiental.⁴⁸⁴ Essa perspectiva analítica é compartilhada por Arnt e Schwartzman. Segundo estes autores, nos anos seguintes à sua fundação, a SEMA [...] seria pouco mais do que a escrivania do secretário Paulo Nogueira Neto, da qual assistiu-se, com constrangimento, à deterioração ambiental das cidades e à devastação galopante da Amazônia”.⁴⁸⁵

De fato, parte significativa das políticas desenvolvimentistas predatórias dos recursos naturais amazônicos foi elaborada no Ministério do Interior, à qual a Secretaria subordinava-se, sem que esta sequer fosse consultada. Por conseguinte, as prerrogativas institucionais deste órgão em pouco alteraram as estratégias de desenvolvimento preconizadas no planejamento governamental desde os anos 50, orientadas ao crescimento econômico. Nesse sentido, a efetivação e o cumprimento das diretrizes ambientais propostas no âmbito das instituições incumbidas da proteção dos recursos naturais foi um processo relativamente moroso.⁴⁸⁶

No que concerne aos aspectos normativos referentes ao ambiente amazônico, o contexto histórico de execução do II Plano de Desenvolvimento da Amazônia, isto é, a segunda metade da década de 1970, suscitou um relativo avanço. Além da criação de legislações ambientais novas, ampliaram-se, em diversas escalas, os movimentos de contestação às políticas de desenvolvimento executadas na região. Esses processos e seus desdobramentos serão abordados a seguir.

⁴⁸⁴ VIOLA, Eduardo. Movimento Ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica: In: PÁDUA, José Augusto (Org.). *Ecologia e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/IUPERJ, 1987, p. 63-110.

⁴⁸⁵ ARNT; SCHWARTZMAN, 1992, p. 102, op. cit.

⁴⁸⁶ Em 1974, por exemplo, a ELETROBRÁS instituiu a exigência formal de elaboração prévia de análises de impacto para a construção de usinas hidrelétricas no Brasil. No entanto, conforme constatado por Arnt; Schwartzman (1992, p. 102), “a novidade pouco alterou a lógica dos grandes projetos, entrincheirada em rendimentos de economia de escala”. Não representou nada para a construção da usina hidrelétrica de Balbina, iniciada em 1972, cujos estudos de impacto ambiental foram realizados somente em 1986. Ressalte-se, ainda, que apenas em 1981, uma década após a Conferência de Estocolmo, foi estabelecida formalmente uma política nacional de meio ambiente no Brasil, a qual será abordada no capítulo seguinte.

4 O II PDA E O POLAMAZÔNIA (1975-1979)

O II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (II PDA), proposto para ser executado no período de 1975 a 1979, deu continuidade às políticas estatais baseadas na apropriação e exploração em escala dos recursos naturais amazônicos. Em conformidade com o II Plano Nacional de Desenvolvimento, formulado para o mesmo período, as diretrizes do II PDA preconizaram a implantação de grandes projetos agroindustriais, mínero-metalúrgicos e de produção de energia na região.⁴⁸⁷

O objetivo central da política econômica proposta para o período de vigência do II PDA, desenvolvido no governo Geisel (1974-1979), consistiu na ocupação produtiva da Amazônia por meio da utilização dos eixos naturais de penetração, da infraestrutura viária previamente instalada e da ocupação de áreas selecionadas. Enquanto os planos anteriores enfatizavam o desconhecimento acerca dos recursos naturais como um limitador para sua efetiva exploração, o II PDA destacava a existência de uma “soma suficiente de informações” para garantir seu aproveitamento imediato em “empreendimentos rentáveis”. O documento informou a conclusão da cobertura fotogramétrica do Projeto RADAM, salientando, porém, a sua continuidade com os trabalhos de fotointerpretação e divulgação de relatórios. A região foi apresentada no plano como uma “fronteira tropical” de recursos, cuja contribuição para a receita cambial do país, através do suprimento de matérias primas e produtos industrializados regionais era significativa e deveria ser ampliada com o início da operação de complexos madeireiros e de mineração.⁴⁸⁸

Os projetos agropecuários receberam novo impulso, a partir de iniciativas favoráveis ao estabelecimento de grandes propriedades, resultando numa expansão territorial de tais empreendimentos. A conjuntura internacional era propícia a tal política pois a carne bovina encontrava-se muito valorizada no mercado mundial. Esperava-se que o Brasil, em curto prazo, se tornasse um grande exportador de carne.⁴⁸⁹ O governo federal, por meio da SUDAM, intensificou o financiamento destes projetos sob o argumento de que eles aplicariam técnicas mais avançadas, criariam empregos e gerariam divisas ao país. Nesse

⁴⁸⁷ A programação para o ambiente amazônico delineada no Plano foi subsidiada, em grande medida, pelo mapeamento aerofotogramétrico iniciado na vigência do plano anterior pelo Projeto RADAM.

⁴⁸⁸ SUDAM. II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1975-79). SUDAM: Belém, 1976.

⁴⁸⁹ VALVERDE, Orlando; FREITAS, Tácito Lívio de. *O problema florestal da Amazônia brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.

sentido, a agropecuária foi chamada a “cumprir novo papel no desenvolvimento brasileiro, com contribuição muito mais significativa para o crescimento do PIB”.⁴⁹⁰

A política de desenvolvimento da Amazônia no período foi orientada, por conseguinte, para a manutenção de altas taxas de crescimento do PIB nacional, conforme preconizado no II PND. As estratégias para obtenção destas metas previam a ocupação de áreas selecionadas para o desenvolvimento de setores com alto potencial de geração de divisas. Com base nestes princípios, o II PDA propôs uma “organização racional do espaço amazônico”, visando o aproveitamento das vantagens comparativas da região, consubstanciadas fundamentalmente em seus recursos naturais, com base em polos desenvolvimento.

As análises comparativas das potencialidades regionais face às condições de mercado demonstraram substanciais vantagens para os seguintes setores: a) mineração, em especial, minérios de ferro, manganês, bauxita, calcário, cassiterita, caulim e salgema; b) extração madeireira, com destaque para andiroba, cedro, mogno, jacarandá, pau rosa e ucuúba, espécies com aceitação no mercado interno e, após processamento, no mercado internacional; c) pecuária, principalmente gado de corte, nas áreas de cerradão, cerrado e mata fina; d) pesca empresarial, especialmente a piramutaba e o camarão; e) lavouras selecionadas, por meio de culturas permanentes, como dendê, pimenta-do-reino, cacau e cana-de-açúcar e culturas anuais como arroz sob irrigação, juta e malva e; f) indústrias eletrolíticas e eletrotérmicas.⁴⁹¹

Nesse sentido, para assegurar a exploração dos recursos selecionados, em consonância com as diretrizes econômicas nacionais, a operacionalização da política de desenvolvimento da Amazônia seria viabilizada por meio dos seguintes focos: o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), voltado prioritariamente ao aumento do rebanho bovino e a implantação de um programa de lavouras selecionadas, especialmente borracha, açúcar, cacau, dendê, frutas, pimenta e arroz; o Complexo Mínero-Metalúrgico da Amazônia Oriental, compreendendo a exploração do minério de ferro e siderurgia no eixo Carajás-Itaqui e do conjunto bauxita-alumínio-alumina no eixo Trombetas-Belém, além do aproveitamento do potencial hidrelétrico da região Araguaia-Tocantins; e a Política de Desenvolvimento Florestal e Uso Racional dos Solos da Amazônia visando fundamentalmente “transformar a exploração madeireira numa atividade planejada, institucionalizada e permanente”.⁴⁹²

⁴⁹⁰ II PND, 1975, p. 16, op. cit.

⁴⁹¹ Idem, ibidem.

⁴⁹² BRASIL, II PND, 1975, p. 66, op. cit.

Nessa nova etapa da política econômica nacional, operacionalizada a partir de meados dos anos 70, o Estado nacional assumiu definitivamente a opção pelo grande capital visando a maximização das “vantagens comparativas” regionais, isto é, a otimização do potencial de recursos naturais existentes tendo em vista a geração de divisas para o país, em um contexto de crise econômica internacional, assinalado pelos efeitos do chamado “primeiro choque do petróleo”.⁴⁹³ A estratégia de desenvolvimento preconizada pelo planejamento governamental pressupunha “tirar proveito econômico da utilização do espaço brasileiro” para apoiar a “manutenção do crescimento acelerado e para a abertura de novas frentes na conquista de mercados externos”.⁴⁹⁴ A Amazônia, com extensas áreas tornadas disponíveis pelo “gigantesco sistema viário já construído”,⁴⁹⁵ detentora de uma vasta rede hidrográfica, e possuidora de imensas jazidas de minérios, representava a grande base física a ser mobilizada em prol deste objetivo.

O aproveitamento energético dos rios amazônicos, a produção agropecuária em escala e a exploração mineral constituíram, pois os focos centrais da “ocupação produtiva” da Amazônia planejada para a segunda metade dos anos 70. Com base em um planejamento estatal caracterizado por perspectivas utilitárias imediatistas, esperava-se que os recursos naturais amazônicos pudessem oferecer ao país e à região novas perspectivas de crescimento econômico. A criação de “polos de desenvolvimento” orientados para atividades produtivas selecionadas representou a principal estratégia governamental nessa direção.

⁴⁹³ Com efeito, naquele contexto o planejamento do desenvolvimento no Brasil, e na Amazônia, em particular foi afetado por um conjunto de mudanças nas relações financeiras internacionais, potencializadas pelo rompimento dos Acordos de Bretton Woods, com o fim da convertibilidade do dólar em ouro, impactando significativamente as economias ocidentais, e pelos efeitos do chamado “primeiro choque do petróleo”, decorrente da decisão da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP), que em fins de 1973 triplicou em questão de semanas o preço do barril. De acordo com a literatura histórica, a mais visível consequência desse processo foi a inversão da curva de crescimento ascendente desenhada a partir do pós Segunda Guerra, demarcando, assim, o declínio da “era de ouro” do capitalismo, que vinha experimentando altas taxas de crescimento econômico. Segundo Hobsbawm (1995, p. 258), um dos motivos pelos quais “a Era de Ouro foi de ouro” é que o preço do barril do petróleo saudita custava em média menos de dois dólares durante todo o período de 1950 a 1973, tornando com isso a energia “ridicularmente” barata. O autor assim sintetiza os dois “choques do petróleo” ocorridos na década de 70: “Sob pressão do cartel de produtores de petróleo, a OPEP, o preço do produto, então baixo e, em termos reais, caindo desde a guerra, mais ou menos quadruplicou em 1973, e mais ou menos triplicou de novo no fim da década de 1970, após a Revolução Iraniana. Na verdade, a gama real de flutuações foi ainda mais sensacional: em 1970 o petróleo era vendido a um preço médio de 2,53 dólares o barril, mas em fins da década de 1980 o barril valia 41 dólares” (HOBSBAWM, 1995, p. 458-459).

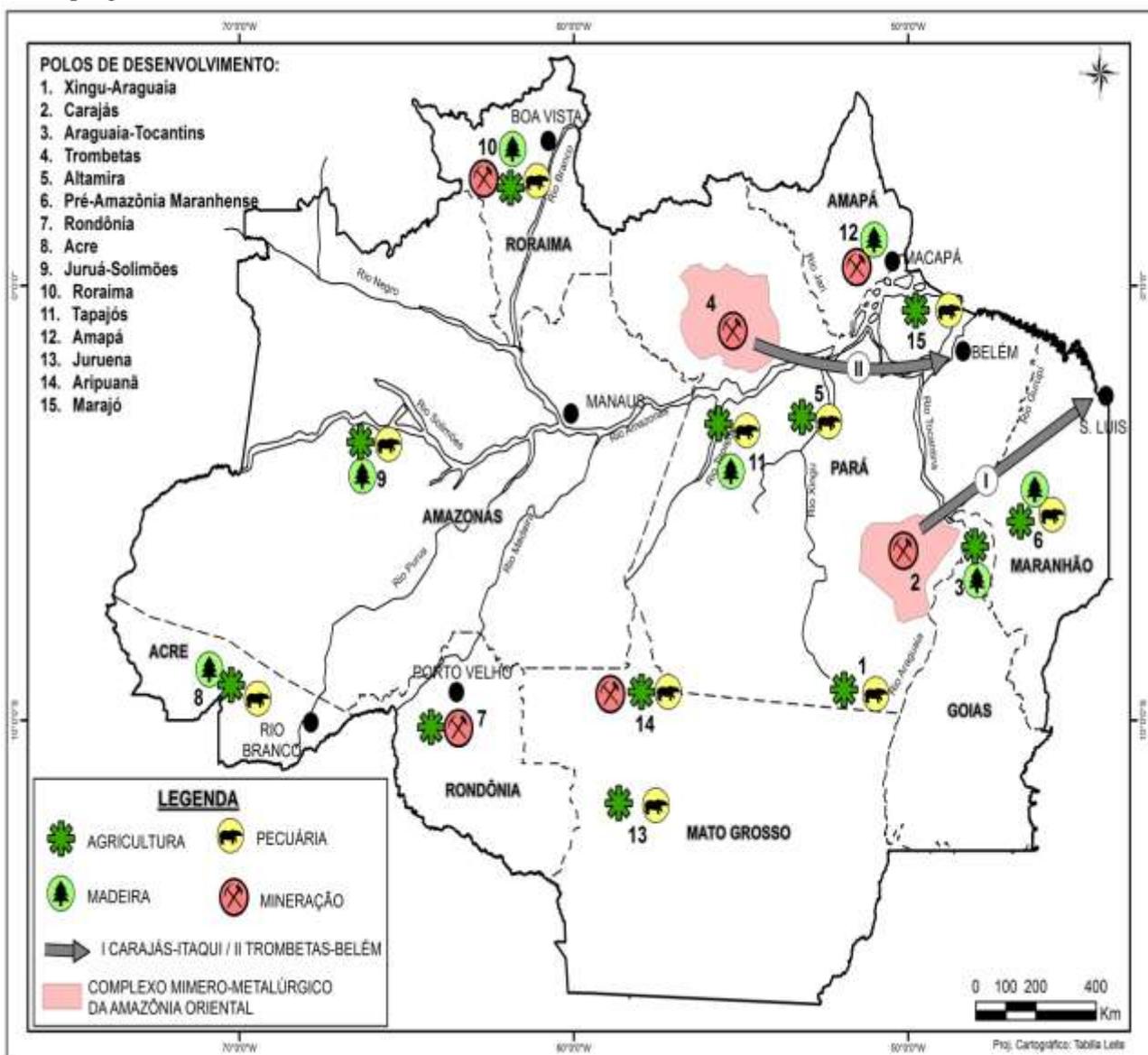
⁴⁹⁴ BRASIL. II Plano Nacional de Desenvolvimento. Brasília, 1975, p. 35.

⁴⁹⁵ Idem, p. 42.

4.1 O POLAMAZÔNIA

O Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA) consubstanciou, em parte, a ação planejadora do Estado nacional na região amazônica preconizada pelo II PDA. A representação espacial do planejamento estatal para a Amazônia preconizado no II PDA pode ser visualizada no mapa 11, a seguir.

Mapa 11: Área de circunscrição do POLAMAZÔNIA e localização das atividades programadas.



Fonte: II PND (1975, p. 67); POLAMAZÔNIA: Síntese (1975).
Adaptado por: Tabilla Leite.

O POLAMAZÔNIA foi instituído pelo Decreto 74.607, de 25 de setembro de 1974, com a finalidade de promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias,

agroindustriais, florestais e minerais, em quinze áreas da Amazônia Legal definidas como prioritárias aos objetivos da planificação governamental.⁴⁹⁶ Em consonância com esse objetivo, como se pode observar no mapa, a definição dos polos foi estrategicamente orientada pela ocorrência de recursos naturais, ligados ao potencial agrícola do solo, a cobertura florestal, a existência de minérios e/ou potencial hidrelétrico. Por sua vez, os investimentos do POLAMAZÔNIA dirigiram-se prioritariamente para aplicação em infraestrutura e fomento às atividades produtivas selecionadas.

Situadas no nordeste de Mato Grosso e sul do Pará, área de ocorrência de grandes projetos pecuários, as terras do Polo Xingu Araguaia eram consideradas promissoras ao desenvolvimento acelerado da pecuária de corte, sendo previstos recursos do POLAMAZÔNIA para instalação de projetos de industrialização de carne bovina na região mato-grossense de Suiá-Missú.

Além das jazidas de ferro encontradas na serra homônima, em 1967, o Polo Carajás concentrava diversos outros minérios como manganês, níquel, estanho, cobre, bauxita e ouro.⁴⁹⁷ Os recursos do POLAMAZÔNIA destinaram-se aos projetos prioritários relacionados com a exploração do minério de ferro, com início de operação previsto para 1978/1979, assim como ao desenvolvimento da pecuária. Este polo foi o que mais concentrou investimentos, adquirindo “vida própria” no início dos anos 80, ao constituir o Programa Grande Carajás.⁴⁹⁸

O Polo Araguaia-Tocantins, área de influência das rodovias Belém-Brasília e Transamazônica, concentrava os vales férteis do rio Araguaia e o potencial hidrelétrico do rio Tocantins. O Programa previa a consolidação da atividade pecuária, por meio da ampliação da rede de estradas vicinais e o fortalecimento da agricultura.

O Polo Trombetas apresentava abundância de pescado em vários de seus lagos e era assinalado pela ocorrência de latossolos, indicados para atividades agrícolas permanentes e para o reflorestamento. Concentrava, ainda, um importante programa de aproveitamento de recursos minerais, orientado à exploração de bauxita.⁴⁹⁹ Junto com Carajás, constituiu o complexo mínero-metalúrgico da Amazônia Oriental.

⁴⁹⁶ BRASIL. Decreto 74.607, de 25 de setembro de 1974. Dispõe sobre a criação do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-74607-25-setembro-1974-423225-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 jun. 2014.

⁴⁹⁷ Segundo Leal (1988), a descoberta dessa diversidade de minérios se deu entre 1966 e 1978, confirmando a magnitude do potencial mineralógico de Carajás.

⁴⁹⁸ Por ter concentrado as ações governamentais do III PDA o Programa Grande Carajás será abordado com mais detalhamento no capítulo subsequente.

⁴⁹⁹ Foram previstos para o polo a execução de grandes empreendimentos, entre os quais o Projeto Trombetas, a cargo da Mineração Rio do Norte, associação de empresas com participação da Companhia Vale do Rio Doce, envolvendo investimentos de US\$ 170 milhões, no período 1974-1979.

Consoante pesquisas do Ministério da Agricultura que revelaram a existência de faixas de solo de alta fertilidade, passíveis de utilização em culturas de exploração comercial como café, pimenta do reino, cacau e cana de açúcar, o Polo Altamira foi definido com o objetivo de atrair e orientar investimentos privados para esses setores e fomentar o desenvolvimento da pecuária.

Por meio do Polo Pré-Amazônia Maranhense se propôs organizar a colonização espontânea em curso na região e a implantação, pelo setor privado, de atividades agropecuárias e minerais. Programou-se, ainda, a realização de um levantamento florestal e levantamento do potencial dos solos em áreas selecionadas.

O Polo Rondônia, que abrangia metade da área daquele Território Federal, possuía “expressivos recursos florestais economicamente exploráveis” e era cortado ao centro pela BR-364. Por apresentar condições propícias para culturas perenes e para pastagens, além de amplas reservas de cassiterita e estanho, o polo foi orientado à expansão da exploração destes minérios e à implantação de lavouras cacaeiras. Programou-se, ainda, apoio ao projeto de aproveitamento hidrelétrico da Cachoeira do Samuel.⁵⁰⁰

O Polo Acre compreendia os principais centros urbanos do Estado homônimo, assim como trechos dos rios Acre, Purus, Juruá e seus afluentes e as principais áreas de concentração de seringais e de produção da borracha, atividade considerada de maior potencialidade. O desenvolvimento das atividades madeireira e pecuária também constituíram objetivos do Programa para o Polo.

A área definida para o Polo Juruá-Solimões foi identificada pelo Projeto RADAM como uma das concentrações florestais mais expressivas da Amazônia, prestando-se, por conseguinte, para “aproveitamento madeireiro em bases econômicas”. Localizado entre os rios Juruá, Solimões e Coari, em território amazonense, se estendia por aproximadamente 8,8 milhões de hectares, e o acesso ao seu interior era propiciado pela rede hidrográfica.

De acordo com os objetivos definidos no POLAMAZÔNIA, o Polo Roraima foi orientado para o desenvolvimento da pecuária bovina e suína e sua industrialização;⁵⁰¹ além da realização de projeto de pesquisas de recursos minerais e aproveitamento hidrelétrico do rio Cotingo, visando ao suprimento energético de Boa Vista.⁵⁰²

⁵⁰⁰ SUDAM. II PDA, 1976, p. 96.

⁵⁰¹ Isto, objetivando sua exportação para a Venezuela e outros mercados externos através do Porto Livre de Georgetown (SUDAM, 1976, p. 97).

⁵⁰² O documento informava a execução de levantamentos e pesquisas pelo Projeto RADAM e pelo CPRM com vistas ao mapeamento geológico sistemático e à verificação de ocorrências minerais (SUDAM, 1976).

O Polo de desenvolvimento Tapajós compreendia a área de influência da rodovia Transamazônica e da BR-165, formando importante entroncamento rodoviário entre os rios Tapajós e Xingu, no Pará. Por meio dos recursos do POLAMAZÔNIA se pretendia atrair e apoiar os investimentos privados na área e aproveitar o potencial de recursos naturais existentes, como o salgema, em Aveiro e o calcário, em Itaituba, além de financiar a expansão e conclusão da usina hidrelétrica de Curuá-Una.

O Polo de desenvolvimento Amapá, assinalado pela exploração do manganês e produção de madeiras, era considerado propício à formação de pastagens e culturas permanentes devido as “boas propriedades físicas do solo”, que respondiam favoravelmente ao uso de corretivos e fertilizantes.⁵⁰³ A programação do POLAMAZÔNIA para o Território previa a ampliação da capacidade de geração da Usina Coaracy Nunes; o desenvolvimento da atividade madeireira, agropecuária e agroindustrial; apoio à implantação do Porto de Macapá e estudos para implantação de uma unidade de produção de ferro-liga.

O Polo Juruena, localizado no extremo norte do Estado de Mato Grosso foi considerado com potencial produtivo tanto para as atividades extrativas vegetais como para agricultura e pecuária, além de possibilidade de aproveitamento energético do rio Teles Pires. O POLAMAZÔNIA previa ali a complementação da infraestrutura física em implantação, com destaque para a BR-242, cuja área de influência recomendava-se para atividades agropecuárias e de extração vegetal. O Programa previa, ainda, a manutenção de uma reserva biológica e florestal em uma área banhada pelos rios Juruena e Teles Pires.⁵⁰⁴

O município mato-grossense de Aripuanã foi definido como Polo de Desenvolvimento em decorrência de estudos realizados pela Universidade de Mato Grosso e pela CPRM indicando ocorrência provável de jazidas minerais. Ademais, a região possuía manchas de terras consideradas de alta fertilidade para a agricultura, as florestas apresentavam essências de alto valor comercial e o sistema hidrográfico dispunha de razoável potencial energético. A alienação de cerca de 2 milhões de hectares de terras a empresários particulares, em áreas situadas entre os rios Juruena e Aripuanã, propiciaria as bases ao aproveitamento dos recursos naturais existentes, de acordo com a perspectiva do planejamento governamental.

Finalmente, o Polo Marajó, compreendia o arquipélago homônimo situado na foz do rio Amazonas, o qual apresentava condições favoráveis para a exploração agropecuária e florestal, atividades a serem potencializadas por investimentos do POLAMAZÔNIA.

⁵⁰³ Idem, p. 98.

⁵⁰⁴ Idem, p. 99.

A análise do mapa do POLAMAZÔNIA permite observar o avanço do planejamento estatal sobre a área ao norte do eixo Amazonas-Madeira, que até então tinha sido pouco afetado pela iniciativa privada ou pública. Para Miranda Neto, a escolha do polo Juruá-Solimões, por exemplo, marcou o desejo do governo em penetrar naquele imenso ângulo da Amazônia brasileira ocidental, entre os rios Negro e Purus, região de povoamento mais disperso, ao lado da fronteira colombiana. Aos objetivos governamentais não bastava, pois, expandir as atividades econômicas nas áreas que já vinham sendo objeto de políticas desenvolvimentistas. Era imperativo, ao mesmo tempo, incorporar novos espaços à “ocupação produtiva” preconizada pelo Estado brasileiro.⁵⁰⁵

As medidas elencadas na programação do POLAMAZÔNIA para transformar a exploração dos recursos naturais amazônicos em “empreendimentos rentáveis”, especialmente por meio da colonização empresarial, orientada à agricultura e à pecuária e por grandes projetos de infraestrutura e de mineração, são discutidas a seguir.

4.1.1 Resignificando a apropriação de terras: a “colonização empresarial”

Segundo Ab’Saber, o POLAMAZÔNIA representou o abandono efetivo da estratégia de colonização via pequena produção, programada sob os auspícios do PIN no I PDA, e a tentativa de criar um clima mais atraente para os investidores particulares.⁵⁰⁶ Os contornos desse processo começaram a ser delineados em 1973, em uma viagem de três dias pela Amazônia de uma caravana formada pelos ministros do Planejamento, Interior e Agricultura e vinte empresários sulistas que já possuíam propriedades na região. Os empresários, divididos em dois grupos, um de colonização particular e outro de agropecuária, deveriam decidir naquela oportunidade a aquisição de 2 milhões de hectares no entroncamento das rodovias Cuiabá-Santarém e Transamazônica para a implantação de projetos em propriedades médias em torno de 100.000 hectares.

Na ocasião, foi distribuído aos empresários um documento elaborado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), descrevendo as atividades básicas mais recomendadas para a região, com o objetivo de “facilitar a atração de empreendimentos privados”, mas com “preferência acentuada pelos grandes empreendimentos”.⁵⁰⁷ De acordo

⁵⁰⁵ MIRANDA NETO, 1979, p. 222, op. cit.

⁵⁰⁶ AB’SABER, 2004, op. cit.

⁵⁰⁷ PINTO, Lúcio Flávio. Grandes planos para a Amazônia. In: _____. *Amazônia: no rastro do saque*. São Paulo: Hucitec, 1980, p. 63-65. A viagem, marco fundamental da mudança na política de colonização oficial na Amazônia, foi registrada em agosto de 1973 por Lúcio Flávio Pinto em artigo originalmente publicado no

com Reis Velloso, então ministro do Planejamento, abria-se “uma nova era de ocupação da região”, marcada pelo ingresso na “fase dos grandes consórcios”.⁵⁰⁸

A opção governamental por projetos particulares de colonização representou um novo capítulo na apropriação de vastas extensões de terras amazônicas por empresas privadas. Se durante certo tempo os empresários adquiriam grandes extensões de terra valendo-se da aquisição fracionada por meio de parentes e funcionários, na nova fase de ocupação econômica da região, o próprio Estado nacional criou dispositivos legais possibilitando a obtenção de largas porções territoriais por grandes grupos econômicos, em extensão muito superior às dimensões expressas na Constituição Federal, que era de 3.000 hectares para terras devolutas.

Esse processo foi orientado pelos chamados “projetos de colonização empresarial”, destinados à implantação de projetos agropecuários, agroindustriais e minerais, e à formação de novos núcleos coloniais em terras devolutas, através de contratos de compra e venda. Neste caso, grupos empresariais faziam a aquisição de extensões de terra designadas pelo governo para essa finalidade e, posteriormente, as dividiriam em lotes entre os interessados.

Os novos critérios para licitação de terras na Amazônia foram apresentados em três instruções especiais baixadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e aprovadas em despacho do ministro da Agricultura com o presidente Geisel, passando a constituir as opções preferenciais de acesso a terra na Amazônia, de acordo com as diretrizes do II PDA.

Instrução nº 11: licitação de áreas de até 500.000 hectares para empresas particulares de colonização que se disponham a complementar a ação do governo; Instrução nº 12: implantação, mediante licitação de grandes projetos agropecuários ou agroindustriais, através de empresas privadas ou públicas, projetos integrados agroindustriais, em áreas acima de 3 mil hectares, até 66 mil (projetos agropecuários) e 72 (projetos florestais); e nº 13: liberação de áreas de até 500 mil hectares para projetos de cooperativas de reforma agrária, mediante sua transferência das zonas minifundiárias para a Amazônia.⁵⁰⁹

A maior concentração de experiências particulares de colonização ocorreu no Estado de Mato Grosso, onde foram instalados mais de cinquenta projetos em diferentes pontos do seu território por 36 empresas autorizadas pelo INCRA. Praticamente todas as terras ao norte do

Semanário *Opinião*, o qual sofreu vários cortes da censura e foi posteriormente compilado pelo autor na publicação supracitada.

⁵⁰⁸ PINTO, 1980, op. cit.

⁵⁰⁹ Essas instruções foram aprovadas, respectivamente, pelas Portarias de números 76 e 77, de 27 de fevereiro de 1976 (AMAZÔNIA, 1976, p. 8).

Estado, onde se implantaram os projetos agropecuários pioneiros na década de 60, foram entregues aos grupos privados que desenvolveram seus projetos colonizadores.⁵¹⁰

A experiência de colonização particular foi viabilizada pela autorização do Senado Federal para licitação de 2 milhões de hectares de terras devolutas para colonizadores particulares, pessoas físicas ou jurídicas, iniciarem em terras mato-grossenses o processo de “ocupação econômica”, coordenado pela Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (CODEMAT), mediante as diretrizes do II PDA. Os vencedores da concorrência nacional foram: a empresa Integração, Desenvolvimento e Colonização (INDECO), que adquiriu 400 mil hectares; a Rendanyl Empreendimentos S/A (RENDANYL), com 1 milhão de hectares; João Carlos de Souza Meireles, então presidente da Associação de Empresários da Amazônia, com 200 mil hectares, e Colonização Indústria e Comércio Ltda. (COLNIZA), com 400 mil hectares.⁵¹¹

De posse das terras, as companhias de colonização procederiam à execução e controle da venda de lotes de 50, 60 ou 100 hectares, a comercialização e o beneficiamento da produção, guaraná, café, arroz. Essas empresas financiaram campanhas publicitárias para atrair compradores entre os pequenos e médios proprietários rurais capitalizados e pequenos investidores do Sul, principalmente do Paraná.⁵¹² As colonizadoras controlavam o acesso de seus territórios e acabavam por exercer o poder político local.

Arioaldo Umbelino de Oliveira vincula esse fenômeno à produção de um território capitalista na Amazônia estabelecido sob a lógica dos monopólios, produzindo frações territoriais distintas na região. Ele cita o norte mato-grossense como exemplo paradigmático dessa “diferença histórica”: “cada parte daquela imensa região teve ou ainda tem “dono”: Sinop é de Ênio Pipino; Alta Floresta, de Ariosto da Riva; Matupá, dos Ometto; Juara, de Zé Paraná etc.”⁵¹³

Naquele contexto histórico se intensificou a constituição de um mercado de terras para viabilizar os vários programas de apoio ao desenvolvimento agrícola com base nas lavouras selecionadas previstas pelo II PDA, a serem cultivadas pelos novos colonos na Amazônia. Em matéria intitulada “Licitação de terras em Rondônia e Pará”, a edição de janeiro de 1976 da revista *Amazônia* informava a demanda pelas terras colocadas à disposição pelos processos

⁵¹⁰ OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. BR-163 Cuiabá-Santarém: geopolítica, grilagem, violência e mundialização. In: TORRES, Maurício (Org.). *Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163*. Brasília: CNPQ, 2005, p. 67-184.

⁵¹¹ Tais projetos deram origem, respectivamente, aos municípios de Alta Floresta, Cotriguaçu, Juruena e Colniza.

⁵¹² BECKER, Bertha K. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1997.

⁵¹³ OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. BR-163 Cuiabá-Santarém: geopolítica, grilagem, violência e mundialização. In: TORRES, Maurício (Org.). *Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163*. Brasília: CNPQ, 2005, p. 67-184, p. 73.

licitatórios. Segundo o periódico, em entrevista à imprensa em Brasília, o presidente do INCRA, Lourenço Vieira da Silva, anunciara a conclusão de licitação, por meio da qual seriam distribuídas em Rondônia e no Pará, 1.043 glebas de 3 mil hectares, em cada, aos produtores que apresentassem as melhores propostas.

O processo de concorrência identificara a média de 2,22 propostas por gleba, demonstrando, segundo o representante do governo, “o interesse de produtores de todo o País pela licitação e de sua determinação em se integrar ao processo de ocupação territorial da Amazônia Legal”.⁵¹⁴ Desse modo, a pretexto de ser ocupada e desenvolvida, sob a égide do planejamento governamental, a terra na Amazônia reduziu-se a um fator de oferta e procura, a ser apropriada pelos concorrentes com “as melhores propostas”, isto é, aqueles que pagavam mais.

4.1.2 Repesando as águas da Amazônia: as hidrelétricas

Um marco da ação governamental na gestão das águas como recurso hídrico foi a criação das Centrais Elétricas do Norte do Brasil (ELETRONORTE), em junho de 1973, com a finalidade de “realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas de energia elétrica e sistemas associados de transmissão, assim como a coordenação dos programas de energia elétrica na região amazônica”.⁵¹⁵ Segundo Leal, a criação do novo órgão coincidiu com um momento em que já estavam definitivamente decididos os projetos de exploração mineral do Trombetas e de Carajás.⁵¹⁶

De fato, de acordo com o presidente da ELETRONORTE, Raul Garcia Llano, ao assumir a coordenação dos programas regionais de energia elétrica, desde o início de suas atividades, a estatal procurou avaliar todas as importantes jazidas minerais na região do rio Tocantins, “em contato íntimo” com a Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (CPRM), visando caracterizar os mercados potenciais de energia elétrica para a transformação desses minerais.⁵¹⁷

Em conformidade com as iniciativas orientadas à produção energética executadas sob os auspícios da ELETRONORTE, o II PDA inaugurou um novo contexto histórico de relação

⁵¹⁴ ASSOCIAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS DA AMAZÔNIA. *Amazônia*. Ano 2, nº 11, jan./1976, p. 5.

⁵¹⁵ SENADO FEDERAL. *O II PND e os programas de desenvolvimento regional do Pará*. Comissão de Assuntos Regionais, 1975, p. 14.

⁵¹⁶ LEAL, 1988, op. cit.

⁵¹⁷ LLANO, Raul Garcia. A hidrelétrica do Tocantins e suas repercussões na industrialização dos recursos minerais do Pará. In: SENADO FEDERAL. *O II PND e os programas de desenvolvimento regional do Pará*. Comissão de Assuntos Regionais, 1975, p. 14.

com os rios amazônicos, marcado pela apropriação e represamento de suas águas para fins de geração de energia hidrelétrica. Embora o potencial de produção energética das águas da Amazônia estivesse presente na retórica do planejamento governamental desde o 1º Plano Quinquenal da SPVEA (1955-1959), somente na segunda metade dos anos 70 as condições econômicas para seu efetivo aproveitamento se concretizaram.⁵¹⁸ A necessidade de gerar energia para a industrialização dos “importantes bens minerais ocorrentes na região”⁵¹⁹ foi um fator decisivo nesse processo.

De fato, a importância que esta forma específica de apropriação das águas amazônicas assumiu naquele contexto, levando o Estado a realizar inventários e estudos de viabilidade dos rios, resultou das promissoras possibilidades econômicas representadas pelas jazidas minerais reveladas e/ou confirmadas pelo Projeto RADAM. O Complexo Mínero-Metalúrgico da Amazônia Oriental, proposto pelo II PND como um dos grandes eixos da ação estatal na Amazônia baseava-se na transformação industrial da bauxita, de Trombetas e do ferro, de Carajás, um processo altamente intensivo de energia.⁵²⁰

O aproveitamento dos rios amazônicos para a produção de energia foi um desdobramento, portanto, da série de descobertas geológicas a partir da segunda metade dos anos 60 que revelou, no Pará, a existência de imensas jazidas de bauxitas, constituindo a terceira reserva mundial de alumínio. A chamada “primeira crise do petróleo”, deflagrada em 1973, subverteu a geografia mundial daquele minério. Os monopólios dos países europeus, dos Estados Unidos e, sobretudo, do Japão, cuja produção de alumínio e alumina era efetuada junto a usinas termoeletricas movidas a óleo combustível, fecharam inúmeras fábricas e foram impelidos a procurar determinadas regiões do planeta onde o custo de produção fosse mais barato. A Amazônia se configurou como um dos locais mais adequados para essa finalidade, não apenas pela presença de jazidas da matéria prima fundamental àquela indústria, mas também pelo seu potencial hidrográfico. Ademais, o Brasil estava endividado, atravessava uma grave crise econômica e o governo procurava, a todo custo, atrair vultosos investimentos internacionais.⁵²¹

⁵¹⁸ Com efeito, a primeira usina hidrelétrica da região, a Coaracy Nunes, instalada no Amapá, somente foi concluída em meados da década de 70, tendo sido inaugurada pelo então presidente Ernesto Geisel em 13 de janeiro de 1976. Com potência estimada em 60 Mw e um lago de 24 km², suas dimensões eram ínfimas diante dos padrões de aproveitamento energético posteriores como os efetuados em Tucuruí, Balbina, e, mais recentemente, Belo Monte (DRUMMOND; NASCIMENTO, 2003).

⁵¹⁹ II PDA, 1972, p. 17.

⁵²⁰ Com efeito, na fabricação do alumínio e da alumina (óxido de alumínio), a disponibilidade de energia elétrica abundante e barata é um fator mais importante que a proximidade do minério, por dois motivos: a concentração é realizada por processo eletrolítico e a bauxita é muito difundida e tem sempre teores baixos de alumínio (VALVERDE, 1989).

⁵²¹ VALVERDE, 1989, op. cit.

Nesse contexto, se constituíram as empresas Alumínio Brasileiro S/A (ALBRAS) e Alumina do Norte do Brasil S/A (ALUNORTE), em 1978. Instaladas em Vila do Conde, no município paraense de Barcarena, e destinadas à produção de alumínio e alumina, elas resultaram de uma associação entre a companhia japonesa Nippon Aluminum Company (NALCO) e a estatal brasileira Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Por sua vez, em São Luís do Maranhã, foi criada a empresa Alumínio do Maranhão (ALUMAR), formada por um consórcio entre a Aluminum Company of America (ALCOA) e a Shell.

Para atender à demanda da indústria alumínica, a nova funcionalidade dos rios foi expressa no II PDA nos seguintes termos:

No âmbito da Amazônia Legal, a hidroeletricidade, além de fontes de energia, poderá servir de matéria-prima para uma ampla gama de indústrias eletrotérmicas e eletrolíticas, viabilizando a transformação industrial na região de uma série de bens minerais, que, de outra forma (isto é, se não houvesse ampla disponibilidade de energia elétrica) seriam exportados in natura, ou nem sequer explorados economicamente.⁵²²

Para a transformação da água em eletricidade, o governo propôs, por meio do II PDA, a criação de usinas geradoras de energia, programadas especialmente para atender às demandas da exploração em escala dos minérios que se projetava para a região.

Das medidas consignadas no II PDA ao setor energético, certamente a ação estatal prioritária foi a construção da usina hidrelétrica de Tucuruí (UHT), no rio Tocantins, com capacidade total de 3.000 MW, e início de operação previsto para 1981. A potencialidade energética das corredeiras daquele rio fora revelada pelos trabalhos técnicos iniciados no âmbito do ENERAM em 1969. No entanto, adquiriu um sentido prático apenas em 1974. Esse processo resultou da decisão do ministro das Minas e Energia, tomada naquele ano, segundo a qual “as hidrelétricas seriam construídas na Amazônia na medida em que projetos econômicos que se instalassem na região criassem um grande consumo”.⁵²³ A construção da UHT se viabilizou, portanto, com a criação da ALBRAS, cujo funcionamento, por sua vez, seria inviável sem o suporte de uma hidrelétrica, considerando que a energia é o insumo mais exigido para fabricação de alumínio.⁵²⁴

Sob a égide da ELETRONORTE, além da construção da UHT, o programa de energia delineado para a Amazônia no quinquênio 1975-1979 no II PDA planejou diversas ações, entre as quais: projetos visando o aproveitamento hidrelétrico dos rios Jatapu, no Amazonas,

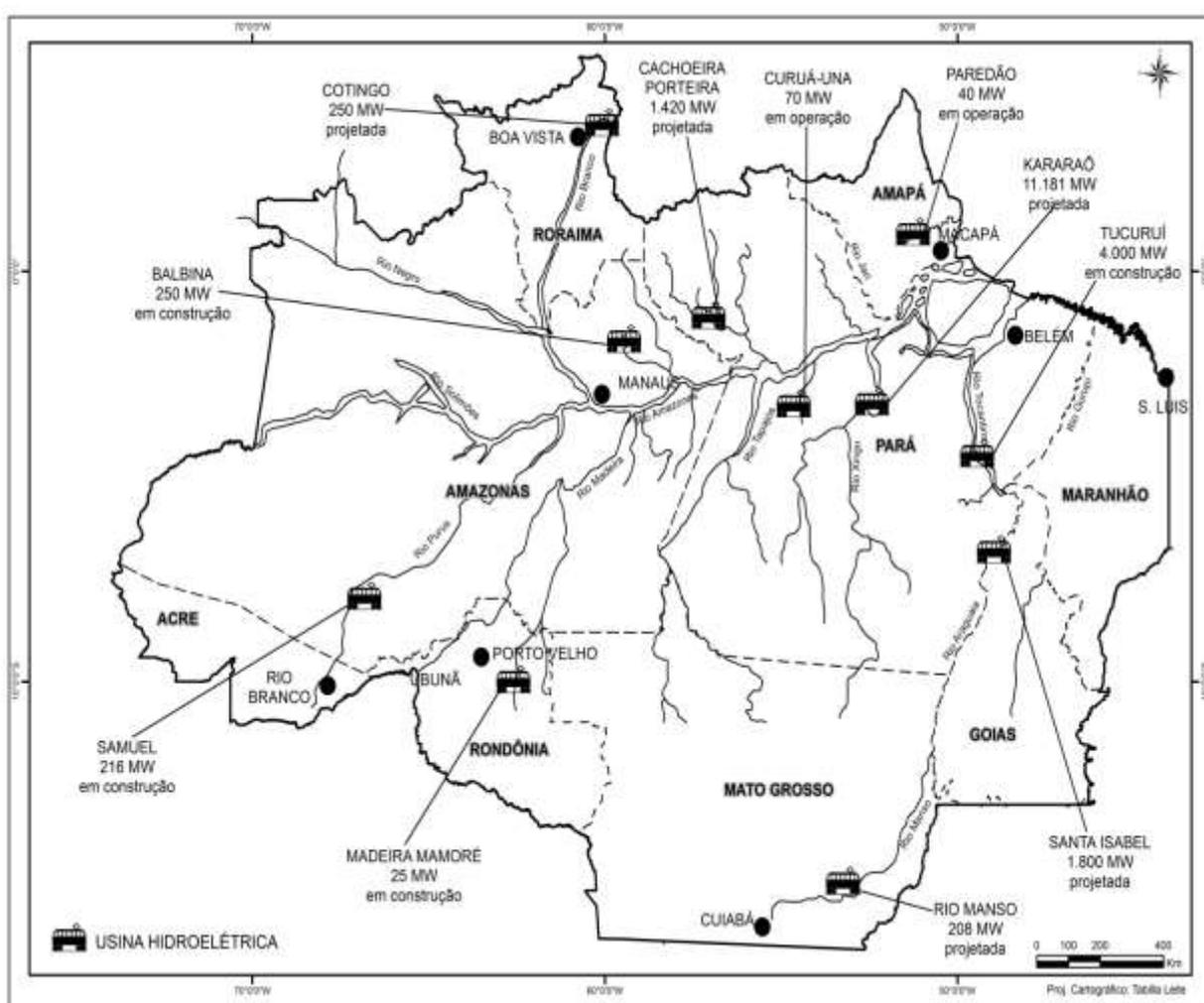
⁵²² II PDA, 1972, p. 50.

⁵²³ PINTO, 1977, p. 108, op. cit.

⁵²⁴ Idem, ibidem.

Trombetas, no Pará, Cotingo, em Roraima e Jamari, em Rondônia;⁵²⁵ e o Inventário dos Recursos Hidrelétricos das bacias dos Rios Xingu, Tapajós e Madeira, o qual se propunha ao levantamento do potencial dos rios homônimos, visando o atendimento de eventuais mercados locais e a possível interligação com os demais mercados nacionais. Tais ações resultaram na constatação de um potencial energético de 100 milhões de KW a ser aproveitado nos propósitos do planejamento estatal. O mapa 12, a seguir, ilustra a situação do aproveitamento hidrelétrico dos rios amazônicos no período de vigência do II PDA.

Mapa 12: Aproveitamento hidrelétrico da Amazônia no II PDA.



Fonte: Junk; Nunes de Mello (1986, p. 368).

Adaptado por: Tabilla Leite.

A localização das usinas projetadas é reveladora da estreita associação entre a definição de projetos energéticos e o desenvolvimento de um segmento mineral na Amazônia. A

⁵²⁵ A implantação dessas unidades, além do atendimento dos polos de Boa Vista, Porto Velho e da região da bauxita, visava ampliar e garantir suprimento de energia elétrica a Manaus, em nível compatível com a evolução esperada de sua demanda industrial.

primeira usina hidrelétrica da região, Coaracy Nunes, instalada no rio Araguay, surgira em função da exploração do manganês no território amapaense.⁵²⁶ Por sua vez, os estudos para criação da usina da Cachoeira Porteira, no rio Trombetas, preconizados no II PDA, deviam-se à exploração da bauxita, ali efetuada. Igualmente, a hidrelétrica do Samuel, projetada para o rio Jamari, era motivada pela exploração da cassiterita em Rondônia.⁵²⁷ O aproveitamento hidrelétrico dos rios amazônicos foi motivado, em grande medida, pois, pelas condições criadas pelas explorações minerais em curso na região.

4.2 O ambiente amazônico e o II PDA (1975-1979)

No que tange ao planejamento governamental, tanto o II Plano Nacional de Desenvolvimento como o II Plano de Desenvolvimento da Amazônia, propostos para execução no período 1975-1979, representaram um avanço formal em relação aos planos que os precederam, no que respeita aos aspectos normativos referentes ao meio ambiente. O Estado brasileiro incluiu no texto do II PND a necessidade de fomentar o desenvolvimento “[...] sem os perigos da depredação do valioso patrimônio de nossos recursos naturais”.⁵²⁸ Entre os objetivos gerais do plano propôs-se “realizar o desenvolvimento sem deterioração da qualidade da vida, e, em particular, sem devastação do patrimônio de recursos naturais do país”.⁵²⁹

O texto do II PND recomendou explicitamente a adoção de uma política de preservação dos recursos naturais do país. Nesse sentido, preconizou mecanismos de controle da poluição industrial em áreas urbanas identificadas como “manchas de poluição” e medidas de defesa e proteção da saúde humana. No entanto, salientava que tais demandas não poderiam constituir óbices ao crescimento da industrialização no país. Com efeito, ao discorrer sobre poluição industrial e preservação do meio ambiente, em capítulo específico, o documento esclarecia que a postura do governo brasileiro em relação ao assunto orientava-se, fundamentalmente, pela posição defendida na Conferência de Estocolmo, segundo a qual não se reconhecia a legitimidade de quaisquer argumentos que limitassem “o acesso dos países subdesenvolvidos

⁵²⁶ As obras de construção da hidrelétrica de Coaracy Nunes iniciaram em 1961. Após algumas interrupções devido a falta de recursos, ela foi inaugurada em 13 de janeiro de 1976 pelo então presidente Ernesto Geisel. Com potência estimada em 60 Mw e um lago de 24 km², suas dimensões eram ínfimas diante dos padrões de aproveitamento energético posteriores como os efetuados em Tucuruí, Balbina, e, mais recentemente, Belo Monte (DRUMMOND; NASCIMENTO, 2003).

⁵²⁷ LEAL, 1988, op. cit.

⁵²⁸ Conforme pronunciamento do presidente da República Ernesto Geisel proferido na Reunião Ministerial de 10 de setembro de 1974, quando apresentou aos ministros de Estado o projeto de lei do II PND (BRASIL, 1975).

⁵²⁹ BRASIL. II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979), p. 29.

ao estágio de sociedade industrializada, sob pretexto de conter o avanço da poluição mundialmente”.⁵³⁰

Por outro lado, por meio do II PND, o governo reconhecia que a devastação de recursos – solo, vegetais e animais – estava assumindo “proporções inadmissíveis em consequência da construção da infraestrutura, da execução de programas industriais e agrícolas, mas, principalmente, da ação predatória de interesses imediatistas”, embora sem mencionar que interesses seriam esses.⁵³¹ Segundo o documento, o país precisava “defender, sistemática e pragmaticamente, esse patrimônio de recursos naturais, cuja preservação faz parte do desenvolvimento”.⁵³² Ao mesmo tempo, enfatizava a necessidade de reconhecer a prioridade da “poluição da pobreza”, entendida como a “carência dos requisitos básicos de saneamento e controle biológico indispensáveis à saúde das populações de baixa renda”.⁵³³

De acordo com o documento supracitado, o Brasil dispunha de maior flexibilidade quanto à política de preservação do equilíbrio ecológico em relação aos países desenvolvidos, por ainda dispor de “amplas áreas não poluídas”. Desse modo, concluía que o caminho a ser seguido deveria ser o do equilíbrio, para conciliar o “desenvolvimento em alta velocidade” com o “mínimo de efeitos danosos sobre a ecologia e garantindo o uso racional dos recursos do País, com garantia de permanência dos de caráter renovável”.⁵³⁴

Diante dessas considerações, por meio do Plano, o governo recomendava a adoção de uma política de preservação de recursos naturais do país, com base na “utilização correta do potencial de ar, água, solo, subsolo, flora e fauna”, possibilitando a “ocupação efetiva e permanente do território brasileiro”, bem como a “exploração adequada dos *recursos de valor econômico*, o levantamento e a defesa do patrimônio de recursos da natureza; e evitando ações predatórias e destruidoras das riquezas naturais”.⁵³⁵

No que se refere à Amazônia o II PND mencionou a “preocupação específica com os aspectos de repercussão sobre os recursos naturais da área, na implantação de projetos de infraestrutura, estradas, hidroelétricas etc.” e preconizou “uma efetiva observação de política de utilização racional dos recursos naturais” na “ocupação produtiva” da região.⁵³⁶ As

⁵³⁰ Idem, p. 92.

⁵³¹ Idem, *ibidem*.

⁵³² Idem, *ibidem*.

⁵³³ Idem, *ibidem*.

⁵³⁴ Idem, *ibidem*.

⁵³⁵ II PND, p. 93, *op. cit.* Grifo nosso. Embora preconizasse medidas em defesa dos recursos naturais do país, o documento não se manifestou sobre os efeitos sociais e ambientais das políticas desenvolvimentistas altamente predatórias que vinham sendo executadas na região amazônica sob os auspícios do Estado, especialmente as desenvolvidas no âmbito do PIN na primeira metade dos anos 1970.

⁵³⁶ II PND, p. 94, *op. cit.*

diretrizes governamentais expressas no II PND refletiram-se na elaboração do II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (II PDA), a despeito da enorme distância entre as intenções esboçadas e as ações executadas no que tange à proteção do ambiente amazônico no período de vigência destes planos, como se demonstrará neste capítulo.

Ao detalhar o programa de ação do governo federal para a Amazônia, o II PDA esboçou diversas considerações alusivas a uma política de “utilização racional” dos recursos naturais, especialmente os florestais, em consonância com as recomendações do II PND. A esse respeito, o plano de desenvolvimento regional advertia para a necessidade de disciplinar a exploração da floresta, de modo a garantir a manutenção do equilíbrio ecológico:

A exploração florestal organizada, disciplinada e auto-sustentada é a única forma de atividade ligada ao uso da terra que não é predatória da floresta, e que, por isso mesmo, permitirá não só a preservação das espécies como também o equilíbrio do sistema ecológico, assegurando ao mesmo tempo a ocupação econômica da Amazônia, com mobilização do vasto capital inativo representado pela floresta.⁵³⁷

De acordo com o texto do II PDA, diante do rápido processo de extinção das grandes fontes de suprimento de madeiras tropicais, excluídas as da América Latina, como detentora da “última grande reserva de floresta tropical do mundo” a Amazônia poderia vir a dominar o comércio internacional de madeiras tropicais, na década de 80. Mas, para tal a exploração madeireira deveria se transformar em atividade planejada e institucionalizada, com vistas ao fornecimento regular de produtos florestais, para suprimento aos mercados nacional e mundial em contínua demanda. Segundo a perspectiva governamental, a racionalização das atividades madeireiras na Amazônia exigiria necessariamente o controle das operações de extração florestal e a fiscalização eficiente quanto à reposição obrigatória de matéria prima, por parte das empresas, “sistema usado em todos os países que valorizam os seus recursos florestais”.⁵³⁸ O documento também sugeria que os futuros projetos pecuários fossem instalados em áreas de cerrado, cerradão e mata fina, em vez de em zonas de floresta densa.

A análise do texto do II PDA nos leva a inferir que tais proposições não refletiam efetivamente uma política de proteção dos ecossistemas amazônicos, considerando seu caráter de mantenedores de processos biogeoquímicos fundamentais, conforme os preceitos da ciência ecológica. A proposta de uma gestão “racional” da floresta implicava muito mais em assegurar a continuidade da oferta de madeira para a apropriação dos mercados. O disciplinamento da exploração florestal proposto visava, pois, fundamentalmente, à manutenção do sistema econômico e das diretrizes políticas estatais. A suposta exploração

⁵³⁷ SUDAM, op. cit., 1976, p. 49.

⁵³⁸ Idem, ibidem.

racional dos recursos florestais visava precisamente permitir a renovação sistemática das áreas cultivadas, de modo a garantir uma exploração constante e duradoura.

Em que pese o apelo retórico presente nos textos do II PND e do II PDA no que tange à promoção do desenvolvimento com a devida proteção aos ecossistemas, estes planos explicitavam uma opção preferencial pelos segmentos agropecuários, mineradores e energéticos estabelecida para o quinquênio, cujos pressupostos foram sintetizados no POLAMAZÔNIA.⁵³⁹ Isto indicava claramente a continuidade do modelo de desenvolvimento assentado na exploração intensiva da base natural do país, em particular da Amazônia.

De fato, embora o II PDA tenha apresentado proposições visando uma utilização “racional” dos recursos, especialmente os florestais, evidências coletadas em diversas fontes produzidas no período de vigência do Plano revelam as diversas limitações enfrentadas para a efetivação das medidas propostas. O documento intitulado “Análise Conjuntural do Problema Florestal da Amazônia Brasileira”, produzido no âmbito do Departamento de Recursos Naturais (DRN) da SUDAM, publicado em 1977, foi bastante enfático a este respeito. De acordo com esta fonte, a maior parte das indústrias madeireiras regionais não cumpria o dispositivo do artigo 20 do Código Florestal, determinando a reposição da matéria prima extraída. Desse modo, concluiu que “os projetos de reflorestamento existem apenas simbolicamente no papel mas não chegam – com raras exceções – à fase prática da execução”.⁵⁴⁰

A inobservância da reposição florestal foi objeto de discussão na Comissão da Amazônia no Congresso Nacional. Por ocasião de conferência proferida por Clara Pandolfo – diretora do Departamento de Recursos Naturais da SUDAM – naquele órgão, em 6 de maio de 1975, o deputado paraense Jáder Barbalho indagou onde se encontravam os projetos de reflorestamento. Segundo o parlamentar, ao percorrer a região das ilhas, concentradora de grande parte da indústria madeireira do Pará, não encontrara quaisquer registros deles.⁵⁴¹

Uma pesquisa realizada pela SUDAM, com o objetivo de verificar em que medida estava sendo cumprida a exigência legal do reflorestamento por parte das empresas financiadas pelo órgão, demonstrou a pertinência do questionamento do deputado paraense. No período de janeiro a setembro de 1975 foram inspecionados 24 empreendimentos,

⁵³⁹ Como visto no capítulo anterior, as diretrizes destes planos para a Amazônia preconizaram a implantação de grandes projetos agroindustriais, mínero-metalúrgicos e de produção de energia, com a construção de grandes hidrelétricas, viabilizando a exploração efetiva e a abertura da região amazônica à exploração capitalista.

⁵⁴⁰ PANDOLFO, Clara. *Análise Conjuntural do Problema Florestal da Amazônia Brasileira*. Belém: SUDAM, 1977, p. 4.

⁵⁴¹ *RECURSOS Naturais da Amazônia*. Brasília: Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, 1975.

totalizando uma área global programada para reflorestamento de 12.620,5 hectares, com o plantio de 28.094.280 mudas. No entanto, a atividade alcançou apenas 2.372,5 hectares, com 5.097.503 mudas efetivamente cultivadas. Desse modo, em termos percentuais, foi executado apenas 18% do reflorestamento previsto.⁵⁴²

Não se pode olvidar que a grande maioria dos investidores que vieram para a Amazônia optou pela aplicação dos recursos em projetos pecuários, atraídos pela farta disponibilidade de terras a baixo custo. A forte tendência desses projetos para localização em áreas de domínio florestal levou a SUDAM, por meio de seu Conselho Deliberativo, através da Resolução nº 2.525, de 23.04.76, a proibir a implantação de pecuária em áreas de mata nos projetos beneficiados com incentivos fiscais. Esta medida, contudo, foi descumprida pelo próprio órgão, ao aprovar numerosos projetos pecuários que implicaram no desmatamento de extensões florestais ainda maiores que as praticadas anteriormente.⁵⁴³ A grande extensão da região e a extrema dispersão das atividades madeireiras, de um lado, e a inadequada estrutura dos órgãos governamentais competentes, de outro, eram apontados nas esferas institucionais como fatores que tornavam inexequível o acompanhamento e a fiscalização da execução desses projetos.

Considerando esse panorama, e com base no princípio de que a exploração da floresta amazônica se operava de forma irracional e ineficiente, ao mesmo passo que a demanda de madeiras latifoliadas tropicais pelo mercado mundial crescia em ritmo acelerado, o Departamento de Recursos Naturais da SUDAM, sob a gestão de Clara Pandolfo, recomendou, em 1973, uma reformulação da política madeireira para a Amazônia, com base na proposta de criação de “florestas de rendimento”. As recomendações foram sintetizadas em uma publicação intitulada “Estudos Básicos para o Estabelecimento de uma Política de Desenvolvimento dos Recursos Florestais e de Uso Racional das Terras na Amazônia”, lançada naquele ano. Em 1974 ela foi reeditada com a finalidade precípua de subsidiar o II PND no que concerne à exploração florestal na região.

A iniciativa implicava na concessão de áreas de propriedade estatal para exploração por empresas madeireiras, destinadas exclusivamente à exploração florestal e obedecendo a planos pré-estabelecidos de corte e reposição. Nessas áreas se pretendia instalar um sistema de produção integrado, compatibilizando as atividades de extração com práticas silviculturais visando à regeneração das essências extraídas, de modo a assegurar a perenidade dos recursos pela reposição contínua dos estoques de espécies nativas. Esperava-se, assim, corrigir o

⁵⁴² PANDOLFO, 1977, op. cit.

⁵⁴³ PANDOLFO, 1994, op. cit.

criação de florestas de rendimento visava, pois, alçar a exploração florestal a “um nível de ocupação preferencial sobre as demais atividades ligadas ao uso da terra”.⁵⁴⁶

Tal iniciativa, bastante audaciosa, considerando a conjuntura política ditatorial na qual foi proposta, não encontrou apoio nas esferas governamentais que poderiam viabilizá-la. Segundo Pandolfo, “lamentavelmente a proposta da SUDAM não foi implementada por falta de decisão política e empenho governamental”.⁵⁴⁷ Certamente, a criação de florestas de rendimento, nos moldes preconizados pela gestão do DRN, contrariaria diversos interesses políticos e empresariais, para os quais os recursos florestais amazônicos constituíam apenas possibilidades de se auferir ganhos imediatos.

4.2.1 Proteção ambiental no II PDA

Em decorrência da nova conjuntura internacional resultante da Conferência de Estocolmo e das pressões das agências multilaterais de fomento ao desenvolvimento sobre os países tomadores de empréstimos, a segunda metade dos anos 70 assistiu a uma série de legislações ambientais, entre as quais: Decreto-Lei nº 1.413, de 14 de agosto de 1975, que dispôs sobre o controle da poluição do meio ambiente provocada por atividades industriais; Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977, que dispôs sobre a criação de áreas especiais e de locais de interesse turístico e sobre o inventário, com finalidades turísticas, dos bens de valor cultural e natural; e a Lei nº 6.535, de 15 de janeiro de 1978, que incluiu no rol das áreas de preservação permanente as florestas situadas em regiões metropolitanas.

Naquele contexto, diversas unidades de conservação, precisamente na tipologia de parques nacionais foram instituídas com base no Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979, que aprovou o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros.⁵⁴⁸ Com base nesta nova legislação, foram criados o Parque Nacional de Pacaás Novos, em Rondônia, por meio do Decreto Federal nº 84.019, de 21 de setembro de 1979; o Parque Nacional do Pico da Neblina, localizado no município de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas, por força do Decreto Federal nº 83.550, de 5 de junho de 1979, ambos na Amazônia, e o Parque Nacional

⁵⁴⁶ Idem, p. 25. A persistência da prioridade atribuída aos projetos agropecuários e minerais, especialmente os siderúrgicos instalados na década de 1980, altamente intensivos de matéria prima florestal, é reveladora do fracasso daquele desígnio.

⁵⁴⁷ PANDOLFO, 1994, p. 165, op. cit.

⁵⁴⁸ BRASIL. Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979. Aprova o regulamento dos parques nacionais brasileiros. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-84017-21-setembro-1979-433347-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 21 set. 2014.

da Serra da Capivara, no Piauí instituído pelo Decreto Federal nº 83.548, de 5 de junho de 1979.

De acordo com o dispositivo legal que regulamentou os parques nacionais, estes se destinavam a “fins científicos, culturais, educativos e recreativos”, cabendo às autoridades, “preservá-los e mantê-los intocáveis”. O objetivo principal de sua criação consistia na “preservação dos ecossistemas naturais englobados contra quaisquer alterações que os desvirtuem”.⁵⁴⁹ Um dos requisitos para uma área ser enquadrada nessa tipologia era possuir “um ou mais ecossistemas totalmente inalterados ou parcialmente alterados pela ação do homem”. Pela legislação, era completamente vedada a coleta de frutos, sementes e/ou raízes dentro da área dos parques, bem como qualquer ato de perseguição, aprisionamento ou abate de exemplares de sua fauna.⁵⁵⁰

A concepção de tais áreas, destinadas à fruição estética dos visitantes e/ou à pesquisa científica, refletia uma política conservacionista pautada pela oposição entre mundo social e mundo natural. Em consonância com essa perspectiva, resguardava-se os ecossistemas existentes naqueles espaços da ação humana. Ironicamente, os governos não se preocuparam com os efeitos das políticas desenvolvimentistas sobre a diversidade sociocultural amazônica.

A história recente dos povos localizados às margens dos rios Trombetas, Erepecurú e Curuá, que assumiram a identidade política de remanescentes de quilombos, é emblemática desse processo. Ali, foram descobertas, em 1967, jazidas de bauxita estimadas em 1,2 bilhão de toneladas, cuja exploração comercial iniciou em 1979 pela empresa Mineração Rio do Norte (MRN),⁵⁵¹ provocando profundas transformações sobre o ambiente e aquelas populações que tradicionalmente ocupavam aqueles territórios.

Com efeito, tais grupos inscrevem-se numa experiência histórica vivida por seus antepassados, assinalada por estratégias de resistência à escravidão, ao longo do século XIX, marcadas por fugas por aqueles rios em direção às cachoeiras mais intransitáveis, que representavam o caminho para a liberdade. Fugas estas que geralmente coincidem com as cheias dos rios e a colheita da castanha, facilitando o deslocamento pelas vias fluviais, conforme relatado por Funes:

Tempo de festa, tempo de cheias, tempo da castanha – era este o tempo da fuga. Os escravos buscavam o rio, à noite, em canoas tomavam os furos, os igarapés, passando de um lago a outro. Pelos paranás varavam de um braço a outro do rio. Adentravam pelo Amazonas, subiam para as cabeceiras de seus afluentes da margem esquerda, onde se estabeleciam acima das primeiras corredeiras e cachoeiras, as

⁵⁴⁹ Idem, *ibidem*.

⁵⁵⁰ Idem, *ibidem*.

⁵⁵¹ PINTO, 1977, *op. cit.*

“águas bravas”, interpondo, assim, obstáculos naturais entre eles e seus perseguidores.⁵⁵²

A busca de um lugar seguro e protegido por obstáculos naturais, como as cachoeiras, nos altos dos rios demonstrou-se acertada, pois naqueles locus as autoridades governamentais tiveram pouco sucesso em suas expedições punitivas.⁵⁵³

De acordo com Acevedo-Marin e Castro, além de orientar a fuga, as cachoeiras representaram para os negros um lugar de aprendizagem dos “segredos da floresta tropical de várzea e de terra firme, o que lhes permitiu progressivamente constituir-se como grupo relativamente isolado e protegido dos interesses escravistas”.⁵⁵⁴ Protegidos pelas dificuldades naturais de acesso, as comunidades que se constituíram naquela região do Baixo Amazonas, desenvolveram modos peculiares de interação com o ambiente, combinando extrativismo, especialmente coleta de castanha, caça, pesca e atividade agrícola.

No contexto desse conjunto de saberes destaca-se a própria regulação do tempo pela natureza, na medida em que “[...] suas jornadas seguem suas sinalizações, definindo tempos de caçar, de pescar, de coletar (castanha, madeira etc.) e de fazer roça”.⁵⁵⁵ As atividades produtivas eram, pois, demarcadas pelos processos naturais como a cheia e a seca dos rios, e as estações do ano funcionavam como demarcadores da dieta, revelando um saber prático em consonância com a lógica da natureza.⁵⁵⁶

Seus descendentes contemporâneos, no entanto, defrontaram-se na década de 1970, com as políticas desenvolvimentistas preconizadas pelo Estado brasileiro. A implantação de empreendimentos mineradores em seu território representou um progressivo “aprisionamento das terras” que, assim como em outras partes da Amazônia, não levou em consideração o “saber e os códigos de relação com a natureza que os antigos ocupantes acumularam através de séculos”.⁵⁵⁷

O processo de apropriação da bauxita colocou em funcionamento naquele locus um conjunto de elementos estranhos àquelas populações, a saber: porto para atracação de navios de grande calado, circulação de grandes balsas com minério, equipamentos de prospecção de grandes dimensões etc. desestruturando modos de vida preexistentes. Um desdobramento importante do empreendimento minerador na região foi a criação da Reserva Biológica do

⁵⁵² FUNES, Eurípedes. Mocambos do Trombetas: Memória e Etnicidade (séculos XIX e XX). In: *Os Senhores dos Rios*. DEL PRIORE, Mary; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, p. 227-258.

⁵⁵³ Idem, *ibidem*.

⁵⁵⁴ ACEVEDO-MARIN, Rosa; CASTRO, Edna. *Negros do Trombetas: guardiães de matas e rios*. Belém: CEJUP, 1998, p. 43

⁵⁵⁵ Idem, p. 166.

⁵⁵⁶ Idem.

⁵⁵⁷ Idem, p. 32.

Trombetas (REBIO), instituída por meio do Decreto-Lei nº 84.018, de 21 de setembro de 1979, em terras do município de Oriximiná. Presumivelmente criada para apartar as comunidades tradicionais da empresa mineradora recém instalada, ou para reservar terras para empreendimentos futuros, dada a riqueza geológica e florestal da região, a REBIO em questão institucionalizou o impedimento do acesso daquelas aos recursos naturais até então livremente manejados, como nos informam Acevedo-Marin e Castro:

Literalmente, a Reserva Biológica foi aprisionadora das fontes de produção: os peixes dos lagos, de rios e igarapés, as sementes e os frutos coletados na mata, os cipós e as palhas para fabricação de artesanato e de suas casas e a madeira para fazer canoas.⁵⁵⁸

De acordo com o dispositivo legal que a criou, a finalidade precípua da REBIO consistia em “proteger a flora, a fauna e as belezas naturais, no local existentes”, sendo terminantemente proibida “qualquer alteração do meio ambiente, inclusive a caça e a pesca na área, ressalvadas as atividades científicas devidamente autorizadas”.⁵⁵⁹ Tais restrições, que atendiam aos termos do Código Florestal de 1965,⁵⁶⁰ encerravam uma concepção conservacionista intrinsecamente biologizada, fundamentada na separação entre seres humanos e natureza.⁵⁶¹ De fato, a justificativa utilizada para a delimitação da Reserva foi a defesa de quelônios e a proteção de madeiras nobres. No entanto, conforme os estudos de Acevedo-Marin e Castro, o manejo dos recursos extrativos efetuado por tais grupos não inibia a reprodução das espécies utilizadas no consumo familiar. Ao contrário, assegurava sua reprodução às gerações futuras.⁵⁶²

Ironicamente, o efeito mais impactante junto à opinião pública naquela área foi o assoreamento do Lago Batata, próximo das instalações da MRN e ponto tradicional de pesca das comunidades locais, sobre o qual foram despejados, de 1979 até 1985, aproximadamente dez milhões de toneladas de rejeitos de bauxita, ocupando aproximadamente 15% da sua

⁵⁵⁸ Idem, *ibidem*, p. 209. Segundo as autoras, a área da Reserva continha os mais ricos castanhais, cuja atividade de extração não importaria em absolutamente nenhum prejuízo à natureza, pelo contrário, realimentaria um novo ciclo por meio da alimentação do homem que ali vive e também dos animais, consumidores das cascas dos ouriços quebrados.

⁵⁵⁹ BRASIL. Decreto-Lei nº 84.018, de 21 de setembro de 1979. Cria a Reserva Biológica do Trombetas e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-84018-21-setembro-1979-433349-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 21 set. 2014.

⁵⁶⁰ Referimo-nos à alínea a do Artigo 5º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, segundo a qual: “O Poder público criará Parques Nacionais, Estaduais e Municipais e *Reservas Biológicas*, com a finalidade de *resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos*” (BRASIL, 1965, grifo nosso).

⁵⁶¹ Tal lógica configura o que Diégues denominou “mito moderno da natureza intocada”, isto é, o princípio de que a natureza para ser conservada tem que estar separada das sociedades humanas. Esta premissa orientou a gênese do movimento conservacionista, notadamente nos EUA, tendo influenciado o movimento ambientalista pelo mundo. Mas, passou a ser sistematicamente questionada no contexto do socioambientalismo emergido na década de 1980 (DIÉGUES, 1996).

⁵⁶² ACEVEDO-MARIN; CASTRO, 1998, op. cit.

superfície com uma lama viscosa vermelha.⁵⁶³ Segundo Lúcio Flávio Pinto: “o verde característico da paisagem mudou para a cor da lama, vermelha, e toda a mata ciliar morreu. No mínimo, houve uma terrível degradação paisagística”.⁵⁶⁴

A preocupação da opinião pública com os destinos do lago, externada após a divulgação das suas imagens cobertas pela lama vermelha gerou a iniciativa de sua recuperação por parte da empresa mineradora. A subtração dos recursos naturais, essenciais à reprodução socioeconômica dos antigos ocupantes da área, foi solenemente ignorada, tanto pela MRN como pelos agentes econômicos e ambientais do Estado, como de praxe, aliás, em se tratando das populações regionais portadoras de relações com o ambiente distintas das preconizadas pelos planejadores governamentais e pelos mercados.

A separação entre homem e ambiente, que orientava as políticas ambientais na esfera do planejamento governamental, foi colocada em questão, à medida em que resultados de estudos antropológicos e arqueológicos, evidenciavam a estreita relação entre populações humanas e manejo dos recursos naturais e que o próprio modelo de desenvolvimento executado na Amazônia passou a ser discutido e/ou questionado em diversas esferas.

4.3 O debate sobre o desenvolvimento e o ambiente

No período de vigência do II PDA, houve um adensamento dos movimentos de resistência à ditadura, com a incorporação seletiva de algumas de suas bandeiras pelo governo, no contexto da distensão “lenta, gradual e segura” do regime, proposta pelo presidente Geisel (1974-1979), bem como o aparecimento de tensões e fraturas no bloco de apoio ao regime. Tais fatores fomentaram uma alteração da correlação de forças na sociedade brasileira. Esse fenômeno se refletiu no questionamento do modelo de desenvolvimento em curso por parte de determinados segmentos sociais, que passaram a problematizar a questão e a denunciar de modo mais enfático os efeitos das políticas desenvolvimentistas sobre o ambiente e a sociedade amazônicas.

O padrão de desenvolvimento vigente na Amazônia, altamente intensivo de recursos naturais e deletério às populações regionais foi objeto de análise no âmbito de instituições de ensino e pesquisa, especialmente em nível regional. A pesquisa bibliográfica que

⁵⁶³ PINTO, Lúcio Flávio. O capítulo Trombetas. In: _____. *Amazônia: o século perdido*. Belém: Grafisa, 1997, p. 85-101.

⁵⁶⁴ Idem, p. 96. Para o autor, certamente toda a vida dependente do lago foi alterada, numa extensão e profundidade que não foi avaliada por falta de estudos ecológicos, segundo ele, “não realizados antes, não iniciados depois”.

fundamentou a produção desta tese revelou uma parcela expressiva da intelectualidade brasileira e amazônica preocupada com os rumos tomados pelos processos de ocupação econômica da região e seus efeitos sobre o ambiente e as sociedades locais.

Um documento representativo desse processo foi a coletânea “Amazônia: desenvolvimento e ocupação”, o qual reuniu ensaios resultantes de pesquisas desenvolvidas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), do INPA e do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A obra, publicada em 1979, pelo Instituto de Planejamento Econômico e Social, apontou os impactos das políticas desenvolvimentistas sobre o ambiente amazônico, questionou a pertinência dos modelos de desenvolvimento adotado, a ausência de subsídios científicos nos projetos governamentais, o caráter especulativo dos projetos agropecuários e sua reduzida capacidade de gerar empregos e o uso de tecnologias inadequadas às especificidades da região.

A política de incentivos fiscais foi criticada, especialmente no que se refere à avaliação dos projetos agropecuários junto à SUDAM, cuja falta de critérios técnicos abria margem para a realização de interesses escusos e/ou estranhos aos objetivos elencados pelos proponentes.

É matéria de conhecimento geral entre técnicos especializados nesse campo que os projetos agropecuários são geralmente muito mal elaborados e carecem muitas vezes das informações necessárias para basear pareceres objetivos segundo critérios estabelecidos por lei ou pela prática. As informações, via de regra, só visam a preencher um formulário estabelecido sem refletir dados ou intenções reais; isso é confirmado pelos próprios técnicos que elaboram projetos. Tais projetos não deixam escapar ao leitor atento a evidência de objetivos principalmente especulativos, apenas disfarçados por declarações conformistas. As finalidades declaradas são muitas vezes expressas em termos tão vagos e tão gerais que deixam uma margem de ação extremamente ampla para o impetrante; embora a atividade agropecuária seja destacada, em poucos casos ela é decisiva; o domínio sobre a terra com fins especulativos é o propósito mais comum. [...] Vários projetos apresentam como objetivos a pecuária e a madeira; outros, simplesmente, a pecuária, embora se saiba que para muitos o extrativismo florestal mais atrativo e a atividade madeireira predominam sobre a pecuária.⁵⁶⁵

Com base em minuciosa pesquisa das concessões de terra do governo e da administração fundiária do INCRA, concluiu-se que a ação do poder público estava sendo decisiva para a elevação dos índices de concentração agrária em proveito dos grandes proprietários e especuladores e em detrimento de contingentes de pequenos posseiros,

⁵⁶⁵ HÉBETTE, Jean; MARIN, Rosa Acevedo-Marin. Colonização espontânea, política agrária e grupos sociais. In: COSTA, José Marcelino Monteiro da. (Org.). *Amazônia, desenvolvimento e ocupação*. Org. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979, p. 141-192, p. 176-177.

imigrantes de baixa renda e suas famílias.⁵⁶⁶ Como fio condutor das análises, fundamentadas em pesquisas de campo, documentação institucional e dados estatísticos, destacou-se a necessidade de mudança do modelo vigente:

Na epopeia selvagem da luta pela apropriação de recursos e vantagens que ora se registra, poucos são os que tiveram ensejo de se saciar. Documentos oficiais, pronunciamentos de autoridades, reportagens, pesquisas acadêmicas, reservadas ou divulgadas, são repositórios de informações coincidentes no sentido do reconhecimento de que há muito que mudar em termos de política governamental.⁵⁶⁷

Por sua vez, pesquisadores ligados a instituições de ensino, pesquisa e coleta e análise de dados, como o INPA e o IBGE, com base em pesquisas de campo na Amazônia, apontaram os problemas socioambientais gerados pela “ocupação produtiva” da região intensificada pelo II PDA, denunciando a total ausência de previsão de impactos físicos, ecológicos, sociais e fundiários das políticas governamentais em curso. Em um ciclo de debates sobre recursos naturais, meio ambiente e poluição promovido pelo IBGE em setembro de 1975, o geógrafo Aziz Ab’Saber denunciou as enormes frentes de desmatamento criadas pelas rodovias de integração na região, num processo iniciado pela Belém-Brasília, com forte degradação da cobertura vegetal, esgotamento dos solos e seca parcial dos mananciais de cabeceiras de igarapés. Segundo ele,

Em poucos anos, áreas como a de Marabá, as terras situadas ao norte de Imperatriz, e aquelas dos arredores de Paragominas, adquiriram estragos lamentáveis e irreversíveis, pela completa ausência de racionalidade e imediatismo da exploração econômica do solo, sob a sofisticada expressão de empresas agropecuárias.⁵⁶⁸

Herbert Schubart, biólogo vinculado ao INPA, ao discorrer sobre os critérios ecológicos para o desenvolvimento agrícola das terras da Amazônia, em publicação de 1977, destacou a observação de “toda sorte de descabros na exploração dos recursos naturais da região”.⁵⁶⁹ Segundo suas observações in loco, baseadas na atuação profissional junto àquele órgão, a transformação das florestas de terra firme pela atividade agropecuária limitava-se basicamente à simples derrubada da floresta em extensões consideráveis, sem nenhum cuidado com as encostas e cursos d’água como previsto no Código Florestal; à queimada dos resíduos

⁵⁶⁶ SANTOS, Roberto. Sistema de propriedade e relações de trabalho no meio rural paraense. In: COSTA, José Marcelino Monteiro da. (Org.). *Amazônia, desenvolvimento e ocupação*. Org. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979, p. 103-140.

⁵⁶⁷ COSTA, José Marcelino Monteiro da. Amazônia: recursos naturais, tecnologia e desenvolvimento (contribuições para o debate). In: _____. (Org.). *Amazônia, desenvolvimento e ocupação*. Org. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979, p. 37-88, p. 69.

⁵⁶⁸ AB’SABER, Aziz. Potencialidades paisagísticas brasileiras. In: *Recursos Naturais, Meio Ambiente e Poluição*. Rio de Janeiro: IBGE, 1977, p.35.

⁵⁶⁹ SCHUBART, Herbert. *Crítérios Ecológicos para o desenvolvimento agrícola das terras firmes da Amazônia*. Manaus: INPA, 1977, p. 7.

vegetais e plantio de gramíneas forrageiras para o gado. Este padrão pioneiro, propagado rapidamente ao longo das rodovias de penetração amazônicas acarretava sérios problemas agrônômicos e ambientais como a desconsideração total do ciclo de nutrientes do solo, a compactação do latossolo amarelo após o desmatamento, provocando redução da taxa de infiltração da água e, por conseguinte, erosão de grandes áreas.⁵⁷⁰ Os altos custos sociais e ambientais das políticas desenvolvimentistas em curso na região eram, pois, objeto de críticas e questionamentos no segmento científico-acadêmico.

Considerando a nova conjuntura ambiental internacional, decorrente da Conferência de Estocolmo e, diante das pressões das agências multilaterais de fomento ao desenvolvimento de segmentos diversos da sociedade nacional e regional, o governo brasileiro reconheceu a necessidade de promover estudos e pesquisas que propiciassem o conhecimento da diversidade física, hídrica e biológica da Amazônia para responder às questões políticas, ecológicas e econômicas colocadas em pauta a partir de fins da década, no bojo da redemocratização.⁵⁷¹

A adesão do Brasil ao Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), consignado pelos oito países amazônicos em 3 de julho de 1978 e homologado pelo Decreto nº 85.050, de 18 de agosto de 1980, resultou dessa perspectiva analítica e representou uma iniciativa promissora ao desenvolvimento de novas políticas científicas e ecológicas para a região. De acordo com o Artigo 1º deste dispositivo as partes signatárias comprometiam-se a

realizar esforços e ações conjuntas a fim de promover o desenvolvimento harmônico de seus respectivos territórios amazônicos, de modo a que essas ações conjuntas produzam resultados equitativos e mutuamente proveitosos, assim como para a preservação do meio ambiente e a conservação e utilização racional dos recursos naturais desses territórios.⁵⁷²

O Tratado previa uma série de medidas com vistas a dinamizar as investigações científicas sobre a região, compreendendo critérios ecológicos. Como exemplo dessas medidas podemos citar o projeto de Botânica, desenvolvido pelo INPA com a finalidade de catalogar os vegetais de interesse comercial. Ao tratar das possibilidades econômicas dos açaizeiros para produção de palmito, recomendava sistemas de manejo e replantio para

⁵⁷⁰ Idem.

⁵⁷¹ MOURÃO, Leila. *Do açai ao palmito: uma história ecológica das permanências, tensões e rupturas no estuário amazônico*. Belém: Editora Açai, 2011.

⁵⁷² BRASIL. Decreto nº 85.050, de 18 de agosto de 1980. Promulga o Tratado de Cooperação Amazônica, concluído entre os Governos República da Bolívia, da República Federativa do Brasil, da República da Colômbia, da República do Equador, da República Cooperativa da Guiana, da República do Peru, da República do Suriname e da República da Venezuela. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-85050-18-agosto-1980-434445-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 21 set. 2014.

assegurar a recomposição do ecossistema e a regeneração das palmeiras.⁵⁷³ Tais iniciativas refletiam, pois, as discussões sobre a preservação ambiental, das quais o Brasil não podia mais se esquivar.⁵⁷⁴

Como vimos demonstrando ao longo da tese, um elemento recorrente na construção discursiva da Amazônia delineada nos planos regionais de desenvolvimento refere-se a uma visão estereotipada da região, vista como homogênea e vazia; de sua natureza, apresentada como abundante e rica; e de sua gente, considerada desprovida de técnica. No entanto, os resultados de estudos e pesquisas em diversas áreas do conhecimento, especialmente no campo da Arqueologia e da Antropologia, contrapunham-se cabalmente aos pressupostos do vazio de gente e de técnica reiterados sistematicamente nos discursos governamentais e refletidos nas políticas estatais. As evidências produzidas por esses trabalhos ajudaram a refutar determinados estereótipos e pressupostos qualificadores da Amazônia reproduzidos nos planos, como o vazio demográfico, a fertilidade dos solos, a existência de paisagens intocadas pelos seres humanos, como “florestas naturais” ou “matas virgens” etc.

Pesquisas arqueológicas efetuadas no âmbito do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), realizado no período de 1965 a 1970 e posteriormente na esfera do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica (PRONAPABA), iniciado em 1977, demonstraram que a região abrigou ao longo dos séculos diversas populações capazes de adaptar-se a condições ambientais adversas bem como de transformá-las por meio de estratégias de manejo.⁵⁷⁵

Através da investigação de 21 áreas selecionadas, especialmente ao longo dos tributários da margem direita do rio Amazonas, o objetivo do PRONAPABA consistiu em estabelecer os padrões de povoamento em relação à ocupação “pré-histórica” da Amazônia, as rotas de difusão das antigas populações pré-históricas e suas características culturais, bem como explicar a diversificação observada no ecossistema da região na atualidade.⁵⁷⁶ O

⁵⁷³ MOURÃO, 2011, op. cit.

⁵⁷⁴ A assinatura do TCA convergiu para a realização sistemática de encontros, acordos científicos e intercâmbios entre as universidades pan-amazônicas. Em 1987 foi criada a Associação de Universidades Amazônicas (UNAMAZ), com os objetivos principais de desenvolver os laços de amizade e solidariedade entre as universidades e demais instituições de ensino, pesquisa e cultura dos países situados na Amazônia Continental, abordagem dos problemas regionais comuns visando soluções correlatas e desenvolvimento de programas e projetos de interesse comum nos campos científico, tecnológico e cultural.

⁵⁷⁵ Assim como o PRONAPA, o PRONAPABA resultou de convênio entre o CNPq e a Smithsonian Institution, dos EUA, com aprovação do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a colaboração do INPA. Sua direção científica ficou a cargo de Betty J. Meggers, vinculada à instituição norteamericana e Mário F. Simões, por parte do Museu Paraense Emílio Goeldi, cuja equipe do Departamento de Antropologia participou ativamente das pesquisas efetuadas (SIMÕES, 1977).

⁵⁷⁶ SIMÕES, Mário F. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica. In: *Acta Amazônica*. 7 (3), 1977, p. 297-300.

registro da ocorrência dos tesos na Ilha de Marajó, os montículos com terras pretas indígenas da Amazônia central, as aldeias fortificadas do alto rio Xingu ou os campos elevados das Guianas, revelados pelos estudos arqueológicos, colocava em xeque a hipótese recorrente sobre a impossibilidade de adensamento populacional e desenvolvimento cultural na bacia Amazônica.⁵⁷⁷

Por sua vez, o surgimento da etnoecologia nos anos 60, no âmbito da antropologia, evidenciou as percepções e representações de diversos grupos amazônicos sobre as dimensões ecológicas, sociais e culturais de sua relação com o meio.⁵⁷⁸ Pesquisas em etnobotânica, etnofarmacologia, etnoentomologia, etnoagronomia e etnozootologia, agrupadas sob a égide da etnobiologia, realizadas junto a populações indígenas regionais a partir de meados do século XX, compiladas por Berta Ribeiro no primeiro volume da *Suma Etnológica Brasileira*, revelaram a natureza amazônica como uma construção humana.⁵⁷⁹

Com efeito, tais estudos, bem como os que a eles se seguiram, com base em criteriosas pesquisas de campo, demonstraram que a floresta amazônica foi, em grande medida, modificada pela ação dos seres humanos. A análise de artefatos arqueológicos pré-coloniais; a abordagem das categorias cognitivas utilizadas em relação à natureza pelos povos indígenas remanescentes, pela etnobiologia; a observação do sistema de classificação de plantas, realizado pela etnobotânica entre outros suportes teóricos e metodológicos revelaram a “presença de uma forte influência antrópica no desenvolvimento histórico de algumas das paisagens ou feições paisagísticas que compõem o vasto mosaico que é a Amazônia”.⁵⁸⁰

⁵⁷⁷ SIMÕES, Mário F. As pesquisas arqueológicas no Museu Paraense Emílio Goeldi (1870-1981). *Suplemento Acta Amazônica* 11(1), p. 149-165, 1981.

⁵⁷⁸ De acordo com Morán (1990), a etnoecologia surgiu na década de 1960 como uma “escola” antropológica, com origens na linguística, promovendo um novo padrão etnográfico baseado na análise etnocientífica. O método etnoecológico considera que o conhecimento do homem sobre o meio ambiente tem um efeito sobre seus atos. Desse modo, o entendimento das estruturas cognitivas de uma população é de grande valor para uma compreensão etnográfica e ecológica (MORÁN, 1990).

⁵⁷⁹ Segundo Eduardo Neves (2005, p. 80), a década de 50 marcou a aproximação da arqueologia amazônica com outras áreas do conhecimento, como a antropologia cultural, a sociolinguística e a ecologia humana. Em decorrência desse diálogo definiram-se três grupos básicos de problemas de pesquisa que passaram a nortear este campo de estudos, a saber: o entendimento da correlação entre fatores ambientais e processos sociais na ocupação humana da região, a relação entre identidade étnica e restos materiais que caracterizam os vestígios arqueológicos e a compreensão do impacto da conquista europeia sobre os padrões pré-coloniais de organização sociopolítica. Por seu turno, a antropologia, com o fulcro de “inferir como os povos classificam seu ambiente físico e cultural”, com base no pressuposto que cada povo possui um sistema único de perceber e organizar as coisas, os eventos e os comportamentos, incorporou em seus estudos etnográficos a etnobiologia, isto é, a análise das conceituações e categorias taxonômicas desenvolvidas pelos grupos estudados acerca do mundo natural em que estão inseridos (RIBEIRO et. al., 1987).

⁵⁸⁰ NEVES, Eduardo. O lugar dos lugares: escala e intensidade das modificações paisagísticas na Amazônia central pré-colonial em comparação com a Amazônia contemporânea. In: *Revista Ciência e Ambiente*. Nº 31, jul./dez.2005, p. 79-92, 2005, p. 80.

De fato, estudos de antropólogos etnobiólogos como Darrel Posey, Warwick Kerr, Robert Carneiro entre outros, reunidos naquela obra, revelaram práticas diversas, intencionais ou não, de manejo das florestas, introdução e/ou transplantação de espécies vegetais e animais úteis, manipulação, classificação e seleção de plantas, demonstrando, portanto, uma série de interações entre o homem e o meio circundante. Tais práticas contrastavam com as políticas desenvolvimentistas em curso na região, baseada na remoção da cobertura florestal, no revolvimento do solo, provocando erosão e perda de nutrientes e o cultivo de monocultura em grandes extensões de terra, em detrimento da complexa diversidade biológica característica da floresta tropical úmida. As sociedades indígenas e caboclas modificaram, pois, o meio ambiente amazônico promovendo a diversidade biótica e ao mesmo tempo gerando condições favoráveis ao desenvolvimento de determinadas espécies úteis para sua subsistência.

Com base em evidências arqueológicas coletadas no âmbito destes estudos evidenciou-se que os solos de terra preta da Amazônia Central, enaltecidos como terras “naturalmente” férteis e propícias ao cultivo agrícola, na realidade são resultado de um longo processo de ocupação humana em assentamentos sedentários, cuja deposição constante de refugos orgânicos, restos de comida, carvões, pode ter sido o mecanismo responsável pela formação de tais terrenos. Por esta razão, foram denominados “solos antropogênicos”.⁵⁸¹

Pesquisas realizadas na perspectiva da ecologia humana da Amazônia, como as efetuadas por Emílio Morán, endossaram a compreensão de processos históricos de adaptação e manejo de solos, florestas e sistemas agrícolas por parte de grupos humanos na região.⁵⁸² Para este autor, as estratégias dos grupos humanos em diversos ambientes amazônicos constituíam uma fonte riquíssima de conhecimento para a manutenção da produtividade e diversidade biótica da Amazônia sem destruí-la. E criticou as medidas de ocupação econômica da região baseada na colonização à margem das estradas e empreendimentos agropecuários extensivos que desconsideravam os conhecimentos das populações locais.

A diversidade da flora ocorre sob um verdadeiro mosaico ecológico que representa uma fonte de oportunidades para as populações humanas amazônicas. Esse mosaico é visto, porém, como uma limitação quanto à planificação regional, e opta-se sempre por simplificar essa diversidade. O resultado da simplificação no planejamento é a destruição ambiental pela não percepção dos recursos presentes numa área.⁵⁸³

⁵⁸¹ Idem.

⁵⁸² Segundo Morán (1990), uma pesquisa em ecologia humana baseia-se no exame sistemático dos processos de interação homem/ambiente. Tais interações incluem cognição ambiental, o papel da estrutura social dentro de alternativas de resposta ao ambiente, o papel da história (experiências passadas) na avaliação de possíveis respostas, o reconhecimento de possíveis alternativas dentro de um contexto demográfico, nutricional e epidemiológico. Portanto, estudos em ecologia humana pretendem averiguar “quais são os ecossistemas com os quais as populações interagem, a natureza dessas interações e as consequências dessas relações para o homem e para o ambiente” (MORAN, 1990, p. 85).

⁵⁸³ MORÁN, Emílio. *A ecologia humana das populações da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1990, p. 145.

O conjunto de elementos teóricos, empíricos e metodológicos surgidos no bojo da antropologia, da arqueologia e da ecologia humana, a partir de meados do século revelou, pois, um arcabouço sofisticado de conhecimento e manejo dos recursos naturais por parte das populações historicamente assentadas na Amazônia, conhecimento este ignorado sistematicamente pelos parâmetros da racionalidade econômica do planejamento, que condicionava o uso dos recursos à sua funcionalidade e por extensão, às suas possibilidades de aproveitamento econômico. Ainda que de modo gradual, a partir da década de 80, tais princípios passaram a ser levados em consideração na construção de novos padrões de desenvolvimento e no modo de pensar a natureza amazônica.

Por sua vez, pesquisadores oriundos das mais diversas áreas do conhecimento – em sua maioria ligados a instituições de ensino e pesquisa e/ou órgãos governamentais – como agronomia, geologia, geografia, economia, sociologia, engenharia florestal como Enéas Salati, Aziz Ab’Saber, Orlando Valverde, Herbert Otto Schubart, José Goldemberg, Philipp Fearnside, Clara Pandolfo, Jean Hébert, Armando Mendes, entre outros, além de jornalistas, como Lúcio Flávio Pinto, ao incorporar a perspectiva ambiental às suas pesquisas, propiciaram um aporte extraordinário à compreensão da Amazônia, tanto no Brasil como no exterior. Nesse sentido, contribuíram sobremaneira para aprofundar a crítica ao modelo de desenvolvimento da Amazônia nas décadas de 70 e 80.

4.4 Movimento de Defesa da Amazônia: Resistências

Ao mesmo tempo em que as diretrizes econômicas do II PDA propiciaram o aumento da escala e da extensão da degradação ambiental, foi durante a vigência deste Plano que começou a se delinear um movimento ambientalista mais difuso no país, adotando a preservação da Amazônia como uma bandeira importante. O ano de 1974 é considerado o marco inicial de um movimento ecológico no Brasil, constituído inicialmente por dois movimentos paralelos e independentes entre si: os movimentos de denúncia da degradação ambiental nas cidades e a formação de comunidades alternativas rurais, ambos marcados pela informalidade jurídica e pela dissociação entre questão ecológica e a política.⁵⁸⁴

Entre as entidades surgidas neste período, que posteriormente encamparam a bandeira da preservação da Amazônia, destacam-se a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente

⁵⁸⁴ VIOLA, Eduardo. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. In: PÁDUA, José Augusto (Org.). *Ecologia e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/IUPERJ, 1987, p. 63-110.

Natural (AGAPAN) e a Associação Paulista de Proteção Natural (APPN). Fundada em 1971 pelo engenheiro agrônomo José Lutzemberger, a AGAPAN foi a primeira associação ecologista a surgir no Brasil e na América Latina.⁵⁸⁵ Por meio de estratégias de mobilização, especialmente campanhas de difusão de informação e palestras, ela atraiu o segmento estudantil e foi gradativamente se aproximando do movimento pela redemocratização, além de influenciar na implementação de políticas ambientais na esfera estadual.⁵⁸⁶

A Associação Paulista de Proteção Natural (APPN), por sua vez, foi criada em 28 de agosto de 1976, por profissionais liberais e pequenos empresários, com experiência associativa ou política anterior, para lutar contra a construção de um aeroporto internacional na região sudoeste da Grande São Paulo, obra governamental que impactava o entorno residencial de vários de seus ativistas.

O movimento também logrou mobilizar outros segmentos sociais, como os professores universitários de esquerda da Universidade de São Paulo (USP), que também seria afetada pela obra, os quais, por sua vez, estabeleceram uma conexão com o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), encampando também a luta nacional pela abertura democrática. Naquele contexto, a APPN liderou, junto a outras entidades, um movimento pela criação da Comissão de Defesa do Patrimônio da Comunidade (CDPC), iniciando em 05 de janeiro de 1978 uma campanha pela defesa de um dos maiores remanescentes florestais de mata atlântica no planalto paulista, a Reserva Florestal do Morro Grande/Caucaia, precisamente o local aprovado pelo governo para a construção do aeroporto metropolitano.

As mobilizações em torno de demandas pautadas pela variável ambiental tanto motivaram a formação de novas associações como ampliaram o debate em torno da questão do meio ambiente engendrando um movimento de associação dos problemas ambientais ao “modelo brasileiro de desenvolvimento” implementado pelo regime autoritário.⁵⁸⁷ Como parte de um amplo processo de mudanças políticas, econômicas e sociais, este fenômeno, que surgiu como um movimento reduzido de pessoas, grupos e associações preocupados com o meio ambiente, evoluiu gradativamente, transformando-se posteriormente num movimento “multissetorial complexo”, abrangendo segmentos sociais diversificados.⁵⁸⁸ Tal movimento

⁵⁸⁵ Idem, *ibidem*.

⁵⁸⁶ ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano; MACIEL, Débora. Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. *Revista Novos Estudos CEBRAP*, nº 79, nov.2007, p. 151-167.

⁵⁸⁷ Idem, *ibidem*.

⁵⁸⁸ LEIS, Héctor Ricardo; VIOLA, Eduardo. A emergência e evolução do ambientalismo no Brasil. In: _____. *O labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização*. São Paulo: Gaia; Blumenau: Fundação Universidade de Blumenau, 1996, p. 89-112.

conectou gradativamente as mobilizações ambientalistas localizadas com a campanha pela redemocratização do país.

No caso particular da Amazônia, alguns anos antes, em fevereiro de 1968, surgira a Sociedade de Preservação dos Recursos Naturais e Culturais da Amazônia (SOPREN), por iniciativa de um grupo de professores interessados na promoção da defesa ambiental e das culturas populares da região.⁵⁸⁹ Com uma atuação voltada a práticas sanitárias e campanhas educativas, sob a liderança do médico Camilo Viana, a entidade promovia ações difusoras de ações preservacionistas, orientadas para o plantio de mudas e sementes, em especial de espécies afetadas pela extração predatória. De viés nacionalista, a SOPREN foi uma importante articuladora de uma campanha crítica às políticas desenvolvimentistas propostas para a Amazônia, liderada pela APPN e vinculada à AGAPAN, com apoio do MDB e de diversas entidades presentes em dezoito estados e no Distrito Federal. Lançada no final de 1978 a campanha se transformou no Movimento de Defesa da Amazônia (MDA).⁵⁹⁰

O fator que desencadeou esse processo foi a veiculação em jornais de grande circulação nacional de uma proposta de política florestal para a região apresentada pelo governo, com base na concessão de áreas florestadas para a extração madeireira por empresas privadas.⁵⁹¹ O fato teve ampla repercussão, motivando uma articulação de diversos segmentos sociais e instituições contrários ao novo programa governamental, e que se reuniram no MDA. Esse movimento utilizou as mais distintas plataformas – imprensa, congresso nacional, assembleias legislativas estaduais, congressos estudantis, passeatas, conferências etc. – para debater a proposta, avaliada como um mecanismo de “venda da Amazônia” para o pagamento da dívida externa.

“A madeira da Amazônia pode pagar a dívida. Plano prevê exportação de US\$ 18 bi”. Esta era a manchete do jornal Folha de São Paulo de 03 de dezembro de 1978. A matéria, veiculada no Caderno de Economia do periódico, não deixava dúvidas ao leitor: havia um plano em curso para vender a floresta amazônica:

⁵⁸⁹ ARNT, SCHWARTZMAN, 1992, op. cit.

⁵⁹⁰ ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, op. cit.

⁵⁹¹ No contexto desta tese, e no que se refere à recuperação da historicidade deste processo, utilizamos como fontes os jornais Folha de São Paulo, O Globo e Jornal do Brasil. Em consonância com os ensinamentos de Tânia Regina de Luca (2010), tem-se clareza que a imprensa em geral, e os jornais, em particular, são portadores de valores, interesses e ideologias, os quais orientam a seleção, a estrutura e a narrativa das notícias escolhidas para chegar até o público. Nesse sentido, não podem ser tomados como meros veículos de informações, isolados da realidade política e social em que são produzidos. Feita esta ressalva e considerando o escopo da tese, cumpre informar que não investigamos as motivações que levaram os grupos de comunicação responsáveis pelos periódicos consultados a dar publicidade aos eventos envolvendo o Movimento de Defesa da Amazônia num período de aproximadamente um ano, pois isto implicaria num esforço interpretativo que escapa aos objetivos da pesquisa.

A floresta amazônica – estimada em US\$ 90 bilhões – poderá ser colocada à venda. Isso deverá ocorrer sob o regime de “contrato de risco” para ajudar a pagar a dívida externa. É como se fosse colocada uma placa “vende-se” na porteira que abre o Rio Amazonas para o Oceano Atlântico ou no marco zero da Transamazônica. Esses “contratos de risco” – chamados oficialmente de “contratos de utilização florestal” – foram idealizados pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) com base em experiências em outras partes do mundo.⁵⁹²

A reportagem informava que a estimativa do potencial econômico da floresta amazônica era de US\$ 90 bilhões, com base em dados do Projeto RADAM, dos quais US\$ 18 bilhões seriam representados por madeiras com mercados garantidos no exterior. Aludia, ainda, à fala recente do então presidente do IBDF, Paulo Azevedo Berutti, acerca da “forte pressão” que o governo estaria prevendo sobre a floresta amazônica na década seguinte, no sentido de manter o suprimento do mercado externo de madeiras. De acordo com o periódico, uma fonte do órgão florestal teria confidenciado que a Amazônia poderia representar, para o governo Figueiredo, sucessor de Ernesto Geisel, “uma razoável margem de manobra” do ponto de vista da dívida externa.⁵⁹³

O “contrato de risco” mencionado no periódico consistia em um dispositivo legal conferindo ao contratado uma concessão florestal, isto é, o direito de explorar por um período determinado os recursos florestais de uma área delimitada, sob controle do poder público. A reportagem salientava que tal política, caso efetivada, iria acelerar o desmatamento em larga escala já promovido na região, levando a Amazônia a perder de 30 a 40% de sua floresta, acarretando sérios desequilíbrios ecológicos.

O tema repercutiu de imediato no cenário nacional. Procurados pela Folha para esclarecer o assunto, membros do governo foram evasivos. O coronel Rubem Ludwig, assessor de imprensa do presidente Geisel, declarou não possuir “informações sobre o assunto”. Reis Velloso, ministro do Planejamento, afirmou que iria mandar averiguar as informações. José Cecatto, técnico do IBDF reagiu nos seguintes termos: “[o assunto] é coisa do primeiro escalão, por isso, não me comprometam”.⁵⁹⁴ Por sua vez, o superintendente da SUDAM, Hugo de Almeida, ao manifestar apoio à regulamentação dos contratos propostos pelo IBDF, defendeu a participação da iniciativa privada nesses contratos, pois “sua ampla e rápida ação poderia abrir o mercado internacional eficazmente, carreando divisas para a

⁵⁹² PLANO: vender a floresta amazônica. In: *Folha de São Paulo*. 3 de dezembro de 1978. Economia, p. 61. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1978/12/03/2//4274460>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

⁵⁹³ Idem, ibidem.

⁵⁹⁴ FLORESTA vai à venda, e já. In: *Folha de São Paulo*. 05 de dezembro de 1978. Capa. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1978/12/05/2/>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

melhoria do nosso balanço de pagamentos”.⁵⁹⁵ O ministro da Agricultura, por outro lado, informou tratar-se de “um estudo isolado feito por um técnico da FAO como muitos outros que o IBDF vem realizando, mas nem chegou a ser considerado”.⁵⁹⁶ Os desencontros nas manifestações oficiais acerca do assunto aguçaram as atenções da imprensa e da sociedade sobre ele.

A proposta de concessão florestal em tela resultou de um estudo sobre as possibilidades de aproveitamento econômico da floresta amazônica, financiado pelo IBDF, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O estudo, baseado em pesquisa de campo e bibliográfica, foi desenvolvido por Franz Schmithüsen, técnico da FAO que esteve no Brasil entre julho e agosto de 1977. Ele avaliou a organização econômica da atividade madeireira na Amazônia como contraproducente, posto que marcada por técnicas rudimentares e por longas distâncias percorridas pela matéria prima até chegar às serrarias. Defendeu, assim, a necessidade de uma revisão da política florestal vigente, propondo basicamente a “concessão de recursos florestais” na região mediante “contratos de utilização a longo prazo”.⁵⁹⁷

Franz Schmithüsen sugeriu, então, que a exploração fosse feita com base em Contratos de Utilização Florestal (CUFs), por período limitado de tempo, sob fiscalização das autoridades públicas. Os contratos poderiam ser de prazo curto (1 a 5 anos); médio (5 a 10 anos) e longo (de 10 a 20 anos). Em termos qualitativos, esses contratos podiam ser distinguidos entre: “contratos de exploração”, para a simples extração das madeiras comerciais; “contratos de coleta de madeira”, implicando na remoção de todos os espécimes lenhosos e; “contratos de controle florestal”, em que a companhia exploradora ficaria encarregada inclusive da plantação de florestas artificiais. Todas essas modalidades foram incluídas pelo autor da proposta na categoria de “contratos de risco”, expressão comumente utilizada nos contratos de exploração de petróleo.⁵⁹⁸

Embora enumerasse diversas “vantagens” desse sistema, como o recolhimento de impostos pelo governo sobre a madeira produzida e a “promoção do desenvolvimento rural”

⁵⁹⁵ FLORESTAS selecionadas na Amazônia somam 39, 5 milhões de hectares. In: *Folha de São Paulo*. 08 de dezembro de 1978, p. 31. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1978/12/08/2/>>. Acesso em 16 abr. 2015.

⁵⁹⁶ Idem, *ibidem*.

⁵⁹⁷ SCHMITHÜSEN, Franz. *Contratos de Utilização Florestal com referência especial à Amazônia Brasileira*. IBDF/PNUD/FAO, 1977, mimeo. Guardadas as devidas proporções, a proposta era similar à da criação de florestas de rendimento, defendida pelo Departamento de Recursos Naturais da SUDAM.

⁵⁹⁸ Posteriormente, ao desmentir o caráter de “risco” da proposta, o presidente do IBDF justificou o uso da expressão “contrato de risco” no Relatório Schmithüsen a um problema de tradução, porque, segundo ele, naquele contexto se discutia muito a assinatura de contratos de risco no setor petrolífero.

devido à estabilidade econômica das empresas, favorecidas pelos contratos de utilização de longo prazo, o técnico da FAO advertia que os contratos de risco colocavam “em perigo” os recursos florestais.⁵⁹⁹ Por isso, para evitar o descumprimento das condições contratuais, propunha uma rígida fiscalização e o fortalecimento institucional do IBDF.

Os desdobramentos políticos, econômicos, sociais e ambientais, bem como as críticas e a mobilização que se seguiu contrária à proposta foram objeto de reportagens de outros veículos de circulação nacional além da Folha de São Paulo, como os periódicos O Globo e o Jornal do Brasil. Por meio da análise dessas fontes foi possível identificar a convergência de diversos segmentos sociais que se mobilizaram e se manifestaram de várias formas, contra os contratos de utilização florestal, encampando um movimento de defesa da Amazônia.

As reações públicas à proposta do IBDF ocuparam um lugar privilegiado na esfera do III Congresso Florestal Brasileiro, iniciado no dia 04 de dezembro de 1978, em Manaus, exatamente um dia após a veiculação da matéria da Folha de São Paulo. Questionado sobre o assunto no evento, o presidente do IBDF confirmou a existência do plano para a comercialização de madeiras da floresta amazônica, mas negou que este pretendesse obter recursos para o pagamento da dívida externa. Salientou, ainda, que o órgão tinha urgência em regulamentar o plano porque precisava disciplinar a exploração da floresta, evitando assim sua devastação.⁶⁰⁰ O dirigente não explicou, contudo, como um órgão com problemas estruturais, que não dispunha de recursos humanos e financeiros para exercer as suas atribuições e que até então não tinha conseguido conter a marcha destrutiva dos recursos florestais amazônicos, iria impedir a devastação das áreas de floresta entregues às empresas privadas para exploração.⁶⁰¹

⁵⁹⁹ SCHMITHÜSEN, 1977, op. cit.

⁶⁰⁰ FLORESTA vai à venda e já, op. cit.

⁶⁰¹ A falta de condições do IBDF para fiscalizar a atuação das atividades florestais no contexto aqui discutido foi muito bem caracterizada por Orlando Valverde, de quem extraímos o seguinte excerto publicado na Revista A Amazônia Brasileira em Foco, nº 13, (1979/1980): “Eis em que condição se encontra a fiscalização florestal, apenas nas unidades políticas da Amazônia. No Estado do Amazonas, para vigiar 156,4 milhões de hectares de matas há nada mais que 12 guardas, embora equipados com 4 carros e 10 barcos. No Pará, os guardas florestais são em número de 20; mas especialmente no sudeste do Estado, prevalece a violência: três guardas já foram assassinados por contraventores da lei ou seus capangas. No Acre, 15 guardas tomam conta de 15 milhões de hectares de floresta (um para cada milhão de hectares!), se bem que dispo de 4 carros, 4 lanchas e 2 barcos. No Território de Rondônia não há nenhum guarda florestal; a fiscalização das derrubadas está a cargo da Polícia Federal, que nada entende do assunto. Em 1976, quando o autor deste artigo lá fazia pesquisas de campo, soube que o único guarda florestal do Território fora demitido, após inquérito administrativo; ficara seis meses sem receber vencimentos, e por isso, se associara aos contrabandistas de madeira. Em Mato Grosso a situação é diferente: embora com 15 guardas para fiscalizar 125 milhões de hectares de selva amazônica, lá não falta dinheiro. Em 1978, o Estado arrecadou 8,5 milhões de cruzeiros, somente em multas e guias de desmatamento. A devastação é um negócio tão lucrativo que seus empresários acham mais cômodo pagar as multas, cientes de que infringem as leis, do que respeitá-las” (VALVERDE, 1980, p. 26).

A explicação dada pelo presidente do IBDF de que se tratava apenas de regulamentar a exploração da madeira não convenceu os participantes do Congresso Florestal. O evento foi marcado por debates e embates acerca da questão. A repercussão negativa motivou o IBDF a divulgar uma nota explicando a origem dos estudos sobre o tema e garantindo que os contratos não visavam à obtenção de recursos para resolver problemas do balanço de pagamentos,⁶⁰² o que não minimizou os ânimos.

Um dos grupos presentes ao evento, liderado pelo presidente da Associação de Engenheiros do Estado de São Paulo, Walter Cezzanini Filho, apresentou uma moção de repúdio aos “contratos de risco” e sugeriu um debate nacional sobre o assunto. A nota afirmava que experiências semelhantes em países tropicais beneficiaram mais as empresas exploradoras, com centros de decisão no exterior, do que as economias desses países. Assinalava, também, que tal exploração não gerava empregos e causava grande impacto ambiental, com total destruição da cobertura vegetal, levando ao uso intensivo dos recursos naturais e expondo o solo a processos altamente erosivos.⁶⁰³

Após intensa discussão, a maioria do plenário optou por aprovar moção proposta pela Associação Paulista de Reflorestamento, que “admitia” a exploração sob determinadas condições, entre as quais a de exclusividade para empresas nacionais, a garantia de exploração com fundamento em pesquisa científica e a conservação da natureza.⁶⁰⁴ A questão confrontou, portanto, engenheiros florestais e empresários, revelando o alinhamento destes últimos à proposta do governo.

O evento foi alvo de diversas manifestações. Na Assembleia legislativa amazonense, o MDB elaborou uma moção pedindo a “imediata expulsão da cidade do Sr. Paulo Berutti,

⁶⁰² Segue trecho da nota emitida pelo IBDF: “O Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal torna público que são destituídas de qualquer fundamento as notícias publicadas em jornais anunciando que esta autarquia teria proposto ao Governo federal a venda de terras na Amazônia, através de um pseudo ‘contrato de risco’, e cujo produto se destinaria à captação de divisas visando ao equilíbrio da balança comercial do país”. In: *Jornal do Brasil*, 07 de dezembro de 1978, Caderno Nacional, p. 17. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq=not%C3%ADcias%20sobre%20contratos%20para%20a%20Amaz%C3%B4nia>. Acesso em: 14 abr. 2015.

⁶⁰³ MINISTRO acha loucura notícias sobre contratos para a Amazônia. In: *Jornal do Brasil*, 07 de dezembro de 1978, 1º Caderno. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq=not%C3%ADcias%20sobre%20contratos%20para%20a%20Amaz%C3%B4nia>. Acesso em: 14 abr. 2015.

⁶⁰⁴ SUDAM defende contratos para exploração florestal na Amazônia. In: *O Globo*, 08 de dezembro de 1978, Economia, p. 25; Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/busca/?busca=Sudam+defende+contratos+para+explora%C3%A7%C3%A3o+florestal+na+Amaz%C3%B4nia>>. Acesso em: 14 abr. 2015; SUDAM seleciona 12 áreas para exploração florestal por empresas na Amazônia. In: *Jornal do Brasil*, 08 de dezembro de 1978, Nacional, p. 14. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq=%C3%A1reas%20para%20explora%C3%A7%C3%A3o%20florestal>. Acesso em: 14 abr. 2015.

presidente do IBDF”. Um jornal local fez um editorial em que solicitava ao governo que usasse a polícia para “acabar com o congresso a pata de cavalo”. A Delegacia do IBDF em Manaus teria recebido vários telefonemas anônimos ameaçando a instalação de bombas no prédio onde ocorria o evento.⁶⁰⁵

Contrariando os desmentidos acerca do caráter eminentemente pecuniário dos “contratos de risco”, no discurso de encerramento do Congresso, transmitido pelo rádio, o Sr. Berutti teria afirmado que, se “fosse exportada toda a madeira nobre de uma superfície de 56 milhões de hectares da selva amazônica, o Brasil poderia, com as divisas obtidas, pagar sua dívida externa”, que na época era orçada, em aproximadamente 40 bilhões de dólares.⁶⁰⁶

Segundo Orlando Valverde, contemporâneo e partícipe daqueles acontecimentos, a reação popular diante desse pronunciamento, especialmente por parte dos estudantes manauaras, não se fez esperar:

Houve comício nas ruas da capital amazonense, que recebeu também o apoio de cientistas, professores, jornalistas e políticos de nível estadual. A demonstração popular foi dissolvida pela polícia a cassetete, jatos d’água, gás lacrimogêneo e algumas prisões; mas a repercussão em todo o País foi tão profunda que o próprio governador eleito (mas ainda não empossado, naquela época), não hesitou em voar para Manaus e, de público, declarar-se a favor dos manifestantes.⁶⁰⁷

A reação aos contratos de risco, portanto, não ficou restrita ao âmbito do Congresso Florestal. O tema ocupou a última sessão legislativa do ano de 1978 do Senado, realizada em 06 de dezembro, em meio aos efeitos das diversas reportagens jornalísticas veiculadas sobre ele. Tanto a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) como o MDB condenaram o projeto. Os senadores Catete Pinheiro (Arena/PA) e Teotônio Vilela (Arena/AL), em apartes ao líder do MDB Paulo Brossard (RS) qualificaram de “crime contra o patrimônio nacional e contra os interesses do gênero humano” a celebração de contratos de risco com empresas estrangeiras para exploração de madeira da floresta amazônica.⁶⁰⁸ Brossard, por sua vez, salientou não acreditar na fiscalização do governo, sugerindo a quem pensasse o contrário que “desse um pulo ao Sul para verificar o que restou das antigas florestas do Paraná, São Paulo e Santa

⁶⁰⁵ SUDAM defende contratos para exploração florestal na Amazônia, op. cit.

⁶⁰⁶ VALVERDE, Orlando. O problema florestal da Amazônia brasileira. In: *A Amazônia Brasileira em Foco*. Nº 13, (1979/1980), 1980, p. 7-55.

⁶⁰⁷ VALVERDE, 1980, p. 45, op. cit. Não encontramos registros dessa manifestação popular nos jornais de grande circulação nacional. Baseamo-nos, portanto, nos relatos de Orlando Valverde, descritos na obra citada.

⁶⁰⁸ ARENA E MDB condenam no Senado o projeto do IBDF. In: *O Globo*, 06 de dezembro de 1978, Economia, p. 22. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/busca/?busca=condenam+no+Senado+o+projeto+do+IBDF>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

Catarina, apesar das muitas leis que obrigam o IBDF a preservar nossas áreas verdes”.⁶⁰⁹ Para o senador Evandro Carrera, do MDB mineiro, tratava-se de um “plano sinistro de internacionalização da Amazônia”.⁶¹⁰

O deputado João Cunha, do MDB de São Paulo classificou, da tribuna da Câmara, como “traição nacional e traição às gerações futuras e ao mundo”, a possibilidade de adoção dos contratos. Rotulando a proposta como uma “grande jogada econômica”, ele conclamava “toda a Nação, especialmente as entidades de proteção do meio ambiente” a contestá-la. Para o deputado, “todo o País deveria mandar telegramas e cartas ao Governo Federal protestando e pedindo a preservação da Amazônia”.⁶¹¹

A Assembleia legislativa do Amazonas aprovou nota a ser encaminhada ao presidente Geisel manifestando sua “pronta e imediata repulsa” ao presidente do IBDF. O documento salientava que “a luta de mais de três séculos para a preservação desta imensa área do território nacional continua viva e permanente na história e consciência da raça cabocla”.⁶¹² Ressaltava, ainda, que “não seria agora que dela iria abdicar para responder por encargos que não contraiu”.⁶¹³

O geógrafo Aziz Ab’Saber, na condição de presidente da Comissão de Defesa do Patrimônio da Comunidade ponderou que os processos de penetração e devastação decorrentes do aproveitamento madeireiro da Amazônia, somados aos já existentes, relacionados aos projetos agropecuários, poderiam ser o “xeque-mate total na devastação da floresta amazônica”.⁶¹⁴ Segundo aquele pesquisador, baseado em dados do INPA, calculando-se que nos últimos anos a exploração vinha sendo efetuada na escala de 1% ao ano, ou seja, 30 mil quilômetros quadrados, a adotar-se a política florestal proposta a devastação seguiria “numa escala rigorosamente geométrica, podendo atingir a Floresta Amazônica como um todo num espaço de tempo equivalente a menos de 30 a 40 anos”.⁶¹⁵

⁶⁰⁹ TEMA ocupa última sessão do Senado. In: *Folha de São Paulo*, 06 de dezembro de 1978, Economia, p. 21. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1978/12/06/2//4276060>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

⁶¹⁰ PLANALTO não comenta e oposição aponta os riscos. In: *Folha de São Paulo*, 05 de dezembro de 1978, Economia, p. 23. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1978/12/05/2//4275638>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

⁶¹¹ TEMA ocupa última sessão do Senado. Op. cit.

⁶¹² AMAZONENSES lançam nota de protesto. In: *O Globo*, 06 de dezembro de 1978, Economia, p. 22. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/busca/?busca=amazonenses+lan%C3%A7am+nota+de+protesto#>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

⁶¹³ Idem, ibidem.

⁶¹⁴ PLANALTO não comenta e oposição aponta os riscos. Op. cit.

⁶¹⁵ BURLE diz que IBDF é incompetente. In: *Folha de São Paulo*, 08 de dezembro de 1978, p. 31. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1978/12/08/2/>>. Acesso em 14 abr. 2015.

Por seu turno, o paisagista Burle Marx definiu a proposta como “crime de lesa pátria” e criticou o IBDF por omissão em sua função fiscalizadora. Lembrando a viagem que fizera há três meses pela Amazônia, incluindo passagens por Corumbá, Porto Velho, Manaus, Serra do Cachimbo e Aragarças, o paisagista revelou que ficou “aterrorizado” com o que presenciou, isto é, “queimadas gigantescas, destruições incríveis e a passos largos”. Para Burle Marx, caso colocado em prática, o propósito do IBDF iria oficializar as destruições que vinham sendo feitas, principalmente por empresas multinacionais.⁶¹⁶

Perspectiva semelhante foi defendida pelo presidente da Comissão Nacional de Defesa e Desenvolvimento da Amazônia (CNDDA), general da reserva Tácito Lívio de Freitas. Segundo ele, a proposta das concessões florestais ocorria num contexto em que era evidente a “ação criminosa de empresas multinacionais instaladas que têm obtido concessões do governo para desmatar regiões inteiras e estabelecer campos de pastagens para a criação de gado”.⁶¹⁷

Entre as manifestações levantadas, alguns pontos de convergência se destacavam, a saber: a descrença na capacidade do órgão responsável pela política florestal no país de fiscalizar as ações das empresas concessionárias de áreas florestais; a possibilidade de concessões a empresas estrangeiras, as multinacionais, implicando em questões de “segurança nacional”⁶¹⁸ e a perspectiva de recrudescimento da marcha destrutiva dos recursos naturais da região, especialmente os florestais, com sérias implicações para os ecossistemas. De fato, a principal conjectura esboçada contra o projeto era de que, ao autorizar a exploração comercial dos recursos florestais a empresas com objetivos essencialmente econômicos, ele propiciaria a derrubada indiscriminada da floresta amazônica, não importando o que preconizassem os contratos.

Contra-pondo-se às críticas contundentes feitas à proposta de exploração florestal da Amazônia, os dirigentes do IBDF atribuíram os desdobramentos da reportagem publicada no jornal Folha de São Paulo no dia 03 de dezembro de 1978, bem como as que, com base nela, se sucederam, à “má interpretação dos fatos”, por “inocência, incompetência ou má fé”.⁶¹⁹ No entanto, findo o Congresso Florestal e aparentemente abrandados os ânimos, a edição do dia 28 daquele mês, em chamada de capa intitulada “Confirmado risco para Amazônia” aquele periódico retomava o assunto. De acordo com a matéria, em entrevista coletiva

⁶¹⁶ Idem, *ibidem*.

⁶¹⁷ ASSEMBLEIA de Manaus faz apelo a Geisel. In: *Folha de São Paulo*, 06 de dezembro de 1978, Economia, p. 21. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1978/12/06/2/>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

⁶¹⁸ Teoricamente, os estudos da FAO que deram origem ao projeto desmentiam a possibilidade de “desnacionalização” da Amazônia, pois mesmo que as atividades fossem exercidas por empresas estrangeiras, as terras não seriam vendidas mas apenas cedidos os direitos de exploração da cobertura vegetal das mesmas.

⁶¹⁹ TEMA ocupa última sessão do Senado, 1979, op. cit.

concedida no dia anterior em Brasília, o presidente do IBDF confirmara a existência do estudo realizado pela FAO e defendera a proposta como a “melhor solução surgida até hoje para retirar da Amazônia a madeira comerciável sem destruir a mata”. Segundo ele, o órgão queria provar que a floresta amazônica podia ser explorada sem ser destruída.⁶²⁰ E indagava: “Ao invés de termos projetos agropecuários, porque não podemos vender madeira?”⁶²¹

Numa demonstração de que o assunto não fora esquecido e estava longe de ser esgotado, na mesma data o jornal *O Globo* sob o título “Comissão de Defesa quer interpelar Governo”, retomava a problemática:

A Comissão de Defesa do Patrimônio da Comunidade – CDPC – está estudando a possibilidade de interpelar judicialmente o Governo para saber “o que realmente estão planejando fazer os diversos órgãos federais que atuam na Amazônia em relação aos contratos de risco para a exploração de madeira”, informou ontem o secretário geral da Comissão Waldemar Palolli. Ele disse também que “dependendo das conclusões dos advogados que estudam o caso, a interpelação judicial pode ser substituída por uma ação popular que já conta com mais de mil assinaturas”.⁶²²

A despeito do forte componente nacionalista contido nas manifestações contrárias à proposta de política florestal baseada em “contratos de risco” para exploração da floresta amazônica, a dimensão ecológica também estava colocada em discussão. Naquele contexto histórico, os movimentos pelo fim da ditadura militar e pela redemocratização recrudesceram no país, incorporando a discussão do meio ambiente. A emergência da questão dos “contratos de risco” trouxe à tona a necessidade de preservação da floresta amazônica, bandeira que passou a ser defendida por diversos segmentos sociais. A necessidade de proteção da floresta, já intensamente devastada pelos projetos agropecuários subsidiados pelos programas governamentais, sob a omissão e a ineficiência dos órgãos fiscalizadores, presente em diversos posicionamentos, foi o catalisador de um movimento em defesa da Amazônia que adquiriu uma escala nacional.

Nesse sentido, as fontes jornalísticas consultadas revelaram que o final do ano de 1978, assim como todo o curso do ano de 1979, foi assinalado por uma série de manifestações em prol da preservação da floresta. O Comitê de Defesa da Amazônia, movimento iniciado pelo segmento jovem do MDB com apoio de entidades de 14 entidades civis organizou uma

⁶²⁰ A AMAZÔNIA será mesmo explorada, confirma o IBDF. In: *Folha de São Paulo*, 28 de dezembro de 1978, p. 46. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1978/12/28/2/>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

⁶²¹ Idem, *ibidem*.

⁶²² COMISSÃO de Defesa quer interpelar Governo. In: *O Globo*, 28 de dezembro de 1978, Economia, p. 19. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/busca/?busca=Defesa+quer+interpelar+governo>>. Acesso em 15 abr. 2015.

“caminhada cívica” pelas ruas de Manaus em defesa da floresta amazônica, no dia 30 de dezembro de 1978.⁶²³

Por sua vez, no dia 23 de janeiro de 1979, um grupo de 50 estudantes, portando uma bandeira do Brasil e gritando palavras de ordem como “A Amazônia é nossa, abaixo o imperialismo”, percorreu as ruas do centro da cidade de São Paulo, ocasião em que teriam distribuído 12 mil folhetos “[...] denunciando a intenção do Governo de instituir “contratos de risco” para a exploração de madeira na floresta amazônica por grupos estrangeiros”. Os manifestantes saíram às ruas em nome da Comissão de Defesa do Patrimônio da Comunidade, da qual a União Estadual dos Estudantes (UEE) fazia parte. Os folhetos começaram a ser entregues nas escadarias da Catedral da Sé e depois foram distribuídos em pontos de ônibus e portas de lojas situadas entre a praça da Catedral e o Largo de São Francisco.⁶²⁴

O Jornal do Brasil de 09 de fevereiro de 1979 noticiou a informação fornecida pelo vice-presidente da Associação Paulista de Proteção à Natureza, segundo a qual cerca de 83 entidades de todo o país dedicadas à proteção da natureza estavam com uma ação popular redigida e pronta para ser impetrada contra o ministro do Interior, Rangel Reis e o presidente do IBDF, Paulo Berutti, caso o governo autorizasse a exploração madeireira da Amazônia através de “contratos de risco”.⁶²⁵

Na edição do dia seguinte, o mesmo periódico informava a criação, em Belém, de um Comitê de Defesa da Amazônia e de um Conselho Coordenador da Política de Aproveitamento dos Recursos Naturais Renováveis, instituídos ao final de dois painéis de debates destinados a definir linhas de ação em defesa da Amazônia.⁶²⁶ Segundo o jornal, o movimento foi promovido por 19 entidades de classe, que lançaram manifesto condenando os estudos para a exploração da região. No dia 22 do mesmo mês, a publicação divulgava a chegada do senador amazonense do MDB, Evandro Carrera, a Porto Alegre para “[...] manter contatos com políticos e grupos militantes em favor da proteção ao meio ambiente e dos

⁶²³ CAMINHADA em defesa da mata amazônica. In: *Folha de São Paulo*, 30 de dezembro de 1978, Economia, p. 17. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1978/12/30/2/>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

⁶²⁴ MANIFESTAÇÃO faz a defesa da Amazônia. In: *Folha de São Paulo*, 24 de janeiro de 1979, Local, p. 13. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1979/01/24/2/>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

⁶²⁵ PROTEÇÃO à natureza tem ação popular. In: *Jornal do Brasil*, 09 de fevereiro de 1979, Nacional, p. 8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq=natureza%20tem%20a%C3%A7%C3%A3o%20popular>. Acesso em: 15 abr. 2015.

⁶²⁶ AMAZÔNIA ganha um Comitê de Defesa em Belém. In: *Jornal do Brasil*, 10 de fevereiro de 1979, Caderno 1, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq=de%20Defesa%20em%20Bel%C3%A9m>. Acesso em: 15 abr. 2015.

direitos humanos” e para instalação do núcleo gaúcho do Movimento de Defesa da Amazônia.

627

Naquele mesmo período, a Comissão Nacional Pró-UNE (União Nacional dos Estudantes) se reunia em Salvador para discutir as bases da reconstituição da entidade estudantil prevista para o Congresso Nacional a ser realizado em maio daquele mesmo ano. Entre as resoluções tomadas, destacava-se a proposta de “intensificar a campanha de conscientização, em todo o país, da defesa da Amazônia, com a promoção de seminários e debates sobre o tema”.⁶²⁸

Em 08 de março de 1979 ocorreu nova manifestação do Movimento de Defesa da Amazônia no centro de São Paulo com a distribuição de 20 mil panfletos visando “[...] conscientizar a população da necessidade de se preservar a floresta amazônica”.⁶²⁹ De acordo com um dos organizadores do evento, o movimento pretendia atingir a mesma dimensão da campanha “O petróleo é nosso”, organizada em 1953, solicitando a criação da Petrobrás. A imagem abaixo é um registro do evento, extraído do Jornal Folha de São Paulo, que noticiou o acontecimento.

Figura 1: Registro de manifestantes em ato do Movimento de Defesa da Amazônia em 08 de março de 1979.



Fonte: Jornal Folha de São Paulo, 09/03/1979, p. 26.

⁶²⁷ SENADOR amplia ação pró-Amazônia. In: *Jornal do Brasil*, 22 de fevereiro de 1979, Nacional, p. 09. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq=Senador%20amplia%20a%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 16 abr. 2015.

⁶²⁸ Volta da UNE é tema de reunião. In: *Jornal do Brasil*, 18 de fevereiro de 1979, Nacional, p. 20. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 19 abr. 2015.

⁶²⁹ Movimento popular pela Amazônia: In: *Folha de São Paulo*. 09 de março de 1979, p. 26. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1979/03/09/30>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

Em 30 de março daquele ano foi a vez de o Rio de Janeiro sediar um ato público de protesto contra a devastação da Amazônia. Organizado pela Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia (CNDDA), a “cerimônia cívica”, como foi cunhada pelos organizadores do evento, ocorreu na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e teve o apoio de 51 entidades congêneres.⁶³⁰

O mês de abril, por sua vez, foi marcado pelo lançamento de um “manifesto ao povo brasileiro”, assinado pelo Movimento de Defesa da Amazônia (MDA), o qual salientava que os “contratos de risco” ameaçavam destruir, no mínimo, 40% da floresta amazônica, o que acarretaria uma “catástrofe ecológica”. Além disso, segundo o documento mencionado, eles somente atenderiam “[...] aos interesses econômicos dos grandes monopólios nacionais e internacionais, em detrimento dos interesses e das necessidades da imensa maioria da população brasileira”.⁶³¹ Na última semana do mês, o MDA realizou, em São Paulo, a Semana de Debates sobre a Amazônia, voltada especialmente para o debate acerca da política florestal proposta pelo IBDF. O evento contou com a participação de diversas entidades como o Movimento do Custo de Vida, a Secretaria Nacional de Justiça e Não Violência, a União Estadual dos Estudantes, diversos Centros Acadêmicos e Associações de Bairros.⁶³²

4.4.1 Uma política florestal para a Amazônia em debate

A pressão das entidades em defesa da Amazônia repercutiu junto às instâncias governamentais. Na edição de 02 de maio de 1979, o *Jornal do Brasil* noticiou que o governo estava organizando a integração de todos os órgãos estatais com atuação na Amazônia para discutir uma política florestal para a região. Para tal, foi proposto a criação de um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), que deveria elaborar no prazo de noventa dias um anteprojeto de lei, a ser submetido ao Presidente da República e ao Congresso Nacional, como instrumento legal para implementação de uma política florestal para a região.⁶³³

⁶³⁰ VALVERDE, Orlando. O problema florestal da Amazônia brasileira. In: *A Amazônia Brasileira em Foco*. Nº 13, (1979/1980), 1980, p. 7-55.

⁶³¹ NOVO ato público em defesa da Amazônia. In: *Folha de São Paulo*, 3 de abril de 1979, Nacional, p. 6. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1979/04/03/2/>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

⁶³² TERMINA Semana da Amazônia. In: *Folha de São Paulo*, 28 de abril de 1979. Economia, p. 21. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1979/04/28/2/>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

⁶³³ GOVERNO prepara integração de órgãos na Amazônia para melhorar política florestal. In: *Jornal do Brasil*, 03 de maio de 1979. Nacional, p. 8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq=melhorar%20pol%C3%ADtica%20florestal>. Acesso em: 16 abr. 2015.

O grupo de trabalho foi instituído formalmente através do Decreto nº 83.518, de 29 de maio de 1979, com a finalidade de consolidar os estudos já realizados sobre recursos florestais da Amazônia estudar e propor medidas para formulação de uma política florestal para a região.⁶³⁴ Sua composição envolveu representantes de diversos órgãos, a saber: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA); Fundação Nacional do Índio (FUNAI); Banco da Amazônia S.A. (BASA); Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) Departamento Nacional de Produção Mineral (Projeto RADAM-BRASIL); Universidade Federal do Amazonas; Universidade Federal do Pará; Universidade Federal do Acre; Faculdade de Ciências Agrárias do Pará; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA); Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional.⁶³⁵ A coordenação dos trabalhos ficou a cargo do representante do IBDF, sr. Carlos Galluf, que substituíra Paulo Berutti na presidência do órgão, provavelmente devido ao grande desgaste político sofrido por este na condução da questão dos “contratos de risco”.

A iniciativa da criação do grupo de trabalho marcava, segundo o ministro da Agricultura, Delfim Neto, uma nova etapa na política brasileira, pois, de acordo com ele, “[...] é a primeira vez em muito tempo que a nação será ouvida sobre um grande problema político-econômico brasileiro”.⁶³⁶ Durante a solenidade de instalação da Comissão, o ministro salientou que o grupo iria “[...] recolher sugestões de toda a nação brasileira e aceitar informações de todas as pessoas que tenham alguma coisa a dizer sobre o problema da exploração racional da Amazônia”.⁶³⁷ Questionado sobre a possibilidade de realização de um plebiscito sobre explorar ou não a Amazônia, Delfim Neto foi taxativo: “a decisão de explorar racionalmente a região já está tomada; agora precisamos ouvir pessoas que entendam sobre a questão, pois todos os recursos naturais estão lá, para que a nação os utilize”.⁶³⁸ A fala do

⁶³⁴ BRASIL. Decreto nº 83.518, de 29 de maio de 1979. Institui Grupo de Trabalho destinado a estudar e propor medidas para formulação de uma política florestal para a Amazônia brasileira. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-83518-29-maio-1979-432821-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 28 nov. 2015.

⁶³⁵ Idem, ibidem.

⁶³⁶ COMISSÃO criará política florestal da Amazônia. In: *Jornal do Brasil*, 13 de junho de 1979, Nacional, p. 8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq=%20pol%C3%A9tica%20florestal%20da%20Amaz%C3%B4nia>. Acesso em: 16 abr. 2015.

⁶³⁷ Idem, ibidem.

⁶³⁸ Idem, ibidem. Grifo nosso.

ministro revelava, pois, a persistência da premissa fundamental da concepção de natureza amazônica para o Estado brasileiro: fonte de recursos naturais para a exploração econômica.

A favor da “exploração racional” da Amazônia, cujo projeto seria formulado pelo GTI, os dirigentes governamentais invocavam estudos segundo os quais um milhão de hectares da floresta vinham sendo destruídos anualmente representando, em média, uma perda de 4,5 bilhões de dólares entre 1964 e 1979. Ironicamente, não se fazia nenhuma referência na esfera estatal à responsabilidade direta das políticas públicas de desenvolvimento planejadas e executadas na região, altamente predatórias do meio ambiente, incentivadas e subsidiadas pelo Estado, a exemplo dos empreendimentos agropecuários.

O GTI também foi alvo de críticas de entidades de defesa do meio ambiente. No dia 19 de setembro de 1979 no centro de Manaus, mais de 20 entidades lançaram manifesto contrário à exploração da floresta, como parte de um das atividades de um “dia nacional de defesa da Amazônia”. No documento, afirmavam que “o Governo formou um grupo de trabalho que irá entregar nossas melhores madeiras para as grandes empresas, principalmente multinacionais, que ficarão mais ricas, enquanto a floresta virará um deserto”.⁶³⁹

O movimento nacional de defesa da Amazônia, por sua vez, continuou se ampliando. A edição do *Jornal do Brasil* de primeiro de dezembro de 1979 noticiava a instalação do núcleo pernambucano, com o “lançamento de livros e promoção de debates em torno do Projeto Jari, da devastação daquela região e da distribuição de terras para os trabalhadores rurais da área”.⁶⁴⁰

A diversidade de manifestações que se originaram a partir da divulgação da política de exploração florestal da Amazônia através de “contratos de risco” e que convergiram para um movimento de “defesa” da região não se esgota nos exemplos mencionados. Consideramos, no entanto, que eles são representativos da escala alcançada por aquele processo. Com efeito, a “defesa da Amazônia” conseguiu reunir sob a mesma bandeira militares “nacionalistas” da reserva, estudantes, religiosos, políticos da ARENA e do MDB, cientistas, acadêmicos e outros segmentos sociais.

A preservação da floresta ecoava, pois, entre a própria população brasileira, a qual em um contexto de lutas pela redemocratização podia gradativamente no final dos anos 70,

⁶³⁹ AMAZÔNIA. In: *Jornal do Brasil*, 10 de setembro de 1979, 1º Caderno, p. 8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq=nossas%20melhores%20madeiras>. Acesso em: 16 abr. 2015.

⁶⁴⁰ AMAZÔNIA é defendida no Recife. In: *Jornal do Brasil*, 01 de dezembro de 1979, 1º Caderno, p. 16. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq=Amaz%C3%B4nia%20%C3%A9%20defendida%20no%20Recife>. Acesso em 16 abr. 2015.

utilizar alguns canais para expressar suas reivindicações. As denúncias sobre a exploração dos recursos naturais, especialmente a floresta, tornavam públicos os efeitos sociais e ambientais das políticas desenvolvimentistas sobre a Amazônia, constituindo-se, desse modo, em bandeiras de lutas na conjuntura de redemocratização do país.

Ainda que não tenha gerado resultados expressivos no curto prazo, a mobilização em defesa da Amazônia ecoou na sociedade, articulando-se a outros movimentos em curso no contexto histórico da segunda metade da década de 70, que tiveram desdobramentos posteriores. Entre estes se destaca a luta dos seringueiros do Acre contra a expropriação dos seringais e a organização dos povos indígenas em defesa da demarcação de suas terras, sistematicamente invadidas e saqueadas no contexto dos programas governamentais executados na região.

Em março de 1976 foi realizada a primeira tentativa de “empatar” o desmatamento no Seringal Carmem, em Brasiléia, no Acre. A iniciativa, que ficou conhecida como “empate”, partiu dos posseiros da área e contou com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais local e representou a gênese de uma estratégia de organização que culminou na década seguinte com a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros e a institucionalização das reservas extrativistas.⁶⁴¹ As demandas em torno da manutenção da floresta em pé, condição sine qua non para a sobrevivência dos seringueiros, acabaram por se articular com as bandeiras preservacionistas e posteriormente ganharam repercussão internacional com a emergência de lideranças locais como Chico Mendes.

Por seu turno, durante o período de vigência do II PDA, há registros de várias estratégias de mobilização desenvolvidas pelos povos indígenas. Entre 1974 e 1980 suas lideranças reuniram-se por diversas vezes em “assembleias de chefes indígenas”, consideradas a gênese de um movimento indígena organizado no Brasil.⁶⁴² Desde o início, as falas nas assembleias convergiam para as denúncias de intrusão desordenada e violenta de estradas, hidrelétricas, pontes, empresas de mineração e agropecuária nas terras indígenas. Nesse sentido, a necessidade de demarcação das reservas e das terras indígenas ocupou um lugar central na pauta do movimento em formação. No entanto, já a partir da 2ª Assembleia, em

⁶⁴¹ PAULA, Élder Andrade de; SILVA, Silvio Simione. No limiar da resistência: luta pela terra e ambientalismo no Acre. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. Vol. 1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP; BRASÍLIA: Nead, 2009, p. 201-222.

⁶⁴² BICALHO, Poliene Soares dos Santos. As assembleias indígenas – o advento do movimento indígena no Brasil. *OP SIS*. Catalão, vol. 10, nº 1, p. 91-114, jan./jun.2010.

1975, as lideranças indígenas também passaram a associar suas reivindicações políticas e culturais à pauta ambientalista, estabelecendo novas parcerias.⁶⁴³

O ano de 1979 marcou o lançamento do documentário etnográfico “Raoni”. Ambientado no Parque Nacional do Xingu, o filme retratou a realidade dos povos indígenas que viviam naquela área, sistematicamente invadida por não índios, como grileiros de terras, caçadores e madeireiros, conforme sua sinopse, descrita abaixo:

Na região amazônica, perto das cachoeiras de Von Martius, situa-se o Parque Nacional do Xingu. Para lá várias tribos indígenas foram transferidas no decorrer dos últimos trinta anos, tentando evitar o crescente extermínio promovido pelos brancos. Mas, mesmo protegido por decreto federal, o Parque sofre constantes invasões de grileiros, caçadores e madeireiros, inconformados com a presença de índios na região. Na aldeia dos índios Mekronotis, onde Raoni é o cacique, chega a notícia de que mais uma vez tratores penetram na floresta, invadindo as fronteiras da reserva indígena. Minh, o cacique de guerra quer lutar. O presidente da Fundação Nacional do Índio promete a demarcação das terras. Desconfiado, Raoni vem a São Paulo e se aconselha com Cláudio Villas-Boas, o grande protetor dos índios. Visita uma favela formada por índios guaranis e volta para sua tribo, relatando ao seu povo o que ele viu e sentiu em suas viagens.⁶⁴⁴

A produção chamou a atenção do mundo para a necessidade de preservação da floresta e dos povos da Amazônia, tendo como porta voz o cacique Kayapó Raoni, que deu título ao filme e posteriormente adquiriu projeção internacional na defesa desta bandeira. Distribuído no Brasil pela Empresa Brasileira de Filmes (EMBRAFILME), o documentário ganhou o prêmio de melhor filme do Festival de Gramado de 1979 e deu visibilidade aos efeitos dos programas de desenvolvimento governamentais sobre as populações indígenas.

Ao mesmo tempo em que aumentaram o alcance e a extensão da degradação ambiental na Amazônia, as políticas desenvolvimentistas executadas no contexto do II PDA, também levaram a sociedade a se posicionar contra elas e a demandar novas concepções de desenvolvimento em consonância com o bem estar da sociedade e a preservação do meio ambiente. Com efeito, as principais bandeiras do Movimento de Defesa da Amazônia podem ser resumidas em três pontos: a reivindicação do aproveitamento do potencial econômico da Amazônia em benefício de todo o povo brasileiro; a luta contra a devastação da região por grandes grupos interessados em resultados econômicos imediatos e a “luta pela defesa da soberania nacional contra a entrega de parcelas ponderáveis do território nacional a grandes grupos econômicos internacionais”.⁶⁴⁵

⁶⁴³ Idem.

⁶⁴⁴ GUIA de Filmes de 1979. In: < <http://cinemateca.gov.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&base=FILMOGRAFIA&lang=P&nextAction=search&exprSearch=ID=024982&format=detailed.pft>>. Acesso em: 22.09.2015.

⁶⁴⁵ PRONUNCIAMENTO do deputado estadual Rubens Lara (MDB/SP) na sessão da Assembleia Legislativa Estadual do dia 05 de setembro de 1979, em alusão ao dia da Amazônia. In: *Diário Oficial do Estado do São Paulo*. 14 de setembro de 1979, p. 75.

De certo modo, as demandas colocadas pela sociedade naquele contexto de fins da década repercutiram no projeto de política florestal para a Amazônia, elaborado pelo Grupo de Trabalho Interministerial, que foi entregue para apreciação da presidência da República em outubro de 1979. O grupo definiu como objetivo principal do projeto “harmonizar a utilização das potencialidades econômicas da região com a preservação dos seus recursos naturais”, atendendo aos seguintes requisitos:

Proteção e conservação dos ecossistemas amazônicos; uso, em bases conservacionistas, dos recursos naturais; contribuição para a integração nacional da Amazônia sob o ponto de vista socioeconômico; proteção ao índio e; segurança nacional.⁶⁴⁶

Para a operacionalização dos objetivos definidos o projeto elaborado pelo grupo propôs a realização de um programa de zoneamento ecológico-econômico para fins florestais e agropecuários na Amazônia (PROZAM); a implementação de áreas de preservação; a realização de estudos e pesquisas para a utilização racional dos recursos faunísticos e florísticos; recuperação de terras degradadas; formação de recursos humanos com vistas às atividades florestais; avaliação dos mercados internos e externos para os produtos madeireiros e o estudo da viabilidade da utilização econômica da madeira existente nas áreas de desmatamento “necessários à implantação de projetos públicos”.⁶⁴⁷ O PROZAM subsidiaria o planejamento do uso do espaço amazônico, definindo as áreas destinadas à proteção e conservação de ecossistemas; à instalação de projetos industriais, hidrelétricos, minerais; eixos viários e terras indígenas.⁶⁴⁸

O projeto de política florestal apresentado pelo GTI preconizou a adoção de medidas protetoras do ambiente amazônico, a partir da criação de áreas com vedação total ou parcial de exploração dos recursos naturais e vedava quaisquer contratos de concessão que implicassem na “perda do controle sobre os recursos naturais da Amazônia brasileira”. Quanto à pecuária, recomendava que a atividade ficasse restrita apenas às regiões de cerrados, cerradão e campos naturais, sendo vedada em áreas de terra firme revestidas pela floresta tropical. Também se manifestava contrário à remoção compulsória de povos indígenas, salientando o direito de posse exclusiva destes sobre suas terras, tanto nas já demarcadas como nas ainda por demarcar.

⁶⁴⁶ PROJETO de Política Florestal para a Amazônia. In: *Jornal O Globo*, 10 de março de 1980, O País, p. 4. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=198019800310>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

⁶⁴⁷ Idem, ibidem.

⁶⁴⁸ Idem, ibidem.

De acordo com o documento que deu origem ao projeto de lei, os fundamentos da ocupação da Amazônia seriam definidos em três itens principais: preservação de “áreas naturais”, divididas em unidades de proteção e conservação e unidades de conservação; determinação de áreas para utilização madeireira, denominadas “florestas nacionais”, a serem manejadas “racionalmente”; ⁶⁴⁹ o estabelecimento de normas de uso da terra para outras atividades econômicas como a agropecuária; e a delimitação de “reservas de recursos”, áreas florestais cujos recursos naturais ainda não identificados poderiam, após estudos, ser transformadas em unidades de proteção ou conservação.

As unidades de proteção preservação da natureza foram definidas como aquelas em que “o manejo dos ecossistemas que a compõem se faz sem consumo de seus recursos”, sendo vedada a exploração de qualquer recurso natural. Elas foram classificadas de acordo com as seguintes categorias: parque nacional, reserva biológica, monumento natural, santuário de vida silvestre, estação ecológica, rio cênico, rodovias parque e reserva de recursos. ⁶⁵⁰ Os objetivos de tais áreas consistiam em preservar comunidades bióticas, a fim de assegurar o seu processo evolutivo; proteger espécies raras ou ameaçadas de extinção; preservar o patrimônio genético; proteger bacias hidrográficas; proteger os recursos florísticos e faunísticos; preservar belezas cênicas naturais e conservar valores culturais. ⁶⁵¹

As unidades de conservação foram definidas como aquelas em que “o manejo dos ecossistemas que as compõem se faz com a utilização regional de seus recursos”. ⁶⁵² Nesta

⁶⁴⁹ De acordo com o documento, inicialmente seriam selecionadas duas florestas nacionais para a implementação inicial de projetos florestais de manejo racional sustentado, objetivando que os resultados de sua utilização possam justificar a implantação de projetos similares.

⁶⁵⁰ PROJETO de Política Florestal para a Amazônia. In: *Jornal O Globo*, 10 de março de 1980, p. 4, op. cit. De acordo com o documento, as categorias Parque Nacional e Reserva Biológica, conforme o definido no artigo 5º da Lei 4771, de 15 de setembro de 1965, tinham por finalidade “resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos”; Monumento Natural foi definido como a categoria com uma ou mais características importantes, “[...]de relevante significado nacional, como formações geológicas, lugares naturais únicos, espécies de flora e fauna, ou habitat, que pela sua raridade possam estar ameaçados ou devam ser protegidos; Santuário ou Refúgio de Vida Silvestre, referia-se área “área onde a proteção é essencial para a subsistência de espécies ou populações de fauna migratória ou residente, endemismos ou biótopos únicos, de significado regional, nacional ou mundial”. Por sua vez, Estação Ecológica referia-se à categoria estabelecida pela Secretaria Especial do Meio Ambiente do Ministério do Interior com o objetivo de proteger amostras dos principais ecossistemas do País, equipando essas unidades com infraestrutura tal que as universidades e outras instituições de pesquisas pudessem fazer estudos comparativos ecológicos entre áreas protegidas e aquelas que sofreram alterações antropológicas; Rio Cênico foi definido como “o parque linear que abarca a totalidade ou parte de um rio de leito livre com alto valor panorâmico, cultural ou recreativo”; e Rodovia-Parque, como um “parque linear que compreende a totalidade ou parte de rodovias de alto valor panorâmico, cultural ou recreativo”.

⁶⁵¹ PROJETO de Política Florestal para a Amazônia, 1980, op. cit.

⁶⁵² Idem.

modalidade foram enquadradas as seguintes categorias: floresta nacional, parque de caça, parque natural, reserva de fauna e monumento cultural.⁶⁵³

Em tese, o projeto de política florestal proposto pelo GTI representou um avanço expressivo no contexto dos programas de desenvolvimento executados na Amazônia, ao preconizar, de modo incisivo, a conciliação da exploração das “potencialidades econômicas” da região com a preservação dos seus recursos naturais. Entretanto, em termos práticos ele foi mais um exemplo da cisão entre a realidade e a retórica da política ambiental brasileira. Após o amplo debate realizado com a participação da comunidade científica, cujas recomendações e propostas foram parcialmente assimiladas na redação do relatório final dos trabalhos, o projeto de política florestal para a Amazônia ficou engavetado no Poder Executivo.⁶⁵⁴ De acordo com Clara Pandolfo, membro do GTI na condição de representante da SUDAM, como a política proposta opunha-se à implantação de pecuária em áreas de mata, não foi possível vencer a forte resistência oferecida pelos grandes empresários pecuaristas junto aos “altos poderes da República”.⁶⁵⁵ Desse modo, as medidas preconizadas no relatório do grupo de trabalho não foram efetivadas.

A persistência e a força do imperativo do uso econômico da floresta podem ser apreendidas numa fala do presidente da Associação dos Empresários da Amazônia, João Carlos Meirelles, veiculada na edição de 14 de fevereiro de 1979 do *Jornal do Brasil*. Ao defender a ocupação imediata de 1 milhão e quinhentos mil km² da região, sob alegação de que não se podia permitir a sua “transformação num jardim zoológico”, o líder empresarial invocou o argumento da “senilidade” da floresta. Segundo ele: “a Amazônia é uma floresta senil e melhor seria cortá-la do que deixar que ela floresça”.⁶⁵⁶ Tal argumento é bastante representativo do pensamento que norteava as políticas de ocupação do território amazônico.

⁶⁵³ Floresta nacional constituiria a área, instituída por ato do poder executivo, destinada a usos múltiplos, como a produção comercial de madeira e demais produtos da flora, conservação da fauna silvestre, proteção de bacias hidrográficas e “para outros fins técnicos e sociais”; Parque de Caça: conforme o definido no Artigo 5º, alínea B, da Lei nº 5197, de 3 de janeiro de 1967, referia-se à área cujo exercício de caça é permitido total ou parcialmente, em caráter permanente ou temporário, com fins recreativos, educativos e turísticos; Parque Natural foi classificado como a área relativamente extensa com paisagens naturais de importância nacional, onde “pode ser desenvolvida uma recreação ao ar livre”; Reserva de Fauna referia-se a área contendo populações de espécies nativas de fauna silvestre “aptas para a produção de proteínas ou outros produtos da vida silvestre, onde seja possível a observação por turistas, investigação científica e educação sobre o meio”; e Monumento Cultural foi definido como “o sítio ou área que possua alguma característica arqueológica, histórica ou cultural, de interesse nacional ou internacional”.

⁶⁵⁴ MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. A proposta de política florestal para a Amazônia. *Destaque Amazônia*. Ano 2, nº 5, mar./1985, p. 2.

⁶⁵⁵ PANDOLFO, 1994, p. 167, op. cit.

⁶⁵⁶ LÍDER empresarial diz que Amazônia é “floresta senil” e pede política de ocupação. In: *Jornal do Brasil*, 14 de fevereiro de 1979. Nacional, p. 8. Disponível em: <

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq=floresta%20senil>. Acesso em: 21 set. 2015.

No contexto histórico dos anos 70, o reconhecimento e a divulgação dos efeitos ambientais do crescimento econômico sobre a manutenção dos ciclos biogeoquímicos necessários à manutenção da vida, colocou a Amazônia, detentora da maior extensão de ecossistemas florestais e recursos hídricos do planeta, cada vez mais no centro da discussão ambiental. Avalia-se, pois, que o “avanço” do II PDA na abordagem da questão ambiental refletiu a construção de um discurso pelo Estado brasileiro para se adequar à conjuntura de construção sistemática de uma agenda ambiental internacional norteada pelo imperativo de integrar a problemática ambiental às políticas públicas. Ao implicar em restrições econômicas a indústrias potencialmente poluentes e na exigência do atendimento a determinadas considerações de ordem ambiental em projetos de desenvolvimento por parte de instituições multilaterais de crédito e de organismos das Nações Unidas, esse processo obrigou o Brasil a adotar medidas de adequação em seus programas de desenvolvimento.

A despeito do avanço retórico em relação aos planos anteriores em relação à questão ambiental, o II PDA, assinalou o recrudescimento da apropriação dos componentes do ambiente amazônico pelo planejamento do desenvolvimento ante o imperativo da geração de divisas para o país por meio da expansão das exportações e da atração de capital nacional e estrangeiro. O discurso implícito neste plano indicava que a Amazônia constituía a última grande fronteira econômica do país a ser explorada. Assim, o governo precisava integrar imediatamente a região ao país e ao mundo, minimizando, desse modo, quaisquer medidas que implicassem restrição ao modelo de crescimento econômico preconizado.

Há que se ressaltar, todavia, que os movimentos de resistência tratados neste capítulo, em maior ou menor escala, convergiram para mudanças no planejamento do desenvolvimento da região no contexto histórico do último governo ditatorial, o do coronel João Figueiredo. O limiar da década de 1980 foi marcado pelo esgotamento do “milagre econômico”, provocado pelo segundo “choque do petróleo”, que aumentou a pressão internacional pelo desenvolvimento de novas fontes de energia; pelo adensamento dos movimentos de resistência ao regime ditatorial e pela concessão de anistia aos acusados de cometer crimes políticos, por meio da Lei 6.683, de 28 de agosto de 1979; e pela consolidação da agenda ambiental internacional global, que inexoravelmente, incorporou a dimensão ambiental nas políticas públicas, com a definição, na esfera das Nações Unidas, do conceito de desenvolvimento sustentável.

O retorno ao país de intelectuais, políticos, professores etc. e a emergência de novos movimentos sociais organizados na luta pelo direito à terra, como seringueiros, remanescentes de quilombos, pescadores artesanais, atingidos por barragens, povos indígenas, entre outros, conduziram a questão ambiental no país, em geral, e na Amazônia, em particular, a novos rumos. Conjugaram-se, então, dimensões políticas, econômicas e sociais novas nesse processo, conformando a produção de um novo contexto histórico, no qual foi executado um novo plano de desenvolvimento regional, o último do regime civil-militar, a ser discutido na sequência.

5 DESENVOLVIMENTO, CONSERVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE NO III PDA (1980-1985)

O III Plano de Desenvolvimento da Amazônia (III PDA) proposto para ser executado no quinquênio 1980-1985, sob o governo de João Figueiredo (1979-1985), foi elaborado num contexto de forte recessão econômica nos países industrializados, assinalada pela alta dos juros, pela queda nos preços das matérias primas no mercado mundial e pela interrupção do fluxo de créditos internacionais.⁶⁵⁷ Esse panorama, que marcou a conjuntura de transição dos anos 1970 aos anos 1980, propiciou as condições de ruptura dos suportes sociais, políticos e econômicos do sistema ditatorial em vigor no Brasil, intensificando um processo em curso, marcado por questionamentos diversos em relação ao modelo desenvolvimentista que vinha sendo adotado pelo planejamento governamental.⁶⁵⁸

Do ponto de vista ambiental, no contexto da década de 1980 se consolidou na esfera internacional, especialmente no âmbito da Organização das Nações Unidas e das instituições a ela vinculadas, a preocupação com os efeitos do crescimento econômico sobre o meio ambiente, com implicações sobre a própria concepção de desenvolvimento, que incorporou a dimensão da sustentabilidade. Este processo foi assinalado, entre outros fatores, pela emergência e afirmação da biologia da conservação, que se tornou um dos mais importantes fóruns de debate sobre as questões relacionadas com a destruição de habitats, a extinção de espécies, o manejo e a restauração da diversidade biológica.⁶⁵⁹ A formulação do conceito de biodiversidade pela comunidade científica, em alusão aos componentes vivos da natureza, isto é, à diversidade de organismos e espécies, também se inscreve nesse contexto.⁶⁶⁰ A redução da diversidade biológica provocada pela intensidade dos impactos de ações antrópicas impôs-

⁶⁵⁷ Segundo Netto (2014), esse quadro resultou do chamado segundo choque do petróleo, ocorrido em 1979, época em que o Brasil era o terceiro importador mundial do produto, e com a decisão norte-americana de elevar as taxas de juros, impactando os países latino-americanos, especialmente aqueles com dívidas externas contraídas majoritariamente a juros flutuantes, como o Brasil.

⁶⁵⁸ NETTO, 2014, op. cit.

⁶⁵⁹ FRANCO, José Luiz de Andrade. O conceito de biodiversidade e a história da biologia da conservação: da preservação do *wilderness* à conservação da biodiversidade. *História* (São Paulo), vol. 32, nº 2, p. 21-48, jul./dez. 2013. Segundo Edward Wilson (2008), a conservação da biodiversidade pressupõe a proteção das mais diversas formas de vida existentes entre a crosta da Terra e a tênue camada de gases que a reveste, isto é, a biosfera. Para Ganem e Drummond (2011, p. 11), isto implica na adoção de ações reguladoras da extração e exploração dos recursos naturais, bem como a restituição de resíduos e energia ao meio ambiente. Portanto, a conservação da biosfera, por definição, demanda “a imposição de restrições ao desenvolvimento das atividades produtivas, à exploração do solo, à construção de infraestrutura e ao regime de propriedade privada e pública”.

⁶⁶⁰ De acordo com Franco (2013, p. 25), na literatura científica, “os termos intercambiáveis diversidade biológica e biodiversidade surgiram para dar conta de questões relacionadas com os temas fundamentais da ecologia e da biologia evolutiva, relacionados com a diversidade de espécies e com os ambientes que lhe servem de suporte, ao mesmo tempo que são suportados por ela e que são, simultaneamente, o palco e o resultado – sempre inacabado – do processo evolutivo”. Nesse sentido, a partir dos anos 80, disseminando-se nos anos 90, os termos biodiversidade e diversidade biológica tornaram-se de uso amplo nos meios científicos e entre os ativistas da conservação (FRANCO, 2013).

se como uma questão fundamental na nova década, não somente na esfera da biologia da conservação, mas também nos campos da ética, da filosofia, da política, da economia, das ciências da sociedade e dos movimentos sociais na medida em que avançou o reconhecimento da ameaça das intervenções humanas sobre os processos bioquímicos sustentadores da vida na Terra.

A institucionalização da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) em 1981, por parte do Estado nacional brasileiro, representou um marco referencial na regulamentação ambiental no país. A preocupação com os desdobramentos ambientais das políticas desenvolvimentistas, expressa na agenda ambiental internacional, refletiu-se com nitidez no teor dos planos de desenvolvimento nacional e regional do período, ainda que, de modo geral, a retórica não tenha se traduzido em ações efetivas de proteção ao ambiente amazônico.

Os propósitos estatais de apropriação e utilização dos recursos naturais amazônicos, eixos condutores dos planos de desenvolvimento anteriores, foram reforçados pelo aprofundamento da crise econômica mundial propiciada, em grande medida, pelo “segundo choque” do petróleo, ocorrido em 1979, com profundos reflexos na economia brasileira. Nesse sentido, destacou-se no planejamento estatal a exploração dos minérios do subsolo, especialmente as jazidas concentradas no sudeste do Estado do Pará, culminando na criação do Programa Grande Carajás (PGC).

De fato, embora tenha sido delineada previamente, no contexto do POLAMAZÔNIA, a iniciativa governamental de maior envergadura no sentido da apropriação dos recursos minerais amazônicos durante a vigência do III PDA, foi a execução do Programa Grande Carajás, instituído pelo Decreto-Lei nº 1.813, de 24 de novembro de 1980. A definição desse novo *locus* de ação do planejamento estatal tem sido objeto de análises diversas. Destacamos aqui a perspectiva analítica de Alfredo Wagner Berno de Almeida, o qual critica a “naturalização” da região pelo pensamento tecnocrático que permeou a delimitação espacial do PGC, centrada nos elementos físicos do espaço e desconhedora das realidades locais assim como dos antagonismos envolvendo a posse e utilização dos recursos naturais.

A denominada “região de Carajás” é definida por Almeida como um “amplo teatro de operações dos múltiplos projetos da CVRD, sobretudo os de exploração mineral, e de uma diversidade de grupos empresariais”,⁶⁶¹ os quais agregaram à razão social de seus empreendimentos a toponímia da serra onde, em julho de 1967, a equipe do geólogo Breno dos Santos, detectou as reservas de minério de ferro. Iniciativa estratégica, diga-se de

⁶⁶¹ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *CARAJÁS: a guerra dos mapas*. Belém: Seminário Consulta, 1995.

passagem, na solicitação de recursos fiscais e creditícios junto aos órgãos planejadores, já que, segundo Almeida, até então não havia quem se autodesignasse como “vivendo, morando, trabalhando ou de passagem por esta *região* inventada nos gabinetes definidores de estratégias empresariais”.

O PGC constituiu, pois, o instrumento estatal estratégico no que tange ao aprofundamento do padrão de ocupação econômica baseado na atividade mineral já em curso na Amazônia. No período de execução do III PDA, o Estado nacional impulsionou, pois, a ocupação econômica da região através do ramo minerador, valendo-se das “vantagens competitivas” de Carajás, a saber: existência de matéria prima em escala, sobretudo o minério de ferro, com amplas reservas de elevado teor metálico, possibilidade de energia abundante e barata, a ser produzida pelo represamento do rio Tocantins; facilidade de acesso aos mercados, por meio das estradas de penetração abertas nas décadas anteriores, além da disponibilidade de mão de obra.

Portanto, as diretrizes propostas no III PDA em relação à questão ambiental, bem como as decisões acerca dos usos do ambiente amazônico já estavam tomadas desde a década anterior. Embora este Plano tenha apresentado diretrizes ambientais “novas”, em termos pragmáticos seus efeitos sobre os recursos naturais da Amazônia não foram muito diferentes dos planos que o antecederam posto que assentado sob as mesmas premissas. A grande empresa mineradora, consubstanciada no PGC, ao explorar os minérios contidos nos subsolos da porção oriental amazônica, incidiu diretamente nas terras, águas e florestas, “matérias primas” essenciais à instalação dos projetos, à geração de energia e ao fornecimento de carvão vegetal para alimentar a indústria siderúrgica, respectivamente.⁶⁶²

Completava-se, assim, no contexto do III PDA, o ciclo de exploração dos componentes do ambiente amazônico, na medida em que a atividade mineira implicava na apropriação e utilização concomitante dos recursos naturais elencados pelo planejamento estatal, desde a concepção do 1º Plano Quinquenal de Valorização Econômica da SPVEA (1955-1959), como matrizes da promoção do desenvolvimento regional, a saber, águas, florestas, solos e subsolos.

Por outro lado, a primeira metade dos anos 80, período em que o plano esteve em vigor, foi assinalada pela convergência entre as estratégias organizativas de diversos segmentos da

⁶⁶² Além da produção de energia elétrica, indispensável ao funcionamento das indústrias metalúrgicas e usinas siderúrgicas, a água é essencial para a refrigeração dos altos fornos e para apagar o coque, bem como escoar resíduos industriais. Além disso, seu consumo doméstico aumenta em consequência da própria concentração humana gerada pela siderurgia. A esse respeito, afirmava-se, por exemplo, que nos anos 40, a usina siderúrgica de Volta Redonda consumia tanta água quanto o município do Rio de Janeiro. (VALVERDE, 1989).

sociedade amazônica em defesa de seus territórios e a questão ambiental. Nesse contexto, os “povos da floresta”, ribeirinhos, indígenas, remanescentes de quilombos, seringueiros, pescadores artesanais entre outros, portadores de experiências e saberes socialmente acumulados na interação com os diversos ecossistemas regionais, engendraram diversas formas de resistência diante da desestruturação de seus modos de vida em face das políticas desenvolvimentistas. Um fator essencial nesse processo foi a defesa dos ambientes – rios, lagos, florestas, terras – essenciais para a manutenção do *modus vivendi* dessas populações. Desse modo, adquiriram visibilidade na agenda ambiental, externando suas demandas e estabelecendo-se como interlocutores diante do Estado e de instituições de fomento ao desenvolvimento.

Historicamente ligados a formas de apossamento da terra anteriores ao processo de integração econômica da região por parte do planejamento governamental, baseadas no livre acesso aos recursos, localizados em extensões territoriais portadoras de um senso, às vezes imemorial, de pertencimento, tais grupos se mobilizaram politicamente para assegurar o acesso aos recursos de que se valeram em diferentes tempos históricos para realizar sua reprodução socioeconômica e cultural.⁶⁶³ No processo de disseminação de seus posicionamentos, denúncias e propostas valeram-se da questão ambiental, colocada no centro das reflexões sobre o desenvolvimento na década de 1980, como um componente estratégico de mobilização política. A constituição e os desdobramentos desses diferentes processos, intrinsecamente relacionados, são discutidos a seguir.

5.1 Perspectivas novas para o ambiente amazônico...

De acordo com as diretrizes governamentais expressas no III Plano Nacional de Desenvolvimento, proposto para ser executado entre 1980 e 1985, a política nacional de desenvolvimento para o período seria orientada pela “ênfase na preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural e dos recursos naturais do Brasil, bem como na prevenção, controle e combate da poluição em todas as suas formas”.⁶⁶⁴

Em relação à Amazônia, o Plano definiu que:

⁶⁶³ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terras de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto*: Terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PGSCA/UFAM, 2008; _____. Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. In: D’INCAO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda Maciel da (Orgs.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: MPEG, 1994, p. 521-537.

⁶⁶⁴ BRASIL. III Plano Nacional de Desenvolvimento (1980-1985). Brasília, 1980.

O esforço de desenvolvimento se concentrará na gradativa ocupação e integração da área, respeitadas as suas características e vocações, particularmente quanto à *compatibilização dos projetos e atividades públicos e privados com a exploração não predatória de seus recursos naturais e com o respeito rigoroso de seu equilíbrio ecológico e da população autóctone*.⁶⁶⁵

Este pressuposto refletiu-se no texto do III Plano de Desenvolvimento da Amazônia, que definiu como objetivo síntese da política regional “acelerar o crescimento da economia regional com a *manutenção do equilíbrio ecológico e redução das desigualdades sociais*”.⁶⁶⁶

Ao salientar os limites impostos pelos desdobramentos da crise energética, pela pressão inflacionária e o recrudescimento do endividamento externo, o texto do III PND apontava como condições fundamentais de superação desse quadro a continuidade da promoção do crescimento, a ser viabilizado pela expansão das exportações e o desenvolvimento do setor energético nacional através da substituição de fontes importadas de energia.⁶⁶⁷ A manutenção do crescimento implicava, portanto, na continuidade do modelo desenvolvimentista vigente, pautado na exploração e transformação em escala de recursos naturais.

Com efeito, reiterando uma concepção intrínseca aos planos anteriores, e reproduzindo as premissas do III PND, o III PDA enfatizou o papel dos recursos naturais da região para a economia nacional, salientou a persistência de um “imenso vazio demográfico” e defendeu a manutenção de uma estratégia de ocupação regional baseada em determinados espaços previamente identificados, em função da concentração demográfica e das suas potencialidades econômicas.

De acordo com o III PDA, a energia hidrelétrica deveria constituir matéria prima da própria região, não somente pela escassez mundial do petróleo como fonte energética, mas “para possibilitar a criação de grandes complexos industriais para atender os consumos requeridos pela exploração e transformação de grandes reservas de recursos minerais”.⁶⁶⁸ O Plano preconizava, desse modo, a criação de “um sistema de eletrificação capaz de contribuir para a germinação e o fortalecimento de atividades produtivas” na Amazônia, priorizando-se o aproveitamento dos recursos hídricos da região, por meio da continuidade dos inventários hidrelétricos e estudos de viabilidade dos rios amazônicos como fontes energéticas, propostos nos planos precedentes.

No planejamento do desenvolvimento governamental, persistia, pois, a visão de Amazônia como fronteira de recursos. Desse modo, em que pese a internalização da dimensão

⁶⁶⁵ Idem, p. 86. Grifo nosso.

⁶⁶⁶ SUDAM. III Plano de Desenvolvimento da Amazônia. Belém, 1982, p. 18. Grifo nosso.

⁶⁶⁷ BRASIL. III PND, 1980, op. cit.

⁶⁶⁸ SUDAM, III PDA, 1982, p. 33.

ambiental na retórica dos planos de desenvolvimento nacional e regional, manteve-se a sua caracterização como região estratégica à resolução dos problemas econômicos do país, especialmente por meio da exploração dos componentes de sua base natural.

O texto do III PDA, assim como seus congêneres anteriores, destacou os recursos naturais “disponíveis” na Amazônia, assim elencados:

Uma área florestal com cerca de 260 milhões de ha, que abriga uma reserva de madeira de aproximadamente 50.000 milhões de m³, dos quais 15.000 milhões de m³ representa o volume comercializável; um potencial hidrelétrico estimado em 100.000 MW, não considerando o próprio potencial do Rio Amazonas; uma rica fauna aquática, cujos estoques ainda não foram devidamente dimensionados, representa uma extraordinária fonte de alimentos proteicos; uma vasta extensão territorial abrigando um potencial de solos férteis e aptos para a agricultura e pecuária equivalente a mais de 20 milhões de ha de várzeas; existência de expressivas reservas de minérios de grande importância econômica (bauxita, cassiterita, ferro, caulim, calcário, manganês, carvão e sal-gema).⁶⁶⁹

O excerto citado demonstra que a ideia de abundância e inesgotabilidade dos recursos continuava permeando o pensamento estatal. Além dos supramencionados, o documento apontava outros fatores “oportunos” ao desenvolvimento regional, como a “grande disponibilidade de terras a baixo custo”, as condições climáticas, consideradas propícias à produção de diversas culturas tropicais, a “topografia em grandes proporções do território”, elemento considerado favorável à viabilização técnica de explorações mecanizáveis e para formação de pastagens. Nestes termos, salientava que além das madeiras, minérios e carnes, cujas condições de mercado seriam “altamente favoráveis”, todos os demais produtos agropecuários contariam com “amplas possibilidades de colocação nos mercados externo e/ou interno”.⁶⁷⁰

Numa demonstração de persistência retórica dos planos anteriores, a floresta amazônica foi definida como a “maior faixa contínua de floresta tropical virgem do mundo”, em perspectivas excelentes de aproveitamento madeireiro, com um volume comercializável de 15.000 milhões de metros cúbicos.⁶⁷¹ Em relação aos recursos pesqueiros o discurso estatal mostrava-se igualmente otimista. Segundo o Plano, os rios e lagos da Amazônia compreendiam uma “rica fauna aquática”, cujos estoques ainda não tinham sido suficientemente dimensionados, podendo vir a constituir uma expressiva fonte de proteína. Essa visão de um porvir promissor à atividade pesqueira, significativamente, não levava em consideração a importância histórica do pescado para as populações amazônicas ribeirinhas ao

⁶⁶⁹ SUDAM, III PDA, 1982, p. 13-14.

⁶⁷⁰ Idem, p. 14.

⁶⁷¹ Idem, p. 21.

longo dos séculos.⁶⁷² A região foi apresentada, como propícia à exportação de pescado, com “vantagens nos custos de transferências para os principais países importadores sobre as áreas de pesca situadas no sul do país”.⁶⁷³

No que tange aos recursos minerais, o Plano enfatizou a existência de reservas consideráveis de minérios de “importância econômica”, destacando as consideradas de maior relevância para o desenvolvimento regional, a saber: as reservas de bauxita do rio Trombetas e os depósitos de ferro de Carajás.

Na nova década, portanto, o desenvolvimento da região continuou sendo associado pelo planejamento governamental às possibilidades de aproveitamento e de comercialização dos componentes do ambiente. Persistia, assim, a percepção da Amazônia como portadora em potencial de elementos e fatores propícios ao crescimento econômico, agora potencializados pela infraestrutura construída anteriormente ou em construção.

Não obstante a persistência das matrizes orientadoras do aproveitamento econômico do ambiente amazônico, a “inovação” discursiva do Plano consistiu no pressuposto de tornar o desenvolvimento compatível com o equilíbrio ecológico. A conservação dos recursos naturais amazônicos foi apresentada como uma das diretrizes estabelecidas no III PDA para as políticas de desenvolvimento regional a serem executadas no período 1980-1985. Nestes termos, os objetivos da programação para os recursos naturais amazônicos no quinquênio foram os seguintes:

Disciplinar o uso dos recursos naturais e *assegurar sua conservação*; aprofundar conhecimentos sobre o subsolo amazônico; promover a valorização dos recursos florestais da Hiléia e; criar condições para o aproveitamento racional da fauna aquática e silvestre.⁶⁷⁴

No Plano destacou-se, ainda, a necessidade de se observar a conciliação da exploração da floresta e do uso da terra em geral, “com medidas conservacionistas que assegurem a proteção contínua dos recursos naturais renováveis e o estabelecimento de Parques Nacionais, Florestas Nacionais, Reservas Biológicas, Reservas Indígenas etc.”⁶⁷⁵

Para atingir estes objetivos diversas medidas foram propostas no Plano, a saber: a continuidade dos estudos e levantamentos básicos sobre o meio físico regional; demarcação das áreas destinadas a fins conservacionistas, providenciando-se sua efetiva implantação; preservação das essências nativas e a diversidade da floresta, evitando a proliferação

⁶⁷² Uma síntese clássica dessa atividade na região encontra-se em: VERÍSSIMO, José. *A pesca na Amazônia*: Belém: Universidade Federal do Pará, 1970 [1895].

⁶⁷³ Idem, p. 23.

⁶⁷⁴ SUDAM, 1982, op. cit., p. 26. Grifo nosso.

⁶⁷⁵ Idem, p. 22.

indiscriminada de monoculturas; adoção de medidas de engenharia sanitária e/ou de segurança capazes de impedir danos ecológicos, quando da instalação de complexos industriais, voltados para a exploração de recursos; condicionamento, no processo licitatório, ao uso adequado do solo em função do zoneamento regional; intensificação dos estudos e aprofundamento dos conhecimentos sobre o subsolo amazônico; exigência por parte das indústrias de mineração da reposição florestal em proporção equivalente a área destruída nas operações de lavra; estabelecimento de um sistema de aproveitamento racional dos recursos florestais, assegurando a manutenção da cobertura florestal da Região, com o reconhecimento da importância da Hileia Amazônica, tanto sob o ponto de vista de conservação do equilíbrio ecológico como do seu potencial econômico.⁶⁷⁶

As diretrizes governamentais explicitadas no documento previam, ainda, a garantia de uma ocupação baseada na exploração racional e autossustentada da madeira em áreas de floresta densa; desenvolvimento de técnicas silviculturais adequadas ao manejo de florestas tropicais heterogêneas, com vistas a reconstituição das matas após sua exploração; modernização da tecnologia de extração e integração do processo produtivo das empresas do setor mediante o acoplamento das atividades extração florestal/processamento industrial; intensificação de pesquisas e estudos sobre as possibilidades de aproveitamento racional de recursos pesqueiros, existentes no litoral marítimo e extensa rede de águas interiores e a avaliação e gestão dos recursos pesqueiros, como meio de evitar o uso predatório e/ou extinção dos estoques.⁶⁷⁷

De acordo com o III PDA, a “preservação do meio ambiente” deveria nortear o processo de ampliação da participação da agricultura na economia regional e nacional e a expansão do grau de industrialização da Amazônia. Desse modo, a estrutura produtiva desejada para a Amazônia deveria ser “interdependente, competitiva e ecologicamente aceitável”.⁶⁷⁸

Esse conjunto de proposições indica uma mudança no discurso do planejamento estatal na medida em que apresentou medidas de previsão e contenção de impactos das atividades econômicas sobre os recursos naturais, os quais, embora continuassem a ser considerados abundantes e capazes de impulsionar o desenvolvimento regional, passaram a ser pensados em uma perspectiva de “utilização racional” vinculada aos fatores ecológicos.

O texto do Plano preconizava que a estrutura produtiva regional deveria assegurar a complementariedade com a economia nacional, através da exploração dos recursos portadores

⁶⁷⁶ Idem, p. 26-28.

⁶⁷⁷ Idem, *ibidem*.

⁶⁷⁸ Idem, p. 29.

de vantagens comparativas, a fixação de populações em áreas estratégicas e a consolidação de uma rede urbana na região. Nesse sentido, ele reafirmava, em parte, o modelo de ocupação econômica que fora executado na vigência dos planos anteriores, responsável pelo uso intensivo e predatório dos recursos naturais.

Por sua vez, a diversidade social existente na região, sistematicamente ignorada nos planos de desenvolvimento anteriores, foi abordada, ainda que tangencialmente, em uma perspectiva inovadora no III PDA. Em sua programação para o setor de desenvolvimento social, o documento elencou uma diretriz bastante significativa, considerando as referências negativas e preconceituosas vinculadas às populações amazônicas nos planos anteriores: *“reconhecer e valorizar as características e peculiaridades da sociedade e cultura amazônicas, como elementos decorrentes de condições ecológicas, sociológicas, antropológicas e históricas”*.⁶⁷⁹ A operacionalização deste objetivo seria buscada por meio de diversas ações, a saber:

Realização de estudos sobre aspectos socioculturais da população regional; promoção de mecanismos de elevação de renda em “atividades onde o homem amazônico possui domínio”; avaliação de formas tecnológicas de produção adequadas às peculiaridades regionais; valorização da cultura das sociedades indígenas impedindo a desarticulação de suas economias e autonomia tribais; garantia de mecanismos de preservação e delimitação dos territórios indígenas, segundo os parâmetros de suas culturas, formas de sobrevivência e modos de relacionamento com o ecossistema; apoio e incremento às formas de produção autônomas e coletivas das sociedades indígenas, sem interferência nas suas decisões de comercialização, distribuição ou consumo; promoção de estudos e pesquisas aptas a subsidiar o planejamento específico para estas populações.⁶⁸⁰

O documento denota uma mudança de conteúdo em relação aos planos anteriores no que respeita à perspectiva ambiental e às sociedades regionais. É de se ressaltar a referência às populações indígenas, “invisibilizadas” naqueles planos.

Contudo, essa mudança não implicou propriamente alterações nos propósitos definidos para a Amazônia pelo planejamento estatal, isto é, a exploração de seus recursos para geração de divisas ao país. Antes, representou uma estratégia de adequação às pressões ambientais das fontes de financiamento aos projetos de desenvolvimento.

O descompasso entre os objetivos traçados no Plano em relação à preservação ambiental e os resultados concretos das ações planejadas pode ser ilustrado pelo mais significativo projeto de desenvolvimento operacionalizado no período de sua vigência, o Programa Grande Carajás. Este, dentre os projetos propostos no III PDA, consubstanciou o mais amplo

⁶⁷⁹ Idem, p. 55, grifo nosso.

⁶⁸⁰ Idem, p. 55-58.

empreendimento de apropriação dos recursos minerais presentes nos subsolos amazônicos na segunda metade do século XX.

5.2 O Programa Grande Carajás (PGC)

Como resultado das pesquisas efetuadas na Amazônia, especialmente as realizadas sob os auspícios do Projeto RADAM e da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), as políticas econômicas planejadas para execução na primeira metade da década de 1980 articularam-se intrinsecamente ao potencial minerador e energético da região. Esse processo consolidou a Amazônia como exportadora de minérios e suscitou diversas implicações sobre o ambiente e a diversidade social regionais.⁶⁸¹ Um dos instrumentos centrais de operacionalização da política desenvolvimentista durante a vigência do III PDA foi o Programa Grande Carajás (PGC), o mais complexo empreendimento de apropriação dos recursos minerais presentes nos subsolos amazônicos na segunda metade do século XX.⁶⁸²

Por centenas de anos ninguém subiu a serra, porque, para o extrativismo vigente no ciclo da borracha e da castanha, ela era considerada estéril. No entanto, em suas entranhas – na ossatura geológica do maciço – existiam algumas das mais ricas e volumosas jazidas de ferro da face da Terra, associadas eventualmente com subáreas de manganês e cobre.⁶⁸³

Em poucas palavras, o geógrafo Aziz Ab'Sáber sintetizou, com muita propriedade, o fator que selou o destino da serra dos Carajás no planejamento do desenvolvimento regional: a descoberta de extensas reservas de minério de ferro em sua superfície, fato ocorrido no ano

⁶⁸¹ Considerando o contexto amazônico, o “grande projeto” caracteriza-se pela remoção, para a região, de equipamentos modernos, fontes energéticas e mão de obra especializada e a manutenção dessas condições produtivas no próprio local de produção. Nesse sentido, o “grande projeto” representaria “um marco histórico do esforço de criar, regionalmente, o desenvolvimento material das forças produtivas conforme exigido pelo desenvolvimento capitalista” (LEAL, 1988, p. 259-260).

⁶⁸² Uma análise global do Programa Grande Carajás foge ao escopo desta tese. Desse modo, a abordagem aqui efetuada acerca do Programa, restringe-se aos aspectos da apropriação e uso do ambiente amazônico, especialmente no que se refere aos minérios. Existe uma ampla literatura que aborda os diversos desdobramentos do PGC, da qual indicamos algumas referências fundamentais: ALMEIDA JÚNIOR (Org.). *Carajás: desafio político, ecologia e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPQ, 1986; VALVERDE, Orlando. *Grande Carajás: planejamento da destruição*. Rio de Janeiro: Forense Universitária; Brasília: Editora UNB; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1989; SANTOS, Breno Augusto dos. *Amazônia: potencial mineral e perspectivas de desenvolvimento*. São Paulo: EDUSP, 1980; HALL, Anthony. O Programa Grande Carajás: gênese e evolução. In: Hébette, Jean (Org.). *O cerco está se fechando*. Belém: FASE/NAEA/UFGPA, 1991, p. 38-44; PINTO, Lúcio Flávio. *Carajás: o ataque ao coração da Amazônia*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982; LEAL, 1988, op. cit.; AB'SÁBER, Aziz. Gênese de uma nova região siderúrgica. In: _____. *Amazônia: do discurso à práxis*. São Paulo: EDUSP, 2004, p. 113-130; KOHLHEPP, Gerd. Problemas do planejamento regional e do desenvolvimento regional na área do Programa Grande Carajás no leste da Amazônia. In: KOHLHEPP, Gerd; SCHRADER, Achim (Eds.). *Homem e natureza na Amazônia*. Simpósio Internacional e Interdisciplinar. Associação Alemã de Pesquisas sobre a América Latina (ADLAF), 1987, p. 313-345; FERREIRA, Argemiro. Carajás: o grande desafio. In: *Revista Ciência Hoje*. Ano 1, nº 3, nov./dez.1982, São Paulo: SBPC, 1982.

⁶⁸³ Ab'Sáber, Aziz, 2004, p. 269, op. cit.

de 1967, como visto no capítulo 2. Decerto, se até os anos 1960 a serra estivera relativamente “intocada” no que concerne ao uso dos minérios, desprovidos de utilidade econômica para as populações indígenas que ao longo do tempo habitaram a região, a descoberta das jazidas engendrou a formação de um conjunto de forças produtivas, baseadas na criação de infraestrutura, sobretudo de produção e distribuição de energia hidrelétrica, tecnologias de prospecção e lavra e qualificação de recursos humanos, para assegurar a sua exploração em escala e transformar a Amazônia em um grande polo minerador.⁶⁸⁴

Além do manganês, encontrado na Serra do Sereno pelos geólogos da CODIM, em 1966 e do ferro, descoberto em 1967 pelas expedições da U.S.Steel, na Serra dos Carajás, diversos outros minérios foram posteriormente detectados na Amazônia Oriental, principalmente manganês, níquel, estanho, cobre, bauxita e ouro, todos ingredientes fundamentais para vários processos industriais. A existência dessas ocorrências minerais suscitou, no âmbito do planejamento governamental, a elaboração de dispositivos legais e a criação de infraestrutura para sua exploração, conforme discutido nos capítulos anteriores da tese. É de se ressaltar que o esforço de criar regionalmente o “desenvolvimento material das forças produtivas conforme exigido pelo desenvolvimento capitalista”, constituiu, segundo Leal, o marco histórico da configuração dos chamados “grandes projetos”, termo que designou os enclaves mineiros criados na região, dos quais Carajás foi o mais representativo.⁶⁸⁵

O PGC foi instituído por meio do Decreto-Lei nº 1.813, de 24 de novembro de 1980. Por meio deste dispositivo legal, o governo criou um regime especial de incentivos tributários e financeiros para os empreendimentos desenvolvidos no âmbito do Programa, definiu o seu contorno territorial bem como sua estrutura administrativa, com base em um conselho interministerial.⁶⁸⁶ De acordo com o Artigo 2º do Decreto, os empreendimentos integrantes do Programa compreendiam: serviços de infraestrutura, com prioridade para o projeto da ferrovia ligando a mina de Carajás ao porto da Ponta da Madeira, no litoral maranhense, com 870 quilômetros de extensão; a instalação e ampliação do sistema portuário regional, com destaque para Itaqui, no Maranhão e Vila do Conde, no município paraense de Barcarena;

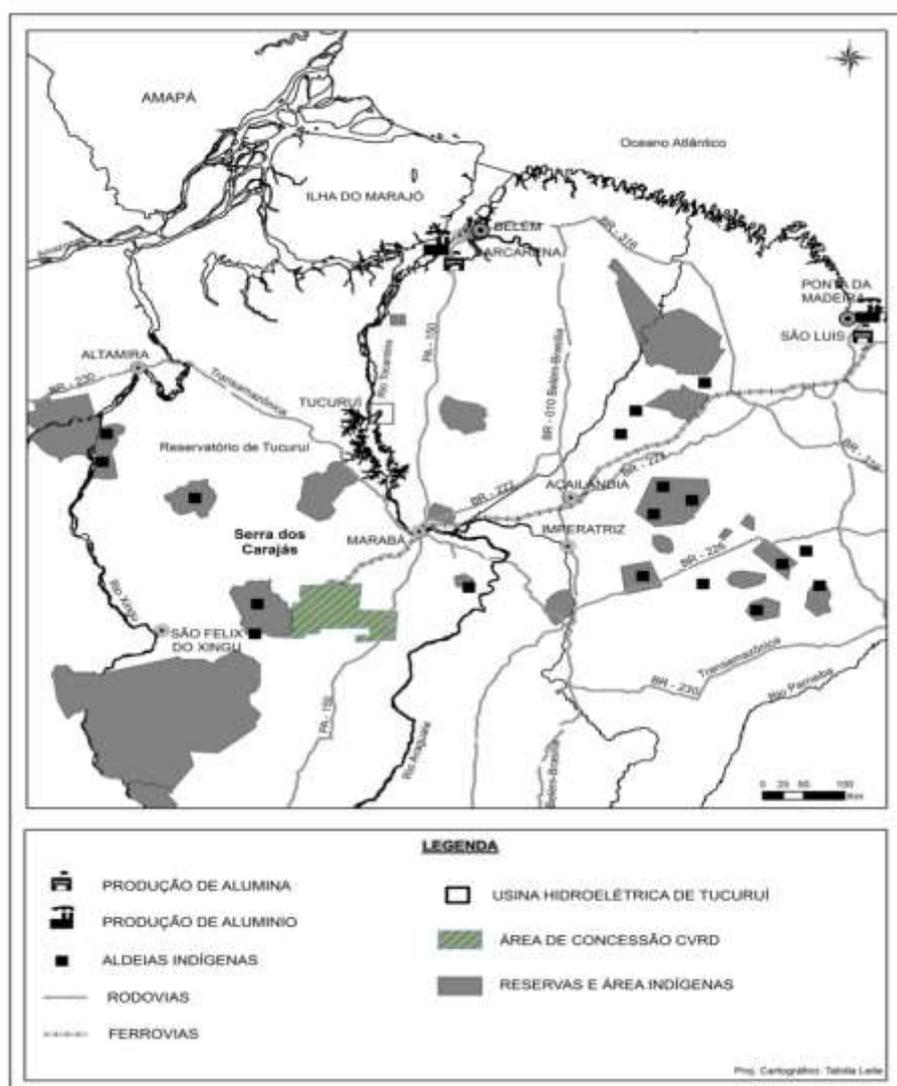
⁶⁸⁴ LEAL, 1988, op. cit.

⁶⁸⁵ Idem, p. 260.

⁶⁸⁶ Esse Conselho foi formado por representantes da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Ministério das Minas e Energia (MME), Transportes, Indústria e Comércio, Fazenda, Interior, Agricultura, Trabalho, Ciência e Tecnologia e Reforma e Desenvolvimento Agrário, além da Secretaria Geral do então Conselho de Segurança Nacional. A presidência do Conselho coube ao ministro chefe da SEPLAN, vinculado à Presidência da República. Ao órgão competia conceder incentivos, coordenar, promover e executar as medidas necessárias à operacionalização do PGC (TRINDADE, 2014). Note-se a ausência da SUDAM nesta instância decisória.

aproveitamento hidrelétrico das bacias hidrográficas; projetos voltados às atividades de pesquisa, prospecção, extração, beneficiamento, elaboração primária ou industrialização de minerais, agricultura, pecuária, pesca e agroindústria, bem como florestamento, reflorestamento, beneficiamento e industrialização de madeira; aproveitamento de fontes energéticas e; outras atividades econômicas consideradas de importância para o desenvolvimento da região.⁶⁸⁷ Uma representação espacial da área de planejamento do PGC, a distribuição de seus empreendimentos, bem como sua incidência sobre terras indígenas, pode ser visualizada no mapa 14, a seguir.

Mapa 14: Área de planejamento do Programa Grande Carajás.



Fonte: Kohlhepp (1987, p. 317).
Adaptado por: Tabilla Leite.

⁶⁸⁷ BRASIL. Decreto-Lei nº 1.813, de 24 de novembro de 1980. Institui regime especial de incentivos para os empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/De11813.htm>. Acesso em: 21 set. 2015.

A circunscrição territorial do PGC atingiu 895.265 km², equivalente a 10,6% do território brasileiro e 16,8% da Amazônia Legal, abrangendo mais de 240 municípios do Maranhão, Pará e a parte norte do Estado de Goiás.⁶⁸⁸ Trata-se de uma extensão considerável, mesmo para os padrões amazônicos. Como se pode observar no mapa, parte significativa deste amplo território, objeto de planificação, era ocupada por diversos povos indígenas, que praticavam a agricultura itinerante e exploravam uma diversidade de plantas da floresta e obtinham proteína animal sobretudo através da coleta de insetos, caça e pesca.⁶⁸⁹

Ademais, justamente pelo modelo de desenvolvimento efetuado, com ênfase na apropriação privada da terra por empreendimentos agropecuários e/ou especuladores, em detrimento de processos históricos de ocupação e uso da terra praticados por ribeirinhos, caboclos, posseiros, pequenos camponeses etc., a região caracterizava-se por conflitos fundiários eivados de extrema violência contra tais grupos. O que tornava, então, esta região tão estratégica para os propósitos estatais? Precisamente os “elementos locais” existentes em abundância na área. Além do minério de ferro de alta qualidade da mina de Carajás, em outras áreas de incidência do PGC registrava-se grande incidência de ferro, bauxita, ouro, níquel, cobre, manganês, cassiterita e minerais não metálicos.⁶⁹⁰ Nesse sentido, o Programa em nada se distinguia do conjunto de empreendimentos incentivados e subsidiados pelo planejamento estatal no bojo da “ocupação produtiva” da região nas décadas anteriores, reeditando o velho modelo econômico das “vantagens comparativas”.

Imensos espaços para cultivos ou criação de gado, além de amplas reservas de madeira oferecendo possibilidades para programas de reflorestamento e um considerável potencial hidrelétrico representado pelos rios da região, completavam o quadro das potencialidades econômicas de Carajás, segundo a perspectiva governamental. É no contexto do PGC que o programa de aproveitamento em escala do potencial hidrelétrico dos rios amazônicos se materializa em escala com a construção da usina hidrelétrica de Tucuruí (UHT), planejada como fator de desenvolvimento e de pilar energético dos complexos minero-metalúrgicos da Amazônia Oriental.⁶⁹¹

⁶⁸⁸ HALL, Anthony. O Programa Grande Carajás: gênese e evolução. In: HÉBETTE, Jean (Org.). *O cerco está se fechando*. Belém: FASE/NAEA/UFPA, 1991, p. 38-44. A porção norte do Estado de Goiás que integrava a Amazônia Legal passou a constituir o Estado do Tocantins com a promulgação da Constituição de 1988.

⁶⁸⁹ POSEY, Darrel. Os Kayapó e a natureza. In: *Revista Ciência Hoje*. Vol. 2, nº 12, mai./jun. 1984.

⁶⁹⁰ TRINDADE, 2014, op. cit.

⁶⁹¹ Segundo Pinto (1982), quando a construção da UHT foi decidida, em 1974, ela seria apenas o apêndice de um dos maiores complexos industriais de alumínio do mundo – a Albrás-Alunorte, consórcio nipo-brasileiro que produziria 640 mil toneladas de alumínio metálico e 1.400.000 toneladas de sua matéria prima, a alumina, extraída de um mineral abundante na Amazônia, a bauxita – gerando, inclusive, quilowatts excedentes. No entanto, em face de pressões dos japoneses diante dos custos da hidrelétrica, superiores aos das instalações industriais, o governo brasileiro transferiu os encargos do empreendimento para a ELETROBRÁS, que decidiu

O PGC foi concebido nos termos expostos na reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico que aprovou a sua execução, em 19 de novembro de 1980, como um “projeto voltado para a exportação, com a finalidade de gerar novas divisas em valores compatíveis com as necessidades do Brasil nos próximos anos”.⁶⁹² A premissa fundamental das iniciativas governamentais em relação ao Programa consistia na exploração global dos recursos naturais da região, com ênfase ao setor minero-metalúrgico, para captar recursos no exterior.

Diversos fatores foram apontados pela literatura econômica para o enfoque atribuído pelo planejamento estatal à exploração mineral na Amazônia na década de 80, com destaque para a crise econômica mundial, provocada pela subida dos preços do petróleo, encarecendo os custos da geração de energia elétrica nas economias industrializadas, levando-as a dirigir-se para as regiões com potencial energético e mineral e a elevação das taxas de juros, promovendo o descontrole das finanças públicas brasileiras em função do crescimento da dívida pública, em grande medida fixada em dólares e juros internacionais.⁶⁹³

Nesse sentido, se inaugurou um novo momento na ocupação econômica da Amazônia, por meio de grandes empreendimentos mineradores, os “grandes projetos”, materializados em complexos empresariais de grupos transnacionais/empresas estatais ou grupos transnacionais/empresas privadas nacionais, com o objetivo de transformar a região em um grande polo exportador de minérios.⁶⁹⁴ O PGC constituiu uma engrenagem fundamental desse processo, consolidando a Amazônia como fronteira de expansão do capitalismo internacional, na medida em que reunia fatores estratégicos para as políticas de desenvolvimento naquele contexto econômico: espaço, matéria prima e energia.

executá-lo recorrendo a empréstimos. Com a operacionalização do PGC, de apêndice industrial a usina transformar-se-ia em fator estratégico de desenvolvimento.

⁶⁹² FERREIRA, Argemiro. Carajás: o grande desafio: In: *Revista Ciência Hoje*. Ano 1, nº 3, nov./dez.1982, São Paulo: SBPC, 1982.

⁶⁹³ TRINDADE, 2014, op. cit.; LEAL, 1988, op. cit.; PINTO, 1982, op. cit.; VALVERDE, 1989, op. cit.

⁶⁹⁴ TRINDADE, 2014, op. cit. Os grandes projetos arrolados pelo Plano Preliminar de Desenvolvimento da Amazônia Oriental, documento editado em 1981, que sistematizou os objetivos, diretrizes e estratégias do PGC, na área minero-metalúrgica de Carajás eram: Projeto Ferro Carajás, de responsabilidade exclusiva da então estatal Companhia Vale do Rio Doce, visando à produção de 35 milhões de toneladas de minério de ferro por ano, para a exportação sob a forma primária ou de ferro-gusa; Alunorte, da Vale do Rio Doce, com a Nippon Aluminium Co. (NAAC), com participação acionária de 39,2%, objetivando a produção de 800.000 toneladas/ano de alumina; Albrás (51% da CVRD mais 49% da NAAC), visando a produção de 320.000 toneladas/ano; Alumar (60% ALCOA mais 40% Billiton – grupo Shell), com o objetivo de produzir 2 milhões de toneladas por ano de alumina, sendo 1,2 milhão para a exportação e 800.000 para produção de 400.000 toneladas/ano de alumínio. Situado geograficamente fora da área do PGC, o Projeto de Mineração Rio do Norte também figurava entre os empreendimentos arrolados no Plano, com o objetivo de exportar 3,4 milhões de toneladas de bauxita por ano, numa associação da CVRD (46%), ALCAN (24%), Companhia Brasileira de Alumínio – Grupo Ermírio de Moraes (10%), Mineração Rio Xingu – Grupo Shell (10%), Reynolds Alumínio do Brasil (5%) e Norsk Hydro do Brasil (5%). (FERREIRA, 1982, p. 34).

5.2.1 Efeitos ambientais e sociais do PGC

No período de execução do III PDA vigorava um conjunto de legislações protetoras do ambiente, inclusive a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), instituída pela Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981, a qual estabeleceu os seus mecanismos de aplicação e funcionamento, através da instituição do Sistema Nacional de Meio Ambiente, a criação do Conselho e do Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental.

⁶⁹⁵ O dispositivo legal elencou como objetivo central da PNMA a “preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana”, ⁶⁹⁶ atendendo aos seguintes princípios:

Ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo; racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar; planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais; proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas; controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras; incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais; acompanhamento do estado da qualidade ambiental; recuperação de áreas degradadas e proteção de áreas ameaçadas de degradação. ⁶⁹⁷

A lei pretendia compatibilizar o “desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico”. Preconizava, ainda, a preservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente, concorrendo para a manutenção do equilíbrio ecológico propício à vida e instituiu a imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos. Este último princípio era particularmente caro à Amazônia, cujas políticas de colonização e de implantação de infraestrutura, de modo geral, vinham ocorrendo de modo predatório, sem quaisquer compensações e/ou reparações de ordem ambiental e social às populações amazônicas.

Não obstante a existência de dispositivos legais e instituições voltados à proteção ambiental, e a manifestação reiterada de afirmações acerca do “respeito” à ecologia da região

⁶⁹⁵ Essa estrutura institucional foi sendo montada ao longo das décadas de 1980 e 1990, nas esferas federal e estadual.

⁶⁹⁶ BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente, cria o Conselho Nacional do Meio Ambiente e institui o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental.

⁶⁹⁷ Idem.

e a suas populações nas diretrizes do Programa, os desígnios econômicos do PGC sobrepujaram as questões sociais e ambientais, reiterando as políticas governamentais que vinham sendo executadas na região desde a década de 1960.

As medidas de proteção ao ambiente e às populações residentes na área de intervenção do PGC, especialmente comunidades indígenas, resultaram das exigências estabelecidas pelo Banco Mundial no processo de discussão do financiamento do Programa com o governo brasileiro. O Projeto Ferro Carajás, o principal componente do PGC no que tange à exploração mineral, foi o primeiro negociado sob essa condição.⁶⁹⁸ Assinado em agosto de 1982, o contrato de U\$S 304,5 milhões estipulou entre os compromissos do governo brasileiro a observância dos aspectos ecológicos na implantação e execução do Projeto, a realização de programas de preservação do ambiente de defesa das culturas indígenas, e a obrigação de informar ao Banco as medidas de adequação e o andamento de todas as ações ambientais, ecológicas e de controle de poluição concernentes à sua operacionalização.⁶⁹⁹

No entanto, os desdobramentos do Programa exacerbaram os problemas decorrentes do modelo de desenvolvimento regional colocado em prática desde a Operação Amazônia, baseado na mercadorização das terras e, por conseguinte, no solapamento de modos de vida historicamente construídos pelos chamados “povos da floresta”, no engendramento de conflitos fundiários e na utilização intensiva dos recursos naturais.

Para assegurar a exploração global dos recursos naturais existentes na sua circunscrição territorial, bem como maximizar o aproveitamento da infraestrutura criada para a atividade mineira, o PGC definiu diversas medidas para o uso da terra, sistematizadas no programa “Grande Carajás Agrícola”, apresentado em 1983. Em uma área de mais de 15 milhões de hectares, dispostos em sete polos de desenvolvimento, propunha-se destinar 10,2 milhões/ha para novos cultivos agrícolas, especialmente soja, mandioca e cana de açúcar e 3 milhões/ha para instalação de 300 fazendas de 10 mil/ha cada.⁷⁰⁰ Incluía-se, ainda, uma área de 3,6 milhões/ha para produção de carvão vegetal em uma faixa de 40 quilômetros ao longo da ferrovia entre as minas de ferro da Serra dos Carajás, no Pará, até o porto da Madeira, em Itaquí, próximo a São Luís do Maranhão.⁷⁰¹

Os objetivos do projeto foram definidos nos seguintes termos:

⁶⁹⁸ ARNT, SCHWARTZMAN, 1992, op. cit.

⁶⁹⁹ Idem, ibidem. No mesmo mês de assinatura do contrato, a Companhia Vale do Rio Doce, responsável pela execução do Projeto Ferro Carajás, estabeleceu o Grupo de Estudos e Assessoramento sobre o Meio Ambiente (GEAMAN), para discutir e propor programas de defesa ambiental (ARNT, SHWARTZMAN, 1992).

⁷⁰⁰ O cultivo da soja e da mandioca deveria servir à produção de forragem para o gado destinado à exportação e o cultivo de cana de açúcar teria finalidade energética: a obtenção de álcool (KOHLHEPP, 1987).

⁷⁰¹ BRASIL. *Programa Grande Carajás Agrícola*, versão preliminar. Brasília, Ministério da Agricultura, 1983. 6 vols.

Contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola da região; sustar a tendência à devastação global da floresta e da degradação dos recursos naturais da região, bem como eliminar a poluição atmosférica (causada pela queimada das florestas); viabilizar economicamente o setor agrícola da região [...] visando promover uma economia de pleno emprego; inverter a tendência da concentração da propriedade da terra, e estimular a formação e consolidação de um sólido estrato de propriedades familiares econômicas.⁷⁰²

Os objetivos traçados eram minimamente contraditórios. A região sudeste do Pará, núcleo do PGC, concentrava um grande número de empreendimentos agropecuários instalados com incentivos fiscais da SUDAM ao longo dos anos 60 e 70, fator principal de concentração fundiária e de expulsão sistemática de posseiros. A pecuária já ocupava, portanto, a maior área de uso da terra na zona do PGC. Por outro lado, a definição de uma estrutura de carvoejamento ao longo do corredor da estrada de ferro Carajás, implicava numa imensa pressão sobre a floresta, cujo corte das árvores representava a alternativa mais barata e imediata à obtenção de carvão vegetal para a produção de ferro-gusa, em contraponto às plantações de silvicultura, cujo tempo de maturidade é variável, entre 6 e 10 anos, dependendo da espécie.⁷⁰³

Diversas evidências demonstram que o plano não levou em consideração as condições ecológicas e socioeconômicas da região. Os locais escolhidos para a produção de cana de açúcar no Maranhão, por exemplo, foram posteriormente classificados como apenas “marginais a regulares” para essa cultura, pelo levantamento de aptidão de terras do PGC.⁷⁰⁴ E, apesar de existirem milhares de posseiros assentados na região, o planejamento do Programa desconsiderou sistematicamente as pequenas unidades de produção, orientando-se amplamente para os mercados externos. Análises contemporâneas ao processo de instalação do PGC demonstraram que a estrutura do plano agrícola do Programa baseava-se fundamentalmente na elevação da produção a ser exportada, em consonância com a necessidade de geração de divisas, em detrimento dos objetivos sociais e ambientais.⁷⁰⁵

⁷⁰² Idem, vol. 3, p. 16-17.

⁷⁰³ VALVERDE, 1989, op. cit.

⁷⁰⁴ FEARNSIDE, 1986, op. cit.

⁷⁰⁵ A esse respeito, consultar: FEARNSIDE, Philip. Os planos agrícolas: desenvolvimento para quem e por quanto tempo? In: ALMEIDA JÚNIOR (Org.). *Carajás: desafio político, ecologia e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPQ, 1986, p. 362-418; KOHLHEPP, Gerd. Problemas do planejamento regional e do desenvolvimento regional na área do Programa Grande Carajás no leste da Amazônia. In: KOHLHEPP, Gerd; SCHRADER, Achim (Eds.). *Homem e natureza na Amazônia*. Simpósio Internacional e Interdisciplinar. Associação Alemã de Pesquisas sobre a América Latina (ADLAF), 1987, p. 313-345; HALL, Anthony. O Programa Grande Carajás: gênese e evolução. In: Hébette, Jean (Org.). *O cerco está se fechando*. Belém: FASE/NAEA/UFPA, 1991, p. 38-44.

A escala e a diversidade das atividades econômicas previstas para o território definido no Programa produziram, assim, um contexto desordenado do ponto de vista social e ecológico:

A construção de estradas, a ferrovia da mineração Carajás, o novo porto Ponta da Madeira, perto de São Luís, a construção da mega-usina elétrica de Tucuruí (4 mil mW, contendo a água do Tocantins, rio acima, formando um reservatório de 2;430 km²), a larga rede de sistemas de transmissão e os gigantes fundidores de alumínio em Barcarena, perto de Belém e em São Luís, contribuíram para a sobreposição de novas estruturas espaciais e um novo surto de devastação das florestas, associada à produção de carvão vegetal, fazendo aumentar as disparidades socioeconômicas intrarregionais e a desintegração regional.⁷⁰⁶

Os efeitos das medidas concretas tomadas no âmbito do PGC sobre o ambiente e a sociedade regionais destoaram radicalmente, pois, das intenções esboçadas nos objetivos do programa. Os impactos sobre os ecossistemas florestais e as populações indígenas, além do recrudescimento da violência no campo, foram as faces mais visíveis desse processo.

Por uma disposição geomorfológica, as jazidas de ferro de Carajás, matéria prima que constituía a “espinha dorsal” do PGC⁷⁰⁷ encontravam-se em meio a imensas áreas florestadas, ideais para a produção de carvão vegetal, matéria prima indispensável para a siderurgia primária. O insumo era tradicionalmente considerado pela indústria como uma garantia de qualidade superior do ferro a ser obtido. As alternativas consistiam na importação de carvão mineral de outras regiões ou na utilização de carvão oriundo de projetos silviculturais. No entanto, para os cálculos econômicos dos empreendimentos postulantes a se instalar no âmbito do PGC tais opções resultariam dispendiosas, especialmente considerando-se a “vantagem” da existência de biomassa vegetal em abundância na região. Portanto, a opção óbvia seria o corte da floresta, independentemente dos efeitos ecológicos de tal medida.

Segundo Fearnside, antes mesmo da inauguração da estrada de Ferro Carajás-Itaqui, obra fundamental ao funcionamento do PGC por sua função de escoamento do minério de ferro, grupos industriais ligados ao ferro-gusa e à siderurgia primária tomaram iniciativas e providências para a escolha de locais para implantação de suas usinas, a curto e médio prazos: os novos espaços abertos às atividades rurais, urbanas e industriais pela construção da ferrovia.⁷⁰⁸ E, desde o início os estudos de viabilidade técnica e econômica de tais projetos basearam-se na possibilidade de uso maciço de carvão vegetal a ser obtido pela queima das

⁷⁰⁶ KOLHEPP, Gerd. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. *Estudos Avançados* 16 (45), 2002, p. 37-61.

⁷⁰⁷ HALL, 1991, op. cit.

⁷⁰⁸ FEARNSIDE, 1987, op. cit.

reservas de biomassa vegetal da Amazônia Oriental, para servir de redutores/combustíveis nos altos-fornos de fabricação de ferro gusa.⁷⁰⁹

Em fins de 1985, o Conselho Interministerial Grande Carajás aprovou incentivos para sete usinas de ferro-gusa, duas usinas de ferro-liga e duas fábricas de cimento, todas planejadas para funcionar com carvão. Essas empresas (especialmente as instalações para ferro-gusa, mais intensivas de matéria prima) necessitariam de 1,1 milhões de toneladas métricas de carvão anualmente. Os projetos foram aprovados sem uma definição de sua fonte de suprimento, se plantações de eucalipto ou a floresta amazônica.⁷¹⁰ Isto constituía inequívoca evidência de que uma avaliação dos impactos ambientais não fora um requisito para sua aprovação, conforme seria de se esperar caso as legislações ambientais vigentes fossem levadas em consideração. Desse modo, as indústrias de ferro-gusa ameaçavam completar a obra dos machadeiros e madeireiros na “predação irrefreável das florestas regionais”, emendando-se, assim, com outras modalidades e frentes de desmatamento.⁷¹¹

Outras consequências práticas do incentivo a projetos agrícolas em escala maciça na área do Grande Carajás foram a remoção e diminuição progressivas de terras indígenas, bem como a violação sistemática delas pelos mais diversos empreendimentos ligados ao PGC. Rodovias construídas para o transporte de produção agrícola aos mercados, linhas de transmissão de energia elétrica, a inundação de partes de três reservas indígenas pela barragem de Tucuruí são casos emblemáticos das condições impostas aos diferentes povos indígenas que viviam no território delimitado para a execução do Programa.

A demarcação oficial e a proteção das terras indígenas afetadas pelo PGC foram expressamente recomendadas pelo Banco Mundial, um dos principais financiadores do Projeto Ferro Carajás. Uma avaliação preliminar indicou 14 reservas indígenas localizadas entre a Pré-Amazônia maranhense, o sudeste do Pará e o norte de Goiás, situadas em zonas de impacto direto e indireto devido à construção de estradas vicinais e novos núcleos populacionais de apoio à ferrovia. Entretanto, de acordo com a antropóloga Iara Ferraz, a região objeto do programa contava com cerca de 25 grupos indígenas, compreendendo

⁷⁰⁹ AB'SÁBER, 2004, op. cit.; FEARNSSIDE, Philip. Frenesi de desmatamento no Brasil: a floresta amazônica irá sobreviver? In: KOHLHEPP, Gerd; SCHRADER, Achim (Eds.). *Homem e natureza na Amazônia*. Simpósio Internacional e Interdisciplinar. Associação Alemã de Pesquisas sobre a América Latina (ADLAF), 1987, p. 45-57.

⁷¹⁰ FEARNSSIDE, 1987, op. cit.

⁷¹¹ AB'SÁBER, 2004, op. cit.

aproximadamente 10.000 indivíduos, afetados em graus variáveis pelos empreendimentos vinculados ao Programa.⁷¹²

No sudeste do Pará, foram atingidos três grupos de língua Tupi, a saber: os Suri, os Asurini do Trocará e os Parakanã. Não obstante o pouco conhecimento que se tinha a respeito deste último grupo por ocasião da instalação do PGC, seu povo foi oficialmente removido de seu território tradicional sem a observância de cuidados como o preparo prévio das roças de subsistência, um importante fator de risco para baixas populacionais.⁷¹³ A transferência dos Parakanã foi motivada pela construção da usina hidrelétrica de Tucuruí, que inundou também parte da reserva dos Asurini. Dois grupos Jê, os Gavião de Mãe Maria (Timbira) e os Xikrin do rio Cateté (Kaiapó) foram os mais diretamente afetados.

O território dos Gavião foi atravessado em toda sua extensão, aproximadamente 19 quilômetros, por uma rodovia estadual, uma linha de transmissão de alta tensão subsidiária de Tucuruí e pela ferrovia de Carajás.⁷¹⁴ Além da perda de porções significativas de seu território, este grupo enfrentou outros percalços. Sua reserva, que antes das políticas desenvolvimentistas executadas na Amazônia, era uma importante área produtora de castanha-do-pará, fonte crucial de subsistência e de recursos econômicos, garantindo-lhes relativa autonomia, estava sofrendo os efeitos da diminuição sistemática deste fruto no sudeste paraense.⁷¹⁵ Segundo estudo agrônomo realizado naquela área, esse processo devia-se à extinção dos insetos polinizadores da castanheira em decorrência dos desmatamentos e queimadas ocorridos em larga escala na região.⁷¹⁶

Por sua vez, os índios Xikrin, grupo que ainda vivia em condições de relativo isolamento e para os quais a caça e a coleta configuravam-se como essenciais à sua integridade, passaram a ter como limite de sua Reserva a área da província mineral de Carajás, a leste, precisamente onde se concentravam as cabeceiras dos principais cursos

⁷¹² FERRAZ, Iara. Os índios pagam primeiro. E mais caro. In: *Revista Ciência Hoje*. Ano 1, nº 3, nov./dez.1982, São Paulo: SBPC, 1982.

⁷¹³ Idem, *ibidem*.

⁷¹⁴ Idem, *ibidem*.

⁷¹⁵ Idem, *ibidem*.

⁷¹⁶ Pesquisa realizada por Kitamura e Müller, cobrindo um quarto da área produtora do Sudeste paraense, demonstrou que entre 1978 e 1983, houve uma redução na produção regional de castanha superior a 55%. Igualmente, registraram uma queda substancial da produtividade dos castanhais, que, de acordo com a amostragem realizada, baixou de 0,47 hectolitros por hectare, em 1978 para 0,23, em 1983, implicando numa redução de rendimento de 51%. Os autores levantaram fortes indícios, em virtude da simultaneidade cronológica com a instalação de grandes projetos agropecuários, de que as causas da retração da produtividade dos castanhais naquela região foram as dificuldades de sobrevivência e de atividade dos insetos polinizadores da castanheira, afetados pelo aumento da névoa seca na época das queimadas. Os resultados da pesquisa podem ser consultados em: KITAMURA, Paulo Choji; MÜLLER, Carlos Hans. *Castanhais nativos de Marabá-PA: fatores de depreciação e bases para a sua preservação*. Belém: EMBRAPA/CPATU; Falângola Editora, 1984.

d'água por eles utilizados.⁷¹⁷ Seu infortúnio começou com a construção da PA-279, inaugurada em 1976, ligando Xinguara a São Félix do Xingu, que passou no limite sul de seu território. Através dessa estrada começaram a chegar invasores, destacando-se a Fazenda Gran Reata, com 30 mil hectares instalados inteiramente dentro da Reserva.⁷¹⁸ Incursões de grandes empresas madeireiras completaram o esfacelamento da parte sul das terras Xikrin.

A ineficácia da “proteção oficial” aos indígenas, expressa em dispositivos legais, afirmada no III PDA e reiterada no texto do PGC, conduziu ao recrudescimento das invasões, característica emblemática da estrutura fundiária de toda a região abrangida pelo Programa.⁷¹⁹ Ressalte-se que os exemplos mencionados representam apenas uma amostra ínfima dos impactos sofridos pelas populações indígenas em decorrência do processo de apropriação dos subsolos amazônicos para a atividade mineradora e do conjunto de empreendimentos a ela vinculados.

Por sua vez, a obra da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, essencial ao funcionamento do PGC, iniciada em 1976 e inaugurada em novembro de 1984, gerou uma série de impactos sociais e ambientais em seu entorno. Do ponto de vista ecológico, a perda de área florestal, a formação de barreira física à migração de peixes e outros organismos, alterações dos ciclos hidrológicos, deterioração da qualidade da água, entre outros foram efeitos detectados por pesquisadores sobre os ecossistemas.⁷²⁰

O alagamento de uma extensa área para a construção do reservatório “afogou” vastas extensões de floresta e provocou o deslocamento permanente de comunidades ribeirinhas e povos indígenas, afastando-lhes de seu meio de subsistência e ameaçando modos de vida tradicionalmente praticados por estes grupos, regulados pelos cursos das águas e pelos ciclos do rio Tocantins, obrigando-os a desenvolver estratégias de adaptação alhures.

Parte do rio, até então componente intrínseco de um patrimônio natural utilizado cotidianamente para a produção de alimentos e via de transporte para determinados segmentos sociais regionais, foi transformado em lago artificial pela represa de uma usina. Nesse sentido, o imperativo de desenvolver condições ao estabelecimento de “forças produtivas modernas”,

⁷¹⁷ FERRAZ, 1982, op. cit.

⁷¹⁸ PINTO, 1982, op. cit.

⁷¹⁹ FERRAZ, 1982, op. cit.

⁷²⁰ A esse respeito, consultar: FEARNSSIDE, Phillip. As restrições ambientais na energia elétrica. In: L. P. ROSA Luiz Pinguelli; SIGAUD, Lygia; La ROVERE, Lebre (Eds.). *Estado, energia elétrica e meio ambiente: o caso das grandes barragens*. Rio de Janeiro: Coordenação dos Programas de Pós Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UF RJ), 1995, p. 100-115; JUNK, Wolfgang J.; NUNES DE MELLO, J. A. S. Impactos ecológicos das represas hidrelétricas na bacia amazônica brasileira. In: KOHLHEPP, Gerd; SCHRADER, Achim, op. cit., p. 367-386.

no caso, a indústria mineral, por meio da construção de usinas hidrelétricas, colocou em xeque relações sociais historicamente construídas com os rios pelas populações regionais.

Estudos antropológicos registram uma diversidade de mitos existentes em diversas culturas, os quais revelam o caráter simbólico da água, para além de suas funções como fonte de proteína e meio de transporte. No que concerne à Amazônia, Eduardo Galvão identificou seres sobrenaturais denominados genericamente de “bichos visagentos” pelas populações ribeirinhas, geralmente associados a um acidente natural, como um rio, igarapé ou trecho de mata.⁷²¹ A crença na existência de um ser protetor das referências geográficas aquáticas, incluindo os portos onde atracam as canoas, chamado “mãe do rio” ou “mãe da lagoa” leva os pescadores a variar constantemente de pesqueiro, propiciando, assim, o tempo necessário à reprodução das espécies.

Ao se tornar passíveis de remoção e fazer jus a indenizações irrisórias que não internalizavam os significados afetivos e simbólicos do rio, as populações rurais e indígenas afetadas pela formação dos lagos artificiais da usina de Tucuruí deixaram de ser sujeitos de seu meio ambiente para se converter em objetos da obra.⁷²² Tornaram-se, pois, obstáculos a serem retirados do meio do caminho do planejamento governamental. Com efeito, no Plano Diretor para Proteção e Melhoria do Meio Ambiente, elaborado em 1985 pela ELETROBRÁS, lia-se que “as comunidades indígenas ocorrem com frequência nas áreas dos empreendimentos elétricos”, quando, obviamente eram as obras das hidrelétricas que ocorriam frequentemente em territórios indígenas.⁷²³ Se tais populações “ocorriam” nas áreas daquelas obras, conforme o entendimento dos técnicos estatais, elas podiam ser removidas compulsoriamente, à revelia de sua história e de suas referências socioeconômicas e culturais.

5.3 Apropriação de terras no III PDA: GETAT/GEBAM

O caráter estratégico atribuído pela planificação estatal ao PGC colocou em ação um conjunto diversificado de operações concernentes à sua operacionalização tendo em vista o aproveitamento global da estrutura criada em sua área de abrangência. Nesse contexto, o Estado brasileiro atuou no sentido de disponibilizar, por meio da formalização jurídica, novas extensões territoriais ao mercado de terras, atendendo, desse modo, aos desígnios de

⁷²¹ GALVÃO, Eduardo. *Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Amazonas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

⁷²² ARNT, SCHWARTZMAN, 1992.

⁷²³ VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; DE ANDRADE, Lúcia M. Hidrelétricas do Xingu: o Estado contra as sociedades indígenas. In: *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. SANTOS, Leinad; DE ANDRADE, Lúcia M. (Orgs.). Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988.

empresários e grupos financeiros já instalados ou interessados em se instalar na vasta circunscrição territorial do PGC. Esse processo evidenciou distintas concepções de uso e ocupação da terra, opondo modalidades de apropriação baseadas no usufruto comunal de determinados recursos como fontes d'água, reservas de matas, igarapés e cocais, praticadas pelas frentes camponesas estabelecidas na região, e uma perspectiva fundiária governamental, fundamentada estritamente na propriedade privada.⁷²⁴

As transformações nas formas de apropriação e uso da terra previstas pelo funcionamento global do Programa Grande Carajás eram incompatíveis com a existência de sistemas de apossamento preexistentes, que contrariavam as determinações governamentais de ocupação das terras, como os praticados por seringueiros, castanheiros e posseiros, ou pelos povos indígenas que viviam na região.

Um aspecto fundamental da intervenção governamental na Amazônia naquele contexto foi a criação de instrumentos vinculados ao Conselho de Segurança Nacional, instituídos com o propósito oficial de efetuar a “regularização fundiária” em suas áreas de atuação. Nesse sentido, em fevereiro de 1980, o governo do general Figueiredo criou o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), através do Decreto-Lei nº 1.767 e o Grupo Executivo para a região do Baixo Amazonas (GEBAM), por meio do Decreto 84.516. A criação destes órgãos refletia uma concepção governamental que considerava a problemática fundiária na Amazônia como questão de segurança nacional, engendrando uma “militarização” da questão agrária na região.⁷²⁵

Com efeito, os números referentes aos conflitos de terra no início da década demonstravam que a Amazônia se tornara um território em disputa. Entre 1980 e 1981, de acordo com dados da CPT e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura (CONTAG), dos conflitos pela terra registrados no país, 35% ocorreram na Amazônia, diante de 47% no Nordeste e 18% no Sul e Sudeste.⁷²⁶ Portanto, a região, que segundo a lógica dos militares no poder no início dos anos 1970, deveria constituir uma válvula de escape aos problemas sociais provocados pela estrutura fundiária em outras regiões, especialmente o Nordeste, convertera-se, ela própria, numa área de agudos conflitos que revelavam a tensão sob a qual vinha se desenvolvendo a sua ocupação.⁷²⁷

⁷²⁴ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Estrutura fundiária e expansão camponesa. In: ALMEIDA JÚNIOR, José Maria Gonçalves de. (Org.). *Carajás: desafio político, ecologia e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPQ, 1986, p. 265-293.

⁷²⁵ Para uma análise aprofundada sobre o assunto, consultar: MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.

⁷²⁶ COSTA, Francisco de Assis. *Ecologismo e Questão Agrária na Amazônia*. SEPEQ/NAEA/UFPA, 1992.

⁷²⁷ Idem, ibidem.

A jurisdição do GETAT abrangia cerca de 47 milhões de hectares, envolvendo mais da metade da área total do Programa Grande Carajás. Compreendia 48 municípios do sudeste do Pará, norte de Goiás e oeste do Maranhão, precisamente onde sobressaíam os principais projetos vinculados ao PGC. A proeminência da intervenção estatal na área de atuação do GETAT, sobreposta em grande parte à do PGC, justificava-se do ponto de vista do planejamento, pela extrema complexidade da ocupação daquela região, marcada na segunda metade do novecentos pela instalação de uma diversidade de atividades econômicas subsidiadas pelas políticas desenvolvimentistas e por uma expansão camponesa, espontânea e/ou dirigida, motivada pela busca de terras, a qual extrapolava as expectativas projetadas oficialmente. Este segmento camponês, com apoio de entidades confessionais, vivia um processo de fortalecimento no limiar dos anos 80, assinalado pela criação de associações de moradores e/ou associações de defesa, assim como de sindicatos de trabalhadores rurais mobilizados em torno da luta pela terra, apontados como embriões da resistência coletiva no sudeste do Pará.⁷²⁸

Por sua vez, grande parte dos projetos agropecuários aprovados pela SUDAM, complexos madeireiros, programas de mineração, com destaque para o PGC, além de um conjunto de edificações necessárias à sua expansão econômica, como estradas pioneiras, hidrelétrica, portos, ferrovia etc. caracterizavam o território em questão. A região, no entanto, possuía vastas extensões de domínio territorial não definido plenamente em termos jurídicos, devido, em grande medida, às modalidades fraudulentas de titulação e aquisição de terras, consubstanciadas na grilagem, conforme demonstrado nos capítulos anteriores. Desse modo, era fundamental ao Estado garantir a segurança jurídica das terras aos novos empreendimentos a serem instalados no contexto do Programa Grande Carajás, bem como inibir modalidades de apropriação dos recursos naturais não coincidentes com as previstas na legislação.

Pesquisas documentais e de campo realizadas pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida e pelo sociólogo José de Souza Martins na região afetada pelo Programa evidenciaram uma “lógica camponesa” de incorporação da terra ao processo produtivo mediante o trabalho familiar.⁷²⁹ Nesse sentido, o movimento espontâneo de ocupação, característico dos posseiros, seguia um conjunto de normas, mediante um patrimônio cultural determinado, que estabelecia áreas de apropriação comum e definia os critérios de admissão

⁷²⁸ GUERRA, 2013, op. cit.

⁷²⁹ ALMEIDA, 1986, op. cit.; MARTINS, José de Souza. Lutando pela terra: índios e posseiros na Amazônia Legal. In: _____. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 103-124.

de novos grupos domésticos. De acordo com essa perspectiva, a terra não era considerada, necessariamente, passível de atos de compra e venda, vinculando-se o caráter de mercadoria, em geral, às benfeitorias resultantes do trabalho familiar.⁷³⁰ Tal postura, por certo, contrariava as premissas da “ocupação produtiva” das terras, preconizada pelo planejamento governamental. Naquele contexto, a formalização jurídica efetuada pelo GETAT, consistia, portanto, em uma forma de assegurar os direitos individuais sobre a terra, incorporando-as legalmente aos mercados, assim como antecipar-se à expansão camponesa em determinados espaços pretendidos por empresas privadas.

O processo de concentração das terras, especialmente as mais férteis – já identificadas na década de 1970 no âmbito do Projeto RADAM – por parte das grandes empresas mostrava-se vulnerável aos impasses no domínio jurídico-formal referentes à emissão de títulos definitivos das imensas extensões pretendidas. Superposição de títulos, fraudes cartoriais e a presença efetiva de coletores de castanha, seringueiros, garimpeiros, pequenos produtores agrícolas e grupos indígenas em áreas consideradas “vazias” constituíam os principais “entraves” à regularização das terras almejadas por empresas agropecuárias, madeireiras e mineradoras, tanto públicas como privadas.⁷³¹

Desse modo, a ação fundiária na região consistia fundamentalmente em engendrar “[...] uma medida legal capaz de definir os direitos de propriedade da terra, os direitos de lavra e aqueles de extração madeireira”, assim como agilizar uma definição dominial que permitisse às empresas de colonização particular realizar transações com dezenas de milhares de hectares, legalmente dispostos no mercado.⁷³²

Um dos principais instrumentos de atuação do GETAT foi a arrecadação de áreas rurais como terras devolutas. A medida baseava-se na realização de levantamentos junto a cartórios e institutos fundiários como o Instituto de Terras do Pará (ITERPA), Instituto de

⁷³⁰ ALMEIDA, 1986, op. cit. Segundo Almeida (1986, p. 268), diferentemente das áreas de colonização antiga, onde predominam famílias camponesas dispostas de maneira duradoura num pedaço de terra transmitido de geração a geração, nas regiões de fronteira não se registra um patrimônio constante em terras e benfeitorias sujeito à ampliação e/ou fracionamento. Isto porque a ocupação de tais áreas geralmente é efetuada por gerações de um campesinato expropriado, que já procederam a contínuos ou intermitentes deslocamentos, do Nordeste até essa região de terras disponíveis, designadas por eles como “terra liberta” ou “terra sem dono”. Nesse sentido, a abundância do recurso básico, as próprias condições determinantes do acesso e os frequentes conflitos, diante da insegurança da posse, impossibilitavam, de modo geral, uma reprodução do regime de posse e uso da terra vigente nas regiões de colonização antiga. Saliente-se que a concepção de “terra livre” fez parte do direito que vigorou até a promulgação da Lei de Terras em 1850. Segundo José de Souza Martins, ele era o pressuposto da expansão agrícola “do pequeno e do grande”, e se baseava na precedência dos direitos do rei, que possuía a propriedade eminente de todas as terras, tendo a prerrogativa de arrecadar de volta as que não fossem ocupadas em curto prazo, redistribuindo-as a outros interessados. Trata-se, pois, de um direito que, embora revogado em 1850, permaneceu inscrito nas concepções e nas experiências de muitos trabalhadores (MARTINS, 1991, p. 20).

⁷³¹ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. O GETAT e a arrecadação de áreas rurais como terra devoluta. In: *Amazônia Brasileira em foco*. Rio de Janeiro: CNDDA, nº 15 (1983/1984), 1984a, p. 31-58.

⁷³² ALMEIDA, 1986, p. 279, op. cit.

Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO) e Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA), visando atestar, por meio de certidões, a inexistência de domínio particular sobre as áreas arroladas, bem como a não ocorrência de contestações ou reclamações administrativas promovidas por terceiros, quanto ao seu domínio ou posse.⁷³³ Tal procedimento tinha o objetivo de garantir a lisura das operações de arrecadação.

Materiais cartográficos, como plantas de medição e demarcação, elaboradas em diferentes anos pelo IDAGO, cartas planimétricas do Projeto RADAM, mapas das Unidades Executivas do GETAT,⁷³⁴ de empresas especializadas em levantamentos topográficos e plantas cadastrais de algumas áreas urbanas em expansão, como Açailândia e Itinga, no Maranhão e Aragominas, Araguaã e Muricilândia, em Goiás, orientavam a localização geográfica das áreas arrecadadas. Apresentadas as certidões e devidamente localizadas as áreas, o GETAT, por meio de portarias, determinava que suas unidades executivas adotassem as medidas para fins de matrícula das respectivas áreas em nome da União junto aos cartórios de registro de imóveis das comarcas correspondentes.⁷³⁵

Considerando o histórico de fraudes e irregularidades abrangendo cartórios e agências fundiárias, envolvidos em diversas ações de grilagem no processo de apropriação de terras na Amazônia, a iniciativa do GETAT acabava por endossar e/ou legalizar indiretamente tais procedimentos.⁷³⁶ Do mesmo modo, ao se orientar pela premissa da ausência de contestação sobre a propriedade de terras na esfera cartorial, restringindo-se apenas ao domínio jurídico, desconsiderava possíveis conflitos de terras circunscritos à esfera da atuação de órgãos policiais e de entidades de representação, ainda não encaminhados aos órgãos judiciais.⁷³⁷ A existência de concepções de propriedade e usos da terra entre grupos camponeses na região não previstas nos dispositivos legais e a dificuldade de acesso aos serviços de cartórios por tais segmentos também não era ponderada. Por conseguinte, os atos de arrecadação poderiam

⁷³³ Idem, *ibidem*.

⁷³⁴ As Unidades Executivas do GETAT eram sediadas em Tucuruí, Conceição do Araguaia e São Geraldo, no Pará, Araguaína, em Goiás e Açailândia e Imperatriz, no Maranhão.

⁷³⁵ ALMEIDA, 1984a, op. cit.

⁷³⁶ Conforme amplamente documentado pelo jornalista Lúcio Flávio Pinto, a grande maioria dos cartórios da região apresentavam irregularidades nos livros de registros de imóveis. Tal situação inclusive motivou por parte do Ministério da Justiça ao corregedor-geral do Pará o pedido de correção, em pelo menos duas ocasiões ao longo da década de 1970, em cinco cartórios do interior do Estado, a saber: São Domingos do Capim, Conceição do Araguaia, São Miguel do Guamá, Santana do Araguaia e Altamira (PINTO, 1980, p. 149). Um caso que ficou especialmente conhecido foi a fraude da Fazenda Pindaré, no Maranhão, considerada na ocasião a maior fraude cartorial do país, envolvendo a grilagem de 1,173 milhão de hectares. A área grilada atingiu os municípios de Imperatriz, João Lisboa, Santa Luzia, Pindaré-Mirim e Amarante do Maranhão, todos localizados na área sob jurisdição do GETAT, sendo três deles cortados pela ferrovia Carajás-Itaqui (ALMEIDA, 1984a). A respeito do assunto, consultar: ASSELIM, Victor. *Grilagem, corrupção e violência em terras do Carajás*. Petrópolis: Vozes, 1982.

⁷³⁷ ALMEIDA, 1984a, op. cit.

eventualmente abranger áreas efetivamente ocupadas, especialmente por posseiros, atribuindo a estes, diante da titulação das terras, a classificação de invasores e sujeitando-os a ações repressivas de “desocupação”.

Até meados de 1984 foram arrecadados 7 milhões e 926 mil hectares, abrangendo aproximadamente 18% da área total sob jurisdição do GETAT.⁷³⁸ A concentração da atuação deste órgão em determinados locais é bastante reveladora dos propósitos governamentais em relação aos usos da terra. A maior parte das arrecadações ocorreu em São Félix do Xingu. O município havia sido escolhido para ser um dos sete polos de desenvolvimento do plano agrícola do PGC. Essa escolha implicava em destinar “extensões agriculturáveis e/ou de mata para a geração de produtos exportáveis”, como soja, milho, feijão, carnes especiais e produtos florestais.⁷³⁹

Decerto, não foi por acaso o enfoque atribuído ao município xinguanos. Em seu território, os técnicos do projeto RADAM detectaram grandes manchas de solo de alta fertilidade, ocorrências minerais (ouro, cassiterita, tungstênio) e madeiras nobres. Esta conjugação de recursos naturais, em uma área ainda pouco afetada pela expansão camponesa,⁷⁴⁰ certamente acelerou a definição do estatuto jurídico das terras do município por parte do GETAT, reservando-as, preferencialmente, para grandes empresas agropecuárias, de extração mineral e de colonização particular.⁷⁴¹ Além de concentrar o maior número de imóveis com área igual ou superior a vinte mil hectares, no contexto do início dos anos 80, o município sofria a afluência de um número crescente de empresas pretendendo as terras agriculturáveis dos igarapés São Sebastião e Preto e dos rios Fresco e Liberdade.⁷⁴²

A possibilidade de expansão da fronteira agrícola para o Xingu, com perspectivas de reprodução semelhantes às observadas em outras regiões da Amazônia, era uma alternativa que decididamente não aprazia aos órgãos fundiários e aos pretendentes àquelas áreas, que careciam de definição legal, conforme salientado por Almeida:

Eles conseguem tolerar os garimpeiros, cuja ocupação reconhecem temporária; os grupos indígenas, cujas terras têm conseguido subtrair; e, em certa medida, os seringueiros e coletores de castanha, cuja atividade de extração sabem não conduzir, necessariamente, a uma ocupação significativa; mas não admitem os denominados posseiros, que desenvolvem uma atividade agrícola regular e têm moradia habitual, ocupando de maneira definitiva a terra. Recusam-se mesmo, em muitas situações, a

⁷³⁸ Idem, *ibidem*.

⁷³⁹ BRASIL, 1983, *op. cit.*

⁷⁴⁰ Conforme a Sinopse Preliminar do Censo Demográfico do Estado do Pará de 1981, a taxa de densidade demográfica de São Félix do Xingu era de 0,04 habitante por quilômetro quadrado (IBGE, 1981).

⁷⁴¹ ALMEIDA, 1984a, *op. cit.*

⁷⁴² Idem, *ibidem*.

reconhecer como posses legítimas as daqueles já assentados há décadas nas áreas que agora pretendem. Classificam-nos de “invasores”.⁷⁴³

Além de reservar porções territoriais estratégicas para os grandes empreendimentos na área de influência do PGC, as modalidades de regularização fundiária executadas pelo GETAT, ao assegurar o direito individual sobre a terra, por meio das titulações, compeliavam as experiências históricas de apropriação e uso da terra experimentadas nas diversas formas de ocupação camponesa na região a um ordenamento espacial estranho às suas práticas produtivas e à sua relação com os recursos naturais. Por conseguinte, relativizavam-se critérios culturalmente estabelecidos de uso da terra, baseados no apossamento coletivo de determinados recursos, ao impor-se, através do título, a individualização dos domínios.

Desse modo, segundo Almeida, retirava-se da terra o significado a ela atribuído na expansão camponesa, regido pelas regras de um direito consuetudinário que prescreviam métodos de cultivo em extensões abertas, as quais podiam ser utilizadas segundo a vontade de cada grupo familiar sem exigências de áreas contíguas ou a obrigação de confinar o conjunto de suas atividades produtivas numa parcela determinada.⁷⁴⁴ Privatizavam-se, assim, domínios de caráter comunitário, não pertencentes individualmente a nenhum grupo familiar, tais como: cocais, fontes d'água, igarapés, pastagens naturais e reservas de mata fornecedores de palha, talos, lenha para combustível, madeiras para construções, murtas e outras espécies vegetais usadas em cerimônias religiosas ou de propriedades medicinais reconhecidas.⁷⁴⁵

A política de regularização fundiária efetuada pelo GETAT, ao mesmo tempo em que subvertia formas tradicionais de ocupação camponesa, encerrava uma concepção estritamente econômica de apropriação e uso da terra. O ordenamento jurídico proposto atendia, pois, aos interesses de segmentos sociais orientados exclusivamente pela lógica do lucro. Nesse sentido, a obtenção do título definitivo impunha-se como um fator essencial à maior valorização das terras, habilitando-as às transações comerciais consideradas legítimas como atos de compra e venda e hipoteca em operações bancárias, permitindo, do ponto de vista formal, o ingresso dessas áreas no mercado de terras.⁷⁴⁶ O “reconhecimento” formal das especificidades socioculturais das populações amazônicas, expresso no III PDA, restringia-se, assim, ao campo das “boas intenções”.

O adensamento da intervenção governamental na Amazônia, a pretexto da regularização fundiária, se estendeu à região do Baixo Amazonas, por meio do Grupo Executivo para a

⁷⁴³ ALMEIDA, 1986, p. 283, op. cit.

⁷⁴⁴ ALMEIDA, 1986, p. 286, op. cit.

⁷⁴⁵ Idem, ibidem.

⁷⁴⁶ ALMEIDA, 1984a, op. cit.

Região do Baixo Amazonas (GEBAM). De acordo com o dispositivo legal que o criou, seu objetivo consistia em

[...] coordenar as ações de fortalecimento do Governo Federal na margem esquerda do Baixo Amazonas, acompanhar os projetos de desenvolvimento e colonização naquela região, bem como propor medidas para a solução de seus problemas fundiários.⁷⁴⁷

A área de atuação do GEBAM compreendia os municípios de Almeirim, no Estado do Pará, e Mazagão, no Território Federal do Amapá, assinalados, respectivamente, pela localização de dois grandes empreendimentos de propriedade de norteamericanos: a Jari Florestal e Agropecuária Ltda e a Agro-Industrial do Amapá S/A. Os problemas fundiários mais conhecidos na área eram decorrentes das tentativas de regularização das terras ocupadas por essas empresas.⁷⁴⁸ Na área também estavam instaladas empresas mineradoras como a ICOMI, no município amapaense de Serra do Navio e a ALCOA, no município paraense de Juruti. Segundo Almeida, aquela região, em certa medida ainda era considerada “espaço vazio”, com uma densidade demográfica inferior a um habitante por quilômetro quadrado, configurando-a como uma das “últimas grandes fronteiras” da Amazônia.⁷⁴⁹

Naquela região, no entanto, começava a se esboçar uma nova fronteira agrícola. A demissão de mais de 4 mil trabalhadores da Jari ao longo do ano de 1980, levou muitos deles a se acomodar em áreas contíguas às instalações do Projeto, onde já se encontravam ex peões e demais trabalhadores assalariados afastados da empresa no decorrer da década anterior. Nesse processo, estes sujeitos desvincularam-se dos intermediários de mão de obra, instalando-se com suas famílias como produtores independentes nas áreas de terras disponíveis.⁷⁵⁰ Ressalte-se que no interior daquela área, dispersos entre os rios Jari e Paru,

⁷⁴⁷ BRASIL. Decreto nº 84.515, de 28 de fevereiro de 1980. Cria Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas e dá outras Providências.

⁷⁴⁸ A Jari representou um caso emblemático da obscuridade intrínseca à história contemporânea de apropriação de terras na Amazônia. Segundo Lúcio Flávio Pinto, em reportagem veiculada em julho de 1977, era simplesmente impossível saber quantos hectares de terras a empresa possuía. Tanto poderiam ser 943.320 ha, segundo os documentos apresentados pela empresa para um levantamento da cadeia dominial feito pelo INCRA no ano anterior, como 1.005.258 ha, conforme dados do cadastramento no próprio órgão, ou ainda 3.654.491 ha, de acordo com o projeto econômico apresentado pela empresa à SUDAM, em 1975, para solicitar incentivos fiscais (PINTO, 1980, p. 111). Isto levou a uma situação no mínimo inusitada: dos 6.700.000 hectares o município paraense de Almeirim dispunha de apenas 4.356, justamente a légua quadrada que constituía o perímetro urbano. Toda a área restante fora ocupada pela Jari (PINTO, 1977). Para um aprofundamento da questão, consultar: GARRIDO FILHA, Irene. O Projeto Jari: revoltante desafio à nação. In: *A Amazônia Brasileira em Foco*. Rio de Janeiro: CNDDA, nº 13, 1980, p. 56-80.

⁷⁴⁹ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. GEBAM: A expansão camponesa. In: *Amazônia Brasileira em foco*. Rio de Janeiro: CNDDA, nº 15 (1983/1984), 1984b, p. 59-66.

⁷⁵⁰ ALMEIDA, 1984b, op. cit.

viviam há dezenas de anos, famílias de caboclos, vinculados às atividades extrativas, como a coleta de castanha, e a pesca.⁷⁵¹

A ação governamental efetuada pelo GEBAM se anteciparia, pois, a uma possível frente camponesa espontânea transpondo o rio Amazonas. A emergência desse campesinato, ainda não consolidado, em uma vasta área estratégica ocupada por empresas mineradoras, agropecuárias e industriais, e herdeiro de uma formas remanescentes de produção e de uso da terra consideradas “atrasadas” contrastava com os propósitos de uma ocupação “racional” e moderna preconizada pelo planejamento governamental.⁷⁵²

As medidas de regularização fundiária operacionalizadas tanto pelo GETAT como pelo GEBAM, destinavam-se fundamentalmente, portanto, às áreas onde a expansão dos posseiros escapara ao controle governamental, e/ou onde se almejava a substituição de formas preexistentes de uso da terra por novos donos e novas atividades econômicas. O ordenamento fundiário preconizado por aqueles órgãos visava, pois, em última instância, a liberação “legal” de espaços historicamente ocupados para atender aos mais diversos projetos de interesse exclusivo de determinados segmentos sociais norteados pela lógica estritamente mercantil do uso do ambiente.

O padrão de atuação do planejamento governamental na Amazônia na primeira metade dos anos 80, em termos gerais, representou uma extensão das políticas desenvolvimentistas que vinham sendo executadas na região desde os anos 60, baseadas na apropriação e exploração em escala dos recursos naturais. No período de execução do III PDA, além do Grande Carajás, outro programa de desenvolvimento de grande envergadura, abrangendo o Território Federal de Rondônia e o noroeste do Estado de Mato Grosso, foi executado. Trata-se do Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE).

Instituído por meio do Decreto nº 86.029, de 27 de maio de 1981 e financiado pelo Banco Mundial, seu núcleo central foi o asfaltamento da rodovia Cuiabá-Porto Velho, ao qual se acrescentaram projetos de colonização e programas de regularização fundiária, proteção à saúde e defesa dos índios e do meio ambiente.⁷⁵³ Em sua concepção, por exigência da agência financiadora, o Banco Mundial, o Programa incorporou interesses sociais e ecológicos aos seus objetivos previstos legalmente, a saber:

promover a adequada ocupação demográfica da região-programa, absorvendo populações economicamente marginalizadas de outras regiões e proporcionando emprego; lograr o aumento significativo na produção da região e na renda de sua

⁷⁵¹ GARRIDO FILHA, 1980, op. cit.

⁷⁵² ALMEIDA, 1984b, op. cit.

⁷⁵³ MINDLIN, Betty. O Programa POLONOROESTE. In: Hébette, Jean (Org.). *O cerco está se fechando*. Belém: FASE/NAEA/UFPA, 1991, p. 252-256.

população; favorecer a redução das disparidades de desenvolvimento, a níveis inter e intra-regionais; e assegurar o crescimento da produção em harmonia com as preocupações de preservação do sistema ecológico e de proteção às comunidades indígenas.⁷⁵⁴

No entanto, em que pese suas diretrizes permeáveis às questões sociais e ambientais, o Programa representou a continuidade do processo de apropriação privada de terras naquela região, intensificado na década anterior por meio dos projetos agropecuários e de colonização. Nesse sentido, o POLONOROESTE acabou por constituir mais um exemplo de “desastre social e ecológico promovido pelo poder público”, considerando que até 1989, 46 mil quilômetros quadrados ou 22% da mata original tinham sido devastados e do ponto de vista econômico a expansão da produção agrícola que havia sido planejada fracassou.⁷⁵⁵ Um grande fluxo espontâneo de migrantes de áreas rurais socialmente degradadas do sul e sudeste do país, mas também da esfera de conflitos urbanos, foi atraído pela distribuição de terras nos projetos de colonização, que se esgotaram rapidamente, causando o aumento do número de terras apossadas e assentamentos descontrolados em áreas com capacidade agrícola limitada.⁷⁵⁶

As experiências, tanto do PGC como do POLONOROESTE, revelam a incorporação de uma retórica ambientalista ao planejamento governamental, estrategicamente orientada à liberação de financiamentos para programas de desenvolvimento, sem implicar, no entanto, em uma mudança efetiva na matriz das políticas desenvolvimentistas, assinalada fundamentalmente pelo caráter predatório da apropriação econômica dos recursos naturais. Tais exemplos ilustram a incongruência entre as intenções esboçadas no planejamento do desenvolvimento regional em relação à proteção da natureza e as medidas efetivamente realizadas.

5.4 Buscando novo sentido: o desenvolvimento regional em debate

A considerar o panorama histórico apresentado, infere-se que as variáveis sociais e ambientais contidas nos programas de desenvolvimento executados no contexto do III PDA constituíam mera figura retórica para atender cláusulas contratuais das agências multilaterais de financiamento, na medida em que aqueles projetos acentuavam a predação dos recursos e a

⁷⁵⁴ BRASIL. Decreto nº 86.029, de 27 de maio de 1981. Dispõe sobre a criação do Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-86029-27-maio-1981-435354-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 21 set. 2014.

⁷⁵⁵ MARTINE, George. Os impactos sociais e ambientais dos grandes projetos na Amazônia. In: ARAGÓN, Luis Eduardo (Org.). *A desordem ecológica na Amazônia*. Belém: UNAMAZ/UFPA, 1991, p. 271-279.

⁷⁵⁶ KOLHEPP, 2002, op. cit.

concentração de renda e de terra. No entanto, alguns movimentos em curso naquele período ampliaram a discussão pública, iniciada na década anterior, acerca das implicações das políticas desenvolvimentistas executadas na Amazônia por meio de macroprojetos agropecuários, mineradores, industriais e de colonização sobre a sociedade e o ambiente regionais. Tais iniciativas compeliram o Estado nacional a reconhecer formalmente formas diversas de usufruto da terra e outras modalidades de relação com o ambiente, refletidas na Carta Magna de 1988. Nesse sentido, destacaram-se os processos de resistência de diversos grupos constitutivos da sociedade regional, especialmente aqueles ligados a formas seculares de apossamento da terra, denominados “povos da floresta” ou “populações tradicionais” assim como a abordagem sistemática da questão no seio da comunidade científica, manifestada pelos mais diversos canais, sobretudo simpósios acadêmicos e publicações.

Ao enfoque na denúncia da depredação dos recursos florestais amazônicos, promovido pelo movimento em defesa da Amazônia, disseminado no país a partir de fins de 1978, associou-se à pauta ambiental brasileira a repercussão das consequências sociais e ambientais dos grandes empreendimentos mineradores, especialmente os produzidos no contexto do Grande Carajás.

Uma análise da produção científica sobre a Amazônia ao longo da década de 1980 revela uma frequência do assunto nas mais diversas áreas do conhecimento. Com efeito, em que pese o caráter centralizador e autoritário intrínseco às decisões e iniciativas governamentais envolvendo o Programa, ele foi objeto de debates, questionamentos e críticas. Pesquisadores reunidos nos mais diversos fóruns discutiram as implicações do PGC bem como dos empreendimentos a ele associados como a hidrelétrica de Tucuruí e os polos metalúrgicos e siderúrgicos planejados.

Como fóruns de discussão representativos desse movimento destacam-se: o 1º Simpósio Internacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia, realizado em novembro de 1981, no Rio de Janeiro, por iniciativa da Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia (CNDDA); a 33ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Proteção à Ciência (SBPC), realizada em Belém em julho de 1983; o Simpósio Internacional e interdisciplinar “Homem e Natureza na Amazônia, ocorrido em Blauberuren, na Alemanha, em maio de 1986; ⁷⁵⁷ o Simpósio “Os grandes projetos e seus impactos sobre populações indígenas e camponesas na Amazônia Brasileira”, realizado no contexto do 46º Congresso

⁷⁵⁷ As apresentações do Simpósio originaram uma publicação homônima (KOHLHEPP; SCHRADER, 1987).

Internacional de Americanistas, em Amsterdã, em agosto de 1988.⁷⁵⁸ Todos esses eventos reuniram pesquisadores nacionais e estrangeiros dos mais diversos campos disciplinares, com experiências de pesquisa na região.

Um ponto comum entre os debates efetuados nesses fóruns foi a constatação da influência ínfima dos conhecimentos científicos já produzidos acerca das implicações ecológicas das políticas desenvolvimentistas sobre a Amazônia no planejamento do desenvolvimento regional. De fato, as repercussões ambientais do padrão de desenvolvimento executado na Amazônia desde a década de 60, baseado nos grandes empreendimentos agropecuários e, por conseguinte, na derrubada intensiva da floresta vinha sendo intensamente documentada na literatura científica ao longo dos anos 70. Erosão do solo, lixiviação, perda de nutrientes e compactação, assoreamento de barragens e rios, perda de espécies da fauna e flora, bem como alterações microclimáticas e outras mais amplas, tais como perda de pluviosidade foram os principais fatores identificados pelos pesquisadores.⁷⁵⁹

A consulta aos números da publicação oficial da Sociedade Brasileira de Proteção à Ciência, Revista Ciência Hoje, e do periódico do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, a Revista Acta Amazônica, em especial os dos primeiros anos da década de 80, igualmente demonstra a preocupação da comunidade científica brasileira com os potenciais impactos ecológicos dos empreendimentos associados ao PGC. Discutia-se com preocupação os efeitos de mais uma investida de projetos de mineração, exploração florestal e agropecuária sobre um ecossistema que já vinha sendo sistematicamente degradado. Endossavam-se as críticas ao fato de o Programa ter ignorado toda uma experiência de pesquisa científica sobre os aspectos geológicos, agronômicos, ecológicos e antropológicos da região e de não levar em consideração a interdependência ecológica entre os diversos componentes do ecossistema, como floresta, fauna, solo, regime hídrico, clima etc. Temia-se a repetição da experiência processada na exploração do manganês, no Amapá, voltada em grande medida para a exportação, em detrimento das necessidades e dos interesses das populações daquela parte da Amazônia. Denunciava-se o desrespeito reiterado às legislações protetoras do ambiente.⁷⁶⁰

⁷⁵⁸ Deste evento resultou a publicação da coletânea “O cerco está se fechando”, organizada por Jean Hébert (1991).

⁷⁵⁹ FEARNSSIDE, op. cit., 1982, 1980; SHUBART, 1977, op. cit.; SIOLI, 1985, op. cit.; AB’SABER, 1977, op. cit.

⁷⁶⁰ Veja-se por exemplo: FEARNSSIDE, Philip. A previsão de perdas de terra através da erosão do solo sob vários usos de terra na área de colonização da Rodovia Transamazônica. *Acta Amazônica*. Manaus, Vol. 10, nº 3, p. 505-511, 1980; _____. Desmatamento na Amazônia brasileira: com que intensidade vem acontecendo? *Acta Amazônica*. Manaus, Vol. 13, nº 3, p. 579-590, 1982; _____. Os efeitos das pastagens sobre a fertilidade do solo na Amazônia Brasileira: consequências para a sustentabilidade da produção bovina. *Acta Amazônica*. Vol. 10, nº 1, p. 119-132, 1980; _____. Rondônia: a farsa das reservas. *Ciência Hoje*. v. 3, n. 17, p. 90-91.1985.

Esse movimento de questionamentos à persistência de macroprogramas de cunho desenvolvimentista na Amazônia intensamente nocivos ao ambiente e à sociedade regional foi favorecido pelo contexto histórico de mobilizações pela abertura democrática. A questão ambiental inscreveu-se na agenda da redemocratização do país, ampliando os canais de discussão acerca dos impactos sociais e ambientais dos grandes projetos executados no país, em geral, e na Amazônia, em particular. Após uma fase inicial a partir de 1974, marcada por movimentos localizados de degradação ambiental e pela dissociação entre a ecologia e a política, o movimento ecológico no Brasil passou por um momento de transição entre 1982-1985, marcado pela eleição inédita de candidatos cujas bandeiras ecológicas constituíram a plataforma principal de campanha para cargos legislativos,⁷⁶¹ e pela participação de associações ecológicas no movimento nacional pelas eleições diretas.⁷⁶²

Diversas transformações ocorreram na tessitura do movimento ecológico brasileiro nesse período de transição, entre as quais: a penetração da discussão ecológica no interior de associações de moradores de classe média e no movimento estudantil universitário; e o estabelecimento de um diálogo entre o movimento ecológico e o sindicalismo operário e o movimento dos “sem terra”, que começava a se organizar no sul do país.⁷⁶³ Além da campanha em defesa da Amazônia mobilizada em fins de 1978, desdobrando-se no ano seguinte, mobilizações conjuntas em torno de temas com uma repercussão positiva junto à sociedade civil em geral, no início dos anos 80, ampliaram as perspectivas de um movimento ambientalista no Brasil, ainda incipiente, para além do denunciamento localizado e dissociado da problematização política. Nesse contexto, se destacaram a Campanha contra a Utilização de Energia Nuclear, em 1980 e o Movimento “Adeus Sete Quedas”, em 1982, contra a construção da hidrelétrica de Itaipu. Assim como no caso da Amazônia, tais ações repercutiram favoravelmente junto ao movimento estudantil, movimentos sociais populares, cientistas, políticos, artistas e religiosos.⁷⁶⁴

A mobilização coletiva contra grandes empreendimentos, emblemáticos do “modelo brasileiro de desenvolvimento” implementado pelo regime autoritário, conectou as

⁷⁶¹ Foram eles: Liszt Vieira, eleito deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores (PT), do Rio de Janeiro; Walter Lazzarini, eleito deputado estadual pelo PMDB de São Paulo e Caio Lustosa, eleito vereador pelo PMDB de Porto Alegre (VIOLA, 1987).

⁷⁶² VIOLA, Eduardo. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. In: PÁDUA, José Augusto (Org.). *Ecologia e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/IUPERJ, 1987, p. 63-110.

⁷⁶³ FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

⁷⁶⁴ ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano; MACIEL, Débora. Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. *Revista Novos Estudos CEBRAP*, nº 79, nov.2007, p. 151-167.

mobilizações ambientalistas com a campanha pela redemocratização.⁷⁶⁵ Nesse contexto, internalizou na agenda ambiental do país a associação dos problemas ecológicos com causas políticas e econômicas. O desdobramento mais significativo desse processo foi a emergência, em meados da década, do socioambientalismo, resultado da incorporação ao movimento ambientalista das dimensões socioeconômicas, políticas e culturais que permeiam as relações entre sociedade e ambiente.⁷⁶⁶

Naquele contexto de abertura democrática, gradativamente mais permeável à possibilidade de segmentos sociais insatisfeitos exprimirem suas demandas, diversos grupos começaram a reivindicar direitos de posse e uso da terra de acordo com as formas consuetudinárias por eles elaboradas historicamente, diante da ameaça sistemática representada pelas políticas desenvolvimentistas aos seus territórios. Nesse processo, articularam práticas coletivas de resistência pelo acesso livre aos recursos da terra, da floresta e das águas na Amazônia. Foram favorecidos pela emergência de um movimento ecologista internacional, que na esteira da biologia da conservação, preconizava a preservação dos ecossistemas tropicais úmidos por suas propriedades intrínsecas à manutenção dos ciclos biogeoquímicos necessários à manutenção da vida no planeta e que acabou por associar os “povos da floresta” a um discurso que lhes atribuía a função de “guardiões” dos recursos naturais.

A despeito das expectativas projetadas sobre esses grupos na agenda ambiental, eles internalizaram e reelaboraram essas influências em função de suas próprias cosmologias e finalidades políticas, revelando, portanto, um duplo movimento: concomitantemente à apropriação de um discurso de conservação da Amazônia pelo movimento ambientalista, houve um processo de apropriação do discurso ambientalista por parte de determinados grupos sociais amazônicos.⁷⁶⁷ Saliente-se que, mais do que a proteção *stricto sensu* da natureza, tais populações defendiam a manutenção de territórios ancestrais, portadores de múltiplos significados culturais, no caso dos povos indígenas; e suas “terras, florestas e águas

⁷⁶⁵ Idem, *ibidem*.

⁷⁶⁶ A concepção de socioambientalismo desloca, em certa medida, a abordagem das questões ambientais da esfera particular das ciências naturais para as ciências da sociedade, enfocando a relação entre processos sociais e naturais. No campo institucional, o socioambientalismo abrange uma variedade de organizações não governamentais, movimentos sociais e sindicatos, que têm incorporado a questão ambiental como uma dimensão relevante de sua atuação, embora tenha outros objetivos precípuos (LEIS, 1996).

⁷⁶⁷ LITTLE, Paul E. Ambientalismo e Amazônia: encontros e desencontros. In: *Amazônia: cenas e cenários*. SAYAGO, Doris; TOURRAND, Jean-François; BURSZTYN, Marcel (Orgs.). Brasília: Universidade de Brasília, 2004, p. 321-344. Para uma discussão do caráter político e ideológico do ambientalismo internacional na região, consultar: BENTES, Rosineide. A intervenção do ambientalismo internacional na Amazônia. *Estudos Avançados*. São Paulo, 19 (54), 2005, p. 225-240.

de trabalho”, no caso de ribeirinhos, quilombolas, seringueiros, quebradores de coco babaçu, posseiros entre outros.⁷⁶⁸

A emergência do socioambientalismo conformou, segundo Viola, uma terceira etapa do movimento ambientalista no Brasil.⁷⁶⁹ Essa nova fase se inscreveu em um processo mais amplo, intensificado a partir de meados da década de 80, que consistiu na “progressiva disseminação da preocupação pública, interna e externa ao Brasil, com a deterioração ambiental”, transformando, assim, o ambientalismo num movimento “multissetorial e complexo”, abrangendo segmentos sociais diversificados.⁷⁷⁰ Nesse sentido, o surgimento do ambientalismo multissetorial modificou a sua condição de movimento social restrito a indivíduos, grupos e associações preocupados com o meio ambiente, para se configurar como um movimento histórico, inserido em um amplo processo de mudanças políticas, econômicas e sociais.⁷⁷¹

A gênese do socioambientalismo contemporâneo brasileiro está associada, de modo geral, à organização de determinados grupos que, afetados pelas políticas desenvolvimentistas, mobilizaram-se em torno de diversas demandas coletivas, como o acesso e/ou a permanência na terra por meio da demarcação de áreas de antiga ocupação, a demarcação de territórios indígenas, prevista em legislação específica mas não cumprida, o reconhecimento de formas peculiares de ocupação e usufruto dos recursos naturais, bem como o estabelecimento de regras de acesso aos recursos existentes em seus ambientes, incorporando a dimensão ambiental às suas estratégias de luta.

Com base na concepção de “crise ecológica” cunhada por Eric Wolf, Almeida identificou entre estes grupos – ribeirinhos, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, coletores de castanha, pescadores artesanais, remanescentes de quilombos, indígenas entre outros – uma ruptura da estabilidade entre a combinação de recursos e o exercício de atividades elementares, consubstanciada na ameaça da perda de direitos às pastagens, às

⁷⁶⁸ A expressão em destaque é emprestada de WITKOSKI, A. C. *Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

⁷⁶⁹ VIOLA, 1987, op. cit.

⁷⁷⁰ LEIS, Héctor Ricardo; VIOLA, Eduardo. A emergência e evolução do ambientalismo no Brasil. In: _____. *O labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização*. São Paulo: Gaia; Blumenau: Fundação Universidade de Blumenau, 1996, p. 89-112.

⁷⁷¹ O ambientalismo multissetorial compreende, entre outros componentes, agências estatais do meio ambiente; instituições científicas dedicadas a pesquisas sobre a problemática ambiental; movimentos e organizações não governamentais ambientalistas; parte do segmento empresarial, que incorporou a questão ambiental ao marketing e/ou às técnicas produtivas em seus negócios (LEIS; VIOLA, 1996). Ao longo das décadas de 80 e 90, diversos “tipos” de ambientalismo entraram em cena em diversas esferas: no campo científico, no âmbito governamental, nos segmentos sindicais, religiosos, empresariais etc.

florestas densas e aos recursos hídricos e, por conseguinte, à caça, à coleta, à pesca e à agricultura.⁷⁷²

Tal ameaça, representada pela construção de barragens, campos de treinamento militar, base espacial, áreas reservadas à mineração, portos, aeroportos, ferrovias, rodovias, implantação de usinas de ferro gusa entre outros, ao gerar inúmeros conflitos com grupos indígenas e camponeses, engendrou também formas de resistência, suscitando a criação de “unidades de mobilização”, refletindo o tipo de intervenção dos aparelhos estatais.

Por conseguinte, categorias de circunstância como “atingidos por barragens”, “remanejados”, “deslocados”, “assentados” e “reassentados” articularam-se a outras de sentido mais permanente como “povos da floresta” e “ribeirinhos”, mobilizadas face ao Estado antagonista.⁷⁷³ Nesse contexto, engendraram diversas e exitosas iniciativas. Os exemplos são vários, destacando-se, entre outros: os “empates” realizados pelos seringueiros acrianos a partir de meados dos anos 70 e intensificados na década de 80, impedindo os desmatamentos com centenas de famílias, por meio do embargo no local dos serviços de derrubada; as ocupações dos canteiros de obra no caso dos “atingidos por barragens”,⁷⁷⁴ a luta dos índios Gavião, do Pará, por indenização pela passagem de uma linha elétrica de alta tensão em suas reservas, obtendo ganho de causa, em 1981; a interdição de uma faixa de terra reivindicada pelos Txukahamãe isolando o Parque do Xingu das fazendas que proliferavam em seu entorno, após tensas negociações envolvendo funcionários da FUNAI e lideranças indígenas, em 1984.⁷⁷⁵

Do mesmo modo, diante do aumento das pressões sobre os mananciais piscosos, pescadores dos lagos de várzea do médio Amazonas Paraense reunidos no 1º Encontro de Pescadores Artesanais do Médio Amazonas, em 1984, propuseram a criação de “reservas de lagos”, estabelecendo regras visando à limitação da captura do pescado de modo a garantir a manutenção da sua produtividade.⁷⁷⁶

Por sua vez, trabalhadores extrativistas, especialmente seringueiros acrianos, reunidos no I Encontro Nacional de Seringueiros, em outubro de 1985, ante a necessidade de promover a regularização fundiária dos antigos seringais e o atendimento das demandas por melhores

⁷⁷² ALMEIDA, 2008, op. cit.

⁷⁷³ Idem, ibidem.

⁷⁷⁴ Idem, ibidem.

⁷⁷⁵ MARTINS, 1991, op. cit.

⁷⁷⁶ FURTADO, Lourdes. Comunidades tradicionais: sobrevivência e preservação ambiental. In: D'INCAO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda Maciel da (Orgs.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: MPEG, 1994, p. 67-74.

condições de vida, propuseram a criação de reservas extrativistas (RESEX).⁷⁷⁷ Tal proposta foi formulada com vistas a garantir direitos de posse e de uso sobre áreas de floresta ocupadas por seguidas gerações de seringueiros e suas famílias, especialmente após o declínio da exploração comercial da borracha em larga escala.⁷⁷⁸ Naquela ocasião, fundou-se o Conselho Nacional de Seringueiros (CNS), a partir de um processo que teve à frente o seringueiro e líder sindical Chico Mendes, cuja atuação em defesa do meio ambiente promoveu uma visibilidade pública ampla dos povos da floresta e angariou apoios, inclusive internacionais, às suas demandas.⁷⁷⁹

Embora, em geral, as reservas extrativistas sejam apresentadas como modelos de preservação da natureza, há que se ressaltar que a defesa da floresta pelos seringueiros não representava, a priori, uma manifestação “ecologicamente correta” intrínseca àqueles grupos sociais, mas sim a defesa de um território de vivência, na medida em que:

Em linhas gerais, propunha-se com as RESEX uma transformação radical na lógica de apropriação dos recursos naturais e dos resultados do trabalho. Isto é, em vez de ser apropriada para fins de acumulação por parte dos capitais privados, a terra passaria a ser incorporada ao patrimônio nacional como um bem público, assegurando-se os direitos das populações nela residentes de definirem coletivamente as formas de gestão e uso social, mediante estabelecimento de contratos de concessão real de uso. Aí residiram formas de conquista de territórios por populações que há anos já estavam produzindo nesses espaços.⁷⁸⁰

As atividades produtivas desenvolvidas pelos seringueiros, baseadas em grande medida nos produtos florestais, exigia a permanência da floresta em pé. O avanço das forças produtivas da frente agropecuária, incentivada pelos projetos de desenvolvimento governamentais, promovia o desmatamento. Duas lógicas de apropriação dos recursos conflitantes. A estratégia de “empatar” o desmatamento implicava, assim, na ressignificação da luta pela terra, incorporando a ela o componente da conservação ambiental.⁷⁸¹

⁷⁷⁷ As reservas extrativistas foram instituídas por meio do Decreto-Lei nº 98.987, de 30 de janeiro de 1990 (BRASIL, 1990). Em termos gerais, elas foram pensadas inicialmente como alternativa de regularização jurídica de áreas tradicionalmente ocupadas por seringueiros e outros trabalhadores extrativistas. Para um aprofundamento do tema, consultar: ARNT, R. (Org.). *O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

⁷⁷⁸ No momento inicial de expansão da fronteira amazônica acriana, mais de 70% da população do Estado vivia no campo e aproximadamente 85% desse contingente não possuía propriedade formal das terras que ocupava (PAULA; SILVA, 2009).

⁷⁷⁹ PAULA, Élder Andrade de; SILVA, Silvio Simione. No limiar da resistência: luta pela terra e ambientalismo no Acre. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. Vol. 1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP; BRASÍLIA: Nead, 2009, p. 201-222. O artigo contém uma discussão histórica interessante acerca do processo da luta pela terra articulada à preservação da floresta no Acre.

⁷⁸⁰ PAULA; SILVA, 2009, p. 212-213, op. cit.

⁷⁸¹ Idem.

Portanto, se na esfera estatal, havia uma disparidade entre as diretrizes de proteção ao ambiente amazônico propostas no III PDA e as ações governamentais efetivamente realizadas no período de sua execução, parte da sociedade regional, ancorada no debate acerca das concepções de desenvolvimento então vigentes, não apenas questionou as implicações negativas do planejamento do desenvolvimento regional sobre seus modos de vida, mas também reivindicou soluções mais justas e adequadas às suas demandas e apresentou alternativas.

A busca pelo reconhecimento de práticas próprias no manejo do ambiente refletiu em alguns dispositivos normativos de uso dos recursos naturais. Segundo Mourão, na segunda metade da década de 80, a produção de palmito no estuário amazônico começou a repercutir as ações restritivas e controladoras colocadas em prática pela sociedade civil e pelo Estado. A legislação controladora que se impôs, localmente, adotou as medidas de controle, já identificadas e exigidas ou colocadas em prática pela população estuarina, a saber: o sistema de manejo, a proibição de corte de palmeiras pequenas e o replantio.⁷⁸²

As práticas coletivas de resistência pelo acesso livre aos recursos da terra, da floresta e das águas na Amazônia ao se articular com as bandeiras do movimento ambientalista, adquiriram uma dimensão mais ampla que ultrapassou os limites regionais. Este processo repercutiu nas discussões preparatórias do texto constitucional da Nova República, culminando com o reconhecimento legal de diversos direitos associados ao uso e à posse da terra com base em critérios de sentimento de pertinência, do trabalho investido, das relações sociais, afetos e memórias culturalmente construídos e portadores de múltiplos sentidos.

A perspectiva de uma Constituinte propiciou a possibilidade de inclusão de questões ambientais na nova Carta Magna do país. Durante as diferentes etapas dos trabalhos da Assembleia Constituinte, indígenas, ocupantes de antigas áreas de quilombos, posseiros, seringueiros marcaram presença, defendendo suas reivindicações, cujos pressupostos valorizavam a diversidade dos ecossistemas amazônicos em contraponto à homogeneização do espaço pretendida pelos empreendimentos econômicos avalizados pela ação governamental, e o reconhecimento das diferentes modalidades de uso e apropriação dos recursos culturalmente elaboradas.

A Constituinte estabeleceu marcos importantes para as relações entre as populações regionais com vínculos outros com a natureza que não os orientados exclusivamente pelos mercados e pelos cânones jurídicos oficiais. Em relação aos povos indígenas, a nova Carta

⁷⁸² MOURÃO, 2011, p. 306, op. cit.

Magna suprimiu definitivamente a “integração” como finalidade da legislação, garantindo o respeito a sua organização social, usos e costumes, línguas, crenças e tradições, além de reconhecer seus direitos originários sobre as terras que ocupam.⁷⁸³ O dispositivo legal definiu terras indígenas para além do escopo das atividades produtivas, incorporando a questão da preservação do ambiente e sua reprodução cultural, conforme o Parágrafo 1º do Artigo 231:

São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.⁷⁸⁴

Por seu turno, aos remanescentes das comunidades dos quilombos, a nova legislação reconheceu-lhes o direito à propriedade definitiva, cabendo ao Estado a emissão dos títulos respectivos.⁷⁸⁵

O ciclo de mobilização e debate nacional em torno da nova Constituição brasileira mobilizou os segmentos ambientalistas, por meio da formalização de uma rede ambientalista nacional, a Coordenação Interestadual Ecológica para a Assembleia Constituinte (CIEC), criada no início de 1986. Esta se utilizou dos canais de participação abertos pela Assembleia Nacional Constituinte para movimentos sociais e grupos de interesse e da negociação institucional articulada por um parlamentar constituinte eleito com a bandeira da defesa ambiental.⁷⁸⁶ A combinação de estratégias para assegurar a inserção das questões ambientais no processo de sua elaboração resultou na proposição de um capítulo exclusivo sobre o meio ambiente na Constituição da nova República.⁷⁸⁷

O texto constitucional do país fez diversas referências à temática ambiental. O Artigo 170 preconizou o estabelecimento da proteção ao meio ambiente como princípio da ordem econômica. Por sua vez, o Inciso II do Artigo 186 definiu a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis como requisito da função social da propriedade rural. Mas, além dessas

⁷⁸³ VIDAL, Lux Boelit. Os índios da Amazônia – um desafio recíproco. In: Hébette, Jean (Org.). *O cerco está se fechando*. Belém: FASE/NAEA/UFGA, 1991, p. 54-77.

⁷⁸⁴ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

⁷⁸⁵ Conforme Artigo 69 da Constituição Federal.

⁷⁸⁶ Trata-se do deputado Fábio Feldmann, eleito pelo PMDB de São Paulo. A Constituinte funcionou, ao longo de 1987 e 1988, sem um projeto preliminar e com uma estrutura descentralizada de subcomissões. Isso permitiu aos grupos sociais organizados pressionarem para a criação de subcomissões sobre assuntos de seu interesse. A sociedade civil também podia participar através de “iniciativas populares”. 30 mil assinaturas possibilitavam o envio de uma emenda à Assembleia Constituinte diretamente, sem a mediação de um deputado. Essas duas vias de participação no processo político foram mobilizadas pelos ativistas ambientalistas (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, p. 161).

⁷⁸⁷ ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, op. cit.

alusões, o Artigo 225 do Capítulo VI da Ordem Social sistematizou, de forma precisa, os preceitos constitucionais pertinentes ao meio ambiente.

Por meio deste dispositivo, a lei máxima do país reconheceu o direito de todos ao “[...] meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida” e determinou as incumbências do Estado no sentido de assegurar tal direito.⁷⁸⁸ O mesmo artigo definiu a floresta amazônica, além da mata Atlântica, da Serra do Mar, do Pantanal mato-grossense e a zona costeira, como patrimônio nacional, preconizando sua utilização “[...] dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais”.⁷⁸⁹

Nessa direção, há que se ressaltar o avanço, ao menos em termos formais, representado pela promulgação da nova carta constitucional, no que concerne à questão ambiental e ao reconhecimento de direitos a determinados grupos sociais portadores de modos peculiares de uso e apropriação da terra. Por certo, os dispositivos legais recém-aprovados propiciaram importantes instrumentos ao debate das implicações das políticas desenvolvimentistas implantadas na Amazônia e foram sistematicamente invocados por mobilizações sociais em prol de sua efetivação. Considerando a realidade extremamente complexa da história fundiária no país e a imensa capacidade de pressão do grande capital, representado pelos setores agropecuários, mineradores, industriais e madeireiros, as diretrizes socioambientais expressas na Constituição representaram um passo importante no árduo processo de transformar direitos assegurados pelos dispositivos legais aprovados em medidas concretas.

5.4.1 A sustentabilidade ambiental e o planejamento na Amazônia

Como vimos demonstrando no decurso desta tese, ao longo de todo o processo de “ocupação produtiva” da Amazônia, operacionalizado pelas políticas governamentais, o planejamento estatal desconsiderou sistematicamente em seus instrumentos de intervenção, elementos culturalmente elaborados pelas populações regionais amazônicas em sua interação com os ecossistemas, em nome de um padrão de desenvolvimento baseado na apropriação e exploração em escala dos recursos naturais. Todavia, face ao contexto histórico de novas oportunidades políticas de participação social propiciado pelo processo de redemocratização do país nos anos 80, e tendo em vista a crescente percepção do agravamento das condições ambientais do planeta face aos padrões de produção vigentes, problemática que vinha sendo

⁷⁸⁸ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.

⁷⁸⁹ Idem. § 4, Inciso VII do Art. 225.

discutida reiteradamente nos fóruns intergovernamentais das Nações Unidas, a própria concepção de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico foi colocada em questão.

A problemática da compatibilização entre crescimento econômico, a dimensão ambiental e o atendimento aos interesses das populações atingidas e/ou afetadas pelas políticas desenvolvimentistas ocupou o centro das discussões sobre o desenvolvimento na esfera das Nações Unidas na primeira metade dos anos 80. Uma “agenda global para a mudança” foi o apelo feito à Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU (CMMAD), criada em 1983, pela Assembleia Geral do órgão.⁷⁹⁰ Assim, em dezembro daquele ano, a primeira ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland foi encarregada de criar e presidir uma comissão especial e independente, para discussão e proposição de estratégias, recomendações e ferramentas ao tratamento da equação meio ambiente e desenvolvimento, no âmbito dos países membros das Nações Unidas.⁷⁹¹

As atribuições da Comissão tinham três objetivos centrais, a saber:

reexaminar as questões críticas relativas a meio ambiente e desenvolvimento, e formular propostas realísticas para abordá-las; propor novas formas de cooperação internacional nesse campo, de modo a orientar políticas e ações nesse campo no sentido das mudanças necessárias, e de dar a indivíduos, organizações voluntárias, empresas, institutos e governos uma compreensão maior desses problemas, incentivando-os a uma atuação mais firme.⁷⁹²

A constatação de que “muitas das atuais tendências de desenvolvimento resultavam em um número cada vez maior de pessoas pobres e vulneráveis, além de causarem danos ao meio ambiente”,⁷⁹³ teria ampliado as perspectivas analíticas dos membros da Comissão acerca das implicações sociais daquele modelo. Num ambiente de crise global, o grupo se propôs a apontar caminhos de convergência entre os ideais do desenvolvimento e a necessidade premente de reconhecer os limites ambientais e de diminuir a pobreza no mundo.⁷⁹⁴ Nesse

⁷⁹⁰ Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1991.

⁷⁹¹ A comissão foi formada por membros oriundos de “experiências extremamente diversas”, a saber: ministros de relações exteriores, funcionários de finanças e planejamento, administradores na área da agricultura, ciência e tecnologia entre outros (CMMAD, 1991).

⁷⁹² CMMAD, op. cit., p. 4. O conceito de desenvolvimento sustentável é polissêmico. Seus pressupostos epistemológicos e seus desdobramentos políticos, econômicos, sociais e ambientais têm sido objeto de uma ampla discussão em diversos campos disciplinares. Uma síntese interessante dessas discussões, as aplicações do conceito, seus limites teóricos e metodológicos e suas contradições, se encontra em: FERNANDES, Marcionila; GUERRA, Lemuel (Orgs.). *Contradiscurso do desenvolvimento sustentável*. Belém: UNAMAZ/NAEA/UFPA, 2003.

⁷⁹³ CMMAD, 1991, op. cit.

⁷⁹⁴ A CMMAD realizou suas atividades num contexto de crescente constatação dos riscos da sociedade industrial e dos desequilíbrios ecológicos, conforme registrado no relatório final da Comissão, publicado em 1987: “Durante o tempo em que a Comissão esteve reunida, tragédias como as crises de fome na África, o vazamento na fábrica de pesticidas em Bophal, na Índia, e o desastre de Tchernobil, na URSS, aparentemente

contexto, se construiu a concepção de desenvolvimento sustentável, definido como aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também as suas.⁷⁹⁵ Essa reformulação conceitual e programática da ideia de desenvolvimento internalizou-se definitivamente na agenda contemporânea internacional,⁷⁹⁶ norteando a agregação de variáveis como qualidade de vida, equidade social, direitos humanos, ética, respeito à biodiversidade etc. aos processos produtivos.

O conceito foi amplamente disseminado com a publicação do relatório final da CMMAD, em 1987, passando a orientar discursos e ações nas mais diversas esferas sociais, políticas e econômicas no interior dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. No contexto amazônico, por exemplo, para viabilizar as reservas extrativistas, propostas pela mobilização social de seringueiros, atribuía-se ao Estado um papel decisivo na dotação de meios necessários para o uso sustentável dos recursos naturais. Tal sustentabilidade demandava, necessariamente, a valorização das práticas e saberes acumulados por essas populações na sua interação com a natureza, na formação de uma territorialidade seringueira, cabocla, indígena etc.⁷⁹⁷

A sustentabilidade tornou-se, então, um elemento norteador na busca de convergências entre sociedade, natureza e desenvolvimento a partir de então, tanto no âmbito governamental, como no plano da sociedade civil e também do mercado. Nesse contexto, os saberes e as práticas dos “povos da floresta” amazônica adquiriram grande relevo na agenda ambiental, lançando novas perspectivas sobre o ambiente amazônico, considerado uma das últimas fronteiras de biodiversidade do planeta.

O III PDA consolidou um processo que já vinha se delineando gradativamente no planejamento estatal para a região: a perda gradual da capacidade de intervenção dos planos regionais de desenvolvimento na realidade amazônica.⁷⁹⁸ Desse modo, embora aquele plano procurasse dar sequência aos anteriores, o poder decisório concentrava-se cada vez mais no

justificaram as graves previsões quanto ao futuro que se tornaram lugar comum em meados dos anos 80. Mas nas audiências públicas que realizamos nos cinco continentes, também tomamos conhecimento de vítimas de catástrofes mais crônicas e generalizadas: a crise da dívida, a cessação da assistência aos países em desenvolvimento e do investimento neles, a queda dos preços dos produtos básicos e das rendas pessoais. Ficamos convencidos de que eram necessárias grandes mudanças, tanto de atitude quanto na forma em que nossas sociedades são organizadas” (CMMAD, 1991, p. XV).

⁷⁹⁵ CMMAD, op. cit., p. 9.

⁷⁹⁶ Drummond (2006, p. 6) atribui a ampla divulgação e aceitação do conceito de desenvolvimento sustentável nos fóruns científicos, governamentais, não governamentais e empresariais, bem como a sua longevidade nesses circuitos, ao “equilíbrio alcançado no equacionamento conjunto dos problemas propriamente *ecológicos* ou *biofísicos* do mundo natural, de um lado, e das questões sociais correlatas, de outro”.

⁷⁹⁷ PAULA; SILVA, 2009, p. 213, op. cit.

⁷⁹⁸ TRINDADE, 2014, op. cit.

governo da União e em seu circuito político mais próximo.⁷⁹⁹ A despeito de um conjunto de diretrizes preconizadas para o período 1980-1985, consubstanciadas naquele documento, a atuação governamental na região nesse ínterim se concentrou em programas especiais definidos pela Secretaria de Planejamento, diretamente subordinada à Presidência da República, do qual o Grande Carajás foi o mais significativo.⁸⁰⁰ A ação do GETAT e do GEBAM seguiu os mesmos princípios. Por conseguinte, esvaziou-se o papel da SUDAM como instituição responsável pela execução das políticas de desenvolvimento regional na Amazônia.

Segundo Costa, com o advento da Nova República, o processo de integração física e econômica da Amazônia ao restante do país, preconizado desde o I PDA (1970-1972), acabou “congelado”, não apenas por perder a prioridade, mas devido a desaceleração das taxas de crescimento da economia nacional. Consoante essa perspectiva analítica, o III PDA assinalou o “ocaso do planejamento regional na Amazônia”.⁸⁰¹

A partir de meados dos anos 80, parte dos grandes projetos fomentados pelo PGC iniciou seu funcionamento, e a ação estratégica do Estado como principal indutor do crescimento da economia regional, foi gradual e sistematicamente sobrepujada pela iniciativa privada.⁸⁰² Em consequência, “as instituições de fomento e os respectivos instrumentos de política de desenvolvimento regional foram esvaziados, desatualizados e marginalizados”.⁸⁰³

⁷⁹⁹ O Programa Grande Carajás, por exemplo, provocou a perda de controle sob sua circunscrição territorial por parte dos governos estaduais da Amazônia, também excluídos da Comissão Interministerial responsável pela execução das medidas necessárias à sua operacionalização.

⁸⁰⁰ COSTA, José Marcelino Monteiro da. Ocupação, integração e desenvolvimento da Amazônia: 60 anos de ação federal. In: MENDES, Armando Dias (Org.). *Amazônia, Terra e Civilização: uma trajetória de 60 anos*. Belém: Banco da Amazônia, 2004, p. 481-520, volume 2.

⁸⁰¹ Idem, p. 503.

⁸⁰² No segmento minero-metalúrgico iniciaram a produção o Projeto Ferro Carajás (1984), a Alumar (1984), a Albrás (1985), uma usina de produção de silício metálico, no Pará, e algumas de ferro-gusa, no Pará e Maranhão. O Projeto Trombetas já funcionava desde a década de 1970. A UHE de Tucuruí entrou em funcionamento comercial em novembro de 1984. Para viabilizar o escoamento da produção de minério de ferro, ferro-gusa, manganês, combustíveis, fertilizantes e cargas em geral, a Estrada de Ferro Carajás – EFC, da CVRD, a ferrovia mais moderna do país, com 892 km de extensão, ligando a Serra dos Carajás ao terminal marítimo da Baía de São Marcos, entrou em operação em 1985, transformando-se em poucos anos, num importante fator de expansão agrícola e de integração intrarregional (COSTA, 2004, p. 506).

⁸⁰³ COSTA, 2004, p. 505, op. cit. Esse processo de esvaziamento e perda da capacidade operacional do planejamento do desenvolvimento vincula-se a um contexto mais amplo e complexo: a reforma do Estado, iniciada nos anos 80. O fenômeno da globalização do capital, que vinha permeando a economia internacional desde meados dos anos 70, assinalado pela centralização do capital e a descentralização das operações produtivas e das transações comerciais e financeiras, retirou gradativamente dos governos o controle sobre os fluxos financeiros, limitando, por conseguinte, sua capacidade de atuação, ao mesmo tempo que aumentava o poder das grandes corporações privadas internacionais. Uma referência clássica desse fenômeno e seus desdobramentos na economia e geopolítica mundiais é: CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996. Sobre a reforma do Estado no Brasil, consultar: DINIZ, Eli. Globalização, reforma do Estado e teoria democrática contemporânea. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Vol. 15, nº 4, out./dez.2001.

Por outro lado, como já demonstramos, o aparelho estatal foi compelido a considerar uma diversidade de experiências sociais de apropriação e uso dos recursos naturais mediadas por fatores culturais sistematicamente ignorados pelo planejamento do desenvolvimento ao longo da segunda metade do novecentos. Se os grandes projetos agropecuários, madeireiros, mineradores e industriais avalizados pelo Estado brasileiros ao longo das décadas de 60, 70 e 80, potencializaram a apropriação privada sobre o ambiente amazônico, a retomada da democracia propiciou a mobilização de mecanismos de questionamentos, inclusive na esfera jurídica, de políticas públicas predatórias do ambiente e lesivas aos interesses sociais. Desse modo, pelo menos em tese, no contexto da nova República, instaurada na segunda metade da década de 1980, as plagas amazônicas não podiam mais continuar sendo deliberadamente consideradas pelos governos como áreas vazias de gente e de técnica.

O advento da Nova República, marcado pela posse de José Sarney na presidência do país, assinalou também a elaboração de um novo plano de desenvolvimento, sugestivamente intitulado “I Plano de Desenvolvimento da Amazônia da Nova República”, proposto para ser executado no período de 1986 a 1989. Formulado em um contexto de gradativa abertura democrática, seu texto criticava os planos anteriores, que teriam percebido a Amazônia somente como “reserva de recursos”.⁸⁰⁴ Ironicamente, ele manteve o foco de suas políticas econômicas na exploração dos recursos naturais, especialmente os minérios. Outros planos governamentais de desenvolvimento regional se sucederam àquele, mas a retórica da abundância e da inesgotabilidade dos recursos extraídos de solos, florestas, águas e subsolos foi acomodada às novas contingências históricas.

Na década de 1980 se assistiu à irradiação de um movimento de mudança, estendido e diversificado pelas décadas seguintes, que pode ser sintetizado em diversos fatores, a saber: a atribuição de um caráter planetário à problemática ambiental, independentemente de fronteiras geográficas, políticas, religiosas e culturais, considerando que os efeitos deletérios das atividades econômicas se distribuem através da atmosfera, das bacias hidrográficas, dos ecossistemas, que desconhecem fronteiras políticas; a institucionalização de políticas de conservação da natureza e a disseminação de um movimento ambientalista, atuando em diferentes níveis e articulações políticas, por meio de práticas sociais e ações coletivas propositoras e difusoras de novos modelos de relação entre sociedade e natureza.

Também fez parte desse movimento a utilização sistemática de conceitos provenientes das ciências naturais, principalmente da ecologia, na investigação e interpretação dos

⁸⁰⁴ SUDAM. *I Plano de Desenvolvimento da Nova República* (1986-1989). Belém, 1986.

fenômenos sociais em suas vinculações às questões ambientais; ⁸⁰⁵ a organização e projeção política de segmentos sociais, antropologicamente classificados como “populações tradicionais” ou “povos da floresta” e o estabelecimento de protocolos internacionais visando a regulação do clima e a proteção de espécies ameaçadas de extinção.

Associados pela preocupação comum com a equação crescimento econômico, expansão demográfica, avanço tecnológico e conservação da natureza, esses processos engendraram um vasto, heterogêneo e complexo campo de ação e reflexão com significativas implicações no planejamento do desenvolvimento da Amazônia. A ideia de recursos naturais a serem explorados em grande escala, fundamentada em uma visão de opulência quantitativa passou a ser socialmente refutada. Com efeito, diante das transformações em curso, as políticas de apropriação da natureza, no contexto da Nova República pautar-se-iam pelo lema da “exploração e conservação”.

Essa premissa, contudo, não tem impedido a destruição dos componentes naturais do ambiente amazônico, especialmente a floresta – cujos índices elevados de desmatamento têm persistido ao longo dos anos – nem a prática reiterada de crimes contra determinados segmentos das populações regionais e suas lideranças, cujos modos de vida historicamente construídos implicam no uso sustentável dos recursos naturais. No entanto, em meio a estratégias políticas de mobilização, os povos da floresta resistem e, por conseguinte, a natureza amazônica, parte indissociável de sua história, também.

⁸⁰⁵ Entre estes conceitos destaca-se o de “capacidade de suporte”, definida pelas ciências biológicas como a densidade populacional de espécies vegetais e animais que pode ser sustentada “indefinidamente” por um ecossistema, em condições satisfatórias. Em sua aplicação às sociedades humanas, o conceito diz respeito às limitações dos ecossistemas na absorção dos efeitos da ação antrópica. A noção de desenvolvimento sustentável é tributária desse conceito. Uma interessante construção analítica acerca do caráter fundador de conceitos das ciências naturais na construção de uma agenda ambiental a partir da segunda metade do século XX pode ser encontrada em: DRUMMOND, José Augusto. A primazia dos cientistas naturais na construção da agenda ambiental contemporânea. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 21, nº 62, outubro, 2006, p. 5-25.

6 A AMAZÔNIA NOS PLANOS: REFLEXÕES HISTÓRICOAMBIENTAIS

A análise da relação historicamente estabelecida entre natureza, planejamento e desenvolvimento na Amazônia na segunda metade do século XX revela a persistência de uma concepção de natureza como recurso para a manutenção e expansão de processos econômicos. Os componentes do ambiente amazônico foram identificados, classificados e apropriados de acordo com suas possibilidades de utilização. Nesse sentido, as dimensões sociais, econômicas, políticas e especialmente ambientais da experiência desenvolvimentista efetuada na Amazônia entre 1955 e 1985, apresentam à historiografia diversas possibilidades analíticas.

Conforme demonstrado nos capítulos anteriores, a discussão contemporânea acerca dos efeitos do crescimento econômico sobre o ambiente, disseminada a partir de meados do século XX, engendrou diversos desdobramentos. No campo econômico, suscitou a necessidade de uma reorientação dos processos produtivos capitalistas, tradicionalmente baseados na exploração predatória dos recursos naturais renováveis. Na esfera política, propiciou iniciativas de conservação da natureza e fomentou o surgimento de movimentos ambientalistas. Em nível jurídico, engendrou a criação de uma legislação ambiental, reformulada, ampliada e detalhada. Na esfera acadêmica, produziu estudos preconizando novas concepções de desenvolvimento, agregando dimensões sociais, ambientais e culturais. No campo científico esse desdobramento se refletiu na incorporação da dimensão ambiental nas mais distintas áreas do conhecimento, inclusive na ciência histórica, repercutindo em um novo ramo de pesquisa: a História Ambiental.

A estruturação da História ambiental como “campo historiográfico consciente de si mesmo” e sua gradativa institucionalização acadêmica em diversos países, começou a delinear-se a partir da década iniciada em 1970.⁸⁰⁶ Pádua atribui a emergência de um enfoque ambiental na pesquisa histórica às mudanças epistemológicas na compreensão do mundo natural e de seu lugar na vida humana. Segundo este autor, esse processo alicerçou-se em três movimentos, a saber: a ideia de que a ação humana pode produzir um impacto relevante sobre o mundo natural; a revolução nos marcos cronológicos de compreensão do mundo, historicamente influenciados pela concepção do “tempo bíblico” em detrimento do tempo

⁸⁰⁶ PÁDUA, op. cit., 2010, p. 17.

geológico; e a visão de natureza como uma história, isto é, como um processo em permanente reconstrução.⁸⁰⁷

A construção do campo de conhecimento históricoambiental atribuiu à natureza a condição de agente do processo histórico.⁸⁰⁸ Como bem nos lembra Diogo Cabral, a História Ambiental coloca os humanos e seus artefatos dentro do fluxo global da matéria, da energia e da vida, pois a floresta ou qualquer outra estrutura biofísica não é significativa por si mesma, precisando ser inserida em uma rede de relações que lhe confere sentido.⁸⁰⁹

A História Ambiental faz parte do processo de renovação do campo historiográfico, engendrado pela Escola dos Annales, em especial a Nova História, que nos anos 1970 propôs a abordagem histórica de “novos problemas”, “novas abordagens” e “novos objetos”, conferindo à historiografia novas perspectivas de discussão e análise.⁸¹⁰ Nessa perspectiva, ela tem suscitado análises e reflexões históricas acerca das relações entre a sociedade e a natureza.⁸¹¹ De acordo com Pádua, a produção atual neste campo disciplinar “engloba tanto realidades florestais e rurais quanto urbanas e industriais, dialogando com inúmeras questões econômicas, políticas, sociais e culturais”.⁸¹² No que se refere à Amazônia e ao planejamento do desenvolvimento regional, a historiografia ambiental contribui para a compreensão das diferentes concepções de natureza que orientaram as políticas desenvolvimentistas executadas na região na segunda metade do noventa.

A historicidade das interações humanas com o ambiente é particularmente significativa para a região, cuja formação social foi fortemente conformada por processos culturais de adaptação e transformação dos ecossistemas e usos dos rios e das florestas. Igualmente, a considerar o potencial geopolítico, mensurado por sua capacidade de produção de energia hidrelétrica, as possibilidades de uso de sua biomassa e de sua diversidade biológica pela biotecnologia, o ambiente amazônico é emblemático no contexto da contemporânea agenda ambiental internacional, baseada nos pressupostos da sustentabilidade. Nesse sentido, estudos

⁸⁰⁷ PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. In: FRANCO, José Luiz de Andrade et. al. *História Ambiental: fronteiras, recursos e conservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

⁸⁰⁸ WORSTER, op. cit., 1991.

⁸⁰⁹ CABRAL, 2014, op. cit.

⁸¹⁰ BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

⁸¹¹ Está em curso um processo de ampliação das pesquisas na área da História Ambiental no Brasil e no exterior, que se revela na organização de eventos e publicações resultantes dos debates sobre as questões que envolvem as interações sociedade e natureza na perspectiva historiográfica. Exemplar a esse respeito é a realização sistemática de seminários e simpósios de abrangência local, regional, nacional e internacional acerca do tema; a criação de linhas de pesquisa específicas em programas de pós graduação e a criação, em 2014, do Grupo de Trabalho em História Ambiental no âmbito da Associação Nacional de História (ANPUH).

⁸¹² PÁDUA, op. cit., 2012, p. 35.

e pesquisas fundamentados nos pressupostos teóricos e metodológicos da historiografia ambiental na produção de uma história da Amazônia são oportunos e necessários.

Iniciativas para integrar as interações entre natureza e sociedade nas pesquisas históricas são relativamente recentes na escrita da história regional. Na pesquisa bibliográfica realizada para a produção desta tese identificou-se no ensaio **Amazônia – Natureza, homem e tempo: uma planificação ecológica**, de Leandro Tocantins, publicado em 1960, a primeira tentativa explícita de uma interpretação histórica da Amazônia sob a dimensão ecológica. De acordo com o prefácio do autor, a abordagem realizada na publicação reclamava “exame de fatos inter-relacionados com os homens, o solo, as plantas, os animais e a História”.⁸¹³

Leandro Tocantins utilizou em sua obra diversos conceitos da Ecologia, Sociologia e Geografia. Segundo ele, “a ocupação humana da planície amazônica foi, de certo modo, um processo ecológico em que atuaram fatores de Geografia, de Natureza, fatores políticos, sociais, econômicos, culturais [...]”.⁸¹⁴ Obviamente, o ensaio tinha seus limites teórico-metodológicos, condizentes com o contexto histórico em que foi produzido, conforme reconhecido pelo autor na segunda edição, publicada em 1982. No entanto, ao propor abordar a história da Amazônia considerando as inter-relações entre os seres humanos e o ambiente, ele lançou uma perspectiva pioneira nos estudos regionais, marcados, em geral, pelo determinismo geográfico.⁸¹⁵

Com a emergência da História Ambiental, a partir do último quartel do novecentos, tem se buscado superar a dissociação entre natureza e sociedade na produção da historiografia amazônica. O estudo de Warren Dean, que propôs uma análise da exploração econômica da borracha amazônica a partir da perspectiva ecológica, publicado em 1987, representou uma referência fundamental nesse sentido.⁸¹⁶ Produções posteriores, de Victor Leonardi, Leila Mourão, José Augusto Pádua, José Augusto Drummond, Eurípedes Funes, Kelerson Costa, Rosa Acevedo Marin e Edna Castro, ampliaram os horizontes teórico-metodológicos do quadro historiográfico de interpretação das influências recíprocas entre as dimensões sociais e ambientais na Amazônia.⁸¹⁷ A tese ora apresentada propõe-se a contribuir com esse debate.

⁸¹³ TOCANTINS, Leandro. *Amazônia – natureza, homem e tempo: uma planificação ecológica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982 [1960].

⁸¹⁴ Idem, p. 6.

⁸¹⁵ Em perspectiva similar, intelectual amazonense Samuel Benchimol também abordou as interações sociais e ambientais, especialmente as relacionadas aos rios amazônicos, em sua obra “Amazônia: um pouco-antes e além-depois”, publicada em 1977, coletânea dos principais trabalhos produzidos pelo autor entre 1946 e aquele ano.

⁸¹⁶ DEAN, 1989, op. cit. A primeira versão do livro foi publicada em língua inglesa, em 1987, sendo lançada no Brasil em 1989, em português.

⁸¹⁷ PÁDUA, 2009, op. cit., 2000, op. cit. _____. A Mata Atlântica e a Floresta Amazônica na Construção Histórica do Território Brasileiro: estabelecendo um marco de análise. In: Revista de História Regional, vol. 20,

A análise da apropriação do ambiente amazônico pelo planejamento do desenvolvimento regional na segunda metade do século XX perpassa necessariamente pela construção histórica da natureza no pensamento ocidental. Por outro lado, no contexto atual, em que a “questão ambiental” coloca-se como o grande desafio para o mundo contemporâneo, refletir sobre como as sociedades amazônicas têm se relacionado com os seus ecossistemas pode ajudar na compreensão dos mecanismos de apropriação da natureza que conduziram ao patamar atual de degradação ambiental, bem como a pensar outros padrões de uso dos recursos naturais, menos deletérios ao ambiente e às populações regionais.

6.1 Pensando a natureza

Em obra sobre a história das ideias de natureza, Lenoble advertia que não há uma *natureza em si*, apenas uma natureza pensada, que só adquire sentido diante das representações dos sujeitos pensantes.⁸¹⁸ Nesse sentido, a definição de natureza está relacionada aos diferentes significados, percepções e atributos conferidos a ela pela sociedade. Historicamente o mundo natural tem sido objeto de observação, ação e reflexão das sociedades humanas, ao mesmo tempo em que seus processos biogeoquímicos repercutem sobre estas.⁸¹⁹

Consoante essa perspectiva analítica, a definição do “natural” é produto de convenções socialmente estabelecidas, engendradas ao longo do tempo e que diferem de acordo com as características de cada sociedade. Natureza significa, portanto, um entendimento cultural sobre o ambiente em que se vive. Desse modo, não existe “uma natureza por si mesma”, mas sim diferentes e divergentes concepções de natureza, que variam de acordo com as necessidades, objetivos e conveniências dos seres humanos.

nº 2, p. 232-251, 2015. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/8085/4811>>. Acesso em: 15.12.2015, p. 237; LEONARDI, 1999, op. cit.; MOURÃO, 2011, op. cit.; DRUMMOND, 2000, 1996; COSTA, 2012, 2002; FUNES, 2003; ACEVEDO MARIN, CASTRO, 1998.

⁸¹⁸ LENOBLE, Robert. *História da ideia de natureza*. Lisboa: Edições 70, 1990.

⁸¹⁹ Sobre as representações, conceitos e ideias sobre a natureza ao longo de diversas temporalidades e espacialidades ver LENOBLE, Robert. *História da ideia de natureza*. Lisboa: Edições 70, 1990; WILLIAMS, Raymond. Ideias sobre a natureza. In: *Cultura e Materialismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2011; SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; THOMAS Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010; HORTA, Regina. *História e Natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. CARVALHO, Marcus. *O que é natureza*. São Paulo: Brasiliense, 2003. PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da História Ambiental. *Estudos Avançados*, 24, 2010, p. 81-101; TURNER, Frederick. *O espírito ocidental contra a natureza: mito, história e as terras selvagens*. Rio de Janeiro: Campus, 1990; ARRUDA, Gilmar, TORRES, David Velázquez e ZUPPA, Graciela (Orgs.). *Natureza na América Latina: apropriações e representações*. Londrina: Editora UEL, 2001.

De acordo com Raymond Williams, a palavra natureza exprime três campos de significado, referindo-se à qualidade e o caráter essenciais de algo; a força inerente condutora do mundo ou dos seres humanos, ou ambos e o próprio mundo material, incluídos ou excluídos os seres humanos.⁸²⁰ Nesse sentido, o termo, em sua acepção mais antiga foi entendido como a descrição de uma qualidade ou um processo, tornando-se posteriormente substantivo independente. Para Williams, embora a palavra que a designa possua uma continuidade nominal ao longo dos séculos, analiticamente a natureza há que ser vislumbrada como complexa e em constante mudança, em consonância com as modificações de outras ideias e experiências em curso na sociedade.⁸²¹ Portanto, “qualquer história completa dos usos de natureza seria a história de grande parte do pensamento humano”.⁸²²

Por certo, o que se denomina “natureza” é parte indissociável e resultado de uma história cultural processada no âmbito da longa duração e, portanto, de uma sistemática atividade humana, pois:

Ao olharmos as encostas vazias, com profundas voçorocas, das velhas regiões cafeeiras; os campos arredondados da Bretanha, com suas elipses em torno de um castelo com caminhos que vão dar no bosque; as vastas florestas de castanheiras da Amazônia; o fantástico perfil das megalópoles ou os campos de cereais do Meio-Oeste norte-americano, pontilhados de granjas, vemos sempre o resultado da ação do homem.⁸²³

Sob essa perspectiva analítica, a natureza não é algo anterior e/ou exterior à cultura humana, estando intrinsecamente relacionada aos processos históricos. Como diria Simon Schama “uma árvore nunca é apenas uma árvore, pois em cada árvore, cada rio, cada pedra estão depositados séculos de memória”.⁸²⁴

Ao analisar os diversos modos que a ideia de “natureza” adquiriu no curso da história, Lenoble demonstrou como tais percepções refletiram as experiências sociais em curso em cada conjuntura temporal e/ou espacial.⁸²⁵ Essa perspectiva pode ser vislumbrada, por

⁸²⁰ WILLIAMS, Raymond. *Palavras chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. Verbete Natureza. São Paulo: Boitempo, 2007.

⁸²¹ Idem, *ibidem*.

⁸²² Idem, p. 295.

⁸²³ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História das Paisagens: In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 203-216, p. 203.

⁸²⁴ SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

⁸²⁵ Para Lenoble (1990, p. 37), “como em todas as nossas ideias, a imagem da natureza que prevalece em cada época e em cada meio toma assim o peso de um teor social [...]”.

exemplo, no estudo de Keith Thomas sobre as mudanças de atitude dos homens em relação às plantas e aos animais no período de 1500 a 1800.⁸²⁶

A literatura demonstra, pois, que as relações entre homem e natureza e as representações culturais elaboradas acerca desta, constituem um processo dinâmico, que condicionou costumes, tradições, lendas e mitos ao longo da história, bem como fundamentou ações realizadas em nome de categorias definidas como *progresso*, *modernização*, *conservação de recursos naturais*, *manutenção de tradições* etc.

As mudanças nas formas de apreensão e cognição da natureza, portanto, são condicionadas pelos processos históricos em que são produzidas. Desse modo as características positivas ou negativas imputadas à natureza e as diversas modalidades de sua apropriação, classificação e ordenação, envolve a utilização das categorias mentais dominantes em determinados contextos.⁸²⁷

As ideias de natureza implicam necessariamente mudança, mesmo que nem sempre tais mudanças sejam perceptíveis para os observadores. Conforme salientado por Worster, “[...] o que nós queremos da natureza também muda. O que queremos e o que retiramos nunca são o mesmo, seja para os ambientalistas ou para os agentes do desenvolvimento”.⁸²⁸ Por conseguinte, o equacionamento destas diversas aspirações inscreve-se fundamentalmente na história humana, com vários desdobramentos possíveis, podendo conduzir tanto à dilapidação das riquezas naturais como ao estabelecimento de vínculos construtivos entre sociedade e mundo natural.⁸²⁹

Nessa direção, Pascal Acot adverte que se a natureza é produto de relações sociais e se estas relações são brutais e destruidoras, não é de se estranhar que aquilo que denominamos “natureza” seja brutalmente pilhado, degradado ou destruído. Aliás, segundo esse autor,

⁸²⁶ THOMAS Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Nesta obra, o autor demonstrou que a passagem de um padrão de sujeição do mundo natural, baseado na convicção de que plantas e animais tinham como único propósito servir às finalidades e necessidades humanas (como fontes de alimento, vestuário, transporte, combustível etc.); na classificação dos animais em selvagens ou domésticas, na divisão dos vegetais entre úteis e inúteis, à emergência de um apreço pela natureza, implicando num reordenamento moral e estético ante o cenário natural, a fauna e a flora, foi historicamente determinada pelas mudanças políticas, econômicas, culturais, tecnológicas e científicas em curso, que culminaram na consolidação da “civilização industrial”.

⁸²⁷ Idem, *ibidem*.

⁸²⁸ WORSTER, Donald. A natureza e a desordem da história. In: FRANCO, José Luiz de Andrade; SILVA, Sandro Dutra e; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão (Org.). *História ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 367-384, p. 368.

⁸²⁹ SCHAMA, 1996, op. cit.

“temos esse espetáculo por todo canto, da Amazônia ao mar de Aral e do México a Bhopal, passando por Three Miles Island e Chernobyl”.⁸³⁰

As atitudes dos seres humanos para com a natureza, no entanto, não são apenas destrutivas. Com efeito, as percepções construídas acerca do mundo natural, propiciaram a formação de “[...] hábitos culturais que nos levaram a estabelecer com a natureza uma relação outra que não a de esgotá-la até a morte [...]”.⁸³¹ Desse modo, infere-se que os mitos, lendas, tabus alimentares e crenças ligados à fauna e flora de determinados ecossistemas amazônicos como as fontes de água e florestas, fazem parte do arcabouço cultural engendrado por determinados grupos sociais, como populações ribeirinhas e povos indígenas, na interação com esses espaços. A presença de touceiras de açazeiro no entorno das residências ribeirinhas, além de garantir alimento e produto para comercialização, assegura proteção espiritual a seus moradores, conforme demonstrado nos estudos de Leila Mourão no estuário amazônico.⁸³²

Segundo Keith Thomas, antes de adquirir embasamento científico, a ideia contemporânea do equilíbrio da natureza teve base teológica, pois sob a égide do desígnio divino argumentava-se, nos idos do século XVIII que mesmo as espécies aparentemente mais nocivas serviam a algum propósito humano indispensável, sendo perigoso removê-las da cadeia ecológica.⁸³³ Os significados culturalmente atribuídos a natureza, seja no campo científico, seja no interior das relações sociais, têm repercussões, portanto, na esfera política e nas relações de poder, na medida em que são utilizados para embasar e/ou justificar processos de gestão, apropriação e controle do acesso aos recursos naturais e de elaboração de políticas ambientais.⁸³⁴

O controle do acesso aos recursos naturais é um componente fundamental das relações de poder construídas socialmente, o que quase sempre implica em restrições ao seu uso. Desde os tempos coloniais a natureza amazônica esteve sujeita a diversos tipos de regulamentação. Aos administradores de tão vasto território, detentor de potencialidades naturais tão promissoras, em várias circunstâncias, tornou-se imperativo regular e normatizar a utilização de tais recursos, fossem eles “drogas do sertão”, ovos de tartaruga, peixes, borracha, madeira, minério ou açaí.

⁸³⁰ ACOT, Pascal. A natureza da humanidade. In: *Ciência e Ambiente*. Universidade Federal de Santa Maria. Ano 3, nº 5, jul./dez.1992, p. 7-18, p. 17.

⁸³¹ SCHAMA, 1996, p. 29, op. cit.

⁸³² MOURÃO, 2011, op. cit.

⁸³³ THOMAS, 2010, op. cit.

⁸³⁴ WORSTER, 2003, op. cit.

A exploração do cravo por meio de práticas nocivas à manutenção ou reprodução da espécie motivou medidas restritivas à sua extração. Por meio do relato de João Dorneles da Câmara, nascido no Pará em meados do século XVII, Rafael Chambouleyron sintetizou tais métodos:

[...] os que exploravam o cravo costumavam “cortar todas as árvores que podem”, sem cuidar da sua extinção. Em vez de apenas retirar-lhes a casca, como se fazia com as árvores de sobro, em Portugal, ou com as de canela, no Ceilão, “as cortam todas e decepam a rama”. Isso fazia com que em pouco tempo as árvores de cravo de uma determinada região se extinguissem.⁸³⁵

Práticas similares registradas em outras partes da Amazônia suscitaram a elaboração de um Alvará, em 22 de março de 1688, no qual a administração colonial portuguesa, por meio do Governador e Capitão General, Gomes Freire de Andrade, proibiu “[...] que pessoa alguma fosse aos rios Capim e Tocantins a tirar casca do pau cravo, por tempo de dez anos [...]”.⁸³⁶

Por sua vez, pesquisa efetuada por Kelerson Costa revelou a existência de uma série de medidas legais tomadas entre 1852 e 1863, com o objetivo de, progressivamente, diminuir a viração⁸³⁷ e o fabrico de manteiga de tartaruga na província do Rio Negro, atual Estado do Amazonas, que então tinha as praias mais abundantes em quelônios da Amazônia brasileira.⁸³⁸ A borracha também foi alvo de um conjunto de regulações, especialmente no contexto das diversas tentativas de sua domesticação, conforme demonstrado por Warren Dean.⁸³⁹ Igualmente, a exploração do palmito do açazeiro no estuário amazônico foi objeto de regulação a partir da legislação criada nos anos 1970, de acordo com pesquisas de Mourão.⁸⁴⁰

Com base no referencial teórico e metodológico históricoambiental, é possível inferir que as ideias de natureza contidas nos planos de desenvolvimento da Amazônia analisados nesta tese, refletiram, de modo geral, as concepções de natureza historicamente construídas no pensamento ocidental, fundamentando os processos de intervenção governamental efetuados sobre a região. Uma dimensão essencial da construção histórica da natureza amazônica como

⁸³⁵ CHAMBOULEYRON, Rafael. O sertão dos Taconhapé. Cravo, Índios e Guerras no Xingu. In: SOUZA, César Martins de; CARDOZO, Alírio (Orgs.). *Histórias do Xingu: Fronteiras, Espaços e Territorialidades (Séculos XVII-XXI)*. Belém: EDUFPA, 2008, p. 51-74, p. 52.

⁸³⁶ FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica ao Rio Negro*. Belém: MPEG/CNPQ, 1971, p. 127.

⁸³⁷ A prática da viração consistia na imobilização das tartarugas nas praias amazônicas ao emborcá-las de patas para cima. Foi documentada, e lamentada, pelo naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira em sua “viagem filosófica” ao rio Negro.

⁸³⁸ COSTA, 2012, p. 274. Uma das medidas citadas pelo autor foi a Resolução n. 54, de 4 de julho de 1855 que proibia a manipulação da manteiga de ovos de tartarugas em algumas praias, estabelecia regras para a polícia desse ramo de indústria nos lugares em que era permitido exercê-la, inclusive sujeitando os infratores a sanções pecuniárias. Esclarecemos que os exemplos mencionados não implicam medidas de proteção dos recursos no sentido contemporâneo da expressão. Antes, representam tentativas de controle da administração colonial sobre sua exploração.

⁸³⁹ DEAN, 1989, op. cit.

⁸⁴⁰ MOURÃO, 2011, op. cit.

provedora de recursos a serem explorados refere-se à premissa da abundância dos seus elementos.

O signo da abundância marcou, de modo indelével, os processos de exploração dos recursos naturais amazônicos, para além da terra e da floresta, nos textos dos Planos analisados, mas também em relação aos minérios, especialmente as minas de ferro de Carajás, que desde sua descoberta foram avaliadas entre as maiores do planeta, e cuja produção tem sido mensurada em termos de milhões de toneladas anuais. A ideia de recursos inesgotáveis repercutia nos processos de sua exploração. Lúcio Flávio Pinto relata vários exemplos a respeito, como o caso narrado a seguir. Nos primeiros cinco anos de extração da bauxita pela Mineração Rio do Norte no rio Trombetas, iniciada em 1979, a empresa não cogitava o aproveitamento de uma parte dos rejeitos do minério, aproximadamente 10 a 12% do material sólido, constituído por uma bauxita extremamente fina, com maior concentração de alumina e menor teor de sílica.⁸⁴¹

Devido a essa opção, foram atirados no Lago Batata 2,3 milhões de toneladas dos “superfinos”. Além de sedimentar grande parte do lago, essa medida representou uma perda superior a 60 milhões de dólares, quantia suficiente para financiar a primeira etapa do projeto ecológico que foi elaborado depois que o aterramento lacustre chegou ao conhecimento público e se cobraram providências para sua recuperação.⁸⁴² Considerando o imenso volume das jazidas de bauxita nas minas do Trombetas, cuja capacidade de produção de alumínio foi avaliada em 1 bilhão e 100 milhões de toneladas, em 1981, dois anos após o início de sua exploração comercial,⁸⁴³ infere-se que o desperdício dos superfinos decorria da imaginação de uma quantidade ilimitada do minério existente por parte dos gestores da empresa mineradora.

A representação apologética dos recursos naturais do Brasil fomentada pela mesma sociedade que pratica a sua depredação foi considerada por Pádua como um processo envolvendo “dois polos esquizofrenicamente divorciados: uma celebração puramente retórica de um lado e uma realidade de devastação impiedosa do outro”.⁸⁴⁴ Isto é particularmente significativo em relação à Amazônia. A retórica da abundância moldou as políticas desenvolvimentistas planejadas para a região na segunda metade do novecentos, refletindo

⁸⁴¹ PINTO, 1979, op. cit.

⁸⁴² Idem.

⁸⁴³ SANTOS, 1981, op. cit.

⁸⁴⁴ PÁDUA, José Augusto. Natureza e Projeto Nacional: As Origens da Ecologia Política no Brasil. In: _____. (Org.). *Ecologia e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987, v. 1, p. 11-62, p. 20.

uma marca de origem da natureza amazônica imprimida desde os tempos coloniais, discutida a seguir.

6.1.1 A natureza amazônica: marcas de origem

Por abrigar uma das maiores biodiversidades do planeta e a maior extensão de ecossistemas florestais e de recursos hídricos, a Amazônia materializa as mais diversas representações e apropriações de natureza. Conforme observado por Pádua, a imagem de natureza amazônica na cultura ocidental é resultado de uma longa construção histórica, marcada por diversas metamorfoses.⁸⁴⁵ A região foi historicamente pensada em relação a potencialidade de seus solos, águas, florestas e minérios, processo que se iniciou com os navegadores europeus que pioneiramente se aventuraram por estas plagas e que se reatualiza na contemporaneidade sob o mote de capital natural.

Na literatura de abordagem histórica revela-se um delineamento do que tem se denominado natureza amazônica como um espaço de representações idealizadas.⁸⁴⁶ Os registros dessas representações estiveram presentes nas crônicas dos viajantes que percorreram a região nas expedições europeias dos idos do período colonial como Carvajal, Acuña e Rojas. São encontrados, posteriormente, nos relatos de naturalistas, como Wallace, Bates, Spix, Martius, Agassiz, entre outros, que singraram as paragens amazônicas em diversos momentos do século XIX, identificando, catalogando e descrevendo os ambientes e as populações regionais, bem como registrando suas impressões pessoais diante das singularidades dos trópicos.⁸⁴⁷ Persistem nos estudos geopolíticos e nos planos de desenvolvimento do século XX, os quais atribuíram funcionalidades econômicas às florestas, solos, águas e subsolos.

Em análise das crônicas da viagem de Orellana, escritas por Carvajal em meados do século XVI e a de Pedro Teixeira, na subida do rio Amazonas, produzidas por Rojas e Acuña, na primeira metade do século XVII, Neide Gondim aponta os aspectos edênicos da natureza tropical salientados nas crônicas que remetiam a uma perspectiva da abundância por

⁸⁴⁵ PÁDUA, José Augusto. “Arrastados por uma cega avareza”: as origens da crítica à destruição dos recursos naturais amazônicos. In: *Ciência e Ambiente*. Universidade Federal de Santa Maria. Nº 31, jul./dez.2005, p. 131-146.

⁸⁴⁶ PIZARRO, Ana. *Amazônia: as vozes do rio, imaginário e modernização*. Belo Horizonte: UFMG, 2012; GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994; SOUZA, Márcio. *História da Amazônia*. Manaus: Valer, 2008.

⁸⁴⁷ GONDIM, 2008, op. cit.

excelência e a diversas possibilidades de uso dos recursos. Carvajal enfatizava a terra primaveril, rica em caça, pesca e frutos, fértil e rica em minérios.

Além disso a terra é tão boa, tão fértil e tão ao natural como a de nossa Espanha [...] é terra temperada, onde se dará muito trigo e se darão todas as árvores frutíferas. Além disso está aparelhada para criar todo o gado, porque há nelas muitas ervas como em nossa Espanha, tais como o orégão e cardos pintados e rajados e outras ervas muito boas [...] e há caça de toda espécie.⁸⁴⁸

Por seu turno, Rojas, além dos dados técnicos sobre o rio, como largura, profundidade e comprimento, informa uma diversidade linguística, alimentar e de habitações, evidenciando uma preocupação mercantilista, refletida na sugestão de instalação de fortalezas para a “custódia” material de tão extensas áreas, sobretudo em relação às possibilidades comerciais e o lucro potencial a ser obtido com a exploração das madeiras de lei.⁸⁴⁹

Acuña, por sua vez, também se enlevava com a “produtividade” da terra, aludindo à diversidade de “animais, aves, plantas medicinais, minérios e homens”, que circundavam o “grande rio”. Este cronista apontava não somente a abundância dos recursos, como também a possibilidade de cultivo de determinados produtos, como cacau, tabaco e cana de açúcar, assentada na suposta disponibilidade abundante de mão de obra. Entremeadas de relatos fantásticos, a leitura exótica da região delineada em tais crônicas, projetava o imaginário dos seus autores, revelando, segundo Pádua, uma clara evidência da dificuldade dos europeus de traduzir culturalmente uma biodiversidade e uma paisagem tão distinta da que estavam habituados.⁸⁵⁰

Os primeiros olhares coloniais sobre a natureza amazônica inscreveram-se no processo de expansão das coroas ibéricas, cuja motivação econômica básica alicerçava-se inicialmente na busca de elementos classificados como riquezas naturais passíveis de exploração extrativa, ampliando-se posteriormente com a possibilidade de utilização de vastas porções de terra para o cultivo de monoculturas ou a introdução de espécies exóticas no Novo Mundo.⁸⁵¹ Tais percepções acerca das possibilidades de uso das terras para cultivo refletiam uma mentalidade utilitarista da natureza dominante no pensamento europeu naquele contexto histórico. Com efeito, em seus estudos sobre as mudanças de atitudes humanas em relação aos animais e às

⁸⁴⁸ CARVAJAL, Gaspar de. *Descobrimento do rio de Orellana*. São Paulo, Nacional, 1941 p. 62-3 apud GONDIM, op. cit., p. 84.

⁸⁴⁹ GONDIM, op. cit., p. 87.5

⁸⁵⁰ PÁDUA, 2005, op. cit.

⁸⁵¹ HEMING, 2011, op. cit.; PÁDUA, 2005, op. cit.

plantas, Keith Thomas demonstrou que até o século XVIII terras não cultivadas representavam desperdício e a presença de homens “incivilizados”.⁸⁵²

Segundo Pádua, os primeiros cronistas ativeram-se ao valor potencial de elementos naturais isolados como quelônios, peixes bois e alguns espécimes vegetais, inibindo a visão de uma realidade florestal integrada e justificando a ausência de quaisquer preocupações com a exploração destrutiva de tais recursos nos relatos quinhentistas e seiscentistas.⁸⁵³ Para usar uma expressão de Arthur Cézár Reis, o mundo tropical amazônico era visto como um “empório de matérias primas”.⁸⁵⁴

A relevância dos produtos da floresta e dos rios na configuração do sistema produtivo organizado no interior da ordem colonial é demonstrada, de modo acurado, pelo Repertório Documental para Memória da Pesca Amazônica (2002), extensa compilação de fontes do século XVIII, que demonstra a intensa captura e a dinâmica circulação de peixes, frescos ou salgados, caranguejos, peixes bois, tartarugas, farinha de mandioca etc., que, entre outras finalidades serviam para abastecer as vilas coloniais e a Tesouraria Geral do Comércio.

O trecho da correspondência a seguir, remetida pelo súdito Feliz da Cunha ao administrador da Tesouraria Geral dos Índios, em 12 de março de 1765, similar a diversas outras produzidas naquele período, é emblemático desse processo:

“Remeto para a Thezouraria Geral dos Índios mil tainhas secas e dezesete cestos de moura e cento e oitenta paneiros de caranguejos nesta canoa remeto um cesto de tainhas secas que os índios a viagem passada deixarão em terra com quinhentas tainhas”.⁸⁵⁵

É de se destacar, ainda, a pressão antrópica exercida ao longo do período colonial, adentrando pelos períodos imperial e republicano, sobre as espécies animais de grande porte, como o peixe-boi, o pirarucu e especialmente a tartaruga. Esta última é apontada por Kelerson Costa como o símbolo por excelência da destruição ambiental promovida pela colonização da Amazônia até o início do século XX.⁸⁵⁶ Igualmente, a extração predatória de espécies da

⁸⁵² THOMAS, 2010, op. cit.

⁸⁵³ PÁDUA, 2005, op. cit.

⁸⁵⁴ REIS, Arthur Cézár Ferreira. Mundo tropical e empório de matérias primas”. In: _____. *A Amazônia e a cobiça internacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Manaus: SUFRAMA, 1982 [1960], p. 13-21.

⁸⁵⁵ FURTADO, Lourdes Gonçalves et. al. *Repertório documental para a memória da pesca Amazônica*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002, p. 175.

⁸⁵⁶ Além da carne utilizada na alimentação, os ovos deste quelônio constituíam a matéria prima para a fabricação de manteiga e azeite usado em larga escala como combustível, promovendo uma destruição sem precedentes da espécie nas praias dos rios amazônicos. A exploração sistemática das tartarugas nos rios da Amazônia não passou incólume pelos viajantes naturalistas que percorreram a região. Uma abordagem historiográfica consistente sobre este tema é encontrada em COSTA, Kelerson Semerene. *Templos de Tânatos, templos de Eros: a exploração das tartarugas nas praias amazônicas*. In: FRANCO, José Luiz de Andrade; SILVA, Sandro Dutra

flora, como o cravo e a castanheira, provocando o seu “desaparecimento” das margens dos rios, onde outrora abundava, conforme registrado por Ferreira Pena revelava o caráter imprevidente do uso dos recursos.⁸⁵⁷

Ainda que haja registros de medidas restritivas à exploração de determinadas espécies vegetais no século XVII, como o cravo, de acordo com Pádua a disseminação da ideia da importância das florestas para a qualidade do clima, a fertilidade dos solos e a oferta de água deve-se à emergência da mentalidade científica moderna, particularmente a partir do século XVIII, e à cultura romântica dos séculos XVIII e XIX, pautada na valorização das grandes paisagens florestais, no contexto de uma estética do sublime.⁸⁵⁸ Tal mentalidade orientou a origem de um discurso crítico ao uso destrutivo dos recursos naturais amazônicos presente nos relatos dos viajantes naturalistas, como Alexandre Rodrigues Ferreira, e missionários, como o padre jesuíta João Daniel, que em distintos momentos do setecentos adentraram o universo amazônico.⁸⁵⁹

Embora orientado pelo discurso da abundância, refletido nas alusões à fertilidade das terras, à temperança dos climas e à qualidade das águas da Amazônia, atributos que, em sua opinião, tornavam o Estado do Grão-Pará e Maranhão um *locus* onde os súditos portugueses poderiam usufruir das riquezas da natureza tropical, o padre João Daniel alertava para a ameaça de esgotamento das matas em decorrência da prática sistemática de coivaras.⁸⁶⁰ Por seu turno, o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, que na condição de chefe de uma expedição científica, percorreu as capitanias do Grão Pará, São José do Rio Negro e Mato Grosso entre 1783 e 1792, ao registrar informações sobre flora, fauna, formações geológicas e grupos humanos, condenou o extrativismo predatório de espécies animais, como tartarugas e peixes-boi, observado nos rios amazônicos.⁸⁶¹

O ingresso das expedições científicas no vale amazônico possibilitou a identificação, catalogação e registro de elementos da fauna e flora regionais, ajudando a desfazer, segundo Hemming, fantasias sobre selvas tenebrosas.⁸⁶² Para Gondim, o viajante “sentia-se agraciado pela natureza com a possibilidade de repetir o ato genesíaco de nomear e descobrir seres e plantas e insetos e rios novíssimos”.⁸⁶³ Insetos, aves, palmeiras, mamíferos etc., endêmicos

e; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão (Orgs.). *História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

⁸⁵⁷ FERREIRA PENNA, Domingos Soares. *Obras Completas*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1973, 2 v.

⁸⁵⁸ PÁDUA, 2005, op. cit.

⁸⁵⁹ Idem.

⁸⁶⁰ DANIEL, João. *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

⁸⁶¹ FERREIRA, 1971, op. cit.

⁸⁶² HEMMING, 2011, op. cit.

⁸⁶³ GONDIM, 1994, p. 130.

ou não, foram inventariados e alimentaram extensos registros de história natural, especialmente no curso do século XIX. A Amazônia passou a ser vista de outro prisma, à luz da incipiente ciência moderna. A importância desse processo pode ser encerrada nas palavras de Hemming:

Naquelas décadas, a Amazônia, suas florestas e seus povos nativos estavam sendo observados sob uma nova luz. A região foi reconhecida como a maior floresta tropical do mundo, na maior bacia hidrográfica. Embora tremenda, não era apenas uma selva assustadora. Ela encerrava incontáveis riquezas científicas.⁸⁶⁴

A criação da Sociedade Filomática Paraense, em 1866, com a finalidade de estudar a fauna, flora, a geologia e a geografia do Brasil, em especial da Província do Pará refletiu, pois, um contexto histórico favorável à produção, sistematização e divulgação de conhecimentos acerca da história natural da região.⁸⁶⁵

Em que pese os distintos períodos em que foram elaborados, os relatos produzidos no decurso da conjuntura colonial caracterizaram-se pelo seu caráter utilitarista e exploratório. Se a Coroa Espanhola, no limiar do século XVI, recomendou expressamente ao capitão Pizon que buscasse riquezas naturais passíveis de exploração econômica, na primeira metade do século XIX, em 1818, os cientistas bávaros Spix e Martius – primeiros cientistas não portugueses autorizados a visitar o rio Amazonas – foram instruídos por seu governo a observar os povos do Brasil, suas técnicas agrícolas e usos medicinais de suas plantas, denotando novos olhares e interesses sobre a região.⁸⁶⁶ Igualmente, os objetivos consignados à missão oficial da Província do Pará da qual foi incumbido Ferreira Penna, em 1864, além da constatação do estado das povoações e suas demandas, incluíam a averiguação dos produtos naturais de maior proveito e vantagens para o comércio, assim como a situação da agricultura e seus principais produtos.⁸⁶⁷

De acordo com Carvalho, os relatos transmitidos pelas visões paradisíacas dos cronistas quinhentistas, bem como as impressões registradas pelos viajantes dos séculos seguintes engendraram na América do Sul, em geral, e no Brasil, em particular, uma marca de origem que lhes atribui o papel de lugar natural por excelência, [...] “traço que se reatualiza no

⁸⁶⁴ HEMMING, 2011, p. 225.

⁸⁶⁵ GUALTIERI, Regina Cândida Ellero. A Amazônia sob olhares evolucionistas: a ciência no Museu Paraense Emílio Goeldi (1894-1914). In: ALVES, José Jerônimo de Alencar (Org.). *Múltiplas faces da história das ciências na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2005, p. 103-134. A Sociedade Filomática Paraense foi idealizada por Domingos Soares Ferreira Penna e constituiu o núcleo do futuro Museu Paraense Emílio Goeldi, instalado oficialmente em 1871 (GUALTIERI, 2005).

⁸⁶⁶ HEMMING, 2011, op. cit.

⁸⁶⁷ FERREIRA PENNA, 1973, op. cit.

imaginário ecológico contemporâneo sobre estes territórios, vistos como reservatório de biodiversidade do planeta”.⁸⁶⁸

O processo de construção histórica da ideia de natureza amazônica como provedora de recursos a serem explorados remete, pois, aos interesses pragmáticos da administração colonial portuguesa. Como visto acima, as fontes coloniais revelam uma estrutura socioeconômica profundamente contingenciada pelos ecossistemas florestais e aquáticos. A extração seletiva de elementos da floresta como as “drogas do sertão”, a extração de madeiras nobres e a exploração sistemática de peixes, crustáceos e quelônios destacaram-se na conformação daquele sistema.⁸⁶⁹

Em meados do século XIX, outro produto da floresta se destacou em termos de apropriação econômica. A descoberta do processo de vulcanização da borracha, cuja matéria prima é extraída do látex da espécie *Hevea Brasiliensis*, presente na floresta amazônica, em 1839, inseriu esse produto, cuja exploração em solos amazônicos até então era inexpressiva, nos processos técnicos da Revolução Industrial, inscrevendo a seringueira nativa em um longo e árduo capítulo da história ecológica da região, muito bem narrada por Warren Dean.⁸⁷⁰ A história da exploração da borracha é reveladora da utilidade da *hevea* como insumo de novas técnicas, qualificando-a como um recurso.

Por sua vez, as políticas de colonização empreendidas pelo governo paraense no limiar do século XX por meio das colônias agrícolas instaladas nas terras às margens da Estrada de Ferro de Bragança, criadas com o intuito de abastecer a capital do Estado de gêneros alimentícios, também expressam uma visão de natureza amazônica como fonte potencial de recursos a serem explorados.⁸⁷¹

Perspectiva similar orientou a “Marcha para o Oeste”, programa de governo lançado por Getúlio Vargas nos primeiros anos do Estado Novo, precisamente em 1938, que buscava a

⁸⁶⁸ CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Paisagem, historicidade e ambiente: as várias naturezas da natureza. *Confluente*. Vol. 1, nº 1, 2003, p. 163-157, p. 154.

⁸⁶⁹ Sobre usos, apropriações e representações dos recursos naturais no interior da sociedade amazônica na colônia e as interações estabelecidas entre sociedade e natureza, consultar: COSTA, Kelson Semeerene. *Homens e natureza na Amazônia brasileira: dimensões*. Tese de Doutorado. UNB, Brasília, 2002; COELHO, Geraldo Mártires. *O espelho da natureza: poder, escrita e imaginação na revelação do Brasil*. Belém: Paka-Tatu, 2009; LEONARDI, Victor. *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*. Brasília: Paralelo 15 / Editora da UNB, 1999.

⁸⁷⁰ DEAN, 1989, op. cit.

⁸⁷¹ Sobre a colonização da Bragantina, consultar PENTEADO, Antônio Rocha. *Problemas de Colonização e de Uso da Terra na Região Bragantina do Estado do Pará*. Belém: Editora da UFPA, 1967; SILVA, Jonas Teodósio da. Povoamento e ocupação das terras urumajoenses (1900-1960): aspectos da imigração nordestina. In: BATISTA, Iane Maria da Silva (Org.). *Histórias e memórias urumajoenses: novas perspectivas*. Belém: Editora Açaf, 2012, p. 115-137; CONCEIÇÃO, Maria de Fátima Carneiro da; OLIVEIRA, Aline Reis de; VIANA, Jamerson Rodrigues Monteiro. Políticas agrárias e estrutura fundiária na Zona Bragantina, Nordeste paraense. In: NETO, José Maia Bezerra; GUZMÁN, Décio de Alencar (Orgs.). *Terra Madura: Historiografia e História Social na Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2002, p. 231-242.

integração econômica nacional a partir da colonização de regiões consideradas longínquas e desabitadas, como a Amazônia.⁸⁷² A portaria nº 77, de 3 de junho de 1943, que criou a Expedição Roncador-Xingu, sob os auspícios daquele programa, destacava a necessidade de exploração do maciço central do país visando a integração com a região amazônica, em especial a área compreendida pelas cabeceiras do rio Xingu.⁸⁷³ Certamente, o aproveitamento das possibilidades econômicas daquelas áreas cobertas de florestas, segundo o pensamento dos expedicionários, constituía uma das principais diretrizes da iniciativa estatal.

A imagem da Amazônia como área de imensas possibilidades econômicas representadas por suas águas, solos, florestas e subsolos, consolidou-se na segunda metade do século XX, com a emergência da ideologia desenvolvimentista, baseada na industrialização, na urbanização e no assalariamento do trabalho. Sob a condução de planos governamentais, a natureza amazônica foi sendo gradativamente inserida nos parâmetros da racionalidade econômica capitalista moderna e inscrita em múltiplos discursos políticos, econômicos e científicos que orientaram a classificação, a apropriação e a gestão dos elementos constitutivos de seus ecossistemas, compreendidos como recursos naturais.

As percepções historicamente elaboradas acerca da “natureza amazônica” engendraram representações diversas, produzindo mitos como os da homogeneidade florestal, o vazio demográfico, a ausência de técnica, o caráter improdutivo do extrativismo e a existência de paisagens intocadas pelo homem. Tais percepções alimentaram classificações reducionistas, simplificadoras e preconceituosas, que nortearam as mais diversas políticas governamentais planejadas e executadas na região, e em certa medida, ainda persistem. Essa herança histórica, que remete aos primeiros anos de colonização portuguesa na Amazônia e é continuamente reelaborada, também se refletiu na retórica governista expressa nos Planos de desenvolvimento analisados na tese. A Amazônia projetada no planejamento governamental é tributária, pois, de diversas influências, reveladoras de distintas concepções de natureza, conforme se procurou demonstrar neste tópico.

⁸⁷² ANDRADE, Rômulo de Paula. “Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta”: Getúlio Vargas e a revista “Cultura Política” redescobrem a Amazônia (1940-1941). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas*, Belém, vol. 5, nº 2, pp. 453-468, maio-ago. 2010.

⁸⁷³ MAIA, João Marcelo Ehlert. As ideias que fazem o Estado andar: imaginação espacial, pensamento brasileiro e território no Brasil Central. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 53, nº 3, 2010, pp. 621-655.

6.1.2 Amazônia projetada

A análise dos planos de desenvolvimento abordados nessa tese revela que no pensamento desenvolvimentista estatal, a natureza era vista como tendo existência per se. As representações evocadas nos planos encerravam desse modo, uma concepção de natureza elaborada no pensamento ocidental, que desconsiderava outras perspectivas que não a reduziam às suas funções utilitárias.⁸⁷⁴

As formas de manejo dos ecossistemas historicamente praticados pelas populações regionais, consideradas inadequadas e primitivas, não se coadunavam aos valores preconizados pelos governos para a região. A perspectiva governamental refletia uma oposição historicamente construída entre mundo social e mundo natural, segundo a qual a realidade amazônica até então havia sido condicionada pelo ambiente. A partir da intervenção planejada do Estado tal lógica se inverteria, com a apropriação “racional” da natureza pela sociedade.

Segundo o discurso elaborado nos Planos, a atuação sobre área tão ampla, cujo potencial de recursos era desconhecido, exigia a presença efetiva e enérgica de uma ação estatal, a fim de mobilizar a “riqueza natural” da Amazônia para promover o desenvolvimento da região, e do país. Sob a lógica dos gestores públicos, a “prodigalidade” de recursos existentes na região não teria logrado a constituição de uma sociedade rica e estável. Pelo contrário, engendrara a formação de estruturas sociais e econômicas atrasadas e anacrônicas. A ideia da abundância de recursos naturais presentes em um ambiente vazio de gente, cultura, técnica e infraestrutura demandava a intervenção do aparato institucional do Estado, capaz de transformar os componentes do ambiente amazônico em fatores produtivos.⁸⁷⁵

A ideia de desenvolvimento, pautada no crescimento econômico e na noção de progresso norteou a expansão da economia “moderna”,⁸⁷⁶ instrumentalizando a dinâmica capitalista no contexto pós Segunda Guerra mundial.⁸⁷⁷ Segundo Williams o termo, em seu

⁸⁷⁴ Como as documentadas por Philippe Descola (1997), entre os povos Achuar da Amazônia equatorial ou por Jared Diamond (2014), entre os !kungs do deserto de Kalahari.

⁸⁷⁵ Esse pensamento acerca do papel condutor do Estado na promoção do desenvolvimento coaduna-se com as teorias sociológicas segundo as quais a função do Estado é a manutenção da unidade e da coesão social, representando, assim, a instância central da implementação de objetivos coletivos. A respeito dessas teorias e seus fundamentos epistemológicos consultar: BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

⁸⁷⁶ A economia moderna é entendida por Léna (2005, p. 359) como a “[...] contínua incorporação de espaços, bens e pessoas à lógica mercantil”, fenômeno também denominado por alguns autores de “mercantilização” ou “mercadorização” do mundo.

⁸⁷⁷ WILLIAMS, Raymond. *Palavras chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. Verbete Natureza. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 131.

sentido moderno, está estreitamente associado a certas ideias sobre a “natureza das mudanças econômicas”, descortinadas a partir de meados do século XIX, pressupondo sociedades a atravessar etapas evolutivas.⁸⁷⁸ Este entendimento, tributário da ideia de progresso, se consolidou no século XX sob a égide dos processos de uma economia industrial e comercial em contínua expansão, orientada pelo domínio da técnica sobre a natureza, como expressão de uma dinâmica “natural” da História.⁸⁷⁹

No processo de soerguimento das economias ocidentais afetadas pela Segunda Guerra, diversas teorias foram criadas para promover e acelerar o crescimento econômico e ao mesmo tempo explicar as diferenças entre os estágios de desenvolvimento das nações. A mais disseminada nos países não industrializados referia-se ao “círculo vicioso da pobreza”, fundamentada nas seguintes premissas: 1) produtividade baixa acarreta renda baixa, 2) com a renda baixa, a capacidade de poupar torna-se irrisória, 3) como a poupança é irrisória, a acumulação de capital é impossível, 4) quando o investimento é irrisório, a produtividade fica condenada à estagnação.⁸⁸⁰

Baseadas em generalizações que desconsideravam as especificidades históricas das sociedades, tais teorias indicavam a “evolução” dos países industrializados, em especial os europeus, assim como os Estados Unidos da América, como a referência de desenvolvimento a ser perseguida. A identificação das causas inibidoras do desenvolvimento indicaria os “remédios” a serem adotados para alcançá-lo, como assistência técnica, formação de recursos humanos, criação de infraestrutura etc. Como resultados, obter-se-ia produtividade, acumulação, capacidade de poupança, inovação tecnológica, capacidade de investimento.

Aos Estados nacionais caberia assegurar as medidas fiscais, alfandegárias, creditícias e monetárias para alavancar esse processo. O planejamento representou, portanto, o instrumento de aplicação dos mecanismos prescritos teoricamente para se alcançar o desenvolvimento. A ação estatal na Amazônia a partir de meados do século XX, orientada por planos a serem executados por um período delimitado, inscreveu-se, pois, nesse contexto e sob esses pressupostos.

⁸⁷⁸ Idem, p. 133.

⁸⁷⁹ A noção de progresso, caracterizada pela associação entre mudança e evolução, a qual fundamentou o conceito de desenvolvimento, é considerada por Robert Nisbet (1985), como a mais importante na civilização ocidental. Com efeito, segundo este autor, tal ideia pressupõe a crença em uma tendência gradual e inexorável de avanço de uma determinada condição rumo a um patamar superior, seja na esfera científica ou tecnológica, seja no campo das artes ou da própria elevação da condição moral e espiritual do ser humano.

⁸⁸⁰ BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François. Desenvolvimento. In: *Dicionário crítico de sociologia*. São Paulo: Ática, 2001.

Segundo Warren Dean, subjacente a ideia de desenvolvimento estava a premissa da concepção de políticas governamentais capazes de estimular a acumulação de capital e a industrialização e, com isso, obter um ritmo de crescimento muito mais rápido que qualquer outro na história.⁸⁸¹ Desse modo, o desenvolvimento apresentava-se na retórica dos administradores públicos impregnado dos valores positivos, que “penetrava a consciência da cidadania, justificando cada ato de governo, e até de ditadura e de extinção da natureza”.⁸⁸²

Diante da impossibilidade de se estender ao conjunto da sociedade o estilo de vida criado pelo capitalismo industrial, Celso Furtado advertia, em 1974, que a ideia de desenvolvimento econômico não passava de um mito, de grande utilidade para “mobilizar os povos da periferia”, legitimando a destruição de suas culturas e o caráter predatório do sistema produtivo.⁸⁸³ Segundo Furtado, graças a essa ideia era possível “desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades abertas ao homem pelo avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos, como investimentos, exportações e crescimento”.⁸⁸⁴

No entanto, assim como as percepções de natureza reproduzidas nos Planos, os mecanismos evocados nas teorias desenvolvimentistas também foram confrontados com as experiências históricas existentes na Amazônia. A política de incentivos fiscais, por exemplo, instrumento central do planejamento governamental na década de 1970, voltada especialmente ao subsídio de empreendimentos agropecuários em áreas supostamente vazias de gente e desprovidas de técnicas, fomentou a concentração de terras, conflitos fundiários, a especulação imobiliária e a predação dos ecossistemas. Introduziu-se a pecuária na Amazônia, em grande escala, sem o conhecimento adequado dos solos, em áreas secularmente ocupadas, destruindo-se a floresta e desarticulando-se a diversidade social da região.

A utilização da natureza como suporte material de operacionalização de uma concepção e de um projeto de desenvolvimento encontrava consonância em uma perspectiva utilitarista do mundo natural, ancorada na ideia de função econômica. Segundo Silva, esta visão reducionista inscreve-se num campo teórico que acompanhou o “grande rush imperialista

⁸⁸¹ DEAN, 2011, op. cit.

⁸⁸² Idem, p. 281. Ao documentar a história da devastação ambiental da Mata Atlântica, Warren Dean assinalou que a destruição desta floresta foi barganhada pelo crescimento econômico, em especial no pós Segunda Guerra. Basicamente todas as transformações físicas e econômicas dos anos 50 aos 70, associadas ao desenvolvimento, como as indústrias eletroeletrônica, petroquímica, pneumática, farmacêutica, automobilística etc., foram confinadas à região da Mata, consolidando de modo irreversível a destruição de suas faixas florestais remanescentes (DEAN, 2011).

⁸⁸³ FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 90-91. [1974]. Mito, no sentido utilizado pelo autor, representa um conjunto de hipóteses que não podem ser testadas.

⁸⁸⁴ FURTADO, 1996, op. cit.

entre 1880 e 1910”, especialmente da geografia e da antropologia, que ao estabelecer contato com povos africanos e asiáticos forjou um modo etnocêntrico de apreciar as diferenças sociais e culturais.⁸⁸⁵

Sob essa matriz ideológica, a unificação econômica do mundo e seus vetores, como o guano do Peru, o café do Brasil, a carne da Argentina ou o algodão do Egito, constituíram elementos centrais de análise das possibilidades do planeta. Nesse sentido, enfatizou-se a “racionalidade das relações homem/natureza”, entendida como a otimização do uso dos recursos disponíveis. A não utilização, em seus limites, de recursos naturais, ou seu uso “irracional”, como no *potlatch*,⁸⁸⁶ implicava, peremptoriamente, na “irracionalidade” do não europeu.⁸⁸⁷

A considerar a perspectiva histórica, conforme salientado por Drummond, a extração de elementos da flora e da fauna de áreas florestadas e conexas (rios, lagos, igapós, cerrados, manguezais etc.) tem sido “um meio fundamental de subsistência para a maior parte dos seres humanos que viveram na Amazônia nos últimos 6 a 8 mil anos”.⁸⁸⁸ Isto é demonstrado cabalmente tanto pelos relatos dos antigos viajantes que percorreram o estuário amazônico, como pelas pesquisas arqueológicas, antropológicas e etnográficas efetuadas na região na segunda metade do século XX. Existe, portanto, uma clara historicidade na atividade extrativista. Consoante essa perspectiva, Victor Leonardi adverte que o extrativismo não pode ser pensado “[...] como se as populações amazônicas não tivessem nada a ver com as características físico-químicas do solo no qual trabalham e com a qualidade do rio às margens do qual habitam”.⁸⁸⁹

Os discursos governamentais expressos nos planos, assim como as ações neles preconizadas, desconsideraram, portanto, a história regional e todas as ações produtivas que foram operacionalizadas na Amazônia ao longo de milhares de anos pelas populações que a ocuparam. À luz das ideias de desenvolvimento alicerçadas na dimensão econômica, os

⁸⁸⁵ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História das Paisagens: In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 203-216, p. 203.

⁸⁸⁶ O *potlatch* consiste em práticas sociais, observada pelo antropólogo Marcel Mauss entre diversas sociedades “tradicionais” localizadas na costa oeste da América do Norte, ilhas da Polinésia e Melanésia, que em determinadas circunstâncias, envolvem os membros das famílias ou das tribos aliadas e que consistem na obrigação de dar, de receber e de retribuir, vinculando-os como parceiros de troca e definindo-os como aliados.

⁸⁸⁷ SILVA, 1997, p. 206, op. cit.

⁸⁸⁸ DRUMMOND, José Augusto. A extração sustentável de produtos florestais na Amazônia brasileira: vantagens, obstáculos e perspectivas. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, nº 6, jul.1996, p. 115-137.

Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/seis/drumon6.htm>>. Não paginado. Acesso em: 05.03.2014.

⁸⁸⁹ LEONARDI, 1999, p. 15, op. cit.

gestores públicos desconsideravam que as atividades produtivas dos “povos da floresta” não se reduzem a uma finalidade estritamente mercantil.

A percepção dos recursos naturais como dádivas da natureza e a imagem recorrente da floresta como resultado de processos exclusivamente biológicos, expressa nos Planos, refletiam uma visão geopolítica que considerava a natureza apenas em seus aspectos fisiográficos e geológicos e não como expressão de um território cultural. A diversidade de recursos, que compunham um “formidável potencial de utilização”, tão cara aos planejadores desenvolvimentistas, era compreendida como produto da própria natureza, sem a intervenção humana. Enfim, não se reconhecia que, antes de se transformar em mercadorias nas sociedades modernas, “as espécies vegetais e animais são objeto de conhecimento, domesticação e uso, fonte de inspiração para mitos e rituais”.⁸⁹⁰

Nesse sentido, para operacionalizar as ações projetadas para a Amazônia através do planejamento, era imperativo negar totalmente a historicidade da região, as experiências sociais nela produzidas para enquadrá-la ao que fora prescrito na esfera governamental. Por isso, a abertura de estradas, a implantação de projetos mineradores e agropecuários, a construção de hidrelétricas entre outros empreendimentos, implicaram em ações muitas vezes violentas contra determinados segmentos da sociedade regional, como transferências compulsórias e no uso imprevidente e predatório dos recursos naturais, politicamente legitimado pelos governos, sob a égide do discurso da abundância.

6.1.2.1 Delimitando uma região: a Amazônia Legal

Uma evidência importante da desconsideração da dimensão histórica da Amazônia no planejamento do desenvolvimento governamental da segunda metade do novecentos foi a sua delimitação como uma região de planejamento, para atender aos desígnios do Estado desenvolvimentista, por meio da proposição de melhorias sociais, econômicas e culturais para as populações amazônicas, a partir de um ideário de desenvolvimento fundado na ideia de progresso cultural, educacional e técnico-científico.

Tanto o 1º Plano de Valorização Econômica da Amazônia (1955-1959), formulado sob os auspícios da SPVEA, como os planos de desenvolvimento subsequentes, concebidos no contexto da SUDAM, constituíram instrumentos governamentais para engendrar uma ordem social previamente delineada para a região. Sob a lógica urbano-industrial-

⁸⁹⁰ DIÉGUES, Antônio Carlos; ARRUDA, S. V. Rinaldo. *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília, DF: MMA; São Paulo: USP, 2001, p. 15.

desenvolvimentista, a valorização econômica da Amazônia pressupunha a imposição aos seus habitantes de novas concepções de tempo, propriedade e trabalho, a serem operacionalizadas via planejamento governamental por meio da exploração de seus recursos naturais. Esse pensamento motivou iniciativas estatais de mapeamento, delimitação e atribuição de funcionalidades à região. Para a atuação nesse espaço idealizado, os legisladores brasileiros da década de 1940 instituíram uma região de planificação, a Amazônia Legal, circunscrição mantida e ampliada pelos governos militares, conforme mapa 1, na Introdução da tese.⁸⁹¹ Nesse sentido, os formuladores de decisões definiram um espaço e estabeleceram o raio de ação do planejamento governamental a partir de uma visão pragmática de um conjunto de problemas a serem equacionados.⁸⁹²

Historicamente, o conceito de Amazônia carrega uma inquestionável polissemia, podendo designar, segundo Eidorfe Moreira, uma bacia hidrográfica, consignada pelo rio Amazonas e seus afluentes, uma província botânica, assinalada pela dispersão das espécies do gênero *Hevea*, da castanha do Pará (*Bertholletia Excelsa*) e da vitória régia (*Victoria Amazonica*), um conjunto político e/ou um espaço econômico.⁸⁹³ A definição de Amazônia depende, pois, dos fatores considerados e estes nem sempre são convergentes.⁸⁹⁴

A iniciativa de delimitação de uma “Amazônia Legal” atendeu ao imperativo de definir a área do território nacional que deveria ser atendida pelo Plano de Valorização Econômica preconizado no Artigo 199 da Constituição Federal de 1946,⁸⁹⁵ a ser financiado por quantia não inferior a 3% das rendas tributárias da União e dos estados, municípios e territórios federais sob sua jurisdição, durante pelo menos 20 anos consecutivos.⁸⁹⁶ Essa provisão orçamentária legal por um período expressivo mobilizou os mais diversos interesses políticos em torno de uma questão: *onde* ela seria aplicada?

O processo de definição dos limites dessa área foi executado pela Comissão Especial do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (CPVEA), que fixou como critério norteador a

⁸⁹¹ Ver mapa 1 na Introdução desta tese. A concepção de uma Amazônia Legal pressupõe uma Amazônia ilegal? Esta questão, que não cabe no escopo desta tese, certamente constitui um instigante objeto de pesquisa, que muito poderia contribuir com as discussões acerca da região.

⁸⁹² MOREIRA, Eidorfe. *Conceito de Amazônia*. Belém: CEJUP, 1989.

⁸⁹³ Idem.

⁸⁹⁴ Segundo Aragón (2003), pelo critério do ecossistema, definido pelo domínio da Hileia (termo cunhado por Humboldt em referência a grande floresta equatorial sulamericana), algumas áreas fariam parte da região, enquanto outras, mesmo dentro dos limites da bacia hidrográfica não se enquadrariam. A respeito da delimitação legal consultar: MOREIRA, Eidorfe. Os critérios delimitativos e a delimitação legal. In: _____. *Amazônia: o conceito e a paisagem*. Conselho Nacional de Pesquisas. Belém, 1958, p. 33-37.

⁸⁹⁵ Este plano foi definido como um “um sistema de medidas, serviços, empreendimentos e obras, destinados a incrementar o desenvolvimento da produção extrativa e agrícola, pecuária, mineral, industrial e o das relações de troca, no sentido de melhores padrões sociais de vida e bem estar econômico das populações da região e expansão das riquezas do país” (BRASIL, 1946).

⁸⁹⁶ BRASIL, 1946, op. cit.

área de ocorrência da floresta amazônica em território brasileiro.⁸⁹⁷ Por esse critério buscava-se delimitar a região amazônica para fins de planejamento “pelas orlas meridionais e orientais da sua formação vegetal predominante e característica”.⁸⁹⁸ Com isto, a CPVEA pretendia restringir a região amazônica à sua própria escolha de âmbito geográfico, representado pela floresta.⁸⁹⁹ Tal área compreenderia, aproximadamente, as extensões dos Estados do Pará e Amazonas e os Territórios do Rio Branco, Amapá, Guaporé e Acre que compunham a Região Norte naquele contexto, equivalente a 42% do território nacional.⁹⁰⁰

No entanto, legisladores interessados em beneficiar seus domicílios eleitorais com o fundo de valorização previsto na Constituição pleitearam uma delimitação legal com base em critérios geodésicos (paralelos e meridianos)⁹⁰¹ e divisões administrativas. Essa proposta, pela qual se ampliava significativamente a circunscrição sugerida pela CPVEA, prevaleceu. Por conseguinte, a área definida para o planejamento econômico e execução do Plano previsto na Lei, abrangeu, além das unidades federativas supramencionadas, “a parte do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo de 16°, a do Estado de Goiás a norte do paralelo de 13° e a do Maranhão a oeste do meridiano de 44°”.⁹⁰²

Ao criar o conceito de Amazônia Legal e definir os seus limites com base em meridianos e paralelos, a delimitação oficial instituída para fins de aplicação de recursos e execução de projetos solapou os critérios fisiográficos, botânicos e políticos que tradicionalmente definiam a Amazônia, projetando de modo arbitrário seus limites para além de sua bacia hidrográfica e deslocando suas fronteiras “naturais” para outras regiões geográficas, como partes do Nordeste e do Centro Oeste. A longevidade do termo e da circunscrição territorial que nomeia, persistentes ao longo do período examinado e ainda hoje definidores de alocação de recursos e execução de políticas públicas, é um sugestivo indicador de sua funcionalidade.⁹⁰³

⁸⁹⁷ Neste caso, a concepção de floresta amazônica utilizada se referia à “grande zona fitogeográfica de dispersão das espécies do gênero *Hévea*, da castanha-do-pará e da vitória régia” na América do Sul, situada em sua maior parte no território brasileiro. (CAMARGO; GUERRA, 1959)

⁸⁹⁸ SOARES, 1953, p. 5, op. cit.

⁸⁹⁹ Idem, ibidem.

⁹⁰⁰ VALVERDE; FREITAS, 1980, op. cit.

⁹⁰¹ Meridianos e paralelos são referências imaginárias que definem cartograficamente os diferentes pontos da Terra.

⁹⁰² BRASIL, 1953, op. cit.

⁹⁰³ Mas, se no passado era conveniente pertencer à Amazônia Legal para usufruir das vantagens oferecidas pelas políticas de valorização econômica e de desenvolvimento, hoje, políticos de Tocantins (a porção norte do Estado de Goiás que integrava a Amazônia Legal e que se tornou Estado no contexto da Constituição de 1988) e de Mato Grosso, Estado que tem encabeçado os índices de desmatamento, têm pleiteado iniciativas no Congresso Nacional para deixar de fazer parte daquela circunscrição territorial. Como a economia desses Estados é movimentada, em grande parte, pela pecuária bovina e produção de grãos, em especial a soja, a principal motivação desse pleito é escapar dos limites impostos ao desmatamento na Amazônia Legal, ampliados pela

Mais que o estabelecimento de uma circunscrição políticoadministrativa, a instituição da Amazônia Legal implicou na definição de um objeto de intervenção do Estado brasileiro, sob a égide do planejamento, num contexto de fomento ao crescimento econômico emergido no pós Segunda Guerra.⁹⁰⁴ Ao mesmo tempo em que agia sobre esse território, o Estado construía um discurso sobre ele, apresentado, entre outros meios, nas representações cartográficas que iam sendo elaboradas.⁹⁰⁵

Os mapas inscrevem-se entre as fontes visuais, as quais têm sido consideradas na historiografia como uma dimensão importante da vida social e dos processos sociais, constituindo, pois, documentação pertinente ao processo de construção do conhecimento, sobretudo no campo da História e da Antropologia. Os mapas elaborados no processo de execução dos planos de desenvolvimento na Amazônia representam, nesse sentido, subsídios interessantes para a análise da história contemporânea da região.

As diversas imagens cartográficas produzidas no âmbito das instituições planejadoras e executoras das políticas projetadas para a região reproduziam-na como um espaço fundamentalmente provedor de matérias primas a serem apropriadas e exploradas em escala, estático, uniforme e vazio, sem gente e sem história. É significativa, nesse sentido, a ausência dos seres humanos nos mapas produzidos no contexto do Projeto RADAM.

No processo de elaboração institucional de uma Amazônia Legal, portanto, toda a diversidade social e ecológica amazônica foi ignorada. A institucionalização desse conceito na esfera políticoadministrativa implicou no esvaziamento das singularidades sociais e ambientais dos entes federados que compunham a região e na emergência de uma representação homogênea da Amazônia, passível de ser manipulada por meio do planejamento.

O conteúdo dos mapas refletia, pois, as concepções dominantes acerca do ambiente e da sociedade amazônicas nas instâncias estatais de planejamento. Neste sentido, uma cachoeira no rio Trombetas que representava um marco da liberdade para os descendentes de grupos

Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, que aumentou a área de reserva legal de 50% para 80% nessa região. O Projeto de Lei 1278/07, apresentado nesse sentido pelo deputado Osvaldo Reis, do PMDB do Tocantins, pode ser consultado em: <http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=354578>.

⁹⁰⁴ Para uma análise mais profunda da construção da Amazônia como uma região de planejamento, consultar: OLIVEIRA JR., Antônio. Amazônia: a gênese de uma região de planejamento. *Revista de Ciências Humanas*, vol. 9, n. 1, p. 37-53, Jan./Jun. 2009.

⁹⁰⁵ Uma abordagem interessante acerca das contribuições dos registros visuais para a pesquisa histórica é encontrada em: MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. *Rev. Bras. Hist.* [online]. 2003, v. 23, n. 45, p. 11-36. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882003000100002&script=sci_arttext>. Acesso em: 13 jan. 2016.

escravizados no século XIX naquela região, nos mapas oficiais tornava-se apenas uma referência indicativa de produção de energia hidrelétrica.⁹⁰⁶

A cartografia produzida no contexto das políticas desenvolvimentistas planejadas para a Amazônia, ao repercutir sobre o ambiente e as populações regionais, ocultava os conflitos pela apropriação dos recursos, na medida em que, nas situações concretas os novos “donos” de terras deparavam-se com os antigos ocupantes, “invisibilizados” nos mapas. As representações espaciais homogêneas de uma Amazônia planejada geopoliticamente, delineadas nos mapas ilustrativos dos diversos programas de desenvolvimento propostos e executados pelos governos contrastavam, assim, com a Amazônia real, histórica, diversificada e complexa, conforme descreve Porto Gonçalves

Há a Amazônia da várzea e a da terra firme. Há a Amazônia dos rios de água branca e a dos rios de água preta. Há a Amazônia dos terrenos movimentados e serranos do Tumucumaque e do Parima, ao norte, e a serra dos Carajás, no Pará, e há a Amazônia das planícies litorâneas do Pará e do Amapá. Há a Amazônia dos cerrados, a Amazônia dos manguezais e a Amazônia das florestas.⁹⁰⁷

Conforme nos lembra Pádua, um dos princípios da História Ambiental consiste precisamente na necessidade de ir além dos mapas abstratos e da visão dos territórios como espaços vazios a serem preenchidos exclusivamente pela ação humana, pois “os espaços onde se constroem os territórios nunca são vazios, mas sempre cheios e coloridos por uma variedade de ecossistemas” com os quais dinâmicas sociais e políticas interagem, modificando-os.⁹⁰⁸ A natureza amazônica não é, portanto, um espaço abstratamente definido por critérios geológicos, hidrográficos, botânicos, econômicos ou políticos, embora possa ser instrumentalizada politicamente por estes. Ela é o resultado concreto de relações sociais historicamente construídas na interação com diversos ecossistemas, especialmente as florestas e os rios.

Vários processos de adaptação e utilização dos recursos naturais efetuados por populações indígenas amazônicas, revelados por pesquisas contemporâneas, através de evidências arqueológicas e antropológicas, indicam um aumento da diversidade biológica nos

⁹⁰⁶ Neste caso, estamos nos referindo à Cachoeira Porteira, cujas quedas d’água foram identificadas nos inventários hidrelétricos realizados na vigência do II PDA (1975-1979) como ideais para a geração de energia no rio Trombetas (ver mapa 12). A implantação de uma usina hidrelétrica na área visava ampliar o suprimento de energia elétrica de Manaus bem como atender as demandas da exploração de bauxita ali realizada pela Mineração Rio do Norte.

⁹⁰⁷ PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. *Amazônia: Amazônias*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 9.

⁹⁰⁸ PÁDUA, José Augusto. A Mata Atlântica e a Floresta Amazônica na Construção Histórica do Território Brasileiro: estabelecendo um marco de análise. In: Revista de História Regional, vol. 20, nº 2, p. 232-251, 2015. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/8085/4811>>. Acesso em: 15.12.2015.

trechos de floresta tropical manejados por tais grupos; resultado evidente da modificação do meio natural por fatores técnicos, em decorrência de demandas impostas pelas condições sociais. Tais pesquisas revelaram, assim, que parte significativa do que tem sido chamado “floresta natural” ou “mata virgem” na Amazônia é reflexo de processos históricos sistemáticos de interação entre sociedade e natureza. Segundo Ballée uma porção de aproximadamente 12% das florestas amazônicas seria resultado de processos antropogênicos.⁹⁰⁹

Sob o enfoque teórico da ecologia histórica, Eduardo Neves cunhou a expressão “mosaico de lugares” para se referir às evidências materiais da ação antrópica na floresta.⁹¹⁰ Consoante esta perspectiva, as terras pretas da Amazônia Central, a existência de matas relativamente homogêneas como os castanhais e açazais do estuário amazônico e a incidência de determinadas espécies vegetais com propriedades alimentícias ou medicinais em algumas áreas, configuram um sistema de testemunhos paisagísticos a indicar que “a floresta não corresponde plenamente à imagem de ‘mata virgem’”, constituindo efetivamente sistemas integrados de recursos manejados culturalmente por contingentes populacionais, inscritos em uma racionalidade peculiar.⁹¹¹

A incoerência histórica do estado “virgem” das florestas amazônicas foi apontada por Drummond, ao discorrer sobre o extrativismo na Amazônia:

A Amazônia teve muitos milhões de habitantes, por milhares de anos. Houve algumas sociedades mais densamente povoadas, mais estáveis e mais complexas, e um número maior de sociedades de pequena população, seminômades e com estruturas sociais mais simples. Nestas últimas, várias dinâmicas sociais provocavam migrações sazonais, o seminomadismo e a repartição das aldeias. Todos os amazônidas controlavam o fogo, caçavam, pescavam e coletavam dezenas ou centenas de produtos vegetais; muitos praticavam agricultura itinerante. Tudo isso deu ampla oportunidade para que florestas e outras formações vegetais fossem modificadas pela ação humana, principalmente ao longo de rios, vias terrestres e em torno de aldeias.⁹¹²

As evidências arqueológicas, históricas e ecológicas revelam, portanto, que a Amazônia não é um ambiente intocado e sim uma “floresta cultural”, resultado de processos históricos assinalados pelas diversas atividades humanas aí processadas ao longo do tempo e não

⁹⁰⁹ BALÉE, William. Cultura na Vegetação da Amazônia Brasileira. In: NEVES, Walter (Org.). *Biologia e Ecologia Humana na Amazônia*: avaliação e perspectiva. Belém: MPEG, 1989, p. 95-109.

⁹¹⁰ NEVES, 2005, op. cit.

⁹¹¹ Idem.

⁹¹² DRUMMOND, José Augusto. A extração sustentável de produtos florestais na Amazônia brasileira: vantagens, obstáculos e perspectivas. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, nº 6, jul.1996, p. 115-137. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/seis/drumon6.htm>>. Não paginado. Acesso em: 05.03.2014.

dádivas da natureza, colocadas à disposição dos seres humanos, conforme expresso nos Planos de desenvolvimento.

6.1.3 A natureza ressignificada: recursos naturais

A tentativa governamental de homogeneização de um território culturalmente produzido trouxe a tona diferentes concepções e formas de apropriação dos componentes do ambiente amazônico. A execução de projetos e a construção de discursos em torno da natureza amazônica evidentemente refletem concepções distintas de natureza. Segundo Carvalho, a definição do “natural” é produto de convenções socialmente estabelecidas, engendradas ao longo do tempo e que diferem de acordo com as características de cada sociedade no tempo e no espaço.

É evidente que a definição ou conceituação do que seja natureza depende da percepção que temos dela e de nós próprios e, portanto, da finalidade que daremos para ela, isto é depende das formas e objetivos de nossa convivência social. [...] Se para um empresário de mineração natureza é fonte de matérias-primas de onde extrai a mercadoria com a qual obterá lucros, para o camponês natureza é meio de sobrevivência, ou, de outro lado, se para o especulador de terras natureza é investimento imobiliário, para os índios é um espaço de vida que não se vende nem se compra.⁹¹³

Basicamente, todas as informações objetivas sobre a flora, os solos, águas e subsolos transmitidas nos Planos refletiam um cunho utilitarista, o qual norteava o pensamento estatal. Os empreendimentos projetados para a região refletiam essa percepção. Um corolário dessa racionalidade utilitarista foi o caráter predatório das políticas desenvolvimentistas executadas na Amazônia, que transformaram o ambiente em mero instrumento de exploração econômica, o que levou inclusive à quase extinção de algumas espécies vegetais do Vale do Tocantins como a andiroba, a ucuuba e o mogno e o pau rosa e produziu verdadeiros “cemitérios” de castanheiras no sudeste paraense.⁹¹⁴

Com efeito, há uma nítida correlação entre programas de colonização e a ampliação dos projetos agropecuários, levada a efeito a partir dos anos 1970, com a elevação dos índices de desmatamento na região. Em 1975, por exemplo, o Estado de Mato Grosso apresentava menos de 1 milhão de hectares de cobertura vegetal alterada, chegando a 2,6 milhões em 1978

⁹¹³ CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Paisagem, historicidade e ambiente: as várias naturezas da natureza. *Confluenze*, Vol. 1, nº 1, 2003, p. 13.

⁹¹⁴ COTA, Raymundo Garcia. *Carajás: a invasão desarmada*. Petrópolis: Vozes, 1984. O processo histórico de transformação da castanha-do-pará em um recurso econômico, a desintegração da economia extrativa do produto praticada pelos pequenos coletores e sua monopolização por algumas famílias e a destruição das castanheiras é discutido em: HOMMA, Alfredo. *Cronologia da ocupação e destruição dos castanhais no sudeste paraense*. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2000.

e, dez anos depois, a 6,7 milhões. Desse modo, mais de 10% de sua superfície foi desmatada ao longo de quinze anos de instalação dos projetos agropecuários.⁹¹⁵ Igualmente, o incremento da exploração madeireira pode ser medido pelo aumento do número de serrarias num curto espaço de tempo. Até 1973, existiam em Rondônia 32 serrarias, número que foi elevado para 250, em 1982, segundo dados do IBDF.⁹¹⁶

Evidentemente, no decurso de suas experiências históricas, os diversos grupos sociais que ocuparam a Amazônia apropriaram-se, de acordo com suas necessidades e as técnicas disponíveis, das florestas, das fontes de água e dos solos. Igualmente, tais grupos elaboraram representações e atribuíram sentidos e significados concernentes a estes elementos.

A compreensão das distintas concepções de natureza amazônica e suas repercussões nas políticas preconizadas nos planos de desenvolvimento remete à construção do conceito de recursos naturais. De acordo com a perspectiva analítica da História Ambiental, é a utilidade atribuída a um determinado produto que o qualifica como um recurso.⁹¹⁷

A evolução do que se denominou “província mineral” de Carajás foi resultado de uma série de eventos geológicos, desde a consolidação de sua crosta até os tempos mais recentes, todos propícios à formação de depósitos minerais. A conjunção de fatores como tectonismo, vulcanismo, plutonismo, intemperismo e erosão, ocorrida numa área relativamente limitada, de cerca de 40 mil quilômetros quadrados, deu origem a um conjunto expressivo de jazimentos minerais.⁹¹⁸ Mas, o valor econômico e a consequente exploração de tais jazidas foram definidos pela percepção humana de sua utilidade para processos industriais.

A definição de um elemento físico, geológico ou biológico – minério de ferro, árvore de mogno ou a corredeira de um rio – como recurso pressupõe, portanto, a sua valorização econômica, mensurada quantitativamente e aferida por programas de prospecção mineral, inventários florestais e/ou simplesmente sua cotação no mercado, de acordo com as leis da oferta e da procura.

Na medida em que foram sendo percorridos, manejados e conhecidos, pelos mais distintos grupos sociais, os ecossistemas amazônicos foram transformados e adaptados às necessidades sociais. Ao serem transformados em recursos, águas, solos, florestas e subsolos da Amazônia, que sustentaram uma economia milenar baseada essencialmente no valor de

⁹¹⁵ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino, 2005, op. cit.

⁹¹⁶ BRITO, Maria do Socorro. A face destruidora da apropriação e uso do território amazônico. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Vol. 59, nº 1, jan./jun, 2005, p. 109-120.

⁹¹⁷ DRUMMOND, 1991, op. cit.

⁹¹⁸ SANTOS, Breno Augusto dos. Recursos Minerais da Amazônia. *Estudos Avançados*, v.16, n. 45, 2002, p. 123-152.

uso, adquiriram valor de troca ao serem inseridos em uma economia de mercado baseada na transformação de seus componentes em fatores de produção.

Conforme inferido por Marx, a economia de mercado preconiza o valor de troca em detrimento do valor de uso, pois o processo de realização das mercadorias se dá na circulação. Por conseguinte, o objetivo central da produção é a mais valia, isto é, a diferença entre o preço final do produto subtraídos os custos de produção.⁹¹⁹ Quanto menores os custos de produção, maiores os lucros.

O processo de valorização dos produtos da natureza amazônica em consonância com as funcionalidades a eles atribuídas no planejamento esteve subjacente, pois, à sua transformação em mercadorias, submetendo-os à lógica do crescimento econômico que, por sua vez, assegura a lógica dos lucros. Os valores de uso, ancorados em critérios de pertinência, relações sociais efetuadas e trabalho investido, que norteavam, em grande medida, o manejo do ambiente foram solapados por uma racionalidade estritamente econômica, fundada na apropriação intensa dos seus componentes, agora qualificados como recursos naturais/mercadorias, dotados de valor econômico/monetário.

Por certo, os recursos naturais não *são*, eles se tornam, a partir das experiências e necessidades humanas. Tanto as transformações ocorridas no processo de cultivo, coleta e comercialização do açaí documentadas por Leila Mourão no estuário amazônico, como as tentativas malfadadas de cultivo da seringueira, discutidas na obra de Warren Dean, refletem modos de apropriação social de um produto em função da sua utilidade, que, por sua vez, vai se modificando à medida que novas demandas surgem.⁹²⁰

Por conseguinte, a avaliação da utilidade dos recursos costuma ser fluida, diminuindo ou perdendo seu valor quando estes recursos se esgotam ou são substituídos por produtos sintéticos e/ou se ampliando com a descoberta de novas utilidades para eles. Hilgard Sternberg cita dois exemplos emblemáticos dessa fluidez. O primeiro refere-se à *hevea brasiliensis*. Pouco utilizada pelos indígenas, que conheciam suas propriedades impermeabilizantes, obteve extraordinária valorização com a vulcanização do látex, tendo financiado a Belle Époque amazônica.⁹²¹ Com o ingresso no mercado dos elastômeros a base de petróleo perdeu importância para a indústria.⁹²²

⁹¹⁹ MARX, Karl. *O Capital*. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

⁹²⁰ MOURÃO, 2011, op. cit.; DEAN, 1989, op. cit.

⁹²¹ Sobre a Belle Époque amazônica consultar: DIAS, Ednéa Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto*: Manaus, (1890-1910). Manaus: Valer, 1999; DAOU, Ana Maria. *A Belle Époque Amazônica*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004; SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

⁹²² Hilgard O'Reilly Sternberg. Reflexões sobre desenvolvimento e o futuro da Amazônia. In: KOHLHEPP, Gerd; SCHRADER, Achim (Eds.). *Homem e natureza na Amazônia*. Tübingen: ADLAF, 1987, p. 463-477.

O segundo exemplo das oscilações incidentes sobre a avaliação dos recursos é o do urucum (Bixa Orellana). Um aviso emitido em 1656 pela Companhia das Índias Ocidentais, desejosa de estimular a fixação de holandeses no litoral sul-americano, do rio Amazonas para o norte, concedia inúmeros direitos aos colonos, entre os quais livre posse e uso da terra, da caça e pesca, dos minerais, cristais e pedras preciosas, da riqueza marinha de qualquer tipo. Garantia, ainda, a liberdade de comerciar e de trazer escravos da África. No entanto, a Companhia resguardava para si o comércio e a extração da tintura do “orlane”, cuja comercialização, extração ou transporte eram vetados a todos os demais, “sob pena de perder a cabeça e confisco de todos os bens”.⁹²³ Atualmente, o corante extraído do urucum é empregado, em pequena escala, na coloração de manteiga, margarina e queijos e para colorir os alimentos, sendo misturado à farinha de trigo, gerando o “coloral”.⁹²⁴

Sternberg salienta que, face ao interesse contemporâneo por petróleo, bauxita, ferro e outros minerais estratégicos, parece irrisória a percepção da Companhia acerca da importância relativa dos recursos amazônicos. Contudo, crescente inquietação em torno dos prováveis efeitos carcinogênicos dos corantes sintéticos tem renovado o interesse pelo urucum, refletindo nos preços de suas sementes na região.

Em contraste com a concepção de natureza como recurso para os planejadores, para diversos povos amazônicos, especialmente entre os indígenas, a natureza não é recurso, é sujeito, tem alma e inteligência. Utilizando o conceito de perspectivismo, isto é, “o modo como as diferentes espécies de sujeitos (humanos e não humanos) que povoam o cosmos percebem a si mesmas e às demais espécies”, Eduardo Viveiros de Castro demonstrou que as terras indígenas não são mera identificação de um domínio geográfico, mas um espaço mitológico e cosmológico, que contrasta frontalmente com a concepção de natureza projetada pela ciência ocidental.⁹²⁵ Segundo este autor, no contexto das culturas indígenas, as relações entre sociedade e componentes do ambiente são pensadas e vividas como relações sociais, isto é, como relações entre pessoas e não por analogia com a produção de bens materiais a partir de uma natureza informe.⁹²⁶

Essas concepções, alheias aos desígnios desenvolvimentistas, como demonstramos ao longo dos capítulos anteriores, foram sistematicamente negadas. Sob a égide do valor de troca, a natureza amazônica converteu-se em suporte operacional das políticas estatais e

⁹²³ Idem, *ibidem*.

⁹²⁴ Idem, *ibidem*.

⁹²⁵ VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O perspectivismo ameríndio ou a natureza em pessoa. In: *Ciência e Ambiente*. Universidade Federal de Santa Maria. Vol. 1, nº 1, jul.1990, p. 122-132.

⁹²⁶ Idem.

empreendimentos privados. Conforme inferido por Raymond Williams, as ideias sobre a natureza nada mais são do que projeções das ideias e atividades dos homens.⁹²⁷ Precisamente por considerar a natureza amazônica como fonte de matérias primas para exploração, extração e comercialização, governos, técnicos, empresários e especuladores promoveram um processo de ocupação econômica da Amazônia intensamente predatório. Nesse processo, a derrubada e/ou alagamento de vastas extensões de floresta para abertura de estradas ou para instalação de fazendas de gado ou construção de represas de usinas hidrelétricas constituíam apenas uma variável dentro de um cálculo econômico utilitarista.

6.1.3.1 Águas, terras e florestas: percepções e apropriações

A expansão capitalista sobre a natureza amazônica, preconizada nos planos de desenvolvimento engendrou movimentos de modificação e/ou reconfiguração das relações entre sociedade e natureza na região. Este argumento pode ser ilustrado pelas mudanças nos usos das águas amazônicas. A água, formada por duas moléculas de hidrogênio e uma de oxigênio, representada pela fórmula química H₂O, refere-se ao elemento natural, desvinculado de qualquer utilização. Por sua vez, a expressão *recurso hídrico* representa a água como bem econômico, passível de apropriação e uso, para a geração de energia, por exemplo.

Os rios amazônicos, fontes milenares de alimentação, mananciais de água, meios de transporte e de comunicação, demarcadores de temporalidades e habitat de seres encantados, no contexto do planejamento governamental passaram a ser projetados na perspectiva de uma rede de produção e distribuição de energia elétrica, ante a urgência de se apropriar os recursos minerais descobertos, a partir de meados do novecentos. A valorização dos rios agora se dava pela sua capacidade energética medida em quilowatts. Igualmente, sua função primordial no deslocamento de pessoas e mercadorias, perdeu relativa importância assim que as rodovias, consideradas símbolos do desenvolvimento, tomaram forma concreta. A opção pelo rodoviarismo menosprezou o grande potencial do transporte fluvial na região, ainda que este continue representando o principal, se não o único, meio de deslocamento de pessoas e cargas em diversos pontos da Amazônia.

As transferências compulsórias de populações ribeirinhas, para outras regiões, em virtude do barramento do curso normal dos rios para a geração de energia por meio de usinas

⁹²⁷ WILLIAMS, Raymond. Ideias sobre a natureza. In: *Cultura e Materialismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2011, p. 109.

hidrelétricas, como Tucuruí e Balbina,⁹²⁸ afetaram profundamente suas modalidades tradicionais de apropriação e ocupação dos espaços assim como as representações construídas em torno deles. Muitas dessas comunidades foram obrigadas a abandonar as atividades produtivas dependentes da proximidade das fontes de água, em especial a pesca, além de sofrer restrições à sua mobilidade, como documentado por Acevedo-Marin e Castro entre os “negros do Trombetas”.⁹²⁹ Considerando a perspectiva do uso pré-existente, como espaço de viver e de trabalhar, a aldeia e praia dos índios Gaviões da Montanha desapareceu, sendo substituída pela usina hidrelétrica de Tucuruí.⁹³⁰ Além disso, os ribeirinhos reassentados ficaram desprovidos de meios para instrumentalizar o conhecimento que acumularam sobre os usos materiais e simbólicos da natureza.⁹³¹

O imperativo de desenvolver condições ao estabelecimento de “forças produtivas modernas”, por meio da construção de usinas hidrelétricas, colocou em xeque, portanto, relações sociais historicamente construídas com os rios pelas populações regionais. Do mesmo modo, a instalação de grandes empreendimentos agropecuários, madeireiras, mineradores e projetos particulares de colonização modificou radicalmente formas preexistentes de relação com a terra.⁹³²

Como nos ensina Márcia Mota, a função econômica da terra é apenas uma entre várias outras, pois enquanto construção histórica, a terra está intrinsecamente relacionada às relações de parentesco, vizinhança, profissão e credo, representando um local de moradia, a visualização de uma paisagem e também a segurança física daqueles que nela vivem.⁹³³ Baseados em um direito consuetudinário, os antigos habitantes das margens dos rios e igarapés ou dos interstícios das florestas, acreditavam que a terra no entorno de suas residências, ocupada e trabalhada por diversas gerações familiares lhe pertencia. No entanto, posto que desprovidas de documentação fundiária, suas terras foram incorporadas nas projeções governamentais como passíveis de apropriação para usos condizentes com as diretrizes dos projetos de desenvolvimento.

⁹²⁸ Os efeitos sociais e ambientais destes empreendimentos sobre as populações locais são encontrados, entre outras referências, em: Fearnside, Philip. *A hidrelétrica de Balbina: o faraonismo irreversível versus ambiente na Amazônia*. São Paulo: IAMÁ, 1990; NOVA CARTOGRAFIA: Atingidos pela hidrelétrica de Tucuruí. Caderno 10. Set. 2014.

⁹²⁹ ACEVEDO-MARÍN; CASTRO, 1998, op. cit.

⁹³⁰ NOVA CARTOGRAFIA, 2014, op. cit. Com efeito, segundo as palavras de Gutemberg Guerra (2013), “há muita gente e história no fundo do lago de Tucuruí”.

⁹³¹ Queiroz, Renato da Silva. Caminhos que andam: os rios e a cultura brasileira. In: REBOUÇAS, Aldo da C.; BRAGA, Benedito; TUNDISI, José Galizia (Orgs.). *Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação*. 1999, p.671-688.

⁹³² ALMEIDA, 2008, op. cit.; Esterci, 2009, op. cit.; MARTINS, 1981, op. cit.

⁹³³ MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Direito à terra no Brasil: a gestão do conflito (1795-1824)*. São Paulo: Alameda, 2009.

O planejamento governamental engendrou uma compartimentação/classificação da natureza amazônica, de acordo com as finalidades atribuídas a cada recurso. Os agentes públicos e particulares que se instalaram na Amazônia viam no ambiente somente os elementos que interessavam a seu tipo de atividade, retirando o que lhes convinha, sem importar-se com os efeitos de seus empreendimentos sobre a integridade biológica dos ecossistemas, apoiados em uma mentalidade utilitarista e na legislação vigente. Os rios passaram a ser medidos em termos de quilowatts; os minérios, medidos em toneladas; os solos, em hectares; classificados como agricultáveis ou não, aptos ou inaptos para a pecuária; e a floresta passou a ser avaliada em metros cúbicos de madeira. E, no entanto, a floresta não se reduzia à madeira, também se compunha de frutos e raízes comestíveis, ervas medicinais, resinas etc., as quais historicamente compuseram a dieta e as práticas curativas de indígenas e caboclos.⁹³⁴

A mercadoria que orientou o processo da chamada ocupação produtiva da Amazônia, preconizada nos planos governamentais, foi a terra apropriada como propriedade privada.⁹³⁵ Conforme demonstramos no capítulo 2, o processo de mercadorização das terras da Amazônia foi desencadeado a partir de meados dos anos 1960, fomentado pelo conjunto de legislações produzidas no âmbito da Operação Amazônia.

Segundo Karl Polanyi, a comercialização da terra, assim como do trabalho e do dinheiro, inexistente no mercantilismo, representou a pré-condição da economia de mercado que emergiu no século XIX com a industrialização em escala, impondo-se à sociedade.⁹³⁶ De acordo com essa perspectiva, a ficção de que trabalho, terra e dinheiro – que em sua gênese não são mercadorias, pois terra é apenas outro nome para natureza, trabalho é a atividade humana que acompanha a própria vida e dinheiro é apenas um símbolo do poder de compra – são produzidos para venda tornou-se o princípio organizador da economia moderna.⁹³⁷

Iniciativas políticas de privatização e substituição de direitos consuetudinários de acesso a recursos naturais por regras mais uniformes e adequadas à ordem capitalista foram documentadas por Thompson na Inglaterra do início do século XVIII. Na floresta recortada por domínios reais e áreas de propriedade privada existiam espaços nos quais os moradores pobres exerciam direitos de uso, por meio da coleta de frutos, extração de madeira e caça, em

⁹³⁴ MAUÉS, Raymundo Heraldo. *Uma outra “invenção” da Amazônia: religiões, histórias, identidades*. Belém: CEJUP; 1999; MORÁN, 1990, op. cit.

⁹³⁵ PINTO, 1977, op. cit.

⁹³⁶ POLANIY, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

⁹³⁷ Idem, ibidem. A economia moderna é entendida por Léna (2005, p. 359) como a “[...] contínua incorporação de espaços, bens e pessoas à lógica mercantil”, fenômeno também denominado por alguns autores de “mercantilização” ou “mercadorização” do mundo.

consonância com regras baseadas nos costumes e transmitidas através das gerações. A “Lei Negra”, de 1723, criminalizando tais atividades e instituindo uma série de penalidades para os “transgressores” foi um dos principais instrumentos estabelecidos pelas autoridades inglesas para reduzir esses usos populares e instituir a privatização dos recursos, visando sua exploração pelos mercados.⁹³⁸

No que se refere à Amazônia, a introdução sistemática do conceito de propriedade privada da terra tal como definida nos códigos legais, para satisfazer as exigências de um mercado imobiliário, substituindo as modalidades de posse até então praticadas pelos seus ocupantes históricos, foi um componente fundamental da atuação estatal na região. Convertida em veículo de captação de subsídios, a posse da terra por grandes empresas nacionais e estrangeiras, incluindo Bradesco e Volkswagen, foi responsável pela imobilização de grandes extensões de terra que serviram tão somente a especulação e não fomentaram o desenvolvimento preconizado pelos governos.⁹³⁹

A ideia de “ocupação produtiva” da Amazônia expressa nos planos de desenvolvimento referia-se à otimização do aproveitamento dos recursos naturais em conformidade com os objetivos definidos para eles no planejamento estatal. Mas, para operacionalizar a exploração de tais recursos na escala exigida pelos desígnios governamentais, era fundamental garantir que concepções e usos tradicionais da terra não estorvassem a sua apropriação pelos projetos desenvolvimentistas.

Ocupar “produtivamente” a região implicava, pois, em estabelecer distintos modos de apropriação, física, econômica e jurídica daqueles socialmente engendrados na região, refletindo diferentes formas de percepção da natureza.⁹⁴⁰ Ressalte-se que essa ideia, subjacente às políticas estatais executadas na região, não somente incorporava o mito do vazio demográfico, desconsiderando a diversidade de grupos sociais que ocuparam a região, como partia do princípio de que as práticas engendradas por tais grupos eram improdutivas. Precisamente por essa razão, precisavam ser modificadas. Destruição das matas, esgotamento dos solos, desperenização de fontes de água, como igarapés, invasão de terras indígenas, remoção de populações ribeirinhas entre outros, constituíram os principais efeitos desse processo.

⁹³⁸ THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e Caçadores: a origem da Lei Negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

⁹³⁹ PINTO, 2001, op. cit.

⁹⁴⁰ BRITO, Maria do Socorro. A face destruidora da apropriação e uso do território amazônico. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Vol. 59, nº 1, jan./jun. 2005, p. 109-120.

Há que se ressaltar, no entanto, a importância de não se incorrer em anacronismos na avaliação das condutas dos agentes da exploração predatória da natureza amazônica. Naquela conjuntura histórica recorrer a queimadas, por exemplo, era o meio mais econômico de manejo dos solos. E, na própria legislação que regulava a ocupação rural no país, o Estatuto da Terra, instituído por força da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, a floresta não era valorizada por suas funções na manutenção de processos ecológicos, como a regulação dos climas e das chuvas, a oferta regular de água e a reciclagem de nutrientes do solo.

Por considerar improdutivas áreas com cobertura florestal preservada, aquele dispositivo legal atribuía-lhe preço aviltado, incidindo sobre ela uma tributação progressiva. Valorizava-se, assim, sob o critério de benfeitoria, a prática predatória representada pelo processo de desmatamento. Com base nessa determinação legal, os gestores públicos promoviam constantemente a alienação de vastas extensões de terras florestadas pelo valor da terra nua, pois a árvore em pé, mesmo a fornecedora de madeira de elevado valor comercial, não era considerada um bem econômico.⁹⁴¹

Por sua vez, o Código Florestal que entrou em vigor a partir de 1965, o qual preconizava a obrigatoriedade da manutenção de 50% da cobertura vegetal em terras da Amazônia, alimentava a premissa de que se podia eliminar os 50% restantes, o que foi feito sistematicamente na região, sem quaisquer avaliações dos impactos desse desflorestamento sobre os processos ecológicos.⁹⁴² Por conseguinte, segundo Aziz Ab'Sáber, tornou-se possível, sob o respaldo das leis, um “incontrolável círculo vicioso de burlas”, pois desmatava-se até o limite do legalmente possível e, posteriormente, os proprietários ou seus descendentes partilhavam o espaço da reserva legal de matas, vendendo as subglebas a novos proprietários que, por sua vez, desmatavam em cada parcela, novamente até o limite previsto na legislação florestal.⁹⁴³

Ainda que determinadas práticas efetuadas por populações que secularmente ocuparam a Amazônia tenham afetado a reprodução de determinadas espécies da fauna e da flora, como tartarugas, peixes-boi e cravo, tais processos se deram numa escala infinitamente inferior à das intervenções antrópicas das sociedades contemporâneas sobre os ecossistemas florestais. Não se pode comparar, por exemplo, o reduzido impacto do sistema de coivaras, intrínseco à formação das roças indígenas e/ou caboclas, ao volume da devastação provocado pela

⁹⁴¹ PANDOLFO, 1994, op. cit.

⁹⁴² AB'SÁBER, 2004, op. cit.

⁹⁴³ Idem.

derrubada de árvores para a abertura de rodovias ou às queimadas realizadas para instalação de futuras pastagens.⁹⁴⁴

A valorização da Amazônia como um conjunto de ecossistemas geradores de processos biológicos fundamentais à manutenção da existência humana é relativamente recente. Esse fenômeno se inscreveu no contexto da discussão dos resultados de pesquisas no campo das ciências naturais, disseminadas a partir dos anos 1960, que delinearam um perfil bastante alarmista dos efeitos das atividades produtivas modernas sobre os ecossistemas, como esgotamento dos solos, poluição do ar e das águas, extinção de espécies etc.⁹⁴⁵ Nesse processo, se delineou de modo explícito uma “problemática ambiental” que colocou em questão na agenda contemporânea os custos ecológicos do desenvolvimento econômico.⁹⁴⁶

A compreensão do papel da floresta tropical úmida sobre os ciclos do carbono e da água chamou atenção para os efeitos das políticas desenvolvimentistas projetadas e executadas na Amazônia pelos governos militares.⁹⁴⁷ A criação de legislações protetoras do ambiente, disseminadas a partir da segunda metade dos anos 1970, atendeu ao cumprimento de condicionantes ambientais impostas ao governo brasileiro por instituições multilaterais de fomento ao desenvolvimento. Nesse sentido, gerou o fenômeno que Arnt e Schwartzman denominaram de “ambientalismo de Estado”, limitando-se a incorporar formalidades e adequar a administração à conjuntura internacional, assegurando o fluxo de financiamento externo.⁹⁴⁸

Com efeito, a análise dos Planos de desenvolvimento, em especial a partir do II PDA, revela um avanço discursivo no tocante à questão ambiental que na prática não era incorporado pelos projetos desenvolvimentistas. As políticas públicas não refletiam,

⁹⁴⁴ Pádua (2015, p. 243) argumenta que a dinâmica menos intensa do desflorestamento no contexto colonial devia-se, em parte, ao tamanho reduzido da população e as atividades econômicas baseadas na extração seletiva e na cultura de alguns elementos da natureza nativa, como as drogas do sertão e o cacau; e ao fato de que a Floresta Amazônica, assim como outras regiões centrais da América do Sul, permanecia distante da capacidade de ocupação mais intensa desenvolvida a partir das regiões costeiras da América Portuguesa e da América Espanhola.

⁹⁴⁵ O Relatório do Clube de Roma, publicado em 1972, foi emblemático desse contexto. Para Edgar Morin, as previsões explicitadas neste documento, ainda que baseadas no “mito” do crescimento zero, representaram uma etapa relevante no desenvolvimento de um pensamento planetário, considerando que os efeitos ecológicos do crescimento econômico afetam a humanidade indistintamente (MORIN, 1997).

⁹⁴⁶ Segundo Leff (2010), a problemática ambiental, associada à poluição e degradação do meio, a crise de recursos naturais, energéticos e de alimentos, tem sido explicada de diversas perspectivas: por um lado, é percebida como resultado da crescente pressão demográfica sobre os limitados recursos do planeta; de outro lado, é interpretada como o resultado da acumulação de capital e da maximização da taxa de lucro a curto prazo e de padrões de consumo, que induzem padrões tecnológicos deletérios à natureza, degradam a fertilidade do solo e afetam a capacidade de regeneração dos ecossistemas.

⁹⁴⁷ A floresta amazônica armazena um total aproximado de 55 bilhões de toneladas de carbono, funcionando como redutora do efeito estufa. A liberação total desse carbono na atmosfera, com a destruição da floresta, traria consequências “apocalípticas” para o aquecimento global (PÁDUA, 2009, p. 142).

⁹⁴⁸ ARNT, SCHWARTZMAN, 1992, op. cit.

tampouco operacionalizavam as intenções esboçadas retoricamente. A legislação ambiental, em sua gênese orientada por uma concepção dicotômica da sociedade e da natureza, também ignorava as interações históricas das sociedades amazônicas com seus ambientes.

No entanto, ao ignorar a articulação das dimensões sociais e ambientais na história da Amazônia, o planejamento governamental engendrou condições para a reprodução de conflitos em torno do acesso e da permanência aos recursos. Tais conflitos, por sua vez, fomentaram estratégias de resistência dos “povos da floresta” frente aos agentes antagonistas tanto da esfera estatal como do setor privado. Tais populações, cujas experiências históricas construíram padrões peculiares de relação com os ecossistemas amazônicos, imprimiram às políticas ambientais um sentido social, aproveitando-se dos interstícios da gradativa retomada da democracia no país no limiar da década de 1980. A luta pela terra foi ressignificada pela incorporação da dimensão ambiental. Esse processo deu origem às unidades de conservação de uso sustentável, que pressupõem a utilização dos recursos, sob determinadas condições, pelas populações que habitam as áreas definidas como tal.

Sob o planejamento estatal, a natureza amazônica foi objeto de pesquisa, intervenção técnica e exploração sistemática. No entanto, a mesma herança histórica, cujas representações e conceitos justificaram a apropriação dos recursos naturais como matérias primas para fomentar o desenvolvimento regional, propiciou a valorização da natureza para além da utilização pragmática de seus componentes. As diferentes formas de apropriação dos recursos por madeireiros, índios, pescadores, pecuaristas, quilombolas, posseiros, planejadores etc. refletem, portanto, distintas perspectivas acerca da natureza, elaboradas socialmente.

6.2 Amazônia: entre o Estado e “homens de empresa”

Milton Santos nos ensina que a história das chamadas relações entre sociedade e natureza é, “em todos os lugares habitados, a da substituição de um meio natural, *dado* a uma determinada sociedade, por um meio cada vez mais artificializado, isto é, sucessivamente *instrumentalizado* por essa mesma sociedade”.⁹⁴⁹ Como vimos ao longo desta tese, as percepções sobre a região, considerada economicamente atrasada e improdutiva, demograficamente vazia, carente de técnica e infraestrutura, portadora de uma diversidade de recursos naturais relativamente desconhecidos, demandavam a necessidade da intervenção estatal com vistas à sua ocupação e desenvolvimento. Nesse sentido, o planejamento, como

⁹⁴⁹ SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 186.

mecanismo de sistematização das políticas desenvolvimentistas, apresentava-se como um imperativo da ação governamental. Além da elaboração dos planos, o Estado deveria assegurar a sua operacionalização, considerando o atendimento das metas propostas. Esperava-se que as medidas preconizadas nos planos tivessem repercussões sociais e econômicas positivas sobre a Amazônia.

O cerne das políticas desenvolvimentistas preconizadas no planejamento foi a atuação sistemática do Estado como mobilizador, orientador e estimulador de processos econômicos na região, especialmente os relacionados às atividades agropecuárias, madeireiras e mineradoras, consideradas as mais adequadas à “ocupação produtiva” da Amazônia. O referencial desse processo foi a ocupação de um espaço estratégico em termos de recursos naturais, a partir da expansão e fortalecimento sobre ele, das relações de produção capitalistas.⁹⁵⁰ Segundo a ótica dos planos, se a Amazônia carecia do “espírito empreendedor”, necessário ao desenvolvimento regional, cabia ao Estado criar as condições – institucionais, legais e estruturais – para que tal atributo fosse fomentado, assim como “atrair” para a região as práticas econômicas e os agentes sociais representativos das qualidades desejadas.

A 1ª Reunião de Incentivo ao Desenvolvimento da Amazônia, ocorrida entre Manaus e Belém em dezembro de 1966, sob os auspícios da Operação Amazônia, representou o marco histórico da opção governamental pelos “homens de empresas de todo o País” no processo de expansão das fronteiras econômicas planejado para a região. O discurso do presidente Castelo Branco na abertura do evento é explícito a esse respeito:

Estou certo de que preparada a base financeira e econômica que o Governo ora vos oferece, estareis em condições de tornar benemeritamente frutuoso o encontro que ora realizais, para melhor conhecimento da imensa e promissora Região Amazônica e das suas possibilidades para lucrativos investimentos. E podeis estar seguros de que a ação que aqui ireis desenvolver, *com os vossos recursos e a vossa capacidade*, será bendita, não apenas pela região diretamente beneficiada, mas por todo o País, que deseja assistir, sem demora, à total integração da Amazônia na vida, no progresso e nas esperanças de nacionalidade.⁹⁵¹

Os “homens de empresa” a que se referia o presidente da República eram os empresários agrícolas e industriais atuantes no país, especialmente no Centro-Sul, representados no evento pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e suas respectivas subdivisões regionais. Eles também foram saudados nestes termos pelo Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais (MECOR), João Gonçalves de Sousa, que avaliou sua presença

⁹⁵⁰ LEAL, 1988, op. cit. Sob essa perspectiva, o Estado deveria alinhar a realidade brasileira com as condições, aspirações e necessidades da expansão capitalista nos países não industrializados.

⁹⁵¹ O CICLO DO HOMEM, 1967, p. 18, op. cit. Grifo nosso.

naquela reunião como um símbolo da unidade entre órgãos públicos e círculos empresariais naquela ocasião de “[...] meditação prática sôbre o que fazer, o que realizar em relação à Amazônia Brasileira”.⁹⁵²

Entre as diretrizes consignadas na Declaração da Amazônia, documento que sintetizou os objetivos do evento, destacavam-se a “determinação de conjugar esforços, recursos e atividades de trabalho no sentido de promover a completa integração socioeconômica da Amazônia ao Brasil” e o “compromisso de mobilizar todas as forças vivas da Nação visando atrair para a Amazônia empreendimentos [...] indispensáveis à sua valorização”.⁹⁵³ As assinaturas dos presidentes da CNI e da CNA no documento, junto às dos governadores dos Estados e Territórios amazônicos, evidenciam a importância atribuída nas esferas governamentais ao setor empresarial no que se refere à viabilização de tais metas.

Outro exemplo da prevalência de agentes econômicos privados na execução dos projetos planejados para a região pelo Estado refere-se a um episódio ocorrido no limiar dos anos 1970 envolvendo a construção da BR-080 e o Parque Nacional do Xingu, protagonizado por José Ramos Rodrigues, vulgo Zezinho da Reunidas.⁹⁵⁴ As terras adquiridas por ele na Amazônia foram cortadas pela rodovia federal BR-080, que na ocasião ligava Brasília até Cachimbo, na divisa do Pará com o Mato Grosso, e deveria ser estendida até Manaus. Durante os trabalhos de abertura da estrada ele transportou em seu avião funcionários da Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste (SUDECO), órgão responsável pela obra, para mostrar-lhes que ela ficaria 200 quilômetros mais extensa caso se desviasse para o norte, a fim de cumprir seu traçado original e não atingir os limites do Parque xinguanu.⁹⁵⁵ Sua iniciativa teve êxito, o traçado foi modificado e a estrada foi encurtada cortando um trecho da parte norte do Parque.⁹⁵⁶

Se em 1968 técnicos governamentais, políticos e empresários “desceram o grande rio” para “melhor conhecimento da imensa e promissora região”, em 1973, vinte empresários sulistas proprietários de terras na Amazônia acompanharam os ministros do Planejamento, do

⁹⁵² Idem, p. 20.

⁹⁵³ Idem, p. 130-131.

⁹⁵⁴ Na ocasião, era um dos proprietários da empresa paulista de ônibus REUNIDAS S.A. e de fazendas na região noroeste do Estado de São Paulo (*REALIDADE*, 1971).

⁹⁵⁵ O Parque Nacional do Xingu foi criado por meio do Decreto nº 50.455, de 14 de abril de 1961, abrangendo originalmente uma área aproximada de 22 mil quilômetros quadrados no Estado de Mato Grosso.

⁹⁵⁶ *REALIDADE*. “Zezinho da Reunidas”, o fazendeiro, fez a estrada se desviar e os antropólogos gritarem. 1971, op. cit. Neste caso, os irmãos Orlando e Cláudio Villas Boas, responsáveis pela gestão do Parque reclamaram junto ao governo, que acrescentou ao território indígena uma área ao sul para compensar a parte norte seccionada pela estrada.

Interior e da Agricultura para decidir os destinos de 2 milhões de hectares no entroncamento das rodovias Cuiabá-Santarém e Transamazônica.⁹⁵⁷

O pensamento estatal expresso nos Planos manifestava, pois, uma visão otimista quanto à capacidade gerencial e técnica de agentes econômicos industriais e agrícolas, que supostamente haviam logrado sucesso em seus empreendimentos em outras regiões do país, para modificar a realidade socioeconômica da Amazônia. Nesse sentido, tanto os incentivos fiscais como a “mercadorização” do ambiente representaram mecanismos estratégicos de mobilização e deslocamento dessa pretensa capacidade para a região. Obviamente, se tais agentes eram considerados como portadores de valores positivos e desejáveis ao desenvolvimento econômico da Amazônia, a exploração dos recursos naturais amazônicos, que constituiu o suporte dos projetos planejados pelo Estado para a região, obedeceu aos interesses pragmáticos daqueles segmentos.

Com efeito, a afirmação das grandes empresas, consideradas eficientes e modernas, em detrimento de posseiros, indígenas, caboclos, supostamente representantes de práticas improdutivas e atrasadas, foi um elemento constitutivo fundamental da política de ocupação da Amazônia. Embora preconizassem o desenvolvimento econômico e, em decorrência dele, a melhoria das condições sociais da região, os projetos integrantes dos Planos atendiam fundamentalmente a demandas de grupos sociais hegemônicos quanto ao poder econômico e político. Um destes grupos, formado por agropecuaristas paulistas que adquiriram terras no Pará e no Mato Grosso nos anos 1960, articulou-se na Associação de Empresários da Amazônia (AEA), criada em 1968, com sede em São Paulo e dois escritórios na Amazônia, um em Belém e outro em Cuiabá.

Em contraste com o tratamento dispensado pelos governos às populações regionais afetadas pelas políticas desenvolvimentistas ao terem suas terras historicamente ocupadas incorporadas aos projetos do Estado,⁹⁵⁸ a AEA funcionou como interlocutora privilegiada dos interesses empresariais face ao poder público. Ao mesmo tempo, era a principal beneficiária dos programas governamentais direcionados ao desenvolvimento econômico regional. Nesse sentido, “a Associação participou da política de terras, garantiu a colonização privada, direcionou a construção de infraestrutura e a implantação dos demais serviços públicos, garantiu o maior volume de incentivos para os seus associados”.⁹⁵⁹

⁹⁵⁷ PINTO, 1980, op. cit.

⁹⁵⁸ Em particular posseiros e indígenas, desprovidos de canais de interlocução com o Estado e duramente reprimidos ao manifestar suas demandas pela manutenção de seus territórios, especialmente ao longo dos anos 1970.

⁹⁵⁹ FERNANDES, 1999, p. 93.

Com efeito, a análise de diversos números do periódico mensal editado pela Associação a partir de janeiro de 1975, intitulado “Amazônia” revela uma profunda articulação entre o poder público e os interesses da instituição, demonstrando o livre acesso de seus dirigentes às diferentes escalas de governo e o atendimento de suas demandas na formulação de políticas para a região. Vejamos o excerto abaixo, extraído de matéria publicada na edição de março de 1977 daquele periódico:

Foi uma verdadeira prova de resistência. Durante quatro dias, Hugo de Almeida, [superintendente] da SUDAM, e Francisco de Jesus Penha [diretor] do BASA, estiveram ocupados de manhã à noite. Eles estavam cumprindo o extenso programa que a Associação de Empresários da Amazônia havia organizado para os dias 2, 3, 4 e 5 de março, no lançamento da campanha nacional de captação de recursos para a área da SUDAM, em São Paulo. Do avião que os trouxe de Belém, eles vieram direto para uma reunião com a imprensa de São Paulo, na sede da Associação.⁹⁶⁰

Ao longo de quatro dias, portanto, os gestores das agências de fomento ao desenvolvimento da Amazônia cumpriram uma agenda criada pela AEA. Por certo, mais do que o atendimento das demandas da sociedade amazônica, o que estava em questão eram os interesses dos associados daquela entidade. Na mesma matéria se informava que, embora o público pudesse ter acompanhado pelos jornais e pela TV “quase todos os passos da delegação amazônica”, muitas reuniões foram “reservadas”, como “a realizada com autoridades do governo do Estado de São Paulo, na Secretaria da Fazenda, ou as *audiências especiais a empresários* interessados em se informar mais detalhadamente sobre as oportunidades que a Amazônia oferece”, assim como foram “fechados os almoços e jantares com líderes empresariais e do governo”.⁹⁶¹

Os dados quantitativos acerca da distribuição dos incentivos fiscais na década de 1970 dizem bastante sobre as vantagens econômicas auferidas pelos associados da AEA. Entre 1974 e 1975, por exemplo, o Estado de São Paulo absorveu 46,9% do total do número de opções dos incentivos fiscais na Amazônia Legal, no valor de 898,9 milhões de cruzeiros.⁹⁶² Certamente, essa era uma das medidas dos interesses que articulavam AEA e os representantes dos órgãos estatais.

É sintomático da polissemia dos interesses envolvendo as relações entre AEA e governo o fato de que parte do quadro funcional de seus escritórios regionais em Belém e Cuiabá, responsáveis pelos trâmites burocráticos dos projetos pleiteantes de incentivos fiscais, fosse formada por antigos funcionários do Departamento de Incentivos Fiscais da SUDAM, os

⁹⁶⁰ ASSOCIAÇÃO... 1977, p. 28, op. cit.

⁹⁶¹ Idem, *ibidem*.

⁹⁶² ASSOCIAÇÃO... 1977, p. 30, op. cit.

quais haviam deixado seus postos para representar, no mesmo espaço institucional, os interesses das empresas agropecuárias reunidas naquela Associação.⁹⁶³

Sob os auspícios das políticas governamentais, a Amazônia apresentava-se, pois, como uma excelente oportunidade de negócios. Nesses termos, ela foi apropriada pelos “homens de empresa”, fossem eles indivíduos ou grandes grupos econômicos como Bamerindus, Bradesco, Wolksvagem etc. A transformação de grandes extensões de terra em “empresas agropecuárias”, por meio de dinheiro público sob a forma de incentivos fiscais, foi um dos componentes mais evidentes desse processo. Segundo Lúcio Flávio Pinto, esse fenômeno explica por que a Amazônia abriga os maiores latifúndios da história da humanidade.⁹⁶⁴

Os agentes econômicos privilegiados pelo Estado acomodavam as políticas governamentais aos seus objetivos. Igualmente, as demandas por eles pleiteadas transformavam-se em políticas estatais. Diversos pleitos apresentados por esses segmentos foram acatados e operacionalizados pelo poder público. A tese de que a posse jurídica da terra deveria anteceder a posse física, com uma consequente ocupação econômica, defendida energicamente pelas lideranças da AEA, que viam os posseiros como uma “preocupação permanente”,⁹⁶⁵ motivou várias iniciativas de regularização fundiária de terras na Amazônia.⁹⁶⁶

Pautados por uma visão estritamente mercantil da natureza, para os novos “donos de terras” os recursos naturais amazônicos representavam, essencialmente, fonte de matérias primas para a produção de mercadorias passíveis de geração de lucros. Foram escolhidos para serem explorados os recursos que permitissem maior rentabilidade, não nas escalas locais ou regionais, mas em escala nacional.⁹⁶⁷ Consoante essa perspectiva, Ab’Sáber enfatiza que não é de se estranhar que no processo de ocupação econômica da região, incentivado pelo Estado, tenha ocorrido “um saque descontínuo aos recursos naturais básicos e às riquezas do subsolo: fatos responsáveis por uma extensiva desordem ecológica e social”.⁹⁶⁸

O objetivo de promover o desenvolvimento da economia e o bem estar social da região permeou os textos de todos os planos analisados. A esse respeito, Brito salienta que a

⁹⁶³ FERNANDES, 1999, op. cit.

⁹⁶⁴ PINTO, 1979, op. cit.

⁹⁶⁵ ASSOCIAÇÃO... *Amazônia*. São Paulo, ano IV, n. 48, maio/jun.1979.

⁹⁶⁶ Os empresários alegavam que o desenvolvimento apresentado pelos empreendimentos agropecuários concentrados na margem esquerda do rio Araguaia se devia às condições jurídicas favoráveis à titulação das terras ali situadas, o que justificaria o investimento feito, apesar dos “altos custos de implantação”. Ao contrário, em áreas de potencial “insegurança jurídica” como grande parte da Amazônia maranhense, tal desenvolvimento não seria possível (ASSOCIAÇÃO... 1977).

⁹⁶⁷ PINTO, 1980, op. cit.

⁹⁶⁸ AB’SÁBER, 2004, p. 132, op. cit.

estratégia de alocação dos recursos, a partir dos incentivos fiscais e creditícios, estimulada pelo Estado, impulsionou a economia da região, cujo PIB, na década de 1970 cresceu em média 12,2% ao ano. Todavia, os números positivos do crescimento econômico não se refletiram em melhores condições às populações locais. Pelo contrário, segundo o autor, o acelerado desenvolvimento das forças produtivas na região, potencializou os mecanismos de exclusão sociais e de pressão sobre os recursos naturais, conformando uma “modernização da superfície”, que em nome da construção da modernidade, escamoteava suas consequências sociais e ambientais.⁹⁶⁹

Em perspectiva similar, Pádua assinala que essa opção de ocupação da fronteira amazônica, sem quaisquer avaliações acerca da qualidade social ou ecológica dos empreendimentos ajudou a instaurar uma grande desordem cujos resultados manifestam-se hoje no crescimento do narcotráfico, da prostituição infantil e de “toda uma gama de atividades predatórias e ilegais, tais como a extração descontrolada de madeira e ouro”.⁹⁷⁰ Se a floresta foi “barganhada pelo desenvolvimento”, para usar uma expressão de Warren Dean, no conjunto das iniciativas desenvolvimentistas dos governos militares, os custos desse modelo não se desdobraram apenas nos altos índices de desmatamento sucessivamente apresentados desde então, mas também nos baixos indicadores sociais que têm acompanhado a região, na concentração fundiária, no recrudescimento da violência no campo etc.

A considerar esse panorama, infere-se que o planejamento do desenvolvimento da Amazônia no período analisado fomentou uma socialização dos custos, especialmente no campo ambiental, e uma apropriação privada dos resultados econômicos, dirigida especialmente aos grupos que lograram afirmar seus interesses face ao Estado planejador.

A História Ambiental nos ensina que a natureza não é redutível às propriedades de energia e matéria responsáveis pelos processos biológicos, físicos e químicos que sustentam as diversas formas de vida na terra através dos ciclos hidrológicos, manutenção do equilíbrio climático, produção de fotossíntese, cobertura vegetal etc. Ela representa um entendimento cultural sobre o ambiente em que se vive e, desse modo, necessariamente reflete concepções religiosas, científicas, filosóficas, estéticas e políticas produzidas historicamente na tessitura das relações sociais.

A análise destas diferentes concepções é fundamental para compreender os complexos processos sociais, econômicos e políticos subjacentes ao processo de instrumentalização da

⁹⁶⁹ BRITO, Daniel Chaves de. *A modernização da superfície: Estado e desenvolvimento na Amazônia*. Belém: UFPA/NAEA, 2001.

⁹⁷⁰ PÁDUA, 2000, op. cit., p. 805.

natureza amazônica, efetuado em nome de um projeto desenvolvimentista exógeno, centralizador, autoritário, desvinculado dos interesses locais, altamente predador da biodiversidade e desarticulador da diversidade cultural regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do planejamento do desenvolvimento da Amazônia na segunda metade do século XX evidencia as diversas formas de instrumentalização dos componentes do ambiente amazônico, especialmente, solos, florestas, águas e subsolos, transformados respectivamente em pastagens, terras agricultáveis, madeiras, eletricidade e matérias primas para a indústria mineradora. O Estado brasileiro, por meio do planejamento, exerceu um papel fundamental nesse processo.

A possibilidade de transformar a natureza amazônica em riqueza econômica, como estratégia para alcançar o desenvolvimento econômico,⁹⁷¹ está presente na construção discursiva dos Planos de desenvolvimento elaborados para a Amazônia entre 1955 e 1985, em maior ou menor escala, em consonância com os contextos históricos concernentes a cada temporalidade delimitada para sua execução.⁹⁷² A Amazônia foi apresentada como a terra das oportunidades econômicas a serem viabilizadas por meio dos recursos naturais supostamente livres e abundantes.

Os planos de desenvolvimento veiculavam ideias de modernização, progresso, civilização, desenvolvimento, técnica, ocupação produtiva etc., portadoras de valores considerados positivos, através dos quais a Amazônia alcançaria o crescimento econômico por meio das ações previstas no planejamento. Ao mesmo tempo, canalizaram o incremento da ação do Estado nacional brasileiro para uma de suas regiões consideradas mais “atrasadas” social e economicamente. A transformação da natureza provocada pelas novas atividades produtivas, incentivadas e subsidiadas financeiramente pelos organismos governamentais era apresentada nos documentos como um desdobramento inexorável do crescimento econômico.

Conforme demonstrado no 1º capítulo, a ideia subjacente ao Plano Quinquenal de Valorização Econômica da Amazônia, proposto para ser executado entre 1955 e 1959 era a construção de um conhecimento técnico sobre o ambiente para posterior valorização e aproveitamento. A natureza amazônica constituía objeto por excelência de investimento, intervenção e ação planejadora, na medida em que seus recursos podiam ser apropriados para fomentar o crescimento econômico. A construção do desenvolvimento subordinava-se à decifração, conhecimento e dominação da natureza, compreendida não como um conjunto natural integrado, mas através de seus componentes subdivididos em solos, florestas, águas e

⁹⁷¹ De acordo com o texto dos Planos, o desenvolvimento econômico propiciaria a melhoria das condições sociais.

⁹⁷² Geralmente o recorte temporal de cada Plano limitava-se a um quinquênio, com exceção do 1º Plano de Desenvolvimento da SUDAM, que compreendeu um período de três anos, 1972 a 1974.

subsolos, a serem manipulados. A função econômica dos recursos sobrepunha-se às suas funções ecológicas. O desenvolvimentismo não se confrontava com a problemática contemporânea crucial envolvendo a equação desenvolvimento e meio ambiente.

A escala do processo de identificação dos recursos foi intensificada no contexto da Operação Amazônia, que na segunda metade da década de 1960, constituiu a principal estratégia de intervenção do Estado nacional na região, fomentando um processo de “mercadorização” da natureza, por meio de um conjunto de legislações, baseadas na concessão de incentivos fiscais, que preconizavam a ocupação dos “espaços vazios” especialmente através de projetos agropecuários.

O Estado brasileiro, ancorado nos princípios da técnica e do planejamento, por meio da Operação Amazônia e, por conseguinte, do plano de desenvolvimento quinquenal dela resultante, viabilizou e subsidiou a apropriação do ambiente amazônico, especialmente a terra, num processo que iniciou nos anos 60, conforme demonstramos no 2º capítulo, e se estendeu pelas décadas seguintes.

Naquele contexto, a realidade amazônica era compreendida na esfera estatal pela perspectiva da rarefação e dispersão demográficas, da escassez de recursos, da carência de meios de transporte e comunicações e de terras “virgens”, abundantes e férteis. Ancorado na retórica do vazio de gente e de técnica, o Estado nacional fomentou um processo de ocupação econômica da região que desconsiderou toda uma diversidade social regional preexistente. Todas as áreas apropriadas por aqueles empreendimentos estavam ocupadas por indígenas, ribeirinhos, pequenos camponeses, posseiros, quilombolas etc. Não eram terras ociosas à espera do “desbravamento”.

O conjunto de leis, decretos e medidas que instrumentalizaram o planejamento do desenvolvimento regional, reunido na Operação Amazônia, propiciou, pois, as condições para a transformação das terras amazônicas, cobertas por densa cobertura vegetal e portadoras de minérios, em mercadoria. Esse processo se consolidou na década de 1970, sob as diretrizes do Programa de Integração Nacional e do Projeto RADAM, que concretizaram os objetivos governamentais propostos para a região no I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1972-1974), analisado no 3º capítulo, com foco na expansão da fronteira econômica do país e na ampliação e diversificação do mercado interno.

Floresta, solo e subsolo foram mapeados com o fulcro de identificar suas “potencialidades”, subsidiando o planejamento de ocupação das terras amazônicas em consonância com as atividades produtivas indicadas nas representações cartográficas. A constituição de um mercado de terras na Amazônia, um dos principais desdobramentos desse

processo, fomentou conflitos entre os “novos” e os “antigos” donos das terras, num contexto assinalado pela violência sistemática contra as populações locais, sobretudo posseiros e povos indígenas.

A partir do mapeamento dos recursos, identificando sua localização precisa, na segunda metade dos anos 1970, o planejamento governamental para a Amazônia sistematizou suas ações no Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), previsto no II PDA, pautado no aproveitamento da potencialidade energética dos rios, na produção agropecuária em larga escala e na exploração mineral. Ao mesmo tempo, a ocupação da região foi orientada para “projetos de colonização empresarial”, em áreas disponibilizadas para exploração por particulares mediante licitações.

O conjunto de representações cartográficas elaboradas sobre a Amazônia, em especial, mas não exclusivamente, as produzidas no âmbito do Projeto RADAM, constituiu um modo eficaz de controle e apropriação territorial por parte dos aparelhos estatais. Tal medida embasou a criação artificial de “polos de desenvolvimento” em tese homogêneos, voltados ao atendimento dos mais diversos interesses econômicos. Às instituições planejadoras interessava representar nos mapas as informações geológicas, hidrográficas, pedológicas, botânicas, de modo a apresentar a região como “naturalmente” produtora de madeira, minérios e terras agricultáveis. Diante da necessidade de criação de um aparato logístico para a exploração dos minérios mapeados no contexto do RADAM, intensificaram-se os estudos para o aproveitamento energético dos rios da Amazônia, fomentando a construção de usinas hidrelétricas, com efeitos funestos sobre a diversidade social e ecológica regional.

Conforme demonstrado no 4º capítulo, os efeitos das políticas desenvolvimentistas sobre a natureza regional, associado a uma discussão sobre a soberania nacional, desencadeou um movimento em defesa da Amazônia, marcado por uma diversidade de manifestações que se originaram a partir da divulgação de uma política de exploração florestal através de “contratos de risco”. A “defesa da Amazônia” conseguiu reunir sob a mesma bandeira militares “nacionalistas” da reserva, estudantes, religiosos, políticos da ARENA e do MDB, cientistas, acadêmicos e outros segmentos sociais. As denúncias sobre a exploração dos recursos naturais, especialmente a floresta, tornavam públicos as implicações sociais e ambientais das políticas desenvolvimentistas sobre a Amazônia, constituindo-se, desse modo, em bandeiras de lutas na conjuntura de redemocratização do país no final dos anos 1970.

Naquela conjuntura histórica, os movimentos pelo fim da ditadura militar e pela redemocratização recrudesceram, incorporando a discussão do meio ambiente. Apesar do indiscutível componente nacionalista contido nas manifestações contrárias à proposta de

política florestal baseada em “contratos de risco” para exploração da floresta amazônica, a dimensão ecológica também estava colocada em discussão. A necessidade de proteção da floresta, já intensamente devastada pelos projetos agropecuários subsidiados pelos programas governamentais, sob a omissão e a ineficiência dos órgãos fiscalizadores, presente em diversos posicionamentos, foi o catalisador daquele movimento, que adquiriu uma escala nacional.

O III PDA, proposto para execução no período de 1980 a 1985, e abordado no 5º capítulo, reafirmava uma visão governamental de Amazônia como detentora de recursos naturais, já devidamente identificados e mapeados, e acessíveis por meio da infraestrutura construída ou em processo de construção. Incorporando um discurso de defesa de “medidas conservacionistas”, o documento reiterava, grosso modo, o modelo de ocupação econômica preconizado nos planos anteriores. Em consonância com os objetivos do III PDA, o Programa Grande Carajás asseguraria a exploração em larga escala da maior reserva de minério de ferro do mundo, transformando a Amazônia em um grande polo minerador, consolidando a região como fronteira estratégica de expansão do capitalismo.

Fundamentalmente, os Planos analisados representaram a síntese das medidas administrativas, legais, políticas e econômicas que deveriam orientar a condução administrativa do desenvolvimento proposto para a Amazônia tanto no contexto da SPVEA, nos anos 1950, como na esfera da SUDAM, a partir de 1967.⁹⁷³ Os processos de ocupação, ampliação da capacidade produtiva e de integração econômica da Amazônia, na segunda metade do século XX foram orientados, pois, pelo papel catalisador do Estado, que utilizou a natureza como suporte das políticas desenvolvimentistas planejadas. Florestas, águas, solos e subsolos, apropriados como recursos naturais, desempenharam papel estratégico nesse contexto.

A História Ambiental nos ensina que a apropriação dos recursos da natureza reflete o sistema de relações sociais historicamente construídas. As evidências produzidas na análise das fontes que fundamentaram esta tese revelaram que as ideias norteadoras dos planos de desenvolvimento da Amazônia, propostos para execução entre 1955 e 1985, reduziram a natureza à dimensão utilitarista. Nesse sentido, florestas, solos, águas e subsolos foram

⁹⁷³ Ressalte-se que limitações financeiras diversas fizeram com que muitas iniciativas programadas nos planos não fossem executadas e/ou finalizadas. Entre as várias hidrelétricas projetadas para aproveitamento de energia hidrelétrica dos rios amazônicos na década de 1970, apenas Tucuruí entrou em funcionamento. Do mesmo modo, das diversas estradas planejadas para promover a penetração e integração da região, sob a égide do PIN, umas não foram concluídas, como a Perimetral Norte, e outras permanecem com grandes extensões sequer pavimentadas, como a Transamazônica. As motivações e os desdobramentos desses processos, no entanto, não são objeto de análise desta tese.

apropriados e transformados em escala por políticas agrícolas, energéticas, industriais, florestais e viárias. Rodovias, usinas hidrelétricas, indústrias processadoras de minérios, serrarias, ferrovias, portos etc., representam a face mais visível desse processo. Suas implementações pelo Estado, desconsideraram a história da região, em especial as experiências preexistentes de uso dos recursos, não restritas à dimensão econômico-monetária.

As repercussões desses processos sobre o ambiente e as populações regionais são portadoras de histórias e memórias, tangíveis e intangíveis, presentes tanto nas crateras abertas pela extração de minérios como nas extensões florestais, vilas ribeirinhas e terras indígenas submersas pelas represas das usinas hidrelétricas. Em que medida o desaparecimento de um território ancestral, transformado em lago artificial afetou as experiências sociais ali vivenciadas? Com o barramento dos rios e as oscilações do nível de água à jusante e à montante, onde encontrar o peixe? Onde encantados e bichos visagentos, reguladores culturais dos recursos existentes nos rios e nas florestas habitariam?

Em consonância com os princípios teóricos e metodológicos da História Ambiental, compreende-se a natureza como parte da sociedade, sobre a qual esta estabelece suas bases materiais e simbólicas. Nesse sentido, a Amazônia não pode ser reduzida a um espaço pretensamente natural, abstratamente definido por critérios geológicos, hidrográficos, botânicos, econômicos ou políticos, embora possa ser instrumentalizada politicamente por estes. Ela é o resultado concreto de relações sociais historicamente construídas na interação com diversos ecossistemas, especialmente as florestas e os rios.

Os Planos de desenvolvimento produzidos no recorte temporal pesquisado refletiam concepções de natureza e de desenvolvimento tributárias de representações historicamente construídas sobre a Amazônia. A política de valorização econômica, proposta pela antiga SPVEA, e as experiências desenvolvimentistas que se seguiram a ela, no contexto da SUDAM, foram concebidas, em sua totalidade, como um empreendimento de progresso, encarnando, desse modo, uma ideia de “evolução histórica” da região, fortemente enraizada na lógica do crescimento econômico. As representações positivas associadas a essas ideias na retórica estatal obscureceram uma lógica predadora dos recursos naturais e desqualificadora da diversidade cultural da região. A persistência retórica nos Planos governamentais da ideia de Amazônia como espaço vazio de gente, de cultura e de técnica, ocultava sua história milenar, e as experiências construídas pelos diversos grupos constitutivos de sua formação social nas interações com os ecossistemas.

Segundo estudiosos da biologia da conservação, está em curso um processo crescente de escassez de recursos naturais essenciais, como a água doce, de deterioração das condições climáticas, de extinção de espécies animais e vegetais etc.⁹⁷⁴ Todavia, em que pese a magnitude das perdas dos recursos naturais existentes no continente americano ao longo de sua história, em especial na Amazônia brasileira a partir de meados do novecentos sob a égide do planejamento governamental, o imaginário da natureza fértil e abundante persiste.⁹⁷⁵ É de se indagar, pois, em que medida, as representações historicamente construídas acerca da natureza condicionaram e condicionam as leituras e interpretações produzidas sobre ela e como isso se reflete, ainda hoje, na formulação de políticas governamentais para a região.

Acredita-se que a construção desse processo implica necessariamente a consideração de diversos fatores, como: os significados historicamente atribuídos aos elementos biofísicos da natureza amazônica – rios, igarapés, florestas, várzeas, manguezais – pelos grupos humanos que neles engendram sua reprodução socioeconômica e cultural; as normas consuetudinárias de proteção dos recursos e as concepções de natureza que permeiam as vivências de tais grupos; as memórias, individuais e coletivas, construídas e reconstruídas face aos processos de apropriação da natureza por projetos governamentais; assim como a avaliação das implicações da regulamentação legal do uso dos recursos naturais, no campo das políticas ambientais.

A discussão da natureza remete a percepções profundamente incutidas na cultura e nas memórias, propiciando múltiplas possibilidades analíticas. A compreensão da dimensão histórica, que atribui sentidos e significados às percepções de natureza e às diferentes formas de apropriação que delas resultam, possibilita a emergência de uma história social da Amazônia mais plural e rica, que pode orientar a construção de relações mais construtivas entre sociedade e natureza na região. É nesse sentido que essa tese se posiciona, não como um texto conclusivo, mas como uma tentativa de contribuir com as distintas interpretações da história da Amazônia.

A partir da relação História e natureza procuramos demonstrar que o uso e gestão dos recursos naturais, ao longo do recorte temporal analisado, exprimem avaliações socioeconômicas e culturais, refletindo projetos políticos, necessidades técnicas e valores. Como contribuição deste trabalho para o debate contemporâneo acerca da História Ambiental da e na Amazônia, salientamos a diversidade de abordagens e fontes – memórias, fatos,

⁹⁷⁴ WILSON, Edward. *Diversidade da vida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

⁹⁷⁵ CARVALHO, 2009, op. cit.

eventos, histórias e narrativas passíveis de reflexões – indicadas ao longo do texto, que podem suscitar novas abordagens historiográficas a partir de outras perspectivas de análise.

A considerar que os sentidos de natureza são historicamente determinados, avalia-se que cada uma das perspectivas de natureza amazônica, sejam as expressas nos Planos de desenvolvimento, sejam as evocadas pelos denominados “povos da floresta” para afirmar seus direitos sobre determinados territórios, além de implicar em usos distintos dos recursos, revelou motivações, interesses e objetivos muito diversos. Entre 1955 e 1985, assim como antes e depois, os mais distintos agentes sociais pensaram, planejaram e agiram sobre a natureza amazônica, só que não era a mesma!

REFERÊNCIAS

Fontes

Planos, programas e relatórios

BRASIL. I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974). Brasília, DF, 1971.

_____. II Plano Nacional de Desenvolvimento. Brasília, DF, 1975.

_____. III Plano Nacional de Desenvolvimento (1980-1985). Brasília, DF, 1980.

ELEMENTOS que devem acompanhar os projetos encaminhados à SUDAM (ANEXO E). In: BASA. *Amazônia: instrumentos para o desenvolvimento*. Belém: BASA/Departamento de Estudos Econômicos, 1969, p. 132-133.

O CICLO DO HOMEM. Ministério Extraordinário para a coordenação dos organismos regionais (MECOR). Brasília, 1967.

PIN: Colonização da Amazônia. Brasília: Ministério da Agricultura, 1972.

PLANO de Valorização Econômica da Amazônia. Departamento de Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1954.

POLAMAZÔNIA: Síntese. Ministério do Interior: SUDAM. Belém, 1975.

RECURSOS Naturais da Amazônia. Brasília: Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, 1975.

SENADO FEDERAL. *O II PND e os programas de desenvolvimento regional do Pará*. Comissão de Assuntos Regionais, 1975.

SPVEA. *1º Plano de valorização econômica da Amazônia (1955-1959)*. Belém: SPVEA 1955.

_____. Comissão de planejamento. *Programa de emergência para 1954*. Belém: SPVEA, 1954.

_____. *Concepção Preliminar da Valorização Econômica da Amazônia*. Rio de Janeiro, 1954.

_____. *Primeiro Plano Quinquenal (1955-1959)*. SPVEA: Belém, 1955, 2. v.

_____. *SPVEA 1954-1960. Política de Desenvolvimento da Amazônia*. Rio de Janeiro: Gráfico Livro, 1960, 2 v.

_____. *Valorização econômica da Amazônia: subsídios para seu planejamento*. Rio e Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1954.

SUDAM. *1º Plano Quinquenal (1967-1971)*. Serviço de Documentação e Divulgação. Belém, 1967.

_____. *Operação Amazônia: Legislação Básica nº 2*. SUDAM, Serviço de Documentação e Divulgação. Belém, 1968a.

_____. *Operação Amazônia: Discursos*. SUDAM, Serviço de Documentação e Divulgação. Belém, 1968b.

_____. *Regimento Interno*. Ministério do Interior: SUDAM, 1968.

_____. *Amazônia: desenvolvimento e ocupação*. Belém: SUDAM, 1969.

_____. *Amazônia: novo universo*. Belém: 196[?].

_____. *I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1972-1974)*. Belém: SUDAM, 1971.

_____. *II Plano de Desenvolvimento da Amazônia. (1975-79)*. Belém, 1976.

_____. *III Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1980-1985)*. Belém, 1982.

VALORIZAÇÃO Econômica da Amazônia: subsídios para seu planejamento. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1954.

MECOR. *Operação Amazônia: relatório ministerial apresentado à consideração do Senhor Presidente da República pelo Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais*. [S.l.: s.n.], 1966.

BRASIL. *Relatório da Delegação do Brasil à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano*. Brasília, DF, 1971.

_____. *Relatório...* Anexo A: Exposição de Motivos nº 100/71. Brasília, DF, 1971, p. 2-3.

_____. *Relatório...* Anexo B: Instruções para a Delegação do Brasil. Brasília, DF, 1971, p. 4-11.

_____. *Relatório...* Anexo C: Discurso do Ministro José Costa Cavalcanti, chefe da Delegação do Brasil. Brasília, DF, 1971, p. 12-16.

_____. *Programa Grande Carajás Agrícola, versão preliminar*. Brasília, DF, Ministério da Agricultura, 1983. 6 v.

Pronunciamentos

ANDRADE, João Walter. SUDAM: Atividades de 1968. Manaus: SUDAM, 1968. [Discurso proferido pelo superintendente por ocasião da 9ª reunião do Conselho Deliberativo da SUDAM].

DISCURSO do presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, pronunciado no dia 3 de dezembro de 1966, em Manaus. In: *O Ciclo do Homem*. Ministério Extraordinário para a coordenação dos organismos regionais. Brasília, 1967, p. 9-18.

VARGAS, Getúlio. Discurso do Rio Amazonas. In: SUDAM. *Operação Amazônia (Discursos)*. Belém: SUDAM, 1968.

_____. *Mensagem ao Congresso Nacional* (apresentada pelo Presidente da República por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1951). Rio de Janeiro, 1951, p. 175 - 176.

_____. *Mensagem ao Congresso Nacional* (apresentada pelo Presidente da República por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1952) apud *VALORIZAÇÃO Econômica da Amazônia: subsídios para seu planejamento*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1954.

PRONUNCIAMENTO do deputado estadual Rubens Lara (MDB/SP) na sessão da Assembleia Legislativa Estadual do dia 05 de setembro de 1979, em alusão ao dia da Amazônia. *Diário Oficial do Estado do São Paulo*, p. 75, 14 set. 1979.

Legislações

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1946). Presidência da República: Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm>. Acesso em: 13 fev. 2012.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Presidência da República: Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 17 jun. 2014.

_____. *Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934*. Aprova o Código Florestal. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d23793.htm>. Acesso em: 12 fev. 2012.

_____. *Decreto nº 67.557, de 12 de Novembro de 1970*. Dispõe sobre a criação de área prioritária ao longo da rodovia Transamazônica, para fins de Reforma Agrária, a ser incluída no Plano de Integração Nacional, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1106.htm>. Acesso em: 14 mar. 2013.

_____. *Decreto-lei nº 3.044, de 12 de fevereiro de 1941*. Dispõe sobre o Instituto Agrônomo do Norte, criado pelo Decreto-lei nº 1245, de 4 de maio de 1939 e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1941. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3044-12-fevereiro-1941-413369-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 mar. 2012.

_____. *Decreto 35.133, de 01 de março de 1954*. Aprova o Regimento do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Rio de Janeiro, 1954. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=145599&norma=166804>>. Acesso em: 13 fev. 2012.

_____. *Decreto 63.952, de 31 de dezembro de 1968*. Cria no Ministério das Minas e Energia o Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Amazônia. Brasília, DF, 1968

_____. *Decreto Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970*. Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências. Brasília, DF, 1970.

_____. *Decreto nº 34.132, de 9 de outubro de 1953*. Aprova o Regulamento do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1953b. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-34132-9-outubro-1953-323730-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 21 set. 2013.

_____. *Decreto 73.030, de 30 de outubro de 1973*. Cria, no âmbito do Ministério do Interior, a Secretaria Especial do Meio Ambiente, SEMA, e dá outras providências. Brasília, DF, 1973. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-73030-30-outubro-1973-421650-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 23 ago. 2013.

_____. *Decreto 74.607, de 25 de setembro de 1974*. Dispõe sobre a criação do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA). Brasília, DF, 1974. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-74607-25-setembro-1974-423225-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 jun. 2014.

_____. *Decreto nº 83.518, de 29 de maio de 1979*. Institui Grupo de Trabalho destinado a estudar e propor medidas para formulação de uma política florestal para a Amazônia brasileira. Brasília, DF, 1979. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-83518-29-maio-1979-432821-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 28 nov. 2015.

_____. *Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979*. Aprova o regulamento dos parques nacionais brasileiros. Brasília, DF, 1979. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-84017-21-setembro-1979-433347-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 set. 2014.

_____. *Decreto-Lei nº 84.018, de 21 de setembro de 1979*. Cria a Reserva Biológica do Trombetas e dá outras providências. Brasília, DF, 1979. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-84018-21-setembro-1979-433349-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 21 set. 2014.

_____. *Decreto nº 84.515, de 28 de fevereiro de 1980*. Cria o Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas e dá outras Providências. Brasília, DF, 1980.

_____. *Decreto nº 85.050, de 18 de agosto de 1980*. Promulga o Tratado de Cooperação Amazônica, concluído entre os Governos República da Bolívia, da República Federativa do Brasil, da República da Colômbia, da República do Equador, da República Cooperativa da Guiana, da República do Peru, da República do Suriname e da República da Venezuela. Brasília, DF, 1980. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-85050-18-agosto-1980-434445-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 21 set. 2014.

_____. *Decreto nº 86.029, de 27 de maio de 1981*. Dispõe sobre a criação do Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE). Brasília, DF, 1981. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-86029-27-maio-1981-435354-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 21 set. 2014.

_____. *Decreto n. 98.987, de 30 de janeiro de 1990*. Dispõe sobre as Reservas Extrativistas e dá outras providências. Brasília, DF, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D98897.htm>. Acesso em: 10 jun. 2015.

_____. *Decreto-lei nº 289, de 28 de fevereiro de 1967*. Cria o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e dá outras providências. In: COSTA, Maria Diana Braga; RAMOS, Oldon Costa. *Ecologia e meio ambiente*. Goiânia: Livraria e Brasília Jurídica LTDA, 1992.

_____. *Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964*. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. Brasília, DF, 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504.htm>. Acesso em 13 fev. 2012.

_____. *Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953*. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a Superintendência de sua execução e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1953a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1806-6-janeiro-1953-367342-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 21 set. 2013.

_____. *Lei nº 4771, de 15 de setembro de 1965*. Institui o novo Código Florestal. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4771-15-setembro-1965-369026-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 23 mar. 2015.

_____. *Lei nº 5.174, de 27 de outubro de 1966*. Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da região amazônica e dá outras providências. Brasília, DF, 1966.

_____. *Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973*. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Brasília, DF, 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6001.htm>. Acesso em: 12 jun. 2013.

_____. *Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966*. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, extingue a SPVEA, cria a SUDAM e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5173.htm>. Acesso em 21 set. 2013.

_____. *Lei 6.938*, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm>. Acesso em: 23 mar. 2013.

_____. Ministério de Minas e Energia. *Exposição de Motivos nº 391, de 26 de junho de 1964*. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3287251/pg-17-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-18-12-1972>>. Acesso em: 19 jun. 2015.

Periódicos

REALIDADE. [São Paulo], Especial “Amazônia”, v. 6, n. 67, abr. / out. 1971.

REVISTA Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. Ano 20, n. 4, out./nov. 1958.

A AMAZÔNIA será mesmo explorada, confirma o IBDF. *Folha de São Paulo*, p. 46, 28 dez. 1978. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1978/12/28/2/>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

AMAZONENSES lançam nota de protesto. *O Globo*, 6 dez. 1978. Economia, p. 22. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/busca/?busca=amazonenses+lan%C3%A7am+nota+de+protesto#>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

AMAZÔNIA é defendida no Recife. *Jornal do Brasil*, 1 dez. 1979. Caderno 1, p. 16. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq=Amaz%C3%B4nia%20C3%A9%20defendida%20no%20Recife>. Acesso em 16 abr. 2015.

AMAZÔNIA ganha um Comitê de Defesa em Belém. *Jornal do Brasil*, 10 fev. 1979, Caderno 1, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq=de%20Defesa%20em%20Bel%C3%A9m>. Acesso em: 15 abr. 2015.

AMAZÔNIA. *Jornal do Brasil*, 10 set. 1979. Caderno 1, p. 8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq=nossas%20melhores%20madeiras>. Acesso em: 16 abr. 2015.

ARENA e MDB condenam no Senado o projeto do IBDF. *O Globo*, 6 dez. 1978. Economia, p. 22. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/busca/?busca=condenam+no+Senado+o+projeto+do+IBDF>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

ASSEMBLEIA de Manaus faz apelo a Geisel. *Folha de São Paulo*, 6 dez. 1978. Economia, p. 21. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1978/12/06/2/>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS DA AMAZÔNIA. *Amazônia*, v. 2, n. 11, jan.1976.

_____. *Amazônia*. São Paulo, v. 2, n. 19, set.1976.

_____. *Amazônia*. São Paulo, v. 3, n. 25, mar. 1977.

BURLE diz que IBDF é incompetente. *Folha de São Paulo*, p. 31, 8 dez. 1978. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1978/12/08/2/>>. Acesso em 14 abr. 2015.

CAMINHADA em defesa da mata amazônica. *Folha de São Paulo*, 30 dez. 1978. Economia, p. 17. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1978/12/30/2/>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

CHIMANOVITCH, Mário. A triste história da integração indígena. *Jornal do Brasil*. ed. 00145, v. 12, set. 1972. Caderno Nacional, p. 18. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq=Chimanovitch>. Acesso em: 16 abr. 2015.

COMISSÃO criará política florestal da Amazônia. *Jornal do Brasil*, 13 jun. 1979. Nacional, p. 8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq=%20pol%C3%ADtica%20florestal%20da%20Amaz%C3%B4nia>. Acesso em: 16 abr. 2015.

COMISSÃO de Defesa quer interpelar Governo. *O Globo*, 28 dez. 1978. Economia, p. 19. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/busca/?busca=Defesa+quer+interpelar+governo>>. Acesso em 15 abr. 2015.

SENADOR amplia ação pró-Amazônia. *Jornal do Brasil*, 22 fev. 1979. Nacional, p. 9. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq=senador%20amplia%20a%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 16 abr. 2015.

FLORESTA vai à venda, e já. *Folha de São Paulo*. 5 dez. 1978, capa. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1978/12/05/2/>>. Acesso em: 16 fev. 2014.

FLORESTAS selecionadas na Amazônia somam 39, 5 milhões de hectares. *Folha de São Paulo*, 8 dez. 1978. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1978/12/08/2/>>. Acesso em 14 abr. 2015.

GOVERNO prepara integração de órgãos na Amazônia para melhorar política florestal. *Jornal do Brasil*, 3 maio, 1979. Nacional, p. 8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq=melhorar%20pol%C3%ADtica%20florestal>. Acesso em: 16 abr. 2015.

LÍDER empresarial diz que Amazônia é “floresta senil” e pede política de ocupação. In: *Jornal do Brasil*, 14 de fevereiro de 1979. Nacional, p. 8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq=floresta%20senil>. Acesso em: 21 set. 2015.

MANIFESTAÇÃO faz a defesa da Amazônia. *Folha de São Paulo*, n. 24, p. 13, jan. 1979. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1979/01/24/2>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

MINISTRO acha loucura notícias sobre contratos para a Amazônia. In: *Jornal do Brasil*, 07 de dezembro de 1978. Caderno Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq=not%C3%ADcias%20sobre%20contratos%20para%20a%20Amaz%C3%B4nia>. Acesso em: 14 abr. 2015.

MOVIMENTO popular pela Amazônia. *Folha de São Paulo*, Economia, p. 26, 9 mar. 1979. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1979/03/09/30>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

NOVO ato público em defesa da Amazônia. *Folha de São Paulo*, Nacional, p. 6, 3 abr. 1979. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1979/04/03/2/>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

PLANALTO não comenta e oposição aponta os riscos. *Folha de São Paulo*. Economia, p. 23. 5 dez. 1978. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1978/12/05/2//4275638>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

PLANO: vender a floresta amazônica. *Folha de São Paulo*, 3 dez. 1978. Economia, p. 61. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1978/12/03/2//4274460>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

PROJETO de Política Florestal para a Amazônia. *Jornal O Globo*, O País, p. 4, 10 mar. 1980. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-acervo/?navegacaoPorData=198019800310>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

PROJETOS AGROPECUÁRIOS DA AMAZÔNIA: DESMATAMENTO E FISCALIZAÇÃO (RELATÓRIO). In: Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia (CNDDA). *A Amazônia Brasileira em Foco*, nº 12, 1977-1978, p. 7-45.

PROTEÇÃO à natureza tem ação popular. *Jornal do Brasil*, p. 8, 9 fev. 1979. Nacional, p. 8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq=natureza%20tem%20a%C3%A7%C3%A3o%20popular>. Acesso em: 15 abr. 2015.

SUDAM defende contratos para exploração florestal na Amazônia. *O Globo*, 8 dez. 1978, Economia, página 25. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/busca/?busca=Sudam+defende+contratos+para+explora%C3%A7%C3%A3o+florestal+na+Amaz%C3%B4nia>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

SUDAM seleciona 12 áreas para exploração florestal por empresas na Amazônia. *Jornal do Brasil*, 8 dez. 1978. Nacional, p. 14. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq=%C3%A1reas%20para%20explora%C3%A7%C3%A3o%20florestal>. Acesso em: 14 abr. 2015.

TEMA ocupa última sessão do Senado. *Folha de São Paulo*, 6 dez. 1978. Economia, p. 21. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1978/12/06/2//4276060>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

TERMINA Semana da Amazônia. *Folha de São Paulo*, 28 abr. 1979. Economia, p. 21. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1979/04/28/2>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

VOLTA da UNE é tema de reunião. *Jornal do Brasil*, 18 fev. 1979. Nacional, p. 20. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 19 abr. 2015.

Bibliografia

AB'SÁBER, Aziz. *Amazônia: do discurso à práxis*. São Paulo: EDUSP, 2004.

_____. Gênese de uma nova região siderúrgica. In: _____. *Amazônia: do discurso à práxis*. São Paulo: EDUSP, 2004, pp. 113-130.

_____. Potencialidades paisagísticas brasileiras. In: _____. *Recursos Naturais, Meio Ambiente e Poluição*. Rio de Janeiro: IBGE, 1977.

ACEVEDO MARIN, Rosa; CASTRO, Edna. *Negros do Trombetas: guardiões de matas e rios*. Belém: CEJUP, 1998.

ACOT, Pascal. *História da ecologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

_____. A natureza da humanidade. In: *Ciência e Ambiente*. Santa Maria, v.3, n. 5, p. 7-18, jul./dez.1992.

ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui Sérgio Serreni; NEVES, Walter (Eds.). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2008.

ALMEIDA JÚNIOR (Org.). *Carajás: desafio político, ecologia e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense; Brasília, DF: CNPQ, 1986.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Conflito e poder: os conflitos agrários na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado (1969-1989)*. [S.l.:s. n.], 1989. Edição do Autor. Mimeo.

_____. Estrutura fundiária e expansão camponesa. In: ALMEIDA JÚNIOR, José Maria Gonçalves de. (Org.). *Carajás: desafio político, ecologia e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense; Brasília, DF: CNPQ, 1986, p. 265-293.

_____. GEBAM: A expansão camponesa. *Amazônia Brasileira em foco*. Rio de Janeiro: CNDDA, n. 15, (1983/1984), 1984b.

_____. O GETAT e a arrecadação de áreas rurais como terra devoluta. In: *Amazônia Brasileira em foco*. Rio de Janeiro: CNDDA, n. 15, (1983/1984), p. 31-58, 1984a,

_____. *CARAJÁS: a guerra dos mapas*. Belém: Seminário Consulta, 1995.

_____. *Terras de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. Manaus: PGSCA; UFAM, 2008.

_____. Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. In: D’INCAO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda Maciel da (Org.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: MPEG, 1994. p. 521-537.

ALMEIDA, Maria Geralda. A problemática do extrativismo e da pecuária no Estado do Acre. In: KOHLHEPP, Gerd; SCHRADER, Achim (Ed.). *Homem e natureza na Amazônia*. Simpósio Internacional e Interdisciplinar. Associação Alemã de Pesquisas sobre a América Latina (ADLAF), 1987, p. 221-236.

ALMINO, João. *Naturezas mortas: a filosofia política do ecologismo*. Rio de Janeiro: F. Alves, 2004.

ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano; MACIEL, Débora. Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. *Revista Novos Estudos CEBRAP*, n. 79, p. 151-167, nov. 2007.

ALTVATER, Elmar. *O preço da riqueza: pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial*. São Paulo: UNESP, 1995.

ANDRADE, Rômulo de Paula. “Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta”: Getúlio Vargas e a revista “Cultura Política” redescobrem a Amazônia (1940-1941). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas*, Belém, vol. 5, nº 2, pp. 453-468, maio-ago. 2010.

ARAGÓN, Luis E. *Há futuro para o desenvolvimento sustentável da Amazônia?* Belém: UNAMAZ/SCA, 2003.

ARAÚJO, Adonias Pereira de; JORDY FILHO, Salim; FONSECA, Walmor Nogueira da. A vegetação da Amazônia Brasileira. In: SIMPÓSIO DO TRÓPICO ÚMIDO, 1986, Belém. *Anais...* Belém: EMBRAPA; CPATU, 1986. V. 2, p. 135-156.

ARAÚJO, Suely M. V. G. de. Origem e principais elementos da legislação de proteção à biodiversidade no Brasil. In: GANEM, Roseli Senna (Org.). *Conservação da biodiversidade: legislação e políticas públicas*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2011.

ARNT, R. (Org.). *O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

ARNT, Ricardo Azambuja; SCHWARTZMAN, Stephan. *Um artifício orgânico: transição na Amazônia e ambientalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

ARRUDA, Gilmar, TORRES, David Velázquez e ZUPPA, Graciela (Org.). *Natureza na América Latina: apropriações e representações*. Londrina: UEL, 2001.

ASSELIM, Victor. *Grilagem, corrupção e violência em terras do Carajás*. Petrópolis: Vozes, 1982.

BALÉE, William. O povo da Cachoeira Velha: caçadores-coletores das terras baixas da América do Sul. In: PAVAN, Crodowaldo (Org.). *Uma estratégia latino-americana para a Amazônia*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: Memorial, 1996. p. 158-166.

_____. Cultura na Vegetação da Amazônia Brasileira. In: NEVES, Walter (Org.). *Biologia e Ecologia Humana na Amazônia: avaliação e perspectiva*. Belém: MPEG, 1989, p. 95-109.

BARRETO FILHO, Henyo Trindade. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (Org.). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006.p. 109-143.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BECKER, Bertha K. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1997.

BENTES, Rosineide. A intervenção do ambientalismo internacional na Amazônia. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 225-240, 2005.

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. As assembleias indígenas: o advento do movimento indígena no Brasil. *OPIS*. Catalão, v. 10, n. 1, p. 91-114, jan./jun.2010.

BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François. Desenvolvimento. In: *Dicionário crítico de sociologia*. São Paulo: Ática, 2001.

BRITO, Daniel Chaves de. Reforma do Estado e sustentabilidade: a questão das instituições desenvolvimentistas da Amazônia. In: COSTA, Maria José Jackson (Org.). *Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisa*. Belém: EDUFPA, 2001. p. 71-104.

_____. *A modernização da superfície: Estado e desenvolvimento na Amazônia*. Belém: UFPA/NAEA, 2001.

BRITO, Maria do Socorro. A face destruidora da apropriação e uso do território amazônico. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 59, n. 1, p. 109-120, jan./jun. 2005.

BRONDÍZIO, Eduardo S.; NEVES, Walter. Populações caboclas do estuário do Amazonas: a percepção do ambiente natural. In: PAVAN, Crodowaldo (Org.). *Uma estratégia latino-americana para a Amazônia*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: Memorial, 1996, v. 1, p. 167-182.

BUNKER, Stephen. Da castanha-do-pará ao ferro: os múltiplos impactos dos projetos de mineração na Amazônia brasileira. In: COELHO, Maria Célia Nunes; MONTEIRO, Maurílio de Abreu (Org.). *Mineração e reestruturação espacial da Amazônia*. Belém: NAEA, 2007. p. 105-140.

BURSZTYN, Marcel; BURSZTYN, Maria Augusta. *Fundamentos de política e gestão ambiental: os caminhos do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

CABRAL, Diogo de Carvalho. *Na presença da floresta: Mata Atlântica e história colonial*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Recursos Naturais da Amazônia*. Brasília, DF: Centro de Documentação e Informação, 1975.

CAMARGO, Felisberto; GUERRA, Antônio Teixeira. Região Amazônica: grande região fitogeográfica Pluviisilvae da América do Sul. In: GUERRA, Antônio Teixeira (Org.). *Geografia do Brasil: Grande Região Norte*. Rio de Janeiro: IBGE/CNG, 1959, p. 11-18.

CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação*. São Paulo: Cultrix, 2012.

CAVALCANTI, Mário Barros de. *Da SPVEA à SUDAM (1964-1967)*. Belém: SUDAM, 1967.

CARVALHO, Marcus. *O que é natureza*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Paisagem, historicidade e ambiente: as várias naturezas da natureza. *Confluente*, v. 1, n. 1, p. 163-157, 2003.

CASTRO, E. M. R. de; PINTON, F. *Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: CEJUP, 1994.

CHAMBOULEYRON, Rafael. O sertão dos Taconhapé. Cravo, Índios e Guerras no Xingu. In: SOUZA, César Martins de; CARDOZO, Alírio (Orgs.). *Histórias do Xingu: Fronteiras, Espaços e Territorialidades (Séculos XVII-XXI)*. Belém: EDUFPA, 2008, p. 51-74.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

COELHO, Geraldo Mártires. *O espelho da natureza: poder, escrita e imaginação na revelação do Brasil*. Belém: Paka-Tatu, 2009.

CONCEIÇÃO, Maria de Fátima Carneiro da; OLIVEIRA, Aline Reis de; VIANA, Jamerson Rodrigues Monteiro. Políticas agrárias e estrutura fundiária na Zona Bragantina, Nordeste paraense. In: NETO, José Maia Bezerra; GUZMÁN, Décio de Alencar (Org.). *Terra matura: historiografia e história social na Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2002. p. 231-242.

COSTA, Francisco de Assis. *Ecologismo e questão agrária na Amazônia*. SEPEQ; NAEA; UFPA, 1992.

_____. *Estado e grande capital na fronteira agrícola*. Belém: UFPA; NAEA, 1991.

_____. *Formação Agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável*. Belém: UFPA; NAEA, 2000.

COSTA, Kelerson Semerene. *Templos de tântos, templos de eros: a exploração das tartarugas nas praias amazônicas*. In: FRANCO, José Luiz de Andrade; SILVA, Sandro Dutra e; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão (Org.). *História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

_____. *Homens e natureza na Amazônia brasileira: dimensões*. Tese (Doutorado), Universidade de Brasília, DF, 2002.

COSTA, José Marcelino Monteiro da. Amazônia: recursos naturais, tecnologia e desenvolvimento (contribuições para o debate). In: _____. (Org.). *Amazônia, desenvolvimento e ocupação*. Org. Rio de Janeiro: IPEA; INPES, 1979. p. 37-88.

_____. Ocupação, integração e desenvolvimento da Amazônia: 60 anos de ação federal. In: MENDES, Armando Dias (Org.). *Amazônia, terra e civilização: uma trajetória de 60 anos*. Belém: Banco da Amazônia, 2004. V. 2, p. 481-520.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - CMMAD. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. *Os pobres possuirão a terra (Sl. 37,11): pronunciamentos de bispos e pastores sinodais sobre a terra*. São Paulo: Paulinas; São Leopoldo: Sinodal; CEBI, 2006.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – CNBB. *Desafio Missionário: documentos da Igreja na Amazônia*. Brasília, DF: CNBB, 2014.

COTA, Raymundo Garcia. *Carajás: a invasão desarmada*. Petrópolis: Vozes, 1984.

DANIEL, João. *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

DAOU, Ana Maria. *A Belle Époque Amazônica*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

DAVIS, Shelton. *Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios no Brasil*. [S.l.:s.n.], 1978.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*. São Paulo: Nobel, 1989.

DELÉAGE, Jean-Paul. Uma ecologia-mundo. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence. *Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: CEJUP, 1994. p. 23-52.

DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 111-154.

DESCOLA, Philippe. Ecologia e Cosmologia. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence (Orgs.). *Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: CEJUP, UFPA/NAEA, 1997, p. 243-262.

DIAMOND, Jared. *O mundo até ontem: o que podemos aprender com as sociedades tradicionais*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

DIAS, Ednéa Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto*: Manaus, (1890-1910). Manaus: Valer, 1999.
 DIÉGUES, Antônio Carlos; ARRUDA, S. V. Rinaldo. *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília, DF: MMA; São Paulo: USP, 2001.

D'INGAO, M. A., SILVEIRA, I. M. (Org.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: MPEG, 1994.

DINIZ, Eli. Globalização, reforma do Estado e teoria democrática contemporânea. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v. 15, n. 4, out./dez.2001.

DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol; PETITJEAN, Patrick. Ecologia e evolução: a UNESCO na Amazônia (1946-1950). In: ALVES, José Jerônimo de Alencar (Org.). *Múltiplas faces da história das ciências na Amazônia*. Belém: EDFUPA, 2005. p. 271-285.

DRUMMOND, José Augusto; PEREIRA, Mariângela de Araújo Póvoas. *O Amapá nos tempos do manganês: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico (1943-2000)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.

_____. A extração sustentável de produtos florestais na Amazônia brasileira: vantagens, obstáculos e perspectivas. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, nº 6, jul.1996, pp. 115-137. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/seis/drumon6.htm>>. Não paginado. Acesso em: 05.03.2014.

_____. A legislação ambiental brasileira de 1934 a 1988: comentários de um cientista ambiental simpático ao conservacionismo. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, n. 3-4, p. 127-149, 1999.

_____. A primazia dos cientistas naturais na construção da agenda ambiental contemporânea. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 62, p. 5-25 out. 2006.

_____. Recursos naturais, meio ambiente e desenvolvimento na Amazônia brasileira: um debate multidimensional. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos*, v. 6, p.1135 -1177, set. 2000.

ESCOBAR, Arturo. *Encountering development: the making and unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

ESTERCI, Neide. Campesinato e igreja na fronteira: o sentido da lei e a força da aliança. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Org.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v. 1. p. 223-244.

_____. *Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FEARNSIDE, Philip. A previsão de perdas de terra através da erosão do solo sob vários usos de terra na área de colonização da Rodovia Transamazônica. *Acta Amazônica*. Manaus, v. 10, n.3, p. 505-511, 1980.

_____. Desmatamento e desenvolvimento agrícola na Amazônia brasileira. In: LÉNA, Philippe; OLIVEIRA, Adélia Engrácia de (Org.). *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*. Belém: MPEG, 1991. p. 207-222.

_____. Os efeitos das pastagens sobre a fertilidade do solo na Amazônia brasileira: consequências para a sustentabilidade de produção bovina. *Acta Amazônica*. Manaus, v. 10, n. 1, p. 119-132, 1980.

_____. *A hidrelétrica de Balbina: o faraonismo irreversível versus ambiente na Amazônia*. São Paulo: IAMÁ, 1990.

_____. Os planos agrícolas: desenvolvimento para quem e por quanto tempo? In: ALMEIDA JÚNIOR (Org.). *Carajás: desafio político, ecologia e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense; Brasília, DF: CNPQ, 1986. p. 362-418.

_____. Rondônia: a farsa das reservas. *Ciência Hoje*. v. 3, n. 17, p. 90-91. 1985.

_____. As restrições ambientais na energia elétrica. In: L. P. ROSA Luiz Pinguelli; SIGAUD, Lygia; La ROVERE, Lebre (Ed.). *Estado, energia elétrica e meio ambiente: o caso das grandes barragens*. Rio de Janeiro: Coordenação dos Programas de Pós Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ), 1995, p. 100-115.

_____. Frenesi de desmatamento no Brasil: a floresta amazônica irá sobreviver? In: KOHLHEPP, Gerd; SCHRADER, Achim (Ed.). *Homem e natureza na Amazônia*. Simpósio Internacional e Interdisciplinar. Associação Alemã de Pesquisas sobre a América Latina (ADLAF), 1987. p. 45-57.

_____. Desmatamento na Amazônia brasileira: com que intensidade vem acontecendo? *Acta Amazônica*. Manaus, v. 13, n.3, p. 579-590, 1982.

_____. Os efeitos das pastagens sobre a fertilidade do solo na Amazônia Brasileira: consequências para a sustentabilidade da produção bovina. *Acta Amazônica*. V. 10, n. 1, p. 119-132, 1980.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Marcionila. *Donos de terras: trajetórias da União Democrática Ruralista-UDR*. Belém: NAEA; UFPA, 1999.

FERNANDES, Marcionila; GUERRA, Lemuel (Org.). *Contradiscurso do desenvolvimento sustentável*. Belém: UNAMAZ; NAEA; UFPA, 2003.

FERRAZ, Iara. Os índios pagam primeiro. E mais caro. *Revista Ciência Hoje*, São Paulo: SBPCv. 1, n. 3, nov./dez. 1982.

FERREIRA, Argemiro. Carajás: o grande desafio: *Revista Ciência Hoje*, São Paulo: SBPC, v.1, n. 3, nov./dez.1982.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. *Revista Cultura Vozes*, Petrópolis, v. 94, n. 3, p. 111-124, maio/jun. 2000.

FERREIRA PENNA, Domingos Soares. *Obras Completas*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1973, 2 v.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica ao Rio Negro*. Belém: MPEG/CNPQ, 1971.

FICO, Carlos. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. *Revista Pesquisa e Debate*. PUC, SP, v. 26, n. 2, p. 225-256, 2004.

FRANCO, José Luiz de Andrade. O conceito de biodiversidade e a história da biologia da conservação: da preservação do *wilderness* à conservação da biodiversidade. *História*, SãoPaulo, v. 32, n. 2, p. 21- 48, jul./dez. 2013.

FUNES, Eurípedes. Mocambos do Trombetas: memória e Etnicidade (séculos XIX e XX). In: DEL PRIORE, Mary; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Os senhores dos rios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, p. 227-258.

FURTADO, Lourdes. Comunidades tradicionais: sobrevivência e preservação ambiental. In: D'INCAO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda Maciel da (Org.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: MPEG, 1994, p. 67-74.

FURTADO, Lourdes Gonçalves et. al. *Repertório documental para a memória da pesca Amazônica*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 90-91.

GALVÃO, Eduardo. *Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Amazonas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

GARFIELD, Seht. *Search of the Amazon: Brazil, the United States, and the Nature of a Region*. Durham: Duke University Press, 2014.

GARRIDO FILHA, Irene. O Projeto Jari: revoltante desafio à nação. *Amazônia Brasileira em Foco*, n. 13, p. 56-80, 1979-1980.

GONÇALVES, C. W. P. *Amazônia, Amazôniaas*. São Paulo: Contexto, 2008.

GRAZIANO DA SILVA, José. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

GUALTIERI, Regina Cândida Ellero. A Amazônia sob olhares evolucionistas: a ciência no Museu Paraense Emílio Goeldi (1894-1914). In: ALVES, José Jerônimo de Alencar (Org.). *Múltiplas faces da história das ciências na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2005, p. 103-134.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. *O posseiro da fronteira: campesinato e sindicalismo no sudeste paraense*. Belém: Paka-Tatu, 2013.

GUIA de Filmes de 1979. Disponível em: <<http://cinemateca.gov.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&base=FILMOGRAFIA&lang=P&nextAction=search&exprSearch=ID=024982&format=detailed.pft>>. Acesso em: 22 set. 2015.

HALL, Anthony. O Programa Grande Carajás: gênese e evolução. In: HÉBETTE, Jean (Org.). *O cerco está se fechando*. Belém: FASE; NAEA; UFPA, 1991.p. 38-44.

HARLEY, Brian. Mapas, saber e poder. *Confins* [Online], n. 5, 2009. Disponível em: <<http://confins.revues.org/5724>>. Acesso em: 23 ago. 2015.

HÉBETTE, Jean; ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Colonização espontânea, política agrária e grupos sociais. In: COSTA, José Marcelino Monteiro da. (Org.). *Amazônia, desenvolvimento e ocupação*. Org. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979. p. 141-192, 176-177.

HÉBETTE, Jean. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*, Belém, EDUFPA, 2004, v. 2.

HEMMING, John. *Árvore de rios: a história da Amazônia*. São Paulo: SENAC, 2011.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOMMA, Alfredo. *Cronologia da ocupação e destruição dos castanhais no sudeste paraense*. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2000.

HORTA, Regina. *História e natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

IBGE. *Sinopse preliminar do censo demográfico do Estado do Pará*. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

JUNK, Wolfgang J.; NUNES DE MELLO, J. A. S. Impactos ecológicos das represas hidrelétricas na bacia amazônica brasileira. In: KOHLHEPP, Gerd; SCHRADER, Achim (Ed.). *Homem e natureza na Amazônia*. Simpósio Internacional e Interdisciplinar. Associação Alemã de Pesquisas sobre a América Latina (ADLAF), 1987, p. 367-386.

KITAMURA, Paulo Choji; MÜLLER, Carlos Hans. *Castanhais nativos de Marabá-PA: fatores de depredação e bases para a sua preservação*. Belém: EMBRAPA; CPATU; Falângola, 1984.

KOLHEPP, Gerd. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. *Estudos Avançados*, v. 16, n. 45, p. 37-61, 2002.

_____. Problemas do planejamento regional e do desenvolvimento regional na área do Programa Grande Carajás no leste da Amazônia. In: KOHLHEPP, Gerd; SCHRADER,

Achim (Ed.). *Homem e natureza na Amazônia*. Simpósio Internacional e Interdisciplinar. Associação Alemã de Pesquisas sobre a América Latina (ADLAF), 1987. p. 313-345.

LEAL, Aluizio Lins. *Amazônia: o aspecto político da questão mineral*. 1988. 311f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1988.

LEFF, Enrique. *Epistemologia Ambiental*. São Paulo: Cortez, 2010.

LEIS, Héctor R. *Modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea*. Petrópolis: Vozes; Florianópolis: UFSC, 1999.

LEIS, Héctor R.; VIOLA, Eduardo. A emergência e evolução do ambientalismo no Brasil. In: _____. *O labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização*. São Paulo: Gaia; Blumenau: Fundação Universidade de Blumenau, 1996. p. 89-112.

LEONARDI, Victor. *Entre árvores e esquecimentos: história social nos sertões do Brasil*. Brasília: Paralelo 15, 1996.

_____. *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*. Brasília, DF: Paralelo 15; UNB, 1999.

LENOBLE, Robert. *História da ideia de natureza*. Lisboa: Edições 70, 1990.

LIMA, Déborah de Magalhães. A construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. In: *Novos Cadernos NAEA*, v. 2, nº 2, dez./1999, p. 5-32.

LITTLE, Paul E. Ambientalismo e Amazônia: encontros e desencontros. In: *Amazônia: cenas e cenários*. SAYAGO, Doris; TOURRAND, Jean-François; BURSZTYN, Marcel (Org.). Brasília, DF: UNB, 2004. p. 321-344.

LLANO, Raul Garcia. A hidrelétrica do Tocantins e suas repercussões na industrialização dos recursos minerais do Pará. In: SENADO FEDERAL. *O II PND e os programas de desenvolvimento regional do Pará*. Comissão de Assuntos Regionais, 1975.

LOUREIRO, Arthur Araújo; SILVA, Marlene Freitas da. *Catálogo das madeiras da Amazônia*. Belém: INPA; SUDAM, 1968. 2 v.

MACIEL, Dulce Portilho. Estado e território no Centro-Oeste brasileiro (1943-1967). Fundação Brasil Central (FBC): a instituição e inserção regional no contexto sociocultural e econômico nacional. In: *SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH*, 26, 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo, jul. 2011.

MAHAR, Dênis J. As políticas governamentais e o desmatamento na região amazônica do Brasil. In: BOLONHA, G. (Org.). *Amazônia, adeus*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. p. 33-57.

_____. *Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais*. Rio de Janeiro: IPEA; INPES, 1978.

MAIA, João Marcelo Ehlert. As ideias que fazem o Estado andar: imaginação espacial, pensamento brasileiro e território no Brasil Central. *DADOS – REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS*. Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, p. 621-655, 2010.

MARTINS, José de Souza. Lutando pela terra: índios e posseiros na Amazônia Legal. In: _____. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 103-124.

_____. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.

MARTINE, George. Os impactos sociais e ambientais dos grandes projetos na Amazônia. In: ARAGÓN, Luis Eduardo (Org.). *A desordem ecológica na Amazônia*. Belém: UNAMAZ; UFPA, 1991. p. 271-279.

MARX, Karl. *O capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. Livro 1.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. *Uma outra “invenção” da Amazônia: religiões, histórias, identidades*. Belém: CEJUP, 1999.

McCORMICK, John. *Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

MEADOWS, Dennis L. *Os limites do crescimento*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MECOR. *Operação Amazônia: relatório ministerial apresentado à consideração do Senhor Presidente da República pelo Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais*. [S.l.: s.n.], 1966.

MINDLIN, Betty. O Programa POLONOROESTE. In: Hébette, Jean (Org.). *O cerco está se fechando*. Belém: FASE; NAEA; UFPA, 1991, p. 252-256.

MIRANDA NETO, Manoel José de. *O dilema da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. A ICOMI no Amapá: meio século de exploração mineral. *Novos Cadernos NAEA*. V. 6, n. 2, p. 113-168, dez. 2003.

MORÁN, Emílio. *A ecologia humana das populações da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1990.

_____. *Meio ambiente e florestas*. São Paulo: SENAC, 2010.

MORENO, Ariane Angélica. *Trajetória das famílias do Oeste Paulista que expandiram seus negócios para a Amazônia: a família Lunardelli no Norte do Paraná e Sul do Pará*. 2012. 115 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento)- Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

MOREIRA, Eidorfe. *Amazônia: o conceito e a paisagem*. Conselho Nacional de Pesquisas. Belém, 1958.

_____. *Conceito de Amazônia*. Belém: CEJUP, 1989.

_____. Os critérios delimitativos e a delimitação legal. In: MOREIRA, Eidorfe. *Amazônia: o conceito e a paisagem*. Conselho Nacional de Pesquisas. Belém, 1958, p. 33-37.

MORIN, Edgar. Por um pensamento ecologizado. In: CASTRO, E. M. R. de; PINTON, F. *Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: CEJUP, 1994, p. 53-78.

MOURÃO, Leila Miranda. *Do açaí ao palmito: uma história ecológica das permanências, tensões e rupturas no estuário amazônico*. Belém: Açaí, 2011.

MULLER, Helena Isabel. História do tempo presente: algumas reflexões. In: PÔRTO JUNIOR (Org.). *História do tempo presente*. Bauru: EDUSC, 2007, p. 17-29.

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. A proposta de política florestal para a Amazônia. *Destaque Amazônia*, v. 2, n. 5, p. 2, mar. 1985.

NAÇÕES UNIDAS. *Anais da Conferência Científica das Nações Unidas sobre a Conservação*, (PROCEEDINGS of the United Nations Scientific Conference on the Conservation and Utilization of Resources, New York: UNITED NATIONS, DEPARTMENT OF ECONOMIC AF, v.1, 17 aug. 6 sep. 1950.

NETTO, José Paulo. *Pequena história da ditadura Militar Brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2014.

NEVES, Eduardo. O lugar dos lugares: escala e intensidade das modificações paisagísticas na Amazônia central pré-colonial em comparação com a Amazônia contemporânea. *Revista Ciência e Ambiente*, n. 31, p. 79-92, jul./dez.2005.

_____. Sociodiversidade e biodiversidade: dois lados de uma mesma equação. In: ARAGÓN, Eduardo (Org.). *Desenvolvimento Sustentável nos Trópicos Úmidos*. Belém: UNAMAZ; UFPA, 1992, p. 366-397.

NISBET, Robert. *História da ideia de progresso*. Brasília: Editora da UNB, 1985.

NOVA CARTOGRAFIA: Atingidos pela hidrelétrica de Tucuruí. Caderno 10. Set. 2014.

ODUM, Eugene. *Fundamentos de Ecologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, [1953] 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. BR-163 Cuiabá-Santarém: geopolítica, grilagem, violência e mundialização. In: TORRES, Maurício (Org.). *Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163*. Brasília, DF: CNPQ, 2005, p. 67-184.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica do século XIX. In: SILVEIRA, Ênio. (Org.). *Encontros com a civilização brasileira*, nº 11. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 101-140.

OLIVEIRA JR., Antônio. Amazônia: a gênese de uma região de planejamento. *Revista de Ciências Humanas*, vol. 9, n. 1, p. 37-53, Jan./Jun. 2009.

PÁDUA, José Augusto. A Mata Atlântica e a Floresta Amazônica na Construção Histórica do Território Brasileiro: estabelecendo um marco de análise. In: Revista de História Regional, vol. 20, nº 2, p. 232-251, 2015. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/8085/4811>>. Acesso em: 15.12.2015.

_____. Um país e seis biomas: ferramenta conceitual para o desenvolvimento sustentável e a educação ambiental. In: PÁDUA, José Augusto. (Org.). *Desenvolvimento, justiça e meio ambiente*. Belo Horizonte: EDUFMG; São Paulo: Peirópolis, 2009, p. 118 -150.

_____. Arrastados por uma cega avareza: as origens da crítica à destruição dos recursos naturais amazônicos. *Ciência e Ambiente*, Santa Maria, n. 31, p. 131-146, jul./dez.2005.

_____. As bases teóricas da História Ambiental. *Estudos Avançados*, v. 24, p. 81-101, 2010.

_____. Biosfera, história e conjuntura na análise da questão amazônica. *História, Ciências, Saúde*. v. 6, p. 793-811. set. 2000. Suplemento.

_____. Natureza e Projeto Nacional: As Origens da Ecologia Política no Brasil. In: PÁDUA, José Augusto. (Org.). *Ecologia e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987, v. 1, p. 11-62.

PÁDUA, José Augusto (Org.). *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; IUPERJ, 1987.

PANDOLFO, Clara. *Amazônia brasileira: ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras*. Belém: CEJUP, 1994.

_____. *Estudos Básicos para o Estabelecimento de uma Política de Desenvolvimento dos Recursos Florestais e de Uso Racional das Terras na Amazônia*. Belém: SUDAM, Departamento de Recursos Naturais, 1974.

_____. *Análise Conjuntural do Problema Florestal da Amazônia Brasileira*. Belém: SUDAM, 1977.

_____. Recursos Naturais da Amazônia (Conferência pronunciada à Comissão da Amazônia do Congresso Nacional). In: *Recursos Naturais da Amazônia*. Brasília: Câmara dos Deputados, Centro de Coordenação e Informação, 1975.

PAULA, Élder Andrade de; SILVA, Silvio Simione. No limiar da resistência: luta pela terra e ambientalismo no Acre. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Org.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. V. 1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: Nead, 2009, p. 201-222.

PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. *Igreja e Camponeses na fronteira do Araguaia Tocantins*. 216 f. Dissertação (Mestrado). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1990.

PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas [online], v. 6, n.

3, p. 479-499, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v6n3/02.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2013.

PENTEADO, Antônio Rocha. *Problemas de Colonização e de Uso da Terra na Região Bragantina do Estado do Pará*. Belém: Editora da UFPA, 1967.

PETIT, Pere; CUÉLLAR, Jaime. O golpe de 1964 e a instauração da ditadura civil-militar no Pará: apoios e resistências. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 49, p. 169-189, jan./jun. 2012.

PINTO, Lúcio Flávio. *Amazônia: no rastro do saque*. São Paulo: HUCITEC, 1980.

_____. *Carajás: o ataque ao coração da Amazônia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

_____. Grandes planos para a Amazônia. In: _____. *Amazônia: no rastro do saque*. São Paulo: Hucitec, 1980, p. 63-65.

_____. *O anteato da destruição*. Belém: GRAFISA, 1977.

_____. O capítulo Trombetas. In: _____. *Amazônia: o século perdido*. Belém: Grafisa, 1979, p. 85-101.

_____. O mito da proteção: a Amazônia. In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.). *O Brasil não é mais aquele: mudanças sociais após a redemocratização*. São Paulo: Cortez, 2001, p. 111-120.

_____. Terras da Jari. In: _____. *Amazônia: no rastro do saque*. São Paulo: Hucitec, 1980, p. 111-113.

PIZARRO, Ana. *Amazônia: as vozes do rio, imaginário e modernização*. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

POLANIY, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. *Amazônia: Amazônias*. São Paulo: Contexto, 2008.

RECURSOS Naturais da Amazônia. Brasília: Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, 1975.

REIS, Arthur César Ferreira. Mundo tropical e empório de matérias primas". In: _____. *A Amazônia e a cobiça internacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Manaus: SUFRAMA, 1982 [1960], p. 13-21.

PÔRTO JUNIOR. Gilson (Org.). *História do tempo presente*. Bauru: EDUSC, 2007.

POSEY, Darrel. Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados Kayapó. In: RIBEIRO, Darcy (Ed.). *Suma etnológica brasileira*. Belém: EDUFPA, 1997, p. 199-213.

_____. Os Kayapó e a natureza. *Revista Ciência Hoje*, v. 2, n. 12, maio /jun. 1984.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História e desenvolvimento: a contribuição historiográfica para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

QUEIROZ, Renato da Silva. Caminhos que andam: os rios e a cultura brasileira. In: REBOUÇAS, Aldo da C.; BRAGA, Benedito; TUNDISI, José Galizia (Org.). *Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação*. 1999, p. 671- 688.

REALIDADE, [São Paulo], Especial “Amazônia”, v. 6, n. 67, abr. / out. 1971.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTE, Marcelo; SÁ MOTTA, Rodrigo Patto (Org.). *A ditadura que mudou o Brasil: cinquenta anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REVISTA Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. Ano 20, n. 4, out./nov. 1958.

SAAVEDRA, Fernando Stensoro. *História do debate ambiental na política mundial (1945-1992)*. Ijuí: Unijuí, 2014.

SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.

_____. Do crescimento econômico ao Ecodesenvolvimento. In: FREIRE VIEIRA, Paulo et. al. *Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil. A contribuição de Ignacy Sachs*. Florianópolis: Palloti: APED, 1998.

_____. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. (Org.). *Para pensar o Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 29-56.

_____. *Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, Breno Augusto dos. *Amazônia: potencial mineral e perspectivas de desenvolvimento*. São Paulo: EDUSP, 1980.

_____. Recursos Minerais da Amazônia. *Estudos Avançados*, v.16, n. 45, 2002, p. 123-152.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Roberto. *Direito e mudança social: o problema da terra na Amazônia brasileira*. Belém: UFPA, 1981.

_____. Sistema de propriedade e relações de trabalho no meio rural paraense. In: COSTA, José Marcelino Monteiro da. (Org.). *Amazônia, desenvolvimento e ocupação*. Org. Rio de Janeiro: IPEA; INPES, 1979, p. 103-140.

SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles H. *Conflitos sociais e a formação da Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2012.

SCHMITHÜSEN, Franz. *Contratos de Utilização Florestal com referência especial à Amazônia Brasileira*. IBDF; PNUD; FAO, 1977. mimeo.

SCHUBART, Herbert. *Critérios ecológicos para o desenvolvimento agrícola das terra firmes da Amazônia*. Manaus: INPA, 1977.

SENADO FEDERAL. *O II PND e os programas de desenvolvimento regional do Pará*. Comissão de Assuntos Regionais, 1975.

SILVA, Jonas Teodósio da. Povoamento e ocupação das terras urumajoenses (1900-1960): aspectos da imigração nordestina. In: BATISTA, Iane Maria da Silva (Org.). *Histórias e memórias urumajoenses: novas perspectivas*. Belém: Açai, 2012, p. 115-137.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História das Paisagens: In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 203-216.

SIMÕES, Mário F. As pesquisas arqueológicas no Museu Paraense Emílio Goeldi (1870-1981). *Suplemento Acta Amazônica*, v. 11, n. 1, p. 149-165, 1981.

_____. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica. *Acta Amazônica*. V. 7, n. 3, p. 297-300, 1977.

SIOLI, Harald. *Amazônia: fundamentos da ecologia da maior região de florestas tropicais*. Petrópolis: Vozes, 1985.

SOARES, Lúcio de Castro. Delimitação da Amazônia para fins de planejamento. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano X, n. 2, abr./jun. 1948, p. 163-210.

_____. Limites meridionais e orientais da área de ocorrência da floresta amazônica em território brasileiro. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano XV, n. 1, jan./mar. 1948, p. 3-95.

SOUZA, Leonam; CAVEDON, Ari. O Projeto RADAM e o mapeamento dos recursos naturais na Amazônia. In: SIMPÓSIO DO TRÓPICO ÚMIDO, 1986, Belém. *Anais... EMBRAPA; CPATU*, 1986, v. 6, p. 195-207.

TEIXEIRA, João Batista Guimarães; BEISIGIEL, Vanderlei de Rui (Org.). *Carajás: geologia e ocupação humana*. Belém: MPEG, 2006.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e Caçadores: a origem da Lei Negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

TOCANTINS, Leandro. *Amazônia: natureza, homem e tempo: uma planificação ecológica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982 [1960].

TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). *Visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. São Paulo: UNICAMP, 2014.

TORRES, Fernando Marcondes de. Revista Realidade (1966-1976): modelo de reportagem transitório entre as revistas ilustradas e de informação. *Acta Científica - Ciências Humanas*, v. 2, n. 9, 2º semestre, 2005, p. 39-55.

TORRES, Maurício (Org.). *Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163*. Brasília: CNPQ, 2005, p. 67-184.

TURNER, Frederick. *O espírito ocidental contra a natureza: mitos, história e as terras Selvagens*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

UNESCO. *Informe Final da Conferência Intergubernamental de Expertos sobre las bases científicas de la utilización racional y la conservación de los recursos de la biosfera*. Paris, 1968.

VALORIZAÇÃO Econômica da Amazônia: subsídios para seu planejamento. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1954.

VALVERDE, Orlando. *Grande Carajás: planejamento da destruição*. Rio de Janeiro: Forense Universitária; Brasília, DF: UNB; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1989.

_____. O problema florestal da Amazônia brasileira. *A Amazônia Brasileira em Foco*, n. 13, p. 7-55, (1979-1980), 1980.

_____; DIAS, Catharina Vergolino. *A rodovia Belém-Brasília: Estudo de Geografia Regional*. Rio de Janeiro: Serviços Gráficos do IBGE, 1967.

_____; FREITAS, Tácito Lívio de. *O problema florestal da Amazônia brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.

WILSON, Edward. *A criação: como salvar a vida na Terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

VELHO, Otávio Guilherme. *Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VELOSO, Haroldo (Relator). Relatório da venda de terras na Amazônia. *Revista A Amazônia Brasileira em foco*. Rio de Janeiro: CNDDA, n. 2, p. 29-51.

VERÍSSIMO, José. *A pesca na Amazônia*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970 [1895].

VIDAL, Lux Boelit. Os índios da Amazônia: um desafio recíproco. In: HÉBETTE, Jean (Org.). *O cerco está se fechando*. Belém: FASE; NAEA; UFPA, 1991, p. 54-77.

VIOLA, Eduardo. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. In: PÁDUA, José Augusto (Org.). *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; IUPERJ, 1987, p. 63-110.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; DE ANDRADE, Lúcia M. Hidrelétricas do Xingu: o Estado contra as sociedades indígenas. In: *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. SANTOS, Leinad; DE ANDRADE, Lúcia M. (Org.). São Paulo: Comissão Pró-Índio, 1988.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O perspectivismo ameríndio ou a natureza em pessoa. *Ciência e ambiente*. Santa Maria, n. 31, p. 123-132, jul./dez.2005.

WILLIAMS, Raymond. *Palavras chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. Verbetes Natureza. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. Ideias sobre a natureza. In: *Cultura e Materialismo*. São Paulo: UNESP, 2011.

WITKOSKI, A. C. *Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais*. Manaus: UFAM, 2007.

WORSTER, Donald. A natureza e a desordem da história. In: FRANCO, José Luiz de Andrade; SILVA, Sandro Dutra e; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão (Org.). *História ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 367-384, p. 368.

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, p. 198-215, 1991.

_____. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na História. *Ambiente e sociedade*, Campinas, v. 6, n.1, p. 23-44, 2003.